

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 88, 1º semestre de 2001

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
Número 88, 1º semestre de 2001 - Ano 28, ISSN 0101 2428

© 2010 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Embaixador Hélio Vítor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

388p.

ISSN 01012428

Semestral.

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS 23

CERIMÔNIA DE INDICAÇÃO DA PASTORAL DA CRIANÇA PARA O PRÊMIO NOBEL DA PAZ 23

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE INDICAÇÃO DA PASTORAL DA CRIANÇA PARA O PRÊMIO NOBEL DA PAZ. BRASÍLIA, 9 DE JANEIRO DE 2001

VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA DA CORÉIA 25

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO COM EMPRESÁRIOS COREANOS, POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA DA CORÉIA. SEUL, 18 DE JANEIRO DE 2001

JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA CORÉIA 29

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO JANTAR OFICIAL OFERECIDO PELO PRESIDENTE KIM DAE-JUNG, POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA DA CORÉIA. SEUL, 18 DE JANEIRO DE 2001

VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA DA CORÉIA 31

DECLARAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM PANMUNJON, POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA DA CORÉIA. 19 DE JANEIRO DE 2001

VISITA OFICIAL AO TIMOR LESTE 33

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SESSÃO DO CONSELHO NACIONAL DO TIMOR LESTE. DÍLI, 22 DE JANEIRO DE 2001

**ENCONTRO COM O GRUPO DE BRASILEIROS
QUE PRESTAM SERVIÇOS NO TIMOR LESTE** 35

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ENCONTRO COM
O GRUPO DE BRASILEIROS QUE PRESTAM SERVIÇOS
NO TIMOR LESTE. DÍLI, 22 DE JANEIRO DE 2001

**SEMINÁRIO “OPORTUNIDADES DE COMÉRCIO
E INVESTIMENTO NO BRASIL”** 37

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NO SEMINÁRIO “OPORTUNIDADES DE
COMÉRCIO E INVESTIMENTO NO BRASIL”, POR OCASIÃO DE SUA
VISITA OFICIAL À INDONÉSIA. JACARTA, 23 DE JANEIRO DE 2001

**POSSE DO PROFESSOR CELSO LAFER NO CARGO DE
MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES** 41

DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR CELSO LAFER
NO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES. BRASÍLIA, 29 DE JANEIRO DE 2001

POSSE NO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO 47

DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR CELSO LAFER NO CARGO
DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
BRASÍLIA, 29 DE JANEIRO DE 2001

**CERIMÔNIA DE POSSE DO MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER** 53

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA
CERIMÔNIA DE POSSE DO MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER. BRASÍLIA,
PALÁCIO DO PLANALTO, 29 DE JANEIRO DE 2001

**CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE
MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES** 57

DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRASÍLIA, 29 DE JANEIRO DE 2001

**VISITA OFICIAL AO BRASIL DO SECRETÁRIO
DE RELAÇÕES EXTERIORES DO MÉXICO** 61

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL AO BRASIL DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR SECRETÁRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO MÉXICO, DOUTOR JORGE CASTAÑEDA. PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 6 DE FEVEREIRO DE 2001

**CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO SR. ELIE WIESEL
COM A GRÃ-CRUZ DA ORDEM DE RIO BRANCO** 65

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO SR. ELIE WIESEL COM A GRÃ-CRUZ DA ORDEM DE RIO BRANCO. PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, 9 DE MARÇO DE 2001

EXPOSIÇÃO SOBRE O CONTENCIOSO BRASIL - CANADÁ 67

EXPOSIÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, NO SENADO FEDERAL, SOBRE O CONTENCIOSO BRASIL - CANADÁ. BRASÍLIA, 13 DE MARÇO DE 2001

**INAUGURAÇÃO DA ESCULTURA “AS TRÊS
JOVENS” DE LASAR SEGALL** 77

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA ESCULTURA “AS TRÊS JOVENS” DE LASAR SEGALL. PALÁCIO DO ITAMARATY, 20 DE MARÇO DE 2001

SEMINÁRIO “O CONTINENTE AMERICANO E O FUTURO DAS INTEGRAÇÕES REGIONAIS” 81

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA, POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO “O CONTINENTE AMERICANO E O FUTURO DAS INTEGRAÇÕES REGIONAIS”. SÃO PAULO, 4 DE ABRIL DE 2001

ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DA FRANÇA, LIONEL JOSPIN 89

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DA FRANÇA, LIONEL JOSPIN. BRASÍLIA, PALÁCIO ITAMARATY, 05 DE ABRIL DE 2001

SEMINÁRIO SOBRE ALCA NA CÂMARA AMERICANA DE COMÉRCIO 93

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA AMCHAM. “A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA”. SEMINÁRIO “ALCA: OPORTUNIDADES OU AMEAÇAS?”. CÂMARA AMERICANA DE COMÉRCIO, SÃO PAULO, 10 DE ABRIL DE 2001

JANTAR OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA 99

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE JANTAR OFERECIDO EM HOMENAGEM AO SR. JIANG ZEMIN, PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. BRASÍLIA, 11 DE ABRIL DE 2001

PALESTRA NO INSTITUTO RIO BRANCO 103

AULA MINISTRADA NO INSTITUTO RIO BRANCO PELO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER. BRASÍLIA, 12 DE ABRIL DE 2001

PLENÁRIO DA CDH - RELATÓRIO SOBRE A VISITA AO BRASIL DO RELATOR ESPECIAL SOBRE TORTURA, SR. NIGEL RODLEY 111

INTERVENÇÃO REALIZADA PELO DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS DO ITAMARATY, EMBAIXADOR MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, PRONUNCIADA NO PLENÁRIO DA CDH, APÓS A APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE A VISITA AO BRASIL DO RELATOR ESPECIAL SOBRE TORTURA, SR. NIGEL RODLEY. GENEBRA, 17 DE ABRIL DE 2001

117

II REUNIÃO DE CÚPULA DAS AMÉRICAS

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ABERTURA DA III REUNIÃO DE CÚPULA DAS AMÉRICAS. QUÉBEC, CANADÁ, 20 DE ABRIL DE 2001

CURSO DE NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS DO INSTITUTO RIO BRANCO 121

AULA DE ABERTURA DO CURSO DE NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS DO INSTITUTO RIO BRANCO, PROFERIDA PELO MINISTRO CELSO LAFER. BRASÍLIA, 24 DE ABRIL DE 2001

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 125

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, DURANTE CERIMÔNIA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA A PREPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. PALÁCIO DO ITAMARATY, 26 DE ABRIL DE 2001

CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 129

DISCURSO DO MINISTRO CELSO LAFER DURANTE CERIMÔNIA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA A PREPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. PALÁCIO ITAMARATY, 26 DE ABRIL DE 2001

SEMINÁRIO SOBRE A ALCA 133

EXPOSIÇÃO DO MINISTRO CELSO LAFER EM SEMINÁRIO SOBRE A ALCA. BELO HORIZONTE, FIEMG, 3 DE MAIO DE 2001. “ALCA PÓS-QUEBEC: NOSSO FUTURO ESTÁ EM PAUTA”

AULA MAGNA SOBRE O SETOR AGROPECUÁRIO E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA 139

AULA MAGNA MINISTRADA PELO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, “O SETOR AGROPECUÁRIO E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA” POR OCASIÃO DO CENTENÁRIO DA ESALQ. PIRACICABA, SP, 7 DE MAIO DE 2001

DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL NA UNIVERSIDADE DE NOVA YORK 151

INTERVENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NO BILDNER CENTER LECTURE - “A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA HOJE: DIMENSÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS”. UNIVERSIDADE DA CIDADE DE NOVA YORK, 10 DE MAIO DE 2001

REUNIÃO DO *GLOBAL BUSINESS POLICY COUNCIL* 155

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ABERTURA DA REUNIÃO DO “GLOBAL BUSINESS POLICY COUNCIL”. RIO DE JANEIRO, 11 DE MAIO DE 2001

OCDE - FÓRUM GLOBAL 2001: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A NOVA ECONOMIA 161

COMENTÁRIOS DO PROFESSOR CELSO LAFER, MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, NA OCDE - FÓRUM GLOBAL 2001: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A NOVA ECONOMIA - “COLHENDO OS PLENOS BENEFÍCIOS DO COMÉRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO”. PARIS, 14 DE MAIO DE 2001

**III CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE
PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS** 163

PRONUNCIAMENTO DO PROFESSOR CELSO LAFER, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, NA III CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS. BRUXELAS, 14 DE MAIO DE 2001

**SEMINÁRIO “AS RELAÇÕES BRASIL / UNIÃO
EUROPÉIA E O NOVO MULTILATERALISMO”** 167

DISCURSO DO EMBAIXADOR CELSO LAFER, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO “AS RELAÇÕES BRASIL / UNIÃO EUROPÉIA E O NOVO MULTILATERALISMO”. BRUXELAS, 15 DE MAIO DE 2001

**SEMINÁRIO SOBRE NEGOCIAÇÕES
MULTILATERAIS EM BERLIM** 171

TEXTO-BASE PARA A PALESTRA DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NO SEMINÁRIO PRIORIDADES PARA NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS MULTILATERAIS FUTURAS. BERLIM, 21 DE MAIO DE 2001

**SEMINÁRIO SOBRE PROMOÇÃO DE
INVESTIMENTOS NO PARAGUAI E URUGUAI** 177

INTERVENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NA ABERTURA DE SEMINÁRIO SOBRE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO PARAGUAI E URUGUAI. RIO DE JANEIRO, BNDES, 21 DE MAIO DE 2001

CONVENÇÃO SOBRE POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES 181

DISCURSO DO CHEFE DA DELEGAÇÃO DO BRASIL, EMBAIXADOR ELIM DUTRA, NA CONFERÊNCIA DE PLENIPOTENCIÁRIOS PARA A ADOÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES. ESTOCOLMO, 22 DE MAIO DE 2001

SEMINÁRIO DO PROGRAMA SLOAN FELLOWS 185

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA ABERTURA DO SEMINÁRIO DO PROGRAMA SLOAN FELLOWS. 24 DE MAIO DE 2001

DISCURSO NA EMBAIXADA BRITÂNICA 187

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA EMBAIXADA BRITÂNICA - "PRIORIDADES COMERCIAIS BRASILEIRAS: O CAMINHO À FRENTE". BRASÍLIA, 25 DE MAIO DE 2001

DIA DA ÁFRICA 191

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO DIA DA ÁFRICA. BRASÍLIA, 28 DE MAIO DE 2001

XI REUNIÃO DE CÚPULA DO GRUPO DOS QUINZE 195

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MARCO MACIEL, EM NOME DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, NA XI REUNIÃO DE CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DOS PAÍSES DO GRUPO DOS QUINZE. JACARTA, 30 DE MAIO DE 2001

XXXI ASSEMBLÉIA DA OEA 199

INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA XXXI ASSEMBLÉIA DA OEA, DURANTE O SEGMENTO DO DIÁLOGO DOS CHANCELERES - "FORTALECIMENTO DO SISTEMA INTER-AMERICANO DE DIREITOS HUMANOS". SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 5 DE JUNHO DE 2001

SEMINÁRIO "O BRASIL E A ÁSIA NO SÉCULO XXI" 201

PRONUNCIAMENTO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA ABERTURA DO SEMINÁRIO "O BRASIL E A ÁSIA NO SÉCULO XXI: AO ENCONTRO DE NOVOS HORIZONTES". BRASÍLIA, 7 DE JUNHO DE 2001

**PALESTRA NA CÂMARA DE COMÉRCIO E
INDÚSTRIA BRASIL-ALEMANHA** 205

PALESTRA MINISTRADA PELO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL-ALEMANHA - “O MERCOSUL ENTRE ALCA E UNIÃO EUROPÉIA, E AS PERSPECTIVAS PARA O RELACIONAMENTO BRASIL-ALEMANHA”. SÃO PAULO, 8 DE JUNHO DE 2001

SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA-GERAL DA ONU 209

DISCURSO DO EMBAIXADOR GILBERTO VERGNE SABÓIA, SECRETÁRIO DE ESTADO PARA DIREITOS HUMANOS, NA III SESSÃO DO COMITÊ PREPARATÓRIO PARA A SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA-GERAL DE SEGUIMENTO À CÚPULA MUNDIAL SOBRE A CRIANÇA. NOVA YORK, 12 DE JUNHO DE 2001

**ALMOÇO EM HOMENAGEM AO
PRESIDENTE DE MOÇAMBIQUE** 213

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DE MOÇAMBIQUE, JOAQUIM CHISSANO. BRASÍLIA, PALÁCIO DO ITAMARATY, 21 DE JUNHO DE 2001

REUNIÃO DE CÚPULA DO MERCOSUL 217

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA REUNIÃO DE CÚPULA DO MERCOSUL, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM. ASSUNÇÃO, 22 DE JUNHO DE 2001

REUNIÃO MINISTERIAL DE QATAR 221

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, POR OCASIÃO DA REUNIÃO INFORMAL DE ALTOS FUNCIONÁRIOS EM PREPARAÇÃO PARA A REUNIÃO MINISTERIAL DE QATAR. GENEVRA, 25 DE JUNHO DE 2001

ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE HUGO BÁNZER, DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA 225

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO PRESIDENTE HUGO BÁNZER, DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA, POR OCASIÃO DE VISITA DE ESTADO ÀQUELE PAÍS. LA PAZ, 26 DE JUNHO DE 2001

SENHOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO 223 227
EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

LA PAZ, 26/06/2001
DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL BOLIVIANO

ATOS INTERNACIONAIS 231

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS 233
E INFORMAÇÕES

VIAGEM DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO À ÁSIA (08 DE JANEIRO DE 2001) 233

CONTENCIOSO NA OMC – EUA E A LEI DE PATENTES BRASILEIRA (09 DE JANEIRO DE 2001) 234

VIAGEM DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO À ÁSIA (15 A 24 DE JANEIRO DE 2001) - COOPERAÇÃO NUCLEAR BRASIL - REPÚBLICA DA CORÉIA (10 DE JANEIRO DE 2001) 234

NOVA HOMEPAGE DA EMBAIXADA DO BRASIL EM LONDRES (10 DE JANEIRO 2001) 235

CONTENCIOSO EMBRAER - BOMBARDIER (10 DE JANEIRO DE 2001) 235

MENSAGEM DO MINISTRO LUIZ FELIPE LAMPREIA AOS SERVIDORES DO ITAMARATY (11 DE JANEIRO DE 2001)	235
RESULTADOS DAS ELEIÇÕES REALIZADAS EM PORTUGAL (16 DE JANEIRO DE 2001)	236
BRASIL SOLICITA TRIBUNAL ARBITRAL PARA CONTROVÉRSIA DOS FRANGOS (24 DE JANEIRO DE 2001)	237
VISITA DO MINISTRO CELSO LAFER AOS PAÍSES DO MERCOSUL (11 A 13 DE FEVEREIRO DE 2001) (30 DE JANEIRO DE 2001)	237
ENVIO AO EQUADOR DE EQUIPE DE ESPECIALISTAS DA PETROBRAS EM COMBATE A DERRAMAMENTOS DE ÓLEO (30 DE JANEIRO DE 2001)	239
NOTA À IMPRENSA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, SOBRE A CARNE BOVINA (05 DE FEVEREIRO DE 2001)	240
MOSTRA DO CINEMA BRASILEIRO EM HOLLYWOOD (09 DE FEVEREIRO DE 2001)	241
ESTENDIDO O PRAZO PARA INSCRIÇÕES NO CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (14 DE FEVEREIRO DE 2001)	241
VISITA A BRASÍLIA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE ANGOLA, JOÃO BERNARDO MIRANDA (15 DE FEVEREIRO DE 2001)	241
CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CEBRI (20 DE FEVEREIRO DE/2001)	242
CIRCULAR AOS POSTOS NO EXTERIOR REDIGIDA PELO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, SOBRE A MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DE DIPLOMATAS (20 DE FEVEREIRO DE 2011)	242
COMUNICADO DO GRUPO DO RIO SOBRE OS DESASTRES NATURAIS QUE ATINGEM A REPÚBLICA DE EL SALVADOR (21 DE FEVEREIRO DE 2001)	245

COMUNICADO DO GRUPO DO RIO SOBRE A SITUAÇÃO NA GUATEMALA (01 DE MARÇO DE 2001)	245
TEXTO DA MENSAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, ENVIADA À FAMÍLIA DO GOVERNADOR MÁRIO COVAS (06 DE MARÇO DE 2001)	246
DECLARAÇÃO DO PORTA-VOZ DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PEDRO LUIZ RODRIGUES, SOBRE CONVERSA TELEFÔNICA ENTRE O MINISTRO CELSO LAFER E O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ARGENTINA, ADALBERTO RODRÍGUEZ GIAVARINI (06 DE MARÇO DE 2001)	246
ASSINATURA DE PROTOCOLO OPCIONAL À CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES (08 DE MARÇO DE 2001)	247
ASSINATURA DE CONVÊNIOS ENTRE O ITAMARATY E A AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES (APEX) (08 DE MARÇO DE 2001)	247
ADESÃO DO GOVERNO BRASILEIRO AO PROTOCOLO OPCIONAL À CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES (CEDAW) (13 DE MARÇO DE 2001)	248
VISITA DO CHANCELER CELSO LAFER À BOLÍVIA (20 DE MARÇO DE 2001)	248
SOLUÇÃO PARA CONTENCIOSO BRASIL-MÉXICO SOBRE TRANSFORMADORES ELÉTRICOS (20 DE MARÇO DE 2001)	249
NOVO PROGRAMA DA CAPES ATENDE À ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (20 DE MARÇO DE 2001)	250

INFORMAÇÃO À IMPRENSA SOBRE A VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, SENHOR JIANG ZEMIN (20 DE MARÇO DE 2001)	250
CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO NO ITAMARATY DA ESCULTURA TRÊS JOVENS, DE LASAR SEGALL (20 DE MARÇO DE 2001)	251
BRASIL PRECISA DE SETOR ACADÊMICO FORTE NA ÁREA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DIZ LAFER AO PRESIDIR REUNIÃO DA CAPES (20 DE MARÇO DE 2001)	251
ARARAS AZUIS VOLTAM PARA O BRASIL (20 DE MARÇO DE 2001)	252
VISITA AO BRASIL DO SENHOR ALEXANDER DOWNER, MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA AUSTRÁLIA (23 A 25 DE MARÇO DE 2001) (21 DE MARÇO DE 2001)	253
MEDIDAS PROPOSTAS PELA ARGENTINA (21 DE MARÇO DE 2001)	256
MISSÃO EMPRESARIAL AOS PAÍSES ÁRABES DA ÁFRICA DO NORTE (22 DE MARÇO DE 2001)	256
ENCONTRO DO CHANCELER CELSO LAFER COM O COMITÊ NACIONAL PREPARATÓRIO PARA A CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO (22 DE MARÇO DE 2001)	257
MISSÃO EMPRESARIAL PANAMÁ, COSTA RICA E GUATEMALA (24 DE MARÇO A 1º DE ABRIL DE 2001) (23 DE MARÇO DE 2001)	258
II REUNIÃO DA COMISSÃO DE COOPERAÇÃO CONSULAR ARGENTINO - BRASILEIRA (23 DE MARÇO DE 2001)	259
DECLARAÇÕES DO EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES, EM SEMINÁRIO SOBRE A ALCA E O MERCOSUL (27 DE MARÇO DE 2001)	260
ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO E EMPRÉSTIMO DA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA (27 DE MARÇO DE 2001)	260

ENCONTRO DE TRABALHO ENTRE OS PRESIDENTES FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E HUGO CHÁVEZ (29 DE MARÇO DE 2001)	261
VISITA AO BRASIL DO CHANCELER DO PARAGUAI, SENHOR JOSÉ “JUANCHO” ANTONIO MORENO RUFFINELLI (31 DE MARÇO DE 2001)	261
VISITA OFICIAL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA FRANCESA AO BRASIL (5 A 7 DE ABRIL DE 2001) (04 DE ABRIL DE 2001)	261
VISITA DE TRABALHO DO PRESIDENTE HUGO CHÁVEZ FRÍAS AO BRASIL (3 DE ABRIL DE 2001) COMUNICADO CONJUNTO DE IMPRENSA (04 DE ABRIL DE 2001)	265
TEXTOS DOS ACORDOS ASSINADOS E DECLARAÇÕES FEITAS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, E PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA FRANCESA, LIONEL JOSPIN (05 DE ABRIL DE 2001)	266
ADIAMENTO DA VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO À ARGENTINA (05 DE ABRIL DE 2001)	266
<i>REUNIÓN EXTRAORDINARIA DEL CONSEJO DEL MERCADO COMÚN EN LA SEDE DEL PALACIO SAN MARTÍN COMUNICADO DE PRENSA (09 DE ABRIL DE 2001)</i>	267
<i>AREA DE LIBRE COMÉRCIO DE LAS AMERICAS - SEXTA REUNIÓN DE MINISTROS DE COMERCIO DEL HEMISFERIO DECLARACIÓN MINISTERIAL BUENOS AIRES, ARGENTINA (7 DE ABRIL DE 2001) (09 DE ABRIL DE 2001)</i>	267
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA AO BRASIL (11 E 12 DE ABRIL DE 2001) (10 DE ABRIL DE 2001)	277
III CÚPULA DAS AMÉRICAS (17 DE ABRIL DE 2001)	282

AJUDA HUMANITÁRIA À REPÚBLICA DE EL SALVADOR (17 DE ABRIL DE 2001)	284
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO COMÉRCIO DE CINGAPURA, SENHOR GEORGE YONG-BOON YEO (BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, 18 A 23 DE ABRIL DE 2001) (18 DE ABRIL DE 2001)	285
NOTA SOBRE AS DECLARAÇÕES FEITAS PELO MINISTRO DA ECONOMIA DA ARGENTINA EM RELAÇÃO À TARIFA EXTERNA COMUM DO MERCOSUL (18 DE ABRIL DE 2001)	286
APROVAÇÃO NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS DE RESOLUÇÃO PROPOSTA PELO BRASIL SOBRE “ACESSO A MEDICAMENTOS NO CONTEXTO DE PANDEMIAS COMO O HIV/AIDS” (23 DE ABRIL DE 2001)	286
CÚPULA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (26 DE ABRIL DE 2001)	287
XXXI ASSEMBLÉIA-GERAL DA OEA (27 DE ABRIL DE 2001)	288
COMENTÁRIOS DO GOVERNO BRASILEIRO AO INFORME DO RELATOR ESPECIAL SOBRE A TORTURA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS, SIR NIGEL RODLEY (27 DE ABRIL DE 2001)	288
INAUGURAÇÃO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES EM MINAS GERAIS (EREMINAS) (30 DE ABRIL DE 2001)	301
MENSAGEM DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA ABERTURA DA EXPOSIÇÃO “VISTO PARA A VIDA - DIPOMATAS QUE SALVARAM JUDEUS”, NO CENTRO CULTURAL MARIA ANTONIA DA USP (01 DE MAIO DE 2001)	301
MISSÃO BRASILEIRA À ÁFRICA DO SUL (04 DE MAIO DE 2001)	302

<i>BRIEFING</i> DA DIRETORA EXECUTIVA DO CENTRO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS (HABITAT), DOUTORA ANNA KAJUMULO TIBAIJUKA (08 DE MAIO DE 2001)	303
ALTA CORTE DE VIBORG (11 DE MAIO DE 2001)	305
REUNIÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA (17 DE MAIO DE 2001)	305
VI FESTIVAL DO CINEMA BRASILEIRO DE MIAMI (18 DE MAIO DE 2001)	306
ENCONTRO ENTRE OS SECRETÁRIOS-GERAIS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL E DO PERU (21 DE MAIO DE 2001)	306
DIVULGADA DECISÃO DE TRIBUNAL ARBITRAL NO CASO DE FRANGOS ENTRE BRASIL E ARGENTINA (22 DE MAIO DE 2001)	307
PUBLICAÇÃO DE ESTUDO DA OCDE SOBRE O BRASIL (23 DE MAIO DE 2001)	307
BRASIL ASSINA A CONVENÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES (23 DE MAIO DE 2001)	307
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO PETRÓLEO DA ÍNDIA, SENHOR RAM NAIK (24 DE MAIO DE 2001)	309
SEMINÁRIO: O BRASIL E A ÁSIA NO SÉCULO XXI ENCONTRO DE NOVOS HORIZONTES (BRASÍLIA, 7 E 8 DE JUNHO) (29 DE MAIO DE 2001)	309
XXXI ASSEMBLÉIA-GERAL DA OEA (01 DE JUNHO DE 2001)	310
MENSAGEM DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO AO PRESIDENTE ELEITO DO PERU, ALEJANDRO TOLEDO (04 DE JUNHO DE 2001)	310

ATENTADO EM TEL-AVIV (04 DE JUNHO DE 2001)	311
CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE ASSENTAMENTOS HUMANOS (NOVA YORK, 6 A 8 DE JUNHO DE 2001) (06 DE JUNHO DE 2001)	311
REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO <i>AD HOC</i> DA COMISSÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DO ATUM ATLÂNTICO SOBRE CRITÉRIOS PARA ALOCAÇÃO DE QUOTAS DE CAPTURA (06 DE JUNHO DE 2001)	312
PREFEITO DO RIO DE JANEIRO ASSINA, NA SEDE DA NAÇÕES UNIDAS, CONVÊNIO QUE AMPLIA COOPERAÇÃO COM AGÊNCIA DA ONU (NOVA YORK, 5 DE JUNHO DE 2001) (06 DE JUNHO DE 2001)	313
VISITA OFICIAL AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CHANCELER DA REPÚBLICA ARGENTINA, ADALBERTO RODRÍGUEZ GIAVARINI (08 DE JUNHO DE 2001)	313
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE MOÇAMBIQUE, JOAQUIM ALBERTO CHISSANO (20 DE JUNHO DE 2001)(13 DE JUNHO DE 2001)	314
ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, SENHOR JOAQUIM ALBERTO CHISSANO (BRASÍLIA, 20 DE JUNHO DE 2001) (20 DE JUNHO DE 2001)	317
NOTA SOBRE A DECISÃO DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DE ENCERRAR O PAINEL NA OMC A RESPEITO DA COMPATIBILIDADE DO ARTIGO 68 DA LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (LEI 9.279/96) DO BRASIL COM O ACORDO TRIPS (25 DE JUNHO DE 2001)	317
COMUNICADO CONJUNTO BRASIL - ESTADOS UNIDOS (25 DE JUNHO DE 2001)	318
TROCA DOS INSTRUMENTOS DE RATIFICAÇÃO DO TRATADO DE TRANSFERÊNCIA DE PRESOS ENTRE BRASIL E ARGENTINA (26 DE JUNHO DE 2001)	318

ARTIGOS 319

ARTIGO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MARCO MACIEL, PUBLICADO NA GAZETA MERCANTIL EM 29 DE JANEIRO DE 2001 - “O BRASIL NO NOVO SÉCULO” 319

ARTIGO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PUBLICADO NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO EM 22 DE FEVEREIRO DE 2001 - “DIPLOMACIA, COMÉRCIO E VACA LOUCA” 323

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE EM 26 DE MARÇO DE 2001 - “DEZ ANOS DE MERCOSUL” 325

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL DO BRASIL EM 26 DE MARÇO DE 2001 - “JK: DUALIDADE A SERVIÇO DO BRASIL” 329

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO EM 19 DE ABRIL DE 2001 - “O ALEGADO EXPURGO NO ITAMARATY” 333

ARTIGO DO EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES, EX-DIRETOR DO INSTITUTO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IPRI) DO ITAMARATY, PUBLICADO NO JORNAL DO BRASIL EM 20 DE ABRIL DE 2001 - “ALCA, O CONTROLE NEOLIBERAL” 337

ARTIGO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MARCO MACIEL, PUBLICADO NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO EM 24 DE ABRIL DE 2001 - “GLOBALIZAÇÃO E LATINIDADE” 339

ARTIGO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NA PUBLICAÇÃO CARTA INTERNACIONAL EM 1º DE JUNHO DE 2001 – “A AGENDA ECONÔMICO-COMERCIAL E REFORMAS NO ITAMARATY” 341

ARTIGO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PUBLICADO NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO EM 19 DE JUNHO DE 2001 “O MERCOSUL E O TESTE DE RORSCHACH” 343

ENTREVISTAS 345

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, CONCEDIDA AO JORNAL VALOR ECONÔMICO EM 12 DE JANEIRO DE 2001 345

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, CONCEDIDA AO JORNAL VALOR ECONÔMICO EM 26 DE JANEIRO DE 2001 - “LAFER DIZ QUE NÃO TEME ISOLAMENTO NA QUESTÃO DA ALCA” 349

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, CONCEDIDA AO JORNAL DE BRASÍLIA EM 29 DE JANEIRO DE 2001 - “AGENDA ECONÔMICA É PRIORIDADE” 355

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, CONCEDIDA AO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE EM 29 DE JANEIRO DE 2001 - “MOBILIZAÇÃO PARA NEGOCIAR A ALCA” 359

ENTREVISTA COLETIVA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, SENHOR HUGO CHÁVEZ FRÍAS, EM 3 DE ABRIL DE 2001 363

ENTREVISTA COLETIVA CONCEDIDA PELO MINISTRO GEORGES LAMAZIÈRE. BRASÍLIA, 4 DE ABRIL DE 2001. BRASÍLIA, 04/01/2001 369

ENTREVISTA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, CONCEDIDA AO JORNAL VALOR ECONÔMICO EM 19 DE ABRIL DE 2001 - “FHC VAI QUESTIONAR DE LA RÚA SOBRE OPINIÕES DE CAVALLO” 373

ENTREVISTA DO EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES, EX-DIRETOR DO INSTITUTO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IPRI) DO ITAMARATY, CONCEDIDA AO JORNAL O GLOBO EM 24 DE ABRIL DE 2001 - “COM A ALCA, EMPRESAS DISCIPLINARÃO O ESTADO” 377

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SUBSECRETÁRIO-GERAL PARA ASSUNTOS DE INTEGRAÇÃO, ECONÔMICOS E DE COMÉRCIO EXTERIOR, EMBAIXADOR JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA, SOBRE A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA). INFORMATIVO SECEX, ANO IV, N° 29, 1° DE JUNHO DE 2001 379

ÍNDICE REMISSIVO 383

DISCURSOS

CERIMÔNIA DE INDICAÇÃO DA PASTORAL DA CRIANÇA PARA O PRÊMIO NOBEL DA PAZ

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE INDICAÇÃO DA PASTORAL DA CRIANÇA PARA O PRÊMIO NOBEL DA PAZ. BRASÍLIA, 9 DE JANEIRO DE 2001

Senhores ministros aqui presentes,
Dra. Zilda Arns,
Dom Paulo Evaristo Arns, Pelé,

Meus caros amigos e amigas que estão formando esta comissão para que consigamos obter esse Prêmio Nobel da Paz para a Pastoral da Criança,

Tenho muito pouco a acrescentar, tanto que não vou ler o discurso que tinha trazido aqui. Por quê? Primeiro, porque, desde as palavras do ministro José Serra até, agora, as palavras da Dra. Zilda Arns, o essencial foi dito. E foi dito da maneira mais simples, mais direta e com mais emoção.

Eu queria apenas dizer que há uma série de coincidências que me fazem muito feliz de estar aqui, neste momento, assinando esta carta e ajudando a sociedade civil – porque disso se trata – a conseguir aquilo que é um merecido reconhecimento de um trabalho extraordinário da Pastoral da Criança. A coincidência é a que de que estamos comemorando, pela ONU, o Ano Internacional do Voluntariado também.

Esses dias são os dias do Voluntariado. Amanhã mesmo, terei uma solenidade do Voluntariado.

E Dom Paulo é testemunha de que fizemos uma das primeiras ONGs do Brasil, que foi o Cebrap. E, por ser uma das primeiras e por estarmos lutando contra um regime autoritário, um dia, jogaram uma bomba no meu escritório. Uma das primeiras pessoas que para lá acorreu foi Dom Paulo. Isso já faz, por sorte, Dom Paulo, 25 anos, 26 anos. Não é isso? Vinte e seis anos. Temos, portanto, uma longa convivência no espírito de Voluntariado, de organizações públicas não-governamentais.

Naquele tempo, o governo não reconhecia como parte do público o não-governamental. Hoje, o ministro Serra acaba de dizer que, no nosso caso, reconhecemos o público como parte do governamental. Estamos dispostos, sempre, a um trabalho de cooperação. Naquele tempo, não era assim. Havia uma certa animosidade entre o Estado e a sociedade civil. Mas havia já cooperação entre aqueles

que estavam numa luta política, aqueles que estavam na vida acadêmica, como era meu caso, na verdade – como era nosso caso, na verdade – e aqueles que estavam em uma crença religiosa, lutando por ideais também de solidariedade, de liberdade e de democracia.

Agora, depois desses 25 anos, estamos vendo que as coisas mudaram. Mudaram, principalmente, porque a sociedade avançou muito no Brasil. O ministro Serra disse que seria impossível para o governo fazer aquilo que está sendo feito pela Pastoral da Criança. Também seria impossível para a Pastoral da Criança fazer o que está fazendo se não houvesse apoio do governo.

Essa cooperação, que tem que ser baseada em valores de solidariedade, de crença no próximo, de amor, é muito importante para a mudança de todas as instituições brasileiras. E o fato de estarmos aqui, todos juntos – e a figura do Pelé, que é uma figura simbólica, porque ele também é o embaixador da boa vontade na luta pelas crianças, no seu momento, foi ministro, para prestar uma cooperação ao país, mas, ministro ou não ministro, tem sempre uma atividade pública – o fato de estarmos todos juntos e que as diferenças entre nós nos unem é muito importante. É preciso que haja diferenças que unam, que permitam a convergência, que é o que estamos assistindo.

É verdade que, se há um movimento que merece um prêmio como o Prêmio Nobel, é exatamente a Pastoral da Criança, pelas razões que já foram ditas aqui. Pelas razões que foram ditas e que a Dra. Zilda mencionou, com muita propriedade, que não se trata apenas de atender à pobreza. É muito mais do que isso. É a formação da pessoa, da cidadania, dar valores às pessoas, fazer com que elas entendam que a vida tem que ser cuidada, tem que ser regada como uma plantinha. Isso tem que ser feito

também com amor, com dedicação. É por isso que é possível fazer mais com menos recursos, porque não são ações que se façam friamente, burocraticamente. São ações que se fazem unidas por um espírito de fraternidade, de amor, de crença na capacidade do ser humano de ajudar um ao outro.

São razões mais do que suficientes para que eu, como presidente da República, expressando a sociedade civil e não como Estado e juntando-me a esse clamor, que é da sociedade, venha pedir, como vamos pedir, pelo mundo afora, que esse conjunto de pessoas que terão que decidir lá, na Suécia, façam a justiça de premiar a Pastoral da Criança.

Não posso deixar de agradecer ao embaixador Baena Soares, que está coordenando esse grupo. E, ao mencioná-lo, menciono a todos os demais. Alguns, aqui, já foram mencionados. Eu não queria deixar de mencionar qualquer um. Por isso, me eximo de citar mais nomes. Mas isso é uma demonstração viva de que, Dra. Zilda, a senhora sei que coordena e que, portanto, todas essas milhares de pessoas que estão sob sua ação direta são diretamente merecedoras desse esforço.

Mas pode ter certeza de que no momento em que mais pessoas se unem a isso, é porque todas essas pessoas, nós todos, queremos a mesma coisa: queremos o bem de cada pessoa humana, queremos que, com muita rapidez, diminuam ainda mais as taxas de mortalidade infantil, os níveis de desnutrição, as condições de pobreza se vão extinguindo. Estamos todos convencidos de que o governo pode fazer muita coisa mas, qualquer que seja o César, ele não fará nada sem o povo. E a senhora representa o povo.

Muito obrigado.

VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA DA CORÉIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO COM EMPRESÁRIOS COREANOS, POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA DA CORÉIA. SEUL, 18 DE JANEIRO DE 2001

É muito gratificante estar aqui e ter esta oportunidade de compartilhar algumas reflexões com distintos membros da comunidade empresarial coreana. Agradeço à Federação Coreana de Indústrias por esta acolhida e à Câmara de Comércio e Indústria da Coréia pela organização do seminário econômico realizado esta manhã.

O Brasil e a República da Coréia – dois países democráticos, duas economias emergentes – estão construindo uma nova parceria, que leva as marcas de um novo tempo, de um novo século. Minha presença aqui demonstra que o Brasil está disposto a trabalhar com afinco para fazer esta parceria dar certo. Eis por que eu quero aproveitar esta oportunidade para apresentar-lhes um breve retrato da situação sócio-econômica do Brasil.

Dez anos atrás, o Brasil enfrentava problemas que pareciam incontornáveis: a permanente ameaça de hiperinflação e o conseqüente estado caótico das finanças públicas. Era extremamente difícil fazer negócios no Brasil com a inflação a uma taxa anual de 5.000%. A estabilização da economia, alcançada em 1994, com o Plano Real, mudou tudo. Os resultados são bem

conhecidos, e o Brasil ingressou em um novo ciclo de crescimento não-inflacionário e desenvolvimento.

A perspectiva hoje é ainda melhor: prevemos uma taxa de inflação em torno de 4% em 2001. Pela primeira vez, depois de muitos e muitos anos, existe uma possibilidade real de que a taxa de crescimento econômico, projetada para este ano em 4,5%, seja superior à taxa de inflação.

O investimento estrangeiro veio em profusão: nos últimos dois anos, uma média de mais de US\$ 2 bilhões por mês, e nos últimos seis anos, um total de quase US\$ 120 bilhões. É preciso levar em conta que, no início da década de noventa, recebíamos US\$ 1 bilhão em um ano inteiro.

Temos obtido sucessivas colheitas recorde (83 milhões de toneladas de grãos em 2000 e uma previsão de 90 milhões de toneladas para 2001). Estamos implementando, com grande sucesso, um plano plurianual de investimentos que visa a modernizar a infraestrutura econômica brasileira e a promover o desenvolvimento social. Chama-se “Avança Brasil” e prevê uma carteira de investimentos de cerca de US\$ 160 bilhões por um período de oito anos.

Não preciso falar-lhes das imensas oportunidades de negócios que, com isto, estão sendo abertas tanto para brasileiros quanto para estrangeiros. No entanto, nossa trajetória não é - não tem sido - desprovida de obstáculos.

Em 1995, enfrentamos as ondas de choque emanadas da crise mexicana. Em 1998 e 1999, tivemos de enfrentar o impacto do que ficou conhecido como a “crise asiática” e a “crise russa”. Em janeiro de 1999, o Brasil teve de desvalorizar sua moeda e adotar um novo regime cambial. Àquela altura, alguns previram a volta da inflação elevada, a perda de confiança dos investidores, a explosão das taxas de desemprego e assim por diante. Estavam errados.

Nós enfrentamos a crise, adotamos um doloroso mas necessário programa de ajuste fiscal, e o resultado é que fomos capazes de nos recuperar da turbulência. E fomos capazes de nos recuperar bastante rapidamente, com um impacto inflacionário mínimo e a custos sociais comparativamente baixos.

Em 2000, a taxa de crescimento foi de cerca de 4%. Esperamos uma taxa ligeiramente superior este ano, como já assinali, e talvez ainda maior nos próximos anos, dependendo das condições internacionais. Os índices de desemprego são os mais baixos dos últimos três anos e continuam a cair. O número de pessoas empregadas tem crescido a uma média de 5% ao ano, e a taxa de criação de postos de trabalho tem atingido picos recorde. A meu juízo, a recuperação brasileira após a crise de 1999 demonstra claramente que aprendemos duas lições importantes.

Lição número 1: os brasileiros não esqueceram os males da inflação alta e não querem permitir que ela retorne. A existência de uma opinião pública tão fortemente a favor da estabilidade econômica também dá ao Governo o poder e a legitimidade para implementar

uma política econômica responsável. No ano passado, o Congresso aprovou uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que é um marco na história brasileira, uma vez que ela torna obrigação exigível das autoridades de todas as esferas do governo agir de maneira responsável e com total transparência ao despender dinheiro público.

Lição número 2: a economia brasileira se fortaleceu com as reformas estruturais. Isto significa que as empresas brasileiras tornaram-se mais eficientes, mais capazes de competir na economia global. Este é o caso também das empresas privatizadas e, mesmo, de algumas estatais, como a Petrobrás, que se modernizou em razão, entre outras coisas, da flexibilização do monopólio no setor de petróleo. As reformas foram igualmente importantes no setor financeiro, como o saneamento do sistema bancário brasileiro graças a medidas tomadas no início de meu primeiro mandato. Este foi outro fator fundamental que nos permitiu atravessar a turbulência financeira internacional com danos mínimos a nossa economia. No comércio exterior, diminuimos significativamente nossas tarifas e reduzimos drasticamente as barreiras não-tarifárias.

Hoje, são muito boas as perspectivas concernentes às nossas relações com a economia internacional, embora ainda tenhamos muito trabalho a fazer para garantir maior acesso dos produtos brasileiros aos mercados estrangeiros. Uma tarefa necessária é o combate ao protecionismo e à competição ilegal nos países desenvolvidos. Apesar disso, as exportações brasileiras vêm mostrando grande vigor, especialmente as exportações de produtos manufaturados. Esta é uma indicação das melhoras de produtividade e qualidade no setor industrial brasileiro, incluindo-se aí algumas áreas intensivas em tecnologia, como a indústria aeronáutica.

Senhoras e senhores,

Fizemos da educação uma de nossas maiores prioridades em matéria de política social. E o fizemos porque é uma questão de justiça garantir oportunidades iguais a todas as crianças, e também porque sabemos que, para alcançar o sucesso econômico no século 21, uma força de trabalho qualificada é um fator decisivo. Hoje, sete anos depois, 97% de todas as crianças estão efetivamente matriculadas nas escolas.

Nos últimos cinco anos, o número de crianças e jovens matriculadas em instituições de ensino secundário aumentou 67%. 36 milhões de merendas são servidas diariamente, e, a cada ano, mais de 100 milhões de livros didáticos são distribuídos gratuitamente. Planejamos alfabetizar 10 milhões de adultos brasileiros nos próximos cinco anos. Hoje, 8% da população entre 18 e 24 anos tem acesso à universidade. Nós planejamos elevar essa cifra para 30% nos próximos cinco anos.

A ciência e a tecnologia também constituem prioridades para nós. Na atual economia internacional, nenhum país pode esperar ter êxito sem um sistema nacional organizado de promoção da pesquisa científica e de inovações técnicas.

Ao longo dos anos, o Brasil, como a Coreia do Sul, vem alcançando progressos significativos nesse campo. No início da década de 90, o Brasil formava 1.000 novos doutores por ano. Hoje, são 5.000 a cada ano. Estamos dobrando nosso orçamento de pesquisa, alcançando mais de US\$ 1 bilhão por ano. A criação dos chamados “fundos setoriais” é um importante avanço. Seus recursos estão sendo dirigidos a fomentar a pesquisa em áreas-chave, como energia e telecomunicações.

Nós também lançamos um importantíssimo programa específico (com recursos de cerca de US\$ 1,2 bilhão para o período 2000-2003) para assegurar que os brasileiros possam participar inteiramente dos benefícios das tecnologias da informação. Não temos dúvida de que isso terá um grande impacto nos esforços brasileiros de acelerar a pesquisa e competir na economia internacional.

Um dos principais aspectos da economia brasileira atual é o compromisso com o Mercosul. O Mercosul já é uma união aduaneira e tornou possível ao Brasil, à Argentina, ao Paraguai e ao Uruguai aumentar significativamente seu comércio recíproco. Hoje, o Mercosul é mais do que comércio. Estamos progredindo rumo à coordenação macroeconômica e ao desenvolvimento de um arcabouço institucional mais abrangente para a integração. O Mercosul é um aspecto central da política comercial brasileira, e também nos proporcionou uma plataforma para uma maior integração regional e inter-regional.

Em setembro do ano passado, nós sediamos, em Brasília, a primeira reunião de Presidentes da América do Sul. Forte ênfase foi colocada na cooperação em esforços regionais de modernização da infra-estrutura física, condição decisiva para o desenvolvimento do comércio e dos investimentos. Nós o faremos com visão de longo prazo e com o apoio do Banco Inter-Americano para o Desenvolvimento, além de outras instituições financeiras regionais.

Tanto o desenvolvimento do Mercosul quanto o esforço de modernização da infra-estrutura na América do Sul abrem novas possibilidades de cooperação com nossos parceiros em outras regiões, o que também é importante para nossas relações com a República da Coreia.

Senhoras e senhores,

Tanto o Brasil como a República da Coreia são economias dinâmicas. Os investimentos coreanos no Brasil são muito substanciais e trazem uma contribuição importante para o nosso desenvolvimento. Nosso comércio bilateral tem mostrado um potencial considerável de crescimento. Existem muitas oportunidades de cooperação nas áreas científica e tecnológica. Gostaria de concluir estas observações apenas expressando minha confiança no futuro de nossa parceria. E essa confiança não é gratuita. Ela baseia-se em razões sólidas.

Durante esta visita, eu testemunhei a prosperidade e o enorme potencial da economia coreana. E creio também, ter-lhes oferecido nesta oportunidade um retrato da situação econômica brasileira que indica um horizonte de oportunidades igualmente amplo.

Que possamos progredir e transformar nossos interesses comuns em benefícios concretos para nossos povos.

Muito obrigado.

JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA CORÉIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO JANTAR OFICIAL OFERECIDO PELO PRESIDENTE KIM DAE-JUNG, POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA DA CORÉIA. SEUL, 18 DE JANEIRO DE 2001

Quero, antes de tudo, agradecer a hospitalidade que tem sido dispensada a mim, a Ruth e a minha comitiva nesta visita a Seul.

Para nós, é um grande prazer estar aqui e ter a oportunidade de reforçar os laços de amizade que nos unem. E para mim, pessoalmente, é uma satisfação especial poder manter um diálogo direto com Vossa Excelência, Presidente Kim Dae-jung.

Há pouco mais de quarenta anos, o Brasil foi o primeiro país da América do Sul a estabelecer relações diplomáticas com a República da Coréia. A distância, a escassez de recursos humanos e financeiros, a falta de complementaridade entre nossas economias, o subdesenvolvimento durante muito tempo limitaram nosso relacionamento a pouco mais do que o formalismo do protocolo. Mas o Brasil e a Coréia passaram por transformações profundas nestas quatro décadas. Transformações para melhor.

A democracia consolidou-se, e isso se vê no fato de que, hoje, nossos países são presididos por pessoas que, no passado, estiveram engajadas na luta contra regimes autoritários. Apesar de experiências e contextos históricos

distintos, Brasil e Coréia coincidem na adesão ao ideal democrático como única forma de organização política legítima e capaz de atender aos anseios da sociedade na gestão da coisa pública.

Nossas economias evoluíram de forma notável. Deixamos de ser países exportadores de matérias primas e manufaturas simples. Criamos estruturas econômicas diversificadas. Produzimos ampla gama de bens e serviços. E enfrentamos com sucesso as crises financeiras internacionais. Sem perder a noção da magnitude do desafio, podemos encarar com orgulho nossas realizações no campo da ciência e da tecnologia.

Em um mundo onde o desenvolvimento científico e tecnológico torna-se cada vez mais um componente crucial da competitividade econômica, Brasil e Coréia têm dado mostras eloqüentes de competência e capacidade de empreendimento. Essas transformações internas foram fundamentais para que despertássemos, nos anos 90, para o potencial de nosso relacionamento. Como fundamental tem sido a consciência das oportunidades e dos desafios do processo de globalização.

Desejo aqui registrar meu reconhecimento pelo trabalho da “Comissão Brasil-Coréia para o Século XXI”, integrada por personalidades de destaque do Governo e do setor privado de nossos dois países, e cujas sugestões têm sido de grande valia para planejar nossas iniciativas de cooperação.

Nos últimos anos, testemunhamos com satisfação o crescimento do comércio, o estabelecimento de empresas coreanas no Brasil, o início de um profícuo intercâmbio entre nossas instituições de pesquisa. Acolhemos de braços abertos uma próspera comunidade de imigrantes de origem coreana, perfeitamente integrados e prestando valiosa contribuição a nossa sociedade multirracial.

Minha visita a Seul é a primeira de um Chefe de Estado brasileiro à Coréia. É também a primeira viagem ao exterior do Presidente do Brasil neste novo século e neste novo milênio. O simbolismo deste evento sublinha a importância que a República da Coréia tem hoje para a política externa brasileira. Temos grandes expectativas em relação a nossa “Parceria para o Século XXI”. Temos a oportunidade de

construir um relacionamento que, baseado no respeito mútuo e na amizade que nos une, trará grandes benefícios para nossos povos.

Desejo também, com esta visita, prestar um tributo pessoal ao Presidente Kim Dae-jung. Tenho sempre ressaltado a existência de um paralelo entre a dimensão interna da democracia e sua projeção no plano internacional. Após uma vida de luta pela democracia e pelos direitos humanos na Coréia do Sul, o Presidente Kim Dae-jung é hoje o mentor de uma corajosa campanha pela paz e pela reconciliação na Península coreana, que lhe valeu a merecida homenagem do Prêmio Nobel da Paz. Mesmo no frio do inverno coreano, podemos sentir o calor de sua *sunshine policy*.

E é pensando na dimensão histórica desta política, que enche de esperança seu país, sua região e o mundo, que peço a todos que me acompanhem em um brinde ao progresso contínuo desta grande nação, a um futuro de amizade e cooperação entre o Brasil e a Coréia e à saúde e felicidade pessoal do Presidente Kim Dae-jung e de sua esposa.

VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA DA CORÉIA

DECLARAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM PANMUNJON, POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA DA CORÉIA. 19 DE JANEIRO DE 2001

É com grande emoção que visito esta localidade tão marcada pela história. Ela constitui, possivelmente, um dos últimos marcos da Guerra Fria, que dominou boa parte da cena internacional na segunda metade do século XX.

Agora, no alvorecer de um novo século, vemos sinais promissores de que mais este bastião de confrontação está prestes a ser derrubado. Têm sido admiráveis os esforços do Presidente Kim Dae-jung em perseguir sua política de reaproximação inter-coreana.

Orientado pelos princípios da paz, democracia e solução pacífica de controvérsias, seus gestos conciliatórios vêm apresentando frutos animadores, conforme se verificou no histórico encontro de cúpula em Pyongyang no ano passado. O reconhecimento internacional à iniciativa do Presidente Kim Dae-jung traduziu-se na outorga do merecido Prêmio Nobel da Paz. Acredito que a comunidade internacional deve emprestar firme apoio ao processo de normalização das relações entre o Norte e o Sul da península.

A abertura de canais de diálogo e interação com a Coréia do Norte permitirá que aquele país saia gradualmente de seu isolamento

e venha a integrar-se harmoniosamente na nova ordem internacional que se desenha para o século XXI. Essa integração trará, sem dúvida, uma contribuição extraordinária ao fortalecimento da paz e estabilidade na região, e deve realizar-se com base no respeito às normas do direito internacional, inclusive no âmbito dos direitos humanos e da consolidação do regime de não-proliferação.

O Brasil não pode deixar de privilegiar a consolidação da paz e estabilidade na península coreana, que por sua vez fortalecerá a prosperidade desta importante região do globo. Assim o fazemos porque somos um país voltado para a paz, aberto ao diálogo universal e que vem dando sua contribuição aos processos de solução pacífica e negociada de conflitos. Nesse contexto, o Brasil iniciou, recentemente, conversações com representantes do governo da Coréia do Norte com vistas à identificação de princípios comuns que balizem o futuro estabelecimento de relações diplomáticas.

A recente realização de encontro em Nova York entre os Representantes Permanentes do Brasil e da Coréia do Norte constituiu um passo positivo naquela direção. Anuncio,

portanto, a intenção brasileira de prosseguir com o diálogo iniciado com a Coréia do Norte e de proceder, tão logo as condições assim o permitam, ao estabelecimento de relações diplomáticas.

Quero aproveitar minha presença neste histórico local para lançar um apelo de paz e reconciliação entre todos os coreanos. Registro os importantes passos dados com esse objetivo por parte das lideranças da Coréia do Sul e da Coréia do Norte. Tenho a certeza de que, em um futuro não distante, Panmunjom poderá ser, não mais um símbolo da Guerra Fria, mas um símbolo da amizade e da reconciliação entre irmãos.

VISITA OFICIAL AO TIMOR LESTE

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SESSÃO DO CONSELHO NACIONAL DO TIMOR LESTE. DÍLI, 22 DE JANEIRO DE 2001

Nesta visita a Díli, minha motivação maior é a de ser intérprete dos sentimentos e valores do povo brasileiro e, nessa condição, trazer nossa mensagem de solidariedade aos timorenses. Em um país com as dimensões do Brasil, raros são os eventos além-fronteiras que chegam a capturar a imaginação popular. No entanto, a luta do povo timorense por sua liberdade marcou vivamente a opinião pública brasileira. Apesar da distância, apesar das diferenças, os brasileiros têm os timorenses na conta de um povo irmão.

A emoção causada pelo voto de 30 de agosto de 1999 e a coragem do povo timorense em face da adversidade e da violência ecoaram no Brasil. Desde o primeiro momento apoiamos no plano político e com recursos humanos e materiais a intervenção da ONU em Timor. Temos orgulho de que um brasileiro, Sérgio Vieira de Mello, tenha sido escolhido para liderar a ação da ONU neste período de transição.

E é com satisfação que já podemos saudar o Timor Leste como um parceiro amigo e leal na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Impõem-se, agora, os desafios da reconstrução e da preparação para a independência.

Algumas das tarefas prioritárias são as mesmas com as quais nos defrontamos no Brasil:

- a da educação, condição imprescindível para assegurar a cada um o exercício da cidadania e as condições de inserção na economia; e
- a da saúde, direito social fundamental de todos os cidadãos em uma democracia.
- Outras são tarefas próprias de um Estado jovem, que dá os primeiros passos para a organização do poder público:
- a estruturação de um serviço público eficiente e eficaz, capaz de atender às demandas da sociedade; e
- o estabelecimento das condições para que o Estado timorense desempenhe a contento as funções básicas da soberania, como defesa e relações exteriores.

Em todas estas áreas o Brasil já vem cooperando com o Timor Leste. Cada uma delas é importante, mas a cooperação brasileira em Timor Leste terá a mesma prioridade que o meu Governo adota no Brasil: a educação, o combate ao analfabetismo, o treinamento de professores, a formação profissional.

Nosso desejo é dar uma contribuição decisiva à educação e à capacitação dos quadros, para que os timorenses possam, o quanto antes, tomar seu destino em suas próprias mãos. Mas ainda que as necessidades materiais saltem aos olhos, a principal tarefa com que se defrontarão os timorenses, a mais crucial para sua felicidade futura, é a construção de um Estado livre e democrático. Democracia é muito mais do que a simples realização de eleições livres. Democracia é convívio, diálogo, um processo de conciliação de interesses que reúna a promoção do bem comum e a aceitação das diferenças.

E eu quero dizer, aqui, que nós, brasileiros - e os povos de todo o mundo - temos, a esse respeito, uma grande dívida com o povo timorense. Por meio de sua luta exemplar, sua coragem e sua bravura, o povo e os líderes timorenses estão dando uma grande lição ao mundo: a de que a grandeza de um povo se mede, não pela extensão de seu território, mas pela dimensão dos sacrifícios

que é capaz de realizar na conquista de sua liberdade, na defesa dos direitos humanos e da democracia. O Timor Leste tem a sorte de poder contar, nesse momento decisivo de sua história, com líderes capazes, corajosos, como o Presidente Xanana Gusmão.

Senhoras e senhores,

O Brasil, como o Timor Leste, abriu-se para o mundo na primeira onda da globalização, no século XVI. Sobre aquelas navegações portuguesas, perguntou Fernando Pessoa se teriam valido a pena. Respondeu ele próprio que tudo vale a pena se a alma não é pequena. Neste início de milênio, em que a globalização transcende os Estados e as grandes empresas e transforma o dia a dia dos cidadãos, vale a pena o esforço de solidariedade.

Por isso, minha palavra aqui é de apoio e solidariedade do Brasil. Os brasileiros saberão estender a mão a seus irmãos da jovem nação timorense.

Muito obrigado.

ENCONTRO COM O GRUPO DE BRASILEIROS QUE PRESTAM SERVIÇOS NO TIMOR LESTE

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, EM ENCONTRO COM O GRUPO DE BRASILEIROS QUE
PRESTAM SERVIÇOS NO TIMOR LESTE. DÍLI, 22 DE JANEIRO DE 2001

Esta é uma ocasião muito especial na viagem que faço à Ásia. Tenho aqui a singular oportunidade de encontrar-me com um grupo de compatriotas, e é preciso dizê-lo: não um grupo qualquer, mas uma pequena comunidade formada por brasileiros que, tão longe de casa, executam com patriotismo e com sentimento de humanidade, com coragem e com eficiência, uma grande missão. Uma missão que é de caráter humanitário e que reflete o sentimento de solidariedade do povo brasileiro com seus irmãos timorenses.

O trabalho realizado por este grupo de brasileiros –civis, militares, policiais – merece ser reconhecido e homenageado. Nas diferentes áreas em que atuam – administração, educação, saúde pública e segurança – os brasileiros que prestam serviço no Timor exercem atividades de alta importância para este novo país, para as Nações Unidas e também para o Brasil.

Ajudam no processo de reconstrução nacional, de desenvolvimento das instituições democráticas e de melhora das condições sócio-econômicas da população timorense. Tenho a convicção de que este trabalho – tão difícil de ser executado e, igualmente, tão

nobre no modo como foi concebido – tem sido e será fundamental no caminho da transição desta nação para sua plena independência.

A atuação da Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste, sob a chefia segura e competente do brasileiro Sérgio Vieira de Mello, representa uma defesa dos princípios e propósitos consagrados na Carta das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, a experiência no Timor Leste representa também uma valiosa preparação da Organização para as oportunidades e os desafios do século que se inicia.

Para o Brasil, os esforços que as Senhoras e Senhores vêm desenvolvendo simbolizam a continuidade da participação brasileira em iniciativas para defesa e consolidação da paz em todo o mundo. Esta tradição, que se vem consolidando desde os anos 50, quando o Batalhão Suez inaugurou nossa participação em iniciativas dessa natureza, renovou-se na última década. Militares e policiais brasileiros têm prestado serviço a missões de paz das Nações Unidas em diversos países e continentes, como em Angola, em Moçambique, na Guatemala e na antiga Iugoslávia.

O compromisso tradicional da sociedade brasileira com a paz, que ignora diferenças raciais e religiosas, se fortalece com a presença deste grupo no Timor Leste. Por todos estes fatores, é com orgulho que me reúno com este grupo de brasileiros que, como já disse, é tão especial.

Sei que o trabalho de cada um apresenta grandes desafios. E a distância do Brasil, dos familiares, dos amigos não é a menor das dificuldades encontradas. Essa circunstância só valoriza ainda mais a generosidade e o mérito dos que se encontram engajados nessa missão.

Com esse trabalho, com esse esforço, cada um de vocês está ajudando a escrever uma página crucial da história do Timor Leste e das próprias Nações Unidas. Quando regressarem ao Brasil, levarão lembranças indeléveis, que serão parte inseparável da vida de cada um. Levarão a satisfação pelo trabalho realizado e o justificado orgulho pelo dever cumprido.

Estar participando desta grande obra de construção de um novo país, ao lado de um povo irmão do qual nos sentimos tão próximos é sem dúvida uma valorosa realização pessoal e uma extraordinária contribuição para a presença internacional do Brasil.

Deixo-lhes o meu reconhecimento pessoal e, como Presidente da República, o reconhecimento de toda a nação brasileira.

Muito obrigado a vocês todos.

SEMINÁRIO “OPORTUNIDADES DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO NO BRASIL”

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO SEMINÁRIO “OPORTUNIDADES DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO NO BRASIL”, POR OCASIÃO DE SUA VISITA OFICIAL À INDONÉSIA. JACARTA, 23 DE JANEIRO DE 2001

Tenho grande satisfação de estar aqui e desejo agradecer à Câmara Indonésia de Comércio e Indústria pela organização deste seminário, que oferece uma oportunidade excelente para que nossos países se conheçam melhor.

Sou o primeiro Presidente do Brasil a visitar a Indonésia. A ocasião é muito gratificante para mim, na medida em que nos torna possível emprestar novo ímpeto às relações bilaterais.

O Brasil e a Indonésia são ambos países em desenvolvimento. Na realidade, grandes países em desenvolvimento. Enfrentamos muitos problemas semelhantes e estou convencido de que há muitas áreas em que podemos trabalhar juntos. Quero aproveitar esta oportunidade para apresentar-lhes um breve quadro da situação sócio-econômica no Brasil.

Há dez anos, o Brasil já era um país com grandes perspectivas econômicas, mas enfrentava problemas que pareciam insuperáveis, ao menos para os mais pessimistas. Havia a ameaça da hiperinflação e o conseqüente caos das finanças nacionais.

Em 1994, executamos com êxito um plano para a estabilização da economia, o “Plano Real”. Isso mudou radicalmente a situação e, em conseqüência, o Brasil ingressou em um novo ciclo de crescimento não-inflacionário. Conseguimos controlar a inflação (que esteve abaixo de 6% no ano passado). O crescimento econômico foi impulsionado pela melhora do poder aquisitivo da população, inclusive nos segmentos mais pobres. O nível de investimento estrangeiro direto elevou-se de forma expressiva (nos últimos dois anos, tivemos uma média de US\$ 2 bilhões por mês). Em 2000, a colheita de grãos atingiu o recorde de 83 milhões de toneladas.

Estamos implementando um programa plurianual de investimentos, voltado para a modernização da infra-estrutura econômica do Brasil e para a promoção do desenvolvimento social. O programa prevê investimentos no montante de US\$ 160 bilhões (de fontes tanto públicas como privadas) para um período de 8 anos.

Como a Indonésia, nós sentimos as conseqüências das turbulências financeiras

internacionais. Em janeiro de 1999, o Brasil viu-se forçado a desvalorizar sua moeda e a adotar um novo regime cambial, baseado em taxas flutuantes. Apesar de muitas previsões pessimistas feitas naquele momento, o Brasil recuperou-se de forma razoavelmente rápida. Em 2000, a taxa de crescimento esteve em torno de 4% (com um forte crescimento do setor industrial), e esperamos uma taxa ligeiramente superior este ano (4,5%) e talvez ainda mais alta para os próximos anos, dependendo as condições no plano internacional.

As taxas de desemprego estão em seu nível mais baixo dos últimos três anos, e estão decrescendo. Isso foi assegurado com a execução de um programa doloroso, mas necessário de ajuste fiscal. Esses resultados foram possíveis também em razão do fato de que, em pelo menos duas formas diferentes, o Brasil havia se tornado mais forte e mais apto a fazer frente a desafios difíceis.

Em primeiro lugar, há uma forte tendência de opinião pública em favor da estabilidade econômica. Isso dá ao governo legitimidade para conduzir políticas econômicas responsáveis. Os brasileiros compreendem, na atualidade, que não há uma relação mutuamente exclusiva entre desenvolvimento e estabilidade.

No ano passado, o Congresso aprovou uma “Lei de Responsabilidade Fiscal”, que é um marco histórico para o Brasil. Essa lei transformou em obrigação exigível para todos os funcionários de governo atuar de forma responsável e com total transparência no gasto de dinheiro público. Apenas um exemplo: nenhum funcionário público pode criar uma nova despesa contínua sem antes indicar seja uma fonte de renda no orçamento

seja uma redução compensatória em outros dispêndios permanentes.

O Governo federal vem fazendo a sua parte, assegurando um superávit primário. De 1998 a 2000, verificou-se uma melhora fiscal de mais de 4 pontos percentuais do PIB. Mas existe ainda uma segunda forma pela qual a economia do Brasil tornou-se mais forte. As empresas brasileiras ganharam eficiência, produtividade, tornaram-se mais aptas a competir globalmente.

Ao longo dos últimos dez anos, a produtividade industrial tem crescido a uma taxa média anual de 7,6%. A qualidade dos produtos aumentou consideravelmente. Todo esse progresso deveu-se, em boa medida, à maior abertura da economia brasileira. Desde o início dos anos 90, reduzimos significativamente nossas tarifas comerciais e eliminamos barreiras não-tarifárias.

Deveu-se também à privatização e às reformas estruturais. A Petrobras, a empresa brasileira de petróleo, é um bom exemplo de uma empresa estatal que se tem demonstrado capaz de se modernizar e de se tornar mais competitiva, inclusive em áreas de intenso uso de tecnologia, como a produção off-shore.

O sistema bancário brasileiro fortaleceu-se por meio de medidas decisivas, adotadas no momento correto. Isso também foi um fator importante a ajudar-nos a atravessar as turbulências financeiras internacionais com um mínimo de dano para nossa economia.

De maneira geral, as perspectivas para nossas relações com a economia internacional são muito boas, embora ainda tenhamos muito a fazer para assegurar maior acesso de produtos brasileiros a outros mercados.

É preciso continuar lutando contra o protecionismo e a competição desleal de países desenvolvidos. Como importantes produtores agrícolas, o Brasil e a Indonésia têm interesses comuns nessa área.

Em 2000, o Brasil teve um déficit comercial de aproximadamente US\$ 700 milhões. Não foi, de forma alguma, um resultado ruim, uma vez que nesse ano os preços relativos internacionais não favoreceram os produtos de exportação brasileiros e, ao contrário, beneficiaram nossos produtos de importação, em especial o petróleo e derivados. De fato as exportações do Brasil mostraram grande força, especialmente as de produtos manufaturados. Isso é claramente um resultado dos ganhos de produtividade e de qualidade no setor industrial brasileiro, inclusive em áreas de alto conteúdo tecnológico, como a indústria aeronáutica.

Com base nas informações que acabo de lhes apresentar, torna-se claro que as perspectivas econômicas do Brasil – internas e internacionais – são muito boas. Isso não significa que não tenhamos problemas. Ao contrário. Por exemplo, enfrentamos uma herança pesada de injustiça social.

É por isso que vimos colocando grande ênfase na educação e na saúde. Essas são áreas cruciais não apenas para a promoção da justiça social, mas também para assegurar o desenvolvimento econômico. Em nossos dias, nenhum país pode esperar alcançar êxito no plano econômico sem uma força de trabalho qualificada. O Brasil já obteve resultados expressivos. Em 1993, cerca de 84% das crianças em idade escolar freqüentava as escolas no Brasil. Hoje, sete anos mais tarde, 97% de todas as crianças estão na escola. Nos

últimos seis anos, o número de crianças e jovens no ensino médio aumentou 67%.

Devemos também fazer nosso melhor esforço para reduzir a distância que nos separa dos países mais avançados em ciência e tecnologia. O Brasil tem dado passos importantes. Estamos duplicando nosso orçamento de pesquisa, alcançando mais de US\$ 1 bilhão por ano. Estamos também lançando um programa específico para assegurar que os brasileiros estarão plenamente capacitados para participar dos benefícios da tecnologia da informação.

Senhoras e senhores,

O Brasil e a Indonésia são ambas economias dinâmicas com grandes mercados internos. Em nossas relações como a economia mundial, vemo-nos diante de problemas como o protecionismo ou o caráter instável dos fluxos de capital. Há muito que podemos fazer juntos, tanto no plano bilateral como no multilateral, por exemplo, no G-15 – que, a propósito, realizará sua próxima reunião na Indonésia. No nível bilateral, acredito que este é o momento para criar condições para o crescimento em nosso comércio bilateral e em nossos investimentos recíprocos.

Nossa corrente de comércio (US\$ 400 milhões por ano) está muito abaixo do que se poderia esperar, dada a dimensão de nossas economias. Há inúmeras oportunidades de investimento em ambos os países, e estou convencido de que este seminário está dando uma contribuição extremamente útil para a identificação dessas oportunidades. Nossos governos devem mostrar o caminho e criar um quadro institucional para a expansão das relações bilaterais.

Podemos negociar acordos para reduzir ao mínimo os obstáculos burocráticos. Podemos

explorar o potencial de cooperação científica e tecnológica entre dois países tropicais, com amplas áreas de floresta úmida e com um considerável desenvolvimento na pesquisa científica. No entanto, nem tudo pode ser feito pelos governos. É essencial contar com a participação ativa do setor privado. Empresários do Brasil e da Indonésia têm muito a ganhar com o estreitamento dos laços bilaterais entre nossos dois países. No passado, a distância geográfica pode ter sido um impedimento.

Isso já não ocorre. Em função dos recentes desenvolvimentos no transporte e nas comunicações, não há razão para que Brasil e Indonésia não possam ter, entre si, um comércio florescente e um fluxo crescente de investimentos, assim como parcerias e joint-ventures empresariais. Não podemos ter medo das distâncias. Vamos trabalhar conjuntamente e alcançar os melhores resultados neste relacionamento tão promissor.

Muito obrigado.

POSSE DO PROFESSOR CELSO LAFER NO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR CELSO LAFER NO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRASÍLIA, 29 DE JANEIRO DE 2001

Aceitei, com entusiasmo, o honroso convite que me formulou o Presidente Fernando Henrique Cardoso para retornar ao Itamaraty, oito anos após meu primeiro período à frente do Ministério.

“Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio”. Sei que volto a um Itamaraty que, como o Brasil, transformou-se com as significativas mudanças internas e externas que marcaram a última década. Volto a um Itamaraty que, como o Brasil, mudou para melhor. Volto a esta instituição que tanto prezo com o desafio e a responsabilidade de levar a cabo uma política externa que saiba, no momento atual, e com visão de futuro, traduzir criativamente necessidades internas em possibilidades externas.

Esta tradução exige, numa democracia, mecanismos permanentes de consulta com a sociedade civil. Em minha gestão aprofundarei os canais de interação entre o Itamaraty e os diversos atores da vida nacional – o Legislativo, os partidos políticos, a mídia, os estados que integram a nossa Federação, os sindicatos, os empresários e suas associações, as universidades e o mundo intelectual, as organizações não-governamentais – que compõem, no seu pluralismo, o grande mosaico brasileiro.

A dinamização desses canais é fundamental para a sustentabilidade das ações da política externa. Numa época de diplomacia global, é necessário transparência e participação. A operação do mundo através de redes é uma das conseqüências do processo de globalização e dos desenvolvimentos técnicos recentes que encurtaram distâncias, aceleraram os tempos e diluíram os limites entre o “interno” e o “externo”, entre o país e o mundo.

É sob a perspectiva do interesse nacional que o Brasil busca sua inserção no mundo. Entre os fatores de continuidade que determinam o interesse nacional destaque: o dado geográfico da América do Sul, que é a nossa circunstância diplomática; o positivo e pacífico relacionamento com os nossos muitos vizinhos; a experiência de um “povo novo”, fruto da confluência de variadas matrizes e tradições, amalgamada pela unidade da língua portuguesa; o componente latino-americano da nossa identidade cultural; a escala continental que nos dá um papel na tessitura da ordem mundial; a relativa distância dos focos de maior tensão no cenário internacional; o desafio do desenvolvimento e o imperativo do resgate da dívida social, que é o passivo da nossa História. Este conjunto de elementos caracteriza-nos no pluralismo do mundo.

As interdependências e as afinidades, assim como as aspirações em torno de uma ordem mundial regida por uma razão abrangente de humanidade - que pode encontrar expressão no conceito de “globalização solidária” - não eliminam a importância dos estados na dinâmica da vida internacional. Os seres humanos projetam suas expectativas e reivindicações sobre as nações a que pertencem e seu bem-estar está vinculado ao desempenho dos países em que vivem. A legitimação dos governos apoia-se cada vez mais na sua eficácia em atender as necessidades e anseios dos povos que representam. No mundo contemporâneo os estados e os governos permanecem indispensáveis instâncias públicas de intermediação.

No plano da política externa brasileira, tal intermediação assinala-se por uma conduta que reflete a associação positiva e coerente entre a democracia e a tradição de um internacionalismo de vocação pacífica, valores com os quais me identifico, no melhor espírito da minha Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Como um processo contínuo de diálogo, de pressão e de negociação voltado para a promoção dos interesses nacionais, a diplomacia está em sintonia com a maneira pela qual se constrói a convivência democrática. Assim o determina a Constituição, que estabelece o compromisso do Brasil com a solução pacífica das controvérsias na ordem interna e internacional.

Depois da consolidação jurídica das fronteiras nacionais, que devemos a Rio Branco, o tema forte da política externa do Brasil tem sido o desenvolvimento do país, trabalhado à luz de distintas conjunturas internas e externas, por meio de uma inserção soberana no mundo.

O fim da Guerra Fria e seus desdobramentos trouxeram com a diluição do papel econômico das fronteiras uma efetiva internalização do

mundo na vida brasileira. Por esta razão, no século XXI são distintos os meios para tornar operacionais o valor do desenvolvimento e assegurar sua sustentabilidade – econômica, financeira, política, social, ambiental. Hoje a autonomia – objetivo permanente da nossa política exterior – requer participação no mundo.

A diplomacia presidencial constitui, nesse contexto, elemento indispensável da política externa brasileira e lida de maneira criativa, na sua abrangência, com o impacto da “internalização” do mundo na vida brasileira. Tem a sustentá-la a consolidação da democracia e a importância de uma economia aberta, estabilizada pelo Plano Real e revigorada pelo retorno do crescimento e dos bons indicadores macroeconômicos.

Um dos itens críticos da pauta brasileira é a política de comércio exterior. Por ser um imperativo interno é conseqüentemente uma política do Governo como um todo. Cabe ao Itamaraty dar uma contribuição, dentro de sua área de competência, com vistas a ampliar a participação do Brasil nos mercados internacionais.

O futuro do comércio exterior brasileiro passa pelas negociações multilaterais, regionais e inter-regionais em curso, que ocorrem em um mundo de contrastes econômicos e de insegurança social, como conseqüência das assimetrias da globalização. Como já observou o Presidente Fernando Henrique, é preciso que o sistema internacional em construção abra espaço para que cada país, sem prejuízo da responsabilidade fiscal e da coerência macroeconômica, alcance níveis adequados de bem-estar, emprego e desenvolvimento social, assim como a integração dos segmentos que permanecem à margem da sociedade organizada.

Tais negociações comerciais, que são de responsabilidade do Itamaraty, vão muito além

das simples trocas de concessões tarifárias. No presente, dizem respeito à elaboração de normas internacionais voltadas para a regulamentação de um número crescente de matérias que antes estavam exclusivamente na esfera de competência interna dos Estados. As normas sanitárias e padrões técnicos; os incentivos governamentais; a defesa comercial e a propriedade intelectual são exemplos concretos da “internalização” do mundo na vida brasileira -- e na vida de outras nações. Daí a complexidade das negociações na OMC, na ALCA e as que estão contempladas no acordo Mercosul-União Européia.

Lidar com essa complexidade requer uma “diplomacia do concreto”. Exige uma avaliação rigorosa do impacto econômico interno de normas jurídicas internacionais e uma informação precisa sobre como as diversas cadeias produtivas são afetadas por alterações na tarifa aduaneira. Em outras palavras, uma “diplomacia do concreto” passa não apenas por uma visão macroeconômica, mas também por um apropriado entendimento da microeconomia.

Em todas as negociações comerciais, a interação com o setor privado é indispensável. É também essencial coordenação fluida e eficaz, com espírito de equipe, entre todos os órgãos de governo. Só assim se gera o necessário entendimento para a definição do interesse nacional. Cresci e vivi no meio empresarial. Não são para mim conceitos abstratos os obstáculos enfrentados pelos setores produtivos com os entraves burocráticos; as barreiras externas aos nossos produtos e serviços; e as diversas facetas do “custo Brasil”, em especial o efeito negativo das distorções na estrutura tributária sobre a competitividade das exportações brasileiras.

Pretendo, nesta linha, estimular a atuação do Comitê Empresarial Permanente. O Ministério está buscando implementar um novo modelo

de atuação neste campo, que reflita a evolução das demandas da sociedade e os desafios mundiais. Vejo a nova CAMEX como uma indispensável instância de coordenação e operação da ação governamental neste âmbito. É uma sinalização inequívoca da prioridade que está sendo conferida pelo Governo à área de comércio exterior.

Darei atenção especial às atividades de promoção comercial. O Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty trabalhará em sintonia com a Agência de Promoção de Exportações – APEX e com todas as áreas do Governo relacionadas com o aumento quantitativo e qualitativo de nossas exportações. Na continuação dessa tarefa, tenho presentes as palavras de Horácio Lafer, Chanceler de Juscelino Kubitschek, em seu discurso de posse: “onde houver um cliente possível para o Brasil, ali estará vigilante o Itamaraty”.

A defesa eficaz dos interesses nacionais na OMC, na ALCA e nas negociações com a União Européia exige o fortalecimento do MERCOSUL, um dos maiores êxitos diplomáticos na história de nossa região. A ocasião é favorável. Em 2001, pela primeira vez desde a crise asiática, as economias do Brasil e da Argentina voltarão a crescer ao mesmo tempo.

Ressalto a aliança estratégica com a Argentina como uma das linhas mestras da política exterior do Presidente Fernando Henrique. Constitui um fator decisivo para a evolução do MERCOSUL e fornece um dos dados-chave da equação sul-americana.

Estaremos em breve comemorando os dez anos da assinatura do Tratado de Assunção. Queremos marcar essa data dando novo impulso à consolidação e aprofundamento do MERCOSUL. Os problemas devem ser enfrentados com visão de futuro e consciência do alcance histórico da obra que estamos construindo. A agenda de curto prazo do

MERCOSUL determina o estabelecimento de área de livre comércio com a Comunidade Andina, que estará sendo negociada ainda neste semestre.

Promover a identidade latino-americana é uma orientação permanente da política externa brasileira, estabelecida na Constituição. As fronteiras de nossa região não são nem devem ser vistas como fronteiras de separação, mas sim como fronteiras de cooperação. Trata-se de fazer a economia de nossa geografia; de criar sinergias e eixos de integração da infra-estrutura; de estabelecer condições de segurança e tranqüilidade para enfrentar o desafio comum do desenvolvimento. A recente e inédita Reunião de Presidentes da América do Sul dá enfoque inovador a essas questões.

Se as questões regionais de nosso entorno sul-americano e as grandes negociações comerciais que se avizinham constituem para mim uma primeira ordem de preocupações, são igualmente prioritários outros assuntos de política exterior, que, por sua relevância para a sociedade, integram a agenda da opinião pública.

Meu percurso pessoal está ligado ao tratamento das questões dos direitos humanos, do meio ambiente, do desarmamento, da não-proliferação e eliminação de armas de destruição em massa. Por suas credenciais e por mandato de sua sociedade, o Brasil deseja e deve continuar a ter um papel ativo nas iniciativas e negociações multilaterais relativas a esses temas, que este ano incluem, entre outros tópicos relevantes, mudanças climáticas, biodiversidade e combate ao racismo.

Deveremos, igualmente, envidar esforços ainda mais intensos de cooperação internacional para fazer frente às novas ameaças que representam o tráfico de drogas,

o crime organizado e a lavagem de dinheiro. O desenvolvimento de uma atuação mais destacada e participativa em todos esses assim como em outros temas da agenda política internacional, particularmente no âmbito das atividades das Nações Unidas, deve ser condizente com um país do peso específico do Brasil e com nossas responsabilidades na cena internacional.

No campo da assistência e proteção dos direitos do cidadão brasileiro no exterior - vertente essencial de nossa ação externa - o Itamaraty continuará a oferecer seu melhor desempenho para responder às exigências da cidadania.

A diplomacia cultural é elemento necessário para uma presença qualitativa do Brasil no mundo. Sua implementação requer, nas circunstâncias atuais, atividades em parceria com a sociedade. Não deixarei de procurar meios inovadores de incentivar a divulgação da cultura brasileira no exterior, estimulado por minha condição de professor e inspirado pelo alcance do ensinamento de Norberto Bobbio, “a política divide, a cultura une”.

Para levar adiante as importantes tarefas que temos à frente, contarei – como tive a felicidade de contar no passado – com a competência, a dedicação e o espírito público de todos os funcionários do Itamaraty. O prestígio internacional e a excelência deste Ministério estão baseados na qualidade dos seus quadros. Tenho conhecimento das necessidades materiais desta Casa e sensibilidade em relação aos problemas atuais da carreira, em especial da motivação de seus integrantes. A essas questões darei atenção e foco, com a preocupação de preservar e aumentar a capacitação do Brasil no trato da agenda diplomática.

Senhoras e senhores,

Em 1992, tive a felicidade de contar com a esclarecida e sólida colaboração do meu amigo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa na Secretaria-Geral do Ministério. O “equilíbrio de virtudes” que o caracteriza, para tomar emprestada uma formulação de Joaquim Nabuco sobre o Visconde do Rio Branco, foi posto à prova nas experiências subseqüentes que teve na chefia de importantes embaixadas e no renovado exercício das funções de Secretário-Geral e de Ministro Interino. Reitero minha satisfação com sua aceitação do convite que lhe fiz para permanecer como Secretário-Geral e continuar dando ao Itamaraty a contribuição de sua inteligência e dedicação.

Não é a primeira vez que sucedo ao Ministro Luiz Felipe Lampreia. Isso já acontecera na Missão em Genebra, quando foi nomeado Chanceler pelo Presidente Fernando Henrique. Fomos colegas quando estive à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e naquelas funções sempre tive seu irrestrito apoio.

Trabalhamos juntos há muitos anos. Nossas afinidades profissionais se desenvolveram particularmente na área do comércio internacional, de que o Ministro Lampreia é profundo conhecedor. Acompanhei-o em várias reuniões de alto nível e sou testemunha do reconhecimento internacional de suas habilidades negociadoras e da maneira firme com que defende os interesses nacionais. Admiro sua capacidade de perceber com clareza o relevante e a precisão de sua inteligência.

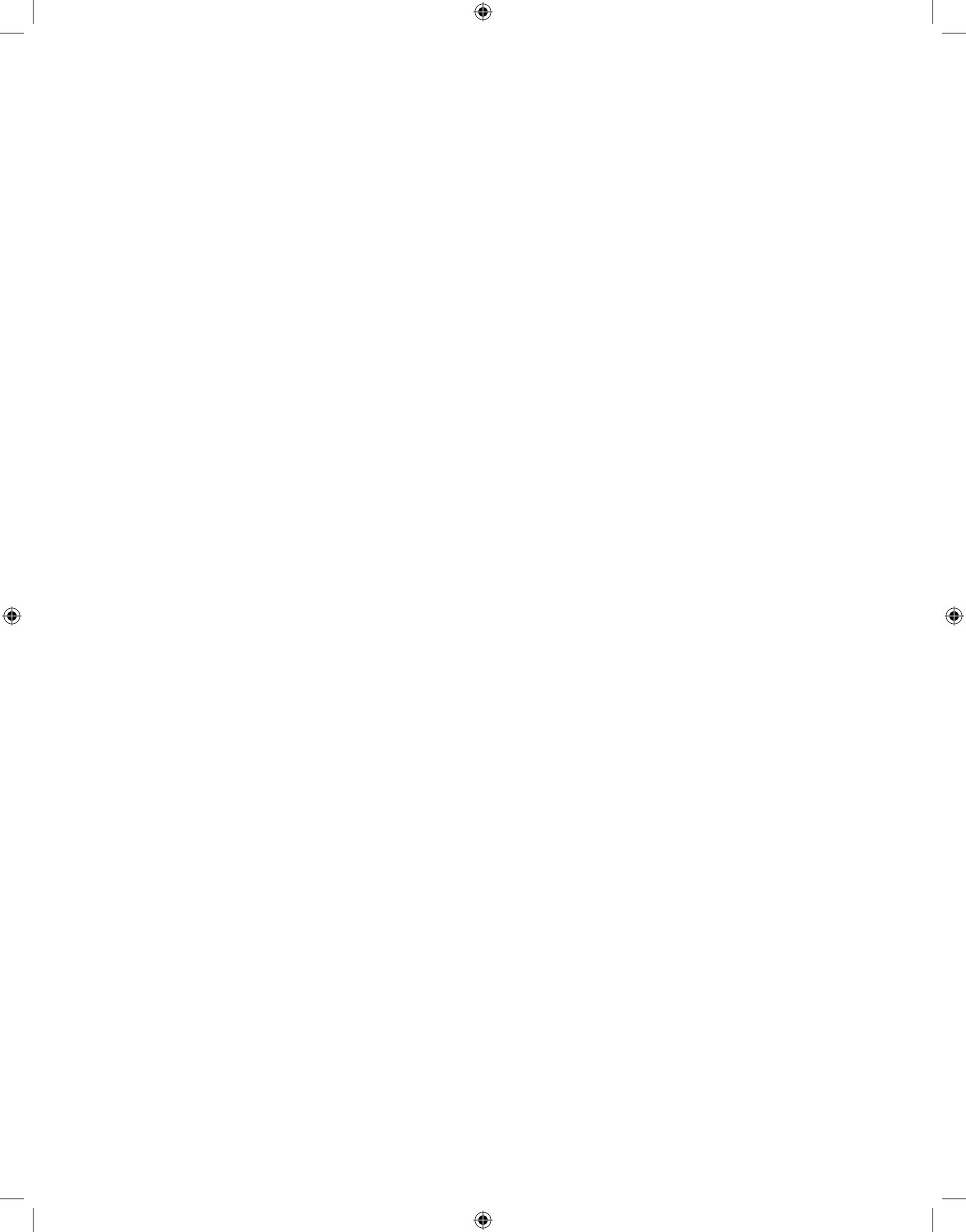
O Ministro Lampreia construiu para o Itamaraty um patrimônio de realizações voltadas para a presença do Brasil em um mundo em mudança. Buscarei preservar e aperfeiçoar esse patrimônio, de acordo com as novas conjunturas.

Em nome de todos, transmito a Lenir e Luiz Felipe a grande admiração pelos muitos anos de trabalho que ambos dedicaram a esta Casa e ao Brasil. Juntamente com Mary e com os muitíssimos amigos que têm nesta Casa, expresso votos de felicidade e certeza de sucesso nos muitos anos de realizações que têm à frente.

Meus amigos,

O convite que recebi para chefiar este Ministério me proporciona uma oportunidade de voltar a dar minha contribuição ao País e ao Governo. O Presidente e a Dra. Ruth são velhos e queridos amigos. Trata-se de uma amizade de décadas que tem sua origem na Universidade de São Paulo, a nossa casa comum, e tem sólidas raízes em afinidades éticas e intelectuais. Acompanho solidariamente desde seu início a atuação pública do Presidente. Sua trajetória e nossa parceria política são para mim motivo de orgulho.

O retorno a esta Casa faz-me sentir, para repetir os versos da canção de Gilberto Gil, “como se ter ido / fosse necessário para voltar”. À frente do Itamaraty, mobilizarei todas as minhas energias, conhecimentos e experiência para responder à tarefa que me foi confiada, com o inquebrantável ânimo de servir ao Brasil.



POSSE NO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO

DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR CELSO LAFER NO CARGO
DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
BRASÍLIA, 29 DE JANEIRO DE 2001

Aceitei, com entusiasmo, o honroso convite que me formulou o Presidente Fernando Henrique Cardoso para retornar ao Itamaraty, oito anos após meu primeiro período à frente do Ministério.

“Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio”. Sei que volto a um Itamaraty que, como o Brasil, transformou-se com as significativas mudanças internas e externas que marcaram a última década. Volto a um Itamaraty que, como o Brasil, mudou para melhor. Volto a esta instituição que tanto prezo com o desafio e a responsabilidade de levar a cabo uma política externa que saiba, no momento atual, e com visão de futuro, traduzir criativamente necessidades internas em possibilidades externas.

Esta tradução exige, numa democracia, mecanismos permanentes de consulta com a sociedade civil. Em minha gestão aprofundarei os canais de interação entre o Itamaraty e os diversos atores da vida nacional - o Legislativo, os partidos políticos, a mídia, os estados que integram a nossa Federação, os sindicatos, os empresários e suas associações, as universidades e o mundo intelectual, as organizações não-governamentais - que compõem, no seu pluralismo, o grande mosaico brasileiro.

A dinamização desses canais é fundamental para a sustentabilidade das ações da política externa. Numa época de diplomacia global, é necessário transparência e participação. A operação do mundo através de redes é uma das conseqüências do processo de globalização e dos desenvolvimentos técnicos recentes que encurtaram distâncias, aceleraram os tempos e diluíram os limites entre o “interno” e o “externo”, entre o país e o mundo.

É sob a perspectiva do interesse nacional que o Brasil busca sua inserção no mundo. Entre os fatores de continuidade que determinam o interesse nacional destaque: o dado geográfico da América do Sul, que é a nossa circunstância diplomática; o positivo e pacífico relacionamento com os nossos muitos vizinhos; a experiência de um “povo novo”, fruto da confluência de variadas matrizes e tradições, amalgamada pela unidade da língua portuguesa; o componente latino-americano da nossa identidade cultural; a escala continental que nos dá um papel na tessitura da ordem mundial; a relativa distância dos focos de maior tensão no cenário internacional; o desafio do desenvolvimento e o imperativo do resgate da dívida social, que é o passivo da nossa História. Este conjunto de elementos caracteriza-nos no pluralismo do mundo.

As interdependências e as afinidades, assim como as aspirações em torno de uma ordem mundial regida por uma razão abrangente de humanidade - que pode encontrar expressão no conceito de “globalização solidária” - não eliminam a importância dos estados na dinâmica da vida internacional. Os seres humanos projetam suas expectativas e reivindicações sobre as nações a que pertencem e seu bem-estar está vinculado ao desempenho dos países em que vivem. A legitimação dos governos apoia-se cada vez mais na sua eficácia em atender as necessidades e anseios dos povos que representam. No mundo contemporâneo os estados e os governos permanecem indispensáveis instâncias públicas de intermediação.

No plano da política externa brasileira, tal intermediação assinala-se por uma conduta que reflete a associação positiva e coerente entre a democracia e a tradição de um internacionalismo de vocação pacífica, valores com os quais me identifico, no melhor espírito da minha Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Como um processo contínuo de diálogo, de pressão e de negociação voltado para a promoção dos interesses nacionais, a diplomacia está em sintonia com a maneira pela qual se constrói a convivência democrática. Assim o determina a Constituição, que estabelece o compromisso do Brasil com a solução pacífica das controvérsias na ordem interna e internacional.

Depois da consolidação jurídica das fronteiras nacionais, que devemos a Rio Branco, o tema forte da política externa do Brasil tem sido o desenvolvimento do país, trabalhado à luz de distintas conjunturas internas e externas, por meio de uma inserção soberana no mundo.

O fim da Guerra Fria e seus desdobramentos trouxeram com a diluição do papel econômico

das fronteiras uma efetiva “internalização” do mundo na vida brasileira. Por esta razão, no século XXI são distintos os meios para tornar operacionais o valor do desenvolvimento e assegurar sua sustentabilidade – econômica, financeira, política, social, ambiental. Hoje a autonomia – objetivo permanente da nossa política exterior – requer participação no mundo.

A diplomacia presidencial constitui, nesse contexto, elemento indispensável da política externa brasileira e lida de maneira criativa, na sua abrangência, com o impacto da “internalização” do mundo na vida brasileira. Tem a sustentá-la a consolidação da democracia e a importância de uma economia aberta, estabilizada pelo Plano Real e revigorada pelo retorno do crescimento e dos bons indicadores macroeconômicos.

Um dos itens críticos da pauta brasileira é a política de comércio exterior. Por ser um imperativo interno é conseqüentemente uma política do Governo como um todo. Cabe ao Itamaraty dar uma contribuição, dentro de sua área de competência, com vistas a ampliar a participação do Brasil nos mercados internacionais.

O futuro do comércio exterior brasileiro passa pelas negociações multilaterais, regionais e inter-regionais em curso, que ocorrem em um mundo de contrastes econômicos e de insegurança social, como conseqüência das assimetrias da globalização. Como já observou o Presidente Fernando Henrique, é preciso que o sistema internacional em construção abra espaço para que cada país, sem prejuízo da responsabilidade fiscal e da coerência macroeconômica, alcance níveis adequados de bem-estar, emprego e desenvolvimento social, assim como a integração dos segmentos que permanecem à margem da sociedade organizada.

Tais negociações comerciais, que são de responsabilidade do Itamaraty, vão muito além das simples trocas de concessões tarifárias. No presente, dizem respeito à elaboração de normas internacionais voltadas para a regulamentação de um número crescente de matérias que antes estavam exclusivamente na esfera de competência interna dos Estados. As normas sanitárias e padrões técnicos; os incentivos governamentais; a defesa comercial e a propriedade intelectual são exemplos concretos da “internalização” do mundo na vida brasileira - e na vida de outras nações. Daí a complexidade das negociações na OMC, na ALCA e as que estão contempladas no acordo MERCOSUL -União Européia.

Lidar com essa complexidade requer uma “diplomacia do concreto”. Exige uma avaliação rigorosa do impacto econômico interno de normas jurídicas internacionais e uma informação precisa sobre como as diversas cadeias produtivas são afetadas por alterações na tarifa aduaneira. Em outras palavras, uma “diplomacia do concreto” passa não apenas por uma visão macroeconômica, mas também por um apropriado entendimento da microeconomia. Em todas as negociações comerciais, a interação com o setor privado é indispensável. É também essencial coordenação fluida e eficaz, com espírito de equipe, entre todos os órgãos de governo. Só assim se gera o necessário entendimento para a definição do interesse nacional.

Cresci e vivi no meio empresarial. Não são para mim conceitos abstratos os obstáculos enfrentados pelos setores produtivos com os entraves burocráticos; as barreiras externas aos nossos produtos e serviços; e as diversas facetas do “custo Brasil”, em especial o efeito negativo das distorções na estrutura tributária sobre a competitividade das exportações brasileiras.

Pretendo, nesta linha, estimular a atuação do Comitê Empresarial Permanente. O Ministério está buscando implementar um novo modelo de atuação neste campo, que reflita a evolução das demandas da sociedade e os desafios mundiais. Vejo a nova CAMEX como uma indispensável instância de coordenação e operação da ação governamental neste âmbito. É uma sinalização inequívoca da prioridade que está sendo conferida pelo Governo à área de comércio exterior.

Darei atenção especial às atividades de promoção comercial. O Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty trabalhará em sintonia com a Agência de Promoção de Exportações – APEX e com todas as áreas do Governo relacionadas com o aumento quantitativo e qualitativo de nossas exportações. Na continuação dessa tarefa, tenho presentes as palavras de Horácio Lafer, Chanceler de Juscelino Kubitschek, em seu discurso de posse: “onde houver um cliente possível para o Brasil, ali estará vigilante o Itamaraty”.

A defesa eficaz dos interesses nacionais na OMC, na ALCA e nas negociações com a União Européia exige o fortalecimento do MERCOSUL, um dos maiores êxitos diplomáticos na história de nossa região. A ocasião é favorável. Em 2001, pela primeira vez desde a crise asiática, as economias do Brasil e da Argentina voltarão a crescer ao mesmo tempo.

Ressalto a aliança estratégica com a Argentina como uma das linhas mestras da política exterior do Presidente Fernando Henrique. Constitui um fator decisivo para a evolução do MERCOSUL e fornece um dos dados-chave da equação sul-americana.

Estaremos em breve comemorando os dez anos da assinatura do Tratado de Assunção. Queremos marcar essa data dando novo

impulso à consolidação e aprofundamento do MERCOSUL. Os problemas devem ser enfrentados com visão de futuro e consciência do alcance histórico da obra que estamos construindo. A agenda de curto prazo do MERCOSUL determina o estabelecimento de área de livre comércio com a Comunidade Andina, que estará sendo negociada ainda neste semestre. Promover a identidade latino-americana é uma orientação permanente da política externa brasileira, estabelecida na Constituição.

As fronteiras de nossa região não são nem devem ser vistas como fronteiras de separação, mas sim como fronteiras de cooperação. Trata-se de fazer a economia de nossa geografia; de criar sinergias e eixos de integração da infra-estrutura; de estabelecer condições de segurança e tranquilidade para enfrentar o desafio comum do desenvolvimento. A recente e inédita Reunião de Presidentes da América do Sul dá enfoque inovador a essas questões.

Se as questões regionais de nosso entorno sul-americano e as grandes negociações comerciais que se avizinham constituem para mim uma primeira ordem de preocupações, são igualmente prioritários outros assuntos de política exterior, que, por sua relevância para a sociedade, integram a agenda da opinião pública.

Meu percurso pessoal está ligado ao tratamento das questões dos direitos humanos, do meio ambiente, do desarmamento, da não-proliferação e eliminação de armas de destruição em massa. Por suas credenciais e por mandato de sua sociedade, o Brasil deseja e deve continuar a ter um papel ativo nas iniciativas e negociações multilaterais relativas a esses temas, que este ano incluem, entre outros tópicos relevantes, mudanças climáticas, biodiversidade e combate ao racismo. Deveremos, igualmente, envidar esforços ainda mais intensos de cooperação

internacional para fazer frente às novas ameaças que representam o tráfico de drogas, o crime organizado e a lavagem de dinheiro.

O desenvolvimento de uma atuação mais destacada e participativa em todos esses assim como em outros temas da agenda política internacional, particularmente no âmbito das atividades das Nações Unidas, deve ser condizente com um país do peso específico do Brasil e com nossas responsabilidades na cena internacional.

No campo da assistência e proteção dos direitos do cidadão brasileiro no exterior - vertente essencial de nossa ação externa - o Itamaraty continuará a oferecer seu melhor desempenho para responder às exigências da cidadania.

A diplomacia cultural é elemento necessário para uma presença qualitativa do Brasil no mundo. Sua implementação requer, nas circunstâncias atuais, atividades em parceria com a sociedade. Não deixarei de procurar meios inovadores de incentivar a divulgação da cultura brasileira no exterior, estimulado por minha condição de professor e inspirado pelo alcance do ensinamento de Norberto Bobbio, “a política divide, a cultura une”.

Para levar adiante as importantes tarefas que temos à frente, contarei – como tive a felicidade de contar no passado – com a competência, a dedicação e o espírito público de todos os funcionários do Itamaraty. O prestígio internacional e a excelência deste Ministério estão baseados na qualidade dos seus quadros. Tenho conhecimento das necessidades materiais desta Casa e sensibilidade em relação aos problemas atuais da carreira, em especial da motivação de seus integrantes. A essas questões darei atenção e foco, com a preocupação de preservar e aumentar a capacitação do Brasil no trato da agenda diplomática.

Senhoras e senhores,

Em 1992, tive a felicidade de contar com a esclarecida e sólida colaboração do meu amigo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa na Secretaria-Geral do Ministério. O “equilíbrio de virtudes” que o caracteriza, para tomar emprestada uma formulação de Joaquim Nabuco sobre o Visconde do Rio Branco, foi posto à prova nas experiências subseqüentes que teve na chefia de importantes embaixadas e no renovado exercício das funções de Secretário-Geral e de Ministro Interino. Reitero minha satisfação com sua aceitação do convite que lhe fiz para permanecer como Secretário-Geral e continuar dando ao Itamaraty a contribuição de sua inteligência e dedicação.

Não é a primeira vez que sucedo ao Ministro Luiz Felipe Lampreia. Isso já acontecera na Missão em Genebra, quando foi nomeado Chanceler pelo Presidente Fernando Henrique. Fomos colegas quando estive à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e naquelas funções sempre tive seu irrestrito apoio.

Trabalhamos juntos há muitos anos. Nossas afinidades profissionais se desenvolveram particularmente na área do comércio internacional, de que o Ministro Lampreia é profundo conhecedor. Acompanhei-o em várias reuniões de alto nível e sou testemunha do reconhecimento internacional de suas habilidades negociadoras e da maneira firme com que defende os interesses nacionais. Admiro sua capacidade de perceber com clareza o relevante e a precisão de sua inteligência.

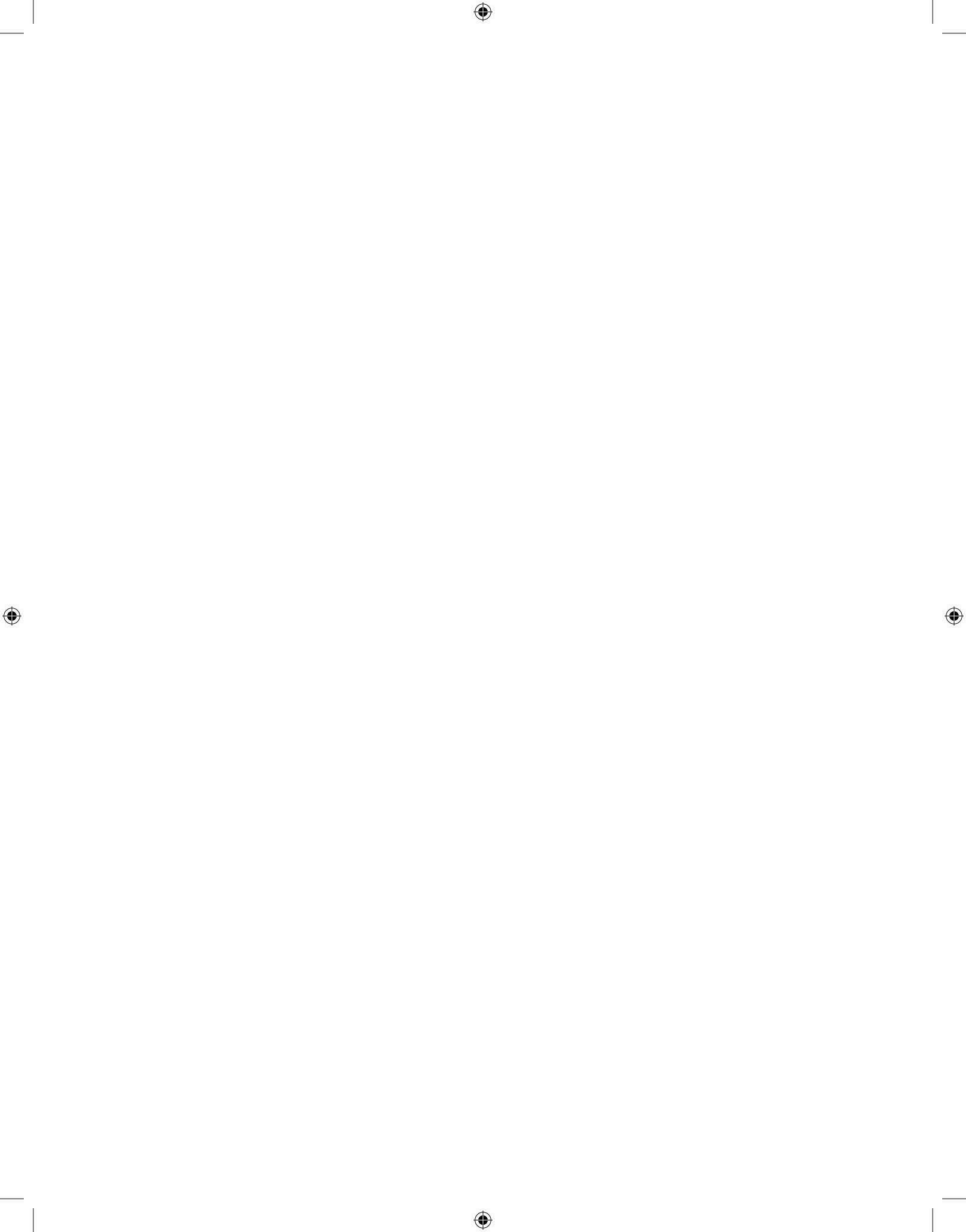
O Ministro Lampreia construiu para o Itamaraty um patrimônio de realizações voltadas para a presença do Brasil em um mundo em mudança. Buscarei preservar e aperfeiçoar esse patrimônio, de acordo com as novas conjunturas.

Em nome de todos, transmito a Lenir e Luiz Felipe a grande admiração pelos muitos anos de trabalho que ambos dedicaram a esta Casa e ao Brasil. Juntamente com Mary e com os muitíssimos amigos que têm nesta Casa, expresso votos de felicidade e certeza de sucesso nos muitos anos de realizações que têm à frente.

Meus amigos,

O convite que recebi para chefiar este Ministério me proporciona uma oportunidade de voltar a dar minha contribuição ao País e ao Governo. O Presidente e a Dra. Ruth são velhos e queridos amigos. Trata-se de uma amizade de décadas que tem sua origem na Universidade de São Paulo, a nossa casa comum, e tem sólidas raízes em afinidades éticas e intelectuais. Acompanho solidariamente desde seu início a atuação pública do Presidente. Sua trajetória e nossa parceria política são para mim motivo de orgulho.

O retorno a esta Casa faz-me sentir, para repetir os versos da canção de Gilberto Gil, “como se ter ido / fosse necessário para voltar”. À frente do Itamaraty, mobilizarei todas as minhas energias, conhecimentos e experiência para responder à tarefa que me foi confiada, com o inquebrantável ânimo de servir ao Brasil.



CERIMÔNIA DE POSSE DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE POSSE DO
MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO
LAFER. BRASÍLIA, PALÁCIO DO PLANALTO, 29 DE JANEIRO DE 2001

É com muita satisfação que dou posse ao Professor Celso Lafer no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Além de amigo pessoal, o Ministro Lafer tem sido um companheiro muito próximo desde o início de meu governo, e – devo dizer – mesmo de muito antes: na vida acadêmica, na atuação político-partidária e, não por acaso, na diplomacia.

Eu próprio recebi do Ministro Lafer, em setembro de 1992, o cargo de Chanceler, que ele agora ocupará pela segunda vez. Todos sabem que tenho por Celso Lafer a maior admiração: pelo seu talento intelectual, pela sua sensibilidade de homem público, pela sua visão dos problemas do Brasil e do mundo, pelos serviços da mais alta relevância que tem prestado ao país.

O Ministro Lafer sucede na chefia do Itamaraty ao Embaixador Luiz Felipe Lampreia, cuja atuação no comando da diplomacia brasileira, ao longo de 6 anos, marcou um período extremamente fértil na política externa. Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer a Luiz Felipe Lampreia pela colaboração leal, dedicada e invariavelmente lúcida que prestou a mim e ao Governo.

Devo acrescentar que, nesses anos todos em que trabalhei com o Ministro Lampreia e antes de ele ser Ministro, quando foi Secretário-Geral, na ocasião em que fui Ministro das Relações Exteriores, pude avaliar a formação do Ministro Lampreia, a sua competência, a sua dedicação e a capacidade que ele teve, nesses anos todos, de interpretar da melhor maneira possível o interesse nacional. Com todos os cuidados necessários para quem exerce a função de Ministro das Relações Exteriores, não faltaram nunca ao Ministro Lampreia a lucidez e a disposição para falar forte defendendo os interesses do Brasil. E fez-se respeitar, hoje – sou testemunha disso – com talvez muito poucos Ministros, se é que algum conseguiu, no âmbito internacional. O Ministro Lampreia, hoje, é uma pessoa reconhecida como alguém que tem autoridade moral, competência e fala em nome de um grande país.

Agradeço, de coração, esses anos todos de colaboração que tivemos e que tenho certeza de que continuaremos a ter nos anos afora.

Senhoras e senhores,

A posse do novo Chanceler é um momento que convida à reflexão sobre os rumos da

política externa. Para entender o que tem sido nossa política externa ao longo desses anos, é preciso entender, em primeiro lugar, que o Brasil mudou, e mudou muito. Mudou com a democracia, com a maior abertura da economia ao exterior, com a estabilidade da moeda e está mudando com as transformações voltadas para a solução dos problemas sociais.

Tudo isso se reflete na capacidade de atuação do país no cenário internacional. Reflete-se em um Brasil mais forte, mais assertivo, mais confiante. Um país sem complexos. Não hesito em dizer que o Brasil é, hoje, um país que sabe defender seus interesses, mas que sabe também entender a complexidade do jogo de interesses que caracteriza as relações internacionais. Sabe entender, também, que há certos valores que balizam nossa própria identidade e que devem ser defendidos, tanto no Brasil quanto no mundo.

E somos um país que, sobretudo, tem consciência de que nossos interesses não se definem na ausência de valores, mas através deles. O Ministro Lafer recebe, portanto, uma política externa afinada com os problemas de nosso país e de nosso tempo. Uma política externa que se faz com ampla participação do Congresso Nacional e que incorpora as aspirações expressas pelos diversos segmentos da sociedade. Cabe ao novo Ministro prosseguir na dialética de continuidade e renovação, que é própria da diplomacia. Não lhe faltarão desafios.

Não seria o caso, aqui, de fazer uma lista exaustiva das tarefas mais prementes ou de determinar uma ordem de prioridades. Desejo apenas chamar a atenção para alguns aspectos que sobressaem na agenda atual da diplomacia brasileira. Em primeiro lugar, a democracia na América do Sul. Em nossa região, as instituições democráticas se afirmaram e se revitalizaram. Mas ninguém desconhece que há razões localizadas para preocupação.

O Brasil precisa de um ambiente de democracia e de segurança na América do Sul, e é importante que nossos recursos de política externa sejam utilizados em favor desse objetivo. Este é um esforço que já vem sendo realizado e que deverá continuar.

Em segundo lugar, o Brasil na economia mundial, e aqui eu me refiro, inicialmente, ao plano regional e hemisférico. Vamos prosseguir no aprofundamento da integração no Mercosul, como prioridade número um da política externa, que deve ser paralela ao reforço da aliança estratégica com a Argentina. O Mercosul é um projeto de dimensões históricas, e em ações dessa natureza, é preciso ousadia. Saberemos tê-la, como saberemos ter a visão de longo prazo na construção das instituições e das engrenagens da integração. É necessário dar maior velocidade a esse processo. Caso contrário nossos parceiros duvidarão da real disposição do Brasil em compartilhar soluções e responsabilidades.

Vamos continuar a desenvolver a integração física e de infra-estrutura na América do Sul. Depois do histórico encontro dos Presidentes no ano passado, aqui em Brasília, o BID intensificou a preparação de projetos práticos nesta direção. Vamos enfrentar os desafios da integração hemisférica, para a qual os próximos anos serão decisivos. Decisivos porque será o momento do “frigor dos ovos”, como se diz.

A questão da integração hemisférica não é uma discussão teórica, abstrata, sobre as virtudes do livre-comércio. É, isso sim, uma discussão sobre modalidades concretas, específicas, de integração, que devem ser capazes de atender aos interesses de todos os países. Este é o ponto nevrálgico: saber se somos capazes de fazer com que o livre-comércio se traduza, em nosso hemisfério, em um arranjo econômico-comercial favorável a todos, grandes e pequenos, ricos e pobres.

O acordo alcançado em Belo Horizonte sobre a forma de negociação – *single undertaking* – é fundamental. Não estamos dispostos a abrir nosso mercado de serviços sem acesso aos mercados do Norte para nossos produtos agrícolas e industriais. Não estamos dispostos a apenas reabrir a discussão sobre a implementação das regras de patentes sem regras comuns ao hemisfério em matéria de *anti-dumping*.

A História nos desafia, como o fez com a Europa, à formação da “Comunidade das Américas”. Mas comunidade, até etimologicamente, quer dizer “viver da mesma forma, em comum, sem reprodução de assimetrias”.

Oua “Comunidade das Américas” se constitui com esse espírito, ou representará apenas a consagração – se não o aprofundamento – das desigualdades já existentes. Em um espectro mais amplo, temos que continuar a lidar com as tendências da globalização e as questões mais diretamente ligadas à economia internacional.

Este é um debate que se está enriquecendo. Sofre ainda com algumas simplificações. A pior delas é a separação estanque entre o enfoque econômico e o social – entre Davos e Porto Alegre. O econômico sem o social é desumano, e o social sem o econômico é mera veleidade, voluntarismo inócuo. É preciso lembrar o que dizia Marx: os homens fazem a história, mas a fazem em condições que não são escolhidas por eles.

O que é preciso não é uma discussão ideológica, mas um exame efetivo das formas pelas quais os mecanismos da economia globalizada, consequência direta das revoluções tecnológicas nos transportes e na transmissão de informações, podem ser utilizados para o objetivo de maior justiça, de melhor distribuição da renda e das oportunidades, de maior criação de emprego. Em suma, é preciso construir uma

globalização que não seja assimétrica, mas solidária.

Diante desse quadro, qual o caminho a seguir? A resposta é clara. É a defesa dos melhores interesses nacionais nas negociações multilaterais de comércio. É compartilhar o avanço tecnológico. É a busca de mecanismos mais eficazes de *governance* no âmbito do sistema financeiro internacional. No plano político, vamos continuar a reforçar a presença do Brasil no exterior, em nossa região e além dela.

Cabe-nos consolidar uma agenda madura de cooperação e diálogo com os principais parceiros do Brasil no mundo – sem pirotecnia, como costuma dizer o Ministro Lampreia, mas com firmeza na defesa de nossos interesses.

Cito, como exemplo, a viagem que acabo de realizar à Ásia (Coréia, Timor e Indonésia). Pude confirmar, mais uma vez, o grande interesse despertado pelo Brasil, por nossa economia, por nossa experiência em educação, em saúde, em ciência e tecnologia, pela autonomia política que nos permite um diálogo não alinhado de antemão a tais ou quais potências.

Pude verificar também o quanto temos a ganhar com a identificação de oportunidades de cooperação em uma área do globo de grande dinamismo. E, mais do que isso, tive a satisfação de comprovar a capacidade do Brasil de dar contribuição efetiva a um processo de construção nacional, como o que está ocorrendo no Timor Leste.

O Timor é bem o exemplo do desafio de uma globalização solidária. Por pequeno que seja o país, por escassa a população, por distante dos centros de poder, os destroços do colonialismo, a violência e a injustiça ocorridos lá, gritam alto no mundo todo e clamam por uma ação direta de apoio àquele povo.

Há muitos outros temas, que o Ministro Lafer conhece bem, como estudioso dos

assuntos internacionais e como alguém que já foi Chanceler do Brasil e Embaixador em Genebra:

- os direitos humanos (Reunião Mundial contra o Racismo, na África do Sul, este ano);
- o meio ambiente (negociações complexas sobre a aplicação do Protocolo de Kyoto); e
- o desarmamento (necessidade de reforçar o regime de não-proliferação e de avançar no sentido do desarmamento efetivo).

O Brasil tem credenciais de sobra para desempenhar um papel construtivo nos mais altos foros internacionais, e contribuir para assegurar maior legitimidade às decisões de órgãos como o Conselho de Segurança das Nações Unidas e a colaborar para a reforma da ONU e sua revitalização necessária, na direção do que o Deputado Eduardo Jorge chamou de uma “Federação democrática mundial das nações”.

É preciso, por outro lado, dar seguimento às tarefas de assistência aos brasileiros no exterior, que têm sido uma das preocupações prioritárias do Itamaraty. E com razão, porque dessa forma a Chancelaria se afirma, cada vez mais, como instrumento da cidadania no exercício de seus direitos.

A promoção comercial é outra tarefa necessária, para ajudar no esforço de ampliação das exportações. O Itamaraty já tem

um notável conhecimento acumulado nessa área, e essa atividade – com a atuação cada vez mais engajada do setor empresarial – será doravante ainda mais importante, inclusive em função do aprimoramento de nossos mecanismos institucionais para o comércio exterior.

Em suma, o quadro de política externa que se delineia para o Brasil é o de um país capaz de construir e enriquecer sua inserção nos principais fluxos transnacionais de mercadorias, capital e tecnologia. O desafio é também o de um país que tem a preocupação fundamental com a valorização das instituições democráticas e com o avanço em temas de caráter global, como direitos humanos e meio ambiente.

Ao concluir, quero agradecer novamente ao Ministro Lampreia e estender-lhe meus votos de êxito profissional e pessoal em suas novas atividades. Ao Ministro Celso Lafer, gostaria de expressar minha inteira confiança.

Ele costuma dizer que a tarefa da diplomacia é traduzir necessidades internas em possibilidades externas. Conhece, como poucos, nossas necessidades e, como poucos, sabe mover-se no campo das oportunidades que se abrem ao Brasil no plano internacional.

Por isso, sabemos que o Itamaraty continuará em mãos plenamente habilitadas para preservar e aprofundar suas tradições de excelência e de promoção dos interesses do Brasil, tão bem exemplificadas até agora pela ação do Ministro Luiz Felipe Lampreia.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA NA CERIMÔNIA
DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES. BRASÍLIA, 29 DE JANEIRO DE 2001

Estou seguro de falar em nome do Itamaraty, ao expressar a alegria com que recebemos a decisão do Presidente da República de confiar-lhe o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Uma vez mais, Vossa Excelência aqui está a orientar e conduzir, em nome do Presidente Fernando Henrique Cardoso, os trabalhos da diplomacia do Brasil.

Grande jurista e humanista, intelectual conhecido e respeitado, estudioso e analista maior da política externa brasileira, ex-Chanceler, ex-Embaixador junto à Organização Mundial do Comércio e organismos internacionais com sede em Genebra, ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, as suas credenciais falam por si e dispensam comentários adicionais.

A título pessoal, quero apenas reiterar a minha felicidade ao saudar a posse do grande brasileiro, do antigo chefe, do amigo de tanto tempo, no cargo que tive a honra de ocupar ao longo dos últimos seis anos. Lenir e eu desejamos, de coração, a Mary e a Você, que este seja o primeiro dia de uma etapa de grandes alegrias, realizações, saúde e paz.

Senhoras e Senhores, meus colegas,

Celso Lafer e eu – como muitos outros aqui – pertencemos a uma geração que, infelizmente, em vários momentos de nossas vidas, teve motivos para perder a confiança no futuro do Brasil. Fizemos uma longa e penosa travessia por anos de autoritarismo, pela desventura de décadas de instabilidade econômica, de febres inflacionárias que já nos pareciam perpétuas.

Eu tinha 22 anos de idade em 31 de março de 1964; 52 anos, em 1 de julho de 1994. Entre uma data e outra, passou-se a maior parte de minha vida adulta. A nossa geração, no entanto, jamais se entregou à descrença ou à inércia. Continuamos a acreditar, continuamos a trabalhar.

Jamais nos rendemos à noção cínica de um excepcionalismo brasileiro segundo o qual o nosso País estaria fadado ao êxito, por obra e graça do destino, apesar de seus problemas, de seus defeitos e injustiças; ou, ao contrário, condenado ao insucesso, por força de obstáculos internos e externos, apesar de suas virtudes, de suas imensas potencialidades.

Sempre soubemos que o destino não é uma profecia que se realiza por si só. Nem para o mal, nem muito menos para o bem. É preciso fazer as mudanças que o destino cobra. E as verdadeiras transformações históricas exigem de seus protagonistas consciência, vontade e ação. Foram essas as qualidades que, combinadas na liderança e no trabalho do Presidente Fernando Henrique Cardoso, levaram o Brasil a reencontrar-se com o seu destino, com a sua vocação de liberdade e progresso, tão duramente posta à prova nos últimos decênios.

Em duas eleições, a primeira delas apenas três meses depois do lançamento do Plano Real, o nosso povo deu ao Presidente um mandato claro: siga em frente, mantenha o curso. Os brasileiros querem, todos queremos, mais democracia e participação política, processos decisórios mais abertos e transparentes, mais desenvolvimento e estabilidade econômica, mais justiça social, mais respeito aos direitos humanos, mais educação e saúde, mais bem-estar e oportunidades de realização, mais preservação ambiental, mais segurança e harmonia em nossas cidades.

Para a política externa, a clareza do mandato recebido pelo Presidente veio assegurar uma coerência que, no passado, nem sempre foi possível, em razão de constrangimentos internos à nossa própria liberdade. Desejamos e defendemos para todas as nações do mundo os mesmos valores e objetivos que abraçamos e estamos tratando de concretizar aqui no Brasil.

Seguimos, por isso, uma linha que eu chamaria de convergência crítica em relação ao conjunto dos valores, compromissos e práticas que hoje orientam a vida internacional.

Convergência, porque as transformações ocorridas no Brasil nos aproximaram, por decisão própria, desse curso central da história

mundial, em uma era na qual a democracia política e a liberdade econômica são as referências fundamentais.

Foi esse sentido de convergência que nos levou a resgatar nossas últimas hipotecas diplomáticas, tais como a ratificação do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, a adesão ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, o reconhecimento da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Foi também o espírito com que defendemos a integridade do regime democrático em países de nossa região, e participamos da negociação multilateral e regional de normas e regimes na área econômico-comercial.

Convergência crítica, no entanto, porque, na realidade das relações internacionais, a observância dos valores e compromissos que compõem esse *mainstream* continua a padecer de graves distorções e incoerências, alimentadas e facultadas pela prevalência das assimetrias de poder sobre o princípio da igualdade jurídica.

Crítica, porque jamais deixamos de apontar o descompasso, e até mesmo a contradição, entre discursos e posições declaradas, de um lado, e as políticas efetivamente praticadas, do outro, especialmente por parte dos atores mais poderosos e influentes do sistema internacional.

Crítica, ainda, porque na atual ordem, as regras que governam as relações entre os Estados, o comércio mundial e o funcionamento dos organismos multilaterais certamente não oferecem aos países em desenvolvimento, como o nosso, condições favoráveis à superação de muitos de seus desafios.

Crítica, finalmente, porque a comunidade internacional permanece insensível ao fato de que o combate à miséria e à exclusão social

não pode deixar de ser o seu objetivo número um. Essa é a grande questão global, o problema que está na raiz de todos os chamados temas globais: da violação dos direitos humanos, às insurgências armadas, conflagrações locais e regionais; do terrorismo, crime organizado e tráfico de drogas, à ameaça de proliferação de armas de destruição em massa; da discriminação e inferiorização das mulheres, às grandes migrações de refugiados; da devastação das florestas e espécies animais, ao risco de epidemias transnacionais.

Ministro, Senhoras e Senhores,

Para mim, esta não é hora de fazer um discurso conceitual, ou de apresentar um balanço de minha gestão. A hora é de agradecer em meu nome e no de Lenir, que há 26 anos de vida comum, e em especial neste seis anos à frente do Itamaraty, tanto me ajudou. Agradecer, em primeiro lugar, ao Presidente da República por me haver honrado com a sua confiança. Pela oportunidade de servir ao País, como Ministro das Relações Exteriores, em um momento excepcional de nossa história, excepcional, em grande parte, graças à sua liderança. De servir como Chanceler de um Brasil com novas condições de projeção e relacionamento internacional, reforçadas pelo engajamento direto e pessoal do Presidente na formulação e execução de sua política externa.

Nestes seis anos, a lealdade foi para mim a linha-mestra. A lealdade devida ao País, ao Serviço Público, ao Presidente da República, ao amigo. Uma palavra de agradecimento aos meus colegas de Governo, Ministros de Estado e outras autoridades, pelo apoio, compreensão, e pela chance de compartilhar com eles este momento único de nossas vidas de trabalho.

Neste momento, Ministro Celso Lafer, devo agradecer ao Itamaraty, a esta comunidade

de que faço parte, com orgulho, desde o nascimento; e da qual minha mulher e eu continuaremos a fazer parte para sempre, pois aqui fizemos a nossa vida, os amigos de toda a vida.

Reitero a todos os servidores do Ministério o meu agradecimento mais sentido pelo empenho, pelos sacrifícios, pelo trabalho eficaz, dedicado e criativo, com que contribuíram, na Secretaria de Estado e nos Postos no exterior, para que o Itamaraty pudesse estar à altura do padrão de serviço à causa pública, ao interesse nacional, que o Brasil se acostumou a esperar de nós, e que nós nos orgulhamos de dedicar ao Brasil.

Muito obrigado aos dois colegas e amigos que estiveram ao meu lado como Secretários-Gerais das Relações Exteriores: Sebastião do Rego Barros e Luiz Felipe de Seixas Corrêa, companheiros de toda a vida. Ambos demonstraram nessa função porque, muito antes de assumirem, já estavam entre os maiores nomes de nossa diplomacia. Com eles compartilho os êxitos que foram nossos, e os isento de responsabilidade pelas deficiências que terão sido minhas. Na pessoa desses colegas excepcionais, agradeço a toda a Casa, desde os que comigo trabalharam mais diretamente, até os servidores menos graduados e aqueles lotados nos Postos mais distantes.

Ao agradecer ao Itamaraty, ressalto que os efeitos da dura política de austeridade fiscal conduzida pelo Governo reforçam o mérito do trabalho que esta instituição e seus servidores têm sabido realizar. Com as contas já ajustadas na Administração Federal, e diante da perspectiva de continuado crescimento econômico, logo será possível reverter essa trajetória de encolhimento orçamentário.

O Brasil precisa de um setor público forte e de uma diplomacia aparelhada. Para tanto,

o Itamaraty necessita de mais recursos para cumprir a sua missão. Isso irá ocorrer como fruto da rápida tomada de consciência pela sociedade brasileira de que a superação de nossos maiores desafios passa necessariamente pela esfera internacional.

Nessa tomada de consciência, que já está em curso, os meios de comunicação têm desempenhado um papel essencial. Agradeço, por isso, o esforço e a qualidade da contribuição que a imprensa tem dado ao informar a opinião pública sobre as relações internacionais do Brasil.

Ministro, Senhoras e Senhores,

Deixo o Ministério para iniciar uma nova etapa de minha vida pessoal, mas também de minha vida profissional, cuja atividade principal será o trabalho no Centro Brasileiro de Relações Internacionais, no Rio de Janeiro, de cuja criação Celso Lafer e eu participamos com entusiasmo.

Meus colegas,

Despeço-me do Itamaraty com emoção. Despeço-me de uma instituição que está profundamente entranhada em minha própria

essência. O que sou como pessoa é hoje indissociável do que eu, com Lenir e minha família, vivemos em função da carreira de diplomata.

Sei que a maioria dos presentes sabem do que estou falando, pois compartilhamos esse sentimento. Nós somos assim, e devemos orgulhar, pois é a profundidade do compromisso com a profissão, com o Serviço Público, que nos distingue.

Volto à minha cidade do Rio de Janeiro animado pelo desejo de viver de um novo ângulo, mas com a mesma força, a felicidade de ter nascido brasileiro. De ser parte desta Nação que haverá de assegurar a todos os seus cidadãos as possibilidades e o conforto que, bem repartidos, farão do Brasil o grande País que todos sabemos que somos, deste Brasil que – nas palavras imortais de Rio Branco ao retornar à Pátria em 1902 – desejamos ver “forte, unido e respeitado”.

A Vossa Excelência, Ministro e amigo Celso Lafer, meus votos de êxito e felicidade. A todos, de coração, muito obrigado, para sempre.

VISITA OFICIAL AO BRASIL DO SECRETÁRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO MÉXICO

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL AO BRASIL DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR SECRETÁRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO MÉXICO, DOUTOR JORGE CASTAÑEDA.
PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 6 DE FEVEREIRO DE 2001

Senhor Secretário de Relações Exteriores dos Estados Unidos Mexicanos,
Senhores Parlamentares,
Senhor Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia,
Senhor Secretário-Geral
Senhores Embaixadores,
Senhoras e Senhores,

É sem dúvida um grande privilégio estar com Vossa Excelência em sua primeira visita oficial a América Latina na condição de Secretário de Relações Exteriores. Trata-se igualmente do primeiro encontro nesse nível em minha nova gestão a frente do Itamaraty, o que confere elevada significação ao evento. Estou seguro de que em seu comando à frente do Itamaraty Vossa Excelência saberá traduzir, com a competência que lhe é reconhecida internacionalmente, a disposição do Presidente Vicente Fox Quesada de “mirar hacia el sur” e de aprofundar os laços com a América Latina.

Senhor Chanceler,

Em meu discurso de posse nesta Casa, não deixei de lembrar a importância da identidade cultural latino-americana. A noção de América Latina é, ao mesmo tempo, uma realidade vivida e um instrumento diplomático essencial e eficaz para nossos dois países. Cabe, nesse contexto, recordar as palavras do escritor Carlos Fuentes, ao afirmar que “nada projeta melhor a imagem do México no exterior do que sua cultura”.

Como os dois países mais povoados da região e ocupando posições de relevo nas duas sub-regiões da América Latina, México e Brasil têm à sua frente uma parceria promissora, cujos frutos se estenderão por toda a área e que contribuirá para renovar e consolidar a identidade comum dos latino-americanos. Juntos, muito podemos fazer pela prosperidade e projeção de nossos povos e de toda a região.

Senhor Chanceler,

Brasil e México compartilham um histórico de relações amistosas e de profícua cooperação. É notório o sentimento de simpatia mútua que nutrem brasileiros por mexicanos, e vice versa. No alvorecer do novo século, cumpre reconhecer que nossas diplomacias têm à sua disposição expressivo acervo de convergências na ampla gama de temas da agenda internacional.

No domínio das relações econômico-comerciais, nossos governos estão empenhados no processo de negociação de um instrumento bilateral de preferências tarifárias, em preparação ao lançamento de negociações entre o Mercosul e o México, no formato 4 + 1. Na vertente político-diplomática, a Comissão Brasil-México para o Século XXI, que deve realizar sua segunda reunião no correr do próximo semestre, tem o importante mandato de oferecer a nossos Governos propostas para o adensamento das relações, numa perspectiva de médio prazo. No plano multilateral, não podemos deixar de recordar nesta ocasião o diálogo sempre proveitoso que juntos desenvolvemos no contexto dos inúmeros mecanismos e fóruns de debate internacional.

O comércio bilateral é cada vez mais expressivo, tendo atingido, em 2000, a cifra de aproximadamente 2.5 bilhões de dólares. Embora aquém do enorme potencial, nosso intercâmbio comercial fez do México, no primeiro semestre de 2000, o segundo mercado na América Latina e o sétimo no mundo para as exportações brasileiras.

Nossa relação, entretanto, está longe de limitar-se ao plano comercial. O grande Alfonso Reyes, amigo do Brasil e Embaixador

em nosso país de 1930 a 1936, dizia, ao saudar o poeta brasileiro Ronald de Carvalho: “Mientras nos aseguraban que los pueblos solo se entienden para e/ cambio de mercancías, nos quedaba poco que hacer. Cada una de nuestras repúblicas trocaba intereses materiales con los mismos mercados extranjeros de siempre. Siguiendo rutas paralelas, nunca se encontraban nuestros barcos. No sabíamos que éramos unos y los pueblos americanos vivíamos tan alejados unos de otros como tal vez de nosotros mismos (...) [Pero] nuestro mundo pesará un día sobre la tierra en proporcion con e/ espacio que ocupa”.

Este nosso mundo carrega mais do que a força de seu contexto geográfico. A geografia apenas define uma inserção primeira de cada Estado na ordem internacional, que não é exaustiva nem excludente. Para o Brasil, a América do Sul, sobretudo o Cone Sul, e o Atlântico Sul e, para o México, a América do Norte, Central e o Caribe são as “circunstâncias” -para tomar emprestado do escritor Ortega y Gasset - e balizam relações econômicas, políticas e culturais de grande intensidade.

Nada mais natural, portanto, que nossos dois países estejam igualmente envolvidos em processos de integração econômica cujo recorte coincide com seu entorno imediato. Mas a prática do regionalismo aberto vem estimulando a construção, a seu ritmo, de relações hemisféricas igualmente valiosas e fecundas.

Senhor Chanceler,

O processo de valorização e consolidação da democracia como ideal e como prática, teve em nosso continente avanço significativo e, hoje, é a norma que gula nossas sociedades.

Da mesma forma como os mexicanos,

os brasileiros acompanharam com interesse a exemplar demonstração de maturidade democrática oferecida ao mundo pelo México quando da realização do processo eleitoral do ano passado. Não poderíamos portanto estar ausentes da histórica celebração de afirmação cívica do povo mexicano, que foi a posse do Presidente Vicente Foxi, em que o Governo brasileiro se fez representar no mais alto nível.

Senhor Chanceler,

Saúdo na pessoa de Vossa Excelência a tradição e a Inovação permanentes que caracterizam a diplomacia mexicana. O encontro que mantivemos hoje confirmou minha convicção pessoal de que o Brasil e o México tudo tem a ganhar ao trabalharem juntos no novo ambiente internacional em que vivemos. Nossas percepções são semelhantes, nossos interesses convergentes, nossos projetos compatíveis, mesmo porque voltados para uma ordem internacional mais justa e equitativa e não para projetos de poder.

Senhor Chanceler,

Brasil e México podem e devem reforçar-se mutuamente. O adensamento das relações bilaterais que estamos promovendo revigorara, em última análise, nossa inserção no mundo. De uma crescente aproximação bilateral nossos povos auferirão mais prosperidade e nossa região mais unidade e renovada proeminência no concerto nas nações.

Muito obrigado.



CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO SR. ELIE WIESEL COM A GRÃ-CRUZ DA ORDEM DE RIO BRANCO

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR
OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO SR. ELIE
WIESEL COM A GRÃ-CRUZ DA ORDEM DE RIO BRANCO. PALÁCIO
DO PLANALTO, BRASÍLIA, 9 DE MARÇO DE 2001

É uma grande satisfação receber aqui a visita do Professor Elie Wiesel. Sua trajetória de vida fez dele uma das grandes personalidades de nosso tempo, um homem respeitado e admirado – e com razão – em todo o mundo.

Respeitado, sobretudo, pela contribuição inestimável que trouxe – e continua a trazer – para a cultura da humanidade, com suas reflexões sobre a identidade e a experiência histórica do povo judeu – ao mesmo tempo trágica e de muita coragem –, sobre o horror do nazi-fascismo e sobre os grandes desafios éticos da justiça e da solidariedade.

O Brasil tem uma relação muito importante com o povo judeu, pela presença entre nós de expressiva comunidade de origem judaica. Uma relação que é de carinho e amizade e que é importante, também, pela participação que tivemos nas Nações Unidas, através de um antecessor ilustre do Ministro Celso Lafer, na criação do Estado de Israel. Isto tudo dá a esta cerimônia um sentido muito especial.

Recentemente, o meu amigo Henry Sobel enviou-me um texto em que ele mostrava

como Elie Wiesel, na medida mesma em que se aprofundou em sua identidade como homem de seu povo, alcançou a grandeza da mais autêntica universalidade.

Eu creio que este é, precisamente, o talento – e ao mesmo tempo o fascínio – da boa literatura e das grandes realizações do espírito humano: encontrar a universalidade na elaboração de uma vivência particular, individual, única. Essa universalidade está presente, acima de tudo, na dedicação ao tema dos direitos humanos, da dignidade humana.

Professor Wiesel, a condecoração que lhe outorgamos hoje – a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco – tem para os brasileiros um significado muito especial. É, para nós, sobretudo uma manifestação do profundo respeito que sentimos pelo Sr. e pelo que significam a sua experiência de vida, o seu trabalho e a sua atuação incansável na defesa de valores essenciais para a humanidade – e que justificaram a merecida homenagem do Prêmio Nobel da Paz, em 1986. O Professor Wiesel denunciou, com grande eloquência, os perigos da indiferença, o horror da indiferença.

Essa é uma mensagem fundamental para quem se lembra – e é preciso lembrar – da dor e do sofrimento, das tragédias e violências sem precedentes que marcaram a história no século XX. Desenvolveu-se a ciência e a técnica, mas desenvolveu-se igualmente a capacidade de colocar a ciência e a técnica a serviço do mal, da destruição, da perseguição dos inocentes. E desenvolveu-se a capacidade de ser indiferente, de ver o sofrimento humano e olhar para outro lado.

A vida e atuação de Elie Wiesel são, para nós, um exemplo e uma inspiração para seguir adiante na luta pela justiça e contra a indiferença, na luta para fazer que o século XXI tenha um rosto mais humano, para que saibamos aprender com o passado e construir um futuro de democracia, de direitos humanos, de respeito e de solidariedade entre os homens.

Professor Wiesel, sua presença aqui nos honra e nos inspira, pelo exemplo de coragem, de inteligência e de grandeza espiritual.

Meus parabéns, e muito obrigado.

EXPOSIÇÃO SOBRE O CONTENCIOSO BRASIL - CANADÁ

EXPOSIÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, NO SENADO FEDERAL, SOBRE O CONTENCIOSO BRASIL - CANADÁ
BRASÍLIA, 13 DE MARÇO DE 2001

I

Excelentíssimos Senhoras e Senhores Senadores,

Compareço perante o Senado em atendimento ao requerimento do Senador Paulo Hartung com sentimento de profundo respeito por esta Casa, que é a legítima expressão da soberania nacional. No episódio recente do embargo imposto pelo Canadá contra as exportações de carne do Brasil, o Senado, acima de filiações partidárias, manifestou-se vigorosamente contra a medida injusta, na firme defesa do interesse do país.

Acompanho de perto, permanentemente, a atuação do Congresso Nacional. É onde o debate das grandes questões nacionais e internacionais pode propiciar a convergência de posições na definição do interesse público. O episódio recente é prova eloqüente da determinação desta Casa de fazer ouvir sua voz, em sintonia com a sociedade civil, em defesa dos mais elevados interesses da Nação.

Minha presença no Senado é, assim, a reiteração de minhas convicções democráticas e de meu empenho no permanente aperfeiçoamento do Estado de direito. Por

ser o grande cenário onde idéias e aspirações podem frutificar, onde as grandes questões de interesse nacional podem ser debatidas e encaminhadas, o Senado também participa ativamente da política externa brasileira, fortalecendo a presença crescente de nosso País no plano internacional.

O Senado e a Câmara deram uma contribuição histórica e singular ao condenar a medida injustificável e ao reagir pronta e decididamente à tentativa de prejudicar o Brasil. O Itamaraty, cuja chefia o Senhor Presidente da República me honrou em confiar, atuou em consonância com o pensamento desta Casa, que só merece o nosso reconhecimento e a nossa admiração.

Senhoras e Senhores Senadores,

Passo agora a tecer considerações iniciais sobre o relacionamento comercial entre o Brasil e o Canadá, sobre o contencioso na Organização Mundial do Comércio sobre financiamento às exportações de aeronaves civis – conhecido como “Embraer X Bombardier”, assim como sobre o recente episódio do embargo imposto pelo Canadá às exportações brasileiras de carne.

II

O Brasil e o Canadá têm uma interação no campo do comércio, dos investimentos e da cooperação, que a seguir sumario.

Na esfera comercial, até um passado relativamente recente, o trigo canadense constituía o item de destaque das vendas daquele país ao Brasil, embora de lá se importassem também outras matérias-primas e bens manufaturados de maior valor agregado. O padrão das exportações brasileiras, por outro lado, tendia a concentrar-se nas nossas commodities tradicionais, além de têxteis, calçados e produtos siderúrgicos.

É interessante notar que, por conta das importações de trigo – para as quais os dois países mantinham inclusive um acordo bilateral específico que se estendeu até o fim da década de 80 – o Canadá destacava-se como o único país do Grupo dos Sete a exibir um superávit comercial com o Brasil. Isto numa época em que a economia brasileira era fechada e que o país acumulava gigantescos saldos comerciais.

O acordo de integração com a Argentina e mais tarde o Mercosul erodiram ao longo de toda a década de 90 a participação do trigo canadense no mercado brasileiro, substituindo-o pelo similar do país vizinho. Em compensação, a abertura da economia brasileira permitiu significativa diversificação da pauta das vendas canadenses para o Brasil. Registrou-se também alguma diversificação das exportações brasileiras, embora não seja lícito esperar uma variedade comparável à que mantemos com os Estados Unidos, até mesmo porque, embora estejamos falando de um mercado consumidor com nível de renda altíssimo, sua população de aproximadamente 31 milhões corresponde a uma nona parte da população dos EUA.

As cifras do comércio bilateral vinham oscilando, até 1999, pelas estatísticas brasileiras, em torno de US\$ 500 milhões de dólares de exportações do Brasil contra US\$ 1,0

bilhão de importações brasileiras do Canadá, ou seja, vínhamos importando o dobro do que exportávamos e apresentando saldo negativo da ordem de US\$ 500 milhões.

Haveria duas observações a fazer, entretanto, em relação a esse padrão de comércio bilateral. A primeira é a de que cresceu no ano passado o desempenho exportador brasileiro para o Canadá, o que tenderia por si só a reduzir nosso déficit. Mais importante, porém, para se ter visão mais realista das trocas entre os dois países, é o fato de as estatísticas canadenses indicarem, para o ano de 2000, cifras de importações do Brasil em torno de US\$ 1,0 bilhão e um pequeno superávit comercial brasileiro. É clássica essa discrepância entre as estatísticas de exportação do Brasil e os números registrados pelo país de destino, em razão de alguns fatores que podem interferir na contabilização de embarques e desembarques. No caso canadense, porém, essa diferença vinha sendo sistematicamente alta e vinha revelando nos últimos anos vendas brasileiras que se aproximavam de US\$ 1,0 bilhão, marca que aparentemente, sempre segundo os serviços estatísticos daquele país, teria sido superada no ano de 2000. O fator responsável por tal disparidade seria o ingresso expressivo de produtos brasileiros no território canadense via Estados Unidos.

Em suma, tomando-se por premissa que, neste caso, por conta da extensa fronteira que o Canadá mantém com seu vizinho do sul, as estatísticas de importação (tanto as que registram as importações do nosso lado quanto as que registram exportações brasileiras efetivamente ingressadas no Canadá) devem estar mais próximas da realidade, é lícito supor que os dois países mantêm hoje um comércio provavelmente equilibrado que oscila em torno de US\$ 1,0 bilhão de cada lado.

Um dado significativo na relação bilateral são os investimentos diretos canadenses no Brasil, que cresceram com o processo

de estabilização da economia brasileira e assumiram destaque especial no setor de telecomunicações. O estoque de investimentos canadenses está hoje na faixa de US\$ 1,8 bilhão, dos quais quase US\$ 1,0 bilhão nos últimos quatro anos.

Para resumir, destaco alguns dados relevantes do relacionamento econômico e comercial bilateral:

- I) o Canadá é o destino de cerca de 1% das exportações brasileiras, e responde por aproximadamente 2% de nossas importações;
- II) as exportações brasileiras de produtos à base de carne bovina para o Canadá são da ordem de US\$ 5 milhões por ano (em comparação, as exportações para os EUA alcançaram a média anual, nos últimos três anos, de US\$ 95 milhões; e
- III) o Canadá é o 11º investidor estrangeiro no Brasil, com participação de 1,91% no estoque total de investimento estrangeiro no Brasil.

III - Apanhado do contencioso aeronáutico

É longa e tortuosa a evolução do contencioso Brasil/Canadá relativo aos programas de apoio às exportações de aeronaves.

Do lado canadense está uma empresa de grande envergadura, gigante mesmo, a Bombardier, com linhas de produção industrial tanto na área de aviação civil quanto militar, material ferroviário e metroviário sofisticados, além de equipamento esportivo (jet ski). A Bombardier investiu maciçamente na linha de jatos regionais e terá sido a primeira a apostar no crescimento desse mercado, no qual detinha virtual monopólio.

Do lado brasileiro, a Embraer, empresa que brilhou nos seus primeiros tempos e que

atravessou depois momentos difíceis. Com a privatização, a Embraer reorganizou-se, capitalizou-se e também investiu no mercado de jatos regionais com um produto, o ERJ 145, de 50 lugares, tido no mercado internacional como um avião de excepcional qualidade, concorrente direto do avião canadense.

O soerguimento da Embraer e sua capacidade de colocar o Brasil num mercado inteiramente dominado por empresas de grande porte e de países ricos não devem apenas ser motivo de orgulho para todos nós mas também chamar nossa atenção para o fato de que estamos diante de um modelo exemplar, numa indústria de alto significado tecnológico.

A ascensão da Embraer não tardou a incomodar. Datam de 1996 as primeiras queixas canadenses de que o PROEX estaria subsidiando a empresa, permitindo-lhe concorrer com a Bombardier em condições incompatíveis com as normas da OMC.

Uma concorrência da Continental vencida pela Embraer exacerbou o clima de hostilidade entre as concorrentes e, a partir daí, o Governo canadense assumiu mais abertamente a defesa de sua empresa e iniciou um contencioso que até o momento não se resolveu.

O litígio atravessou, de 1996 até o presente, etapas distintas e alguns momentos de desconfortável confrontação. Iniciado com ameaças canadenses de acionar a OMC, o contencioso evoluiu depois para seguidos esforços de ambas as partes para chegarem a uma solução negociada. Por mais de dois anos negociadores de ambos os lados buscaram um acordo que evitasse um desgastante processo na OMC. A essa altura, o Governo brasileiro já sinalizava ao Canadá que não aceitaria passivamente uma acusação de subsídios em Genebra, até porque estava convencido de que o Governo canadense subsidiava sua

empresa e que o processo implicaria, por conseguinte, acusações cruzadas.

Em janeiro de 1998, o litígio adquiriu fortes tonalidades políticas: a programada visita do Primeiro Ministro canadense Jean Chrétien ao Brasil coincidiu com uma manobra da Bombardier que resultou na eliminação da

Embraer de um programa de fornecimento de aviões de treinamento para a OTAN, em parceria com algumas outras empresas. O fato tumultuou a visita porque o Governo brasileiro reagiu publicamente em termos enérgicos; mais ainda, o Itamaraty fez saber que o Brasil, ao contrário do que fora acordado, não iniciaria os entendimentos que o Canadá desejava promover com países do Mercosul, o que, na prática, significava um veto à iniciativa canadense.

Como saída possível para um impasse que se cristalizava, o Presidente Fernando Henrique e o Primeiro Ministro Chrétien chegaram a nomear dois “mediadores independentes” (um deles, meu eminente colega na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, o Prof. Luís Olavo Batista, profundo conhecedor do direito comercial internacional). O relatório dos mediadores levou a novas negociações, que mais uma vez revelaram a inviabilidade de uma solução negociada. A questão acabou mesmo desembocando na Organização Mundial do Comércio.

Na OMC, o contencioso ganhou maior visibilidade por ser o primeiro caso em que um país desenvolvido entrava numa controvérsia comercial com um país em desenvolvimento sobre o comércio de um produto de alta tecnologia. Foi isto que assinaiei, desde o primeiro momento como Embaixador em Genebra, ao tomar conhecimento do assunto. Mais relevante no caso, porém foi o fato de o Brasil ter levantado informações suficientes para comprovar que o Canadá, ao contrário

do que alegava, subsidiava a Bombardier com fundos para pesquisa e desenvolvimento e facilitava suas exportações por meio de sua agência oficial de crédito em condições duvidosas e respaldava vendas da empresa em países de maior risco por meio de uma conta, cujas operações eram sigilosas. Foi possível, por conseguinte, no momento em que o Canadá solicitou a formação de um panel para julgar o PROEX, solicitar também um panel para avaliar a conformidade de alguns programas canadenses com as normas da OMC.

Não vou estender-me sobre os diversos momentos desse longo processo na OMC, até porque não o consideramos encerrado. Desejo ressaltar apenas alguns dos marcos dessa trajetória, que se iniciou em julho de 1998.

Depois dos relatórios dos dois panels e dos recursos que ambos os Governos interpuseram, o Órgão de Apelação da OMC pronunciou-se em agosto de 1999: considerou que tanto o PROEX quanto dois dos programas canadenses estavam em desconformidade com os princípios do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias; os programas canadenses eram os chamados Technology Partnership Canada (TPC), pelo qual o governo canadense financiava investimentos em pesquisa e desenvolvimento e permitia que o reembolso fosse condicionado a exportações, e a Canada Account, que financiava vendas em situações onde havia maior risco político.

Em novembro de 1999 ambos os governos introduziram alterações nos seus programas. Mais uma vez, porém, ambos se mostraram insatisfeitos, cada qual entendendo que as mudanças do outro não eram suficientes; Brasil e Canada recorreram novamente à OMC para que os panels se pronunciassem sobre a adequação das reformas dos programas.

Seguiram-se novos relatórios dos panels, que concluíram que: (1) o PROEX ainda se encontrava em situação irregular; (2) o TPC

canadense mostrava-se aparentemente em ordem (nenhuma operação fora realizada no novo modelo, o que não permitia uma avaliação em termos concretos; (3) a Canada Account continuava em desconformidade.

O Brasil recorreu ao Órgão de Apelação mais uma vez. O Canadá, por sua vez, preferiu não fazê-lo, já que a Canada Account, mais uma vez julgada incompatível, poderia ser reformada sem maiores problemas, dada sua menor envergadura. Valendo-se de um dispositivo do mecanismo de Solução de controvérsias da OMC o Canadá optou por já solicitar autorização para retaliar contra o Brasil, sob alegação de continuado descumprimento.

A partir deste ponto seguiram-se várias manobras processuais efetuadas pelo Brasil, que seria ocioso relatar. Basta assinalar que ambas as questões acabaram convergindo, mais uma vez, para o Órgão de Solução de Controvérsias: (1) o recurso brasileiro em relação ao PROEX e ao TPC canadense, e (2) o montante da “retaliação” que o Canadá estaria autorizado a aplicar face ao descumprimento brasileiro.

As decisões sobre esses recursos foram finalmente publicadas em julho de 2000. O PROEX, mesmo na sua nova formulação, foi tido como conflitante com as normas sobre subsídios. Quanto à retaliação, tendo em vista que o Brasil continuava a operar o PROEX em condições tidas como inadequadas, o Canadá foi autorizado a impor restrições às exportações de produtos brasileiros para aquele mercado (do tipo sobretaxas, redução de quotas têxteis e perda de vantagens no Sistema Geral de Preferências) no valor total de US\$ 233 milhões ao ano, por seis anos.

É importante neste ponto registrar que, antes mesmo que o Órgão de Apelação desse seu “veredito”, os dois Governos haviam retornado à mesa de negociação em novo

esforço de lograrem um acordo. Atento ao efeito negativo que uma eventual “retaliação” canadense pudesse ter sobre outros segmentos exportadores, meu antecessor, o Ministro Luiz Felipe Lampreia, propôs a seu colega canadense, Ministro Pierre Pettigrew, que se fizesse nova tentativa.

Foi uma longa sequência de reuniões:

- Nova York (23/05/00),
- Genebra (22 e 23/06/00),
- Montreal (18 e 19/07/00),
- São Paulo (29 e 30/08/00),
- Nova York (27 e 28/09/00) e
- Rio de Janeiro (27 e 28/11/00).

Sobre a mesa havia, por um lado, as divergências de sempre, por outro, algumas aberturas. A idéia era chegar a um acordo que incluísse quatro pontos substantivos e um ponto processual. Na substância: (1) o PROEX e a Canada Account seriam reformados para fins de compatibilização com a OMC; (2) o Canadá abster-se-ia de usar seu direito de retaliar e o Brasil, conforme prevê nesses casos a OMC, ofereceria uma “compensação” (esta constituiria essencialmente em direcionar para firmas canadenses algumas das compras que o Governo faz no exterior, como medicamentos, equipamento hospitalar, aeronáutico, aeroportuário, etc., além de alguma eventual rebaixa de tarifa de importação, desde que aceita por nossos parceiros do Mercosul); é importante assinalar que qualquer compra governamental nessas bases teria que estar amparada num acordo e que este teria de ser submetido ao Congresso Nacional; (3) criar-se-ia algum mecanismo de consulta periódica entre o Brasil e o Canadá, de caráter governamental, de modo a permitir troca de informações sobre o comportamento das empresas dos dois países e dissipar gradualmente o clima de desconfiança

existente. O componente processual nada mais era do que o corolário desse acordo, a saber, uma comunicação formal à OMC pela qual ambos os Governos registrariam o fim do contencioso.

Não obstante ingentes esforços, não houve acordo entre as partes. Não entrarei nos pormenores das discussões porque penso que o importante, neste caso, é ter presente que o principal ponto de discórdia foi efetivamente o PROEX (entenda-se aqui apenas o segmento de equalização de taxas de juros nas exportações de aeronaves, que é o que sempre esteve em causa).

O Brasil aceitava adotar como taxa de juros de referência a chamada CIRR (Commercial Interest Reference Rate, acordada entre os países da OCDE), porém o Canadá entendia que a nova versão do programa deveria impor pelo menos dois outros componentes do chamado Consenso da OCDE: financiamentos com prazo máximo de 10 anos e cobertura máxima de 85% do valor da operação. O Brasil argumentava que a letra do Acordo sobre Subsídios não obriga – nem seria plausível que o fizesse – que o país alinhe-se aos parâmetros de financiamento oficial estabelecidos por uma organização de que não faz parte. O Canadá contra-argumenta que o “mercado” é, na realidade, resultado do Consenso da OCDE, e que o Brasil não pode financiar abaixo do mercado.

Estou, é claro, simplificando a discussão e reduzindo a argumentação jurídica à sua expressão mais crua, mas, em última instância, é em torno dessa questão que as negociações giraram e emperraram.

Em novembro do ano passado, no Rio de Janeiro, os negociadores reconheceram

estarem diante de um impasse insuperável e suspenderam as negociações.

A partir desse momento ocorreram os seguintes desdobramentos:

I) O Brasil alterou unilateralmente o PROEX e passou a usar como taxa de juros de referência a CIRR (Commercial Interest Reference Rate, da OCDE);

II) O Canadá completou a formalidade de solicitar à OMC autorização para retaliar contra o Brasil e a obteve; ou seja, a qualquer momento o Canadá pode aumentar tarifas de importação de produtos brasileiros em até 100% ou tomar outras medidas restritivas, desde que o valor total do comércio afetado por essas restrições não seja superior a US\$ 233 milhões anuais;

III) Em janeiro de 2001 o Governo canadense declarou publicamente que estaria subsidiando a Bombardier numa concorrência aberta pela Air Wisconsin, a fim de “igualar” o preço subsidiado da Embraer;

IV) Após esse anúncio, o Brasil imediatamente solicitou consultas ao Canadá na OMC para pedir explicações sobre os subsídios publicamente declarados; as consultas realizaram-se, pouco esclareceram e o Brasil estará pedindo abertura de panel contra o Canadá em reunião do Órgão de solução de controvérsias, no dia 12 de março, em Genebra; e

V) O Canadá, por seu turno, recorreu mais uma vez ao panel original da OMC para que o mesmo opine sobre a compatibilidade do novo PROEX com as normas do Acordo de Subsídios.

IV - A proibição da carne brasileira

Foi nesse contexto de crescente animosidade comercial que, no dia 31 de janeiro deste ano, a Embaixada do Brasil em Washington recebeu, do Departamento de Estado, reservadamente, a informação de que o Governo canadense estaria na iminência de proibir a importação de carne bovina de procedência brasileira por conta de “risco teórico” vinculado à doença da “vaca louca” (Encefalite Esponjiforme Bovina). Informaram-nos também os americanos de que, em razão de compromissos assumidos no âmbito do NAFTA, cabia ao Canadá, neste caso, a responsabilidade de avaliar riscos em nome dos três países e, por conseguinte, os próprios Estados Unidos e o México ver-se-iam compelidos a também impor restrições à carne brasileira, tão logo o Governo canadense o fizesse.

Diante desse quadro, informei imediatamente o Ministério da Agricultura e determinei urgentes gestões à Embaixada do Brasil em Ottawa. Os canadenses confirmaram a informação proveniente de Washington e alegaram que um questionário enviado em junho de 2000 ao Ministério da Agricultura não fora respondido e que o Brasil era o único país a não tê-lo feito (constava que outros países exportadores – Austrália, Argentina e Uruguai – já haviam enviado suas respostas).

Alertado, o Ministério da Agricultura informou que jamais recebera o questionário canadense, mas que estaria em condições de transmitir as informações necessárias num prazo máximo de 48 horas. Em gestões urgentes, efetuadas quase que imediatamente, a Embaixada do Brasil em Ottawa logrou, de início, obter a concordância das autoridades locais com um adiamento de 48 horas. Já no

dia 1º de fevereiro, entretanto, foi a Embaixada do Brasil informada de que, dado o risco existente, o Governo canadense não poderia mais aguardar o recebimento das informações e estaria publicando a proibição com vigência a partir de 2 de fevereiro, sexta-feira.

A partir desse momento todos os esforços foram mobilizados para reverter a medida. Na segunda-feira, dia 5, emiti nota à imprensa na qual enfatizei que (1) a atitude do Canadá não encontrava justificativa nas circunstâncias objetivas da situação no Brasil, (2) se o Canadá persistisse em atos com o efeito de prejudicar o comércio exterior do Brasil, o Governo brasileiro se reservava o direito de tomar as medidas que julgasse convenientes e (3) instava o Governo canadense a reverter no mais breve prazo a decisão tomada. Cabe notar que, para os parâmetros usuais da linguagem diplomática, tratava-se de nota muito dura, e não poderia ser entendida de outra forma pelo lado canadense. Elevar ainda mais o tom significaria romper os mecanismos regulares de comunicação diplomática, o que impediria os esforços para obter a liberação das exportações brasileiras que constituía, naquele momento, o principal interesse nacional.

Naquela mesma segunda-feira, dia 5, o ministro Pratini de Moraes estava em Washington, onde, acompanhado pelo Embaixador do Brasil, obteve da Secretária de Agricultura dos Estados Unidos, Senhora Ann Veneman, o compromisso de que os Estados Unidos procederiam com urgência a uma avaliação independente e de que, para tanto, enviariam ao Brasil uma missão de inspeção.

Todas as tratativas entre os Governos brasileiro e norte-americano passaram então a

concentrar-se nas datas para a vinda da missão. Gestões foram também iniciadas em Ottawa com o mesmo objetivo. Não posso afirmar com certeza, mas acredito que as autoridades sanitárias norte-americanas tenham também, desde aquele momento, buscado obter do Governo canadense definições a respeito de uma missão de inspeção.

No dia 7, tanto a Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado quanto a Comissão de Agricultura da Câmara realizaram sessões especiais sobre o assunto, iniciativas de fundamental importância para que o Congresso pudesse ecoar a indignação da sociedade brasileira.

No dia 8 reunimo-nos no Itamaraty, pela manhã, o Ministros Pratini, Pedro Parente, Pedro Malan, Alcides Tápias, Pimenta da Veiga e eu próprio, ocasião em que coordenamos ações em várias frentes. À tarde, emitimos comunicado conjunto em que instávamos o Governo canadense a tomar com urgência todas as medidas necessárias para reverter a proibição.

No próprio dia 8, por fim, em entrevista a uma emissora de televisão o Senhor Presidente da República expressou, no tom político necessário, a posição do Governo brasileiro. Já na sexta-feira, dia 9 de fevereiro, tínhamos a confirmação da vinda de uma missão, que assumira então caráter tripartite, chefiada por técnicos dos EUA e do México.

O acontecimentos seguintes foram fartamente noticiados pela imprensa e estão na mente de todos. A missão aqui esteve de 14 a 18 de fevereiro. Recebeu todo o apoio e esclarecimentos dos setores competentes do Ministério da Agricultura, sob a diligente liderança do Ministro Pratini de Moraes, em especial em relação aos três fatores

considerados de risco: (1) alimentação e práticas de processamento, (2) práticas de importação e (3) vigilância e procedimentos laboratoriais. A equipe visitou diversos locais nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, incluindo instalações de abate e processamento, laboratórios e fazendas que importaram gado europeu.

No dia 23 de fevereiro, os Governos dos EUA, do Canadá e do México, anunciaram, separadamente, o fim da proibição.

O Governo canadense, durante as três semanas em que perdurou a proibição, negou terminantemente que a mesma tivesse qualquer relação com o contencioso aeronáutico. A imprensa canadense, porém, publicou várias reportagens, com declarações de técnicos e cientistas (e inclusive de uma alta funcionária do próprio Ministério da Saúde) que atribuíam a medida a questões de natureza “comercial” e não “sanitária”.

Desejo concluir minha exposição com algumas observações. Em primeiro lugar, desejo dar meu testemunho, como partícipe nesse processo, de que o Governo agiu, neste episódio, com a rapidez, a coesão e a capacidade de articulação que se impunham. Não foram poupadas gestões junto aos Governos estrangeiros envolvidos nem deixamos de registrar em Genebra, perante a OMC, que a medida era arbitrária e inaceitável e que o Brasil defenderia seus interesses em todas as instâncias daquela Organização. Indicamos também, naquele foro, que o Governo brasileiro estaria estudando meios e modos de procurar negociar na OMC algum instrumento que permita responsabilizar Governos cujos serviços de defesa da saúde pública adotem medidas sem fundamento que venham a causar prejuízos à economia

de algum país membro. Estamos examinando igualmente todas as possibilidades jurídicas de levar o Canadá a responder na OMC pelas injustas ações tomadas neste caso.

Ressalto também que a ação do Governo brasileiro não se restringiu à América do Norte. Coordenamos gestões em diversas regiões do mundo, onde, na esteira da medida canadense (e norte-americana), nosso produto ficou ameaçado: na Europa, na Ásia e no Oriente Médio. Ressalto aqui que tanto a Comissão Européia quanto o Japão atenderam às gestões brasileiras e aguardaram que o Ministério da Agricultura concluísse todos os levantamentos solicitados. No tocante especificamente à União Européia, todas as energias – e me refiro particularmente aos serviços que estão sob a competente direção do Ministro Pratini de Moraes – estão voltadas para que o Brasil tenha uma classificação de risco ideal, compatível com a realidade da pecuária brasileira.

Não posso tampouco deixar de me referir ao espírito construtivo que o Governo brasileiro encontrou por parte dos Estados Unidos, desde o primeiro momento interessado em colaborar conosco para superar o impasse que se criara com a proibição canadense.

Por fim, quanto à nossa relação com o Canadá, é forçoso reconhecer que a revogação da proibição referente à carne bovina está longe de resolver nossas divergências. Subsiste o desgastante contencioso comercial da indústria aeronáutica, hoje de volta à OMC e sem solução à vista.

Encerro, assim, minha exposição, solicitando a Vossas Excelências que me relevem por ter-me estendido um pouco além do tempo regimental. Coloco-me, desde já, Senhor Presidente, à sua disposição e à disposição dos demais Senadores para qualquer tipo de pergunta que desejem formular.

Muito obrigado!



INAUGURAÇÃO DA ESCULTURA “AS TRÊS JOVENS” DE LASAR SEGALL

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA ESCULTURA “AS TRÊS JOVENS” DE LASAR SEGALL. PALÁCIO DO ITAMARATY, 20 DE MARÇO DE 2001

Lasar Segall gostava de dizer que sempre conservava os olhos bem abertos, como abertos estão invariavelmente os olhos que ele retrata. Tal atitude traduz-se em sua obra numa multiplicidade expressiva de olhos e de olhares.

Como aponta Alfredo Bosi ao refletir sobre a fenomenologia do olhar – lembrando o que já tive a oportunidade de dizer a propósito de Segall –, olho e olhar em português são termos que se casam, não se verificando a diferença que existe em outras línguas entre o órgão receptor do estímulo (em espanhol ojo; em francês oeil; em italiano occhio, em inglês eye) e o movimento interno do ser da pessoa, que dá e imprime significado ao que olha (em espanhol, mirada; em francês, regard; em italiano sguardo, em inglês look). Por isso o português epistemologicamente convida a uma convergência entre o perceber e o exprimir que, no caso de Segall, no meu entender, se impõe.

Essa convergência é ilustrada de forma exemplar pela escultura Três Jovens, incorporada ao acervo do Itamaraty no dia 21 de março último, em cerimônia que contou com a presença de Dona Ruth Cardoso, de

Ministros de Estado e outras autoridades e de personalidades da vida cultural de Brasília.

Valendo-me do *dédoublement fonctionnel* de que fala Georges Scelle, foi com grande alegria que, na condição de Ministro das Relações Exteriores e de Vice-Presidente do Conselho Deliberativo do Museu Lasar Segall, presidi a solenidade de incorporação da escultura, ajudando a trazer para o Itamaraty e para Brasília uma peça que não apenas enriquece o patrimônio artístico da Casa de Rio Branco, como traz para o circuito cultural da capital do país uma obra-prima de um dos mais importantes nomes do nosso Modernismo.

A obra de Segall – por seu gênio artístico e por sua sensibilidade de homem do século XX – não possui um único ponto de vista, uma perspectiva fixa. O olhar de Segall, com seus olhos “muito abertos”, é o olhar móvel próprio de sua múltipla sensibilidade. Esta responde à diversidade e é instigada pelo impulso “de uma necessidade íntima” sem a qual o quadro ou a escultura não se converte em obra de arte.

O olhar móvel da sensibilidade, aberto à diversidade e o impulso da necessidade

íntima são, para Segall, condições necessárias mas não suficientes para o artista, pois, como ele também explicita: “Sem técnica, sem conhecimento do “método” o artista não fala - gagueja”; ou seja, não transforma a sensibilidade e a necessidade íntima do que percebe no olhar objetivado da obra de arte, que, no caso de Segall, também se exprime nas múltiplas técnicas e suportes que utilizou, tais como pintura, aquarela, desenho, gravura e escultura, que são uma criativa objetivação artística da hermenêutica dos seus múltiplos olhares.

Esculpida originalmente em pedra de Ipanema, material extremamente poroso e frágil, a escultura Três Jovens sofreu ao longo de sessenta anos as conseqüências da poluição atmosférica de São Paulo, que acarretaram graves problemas de conservação. Graças ao patrocínio do Ministério da Cultura, ao qual o Museu Lasar Segall está vinculado, foi possível não apenas a restauração da obra, como a realização de um molde para a fundição de três exemplares da escultura em bronze, um dos quais a peça doada ao Itamaraty pelo Associação dos Amigos do Museu Lasar Segall e pela empresa ST Marketing. É a maior peça escultórica criada por Segall. A escultura permaneceu na coleção do artista até sua morte, tendo sido posteriormente doada por sua família ao Museu Lasar Segall, onde foi instalada no jardim de inverno da Biblioteca Jenny Klabin Segall.

O olhar móvel de Segall era um olhar sensível à visão ex parte populi da realidade. Mas a isso não se circunscrevia. Estava à vontade na praça pública, mas, como vemos em sua obra, sabia mover-se com grande leveza também nos ambientes intimistas, nas paisagens bucólicas e nos círculos mais

solenes. É em função desse pluralismo que, creio, apreciaria ver sua obra no Itamaraty, próxima ao Nu Deitado concebido por seu amigo Brecheret e às Duas Amigas de Ceschiatti. Vale lembrar, ademais, que as Três Jovens foram concebidas inicialmente para serem exibidas num espaço marcadamente público, ou seja, a entrada do túnel da Avenida 9 de Julho em São Paulo, como parte de um grupo escultórico que nunca chegou a ser executado. Pode-se dizer, portanto, que elas estão acostumadas desde sempre a serem olhadas sem se intimidar. A força da mirada com que retribuem nossos olhares comprova isso.

Lasar Segall tinha *humour*. O *humour* é uma *concordia discors*, uma oscilação entre a identidade e a diferença, na qual o sorriso se mescla com a dor e a grandeza. Ele é, nesse sentido, o oposto da ênfase, que dissolve a vivência pessoal através da acentuação do social, como ocorre freqüentemente na obra dos grandes muralistas mexicanos. Tal atitude encontra na escultura de Segall um exemplo muito feliz. Como observa Jorge Coli, Segall, ao invés de fazê-las em seu andar decidido caminhar em ímpeto confiante para a frente, prefere apresentá-las dispostas em hélice, com os eixos determinados pelos ombros que se tocam, sugerindo um caráter estranhamente enigmático e uma multiplicidade de vertentes.

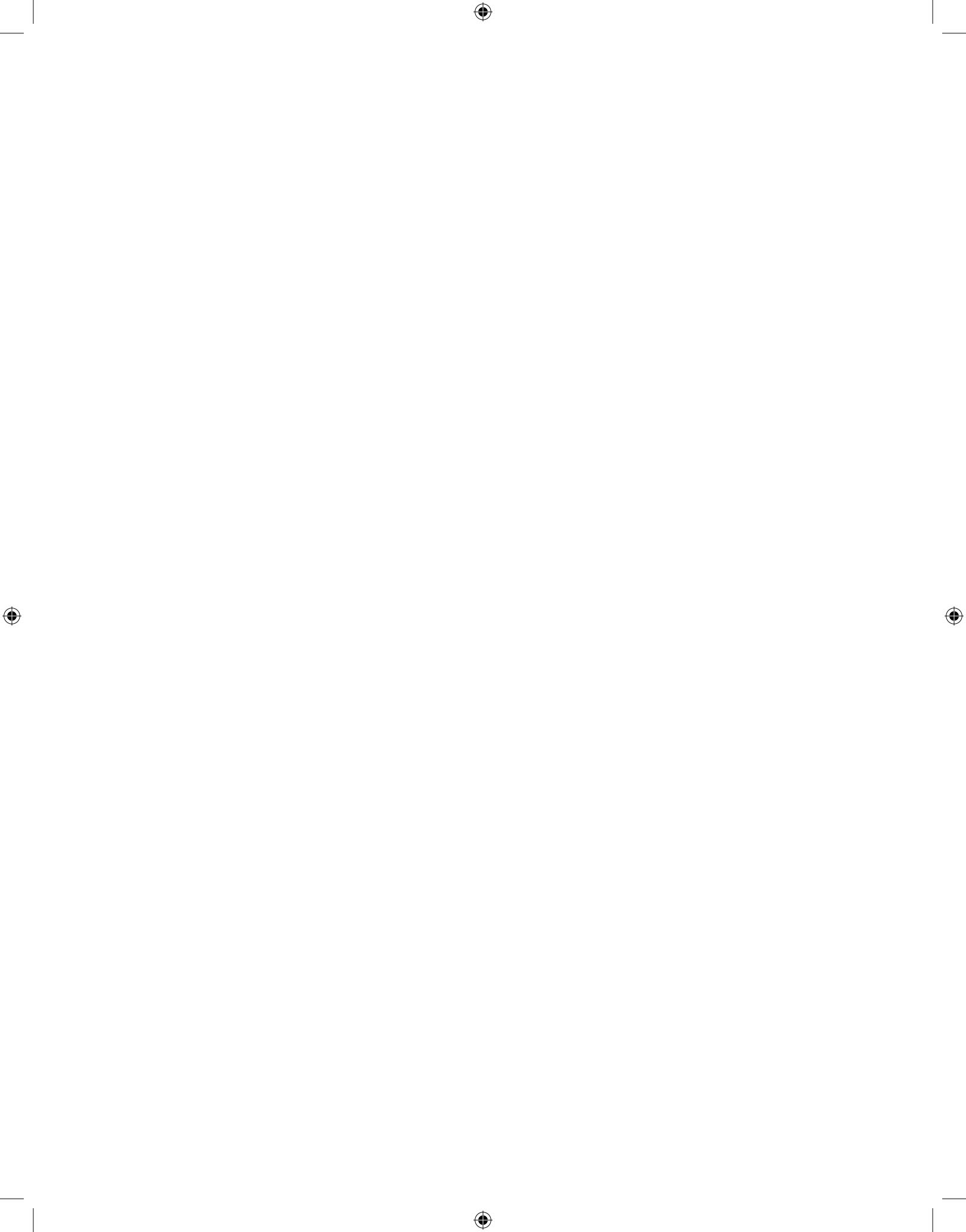
José Bonifácio, o Patriarca da Independência, cunhou, a meu ver, a metáfora inaugural do projeto de construção do Brasil, apontando que o desafio do novo país seria o de criar uma nova liga a partir de distintos metais. Nascido em 1981, em Vilna, na Lituânia, Segall veio ao Brasil pela primeira vez em 1913, aqui se fixando a partir de 1923, depois de ter tido importante participação no Expressionismo alemão. Segall, que

permaneceu no Brasil, onde constituiu família e deitou raízes, até sua morte em 1957, é parte da liga das artes plásticas brasileiras. Influenciou e foi influenciado, atuando como parte do sistema desse processo “metalúrgico” – que, no caso das Três Jovens, deixa de ser metáfora para se materializar em magnífico bronze.

A incorporação da escultura de Lasar Segall oferece-nos também a oportunidade de evocar a memória de D. Jenny Klabin Segall, - a grande tradutora para o português de Corneille, Racine, Molière e Goethe. Após a morte de Segall em 1957, D. Jenny, muito ciente do significado da obra de seu marido, deu o estímulo inicial para a criação do Museu Lasar Segall, que se tornou uma instituição modelar no cenário cultural brasileiro. Caracterizado por uma inovadora e dinâmica visão museológica e administrativa, o Museu Lasar Segall possui vida própria graças à qualidade de seus diretores e de toda a sua equipe. Adquiriu identidade própria graças à extraordinária liderança de Maurício Segall, à sua visão de um museu participativo, e ao permanente apoio de Oscar Klabin Segall e

da Associação Cultural dos Amigos do Museu Lasar Segall, presidida por Dona Margarida Cintra Gordinho, exemplo - tão importante para a promoção da vida cultural no país - de parceria entre a sociedade civil e instituições públicas.

Há pouco celebramos o Dia Internacional da Mulher, marcado, no plano institucional, pela adesão do Brasil ao Protocolo Facultativo à Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em cerimônia realizada em Nova York, que contou com a presença da Doutora Ruth Cardoso. De uma forma poética e simbólica, creio que a incorporação da escultura de Segall ao acervo artístico do Itamaraty ecoa aquela realizada nas Nações Unidas. Ao admirarmos, no espaço criado pela arquitetura de Niemeyer, cuja marca feminina lhe é conferida pelo conjunto de esculturas ali reunido, a dignidade e a força sutil dessas três jovens, estamos contemplando um ser em transformação. Na multiplicidade de vetores com que o artista as dispôs, e com a autoridade de quem sabe aonde vai, elas nos ensinam não o caminho, mas os caminhos a percorrer.



SEMINÁRIO “O CONTINENTE AMERICANO E O FUTURO DAS INTEGRAÇÕES REGIONAIS”

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA, POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO “O CONTINENTE AMERICANO E O FUTURO DAS INTEGRAÇÕES REGIONAIS”. SÃO PAULO, 4 DE ABRIL DE 2001

É com grande satisfação que aceitei o convite de meu amigo, Professor Gilberto Dupas, para participar deste seminário sobre “O Continente Americano e o Futuro das Integrações Regionais” e, nesse contexto, para compartilhar algumas reflexões sobre a ALCA. A negociação da ALCA é um desafio que merecerá atenção especial durante minha gestão, em função de sua importância para a inserção futura do Brasil na economia mundial e do fato de que estamos ingressando em uma etapa de definição dos contornos gerais do que poderá vir a ser uma área de livre comércio no Hemisfério.

Ao lançar um olhar especulativo em direção ao futuro, ressalto aqui mais uma vez que a ALCA não é algo a ser encarado com resignação, mas sim como um empreendimento que valerá a pena na medida em que for congruente com o projeto de desenvolvimento do Brasil. A partir destas premissas, examino a seguir alguns elementos que serão relevantes para a definição da ALCA e da decisão que o Brasil tomará, em 2006, em relação a ela.

Um primeiro elemento, a meu ver, é que a liberalização do comércio exterior

empreendida nos anos 90 não deverá ser revertida. Os fatores de ordem econômica interna e externa que provocaram a mudança na orientação da política comercial brasileira na última década (necessidade de escala, esgotamento da capacidade de financiamento do Estado, fragmentação da produção em escala planetária) não desapareceram; ao contrário, cada vez mais a participação efetiva nos setores mais dinâmicos dependerá de uma inserção competitiva na economia mundial. O retorno aos anos da substituição de importações ao modo antigo não é uma opção viável.

Existe, como é sabido, espaço significativo para obter ganhos de eficiência com a redução de barreiras às importações. Muitos setores exportadores ou que concorrem com importações ressentem-se de condições de acesso a insumos menos favoráveis do que as de seus competidores.

Na exata medida em que a expansão do comércio exterior é de fundamental importância para a economia brasileira, é natural que se busquem contrapartidas de nossos principais parceiros comerciais. Dessa

lógica decorre a validade de continuarmos a negociar simultaneamente, em vários planos: no Mercosul, com os países da Comunidade Andina, com o México, na ALCA, com a União Européia, na OMC.

Mas se a abertura de nosso comércio exterior não está em questão, é legítimo e necessário questionarmos em que medida, e de que forma, nos convém aprofundá-la. Em relação à ALCA, em particular, parece claro que ela somente será uma alternativa atraente para o Brasil na medida em que puder contribuir qualitativa e quantitativamente para a inserção competitiva do Brasil nos fluxos de comércio e investimentos internacionais.

As prioridades da política comercial brasileira

Como se enquadra a hipótese da ALCA nas diretrizes da política comercial brasileira? Para responder essa pergunta cabe uma pequena digressão em relação aos eixos principais daquela política comercial, o Mercosul e a OMC.

Além de seu objetivo político – consolidar o processo de substituição de uma lógica de confrontação pela cooperação e pela promoção da interdependência no Cone Sul -, o Mercosul foi concebido como instrumento para (1) promover a inserção mais competitiva das economias dos quatro países na economia mundial, (2) propiciar economias de escala e, como conseqüência, aumentos de produtividade, (3) tornar a região mais atrativa para os investidores internacionais e (4) balizar as ações do setor privado, principal motor do processo de integração. O Mercosul seria, assim, um campo de treinamento para a participação do Brasil na economia global.

Ao mesmo tempo, ao se inserir no mercado internacional, o Brasil – como pequeno global

trader que é - nutre, à luz de sua experiência, receio do unilateralismo comercial dos grandes. Tem, por isso mesmo, interesse em normas garantidoras do acesso a mercados, objetivo que somente pode ser alcançado com o fortalecimento de regras multilaterais de comércio. Daí nosso engajamento no processo de codificação e desenvolvimento do direito econômico internacional que levou à constituição da OMC.

Estas duas vertentes – Mercosul e OMC – desde o início foram vistas como complementares, e não como alternativas. Na verdade, a estratégia brasileira poderia ser entendida em termos de círculos concêntricos, com o Mercosul e, mais adiante, a América do Sul constituindo um locus de integração mais rápida e mais profunda, mas sem perder de vista a importância da esfera multilateral para um país com interesses diversificados em escala global.

A política externa não opera, no entanto, no vácuo. Estratégias formuladas a partir das possibilidades e problemas internos devem ajustar-se continuamente às realidades externas, às ações de outros atores e ao tempo de processos diplomáticos com múltiplos participantes.

O lançamento das negociações da ALCA

Ao mesmo tempo em que o Brasil buscava uma inserção gradual na economia globalizada, através da ampliação e aprofundamento de acordos sub-regionais, a conclusão do acordo de livre comércio da América do Norte (NAFTA) exercia considerável fascínio sobre muitos países da região. Apesar de algumas indefinições quanto a critérios e modalidades, os Estados Unidos buscavam,

em 1994, posicionar o NAFTA como núcleo irradiador do comércio no Hemisfério. Entre as alternativas aventadas, figurava uma estratégia de building blocks, mas não na acepção de convergência dos acordos sub-regionais de integração. Na concepção do USTR à época, os EUA iriam gradualmente tabulando acordos setoriais com diferentes países e, dessa forma, ao mesmo tempo que os manteria presos a uma lógica negociadora, também os colocaria em “fila indiana” para uma eventual futura acessão ao NAFTA ou para a negociação de acordos bilaterais de livre comércio.

Assim, no momento em que se buscava concluir o Protocolo de Ouro Preto, ofereciam-se alternativas que não atendiam aos interesses do Brasil, nem à dinâmica que procurávamos desenvolver a partir do Mercosul e da iniciativa da ALCSA. Para se ter uma idéia das circunstâncias, basta recordar que em consultas realizadas entre o Mercosul e os EUA em outubro de 1994, a Argentina propôs que as negociações hemisféricas para livre comércio fossem concluídas em 2000, e o processo de desgravação tarifária concluído em 2015.

Nessa situação, o engajamento do Brasil no processo de lançamento das negociações da ALCA permitiu conciliar o projeto de liberalização comercial hemisférica com os principais eixos da estratégia comercial brasileira: primeiro, a prioridade do Mercosul e da dinâmica comercial sul-americana na construção futura da ALCA; segundo, a atenuação do NAFTA como eixo de referência e de convergência dos diferentes acordos sub-regionais; terceiro, a preservação da preeminência do sistema multilateral de comércio e a qualificação adequada da incidência sobre a integração hemisférica de disciplinas ainda não reguladas na OMC.

Nosso engajamento na ALCA não deve, assim, ser julgado contra o parâmetro voluntarista de uma estratégia ideal, e sim à luz das realidades de nosso entorno. Como disse o Embaixador Roberto Abdenur, Secretário-Geral do Itamaraty à época, “o Mercosul corria riscos. Graças a um decidido engajamento, logrou o Brasil evitar a adoção de normas e critérios a nós desfavoráveis, assegurar o papel fundamental do Mercosul como entidade dotada de voz própria na formação da ALCA, e adiar para 2005 o início da redução de barreiras ao comércio. A ALCA passou a ser concebida, portanto, em termos aceitáveis, e com cronograma dilatado, que nos dava tempo para reforçar nossa competitividade e para fortalecer o Mercosul.”

Na Reunião de Cúpula de Miami, o Presidente Itamar Franco reafirmou a concepção brasileira de que um esquema de livre comércio hemisférico deveria basear-se na convergência e aproximação dos esquemas existentes de integração sub-regional. A seu ver, seriam negociações complexas e graduais, que teriam de pautar-se pelo espírito do regionalismo aberto e da observância dos compromissos assumidos multilateralmente. Em nota de cautela, defendeu a constituição de um “espaço econômico livre de práticas protecionistas”.

Histórico das negociações:

Desde 1995, já foram realizadas cinco reuniões ministeriais da ALCA. Na primeira reunião ministerial, em Denver, em junho de 1995, definiu-se um programa de trabalho para preparar o início das negociações, reiterando-se que as mesmas deveriam ser concluídas, o mais tardar, em 2005. Foram criados sete grupos de trabalho, cobrindo as seguintes áreas: acesso a mercados; procedimentos

aduaneiros e regras de origem; investimentos; normas e barreiras técnicas ao comércio; medidas sanitárias e fitossanitárias; subsídios, antidumping e direitos compensatórios; economias menores.

Na segunda reunião, em Cartagena das Índias, na Colômbia, em março de 1996, os Ministros reiteraram o compromisso presidencial, firmado em Miami, de “alcançar progressos concretos até o final do presente século”; remeteram para a reunião ministerial de Belo Horizonte, o exame de “quando e como lançar as negociações da ALCA”; e definiram os termos de referência para quatro novos grupos de trabalho, nas áreas de compras governamentais, direitos de propriedade intelectual, serviços e política da concorrência.

O Brasil exerceu a Presidência Pro Tempore do processo negociador ALCA desde a reunião Cartagena até o encontro ministerial de Belo Horizonte, em maio de 1997, quando os Ministros Responsáveis por Comércio acordaram ou reiteraram os seguintes pontos:

- consenso como princípio fundamental do processo decisório da ALCA; o sentido de que os acordos e decisões da ALCA constituirão um empreendimento único (“single undertaking”);
- a coexistência da ALCA com acordos bilaterais e sub-regionais de integração e de livre comércio mais amplos ou profundos;
- a compatibilidade com os acordos da OMC;
- a possibilidade de os países negociarem individualmente ou em bloco, como integrantes de um grupo de integração sub-regional;
- a necessidade de estabelecer uma secretaria administrativa de caráter

temporário para prestar apoio às negociações; e

- o ano de 2005 para a conclusão das negociações; e a transformação da reunião de Vice-Ministros de Comércio em Comitê Preparatório das negociações.

A quarta reunião ministerial da ALCA, em São José da Costa Rica, em março de 1998, marcou o final da fase preparatória e o início efetivo das negociações, com a criação do Comitê de Negociações Comerciais (CNC), que se reuniu pela primeira vez em Buenos Aires, em junho de 1998. A Reunião de São José decidiu que o objetivo geral das negociações seria o de “estabelecer uma área de livre comércio no continente, na qual serão progressivamente eliminadas as barreiras ao comércio de bens e de serviços e aos investimentos, concluindo-se as negociações no mais tardar até 2005 e alcançando progressos concretos até o final deste século”.

De acordo com as decisões da Reunião Ministerial de São José, confirmadas pelos Chefes de Estados e de Governo na II Cúpula das Américas (Santiago do Chile, 18 e 19.04.98), as negociações foram estruturadas da seguinte forma:

- Reunião de Ministros, responsável pela supervisão e direção superiores das negociações, a convocar-se pelo menos a cada 18 meses;
- Comitê de Negociações Comerciais, integrado pelos Vice-Ministros Responsáveis por Comércio, encarregado da orientação permanente das negociações, a reunir-se pelo menos semestralmente; e
- Nove Grupos de Negociação: acesso a mercados; investimentos; serviços;

compras governamentais; solução de controvérsias; agricultura; direitos de propriedade intelectual; subsídios, anti-dumping e medidas compensatórias; e políticas de concorrência.

Três instâncias não negociadoras: Grupo Consultivo sobre Economias Menores, Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil e Comitê Conjunto de Peritos do Governo e do Setor Privado sobre Comércio Eletrônico.

Também em São José foi definido que a presidência do processo da ALCA seria rotativa, cabendo ao mesmo país sediar a reunião ministerial subsequente e presidir o Comitê de Negociações Comerciais, de acordo com o seguinte cronograma: Canadá (maio de 1998 a outubro de 1999); Argentina (novembro de 1999 a abril de 2001); Equador (maio de 2001 a outubro de 2002); e co-presidência entre Brasil e Estados Unidos (de novembro de 2002 a dezembro de 2004, ou até a conclusão das negociações). Os grupos de negociação reunir-se-iam numa sede única, onde se instalaria também a Secretaria Administrativa para apoiar as negociações, conforme o seguinte rodízio: Miami (1998 a 2001); Cidade do Panamá (2001 a 2003); e Cidade do México (2003 e 2004, ou até a conclusão das negociações).

A Segunda Cúpula das Américas, em Santiago, em abril de 1998, endossou a recomendação da reunião ministerial de São José para que fosse dado início às negociações da ALCA e reiterou que as mesmas deveriam estar concluídas até 2005.

A reunião ministerial de Toronto, em novembro de 1999, aprovou 18 medidas de facilitação de negócios (oito na área de procedimentos aduaneiros e dez na área de transparência) e estabeleceu as diretrizes para o futuro das negociações até a reunião

ministerial de Buenos Aires, em abril de 2001. Entre estas diretrizes, destaca-se a instrução aos Grupos Negociadores para prepararem minuta de acordo em suas respectivas áreas, contendo textos de consenso, alternativas e textos entre colchetes. Os grupos responsáveis por acesso a mercados de bens e serviços foram também instruídos a discutir os métodos e modalidades das negociações.

Será realizada em Buenos Aires, no próximo dia 7 de abril, a VI Reunião Ministerial da ALCA (as reuniões de Ministros eram anuais mas, desde São José, passaram a ter lugar a cada dezoito meses). O Equador receberá da Argentina a Presidência das negociações, que deverá reter até outubro de 2002, na Ministerial de Quito.

A reunião ministerial de Buenos Aires estabelecerá os mandatos dos grupos negociadores para a próxima fase (que termina com o início da co-presidência Brasil-EUA, em outubro de 2002). Os avanços no processo serão então apresentados à III Cúpula das Américas (Québec, 20 a 22 de abril), que decidirá sobre o futuro das negociações, inclusive sobre o cronograma do processo.

Os principais temas de Buenos Aires serão:

- pedidos de orientação dos nove grupos de negociação aos Ministros de Comércio do Hemisfério;
- datas para finalizar debates sobre métodos e modalidades de negociação em diversos grupos (acesso a mercados, agricultura, serviços e compras governamentais);
- a possibilidade de inclusão de temas ambientais e trabalhistas nos trabalhos do Grupo de Negociação de Investimentos;
- novo pacote de medidas de facilitação de negócios; e
- data para conclusão das negociações.

A opção da ALCA

Tenho dito que o MERCOSUL constitui destino para o Brasil e não uma opção. Parafraseando Ortega y Gasset, trata-se da circunstância do nosso eu diplomático. Não é um processo redutível a sua dimensão econômica, por mais importante que ela seja.

A ALCA, em contraste, é uma opção. Se as negociações em curso resultarem na elaboração de um texto de acordo para o estabelecimento de uma área de livre comércio nas Américas, o Brasil poderá, em seu momento, decidir voluntariamente, a partir de sua própria avaliação do interesse nacional, se lhe convém ou não participar no esquema de livre comércio hemisférico.

Ao mesmo tempo, esta liberdade implica também a necessidade de escolher e, por conseguinte, de assumir as conseqüências da opção que vier a ser feita. Alinho, a seguir, alguns elementos substantivos que vem sendo negociados nos grupos negociadores da ALCA e que serão relevantes na avaliação de seus resultados.

A negociação de acesso a mercados abrange, além de tarifas, medidas não tarifárias, que são prioritárias para o Brasil. Segundo a UNCTAD, 60% de nossas exportações para os EUA enfrentam algum tipo de restrição não tarifária. Daí a necessidade de sermos agressivos no combate a essas medidas e a importância de que o setor privado nos ajude a identificá-las.

Além destes aspectos de abertura de mercados, as questões de regulamentação de acesso requerem nossa atenção: regras de origem, procedimentos aduaneiros, barreiras técnicas. Em regras de origem, por exemplo, os EUA propõem um enfoque específico para cada produto, ao invés de regras genéricas como salto tarifário ou percentual de valor adicionado.

Uma área de livre comércio deve, pelas regras da OMC, abranger “substancialmente todo o comércio”, o que normalmente é entendido como 85% do volume de comércio. Nesse contexto, o número de setores domésticos que poderão ser protegidos da liberalização é limitado (correspondentes a 15% do comércio). Além disso, devemos garantir que nossos principais parceiros não excluam justamente os produtos de maior interesse exportador para o Brasil, o que seria inaceitável.

Em investimentos existe a questão politicamente delicada da definição de parâmetros de proteção aos investidores estrangeiros distintos daqueles disponíveis aos investidores nacionais.

A negociação de serviços é fundamental, tendo em vista o aumento da participação do setor no PIB e a parcela sempre crescente de serviços incorporados aos bens tradicionais. O Brasil é um país aberto aos fornecedores estrangeiros, mas devemos perguntar-nos se nos interessa estabelecer compromissos em acordo internacional nesse sentido. Os EUA propõem que o acordo contenha listas negativas, o que implicaria a abertura de todos os setores, à exceção daqueles que fossem objeto de reservas expressas. O método da OMC (GATS) é o oposto, ou seja, listas positivas.

O Brasil não tem obrigações na OMC quanto à abertura de seu mercado de compras governamentais. Temos que avaliar de forma realista o grau de acesso a nosso mercado que estamos dispostos a conceder, em troca da perspectiva de acesso aos mercados de outros países. Para o Brasil, um aspecto relevante do tema é o tratamento a ser dado às compras governamentais dos demais níveis da Federação (estados e municípios).

Na OMC, nas discussões sobre transparência, o Brasil tem-se esforçado para evitar compromissos de notificação ou publicação de licitações em idiomas oficiais da Organização, que imporiam custos significativos ao Brasil e gerariam um desequilíbrio em termos de acesso às informações entre o Brasil e seus parceiros.

Algumas questões que podem ser mencionadas em relação a solução de controvérsias abrangem o possível acesso de particulares ao sistema, sobretudo para investidores, ou ainda o desequilíbrio entre a possibilidade de retaliações comerciais eficazes pelos EUA e pelos países de menor volume de comércio no Hemisfério.

A negociação de agricultura envolve um tripé: acesso a mercados, subsídios à exportação e medidas de apoio interno. A redução de tarifas sem o estabelecimento de disciplinas efetivas para subsídios traria riscos evidentes para o Brasil, tanto no mercado interno como em terceiros países. Existe ainda a preocupação com a aplicação dos princípios do Acordo SPS da OMC, de forma a garantir que as medidas sanitárias e fitossanitárias não sejam utilizadas como barreiras ao comércio, como ocorreu no recente episódio do embargo canadense às exportações de carne brasileira.

Os EUA gostariam de ampliar a cobertura do Acordo de TRIPs, com a criação de novas obrigações em matéria de propriedade intelectual (“OMC-plus”), e.g., limitando ainda mais as hipóteses de licenciamento compulsório de patentes previstas no Acordo TRIPs. Antidumping e direitos compensatórios constituem alguns dos principais obstáculos às exportações brasileiras para o mercado norte-americano. É fundamental conseguir algum tipo de disciplina que diminua o considerável grau de arbítrio concedido aos investigadores.

Ao mesmo tempo, deve-se ponderar que eventuais restrições serão igualmente aplicáveis aos órgãos brasileiros encarregados de defesa comercial.

Embora não haja negociações propriamente ditas sobre comércio eletrônico na ALCA, existe um Comitê de Peritos. Os EUA buscam utilizar as discussões sobre comércio eletrônico para avançar temas relacionados, mas distintos, como a eliminação de tarifas para bens de informática e a liberalização dos serviços de correio expresso. É visível também o desejo dos EUA de expandir o âmbito do trabalho do Comitê, indo muito além do que os países em desenvolvimento do Hemisfério estão preparados para discutir (e.g., regulamentação do comércio eletrônico, adoção de regulamentos e normas técnicas).

Esta breve listagem concentrou-se nas dificuldades, até mesmo para demonstrar que o Itamaraty tem plena consciência dos obstáculos e dos riscos da negociação da ALCA. É indispensável, no entanto, que a consciência das dificuldades seja temperada pela consciência do potencial de benefícios que poderão advir, para o Brasil, de condições de acesso privilegiado ao maior mercado do planeta. Não é difícil perceber que se trata de uma negociação extremamente complexa. Existe a possibilidade de que o texto final não se conforme ao objetivo de possibilitar a melhoria qualitativa e quantitativa da inserção do Brasil na economia mundial. Por outro lado, a negociação oferece o potencial de ampliar e consolidar mercados para o Brasil, que hoje já respondem por 50% de nossas exportações, e por 70% de nossas exportações de produtos manufaturados.

De forma realista, devemos também ter presente quais são os limites de nossa capacidade de influenciar o processo. O Brasil

é um participante de peso nas negociações, mas não dispõe de direito de veto. Nossa eventual recusa em ingressar na ALCA não inviabilizaria a participação dos demais países. Cabe lembrar, a propósito, que a perspectiva de acordos comerciais com os EUA continua a exercer atração sobre os países latino-americanos, incluídos nossos parceiros do Mercosul. Uma ALCA, ou uma rede de acordos de livre comércio nas Américas, sem a participação do Brasil teria consequências graves para nosso comércio exterior, com perda de mercado na América Latina para as exportações dos EUA, e deslocamento de nossas exportações nos EUA pelas mercadorias exportadas por nossos vizinhos. Essa hipótese poderia até mesmo repercutir em outras negociações nas quais estamos envolvidos. A União Européia, por exemplo, deu prioridade à negociação de um acordo de livre comércio com o México justamente para contrabalançar as vantagens de acesso de que dispunham os produtos dos EUA e do Canadá em função do NAFTA.

A alternativa de participar da ALCA apresenta, como tenho dito, riscos e oportunidades. Rejeitar de antemão a negociação, no entanto, apresentaria riscos sem contrapartida. O fato de que a negociação da ALCA tem como um de seus pólos a maior economia do mundo deve ser visto mais como uma oportunidade do que como um processo que deva inevitavelmente resultar em um acerto leonino. É possível que uma negociação assimétrica dê resultados simétricos, no sentido de atender igualmente aos interesses das partes mais fracas. Foi o que aconteceu, por exemplo, na construção da União Européia. A maioria das negociações comerciais entre sujeitos de

direito privado são assimétricas, o que não as impede de serem mutuamente vantajosas. Não dependem elas da generosidade - que seria ingênuo presumir - da parte mais forte. O que é necessário é realismo, disposição para o diálogo, criatividade e, no caso da parte mais fraca, consciência e determinação na defesa de seus interesses.

Esta determinação não faltará ao Brasil, que não dará nenhum passo que não atenda aos interesses nacionais. Para concluir, poderia resumir as diretrizes de nossa atuação recordando as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao empossar-me como Ministro das Relações Exteriores em 29 de janeiro: “Vamos enfrentar os desafios da integração hemisférica, para a qual os próximos anos serão decisivos. Decisivos porque será o momento do “frigor dos ovos”, como se diz. A questão da integração hemisférica não é uma discussão teórica, abstrata, sobre as virtudes do livre-comércio. É, isso sim, uma discussão sobre modalidades concretas, específicas, de integração, que devem ser capazes de atender aos interesses de todos os países. Este é o ponto nevrálgico: saber se somos capazes de fazer com que o livre-comércio se traduza, em nosso hemisfério, em um arranjo econômico-comercial favorável a todos, grandes e pequenos, ricos e pobres. O acordo alcançado em Belo Horizonte sobre a forma de negociação - *single undertaking* - é fundamental. Não estamos dispostos a abrir nosso mercado de serviços sem acesso aos mercados do Norte para nossos produtos agrícolas e industriais. Não estamos dispostos a apenas reabrir a discussão sobre a implementação das regras de patentes sem regras comuns ao hemisfério em matéria de *antidumping*.”

ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DA FRANÇA, LIONEL JOSPIN

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DA FRANÇA, LIONEL JOSPIN. BRASÍLIA, PALÁCIO ITAMARATY, 05 DE ABRIL DE 2001

Para o Brasil, é uma honra muito grande - e, para mim, enorme prazer pessoal - receber a visita do Primeiro Ministro da França e da expressiva comitiva que o acompanha. Esta visita permite que se renovem as convergências e afinidades que tanto nos unem, e, sobretudo, que possamos dar um passo adiante no fortalecimento de nossa parceria, de nosso partenariat.

A França teve presença importante no processo de formação da nação brasileira. Os que lutavam pela independência do Brasil, no final do século XVIII e no início do XIX, chegaram a ser acusados do crime de “enciclopedismo”. Era o medo do que se denominava, então, “idéias francesas” – e as idéias francesas eram as de liberdade, de igualdade e de fraternidade.

A missão cultural de 1816 terá sido, talvez, nosso primeiro grande projeto de cooperação conjunta. Teve resultados duradouros. Um dos aspectos que enriqueceram a “Mostra do Redescobrimento” – que muito em breve poderá ser vista em Paris e Bordeaux – é a forma pela qual, tantas vezes, o Brasil se revelou a si mesmo através de um “olhar distante”. E esse olhar distante foi, em muitos

casos, um olhar francês, como nas paisagens cariocas de Taunay ou nas cenas cotidianas de Debret.

Pouco mais de um século depois, já na década de 30, nova missão francesa viria ao Brasil, desta vez a São Paulo e na área das ciências sociais. Nomes como Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel e Roger Bastide – de quem fui assistente – ajudaram a formar a nossa maior Universidade. Na Bahia, a presença intelectual francesa se fez sentir com a obra de Pierre Verger.

Haveria muitos outros nomes a citar, nomes que ajudaram a construir essa relação de amizade, de respeito mútuo, que hoje estamos aprofundando através do diálogo franco e aberto que tenho mantido com Vossa Excelência – assim como com o Presidente Chirac. Confirmamos isso no excelente encontro que tivemos na manhã de hoje no Palácio do Planalto.

Senhor Primeiro Ministro,

Às vezes, nos mecanismos de percepção coletiva da realidade alguns fatos passam despercebidos, ou não recebem a atenção que mereceriam. A relação Brasil – França é, sem dúvida, uma relação de grande visibilidade

para os brasileiros em geral, mas tem um aspecto que por vezes fica esquecido: é o fato de que compartilhamos uma fronteira comum, a fronteira entre o Estado do Amapá, no Brasil, e o Departamento da Guiana, na França – e que é, se não me engano, a mais extensa de todas as fronteiras francesas, na Europa ou no ultramar.

E o que estamos realizando hoje contribuirá, sem dúvida, para valorizar essa fronteira e para valorizar esse aspecto de proximidade geográfica entre nossos países. Acabamos de assinar um acordo para a construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque, ligando o Amapá à Guiana.

Será a primeira ligação física entre o Brasil e a França e, além do valor simbólico que encerra, representará um forte estímulo ao desenvolvimento sustentável daquela região. Trará incontáveis benefícios para as populações ribeirinhas de ambos os lados da fronteira. Temos por que nos congratular, também, com o adensamento e a diversificação dos vínculos econômicos entre nossos países.

O comércio aproximou-se do total de 4 bilhões de dólares, e o estoque total de investimentos franceses no Brasil está na casa dos 9 bilhões de dólares. A França é dos países que mais têm investido no Brasil. E isso comprova o fenômeno do qual tenho falado muito, ou seja, o fato de que a Europa latina redescobriu o Brasil e se tem engajado no aproveitamento das potencialidades do nosso mercado.

O empresariado francês, aqui representado por algumas de suas mais expressivas lideranças, tem dado demonstrações repetidas de sua confiança nos rumos do Brasil e de nossa economia. Estou certo de que essa aposta continuará vencedora, sobretudo em um momento como o atual, em que os fundamentos da economia brasileira já se

comprovaram sólidos e sustentáveis, com perspectivas encorajadoras para a implantação de novas parcerias.

Com satisfação, verificamos que o crescimento dos fluxos comerciais, após um longo período de assimetria, tem-se dado em um contexto de recuperação de maior equilíbrio. O déficit na balança comercial brasileira com a França, anteriormente em torno de 800 milhões de dólares, caiu ano passado para 150 milhões de dólares.

Esta mudança reflete, entre outros fatores, o esforço que o Governo brasileiro vem realizando no sentido de estimular o setor exportador, especialmente de bens de alto valor agregado. É inegável que, apesar dessas tendências positivas de mudança, ainda hoje enfrentamos as conseqüências de políticas implementadas no âmbito da União Européia, que representam obstáculos significativos ao aumento do fluxo comercial entre dois dos blocos regionais de maior peso no cenário internacional: o Mercosul e a União Européia.

Estou certo de que Brasil e França podem trabalhar conjuntamente para encontrar caminhos que permitam eliminar os obstáculos existentes e liberar o pleno potencial de crescimento de nosso comércio. Para o Brasil, a abertura recíproca de mercados, em condições de justiça e reciprocidade, constitui fator essencial na construção de associações sólidas e dinâmicas entre países.

Temos esse desafio nas Américas, onde o livre-comércio está hoje na ordem do dia. É importante que se reforce essa dimensão também na relação com a Europa. O Brasil é um país da América Latina e das Américas, mas nossa economia é demasiado grande e complexa para ficar limitada apenas à dimensão regional ou hemisférica. Nossa perspectiva sempre foi global, e continuará a ser.

Global e, ao mesmo tempo, fortalecida por uma forte inserção regional. O Mercosul tem sido uma alavanca de desenvolvimento, e o será cada vez mais. Chegamos a um ponto, no Mercosul, em que os benefícios já se tornaram moeda corrente, um fato da vida. Por isso mesmo, as eventuais dificuldades atraem mais a atenção da imprensa. Mas são dificuldades que nada têm de extraordinário, sobretudo se examinadas no contexto de um processo de integração dessa magnitude.

A própria União Européia, ao longo de seu processo de formação, enfrentou obstáculos, superados por meio do diálogo. De nossa parte, estamos empenhados em aprofundar a integração, aceitando o desafio de intensificar a coordenação macroeconômica e de caminhar rumo a novas tarefas, novos estágios.

No desenho de nossa inserção no mundo, o relacionamento com a União Européia é fundamental. O avanço na direção de uma associação inter-regional é indispensável para que possamos manter o equilíbrio e a diversidade de nossas relações externas, complementando outras iniciativas da mesma natureza.

A associação do Mercosul com a União Européia, cujas negociações entrarão numa nova e mais complexa fase a partir de julho, deverá abrir um novo capítulo na história de nosso relacionamento. Constitui iniciativa que se orienta pelo interesse, comum a ambas as regiões, de unir a estabilidade ao crescimento e à geração de empregos.

Brasil e França compartilham valores que são indispensáveis em qualquer avaliação que se faça sobre o fenômeno da globalização. Valores como o da igualdade. Ou o da solidariedade – solidariedade entre as pessoas e entre os países. O significado humano da

globalização deve ser o da aproximação entre os povos, o da redução das distâncias.

E a maior distância não é a distância física, mas a que se manifesta na desigualdade e na exclusão. É na perspectiva desses valores que olhamos as tendências atuais da economia internacional, em particular as questões comerciais e financeiras.

Brasil e França são duas grandes democracias e duas grandes economias cujo diálogo pode contribuir em muito para fazer com que a globalização seja mais solidária, mais simétrica, e que represente realmente a redução das distâncias e o fortalecimento da democracia e da cidadania no plano internacional.

Senhor Primeiro Ministro,

Nos próximos três dias, Vossa Excelência visitará São Paulo e o Rio de Janeiro, e terá oportunidade de conhecer diferentes aspectos de nosso país. Encontrará, invariavelmente, um Brasil interessado na intensificação do diálogo com a França e no desenvolvimento harmonioso de uma parceria privilegiada com o povo francês. Mencionei, ao iniciar estas palavras, que a própria independência do Brasil beneficiou-se da inspiração do que se chamavam, à época, “idéias francesas”.

Brasil e França aprenderam, ao longo da história, a importância das idéias, e de saber lutar por elas. Hoje, estamos aprofundando um relacionamento que é impulsionado por interesses concretos, mas que, antes de tudo, é dirigido por idéias e valores que nos são comuns.

É no espírito dessas idéias e valores que convido todos os presentes a que me acompanhem em um brinde ao futuro promissor do partenariat entre a França e o Brasil, bem como à saúde e à felicidade de Vossa Excelência e do povo francês.



SEMINÁRIO SOBRE ALCA NA CÂMARA AMERICANA DE COMÉRCIO

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA AMCHAM. “A IMPORTÂNCIA DA
PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA”.
SEMINÁRIO “ALCA: OPORTUNIDADES OU AMEAÇAS?”. CÂMARA
AMERICANA DE COMÉRCIO, SÃO PAULO, 10 DE ABRIL DE 2001

Recebi com grata satisfação o convite da Câmara Americana de Comércio para participar deste seminário. A ocasião me é muito oportuna para esta conversa sobre a importância da participação do setor privado nas negociações da ALCA, pois acabo de regressar de Buenos Aires, onde em reunião ministerial do processo tratou-se, entre outros temas, da “transparência”, ou seja, do maior envolvimento da sociedade nas decisões. Devo, aliás, ressaltar que, com o decidido apoio brasileiro, foram tomadas decisões relativas a distribuição e divulgação de documentos em negociação. A medida me pareceu das mais apropriadas. Tal como indicado na Declaração Ministerial espera-se que essa nova transparência “gere apoio amplo e compreensão pública a respeito da ALCA”.

Sempre entendi necessária essa maior participação pública. Recordo que minha primeira iniciativa, ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, foi a de convocar uma reunião do Comitê Empresarial Permanente para uma reunião, aqui em São Paulo, que tinha o mesmo propósito deste seminário: incentivar o setor privado brasileiro a atuar junto com o Governo na negociação da ALCA.

Há poucos dias, em artigo publicado no Jornal do Brasil, no contexto do centenário do nascimento de Juscelino Kubitschek, escrevi que a Era JK foi em política externa um notável exemplo de como um governo democrático com boa visão dos seus desafios é capaz de transformar necessidades internas em possibilidades externas. Juscelino soube identificar no desenvolvimento o interesse nacional, construir um consenso em torno dele, transformá-lo em um programa com feições claras de política pública e precisar os instrumentos que seria preciso pôr em ação para alcançá-lo, entre eles a política externa.

Em uma democracia, este esforço de tradução de necessidades internas em possibilidades externas requer mecanismos permanentes de consulta com a sociedade civil. Transparência e participação são requisitos de formulação e legitimidade da política externa, e cada vez mais o serão, na exata medida em que se diluem os limites entre o interno e o externo, entre o Brasil e o mundo.

As negociações da ALCA constituem, nesse momento, nosso principal desafio de diplomacia comercial. Embora o engajamento

nestas negociações não tenha caráter excludente, a perspectiva de constituição de uma zona de livre comércio no Hemisfério, com países que hoje respondem por 50% de nosso comércio exterior e 70% de nossas exportações de manufaturados para o mundo, precisa ser encarada com consciência da magnitude do que está em jogo.

Do ponto de vista da formulação da política externa, seria muito mais simples se a questão se limitasse a escolher entre alternativas claras, que pudessem ser definidas, ainda que grosso modo, como uma oportunidade ou como uma ameaça. A dificuldade consiste no fato de que um processo com a complexidade da ALCA apresenta simultaneamente possibilidades e riscos, tanto no processo negociador como, mais tarde, na sua implementação.

É difícil até mesmo tentar traçar um balanço de oportunidades e ameaças, porque cada aspecto apresenta pelo menos dois ângulos. A economista inglesa Joan Robinson costumava dizer que, em economia, quase tudo é verdade, pois pode-se encontrar exemplos do que se quer demonstrar e de seu contrário. Daí a importância de que a determinação do interesse nacional seja feita a partir da análise e do confronto de interesses concretos, o que requer informação, diálogo e participação.

A presença simultânea na Cúpula de Miami, em 1994, do Presidente Itamar Franco e do então Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso marcou o início de uma atuação, em relação ao processo ALCA, que tem sido pautada pelos valores democráticos da transparência e do debate aberto. A realização no Brasil da III Conferência Ministerial da ALCA, em Belo Horizonte, em 1997, que decidiu o “quando” e o “como” da negociação, serviu para despertar a opinião pública para o tema. Nossa posição naquela reunião foi fortalecida e legitimada por amplo debate interno prévio - envolvendo

Governo e setor privado - em torno de nossas posições e estratégias negociadoras. Essa intensa sinergia foi facilitada pela criação, em 1996, da Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à ALCA (SENALCA), a qual constitui um “espaço público ampliado”, entidade de coordenação de posições governamentais, com a participação efetiva do setor privado, centrais sindicais, organizações não governamentais, parlamentares que serviu para estreitar o diálogo com representantes da sociedade civil. A SENALCA já se reuniu vinte e oito vezes.

Desde Belo Horizonte, e cada vez mais, já não se trata de decisões de cima para baixo, tomadas em gabinetes fechados, mas da construção de consensos que agreguem legitimidade e realismo às linhas de atuação negociadora. A unanimidade nunca existe, mas uma política externa só é sustentável com a percepção de um benefício generalizado, sendo em torno disso - do interesse nacional - que se deve concentrar o foco da discussão.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo recente Decreto 3.756, dotou a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) de mais instrumentos de coordenação e operação, no sentido de promover nossos interesses exportadores e defender os setores da economia mais afetados pelo comércio exterior. No mesmo decreto ficou reafirmada a competência da SENALCA, o que representa um passo positivo na direção de aprimorar-se esse importante mecanismo de transparência negociadora.

É justo registrar que os empresários têm-se mostrado à altura do desafio. Em Belo Horizonte, a CNI organizou o III Foro Empresarial das Américas, na forma de 12 *workshops* distribuídos em torno de temas cogitados, à época, para as negociações. A

CNI coordenou também a elaboração dos documentos de posição empresarial brasileira que seriam apresentados naquele foro.

Este esforço sem precedentes no Brasil elevou de patamar a participação do setor privado na formulação das posições brasileiras. Ao apresentarem suas posições em um único documento, em nome da “Coalizão Empresarial Brasileira”, e atuarem de forma coordenada durante os debates nos *workshops* dos Foros Empresariais das Américas – inclusive na semana passada, em Buenos Aires -, o setor privado brasileiro vem dando uma firme demonstração de coordenação e envolvimento. Cada vez mais os empresários compreendem que, embora as negociações sejam longas, a participação em cada etapa é indispensável para assegurar resultados finais satisfatórios. Não basta comparecer na hora de fechar o contrato.

É desnecessário recordar que a apresentação de posições coordenadas, fruto da reflexão e do debate internos, aumenta em muito a utilidade e o peso, isto é, a capacidade de influência dos documentos de posição do setor privado. Ressalte-se, a propósito, que, em função da natureza técnica do exercício negociador no momento atual, a participação dos empresários será tanto mais eficaz e conseqüente, quanto mais realista, objetiva e tecnicamente fundamentada.

Tenho dito que a ALCA não é um destino para o Brasil, mas sim uma opção. Se as negociações em curso resultarem na elaboração de um texto de acordo para o estabelecimento de uma área de livre comércio nas Américas, o Brasil poderá, no devido momento, decidir voluntariamente, a partir de sua própria avaliação do interesse nacional, se lhe convém ou não participar do esquema de livre comércio hemisférico.

Ao mesmo tempo, esta liberdade implica também a necessidade de escolher e, por

conseqüente, de assumir as conseqüências da opção que vier a ser feita. No plano mais geral, precisamos estar conscientes de que estratégias formuladas a partir das possibilidades e problemas internos devem ajustar-se continuamente às realidades externas, às ações de outros atores e ao tempo de processos diplomáticos com múltiplos participantes.

Nesse sentido, e voltando à tese de Joan Robinson que mencionei acima, cada alternativa deve ser examinada por vários ângulos, em um esforço permanente para determinar os valores ou as tendências preponderantes. A rejeição pura e simples da ALCA, por exemplo, pode parecer uma resposta óbvia e fácil ao desafio da concorrência, mas traria custos para o Brasil.

A proliferação de acordos bilaterais de livre comércio entre os países do Norte e do Sul do continente não pode ser descartada. Essa hipótese resultaria em desvios de comércio e de investimento em nosso detrimento nos mercados do Hemisfério. Além da manutenção das barreiras existentes contra nossas exportações, teríamos de concorrer nos mercados norte-americanos contra volume crescente de produtos latino-americanos admitidos em condições preferenciais.

Isto não quer dizer, repito, que seremos forçados a aceitar o acordo final independentemente de quais forem suas condições. O Governo brasileiro não assinará e o Congresso não ratificará, nenhum acordo que não seja globalmente vantajoso para a economia brasileira. O que quero ressaltar aqui é a necessidade de uma atitude pró-ativa, que vá além do status quo e que busque negociar condições vantajosas de acesso ao maior mercado do mundo e, posteriormente, explorar ao máximo as oportunidades que se oferecerem.

O fato de que a negociação da ALCA tem como um de seus pólos a maior economia do mundo deve ser visto mais como uma

oportunidade do que como um processo que deva inevitavelmente resultar em um acerto leonino. É possível que uma negociação assimétrica dê resultados simétricos, no sentido de atender igualmente aos interesses das partes mais fracas. Foi o que aconteceu no processo de construção europeia. A maioria das negociações comerciais entre sujeitos de direito privado são assimétricas, o que não as impede de serem mutuamente vantajosas. Não dependem elas da generosidade - que seria ingênuo presumir - da parte mais forte. O que é necessário é realismo, disposição para o diálogo e criatividade e, no caso da parte mais fraca, consciência e determinação na defesa de seus interesses. Esta determinação não faltará ao Brasil, que não dará nenhum passo que não atenda aos interesses nacionais.

É preciso recordar também que o Brasil dispõe de ativos que poderão dar-lhe peso e poder de barganha na negociação. Em conjunto os países do MERCOSUL representam 10 por cento do PIB dos 34 países que negociam a ALCA, sendo que somente o Brasil representa 6 por cento do total. Além disso, nosso país constitui a única grande área que não mantém acordo de preferência com os Estados Unidos. Há setores nacionais virtualmente excluídos da participação de empresas estrangeiras, como o de compras governamentais, quando estas não envolvem financiamento de organismo financeiro como o BID ou o Banco Mundial. Esses dados fazem com que as economias maiores do hemisfério busquem ter acesso ampliado a nosso mercado, obrigando-os a, em troca, atender interesses de nossos exportadores.

O Governo tem também plena consciência da importância das diferenças estruturais e das variáveis macroeconômicas para a atuação das empresas. Infraestrutura, taxa de juros, estrutura tributária, regime previdenciário,

enfim, a constelação de fatores que se costuma agrupar sob a denominação de “custo Brasil”, são questões que deverão continuar a merecer atenção prioritária do Governo e da sociedade. Não se poderia desconhecer o quanto já foi feito no Governo Fernando Henrique Cardoso para liberalizar e modernizar a estrutura econômica do Brasil, mas o Presidente é a primeira pessoa a reconhecer que ainda existe muito a fazer.

Talvez seja oportuno, no entanto, colocar na devida perspectiva a relação entre a continuidade das reformas macroeconômicas e a liberalização comercial. As reformas não são condições necessárias nem suficientes para que a ALCA redunde em benefícios ou prejuízos para o Brasil. Elas são importantes em si mesmas, como pré-requisitos para o aumento da produtividade da economia brasileira, independentemente do que fizermos em matéria de política comercial. Mesmo que não venhamos a participar da ALCA, a interrupção do processo de reformas levaria à estagnação ou, pelo menos, à redução no ritmo de crescimento econômico brasileiro. Inversamente, existe, como é sabido, espaço significativo para obter ganhos de eficiência com a redução de barreiras às importações e às exportações e com o conseqüente aumento no volume de nosso comércio exterior. Muitos setores exportadores ou que concorrem com importações, por exemplo, ressentem-se de condições de acesso a insumos menos favoráveis do que as de seus competidores.

Ainda em relação à macroeconomia, é razoável também recordar a magnitude da mudança que representou, para o Brasil, a adoção da taxa de câmbio flutuante, um elemento fundamental de flexibilidade que inexistia quando foram lançadas as negociações. Note-se, a propósito, que a desvalorização em termos reais da moeda

brasileira nos últimos dois anos foi superior a 40%, excedendo, por conseguinte, a alíquota consolidada na OMC para os bens industriais.

Mas os acordos comerciais não se esgotam nos aspectos macroeconômicos. Ao contrário, a pauta das negociações tende a refletir interesses muito específicos. No que tenho chamado de “diplomacia do concreto”, estamos atentos ao impacto microeconômico - como a relação entre tarifas aduaneiras e competitividade dos setores e cadeias produtivas, promoção das exportações, e apoio à internacionalização das empresas brasileiras. Mediante informação detalhada e avaliação rigorosa, já identificamos áreas de oportunidade, em que o Brasil poderia ganhar na ALCA: acesso a mercados, disciplina dos subsídios à agricultura e regras comuns de antidumping. É preciso, no entanto, que o setor privado seja cada vez mais presente na identificação de oportunidades potenciais nos mercados do Hemisfério e que devam merecer nossa atenção nas negociações.

Segundo a UNCTAD, 60% de nossas exportações para os EUA enfrentam algum tipo de restrição não tarifária. Devemos ser agressivos no combate a essas medidas, mas é indispensável que o setor privado nos ajude a identificá-las. Há uma grande tarefa de *intelligence gathering* que somente pode ser feita pelo setor privado. No caso de barreiras técnicas, por exemplo, será preciso esforço

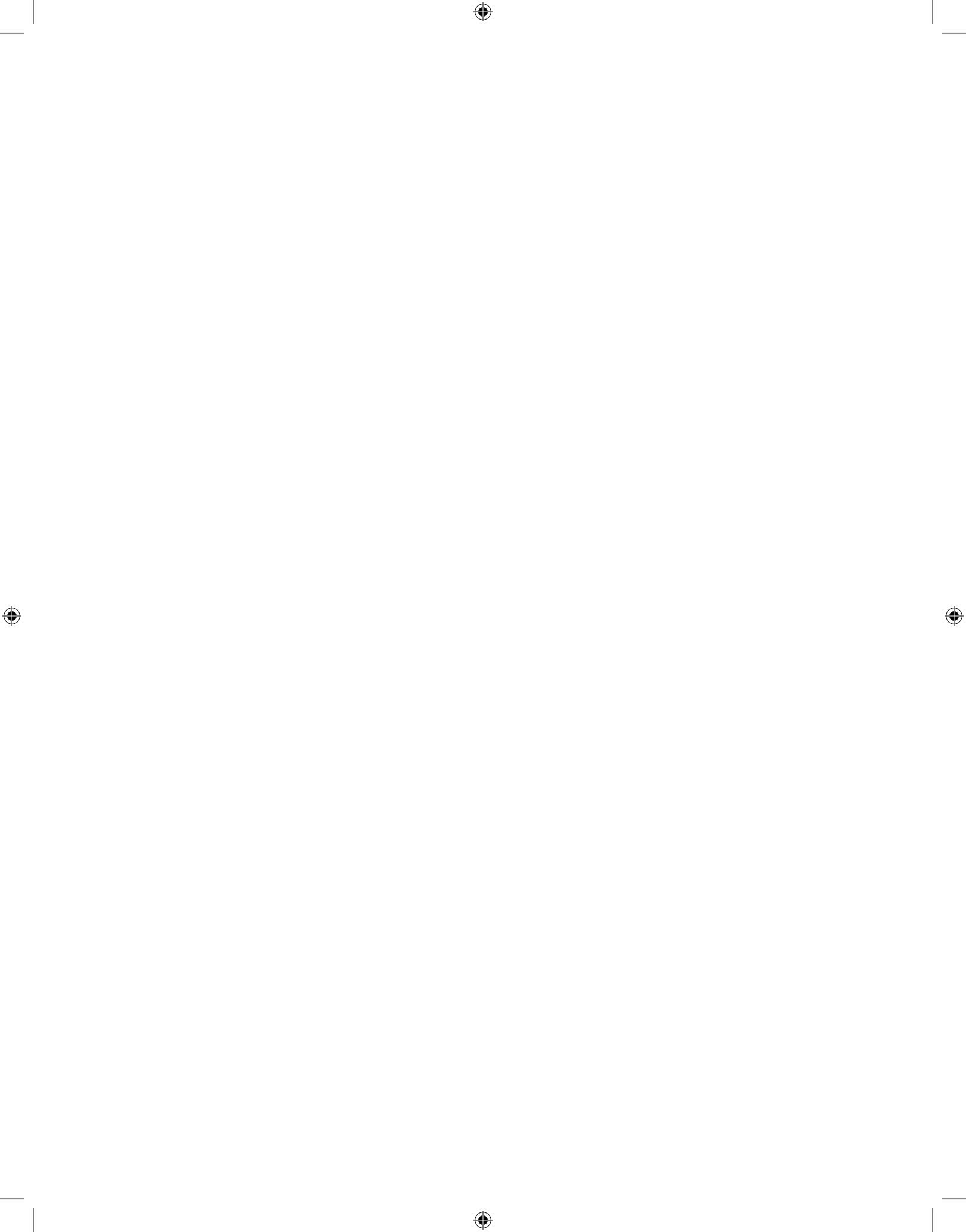
das empresas brasileiras para detectarem as medidas que as estão impedindo de exportar a determinados mercados para que o governo possa atuar em sua defesa.

A negociação de regras de origem tem enorme importância, tanto em termos de acesso a mercados de exportação como em relação à concorrência no mercado doméstico. A participação direta dos interessados é a única maneira de assegurar a defesa de nossos interesses concretos em uma área que ganha em complexidade a cada dia. O mesmo pode ser dito em relação a normas e regulamentos técnicos.

Os demais temas em negociação serão tratados nos debates ao longo do dia. Creio, no entanto, que esses exemplos são suficientes para dar uma idéia da complexidade e da importância das negociações. Felizmente e graças a esforço negociador bem sucedido, temos agora assegurado até 2.005 o prazo para conclusão das negociações.

Até lá é preciso realçar que a ALCA ainda não tem expressão concreta e acabada; ela não é boa ou má: é um empreendimento em construção. Ela será o que fizermos dela. Depende de todos nós, Governo e setor privado, identificarmos e defendermos com determinação nossos interesses, para que ela se constitua efetivamente em uma oportunidade para a melhoria qualitativa e quantitativa de nossa inserção na economia mundial.

Muito obrigado.



JANTAR OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE JANTAR OFERECIDO EM HOMENAGEM AO SR. JIANG ZEMIN, PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. BRASÍLIA, 11 DE ABRIL DE 2001

É com grande satisfação que lhe dou as boas-vindas, Presidente Jiang Zemin, bem como à Senhora Wang Yeping e à expressiva comitiva que o acompanha nesta visita. Para o Brasil, e para mim pessoalmente, é uma honra a presença de Vossa Excelência entre nós, como líder e mais alto representante do povo chinês.

Sua primeira visita ao Brasil, em 1993, e posteriormente minha própria visita à China em 1995 – de que guardo calorosa lembrança – foram decisivas para tornar realidade a parceria estratégica entre Brasil e China, parceria que tantos e tão significativos resultados tem alcançado nos últimos anos.

Brasil e China são países que têm muito em comum. Ambos, países grandes e com economias entre as dez maiores do mundo. Na realidade, somos as duas maiores economias do mundo em desenvolvimento. Somos países que crescem economicamente e que realizam seus melhores esforços para se desenvolverem no plano social, na educação, na saúde e na garantia de melhores condições de vida à população.

Países que já se mostraram capazes de avançar com recursos próprios na ciência e

na tecnologia, credenciando-se para ocupar o espaço que lhes corresponde em um sistema internacional no qual a informação e o conhecimento são elementos cada vez mais essenciais.

Países que aspiram a uma ordem internacional mais justa, fundada na amizade, no respeito mútuo e na observância dos princípios do direito internacional. No encontro que mantivemos na tarde de hoje, pudemos confirmar essa convergência de pontos de vista e de interesses, que nos dá a base para uma cooperação cada vez mais estreita entre os dois países. E essa cooperação já não é, hoje, meramente um projeto, uma idéia abstrata. Já produz resultados significativos.

Um deles é o Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres, que prevê a construção de quatro satélites de sensoriamento terrestre. Eis aí um caso bem-sucedido de cooperação tecnológica entre dois países do Sul. O primeiro satélite foi lançado em outubro de 1999 e o segundo deverá sê-lo em um futuro próximo.

Seria supérfluo explicar a importância desses satélites para países como os nossos,

com territórios vastos, que incluem enormes riquezas naturais, bem como um patrimônio ambiental que deve ser preservado. Estou convencido de que o exemplo que nos é dado pelo êxito na cooperação em satélites deve nos estimular a promover novos projetos de cooperação tecnológica em outras áreas.

Senhor Presidente,

Estamos realizando esforços de grande importância também na área comercial e de investimentos. Há perspectivas promissoras para a atuação de empresas brasileiras no mercado chinês. Nosso próprio esforço de desenvolvimento econômico multiplica as oportunidades de cooperação.

A China tem, hoje, um programa impressionante de desenvolvimento de sua região Oeste, para o qual empresas brasileiras podem levar o seu conhecimento e a sua experiência. No Brasil, os investimentos em infra-estrutura, abrem a possibilidade da participação de empresas chinesas em projetos de desenvolvimento.

Há, também, muito o que fazer para a ampliação e diversificação de nosso intercâmbio comercial, que pode e deve incluir itens de alto valor tecnológico em que nossos países tenham desenvolvido vantagens comparativas – como é o caso da indústria aeronáutica no Brasil. Seria muito importante que fossem agilizadas as providências necessárias para a concretização das operações em curso nesse setor, às quais o Brasil atribui grande significado.

Mesmo no plano meramente quantitativo, as trocas comerciais entre Brasil e China, embora já expressivas, estão ainda muito aquém do nível a que se poderia aspirar em vista da dimensão dos dois países e do grau de sofisticação das duas economias.

Os interesses econômicos e comerciais que nos aproximam abrem largas avenidas de cooperação entre nossos países. Mas a parceria entre Brasil e China não está limitada a esses interesses. Projeta-se sobre um amplo espectro de temas políticos no plano internacional. Temas que delineiam o esforço de construção de um novo ordenamento internacional, que seja alheio aos monopólios de todo tipo, de poder, de riqueza ou de saber, uma ordem sem arrogância e sem imposições. Temas, também, indispensáveis para que nossas sociedades sejam mais justas, mais humanas e mais livres, e nossos povos, mais felizes.

Os avanços tecnológicos que estamos presenciando, o aprofundamento dos vínculos econômicos no plano internacional, a maior facilidade de comunicação e de transporte, tudo isso deve contribuir para a desconcentração do poder e da riqueza no âmbito internacional.

A ordem internacional que queremos deve ser multipolar, deve permitir que a prosperidade e o conhecimento se difundam para todos os países, para as várias regiões. O Brasil vê com grande satisfação aproximar-se o momento em que a China ingressará na Organização Mundial do Comércio. Será um ganho para a economia mundial e um acréscimo de peso aos esforços de defesa dos interesses dos países em desenvolvimento naquela organização. Penso, em todo caso, que poderíamos acelerar a entrada em vigor dos entendimentos bilaterais que fomos capazes de negociar, como, por exemplo, no caso da soja.

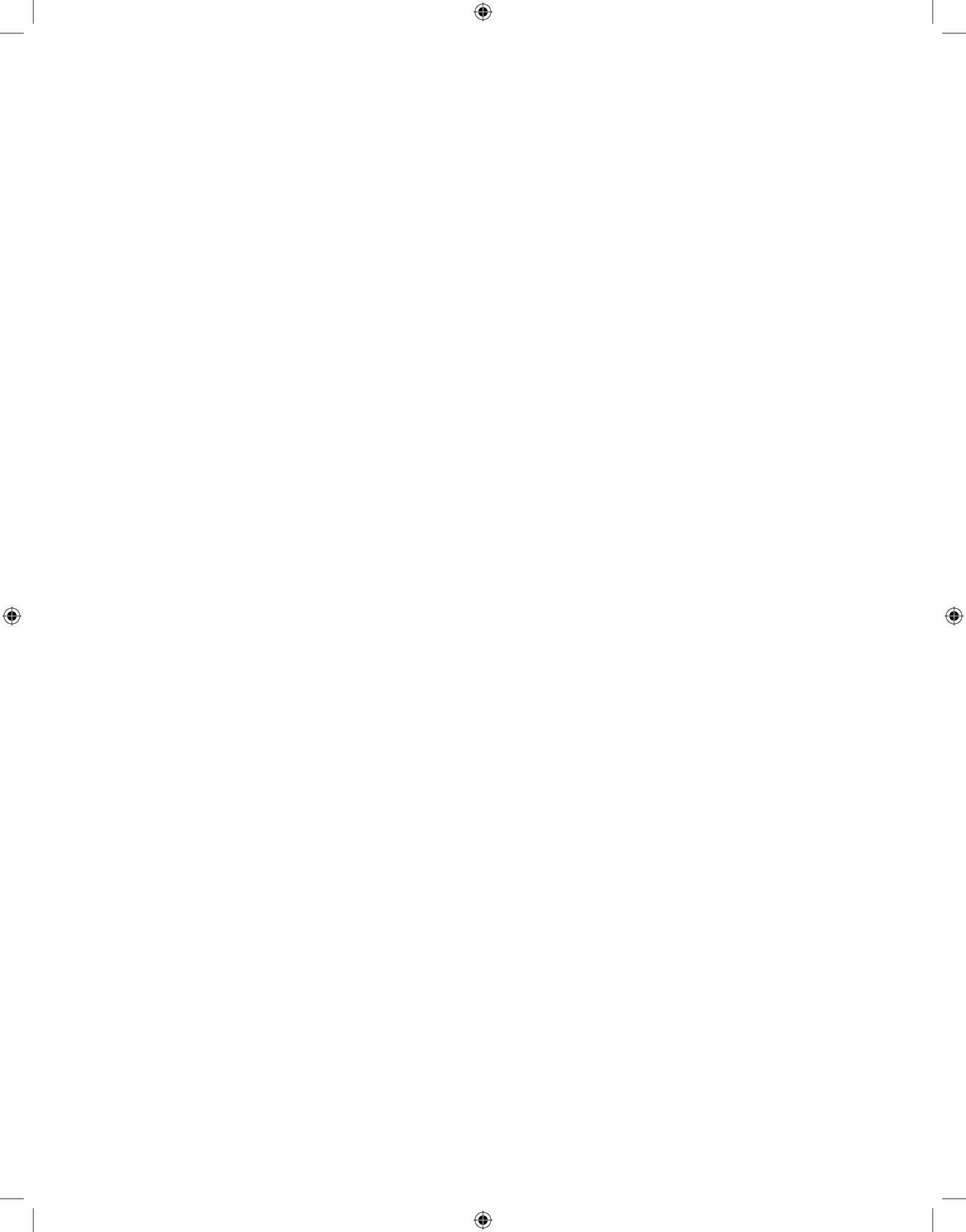
Por razões semelhantes, Brasil e China defendem a necessidade de fortalecimento das Nações Unidas. O mundo do século XXI precisa de uma ONU forte e dotada da indispensável legitimidade para atuar com eficácia na defesa da paz e da segurança internacional.

Meu caro Presidente Jiang Zemin,

América Latina e Ásia são duas das regiões mais dinâmicas do mundo em nossos dias. São formadas por povos que anseiam por desenvolvimento e por justiça. Nessas duas regiões, Brasil e China ocupam posições de destaque. O diálogo entre nós tem um significado que vai muito além da cooperação bilateral, e que vai além da própria dimensão regional.

Por isso, a visita de Vossa Excelência assume, para nós, importância muito especial e confirma a alta prioridade atribuída por nossos Governos ao aprofundamento de nossa parceria. Continuaremos trabalhando juntos, para resultados ainda mais expressivos na cooperação bilateral e para fortalecer os princípios de justiça e de amizade entre os povos no cenário internacional.

É com este pensamento que desejo concluir e convidar todos os presentes a que me acompanhem em um brinde à amizade entre o povo brasileiro e o povo chinês, e à saúde pessoal do Presidente Jiang Zemin e da Senhora Wang Yeping.



PALESTRA NO INSTITUTO RIO BRANCO

AULA MINISTRADA NO INSTITUTO RIO BRANCO PELO SENHOR
MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR
CELSO LAFER. BRASÍLIA, 12 DE ABRIL DE 2001

Senhor Diretor do Instituto Rio Branco,
Senhores diplomatas,
Senhoras e senhores,

Creio que deveria utilizar esta oportunidade não apenas para oferecer reflexões e considerações sobre os determinantes e os rumos da política externa brasileira, mas também para fazer desta exposição uma ocasião de diálogo e interação com os alunos do Instituto como os mais recentes integrantes da carreira diplomática. O fato de estar investido do cargo de Ministro das Relações Exteriores não exclui, naturalmente, minha condição de Professor da Faculdade de Direito, sobretudo no contexto proporcionado pelo Instituto Rio Branco.

Esta instituição - que há mais de meio século tem sabido dosar formação acadêmica e preparação profissional, e desse modo estabelecer o molde essencial dos diplomatas brasileiros - vem-se renovando. Seu Diretor, com competência e ousadia, tem promovido uma verdadeira “mudança na continuidade”, fiel às melhores tradições desta Casa.

Muito apropriadamente, a Academia Diplomática brasileira ostenta o nome de Rio Branco. Patrono da nossa diplomacia; figura modelar cujas realizações constituem a base

do nosso próprio desenho - as fronteiras - na América do Sul e de nosso propósito maior - a paz, a cooperação e o desenvolvimento - em nossa região e no mundo. Ao permitir-me reflexão mais detida sobre alguns dos traços históricos da política externa brasileira e seus desdobramentos atuais, é natural, pois, iniciá-la por Rio Branco.

A obra de Rio Branco na primeira década do século XX - a determinação das fronteiras nacionais - resolveu aquele que sempre constitui um problema-chave para a política exterior de qualquer país. Rússia, China e Índia, que são, assim como o Brasil, países de escala continental, têm até hoje dificuldades a respeito e, por conta disso, guerrearam e foram guerreados no correr de sua história. Os Estados Unidos têm apenas dois vizinhos, - Canadá e México, - e seguindo o seu “destino-manifesto”, no século XIX alargaram seus limites às expensas do seu vizinho do sul. Não é preciso recordar quantos conflitos bélicos de fronteiras caracterizam, por exemplo, a história diplomática da França ou da Alemanha. O Canadá só tem um vizinho e a Austrália é um país continental que não os possui. Ora, o Brasil tem dez, (no mundo, só Rússia e China os têm em maior número)

e foi o Barão do Rio Branco que, por ação, fixou-lhe pacificamente o mapa, primeiro como seu representante e advogado em arbitragens internacionais (Argentina, 1895; França-Guiana Francesa, 1900) e, depois, de 1902 a 1912, como Ministro das Relações Exteriores em negociações de tratados de limites com países vizinhos (Bolívia, Tratado de Petrópolis, 1903; Peru, 1904/1909; Grã-Bretanha - Guiana Inglesa, aceitação do laudo arbitral de 1904; Venezuela - 1905; Holanda - Guiana Holandesa, 1906; Colômbia, 1907 e Uruguai, Tratado retificatório de 1909).

No bem-sucedido desempenho de Rio Branco nas questões de fronteiras, refinada mescla de poder e transigência, encontram-se as linhas-mestras tanto do estilo quanto da ação diplomática brasileira subsequente. Estilo que se configura por uma “moderação construtiva”, própria de uma leitura grociana da realidade internacional que procura, mediante a diplomacia e o Direito, reduzir o ímpeto da “política do poder”. Ação que, uma vez resolvidas as questões de limites, se caracteriza por uma nota singularizadora: a do que Luiz Felipe de Seixas Corrêa chama de “desenvolvimento do espaço nacional”.

Esse conceito constitui de fato um dos grandes vetores da ação diplomática do Brasil ao longo do século XX. O próprio Rio Branco, ao avaliar os resultados da sua obra de consolidação do mapa do Brasil, comentou com o diplomata e político argentino Ramón Carcano que a próxima etapa de seu programa de trabalho seria a “de contribuir para a união e a amizade entre os países sul-americanos. Uma das colunas dessa obra deverá ser o ABC”. O artigo 1º do projeto do tratado “de cordial inteligência e de arbitramento” entre Argentina, Brasil e Chile que Rio Branco redigiu em 1909 estipulava que as três altas partes-contratantes procurariam “proceder

sempre de acordo entre si em todas as questões que se relacionem com seus interesses e aspirações comuns e nas que se encaminhem a assegurar a paz e a estimular o progresso da América do Sul”.

Desafogado o país do tema das fronteiras, trabalhar para a união e a amizade entre os países sul-americanos passou a ser uma constante, uma “força profunda” da política exterior brasileira. Além de uma motivação de “paz perpétua”, de inspiração kantiana, que lhe pode ser atribuída, essa constante corresponde também a uma das vertentes externas do conceito de “desenvolvimento do espaço nacional”. Com efeito, em discurso pronunciado em 20 de abril de 1909, no Palácio do Itamaraty, já dizia Rio Branco que “Se a paz é uma condição essencial ao desenvolvimento dos povos, mais ainda devem sentir-lhe a necessidade as nações novas como as do nosso continente sul-americano, que precisam crescer e prosperar rapidamente”.

A ação brasileira, na década de 1930, à busca de soluções conciliatórias, seja na questão de Letícia, que provocou conflito armado entre Colômbia e Peru, seja na Guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, insere-se nesta linha do programa traçado por Rio Branco. Na construção de soluções, que foram bem sucedidas, empenharam-se não apenas os Chanceleres Afrânio de Mello Franco e José Carlos de Macedo Soares, mas também o próprio Presidente Getúlio Vargas, cujo Diário, recentemente publicado, registra várias entradas que indicam claramente a sua preocupação pessoal com o tema. É dentro do mesmo programa que se inserem, na década de 1990, as ações do Brasil como um dos garantes do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, para equacionar criativamente o contencioso territorial entre o Equador e o Peru. A solução encontrada - que levou a bom

termo o Protocolo de 1942, para a qual, na época muito trabalhou o Chanceler Oswaldo Aranha - foi uma importante realização diplomática do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do seu Chanceler, Luiz Felipe Lampreia, que se envolveram, pessoalmente, em todas as fases da negociação.

A linha da política externa voltada para a união e a amizade entre os países sul-americanos, se enquadra, como diz Rubens Ricupero, no campo do eixo da relativa igualdade entre os parceiros. É, no âmbito deste eixo, uma linha representativa de um conceito clássico de ação diplomática: os países devem procurar fazer a melhor política de sua geografia. Com efeito, num mundo que simultaneamente se regionaliza e se globaliza, convém fazer não apenas a melhor política, mas também a melhor economia de uma geografia - como, por exemplo, vêm fazendo os europeus, desde a década de 1950, no seu processo de integração. Daí uma linha de ação voltada para transformar as fronteiras brasileiras de clássicas fronteiras-separação em modernas fronteiras-cooperação.

Esta linha, de inspiração grociana, tem como ponto de partida o fato de a América do Sul constituir uma unidade física contígua, propiciadora de oportunidades de cooperação econômica. Esta pode ampliar vantagens comparativas em um processo de inserção competitiva na economia mundial, à medida que os vetores logística/transporte, telecomunicação/energia forem desenvolvidos para adicionar valor e reduzir custos, estimulando, num clima de paz, os elos do comércio e do investimento.

Expressão contemporânea dessa constante idéia-força da política externa brasileira, voltada para assegurar a paz e estimular o desenvolvimento da América do Sul,

foi a importante iniciativa diplomática do presidente Fernando Henrique Cardoso do ano passado: a Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília nos dias 30 de agosto e 1º de setembro de 2000. O objetivo da reunião foi justamente o de aprofundar a cooperação já existente em nosso espaço comum sul-americano, convertendo este espaço num projeto para a cooperação em distintos campos: combate a drogas ilícitas e delitos conexos; ciência e tecnologia; integração física, sendo que os projetos de infra-estrutura de integração são um inequívoco exemplo do processo de transformação de fronteiras-separação em fronteiras-cooperação, e poderão ter um efeito multiplicador sobre o desenvolvimento e ampliar a integração econômica da região.

São antecedentes e marcos deste programa de trabalho regional, representativos de uma “força-profunda” de “duração longa” que vem norteando a ação diplomática brasileira: a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) de 1960, sucedida em 1980 pela ALADI (Associação Latino-Americana de Desenvolvimento); o Tratado da Bacia do Prata de 1969; o Tratado de 1973 com o Paraguai, que levou à construção da hidrelétrica de Itaipu; o acordo tripartite Argentina, Paraguai e Brasil, de outubro de 1979, compatibilizando as usinas hidrelétricas de Itaipu e Corpus; o Tratado de Cooperação da Amazônia, de 1978; o gasoduto Bolívia-Brasil inaugurado no primeiro semestre de 1999 - desfecho positivo de iniciativas que, entre avanços e recuos, remontam à década de 1930.

Mas o verdadeiro paradigma do processo de transformação do papel das fronteiras na América do Sul é sem dúvida o Mercosul, resultado de uma efetiva reestruturação, de natureza estratégica, do relacionamento Brasil-Argentina. O Mercosul exprime uma

visão de regionalismo aberto, trabalha a compatibilidade da agenda interna e externa da modernização e é um marco de referência democrática dos países que o integram. Apesar das dificuldades de conjuntura que se verificam desde 1999 e que encontram hoje na excepcionalidade solicitada pela Argentina sua maior expressão, é certo que o Mercosul tem a natureza de um imperativo comum para o Brasil, a Argentina e seus parceiros. Com efeito, o agrupamento exprime e simboliza uma nova presença da América do Sul no mundo pós-guerra fria e é fator importante, para não dizer crucial, em negociações econômicas interamericanas, como as do projeto ALCA, e as que se iniciaram com a União Européia.

A principal preocupação em torno do futuro da organização deste espaço como um ambiente favorável à paz e ao desenvolvimento reside num aspecto de segurança internacional que se alterou no mundo pós-guerra fria.

O novo ambiente internacional e seus cenários de conflito tornaram inadequadas as doutrinas de dissuasão nuclear e do “equilíbrio do terror”, e, por isso mesmo, passaram a ser ainda mais difíceis de justificar a retenção e o desenvolvimento de arsenais nucleares. Se aparentemente amainaram os riscos de uma conflagração atômica na escala contemplada à época da guerra fria, seguramente aumentaram os perigos difusos da violência de natureza descontrolada. Tais perigos aumentaram em função de uma faceta da globalização, que faz funcionar o mundo através de diversos tipos de redes. Entre estas estão as das finanças, que possibilitam, além dos movimentos rápidos dos fluxos de capital, a “lavagem” do dinheiro; as da criminalidade organizada; as do tráfico clandestino dos armamentos; as da produção, distribuição e proliferação das drogas; as do terrorismo; as das migrações não regulamentadas de pessoas, causadas pelas

guerras civis e pelas perseguições. No caso do Brasil, inserido na América do Sul, estes riscos provêm, em parte, do impacto interno, no território nacional, em função da porosidade das fronteiras, do “externo”, numa “sublevação dos particularismos”.

Em síntese, em função da sua geografia, de sua experiência histórica e da linha de continuidade de sua ação diplomática, o Brasil está à vontade e em casa com o componente sul-americano de sua identidade internacional, que é uma “força profunda”, de natureza positiva, na sua política externa. É portanto natural que essa política encontre prioridade nas relações com a Argentina; no desenvolvimento do Mercosul como projeto de longo alcance; e na articulação da América do Sul como espaço de paz e de desenvolvimento.

Caracterizada a dimensão sul-americana como um dos componentes fortes da identidade internacional do Brasil e examinadas suas raízes históricas e expressões contemporâneas, caberia agora examinar de que forma as condicionantes da ação externa brasileira vêm operando no plano do eixo assimétrico de suas relações internacionais. Para tanto, é preciso ter em conta as profundas transformações ocorridas na cena internacional mais ampla.

Desde o fim da guerra fria, que tem como evento-símbolo a queda do muro de Berlim, o sistema internacional deixou de ter como elemento estruturador as polaridades definidas das relações Leste/Oeste; Norte/Sul. Passou a caracterizar-se por polaridades indefinidas, sujeitas às “forças profundas” de duas lógicas que operam numa dialética contraditória de mútua complementaridade: a lógica da globalização (das finanças, da economia, da informação, dos valores, etc.) e a lógica da fragmentação (das identidades, da secessão dos estados, dos fundamentalismos, da exclusão social, etc.).

A interação entre uma lógica integradora do espaço mundial e uma dinâmica desintegradora e contestadora desta lógica tem muito a ver com as realidades de uma “globalização assimétrica”. Esta realça a percepção das descontinuidades no sistema internacional, que de um lado exprimem descompasso entre significado e poderio, e de outro traduzem um inequívoco déficit de governança do espaço do planeta. Como vêm-se situando e reposicionando diante destas novas realidades não apenas o Brasil, mas outros grandes países - que George Kennan chamou de *monster countries* por sua dimensão e mesmo por seu caráter por vezes assustador?

Os EUA - que, pacificamente, “ganham” a guerra fria - são hoje a única e incontestável superpotência mundial. Estão relativamente à vontade neste mundo de descontinuidades. Vêm explorando as oportunidades que o sistema internacional oferece para, unilateralmente, afirmar o seu globalismo e de fato têm amplas condições de exercê-lo nos três principais campos de ação: o estratégico-militar; o econômico financeiro; e dos valores

A China foi, no plano estratégico-militar, um dos grandes beneficiários do fim da guerra fria - e da URSS. No campo econômico, tem logrado um excepcional desenvolvimento através da competente administração do jogo entre o “interno” e o “externo”, num mundo globalizado e de polaridades indefinidas.

A Rússia, como sucessora da URSS - a grande “derrotada” da guerra fria - continua detendo a segunda maior capacidade nuclear mundial e está, no contexto de uma lógica de fragmentação, em meio a grandes dificuldades econômicas e políticas, à procura de uma nova identidade internacional.

A Índia afirmou-se como potência nuclear à margem do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e assim estabeleceu

uma nova equação estratégico-militar em seu contexto regional, com implicações globais. No plano econômico e social, a Índia demonstra cuidado diante da lógica da globalização que, por suas assimetrias, pode desencadear internamente forças centrífugas até agora administradas pelo seu próprio sistema democrático.

Para os países europeus, organizados em torno da União Européia, o fim da guerra fria colocou politicamente o tema do alargamento para o Leste, ao mesmo tempo que o desafio da globalização impôs o aprofundamento da delegação de competências às instâncias comunitárias (por exemplo, a moeda única: o euro). A concomitância desse alargamento e aprofundamento vem sobrecarregando a agenda da integração européia, que se vê institucionalmente estressada pela complexidade e pelo volume de problemas. Este stress, presente na grociana construção européia, não impediu, até agora, a resposta aos desafios das novas realidades, mas sem dúvida comprometeu sua velocidade e abrangência.

Já para o Japão, tem sido problemático responder aos desafios das novas realidades, pois o fim da guerra fria, ao alterar os dados estratégico-militares, colocou novos e significativos dilemas para seu papel e relacionamentos na Ásia. Tem sido igualmente problemático pois o modelo sócio-econômico japonês, tão bem sucedido nos anos 70 e 80, vem encontrando dificuldades para dar conta de novos aspectos competitivos da globalização. Diante dessa nova configuração de problemas e interesses mundiais, como vem-se situando e deve situar-se o Brasil, especialmente no que diz respeito às nossas prioridades de política externa para além do nosso entorno imediato ?

No plano do “eixo assimétrico” de nossas relações internacionais, o marco

representado pelo fim da guerra fria também trouxe transformações profundas, que foram se tornando mais visíveis ao longo da década de 90. Se os anos 80 marcaram, no plano político interno, a transição do regime militar para a democracia, no plano econômico o país assistiu, em meio à crise da dívida externa e à inflação, ao esgotamento do modelo essencialmente autárquico de desenvolvimento, ou de inserção controlada do país na economia mundial, desde o pós-guerra caracterizado, em nível industrial, pela substituição de importações.

Nos anos 90, a diminuição dos custos dos transportes e da comunicação associada aos avanços em computação modificou o significado financeiro e econômico das fronteiras, tornando menos nítida a diferença entre o “interno” e o “externo”. A eficiência e o dinamismo do processo de internalização das cadeias produtivas, mediante inserção controlada na economia mundial, foram colocados em questão. O mundo que, durante a maior parte do século XX, o Brasil administrou com bastante competência como “externalidade”, internalizou-se.

Essa “internalização” do mundo como novo dado da realidade nacional e internacional necessariamente traz conseqüências e lições para a condução da política externa brasileira em seu eixo assimétrico. A esse respeito, creio, com Gelson Fonseca Jr., que, se no passado o país construiu, com razoável sucesso, a autonomia possível por meio de um relativo distanciamento em relação ao mundo, nesta virada de milênio a autonomia possível e necessária para o desenvolvimento só pode ser construída pela participação ativa na elaboração das normas e pautas de conduta da gestão da ordem mundial.

Tem sido essa, na verdade, uma das grandes linhas a nortear a ação diplomática

brasileira nos últimos dez anos, que devemos manter e aprofundar. O “locus standi” para este aprofundamento tem o sustentá-lo, no plano interno, a consolidação da democracia e a importância de uma economia aberta, estabilizada pelo Plano Real. No plano externo, pesa o fato de ser o Brasil um país de escala continental, relevante para a tessitura da ordem mundial e, não sendo um “monster country” assustador, como seus congêneres, sempre apto para articular consensos entre grandes e pequenos.

Tal distinção não deixa de constituir um ativo potencial num sistema internacional em que as percepções de risco e as estimativas de credibilidade são dados importantes. A isto se adicionam os investimentos no soft-power da credibilidade, realizados pelo país no correr da década de 1990, ao tratar de maneira construtiva - pela participação e não pela distância - os “temas globais” que se inseriram, em novos termos, na agenda internacional pós-guerra fria. Entre eles destaco meio ambiente, direitos humanos, desarmamento e não-proliferação nuclear, temas em que o Brasil é hoje participante credenciado e referência necessária em toda negociação ou iniciativa multilateral de envergadura. No plano dos valores, o trato construtivo nesses e em outros temas internacionais não menos relevantes - como questões de segurança internacional, conflitos regionais e operações de paz - é compatível com o componente ocidental da nossa identidade internacional; é congruente com a visão grociana que permeia a nossa conduta diplomática; e é viável à luz da nossa atual forma de inserção no mundo.

Os foros multilaterais constituem de fato o melhor tabuleiro para o Brasil exercer, em nível global, sua competência na defesa dos interesses nacionais. O jogo das alianças de geometria variável, possibilitadas por um

mundo de polaridades indefinidas, fortalece nossa capacidade de ação nesse tipo de foro, onde podemos desenvolver o melhor do nosso potencial para atuar na elaboração das normas e pautas de conduta da gestão do espaço da globalização em todos os campos de interesse para o Brasil.

Os campos em que hoje o desafio externo se coloca para o Brasil de modo mais real e premente são sem dúvida constituídos pelas negociações da agenda financeira e da agenda de comércio exterior. Delas poderão resultar instituições financeiras internacionais mais ajustadas para lidar com a instabilidade inerente a um sistema financeiro globalizado e assim reduzir a maior vulnerabilidade às pressões do mercado internacional de países como o Brasil. Delas poderão também resultar acordos e normas de comércio internacional mais adequados às necessidades de um país com a estrutura produtiva do Brasil contemporâneo.

Como pequeno “global trader”, o Brasil necessita hoje ampliar seu acesso a mercados e tem procurado fazê-lo nos foros e nas negociações pertinentes, especialmente no âmbito da OMC; do Mercosul e da ALCA. Elemento essencial desse empreendimento é a participação capacitada nas negociações relativas à elaboração de normas internacionais em áreas afetas ao comércio, como por exemplo barreiras não-tarifárias, que podem assumir, entre outras, a forma de normas sanitárias e fitossanitárias; ou padrões técnicos. Há também os temas dos subsídios; da defesa comercial e da propriedade intelectual. A crescente regulamentação multilateral dessas matérias constitui uma forma de “internalização” do mundo na vida brasileira, o que exige qualificação negociadora condizente com a importância da matéria e com o caráter complexo das negociações.

Tal qualificação negociadora é indispensável pois na elaboração da regulamentação dessas matérias o Brasil precisa também assegurar espaço - que vem-se reduzindo - para a condução de suas políticas públicas. Com efeito, num país como o nosso, o desenvolvimento não resultará, automaticamente, da combinação virtuosa das políticas fiscal, monetária e cambial, embora nelas encontre as condições macroeconômicas para sua sustentabilidade. Requer um conjunto amplo de políticas públicas, que de maneira congruente e compatível com os grandes equilíbrios macroeconômicos, assegure a estabilidade da moeda, reduzam a desigualdade e impulsionem o desenvolvimento do espaço nacional, dando no seu âmbito, aos agentes econômicos, condições de isonomia competitiva, que lhes permita enfrentar adequadamente o desafio da globalização.

Não devemos esquecer, ainda, que, no bojo das transformações nacionais e internacionais desde meados dos anos 80, o Brasil passou a contar com contingente expressivo de nacionais no exterior, quer radicados em países estrangeiros, quer transitoriamente, como mão de obra ou como conseqüência do crescimento dos fluxos turísticos. Sua situação, aspiração e reivindicações constituem parte integrante do que poderíamos chamar a “agenda da opinião pública”.

Para a implementação dessas que são hoje nossas grandes prioridades de política externa no plano global, é útil ter presente que o fenômeno contemporâneo da globalização encurtou os espaços e acelerou o tempo, cabendo, a título de reflexão final, algumas considerações sobre as diferentes cadências cronológicas em que se operam as mudanças no mundo de hoje.

O tempo financeiro é o tempo on-line dos fluxos financeiros, que na sua volatilidade vêm produzindo as sucessivas crises nos países de mercados emergentes que nos atingiram direta ou indiretamente. Daí a relevância para o Brasil das negociações sobre a “nova arquitetura financeira”.

O tempo da mídia é também um tempo on-line. Provoca, no Brasil e no mundo, a repercussão imediata do peso dos eventos nas percepções coletivas. Esta repercussão fragmenta a agenda da opinião pública, leva ao monitoramento e a reações constantes aos sinais do mercado e da vida política e cria, conseqüentemente, um ambiente de excessiva concentração no momento presente, em detrimento da necessária atenção ao embasamento no passado e às suas implicações futuras do evento em pauta.

O tempo econômico é o do ciclo da produção e do investimento. É um tempo mais lento que o financeiro e o da mídia e, no caso do Brasil, encontra-se afetado pelas condições sistêmicas da competitividade. Estas sofrem o peso das ineficiências do assim chamado “custo Brasil”, um custo que era suportável quando o mundo podia ser administrado como “externalidade”. Lidar com o “custo Brasil” é uma necessidade proveniente da internalização do mundo. Isto requer reformas como, por exemplo, a tributária e a da previdência social.

Tais reformas transitam pelo tempo político, que, no Brasil e no mundo, é um tempo distinto do financeiro, do da mídia e do econômico. É, em princípio, num regime democrático, um tempo mais lento, condicionado pela territorialidade das instituições políticas, pelos

ciclos eleitorais, pelos interesses dos partidos e, no caso do Brasil, pelo problema do complexo equilíbrio dos estados da Federação, num país caracterizado pelo pluralismo de sua escala continental. É, também, no caso brasileiro, um tempo tradicionalmente voltado para “dentro” e não “para fora”, à luz da experiência histórica de um país continental habituado à autonomia pela distância e que, por isso mesmo, ainda não absorveu plenamente a internalização do mundo.

Já o tempo diplomático, aquele em que ocorrem as negociações políticas ou econômico-comerciais globais, regionais ou inter-regionais, é um tempo mais lento, justamente por ter de levar em conta todos os demais tempos. Mas é o tempo em que temos de operar, e devemos fazê-lo, na exigüidade dos espaços externos de que dispõe o Brasil, sempre com dinamismo e senso de oportunidade.

Procurei, de maneira breve, esboçar as linhas de continuidade que a meu ver orientam a política externa brasileira desde o princípio do século XX e examinar as formas de implementação que se colocam frente a nós nesta virada de milênio. São muitos os desafios que se nos antepõem e que se tornam ainda mais difíceis dada a magnitude dos problemas internos do país, as dificuldades de sincronia dos tempos na condução das políticas públicas e a indefinição de polaridades que caracteriza o mundo atual, em função das descontinuidades prevaletentes no funcionamento do sistema internacional. São, no entanto, desafios para o quais o histórico da inserção e da construção da identidade internacional do Brasil oferece lastro para uma ação bem sucedida.

PLENÁRIO DA CDH - RELATÓRIO SOBRE A VISITA AO BRASIL DO RELATOR ESPECIAL SOBRE TORTURA, SR. NIGEL RODLEY

INTERVENÇÃO REALIZADA PELO DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS DO ITAMARATY, EMBAIXADOR MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, PRONUNCIADA NO PLENÁRIO DA CDH, APÓS A APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE A VISITA AO BRASIL DO RELATOR ESPECIAL SOBRE TORTURA, SR. NIGEL RODLEY. GENEBRA, 17 DE ABRIL DE 2001

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Em nome do governo brasileiro, desejo, em primeiro lugar, apresentar os agradecimentos a Sir Nigel Rodley pela disposição demonstrada em visitar o Brasil, pela seriedade com que empreendeu sua missão e pelo documento que hoje apresenta. Estamos convencidos de que o Relatório constitui valiosa ferramenta de trabalho para avanços no combate à tortura e representa momento de extrema importância no diálogo que vimos mantendo com o Relator Especial.

No Brasil, a promoção e a proteção dos direitos humanos em geral e o combate à tortura, em particular, constituem aspectos importantes da ação de governo. Democracia não se faz sem o reconhecimento, a promoção e a defesa desses direitos, de sua universalidade e do reconhecimento da legitimidade da preocupação internacional. O Brasil atribui grande importância à cooperação e ao diálogo com todos os mecanismos da Comissão de Direitos Humanos, convencionais e extra-convencionais, da mesma maneira em que trata de estimular o diálogo interno com a sociedade, cujo papel protagonista reconhece.

O Brasil é um país dotado de estrutura jurídica e constitucional compatível com os direitos humanos. Nossa Constituição incorpora esses direitos em diversos dispositivos; somos Parte dos instrumentos internacionais, como a Declaração Universal, os Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos, e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e as Convenções temáticas; dispomos - e fomos um dos primeiros países a fazê-lo - de um Programa Nacional de Direitos Humanos.

O combate à tortura constitui compromisso reiterado do governo brasileiro, refletido em várias medidas já adotadas e no convite feito ao Relator Especial para visitar o País. Em seu relatório, Sir Nigel Rodley traça um quadro detalhado a respeito sobre o qual, nesta intervenção, a delegação brasileira limitar-se-á a comentários mais genéricos e sumários, em virtude da limitação de tempo disponível. Entretanto, estamos encaminhando à Presidência desta Comissão documento mais amplo e detalhado, contendo observações, comentários e indicações de ações a serem tomadas no curto, médio e longo prazos, com

o objetivo de atender progressivamente às recomendações do Relator Especial. Assinale-se que algumas das recomendações já constam do Programa Nacional de Direitos Humanos.

A tortura constitui uma das formas mais hediondas de violação dos direitos humanos e o seu combate exige um compromisso que reiteramos neste momento. Para tanto, entendemos ser necessário não apenas continuar a aperfeiçoar a estrutura legal brasileira, mas também induzir com consistência a mudança de padrões arraigados de comportamento de inobservância dos direitos humanos.

Estamos convencidos de que, no Brasil, avançamos bastante na luta contra a tortura nos últimos anos. Três exemplos merecem referência. O primeiro, a tipificação legal da tortura como crime; o segundo, a aplicabilidade da jurisdição da Justiça comum aos julgamentos de crimes dolosos contra a vida praticados por policiais; o terceiro exemplo, o esforço para aperfeiçoar o treinamento e a capacitação de agentes policiais e carcerários. A visita de Sir Nigel Rodley não foi a primeira de um mecanismo da Comissão de Direitos Humanos ao meu país. Anteriormente, convidamos a Relatora Especial sobre Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil; a Relatora Especial sobre Violência contra as Mulheres; o Relator Especial para a Questão do Racismo e da Discriminação Racial; a Relatora Especial sobre Direitos Humanos e Resíduos Tóxicos. Os resultados foram extremamente positivos e as avaliações e recomendações feitas têm-nos servido para complementar o diagnóstico da realidade nacional e para auxiliar na identificação de pontos onde devem-se concentrar as ações de governo.

Acompanhado de assessores de extrema competência e seriedade, Sir Nigel realizou

extensa visita no período de 20 de agosto a 12 de setembro do ano passado, abrangendo o Distrito Federal e quatro outras Unidades da Federação: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Pará. Visitou livremente todas as instalações por ele escolhidas, inclusive sem pré-aviso. Foi-lhe assegurado acesso aos presos, sem exceção. Manteve contatos com todos os níveis governamentais (os três Poderes federais e estaduais) e com a sociedade civil. Foi recebido em audiência pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Relatório é rigoroso para o Brasil, mas nós o consideramos positivo, na medida em que nele percebemos grande utilidade como ferramenta que nos ajudará a avançar no aperfeiçoamento de nossas políticas públicas vinculadas explícita ou implicitamente ao combate contra a tortura. As recomendações que faz o Relator

Especial - exatamente trinta e uma - constituem importante conjunto de sugestões de medidas concretas e de reflexões conceituais que já estão sendo consideradas com seriedade pelo governo, num primeiro momento por grupo de trabalho reunindo representantes da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça.

Pretende-se levar esse exercício a outras instâncias e à sociedade civil. Consideramos a apresentação do Relatório como um momento importante do processo de diálogo com o Relator e desejamos que o mesmo tenha continuidade. Acreditamos que será necessário contar com a sua opinião em vários momentos futuros, não apenas quando estejam em marcha as iniciativas que pretendemos adotar, mas também quando se trate de avaliar novas etapas no combate à tortura.

A projeção das recomendações estendem-se ao médio e longo prazos e, em muitos

pontos refletem diagnósticos já elaborados pelo governo brasileiro e coincidem com diversas iniciativas já em curso. O governo brasileiro deseja, contudo, reiterar com ênfase que não está - como nunca esteve - passivo diante da questão da ocorrência da tortura. Temos sido os primeiros a reconhecer a existência do problema, cujas raízes por vezes estão fincadas na história de nossa formação social. Contudo, estamos conscientes de que essa atitude franca por si só não é suficiente e temos dado passos importantes, aos quais me referirei um pouco mais adiante.

Senhor Presidente,

Dado o limite de tempo estabelecido para que esta delegação intervenha em plenário, passo a concentrar-me em alguns aspectos essenciais. Esclareço, contudo, que esta delegação estará disponibilizando documento contendo a íntegra dos comentários e observações do governo brasileiro, da mesma maneira que o encaminhará ao Relator Especial e à Presidência desta Comissão.

Começo por indicar que o governo federal vai lançar, até o fim de abril, uma campanha nacional de combate à tortura, a ser veiculada em televisões, rádios, jornais e revistas. A campanha inclui a divulgação de um número de telefone gratuito para onde a população poderá ligar de qualquer parte do País, para denunciar a ocorrência de torturas e seus responsáveis. Estará integrada não apenas pela mobilização, mas também pelo anúncio de medidas concretas em fase final de elaboração e que serão oportunamente anunciadas. Nossa expectativa é que constitua um verdadeiro “pacto nacional contra a tortura”, inclusive com ações de conscientização do Poder Judiciário para a necessidade de aplicação da lei que pune a tortura, em vigor desde 1997 mas ainda não totalmente presente nos tribunais. Entendemos ser necessário

criar-se uma cultura jurídica nesse sentido; uma jurisprudência de aplicação mais eficaz daquela lei.

Paralelamente, estudam-se medidas adicionais, que constituiriam um plano de ação abrangente, com vistas à melhoria do sistema prisional brasileiro. Coincidimos com o diagnóstico de Sir Nigel Rodley e suas recomendações no que se refere à capacitação de agentes e à necessidade de séria consideração para redefinições conceituais aplicáveis a todo o sistema prisional. Esse plano de ação abrangente contemplaria essas áreas, além da concepção e posta em prática de um sistema informatizado que integre sistemicamente as informações sobre cada um dos indivíduos que constituem o universo carcerário, não apenas no que diz respeito ao perfil, mas também, e prioritariamente, à sua situação jurídica. Tem-se como objetivo a conformação de banco de dados nacional sobre penas, integrando-se progressivamente toda as unidades carcerárias, de maneira a dar resposta adequada a um dos aspectos apontados no Relatório, qual seja a deficiência - em várias situações inexistência - de registro da vida prisional.

Estamos igualmente preocupados com a situação das instalações prisionais. Há inúmeras ações a serem tomadas para combater esse problema. Uma delas é a aplicação de penas alternativas à privação da liberdade. O Brasil conta com dispositivo desse tipo, mas é necessário reforçar a utilidade de sua aplicação. O

Ministério da Justiça pretende financiar a criação de Centrais de Aplicação de Penas Alternativas e induzir a criação de Varas Judiciais de Aplicação dessas penas e de Varas Judiciais Especializadas em Dependentes Químicos. O criação de mutirões para a assistência jurídica à comunidade carcerária

tem sido desenvolvida há alguns anos, no âmbito de convênios do governo federal com os Estados. O que se pretende é aumentar essas iniciativas, bem como estudar fórmulas ampliá-las às áreas médica e odontológica, bem como para torná-las mais estruturadas e permanentes. As universidades, o Ministério Público e os órgãos de representação dos profissionais da advocacia terão participação crucial nesse esforço.

Quando trata da capacitação policial e do fortalecimento dos controles de sua atividade, o Relator Especial põe especial ênfase na importância de seu aperfeiçoamento, garantindo sua isenção e independência. Estamos inteiramente de acordo. Da mesma maneira, concordamos com a sugestão de que sejam as equipes de medicina legal responsáveis pela realização dos exames de corpo delito, que irão instruir os inquéritos policiais e ações penais, sejam inteiramente independentes. Com relação ao controle da atividade policial, desejo indicar que promoveremos, com mais vigor, a instalação de ouvidorias policiais, que, ao contrário das corregedorias, são mecanismos de controle independentes, cuja eficácia pode ser demonstrada pelas experiências de alguns Estados da Federação, onde já funcionam.

A questão da capacitação policial permanecerá objeto de continuada atuação governamental, que conta inúmeras iniciativas nessa área. Nesse contexto, consideramos relevante o desenvolvimento de uma expertise nacional e atribuímos importância à cooperação internacional. Já estamos em entendimentos para o desenho de projetos com terceiros países que consideramos qualificados para tanto. No plano da qualificação policial,

entendemos ser igualmente importante avançar no desenvolvimento de técnicas modernas e científicas de investigação. Reconhecemos nossa profunda deficiência nessa área.

Outro aspecto que desejo sublinhar é a decisão tomada já há algum tempo de incluir a disciplina de direitos humanos, nos currículos das Academias de Polícia. Essas instituições são fundamentais para incorporar na atuação de nossos policiais o valor dos direitos humanos. Passo complementar poderá ser a elaboração de uma cartilha de direitos dos presos e de seus familiares, bem como de documento similar tratando dos deveres e direitos dos agentes policiais e carcerários.

Todo esse esforço não deixará de incorporar (i) adoção de diretrizes mais claras contra a tortura e maus tratos praticados contra menores em conflito com a lei; (ii) a perspectiva de gênero na consideração de medidas específicas destinadas à proteção das mulheres encarceradas; (iii) a perspectiva de ampliação do Programa Federal de Assistência à Vítima e à Testemunha Ameaçadas, para incorporar testemunhas e denunciantes do crime de tortura em instituições prisionais; (iv) o fortalecimento da relações institucionais do governo federal com as Comissões de Direitos Humanos nos Estados; (v) o apoio à criação dos Conselhos da Comunidade; (vi) a utilização do Departamento Penitenciário Nacional como instrumento para enquadrar as instituições prisionais nas determinações do Programa Nacional de Direitos Humanos, especialmente no que se refere ao condicionamento do repasse de recursos baseado no Cadastro Federal de inadimplentes Sociais.

Em suas recomendações, Sir Nigel Rodley aborda, ainda, duas questões mais amplas e

estruturais que consideramos importantes. A primeira, a da investigação policial e unificação das polícias; a segunda, a federalização dos crimes de violações dos direitos humanos.

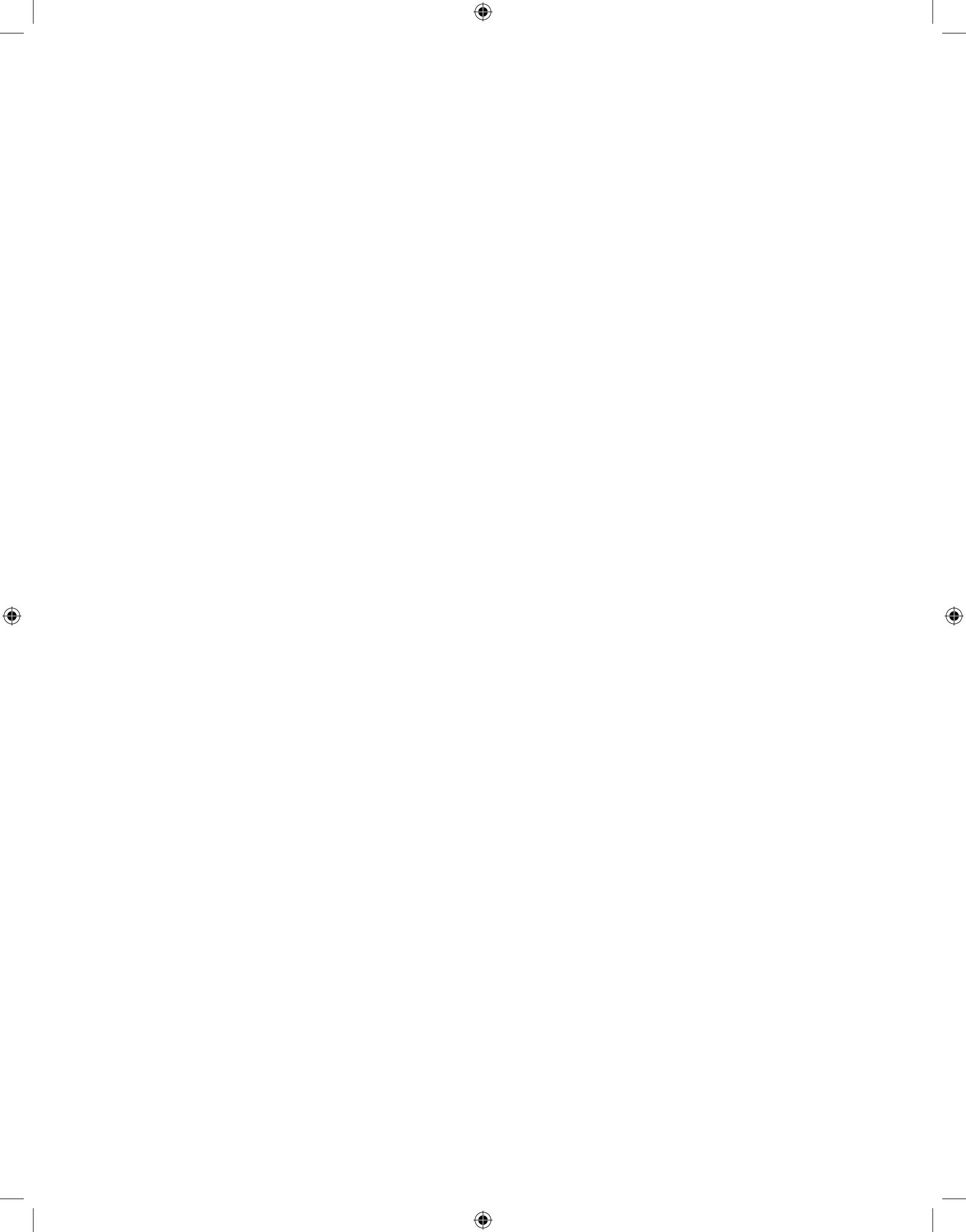
Não apenas o Poder Executivo está engajado na luta pelos direitos humanos, em geral, e no combate à tortura, em particular. O Congresso Brasileiro tem demonstrado grande sensibilidade para essas questões, o que reveste-se de importância crucial, já que ao Legislativo cabe papel central na análise e debate de modificações de natureza legal e mesmo constitucional, por vezes necessárias para os avanços que se perseguem. É o caso, por exemplo, das questões abordadas por Sir Nigel Rodley referentes à investigação policial, à unificação das polícias e à federalização de crimes contra os direitos humanos. Com esse espírito de esforço conjunto, o governo encaminhou ao Congresso Brasileiro Projetos de Lei e de Emenda Constitucional, atualmente em análise, Projetos de Lei e de tratando da questão da investigação policial e da unificação das polícias.

Acreditamos que todo o esforço que acabo de mencionar não poderá prosperar sem a participação e a mobilização dos demais Poderes do Estado, do Ministério Público e,

particularmente, da sociedade. Conscientizar os agentes estatais e a população sobre o imperativo de não aceitar-se a tortura, sob qualquer pretexto, é aspecto fundamental nesse processo.

Nosso trabalho vai-se realizar com perspectivas de curto, médio e longo prazos. Outro aspecto importante será a obtenção dos recursos financeiros necessários para tanto. O Relator Especial recorda a possibilidade de que o PNUD possa ter participação em projetos. O governo já estava considerando essa possibilidade e também a que se abre com o Memorando de Intenção assinado, no ano passado, com a Alta Comissária para os Direitos Humanos, Senhora Mary Robinson. Estamos para receber a visita de missão técnica do Alto Comissariado que, juntamente com o governo brasileiro, analisará as necessidades e as possibilidades de implementação de uma cooperação técnica que, em nossa opinião, deverá gerar impactos positivos e visíveis sobre a questão da tortura no Brasil. Temos indicado ao Escritório da Alta Comissária nosso desejo de priorizar, no quadro de uma futura cooperação, as recomendações feitas por Sir Nigel Rodley.

Muito Obrigado.



III REUNIÃO DE CÚPULA DAS AMÉRICAS

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ABERTURA DA III REUNIÃO DE CÚPULA DAS AMÉRICAS. QUÉBEC, CANADÁ, 20 DE ABRIL DE 2001

Há algumas semanas, em plena Amazônia, na região do Vale do Javari, no Brasil, uma equipe de antropólogos da agência governamental encarregada da proteção de grupos indígenas realizou uma expedição a áreas habitadas por índios isolados, de escassa convivência com a sociedade nacional.

Quase ao mesmo tempo, plenipotenciários de 34 países americanos se reuniam aqui em Québec para discutir uma ampla agenda de cooperação, onde um dos temas é o da “conectividade”, um bom neologismo que ressalta a importância do acesso às tecnologias e ao conhecimento na nova economia globalizada.

De um lado, comunidades ainda isoladas. De outro, a revolução da Internet. São fatos que me fazem refletir sobre a sabedoria da pequena letra “s” ao final do título deste nosso encontro: a Cúpula das Américas. Porque somos, verdadeiramente, um continente plural, um continente de diversidade: diversidade de renda, de padrões de vida, de língua, de cultura, de raças e de modos de organização social; diversidade que remonta ao encontro de civilizações iniciado em 1492.

Não existe apenas uma, mas várias Américas, talvez 34 Américas – ou melhor 35, aí incluído,

como esperamos possa ocorrer em futuro não distante, o povo amigo e irmão de Cuba. E cada um de nossos países abriga seus próprios contrastes. Mas se falássemos apenas de diversidade, deixaríamos uma impressão falsa. Porque as Américas são também um continente unido em sua aspiração de democracia com liberdade, justiça social e prosperidade para todos. Somos, genuinamente, um Novo Mundo. Um novo mundo porque as Américas são um projeto em andamento, uma obra inacabada.

Um novo mundo, porque ao ingressarmos no século XXI ainda nos debatemos com problemas herdados de opções feitas no período da colonização – muito especialmente a infâmia do trabalho escravo, cuja sombra de injustiça se projeta ainda nos dias de hoje, mais de um século depois de sua erradicação, não só pela perpetuação de desigualdades sociais, como também pelos germes de racismo que ainda não conseguimos eliminar totalmente. Um novo mundo, sobretudo, porque somos um continente de promessas e oportunidades, com a esperança de justiça que nos é assegurada pela vigência do sistema democrático. Nem sempre isso foi assim.

Na segunda metade do século XX, grande parte deste continente foi assolada por regimes

ou práticas autoritárias que suprimiam a democracia em nome da liberdade, e violavam as mais básicas liberdades em nome da democracia. E essa regressão ao autoritarismo contaminou as próprias relações entre os povos deste hemisfério.

Impõe-se essa lembrança, porque ela encerra um aprendizado: o empreendimento de integração que hoje levamos a efeito nas Américas só é possível porque está alicerçado na adesão de todos, sem exceção, aos valores e princípios da democracia.

Os temas que compõem nossa agenda – comércio, tecnologia, meio ambiente, combate ao crime organizado, educação, saúde – são áreas em que a cooperação entre os povos só pode prosperar graças à legitimidade democrática.

E essa legitimidade tem dois lados: internamente, o funcionamento e o aperfeiçoamento progressivo das instituições do Estado de Direito; externamente, o respeito recíproco e a prevalência do diálogo sobre todas as formas de coerção e uso da força. As grandes questões de nosso tempo se resolverão pelo diálogo e pelo entendimento, ou não se resolverão de forma alguma.

Pelo diálogo e pelo entendimento, que levem a maior acesso aos mercados e às tecnologias, bem como a maiores investimentos nos países menos desenvolvidos da região, poderemos responder às aspirações dos povos deste continente, e com mais urgência, às aspirações dos mais pobres e mais vulneráveis. Pelo diálogo e pela cooperação poderemos responder a desafios contemporâneos, como o de assegurar aos que sofrem com a AIDS tratamento ao menor custo possível.

Como demonstra o êxito do programa brasileiro nesse campo, já dispomos de meios para aumentar a esperança e melhorar a vida

dos que têm o vírus HIV. Não podemos deixar de utilizá-los, e de utilizá-los em toda a escala, inclusive cooperando com outros países em desenvolvimento afetados por essa doença. Falei da diversidade que nos caracteriza como região e que queremos preservar.

Nem a integração hemisférica, nem o processo de globalização podem significar um declive inexorável rumo à homogeneidade cultural. Nesse plano, a diferença é um valor em si mesma. Mas se desejamos caminhar para uma efetiva integração do hemisfério, devemos colocar-nos como tarefa a eliminação da diversidade que é injusta: a profunda desigualdade de renda e de condições de vida, tanto dentro dos países como entre os países. Nosso objetivo deve ser o de uma Comunidade das Américas. E “comunidade” pressupõe consciência de um destino comum e, portanto, eliminação de assimetrias e garantia de oportunidades iguais para todos. Pressupõe também reconhecer que os caminhos históricos de cada povo para moldar suas instituições econômicas são variáveis. Não há pensamento único que possa ditar os rumos das nações.

O livre-comércio é um dos instrumentos. A eliminação progressiva dos obstáculos às trocas comerciais pode desempenhar um papel decisivo na criação de oportunidades para o crescimento econômico e para a superação das desigualdades. Assim concebemos no Brasil a possibilidade de uma ALCA. Assim temos realizado, com êxito, a construção do Mercosul, que para o Brasil é uma prioridade absoluta, uma conquista que veio para ficar, e que não deixará de existir pela participação em esquemas de integração de maior abrangência geográfica.

A ALCA será bem-vinda se sua criação for um passo para dar acesso aos mercados mais dinâmicos; se efetivamente for o caminho para

regras compartilhadas sobre anti-dumping; se reduzir as barreiras não-tarifárias; se evitar a distorção protecionista das boas regras sanitárias; e se, ao proteger a propriedade intelectual, promover, ao mesmo tempo, a capacidade tecnológica de nossos povos. E, ademais, se for além da Rodada Uruguai e corrigir as assimetrias então cristalizadas, sobretudo na área agrícola. Não sendo assim, seria irrelevante ou, na pior das hipóteses, indesejável. Se tivermos a sabedoria de fazê-la bem feita, a ALCA pode vir a ser um avanço na promoção do desenvolvimento e da justiça social.

Insistiremos em que os benefícios do livre-comércio se repartam igualmente entre todos os participantes, para que as aberturas ao comércio sejam recíprocas e conduzam à atenuação, e não ao agravamento, das disparidades em nossa região. É essencial que a preocupação com esses pressupostos esteja presente em todos os momentos das negociações que se desdobrarão até janeiro de 2005. Para isso, as negociações deverão fazer-se com transparência, de modo a permitir que cada sociedade disponha de todos os elementos de informação para decidir em exercício de soberana democracia.

Uma negociação dessa natureza só pode ter êxito se for conduzida com grandeza. Grandeza para não perder de vista os objetivos e para impedir que estes sejam sacrificados no altar do curto prazo, dos interesses localizados, corporativos.

Esta deve ser a mensagem política da III Cúpula das Américas, em que se reúnem os líderes democraticamente eleitos da região, aos negociadores comerciais que trabalharão ao longo dos próximos anos para definir o conteúdo das propostas para uma área de livre comércio.

Quando se tem presente que o livre-comércio é um instrumento para os objetivos de desenvolvimento e justiça, torna-se evidente que seria um erro, e um erro grave, condicioná-lo a certos padrões de desenvolvimento social. Seria pretender que o desenvolvimento seja uma condição prévia para o próprio desenvolvimento. Seria o que se chama, em lógica, uma “petição de princípio”. Em bom português, seria colocar o carro na frente dos bois.

A luta pela proteção do meio ambiente e pelo avanço nas normas trabalhistas é um esforço essencial e deve continuar a merecer alta prioridade na agenda internacional, nos foros apropriados. Mas essa luta não pode converter-se em um pretexto para práticas protecionistas ou distorcivas do comércio. A tarefa que se impõe na proteção do meio ambiente é a de fortalecer os regimes e os mecanismos de cooperação criados pela comunidade internacional. Para reverter as tendências de aquecimento do planeta, que afetam a todos nós, é essencial manter os processos de negociação internacional sob a égide da Convenção sobre a Mudança do Clima e de seu Protocolo de Quioto

Senhor Presidente, Senhoras e senhores,

Em nossos dias, no início de um novo século, temos a possibilidade real de fazer com que o continente americano seja, para todos os que nele vivem e venham a viver, uma terra de liberdade e de justiça. O ideal de um sistema pan-americano, inspirado em princípios de igualdade e respeito mútuo, despontou em diferentes momentos de nossa história.

No limiar do século XIX, homens como Thomas Jefferson e o diplomata luso-brasileiro Correa Serra já sonhavam com um “sistema americano”. De lá para cá, percorremos um

caminho nem sempre isento de equívocos, mas que deixou um legado: a visão de um continente americano definido, não pela assimetria de poder, mas pela comunidade de valores.

Dependerá de nós, de nosso trabalho e de nossas decisões, tornar realidade essa visão. Depende das lideranças políticas – Chefes de Estado, de Governo, parlamentares e movimentos da sociedade civil – realizar a grandeza de nosso hemisfério. As milhares de pessoas que se manifestam nas ruas de Québec esperam isso de nós. Seu protesto é motivado pelo temor de uma ALCA ou de uma globalização sem “rosto humano”. É este nosso desafio.

E mais importante: as centenas de milhões de pessoas que não vieram a Québec, mas cujo destino é parte inseparável da integração hemisférica, esperam isso de nós, e não apenas neste encontro, mas nos anos que estão por vir. O Brasil afirma aqui o seu compromisso de trabalhar com afinco e com determinação para a construção, nas Américas, de uma comunidade de nações democráticas, voltada para a liberdade, a justiça e o desenvolvimento. Nações democráticas que se reencontrem não como partes de um mercado, apenas, mas de uma civilização de base humanística.

Muito obrigado.

CURSO DE NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS DO INSTITUTO RIO BRANCO

AULA DE ABERTURA DO CURSO DE NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS
INTERNACIONAIS DO INSTITUTO RIO BRANCO, PROFERIDA PELO
MINISTRO CELSO LAFER. BRASÍLIA, 24 DE ABRIL DE 2001

Recebi com prazer o convite do Embaixador André Amado para participar da abertura deste Curso de Negociações Comerciais. Recentemente tive a oportunidade de fazer aqui palestra ampla sobre a política externa. A abertura deste curso me dá oportunidade de tratar agora de forma mais específica das atividades que vocês, em breve, deverão desenvolver.

Vocês começam na carreira diplomática em momento em que o Brasil – e o Itamaraty em particular - enfrenta o desafio de negociação simultânea de importantes acordos, de cunho econômico: na OMC, na ALCA, com a União Européia e no Mercosul.

Estamos entrando em uma etapa decisiva na ALCA, o que implicará aumento na carga de trabalho, com maior volume de documentos a serem analisados e com crescente número de reuniões internas e externas.

Na última reunião do Comitê de Negociações Bi-regionais em Bruxelas, em março, a Comissão Européia manifestou claramente o desejo de intensificar as negociações com o Mercosul.

Embora não haja certeza quanto ao lançamento de uma nova rodada na OMC,

não é uma hipótese que possa ser descartada. Em novembro teremos reunião ministerial da OMC em Doha, Catar, onde se verificará a real possibilidade desse lançamento. No MERCOSUL, o número de comitês e reuniões em curso para o aprofundamento da união aduaneira exigem envio de delegações cada vez mais especializadas.

A realização do curso e a decisão de designá-los para estágios profissionalizantes em Bruxelas e Genebra respondem, portanto, à necessidade de reforçar a capacidade de atuação do Itamaraty para fazer frente às essas negociações que serão cruciais para a determinação de nossa inserção internacional nas próximas décadas.

Em meu discurso de posse, lembrei que meu percurso pessoal está ligado ao tratamento das questões dos direitos humanos, do meio ambiente, do desarmamento, da não-proliferação e eliminação de armas de destruição em massa.

A importância das Américas para nossa política externa é uma evidência que dispensa repetição. Mas o ponto crítico, o foco das atenções da opinião pública nesse momento são as negociações comerciais. A competência com que

desempenharmos essa tarefa será crucial não apenas para o interesse nacional, mas também para a própria legitimidade do Itamaraty no Governo e perante a sociedade.

A pauta das negociações econômicas tornou-se mais extensa e mais complexa nos últimos anos. As quatro primeiras rodadas de negociações comerciais multilaterais sob o GATT, nos anos 40 e 50, limitaram-se praticamente a negociações tarifárias, entre poucos países, e puderam ser concluídas em poucos meses. Desde então, cada nova rodada tem agregado temas, que vêm-se tornando sempre mais complexos tecnicamente.

Embora a cobertura de imprensa sobre questões comerciais atribua ênfase desproporcional à questão tarifária, as negociações comerciais internacionais dizem cada vez mais respeito à elaboração de normas internacionais voltadas para a regulamentação de matérias que antes estavam exclusivamente na esfera de competência interna dos Estados, como as normas sanitárias e os regulamentos técnicos; os incentivos governamentais; a defesa comercial e a propriedade intelectual.

Para ilustrar o tipo de problemas que estaremos enfrentando, vou me permitir dar alguns exemplos.

Regras de origem: embora a cláusula de nação mais favorecida estabeleça que as importações devam receber o mesmo tratamento independentemente de sua origem, na verdade a determinação da “nacionalidade” é fundamental (1) para determinar se um produto receberá preferências, no caso de uma zona de livre comércio e (2) se eventuais restrições específicas se aplicam ou não a um bem. No primeiro caso, se as chamadas “regras de origem preferenciais” forem excessivamente permissivas, podem estimular a proliferação de operações de “maquiagem”, em que produtos importados de outras regiões com

modificações mínimas recebem tratamento preferencial ou, se forem excessivamente rígidas, podem aumentar o desvio de comércio, obrigando as empresas a utilizarem insumos mais caros de produtores de dentro da zona de livre comércio. As “regras de origem não preferenciais”, por sua vez, determinarão, por exemplo, se medidas antidumping aplicadas a fotocopiadoras japonesas poderão ser estendidas a fotocopiadoras produzidas no Brasil com partes importadas do Japão. Há alguns anos, os EUA modificaram as regras de origem aplicáveis a têxteis, determinando que a origem definitiva seria a do país de produção do “pano cinza”, que são os rolos de tecido que posteriormente serão tingidos e cortados. A manutenção dessa regra faria com que os lenços e gravatas das grandes grifes européias, que são produzidos a partir de seda importada da Ásia, fossem vendidos nos EUA como “made in Thailand” ou *made in China*, sujeitando-os às quotas têxteis estabelecidas para aqueles países e, mais ainda, reduzindo o excedente de valor das marcas vendidas como *made in France* ou *made in Italy*.

Agricultura: o comércio de produtos agrícolas esteve à margem das regras multilaterais até a Rodada Uruguai. Nos anos 70, a preocupação do Itamaraty era com os acordos internacionais de produtos de base, cuja complexidade era muito mais política do que técnica. Naturalmente, os exportadores agrícolas como o Brasil gostariam que se aplicassem desde já aos produtos agrícolas as mesmas regras que se aplicam aos bens manufaturados, como a proibição de concessão de subsídios à exportação ou de subsídios domésticos específicos. Até agora, no entanto, somente foi possível iniciar o processo de incorporação da agricultura, que será longo e difícil. As três grandes rubricas sob as quais se englobam as barreiras ao

comércio agrícola - tarifas, subsídios à exportação e medidas de apoio interno - envolvem aspectos de grande complexidade, como o conceito de “medida equivalente de apoio” ou a ajuda alimentar, que sob a bandeira de nobres propósitos muitas vezes não passa de um subsídio disfarçado.

O Brasil, por exemplo, esteve envolvido em uma disputa com a União Européia em torno de uma quota tarifária para carne de frango, na qual nosso objetivo era participar da administração da quota para que nossos produtores recebessem ao menos parte do diferencial de preço entre o mercado internacional e o mercado comunitário. O “panel” não atendeu a nosso pleito principal, mas acabou-nos dando razão em relação a uma questão acessória – a forma como a UE calculava o preço de referência que serve de base para a aplicação de salvaguardas especiais para produtos agrícolas. Esta decisão do “panel” acabou levando a UE a negociar com o Brasil uma solução que contemplava nosso objetivo inicial de participar da administração da quota tarifária.

Serviços: o comércio de serviços talvez dê a melhor demonstração das alterações ocorridas nas regras do sistema de comércio multilateral. Como as tarifas não são um instrumento de proteção contra a concorrência dos serviços prestados por concorrentes estrangeiros, criou-se durante a Rodada Uruguaí um Acordo Geral sobre Comércio de Serviços com parâmetros completamente distintos dos que regem o GATT. Criaram-se categorias de prestação de serviços – as chamadas modalidades de prestação – que abrangem (1) o movimento transfronteiras de serviços, (2) o movimento transfronteiras de consumidores, (3) a presença comercial e (4) a presença de pessoas naturais, que são utilizadas para a definição de listas de

compromissos por parte dos países-membros. A evolução tecnológica e a redução de custos de transporte e comunicações tem feito com que serviços que não eram comercializáveis internacionalmente se tornem, ou que possam ser prestados através de modalidades diferentes. A telemedicina, por exemplo, faz com que serviços que antes requeriam o movimento de consumidores (modalidade 2) se transformem em serviços transfronteiras. A editoração eletrônica em língua inglesa é cada vez mais feita na Índia, obviando assim o movimento de pessoas naturais.

Ao contrário dos bens, que devem ingressar no país através de portos, aeroportos e pontos definidos na fronteira terrestre, onde estão sujeitos ao pagamento de imposto de importação, é muito difícil regular o movimento de consumidores ou o comércio transfronteiras de serviços, que cada vez mais é feito por via eletrônica. Além disso, o Brasil tradicionalmente é um país aberto ao investimento estrangeiro. Grosso modo, por conseguinte, o Brasil está amplamente aberto ao comércio internacional de serviços, no qual temos um déficit estrutural. O desafio que se coloca nesta situação é o de criar condições para o desenvolvimento dos setores domésticos de serviços, inclusive de aumento de nossas exportações, que ainda são muito pequenas, em um contexto de quase total abertura e em que os setores produtivos nacionais não estão tão bem aparelhados e mobilizados para defender seus interesses como é o caso quando se trata de acesso a mercado para bens.

Barreiras técnicas: quanto mais sofisticados os bens, maior o número de regulamentos e normas técnicas que a eles se aplicam. Os produtos mais dinâmicos no comércio internacional – eletroeletrônica, químicos, bens de informática – estão

sujeitos a regulamentos e normas cada vez mais numerosos e complexos. Existe uma defasagem entre o surgimento de alguns destes padrões nos países desenvolvidos e sua disseminação e transformação em padrões internacionais. Além disso, é difícil para uma país de desenvolvimento participar adequadamente na formulação de todos os padrões internacionais. Existe assim uma tendência ao que se poderia denominar de “harmonização hegemônica” ou, pior ainda, ao estabelecimento de um sistema em dois níveis, com os países desenvolvidos chegando a acordos de reconhecimento mútuo e certificação entre eles, deixando de fora os produtos dos países em desenvolvimento, até mesmo em função de preconceitos culturais. Essa discriminação seria maior para produtos mais sofisticados – sujeitos a maior número de padrões – do que para produtos mais simples, o que poderia gerar um efeito semelhante ao escalonamento tarifário para as exportações industriais dos países em desenvolvimento.

Cada um dos temas que vem sendo negociados na OMC, na ALCA, no Mercosul, como propriedade intelectual – objeto de um “panel” pedido pelos EUA para questionar dispositivos de nossa Lei de Propriedade

Industrial -, incentivos à produção e à exportação – tema da disputa Embraer X Bombardier -, política de concorrência, compras governamentais, comércio eletrônico, requer conhecimento aprofundado. Por este motivo determinei a reorganização da área econômica do Ministério, com a criação de divisões estruturadas em torno de temas técnicos e que se ocuparão destes assuntos em todos os foros onde eles sejam tratados. É eficiente que haja especialistas temáticos, que acompanhem as negociações em todos os foros, do que manter equipes semelhantes para cada instância negociadora. É necessário que aumentemos nossa eficácia – e o aumento do número de diplomatas na área econômica tem esse objetivo -, mas também é necessário utilizar de forma mais racional nossos recursos, que continuarão aquém do ideal.

Se pensarmos em termos dos objetivos permanentes básicos da política externa de qualquer país – preservação da soberania e da autonomia em relação a outros países, busca do bem-estar e do prestígio – parece claro que, para o Brasil, os maiores desafios se situam no plano econômico. Daí decorre a ênfase que venho atribuindo às negociações comerciais, objeto do curso que hoje se inicia.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, DURANTE CERIMÔNIA DE INSTALAÇÃO DA
COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA A PREPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO
DO BRASIL NA CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL. PALÁCIO DO ITAMARATY, 26 DE ABRIL DE 2001

Saúdo e agradeço a presença de todos aqui hoje neste almoço, que marca a instalação da Comissão Interministerial para a Preparação da Participação do Brasil na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, no período de 2 a 11 de setembro de 2002 (Rio + 10).

Para mim, que em minha primeira gestão do Ministério das Relações Exteriores, em 1992, exerci a função de Vice-Presidente da Rio-92, instalar esta Comissão é um evento particularmente significativo. Permito-me aproveitar esta oportunidade e a presença de todos aqui hoje para fazer alguns comentários sobre a questão ambiental, que constitui sem dúvida uma área prioritária de nossa ação externa.

O tema do meio ambiente e seu tratamento multilateral são para o Brasil questões fundamentais, não apenas pelo interesse internacional e pelas crescentes implicações que vemos das atividades humanas sobre o meio ambiente, mas, sobretudo, pelo fato de estar vinculado ao tema do desenvolvimento

– que permanece como a grande necessidade e aspiração nacional. A questão ambiental é hoje ineludível em vários campos da atividade humana e constitui sem dúvida uma das áreas que compõem a “agenda da opinião pública” contemporânea.

Com efeito, a idéia do desenvolvimento sustentável é um conceito heurístico - tem múltiplas dimensões. A variável ambiental tem implicações econômicas e também sociais. Deve sempre estar presente de maneira positiva no estímulo e na sustentabilidade do desenvolvimento – e não como instrumento abusivo de cerceamento econômico ou entrave comercial.

No campo internacional, o Brasil tem um papel importante a desempenhar no que diz respeito ao bom encaminhamento das questões ambientais. Isso se deve tanto à transcendência do tema para uma necessidade interna básica – o desenvolvimento nacional – quanto à nossa condição própria – talvez única – de país de grandes dimensões e potencialidades mas também de imensos contrastes econômicos e sociais.

Contamos, em alguns setores, com características de país industrializado e em outros apresentamos graves índices de pobreza. Tais condições, se representam um grande desafio interno – desafio que este Governo está enfrentando em múltiplas frentes – representam também possibilidades externas, em termos tanto de acesso a recursos e tecnologia quanto de influência positiva e moderadora em favor de consensos que atendam às prioridades dos países em desenvolvimento e que encaminhem de forma construtiva as grandes questões ambientais tratadas no plano internacional. Tem o Brasil, assim, um diálogo frutífero tanto com os países do Grupo dos 77 quanto com os países desenvolvidos. Além de nossas credenciais próprias, ligadas ao peso político e econômico do país, temos também as riquezas e a diversidade de nosso patrimônio ambiental.

Por todas essas razões, o Brasil é sempre visto como um dos principais atores nas tratativas internacionais sobre esses temas e nossas posições são, invariavelmente, acolhidas com respeito e atenção.

A exemplo da Conferência do Rio, a reunião de Johannesburg, não obstante a natureza técnica que permeia muitos dos temas a serem debatidos, será uma reunião de natureza eminentemente político-diplomática. Servirá para estabelecer as diretrizes que deverão orientar os esforços nacionais e a ação internacional nos anos vindouros no campo ambiental.

Por esse motivo, o Presidente da República, ao estabelecer esta Comissão, instruiu o Itamaraty a presidi-la com o propósito de que a formulação das posições a serem defendidas pelo Brasil seja subsidiada pelo conhecimento e pela experiência acumulada, desde a Conferência do Rio, pelos Ministérios setoriais e entidades vinculadas, bem como com

representantes da sociedade civil organizada, assegurando-lhes as necessárias transparência e representatividade. Para tanto, o Itamaraty buscará estabelecer um estreito contato com os diversos órgãos aqui representados.

Não foi ainda definida uma agenda para a Rio + 10 por ocasião de sua convocação. Essa agenda será objeto de negociações no Comitê Preparatório, cuja reunião organizacional será realizada em Nova York, nos dias 30 deste mês e 2 de maio. Em 2002, o Prepcom deverá reunir-se em outras três ocasiões. O Brasil sediará, no Rio de Janeiro, em outubro próximo, uma Reunião dos Países da América Latina e do Caribe, em nível ministerial com o objetivo de definir a plataforma da região para as negociações em âmbito global.

É importante ter presente que, na Conferência do Rio, em 1992, a comunidade internacional assumiu um compromisso político de dupla natureza, a saber:

- a internalização, por meio da legislação e de outras práticas administrativas, dos parâmetros de desenvolvimento sustentável acordados na Agenda 21 e nas declarações e convenções então adotadas; e
- a provisão de cooperação financeira, tecnológica e técnica aos países em desenvolvimento. Acreditamos que esses compromissos devem ser reafirmados.

Por outro lado, não se pode esconder que, infelizmente, as evidências indicam que a tradução desses compromissos em iniciativas concretas ficou muito aquém do esperado. Acredito, portanto, que a Rio + 10 deve ter seu escopo demarcado pela avaliação da implementação dos compromissos assumidos em 1992, na Conferência do Rio. Não deve

envolver o lançamento de qualquer novo processo negociador. Tampouco vemos interesse na reabertura de processos de negociação já encerrados.

Do nosso ponto de vista, a Agenda 21 deve ser vista como um todo e servir de base para a construção de uma agenda de trabalho para a Rio+10 em temas que vêm, progressivamente, se impondo à atenção da comunidade internacional, tais como: poluição urbana, padrões de produção e de consumo, fontes alternativas de energia, eficiência energética, ecoturismo e disponibilidade de recursos humanos, financeiros, tecnológicos e institucionais adequados. Tais temas já fazem parte da Agenda 21, mas poderiam ser aprofundados e ganhar maior relevância.

Sobretudo, a Cúpula de Johannesburgo deve resultar na renovação do compromisso político e do apoio para o desenvolvimento sustentável de forma consistente, inter alia, com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, tendo como fundamento a responsabilidade histórica e ineludível, por parte dos países desenvolvidos, em razão dos insustentáveis padrões de desenvolvimento que marcam o avanço de suas sociedades.

Espera-se, portanto, que essa renovação de compromissos se traduza, de um lado, em uma maior disposição em prover cooperação financeira e tecnológica voltadas a favorecer a adoção de modelos de desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento e, de outro, em uma maior disposição em incorporar o desenvolvimento sustentável como preocupação primordial no desenho e execução de políticas públicas.

A Rio+10 deve, assim, propiciar o desenvolvimento de parcerias para o desenvolvimento sustentável, seja pelo reforço da cooperação internacional, seja pela intensificação do engajamento do setor

privado em ações claramente marcadas pela sustentabilidade respaldadas pela abertura dos mercados e que, além de gerarem empregos e renda, adotem tecnologias ambientalmente saudáveis. Esses dois eixos de ação devem ter como resultado último o incremento da competitividade das sociedades e das empresas num mundo globalizado.

Destaco, com ênfase, a preocupação do Brasil com o atual curso das negociações sobre mudança do clima, em particular sobre o Protocolo de Quioto. O Brasil vê com preocupação a decisão do Governo dos Estados Unidos de não ratificar o Protocolo de Quioto. A magnitude do impacto da mudança do clima não permite aos países adotar posturas dissidentes, que comprometam os esforços para contrarrestar eficazmente o aumento das emissões de gases de efeito estufa. O Protocolo de Quioto conjuga, de forma inovadora, a proteção do meio ambiente à afirmação da prioridade de desenvolvimento sustentável dos países. Sua plena implementação é um teste para a habilidade política e a clarividência de todos e representará a confirmação da viabilidade do desenvolvimento sustentável como fruto das negociações multilaterais iniciadas na Rio 92.

A Cúpula terá também o grande desafio de gerar consenso e ações eficazes no plano social. A pobreza é resultado direto das falhas e desequilíbrios prevaletentes nas estruturas econômicas e sociais sobre as quais se pautou o desenvolvimento liderado pelas sociedades industrializadas e não é causa originária da degradação ambiental. A degradação do meio ambiente surge muito mais em resultado dos padrões de consumo e de produção promovidos pela sociedade industrial. A sustentabilidade desses padrões é que deve ser avaliada prioritariamente em relação aos impactos ambientais. O desafio global para o milênio que

se inicia é o de conciliar o combate a pobreza com a superação de padrões insustentáveis de consumo e produção. As duas metas são hoje – como eram há dez anos – inseparáveis, para se alcançar a sustentabilidade global.

Os temas a serem tratados na Cúpula de Johannesburgo apresentam, para o Brasil, elevado interesse estratégico. Nas negociações internacionais, o Itamaraty, em estreita coordenação com os Ministérios setoriais, tem buscado defender posições coerentes e construtivas nos diversos foros e processos negociadores decorrentes dos compromissos e estruturas acordados na Conferência do Rio, tais como, sem pretender ser exaustivo, florestas, mudança do clima, diversidade biológica, produtos químicos e resíduos perigosos.

Ao propiciar ampla troca de pontos de vista e experiências e ao permitir a incorporação de contribuições dos diferentes órgãos de Governo e da sociedade civil aqui representados, os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão em muito contribuirão para a participação do Brasil na Cúpula de Johannesburgo, em perfeita sintonia – como tem sido, aliás, incessantemente, nosso propósito – com os interesses e a realidade nacionais.

É minha intenção que nos próximos meses a Comissão não só elabore um programa de trabalho, bem como possa alocar entre seus componentes tarefas que nos permitam contar com subsídios densos para orientar a atuação da delegação do Brasil no Comitê Preparatório bem como na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável.

Muito obrigado.

CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISCURSO DO MINISTRO CELSO LAFER DURANTE CERIMÔNIA DE
INSTALAÇÃO DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA A PREPARAÇÃO DA
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL. PALÁCIO ITAMARATY, 26 DE ABRIL DE 2001

Saúdo e agradeço a presença de todos aqui hoje neste almoço, que marca a instalação da Comissão Interministerial para a Preparação da Participação do Brasil na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, no período de 2 a 11 de setembro de 2002 (Rio + 10).

Para mim, que em minha primeira gestão do Ministério das Relações Exteriores, em 1992, exerci a função de Vice-Presidente da Rio-92, instalar esta Comissão é um evento particularmente significativo. Permite-me aproveitar esta oportunidade e a presença de todos aqui hoje para fazer alguns comentários sobre a questão ambiental, que constitui sem dúvida uma área prioritária de nossa ação externa.

O tema do meio ambiente e seu tratamento multilateral são para o Brasil questões fundamentais, não apenas pelo interesse internacional e pelas crescentes implicações que vemos das atividades humanas sobre o meio ambiente, mas, sobretudo, pelo fato de estar vinculado ao tema do desenvolvimento – que permanece como a grande necessidade e aspiração nacional. A questão ambiental é

hoje ineludível em vários campos da atividade humana e constitui sem dúvida uma das áreas que compõem a “agenda da opinião pública” contemporânea.

Com efeito, a idéia do desenvolvimento sustentável é um conceito heurístico - tem múltiplas dimensões. A variável ambiental tem implicações econômicas e também sociais. Deve sempre estar presente de maneira positiva no estímulo e na sustentabilidade do desenvolvimento – e não como instrumento abusivo de cerceamento econômico ou entrave comercial.

No campo internacional, o Brasil tem um papel importante a desempenhar no que diz respeito ao bom encaminhamento das questões ambientais. Isso se deve tanto à transcendência do tema para uma necessidade interna básica – o desenvolvimento nacional – quanto à nossa condição própria – talvez única – de país de grandes dimensões e potencialidades mas também de imensos contrastes econômicos e sociais.

Contamos, em alguns setores, com características de país industrializado e em outros apresentamos graves índices de pobreza. Tais condições, se representam um grande

desafio interno – desafio que este Governo está enfrentando em múltiplas frentes – representam também possibilidades externas, em termos tanto de acesso a recursos e tecnologia quanto de influência positiva e moderadora em favor de consensos que atendam às prioridades dos países em desenvolvimento e que encaminhem de forma construtiva as grandes questões ambientais tratadas no plano internacional. Tem o Brasil, assim, um diálogo frutífero tanto com os países do Grupo dos 77 quanto com os países desenvolvidos. Além de nossas credenciais próprias, ligadas ao peso político e econômico do país, temos também as riquezas e a diversidade de nosso patrimônio ambiental. Por todas essas razões, o Brasil é sempre visto como um dos principais atores nas tratativas internacionais sobre esses temas e nossas posições são, invariavelmente, acolhidas com respeito e atenção.

A exemplo da Conferência do Rio, a reunião de Johannesburgo, não obstante a natureza técnica que permeia muitos dos temas a serem debatidos, será uma reunião de natureza eminentemente político-diplomática. Servirá para estabelecer as diretrizes que deverão orientar os esforços nacionais e a ação internacional nos anos vindouros no campo ambiental.

Por esse motivo, o Presidente da República, ao estabelecer esta Comissão, instruiu o Itamaraty a presidi-la com o propósito de que a formulação das posições a serem defendidas pelo Brasil seja subsidiada pelo conhecimento e pela experiência acumulada, desde a Conferência do Rio, pelos Ministérios setoriais e entidades vinculadas, bem como com representantes da sociedade civil organizada, assegurando-lhes as necessárias transparência e representatividade. Para tanto, o Itamaraty buscará estabelecer um estreito contato com os diversos órgãos aqui representados.

Não foi ainda definida uma agenda para a Rio + 10 por ocasião de sua convocação. Essa agenda será objeto de negociações no Comitê Preparatório, cuja reunião organizacional será realizada em Nova York, nos dias 30 deste mês e 2 de maio. Em 2002, o Prepcom deverá reunir-se em outras três ocasiões. O Brasil sediará, no Rio de Janeiro, em outubro próximo, uma Reunião dos Países da América Latina e do Caribe, em nível ministerial com o objetivo de definir a plataforma da região para as negociações em âmbito global.

É importante ter presente que, na Conferência do Rio, em 1992, a comunidade internacional assumiu um compromisso político de dupla natureza, a saber:

- a) a internalização, por meio da legislação e de outras práticas administrativas, dos parâmetros de desenvolvimento sustentável acordados na Agenda 21 e nas declarações e convenções então adotadas; e
- b) a provisão de cooperação financeira, tecnológica e técnica aos países em desenvolvimento. Acreditamos que esses compromissos devem ser reafirmados. Por outro lado, não se pode esconder que, infelizmente, as evidências indicam que a tradução desses compromissos em iniciativas concretas ficou muito aquém do esperado.

Acredito, portanto, que a Rio + 10 deve ter seu escopo demarcado pela avaliação da implementação dos compromissos assumidos em 1992, na Conferência do Rio. Não deve envolver o lançamento de qualquer novo processo negociador. Tampouco vemos interesse na reabertura de processos de negociação já encerrados.

Do nosso ponto de vista, a Agenda 21 deve ser vista como um todo e servir de base para a

construção de uma agenda de trabalho para a Rio+10 em temas que vêm, progressivamente, se impondo à atenção da comunidade internacional, tais como:

- poluição urbana;
- padrões de produção e de consumo;
- fontes alternativas de energia;
- eficiência energética;
- ecoturismo;
- disponibilidade de recursos humanos, financeiros, tecnológicos e institucionais adequados;

Tais temas já fazem parte da Agenda 21, mas poderiam ser aprofundados e ganhar maior relevância. Sobretudo, a Cúpula de Johannesburgo deve resultar na renovação do compromisso político e do apoio para o desenvolvimento sustentável de forma consistente, inter alia, com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, tendo como fundamento a responsabilidade histórica e ineludível, por parte dos países desenvolvidos, em razão dos insustentáveis padrões de desenvolvimento que marcam o avanço de suas sociedades.

Espera-se, portanto, que essa renovação de compromissos se traduza, de um lado, em uma maior disposição em prover cooperação financeira e tecnológica voltadas a favorecer a adoção de modelos de desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento e, de outro, em uma maior disposição em incorporar o desenvolvimento sustentável como preocupação primordial no desenho e execução de políticas públicas.

A Rio+10 deve, assim, propiciar o desenvolvimento de parcerias para o desenvolvimento sustentável, seja pelo reforço da cooperação internacional, seja pela intensificação do engajamento do setor

privado em ações claramente marcadas pela sustentabilidade respaldadas pela abertura dos mercados e que, além de gerarem empregos e renda, adotem tecnologias ambientalmente saudáveis. Esses dois eixos de ação devem ter como resultado último o incremento da competitividade das sociedades e das empresas num mundo globalizado.

Destaco, com ênfase, a preocupação do Brasil com o atual curso das negociações sobre mudança do clima, em particular sobre o Protocolo de Quioto. O Brasil vê com preocupação a decisão do Governo dos Estados Unidos de não ratificar o Protocolo de Quioto. A magnitude do impacto da mudança do clima não permite aos países adotar posturas dissidentes, que comprometam os esforços para contrarrestar eficazmente o aumento das emissões de gases de efeito estufa. O Protocolo de Quioto conjuga, de forma inovadora, a proteção do meio ambiente à afirmação da prioridade de desenvolvimento sustentável dos países. Sua plena implementação é um teste para a habilidade política e a clarividência de todos e representará a confirmação da viabilidade do desenvolvimento sustentável como fruto das negociações multilaterais iniciadas na Rio 92.

A Cúpula terá também o grande desafio de gerar consenso e ações eficazes no plano social. A pobreza é resultado direto das falhas e desequilíbrios prevaletentes nas estruturas econômicas e sociais sobre as quais se pautou o desenvolvimento liderado pelas sociedades industrializadas e não é causa originária da degradação ambiental. A degradação do meio ambiente surge muito mais em resultado dos padrões de consumo e de produção promovidos pela sociedade industrial. A sustentabilidade desses padrões é que deve ser avaliada prioritariamente em relação aos impactos ambientais. O desafio global para o milênio que

se inicia é o de conciliar o combate a pobreza com a superação de padrões insustentáveis de consumo e produção. As duas metas são hoje – como eram há dez anos – inseparáveis, para se alcançar a sustentabilidade global.

Os temas a serem tratados na Cúpula de Johannesburgo apresentam, para o Brasil, elevado interesse estratégico. Nas negociações internacionais, o Itamaraty, em estreita coordenação com os Ministérios setoriais, tem buscado defender posições coerentes e construtivas nos diversos foros e processos negociadores decorrentes dos compromissos e estruturas acordados na Conferência do Rio, tais como, sem pretender ser exaustivo, florestas, mudança do clima, diversidade biológica, produtos químicos e resíduos perigosos.

Ao propiciar ampla troca de pontos de vista e experiências e ao permitir a incorporação de contribuições dos diferentes órgãos de Governo e da sociedade civil aqui representados, os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão em muito contribuirão para a participação do Brasil na Cúpula de Johannesburgo, em perfeita sintonia – como tem sido, aliás, incessantemente, nosso propósito – com os interesses e a realidade nacionais.

É minha intenção que nos próximos meses a Comissão não só elabore um programa de trabalho, bem como possa alocar entre seus componentes tarefas que nos permitam contar com subsídios densos para orientar a atuação da delegação do Brasil no Comitê Preparatório bem como na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável.

Muito obrigado.

SEMINÁRIO SOBRE A ALCA

EXPOSIÇÃO DO MINISTRO CELSO LAFER EM SEMINÁRIO
SOBRE A ALCA. BELO HORIZONTE, FIEMG, 3 DE MAIO DE 2001.
“ALCA PÓS-QUEBEC: NOSSO FUTURO ESTÁ EM PAUTA”

Gostaria de iniciar com dois agradecimentos à Federação das Indústrias de Minas Gerais e a seu presidente, Dr. Stefan Salej. Em primeiro lugar, pelo honroso convite para compartilhar com as senhoras e com os senhores algumas reflexões sobre os próximos passos que deveremos trilhar no processo de conformação da ALCA. Em segundo lugar, pela iniciativa de promover este amplo e qualificado debate sobre a participação e sobre os interesses brasileiros na negociação.

Desde que assumi o Ministério das Relações Exteriores, há três meses, venho dedicando a estimular este debate. Se vier a se concretizar, a ALCA afetará de forma significativa a economia brasileira. Poderá trazer oportunidades, mas também poderá apresentar riscos para os diferentes segmentos da sociedade.

A primeira questão que se coloca, e que será decisiva para nossa eventual decisão de ingressar na ALCA, será a avaliação sobre o balanço de vantagens e riscos para o Brasil. O Governo brasileiro não assinará, e o Congresso não ratificará, um acordo que não nos seja globalmente vantajoso. A segunda questão é a avaliação setorial, a partir da realidade atual, dos riscos e oportunidades que um acordo

hemisférico de livre comércio, de contornos ainda indefinidos, oferece ou pode vir a oferecer. A partir daí coloca-se uma terceira questão, que é a de como prepararmos-nos para responder aos desafios de forma dinâmica, criativa e construtiva, buscando maximizar os ganhos e minimizar os riscos.

Nenhuma destas questões tem respostas simples, mas todas elas são importantes e não podem prescindir da participação intensa do setor privado. Daí a necessidade de um debate amplo, denso e informado entre todos os potenciais interessados. Este seminário responde a esta necessidade, numa resposta à altura da tradição dos mineiros e da importância da economia de Minas Gerais no plano nacional.

II

Acabam de realizar-se a VI Reunião Ministerial da ALCA, em Buenos Aires, e a III Cúpula das Américas, em Quebec. Eventos como as reuniões ministeriais e, mais ainda, as reuniões de cúpula, têm escopo limitado, mas de fundamental importância. Sua função é avaliar e dar as diretrizes gerais para o processo negociador.

A principal decisão das duas reuniões recém encerradas foi a confirmação da data de 2005 para a conclusão das negociações. Não devemos cometer o erro de supor que os proponentes de uma antecipação de prazo tivessem apresentado sua proposta apenas como ficha de barganha para obter concessões em outra área. A tese da antecipação angariou vários apoios, o que requereu considerável esforço de mobilização diplomática para evitar que o Brasil ficasse em posição de isolamento. Não teríamos hesitado em objetar à formação de um consenso, mas o veto é uma medida de última instância que tem seus custos. A caracterização do Brasil como solitário oponente da ALCA reduziria nossa capacidade de influência no futuro e constituiria uma hipoteca no relacionamento com nossos vizinhos. A decisão Alcançada em Buenos Aires – trabalhada com intensidade pelo Itamaraty, e para a qual me empenhei desde que assumi a posição de Chanceler - evitou essa situação e não nos obrigou a nenhuma concessão, nem nos deixou devedores de nenhum país. Além disso, asseguramos com clareza um prazo prudencial para concluir as negociações, que nos é conveniente inclusive à luz de nosso calendário eleitoral, uma vez que o próximo Governo terá dois anos completos para finalizar as negociações e avaliar o texto do acordo, para posteriormente submetê-lo ao Congresso nacional para sua eventual ratificação.

III

Além da decisão em relação à data, os Ministros em Buenos Aires instruíram o Comitê de Negociações Comerciais a elaborar uma segunda versão da minuta de acordo da ALCA, incluídos os capítulos de cada Grupo de Negociação e os capítulos que abarquem os aspectos gerais e institucionais do Acordo

da ALCA. Esta nova versão será submetida à próxima reunião ministerial, que se realizará em Quito, em outubro de 2002.

Os Ministros deram a orientação geral; agora terá início o trabalho dos Grupos Negociadores, que discutirão os detalhes e darão conteúdo e forma aos textos. Nessa nova etapa de negociações, alguns dos maiores desafios a serem enfrentados pelo Brasil estarão relacionados a acesso a mercados, ainda que pontos específicos de todas as áreas devam ter incidência decisiva sobre o equilíbrio final do Acordo. O Grupo Negociador específico que trata de acesso a mercados para produtos industriais abrange seis áreas básicas: tarifas, medidas não-tarifárias, barreiras técnicas ao comércio, regras de origem, salvaguardas e procedimentos aduaneiros. O Grupo irá iniciar, no mês de maio corrente, um processo de contra-notificação de barreiras não tarifárias, ou seja, de listagem de normas e regulamentos que afetam nossas exportações em outros países. É imprescindível que o setor privado nos auxilie a identificar estas barreiras.

O Grupo também está aprofundando discussões sobre regras de origem, o que abrange as modalidades de declaração e certificação, mas sobretudo a questão da conveniência ou não de se adotar, na ALCA, regras de origem gerais ou específicas. Se a opção for por regras de origem específicas, cada setor produtivo nacional deverá participar com maior intensidade da formulação de nossas posições, sob pena de não ter seus interesses devidamente contemplados.

Embora a importância do Grupo de Negociação (GN) de Acesso a Mercados para a abertura de mercados hemisféricos para produtos brasileiros seja evidente, é importante recordar que outros grupos também tratam de aspectos específicos de acesso a mercados, como o acesso para produtos agrícolas (negociado no GN de Agricultura),

para serviços (GN de Serviços), para investimentos (GN de Investimentos) e para compras governamentais (GN de Compras Governamentais). Por esse motivo, os cinco grupos acima referidos, que têm competência sobre questões relativas a acesso a mercados em sentido amplo, deverão apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais (CNC) recomendações sobre métodos e modalidades para a negociação tarifária até 1º de abril de 2002, a fim de iniciar negociações, o mais tardar, em 15 de maio de 2002.

O equilíbrio das negociações em todos os grupos que tratam de acesso a mercados – e em todo o processo negociador da ALCA – depende, na opinião do Brasil e de seus parceiros no MERCOSUL, do respeito ao princípio do empreendimento único, o *single undertaking*, estabelecido na reunião ministerial da ALCA realizada em Belo Horizonte, em 1997, segundo o qual nada está definitivamente acordado até que tudo esteja acordado. Com base no *single undertaking*, o Brasil tem defendido a tese de que o processo de troca de concessões no âmbito de um Grupo, como o GN de Acesso a Mercados, deve ser definido juntamente com as demais distorções que afetam o acesso a mercados de nossos produtos, como picos tarifários, quotas, distorções excessivas na escalada tarifária, sazonalidade tarifária, entre outras. Ademais, o avanço da negociação deve ser equilibrado em seu conjunto para assegurar a operacionalidade do *single undertaking*.

Para garantir esse avanço equilibrado, o Brasil defendeu, com sucesso, a inclusão na Declaração Ministerial de Buenos Aires de instrução para que o Comitê de Negociações Comerciais (CNC) se reúna, provavelmente em abril de 2002, para assegurar que sejam obtidos avanços em todos os Grupos de Negociação, em conformidade com os princípios gerais acordados na Reunião Ministerial de São

José, inclusive o do *single undertaking*. O CNC deverá avaliar os progressos Alcançados nos GNs e resolver eventuais divergências existentes nas recomendações dos Grupos, dando instruções para que as negociações de acesso a mercados se iniciem em 15 de maio de 2002, o mais tardar.

IV

Os debates sobre métodos e modalidades nos diferentes GNs não serão uniformes. Cada grupo deverá concentrar-se em um rol específico de assuntos. O GN de Acesso a Mercados, por exemplo, definiu seis áreas principais que compõem o tema “métodos e modalidades”:

- a definição da tarifa base (aplicada ou consolidada na OMC);
- o período de referência para determinar os dados de comércio (entende o MERCOSUL que deveria ser utilizada uma média de três a cinco anos imediatamente anteriores ao cronograma de desgravação);
- nomenclatura tarifária (o MERCOSUL prevê que haja possibilidade de negociação a oito dígitos);
- calendário e ritmos de eliminação de tarifas (prazo de desgravação, períodos de carência);
- tipos de concessões tarifárias (o MERCOSUL entende que as negociações deverão levar ao estabelecimento de margens percentuais de preferência, que se aplicarão sobre a tarifa base acordada; se houver modificação de tarifa aplicada NMF, prevaleceria para a ALCA a tarifa mais baixa), e
- métodos para determinar as concessões (por exemplo, fórmula ou pedido e oferta).

Quanto ao calendário e ritmo para a eliminação das tarifas, em princípio, todo o universo tarifário deve estar sujeito a negociação. A eliminação total das tarifas para “substancialmente todo o comércio”, nos termos do Artigo XXIV do GATT, deverá ser alcançada em prazo não superior a dez anos. O MERCOSUL admite que a redução de tarifas se faça com diferentes ritmos e prazos, o que daria ensejo a listas múltiplas de desgravação.

O MERCOSUL também admite, para produtos sensíveis, um período de carência sem desgravação, ou com preferências muito baixas. Cada país definiria sua lista de produtos sensíveis, que deveria ser de conhecimento dos negociadores no momento do início das negociações tarifárias. Nosso entendimento é de que os países desenvolvidos do Hemisfério deveriam assumir, numa primeira etapa, obrigações mais substantivas de liberalização comercial do que os países em desenvolvimento.

A definição das listas de sensíveis será, naturalmente, uma das questões cruciais para o Brasil. O número de setores domésticos que poderão ser protegidos da liberalização é limitado (correspondentes a 15% do comércio). Buscaremos preservar a maior margem de autonomia possível para escolher os setores a serem protegidos, ao mesmo tempo em que procuraremos assegurar-nos de que nossos principais parceiros não excluam justamente os produtos de maior interesse exportador para o Brasil. É natural que haja, no entanto, alguma acomodação entre estes dois objetivos.

No que tange aos métodos para determinar as concessões, o MERCOSUL favorece a aplicação de uma fórmula para todo o universo tarifário, que poderia consistir num mecanismo de desgravação tarifária linear e automático. Cada país distribuiria o universo

tarifário em suas listas de desgravação de acordo com suas sensibilidades comerciais, a partir de um critério que estabelecesse porcentagens mínimas de suas importações, relativamente ao período de referência, para cada categoria de produtos (comuns, sensíveis, extra-sensíveis). Uma hipótese de desgravação para o substancial do comércio poderia ser a definição de três categorias de produtos: uma primeira sujeita a desgravação imediata e outras duas com prazos de cinco e dez anos, respectivamente.

Cabe ressaltar que o GN de Acesso a Mercados deverá apresentar suas recomendações sobre métodos e modalidades de forma coordenada com o GN de Agricultura. Assim como o GN de Acesso a Mercados, o GN de Agricultura deverá apresentar, até 1º de abril de 2002, recomendações próprias sobre métodos e modalidades para a negociação tarifária agrícola.

No âmbito do GN de Serviços, as delegações devem concentrar esforços em torno dos seguintes temas, entre outros:

- listas positivas ou negativas;
- liberalização progressiva ou total;
- cronograma para a negociação e desmantelamento inicial de barreiras;
- modalidades para a negociação: fórmulas, pedido e oferta, clusters; e
- tratamento a ser dado para lidar com as assimetrias econômicas existentes entre os participantes.

V

Uma das principais reivindicações do Brasil nas negociações da ALCA é que, em conformidade com o mandato do Grupo definido pela Declaração Ministerial de São José (1997), sejam eliminados os

subsídios à exportação de produtos agrícolas no Hemisfério. A Declaração Ministerial de Buenos Aires estipula que o GN de Agricultura apresente ao CNC, até 1º de abril de 2002, recomendações sobre o Alcance e metodologia para a eliminação dos subsídios às exportações que afetam o comércio de produtos agrícolas no Hemisfério.

O MERCOSUL defende a eliminação dos subsídios às exportações agrícolas previamente ao processo de desgravação tarifária. O MERCOSUL também propôs no GNAM dispositivos para combater os subsídios às exportações oriundos de países não-membros da ALCA e a concorrência entre os países da ALCA em terceiros mercados. No entendimento do Brasil, a reutilização em terceiros mercados dos recursos poupados em decorrência da proibição de concessão de subsídios no Hemisfério poderia redundar em anulação ou redução dos benefícios auferidos com a ALCA. O ganho em acesso ao mercado norte-americano para as exportações brasileiras de carne de frango, por exemplo, poderia ser anulado totalmente ou em parte pela realocação de volumes não utilizados de subsídios às exportações na ALCA em terceiros mercados, deslocando as exportações brasileiras extra-hemisféricas.

Há fortes resistências às propostas brasileiras por parte de outras delegações, sobretudo as dos EUA e do Canadá. Ambos os países sustentam que não poderiam concordar em eliminar subsídios no Hemisfério sem que compromissos semelhantes fossem assumidos na OMC, sobretudo pela União Européia. Embora reconheçam que o mandato do GN de Agricultura estipule a erradicação de subsídios agrícolas, na prática buscam tornar esse mandato sem efeito ao remeterem o tratamento do tema à esfera multilateral.

No final de 2000, o Grupo de Negociação sobre Subsídios, Antidumping e Medidas Compensatórias produziu sua minuta de capítulo, que, contudo, resultou em duas propostas, inteiramente entre colchetes e mutuamente excludentes, sendo que a primeira continha os resultados dos esforços de redação de todo o Grupo ao longo dos meses e a segunda, apenas um parágrafo, por iniciativa norte-americana, segundo o qual a legislação interna dos países em matéria de antidumping e medidas compensatórias prevaleceria sobre o que se venha a dispor a esse respeito em qualquer capítulo do Acordo ALCA.

Em diversas reuniões do CNC, o MERCOSUL manifestou-se fortemente contrário à proposta norte-americana, no entendimento de que a referida proposta extrapolava o Mandato de Toronto e poderia inviabilizar toda a negociação da ALCA, caso fosse adotada em outros grupos. Com o apoio de outras delegações, o MERCOSUL logrou que constasse da Declaração de Buenos Aires instrução aos Grupos no sentido de que “as propostas de texto já apresentadas ou por apresentar não devem deixar sem efeito as obrigações a serem assumidas pelos países com relação aos temas ou áreas substantivas que integram a agenda de negociações da ALCA”.

Não obstante forte resistência dos EUA, também foi possível incluir na Declaração de Buenos Aires instrução ao GN de Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios para intensificar esforços para alcançar um entendimento comum a fim de melhorar, quando possível, as regras e procedimentos relativos à operação e aplicação de leis antidumping e de direitos compensatórios, a fim de não criar obstáculos injustificados ao livre comércio no Hemisfério, e a apresentar

suas recomendações sobre a metodologia a ser utilizada para Alcançar esse objetivo no prazo de 1º de abril de 2002, para ser avaliado pelo CNC em sua primeira reunião após essa data.

VII

Estes breves comentários cobrem apenas uma parte das instruções aos negociadores que foram acordadas na reunião ministerial de Buenos Aires, mas creio que são ilustrativos dos temas sobre os quais estaremos concentrando-nos neste e no próximo ano, até a reunião ministerial de Quito.

Quero ressaltar a importância que atribuo ao debate e à participação da sociedade civil neste processo negociador. Recordo, aliás, que com o decidido apoio do Brasil foram tomadas decisões relativas à distribuição e divulgação de documentos em negociação, que incluem a publicação, na Internet, do texto da versão atual da minuta de acordo.

Temos motivos para avaliar positivamente os resultados Alcançados nas reuniões de Buenos Aires e de Quebec, mas devemos também ter consciência da magnitude da tarefa que temos pela frente. Temos todos, Governo, empresários, trabalhadores, acadêmicos, a responsabilidade de utilizarmos todos os recursos à nossa disposição para nos prepararmos adequadamente para esta negociação.

Esta parceria já vem funcionando a contento. Nossas posições sobre temas da pauta negociadora a que me referi acima devem muito ao documento “Contribuições para o VI Foro Empresarial das Américas”, coordenado pela CNI. Há clara coincidência de percepções entre o governo e o setor privado em relação ao enfoque geral e a diversas questões específicas referidas naquele documento.

É justo destacar, em relação a este ponto, a valiosa colaboração que temos recebido da diretoria da CNI, em especial de seu Presidente,

Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, e do Vice-Presidente Osvaldo Moreira Douat, assim como da equipe técnica dirigida com competência e dedicação pela Dra. Sandra Ríos.

O Itamaraty tem efetuado extensas consultas com diversos setores da sociedade e do empresariado. Além de contatos ad hoc e de instâncias como este seminário, temos também uma instância regular para a participação da sociedade civil em geral na formulação das posições negociadoras brasileiras, a Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos relativos à Área de Livre Comércio das Américas, conhecida pela sigla SENALCA, cuja próxima reunião será realizada na próxima semana, no dia 9 de maio, no Itamaraty.

É preciso, no entanto, aprimorar e aperfeiçoar nossos métodos de trabalho. A participação do setor privado na próxima fase das negociações da ALCA será determinante para proporcionar um resultado equilibrado e vantajoso para o Brasil. O exercício negociador será cada vez mais de natureza técnica, e nossas posições deverão, por conseguinte, ser realistas, objetivas e bem fundamentadas. As informações de cada setor são necessárias não apenas para a determinação do que é aceitável e do que é desejável para o Brasil, mas também para aumentar nossa capacidade de formulação de alternativas criativas, que permitam tirar o melhor proveito possível da negociação.

Como disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso em Quebec, a eliminação progressiva dos obstáculos às trocas comerciais pode desempenhar um papel decisivo na criação de oportunidades para o crescimento econômico e para a superação das desigualdades. Mas não é qualquer ALCA que nos interessa. Nossa missão, nos próximos quatro anos, é trabalhar para que o Congresso nacional tenha diante de si a melhor alternativa possível dentre as muitas que estão sobre a mesa.

AULA MAGNA SOBRE O SETOR AGROPECUÁRIO E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

AULA MAGNA MINISTRADA PELO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, “O SETOR AGROPECUÁRIO E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA” POR OCASIÃO DO CENTENÁRIO DA ESALQ. PIRACICABA, SP, 7 DE MAIO DE 2001

Recebi com grande orgulho o convite para vir a Piracicaba hoje. A honra de proferir a aula magna de uma das principais escolas de nossa Universidade, para quem, como eu, é professor da USP há 30 anos, é realçada por tratar-se de uma celebração especial.

Em um país de história universitária relativamente recente, o centenário coloca a ESALQ como um dos nossos centros acadêmicos mais tradicionais. Tradição não é sinônimo de conservadorismo ou de apego aos rituais do passado. No caso da ESALQ, é o seu acervo de realizações, conhecimentos, práticas e valores espirituais. Quando Luiz de Queiroz doou ao Governo do Estado de São Paulo a Fazenda São João da Montanha, ele certamente tinha grandes sonhos. Ele certamente esperava dar uma contribuição significativa à lavoura e aos que a ela se dedicavam. Mas ele dificilmente poderia imaginar que a sua fazenda se tornaria um dos principais centros de ensino e pesquisa do país. Se a agricultura brasileira hoje vem alcançando cada vez mais sucesso e reconhecimento no plano internacional, isto se deve em larga medida ao trabalho de capacitação e de geração e irradiação de tecnologia pela ESALQ.

É um exemplo de como um homem prático, com visão, disposição e generosidade pode exercer uma grande influência, até mesmo sobre as gerações futuras. Mas o sonho do final do século XIX não se tornaria a realidade vibrante do século XXI sem a dedicação e a inteligência de milhares de professores e alunos. Estas qualidades – senso prático, visão, dedicação, inteligência – são as mesmas que farão o futuro da ESALQ ainda mais brilhante do que seu passado.

Os alunos da ESALQ têm uma oportunidade preciosa neste mundo de crescente e prematura especialização. Os diversos departamentos da Escola lhes permitem experimentar o potencial e as limitações das principais correntes metodológicas nas ciências exatas, na biologia, na química e nas ciências sociais. Uma base pluralista mas sólida em metodologia científica lhes dá o instrumental necessário para compreender e agir sobre a realidade de um país complexo como o Brasil, sem relativismo, mas com criatividade.

Essa visão ampla é útil em um mundo em rápida transformação. A globalização, que encurta as distâncias e os tempos, dilui as fronteiras entre o externo e o interno, entre

o país e o mundo. O mundo está também entrando aqui dentro do Brasil. Por isto, é muito oportuno que o tema da aula magna do centenário da ESALQ seja o setor agropecuário e a política externa brasileira.

Agricultura e política externa

A relação entre agricultura e política externa é um tema de atualidade, o que não significa que seja novo. A Humanidade conviveu com a realidade ou, pelo menos, com a ameaça da fome durante a maior parte de sua história. No mundo antigo, a escala e a intensidade dos conflitos não se estruturavam através da mediação do conceito de armamento, mas sim pela referência a formas de luta tais como a incursão, a razia, o saque das colheitas e dos bens móveis, a devastação do território com a destruição dos bens produtivos, o bloqueio naval, etc. É a constância das formas de luta e o seu registro literário que converteu, por exemplo, a Guerra de Tróia na fonte mitológico-cultural da guerra no mundo clássico.

No século XIX, a destruição deliberada de cultivos e estoques de alimentos era uma tática comum de ataque e defesa, que a Rússia utilizou contra Napoleão e, diga-se de passagem, contra as populações que permaneceram no caminho do Grande Exército em 1812. O episódio da fome na Irlanda, em 1845-49, quando a requeima da batateira causada por *Phytophthora infestans* provocou a morte de mais de 1 milhão de irlandeses, e a emigração de um número ainda maior, teve efeitos determinantes para o domínio inglês e se reflete até hoje no panorama eleitoral dos Estados Unidos.

Em 1954, quando os Estados Unidos eram efetivamente o “celeiro” do mundo,

foi adotada a PL 480, denominada “lei de alimentos para a paz”, que ainda constitui o principal instrumento legal para a concessão de ajuda alimentar pelos EUA. Dos cinco objetivos declarados da PL 480, pelo menos três referem-se de forma precípua à política externa: (1) expandir o comércio internacional, (2) desenvolver mercados de exportação para os produtos agrícolas dos EUA, (3) combater a fome e a subnutrição, (4) encorajar o desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento e (5) promover por outros meios a política externa dos Estados Unidos.

Em 1965, o Estado de Bihar, na Índia, foi devastado pela seca. Em um périplo pelos EUA e pela Europa em busca de auxílio, Indira Gandhi foi recebida com exigências de contrapartidas e concessões políticas, um fato que a marcou profundamente e que explica, em parte, a aproximação da Índia com a União Soviética.

Em diversas ocasiões nos anos 70 os Estados Unidos buscaram utilizar sua posição de preeminência como produtor e exportador de grãos para fins políticos. A União Soviética foi objeto de vários embargos – trigo em 1972, soja em 1973, trigo novamente após a invasão do Afeganistão em 1979. Em 1974, quando Bangladesh sofreu inundações que destruíram sua produção agrícola, os envios de alimentos sob a PL 480 foram retardados em vários meses, enquanto várias agências discutiam se as vendas de juta a Cuba no ano anterior não desqualificavam Bangladesh como receptor de ajuda alimentar. Quando os alimentos chegaram, a crise havia sido superada.

Naquele mesmo ano, um relatório da CIA sugeria a utilização da posição dos EUA como exportador de cereais para recuperar a posição de primazia na cena internacional que havia ocupado imediatamente após a II Guerra

Mundial. Cunhou-se então a expressão “arma alimentar”, ameaça utilizada pelo próprio Presidente Ford, ainda que na negativa, em discurso na ONU em 1974, quando afirmou que “não tem sido nossa política utilizar os alimentos como arma política, apesar do embargo do petróleo e das recentes decisões sobre o preço e sobre a produção de petróleo”.

O objetivo destes exemplos é apenas o de ilustrar com um caso extremo a relação entre agricultura e política externa. A “arma alimentar” não é, felizmente, um instrumento cotidiano das relações internacionais. É, no entanto, um conceito subjacente, que se revela por exemplo, na preocupação de países como a Índia e a China com segurança alimentar.

Para o Brasil, o desenvolvimento da nossa produção agrícola, de um lado, e nossa tradição de paz e cooperação, de outro, fazem com que a utilização do comércio de alimentos como arma política seja uma perspectiva distante. Existem muitas áreas, no entanto, onde a interação entre o setor agropecuário brasileiro e o mundo externo vem-se colocando, se não como questão de vida ou morte, pelo menos com repercussão concreta sobre o interesse nacional e, por conseguinte, sobre a política externa.

A perspectiva brasileira

Consolidadas as fronteiras nacionais no início do século XX, a política externa brasileira passou a trabalhar para superar desconfianças e para promover a união e a amizade entre os países sul-americanos. Um clima pacífico na América do Sul é condição importante para favorecer o “desenvolvimento do espaço nacional”, o vetor predominante da política externa do Brasil pós-Rio Branco.

O Brasil sente-se à vontade com sua

vizinhança sul-americana. Em contraste, nossa percepção do mundo transoceânico é mais ambígua: por um lado, temos uma certa avidez pelo estrangeiro, refletida em fenômenos como surtos de importações e de fluxos turísticos, ou em realidades culturais, como a rápida adoção de modismos; por outro lado, nutrimos um marcado desejo de autonomia e de independência em relação aos grandes centros do poder econômico mundial. Essa dualidade interna, disseminada nas classes sociais, nos partidos políticos e nos intelectuais, constitui um dado da relação do país com a economia mundial.

Mas a América do Sul ficou pequena para o Brasil. Com o avanço da globalização, mas também em função do próprio crescimento da economia brasileira no século XX, a interação com o mundo necessária para assegurar a sustentabilidade econômica, social, política, ambiental e tecnológica de nosso processo de desenvolvimento não pode mais ser assegurada apenas pela reprodução, em escala regional, de um modelo de substituição de importações como aquele que desempenhou papel tão importante na industrialização do Brasil.

O esgotamento do modelo de substituição de importações é também um esgotamento do modelo de transferência de renda da agricultura para financiar a indústria. Pode-se dizer que, até os anos 80, a agricultura brasileira sofrera uma taxação indireta, em função da proteção à indústria e da sobrevalorização da taxa de câmbio, que não foi compensada por intervenções no sistema de preços. A liberalização comercial nos últimos anos vem permitindo à agricultura brasileira expressar todo o seu dinamismo, em que pese as limitações à capacidade de financiamento do Estado e, em um primeiro

momento, a sobrevalorização cambial. O setor agropecuário brasileiro alcançou escala mundial, e precisa de mercados globais para realizar seu potencial.

Essas perspectivas fundamentam-se em um ponto de vista brasileiro, que reflete suas especificidades e sua experiência histórica. Mas a discussão das possibilidades de inserção também depende da realidade do mundo. Se a necessidade interna continua a ser a busca do desenvolvimento, a operacionalização desse objetivo deve ser adaptada, com pragmatismo e realismo, às condições externas.

O contexto internacional

O contexto internacional em que se opera a inserção internacional do Brasil tem múltiplas dimensões. As questões de paz e segurança, por exemplo, ocupam um papel central em qualquer política externa. Embora não existam hipóteses realistas de conflito interestatal com nossos vizinhos, temos interesse concreto em temas que dizem respeito à ordem internacional como não proliferação nuclear e desarmamento, ao lado de outros que, embora antigos, vem crescendo com a globalização, como a criminalidade organizada transnacional e o narcotráfico e que se manifestam também na América do Sul.

Mas o que nos interessa aqui é a agricultura. O desenvolvimento do setor agropecuário é ao mesmo tempo fator fundamental para o desenvolvimento do país como também é, ele próprio, medida de nosso eventual sucesso na busca daquele objetivo. Não poderia, assim, a política externa deixar de atribuir prioridade às necessidades de nossa agricultura e de perscrutar incessantemente os riscos e oportunidades que o cenário internacional apresenta para ela.

A agricultura no contexto internacional – comércio

O comércio internacional, que dobrara de tamanho no século XVIII, multiplicou-se por 40 entre 1815 e o início da I Guerra Mundial, movido pelos mesmos fatores que se observaram na segunda metade do século XX: redução no custo dos transportes e das comunicações e redução das barreiras alfandegárias. O custo de transporte do trigo entre Chicago e Liverpool foi reduzido à metade entre 1830 e 1880, e novamente reduzido à metade entre 1880 e 1914. Ao mesmo tempo, a Inglaterra em 1846 e, posteriormente, outros países europeus liberalizaram suas importações de cereais. Desenvolveu-se assim, durante o século XIX, um vigoroso comércio transatlântico de grãos e, a partir do advento da refrigeração, de carne.

A partir do último quartel do século XIX, no entanto, ressurgia o protecionismo na Europa continental contra as exportações agrícolas do Novo Mundo. Num primeiro momento as tarifas apenas compensaram a redução nos custos de transporte, mas após a I Guerra Mundial o incremento geral do protecionismo fez-se sentir com particular intensidade na área agrícola. Mesmo nos Estados Unidos, um dos principais beneficiários da expansão do comércio agrícola no século XIX, a política agrícola no século XX acabaria refletindo “a notável e contínua determinação dos agricultores para obterem algum controle sobre as forças do mercado”.

A tendência foi exacerbada a partir da Grande Depressão e culminaria no Agricultural Adjustment Act, adotado por Roosevelt em 1933. Desde então, os EUA nunca mais deixaram de utilizar uma série de mecanismos de política agrícola: suporte de preços e de renda, controle de oferta, restrições ao plantio,

políticas de conservação e gerenciamento de recursos, programas internos de assistência alimentar, ajuda alimentar ao exterior, subsídios à exportação e barreiras às importações. No imediato pós-guerra, quando a devastação na Europa e o subdesenvolvimento no resto do mundo asseguravam amplos mercados para suas exportações agrícolas, os EUA ainda mantinham restrições às importações, para evitar que produtores estrangeiros se beneficiassem dos preços mínimos norte-americanos, que eram mantidos acima dos preços mundiais.

No início dos anos 50, o Congresso dos EUA aprovou legislação que impunha restrições às importações de alguns tipos de produtos agrícolas, reconhecidamente contrárias às regras do GATT. Em 1955, os EUA praticamente obrigaram as demais partes contratantes a conceder um waiver, ou seja, uma isenção que legalizava aquelas restrições. A partir daí, outros países julgaram-se desobrigados de se submeterem às regras do GATT para produtos agrícolas.

A Comunidade Econômica Européia, criada em 1957, não teve dificuldades para dar ao setor agrícola um tratamento diferenciado, que culminaria na Política Agrícola Comum (PAC). A PAC isolou os produtores da competição externa, mantendo os preços internos muito acima dos níveis mundiais através de preços mínimos de garantia, preços de referência para a imposição de restrições ou mesmo proibições às importações, direitos aduaneiros variáveis e subsídios às exportações.

O sistema da PAC foi concebido com um claro viés ao aumento da produção, uma vez que insulava os produtores comunitários dos movimentos para baixo nos preços, mas não dos movimentos para cima. Assim, para

garantir a oferta de alimentos e estabilizar o mercado interno, a PAC contribuiu para a desestabilização do mercado mundial.

À medida que a CEE foi alcançando a auto-suficiência em diversos produtos, com o conseqüente acúmulo de estoques, foi feito crescente recurso aos subsídios às exportações, que fizeram com que a CEE se tornasse o segundo maior exportador de produtos agrícolas do mundo. Uma das conseqüências dessa situação esdrúxula foi o surgimento de uma categoria de países em desenvolvimento, como o Egito, dependentes das exportações subsidiadas de cereais europeus.

O crescimento das exportações, no entanto, requer aumentos mais do que proporcionais nos subsídios. Em 1989, a política de sustentação de preços agrícolas já consumia cerca de 60% do orçamento total da Comissão Européia. Aumentaram, assim, as pressões internas na CEE para a reforma da PAC, o que acabou criando as condições para que a agricultura fosse pelo menos incluída na pauta da Rodada Uruguai.

Apesar das restrições às importações e da utilização de amplos volumes de subsídios, os EUA sempre se consideram competitivos em produtos agrícolas, especialmente em relação à Comunidade Européia. Assim, já a partir dos anos 60 fizeram tentativas para submeter o comércio agrícola às disciplinas do GATT. No início da Rodada Uruguai, mais uma vez, os Estados Unidos adotaram uma posição maximalista, ao defender a total eliminação de todos os obstáculos ao comércio, tarifários e não tarifários, a eliminação de todos os subsídios à exportação em um prazo de dez anos, assim como todas as restrições e interdições às exportações, inclusive aquelas autorizadas pelo GATT para fazer frente à escassez no mercado interno.

No extremo oposto, a CEE não tinha como objetivo liberalizar o comércio agrícola, mas apenas reduzir o custo orçamentário de suas medidas de apoio. A CEE propôs tímidas limitações aos subsídios, e mesmo assim apenas àqueles com impacto “direto e significativo” sobre as decisões de produção.

Alguns países industrializados – Nórdicos, Suíça e Japão – são tão ou mais protecionistas do que a União Européia. Não sendo, no entanto, exportadores significativos de produtos agrícolas, suas propostas tendiam a privilegiar a possibilidade de manter restrições às importações e subsídios internos, em contraste com o interesse comunitário em continuar a subsidiar as exportações.

O Grupo de Cairns, do qual o Brasil faz parte, assim como a Austrália, a Argentina, o Uruguai, o Chile, a Colômbia, a Hungria e outros sete países asiáticos e da Oceania, buscava objetivos semelhantes aos defendidos pelos EUA. Admitia, no entanto, prazos mais longos, considerando que o mais importante era um compromisso inequívoco com o processo de reforma da agricultura mundial.

O Acordo de Agricultura da OMC reflete, em boa medida, a resultante daquelas forças. O texto do acordo estabelece compromissos referentes a acesso a mercados, medidas de apoio interno e subsídios à exportação. Em acesso a mercados, acordou-se converter todas as barreiras não tarifárias em tarifas, que seriam reduzidas em 36%, nos países desenvolvidos, até o ano 2000. No que tange aos subsídios internos, o Acordo determinava um corte de 20%, até o ano 2000, na “medida agregada de apoio”, que inclui subsídios e preços mínimos, mas exclui programas que supostamente não afetam a produção e o comércio, como transferências aos produtores desvinculadas do volume produzido. Os subsídios à exportação, por sua vez, deveriam

sofrer redução de 36% em valor, e o volume de exportações subsidiadas deveria diminuir 21%.

A Rodada Uruguai também produziu um Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, que visa a evitar que medidas tomadas para salvaguardar a saúde humana, animal ou vegetal sejam utilizadas como barreiras disfarçadas às importações.

A conclusão do Acordo sobre Agricultura da OMC constituiu um divisor de águas na história do sistema de comércio multilateral. Pela primeira vez a política agrícola foi submetida a regras e disciplinas. As barreiras não tarifárias foram substituídas por tarifas consolidadas; os países foram obrigados a adotar compromissos mínimos de abertura em mercados que antes estavam fechados; foram impostas limitações aos subsídios à exportação; os programas de apoio doméstico foram categorizados em função de seu potencial de distorção comercial, e as formas mais distorcivas de apoio foram disciplinadas.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que o resultado final ficou muito aquém das expectativas iniciais dos EUA e do Grupo de Cairns. No decorrer da Rodada Uruguai, os interesses dos EUA em relação a produtos manufaturados, serviços e novos temas como propriedade intelectual e investimentos mais uma vez acabaram prevalecendo sobre os objetivos na área agrícola. Em consequência, as regras para o comércio agrícola correspondem ao nível de liberalização vigente para os produtos manufaturados cinquenta anos atrás.

A União Européia, aliás, tem argumentado que a liberalização do comércio de produtos industriais levou cinquenta anos, e que nós não devemos esperar que a liberalização do comércio agrícola se faça da noite para o dia. Esta tese ilustra bem as resistências com que nos deparamos hoje, quando está em curso na

OMC uma negociação sobre a “continuidade do processo de reforma”, prevista desde 1994, no próprio texto do Acordo de Agricultura, para realizar-se ao final do prazo para implementação das reduções de subsídios e tarifas pelos países desenvolvidos.

Um exemplo claro das distorções existentes é o fato de que, em 1999, o total dos subsídios agrícolas concedidos pelos países membros da OCDE alcançou US\$ 361 bilhões, montante que corresponde ao dobro do valor total das exportações agrícolas dos países em desenvolvimento naquele ano. Estima-se que os subsídios agrícolas dos países da OCDE custem aos países em desenvolvimento cerca de US\$ 20 bilhões por ano.

A média das tarifas consolidadas finais também é muito elevada. A média tarifária simples para produtos agrícolas na União Européia é de 19,5%; na Suíça, de 51,5% e na Noruega, 123,7%. Em contraste, a tarifa média para produtos industriais é de 4,1% na União Européia, 1,9% na Suíça e 3,9% na Noruega. Como os principais produtos agrícolas estão sujeitos a salvaguardas especiais e quotas tarifárias, as restrições de acesso são ainda mais significativas. A tarifa extra-quota na União Européia é de 147% para o açúcar, 128% para a carne bovina e 100% para leite em pó. A carne bovina extra-quota é taxada em 344% na Noruega e em 753% na Suíça

É interessante observar que os principais opositores da liberalização do comércio agrícola são países que não hesitam em apregoar os benefícios do livre comércio de manufaturas e serviços. Isso introduz, naturalmente, uma dissonância no discurso daqueles países. Como não podem negar que a liberalização aumentaria a eficiência na alocação de recursos, defendem a tese de que a agricultura é um setor onde os objetivos não econômicos são mais importantes do que os

econômicos. A lista inclui a proteção do meio ambiente, segurança alimentar, a preservação de comunidades rurais como valor cultural, a contenção da migração campo-cidade e, mais recentemente, a preservação da paisagem rural como valor estético.

Esse conjunto de funções não econômicas da agricultura tem sido englobado, pelos países que não desejam a liberalização do comércio agrícola, sob o conceito de “multifuncionalidade”. O Brasil rejeita esse conceito, por vários motivos que podem ser agrupados sob três argumentos principais:

- 1) A existência de objetivos não econômicos aplica-se a todas as atividades, inclusive a indústria e os serviços, e sempre foi reconhecida pelo GATT. A preservação da integridade do sistema de comércio multilateral requer, no entanto, que a busca desses objetivos não seja utilizada para restringir ou distorcer, de forma disfarçada, arbitrária ou injustificada, o comércio legítimo;
- 2) A proteção à agricultura não tem servido para atingir os objetivos propalados da multifuncionalidade nos países desenvolvidos. A PAC, por exemplo, não foi bem sucedida em assegurar um nível de renda adequado para os agricultores, posto que a maioria dos subsídios acabam beneficiando número relativamente reduzido de grandes produtores rurais, enquanto que os produtores nas zonas menos produtivas e ambientalmente mais vulneráveis, como as regiões de montanha, têm renda inferior ao salário mínimo da indústria. Além disso, os subsídios e a proteção estimulam a incorporação de terras marginais e a intensificação excessiva da agricultura, com a utilização exagerada de fertilizantes, herbicidas e pesticidas; e

3) O protecionismo agrícola nos países desenvolvidos tem comprometido a promoção da “multifuncionalidade” da agricultura nos países em desenvolvimento: os preços deprimidos dos produtos agrícolas no mercado internacional aumentam a pobreza rural e estimulam o êxodo para as cidades e a exploração predatória de recursos nos países que não têm condições de subsidiar sua produção agrícola.

Na opinião do Brasil e de muitos outros países, portanto, a “multifuncionalidade” não passa de um pretexto para proteger a agricultura ineficiente nos países desenvolvidos às custas dos países em desenvolvimento.

Meio ambiente

Vale a pena tratar de forma um pouco mais detalhada um dos principais elementos da tese das preocupações não comerciais com a agricultura: a proteção do meio ambiente. A questão da cooperação internacional para a preservação do meio ambiente tem grande relevância para a sustentabilidade do nosso processo de desenvolvimento. É um tema pelo qual nutro interesse pessoal de longa data. Como Ministro das Relações Exteriores, tive a ocasião de presidir a Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Embora não se questione a repercussão que o comércio pode ter sobre os esforços para a preservação do meio ambiente, é necessário distinguir com clareza os objetivos que se pretende alcançar e identificar os meios mais adequados para isso, sob o risco de produzir resultados contrários aos que se deseja. Para sistematizar a análise, acho útil dividir o tema em três áreas: (1) a proteção dos recursos

ambientais compartilhados, (2) a proteção do meio ambiente doméstico e a (3) proteção do meio ambiente em outros países.

Os recursos ambientais compartilhados são muitas vezes chamados de global commons. A expressão recorda os campos comunais da Europa medieval, em que não havia cercas separando as parcelas familiares. No século XVIII, quando se introduziu a rotação quadrienal de cultivos, os campos foram cercados para que a forragem plantada por cada agricultor fosse destinada exclusivamente a seu rebanho, e não fosse consumida pelos animais de outros agricultores. As cercas serviram, assim, para eliminar a externalidade, ou seja, a apropriação de um benefício por aqueles que não haviam arcado com seus custos – no caso, o cultivo da forragem.

Os global commons não podem ser cercados. O efeito estufa, a camada de ozônio e o meio ambiente marinho são exemplos de degradação ambiental que é favorecida pelo fato de que os que provocam o dano não arcam com todos os custos. Estas questões vêm sendo objeto de esforço internacional coordenado, há muitos anos, para alcançar soluções justas, eficazes e eficientes que permitam conter e, se possível, reverter os danos ao meio ambiente global.

A maior dificuldade consiste em distribuir de forma equitativa as responsabilidades pela solução dos problemas. No caso da mudança climática, por exemplo, parece lógico que os países que mais contribuíram para a elevação do teor de CO₂ na atmosfera, e que são os que têm os mais altos níveis de renda, assumam a responsabilidade primária pela redução das emissões. A justificativa do Governo norte-americano para rejeitar recentemente o Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas quantitativas de redução de emissões de CO₂,

no entanto, alega justamente como pretexto o fato de que o Protocolo estabelece metas diferenciadas para países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Alguns acordos internacionais sobre questões ambientais contêm dispositivos comerciais que são necessários para atingir o objetivo principal do acordo. A Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (CITES), por exemplo, parte do princípio que é necessário limitar a demanda de produtos como o marfim para evitar a extinção de espécies sobre-exploradas como o elefante. A Convenção da Basiléia, que trata do controle de resíduos perigosos, naturalmente contém importantes dispositivos sobre comércio. Em alguns casos, os países em desenvolvimento tiveram grandes dificuldades para obter a concordância dos países desenvolvidos para disposições ambientais que prejudicassem seus interesses comerciais. É o caso do princípio do “consentimento prévio informado”, aplicável às exportações de produtos químicos e pesticidas perigosos ou proibidos, objeto de esforço de longos anos no GATT, na FAO, no PNUMA, que somente em 1998 resultou na assinatura da Convenção de Rotterdam sobre o Procedimento do Consentimento Prévio Informado.

Medidas comerciais também são por vezes adotadas por um país para implementar políticas ambientais de cunho nacional. A regra básica, neste caso, é o artigo XX do GATT, de 1947, que estipula que nada no texto daquele acordo seria interpretado de forma a impedir a adoção ou a implementação de medidas necessárias à proteção do meio ambiente e da saúde humana, animal ou vegetal. O mesmo artigo estabelece, no entanto, a condição de que aquelas medidas não sejam aplicadas de forma a constituir uma

discriminação arbitrária ou injustificável, ou como uma restrição disfarçada ao comércio internacional.

Trata-se, por conseguinte, de encontrar um equilíbrio entre dois objetivos legítimos: a proteção do meio ambiente e da saúde, de um lado, e o respeito a compromissos de acesso a mercados, de outro. O embargo decretado pelo Canadá às exportações brasileiras de carne bovina em fevereiro último, por exemplo, não encontrava amparo em nenhum dos dispositivos dos acordos da OMC. A completa desproporção entre o risco teórico de ocorrência de algum caso de “vaca louca” entre os animais importados da Europa pelo Brasil e a decisão de proibir, como medida de emergência, todas as vendas de carne do Brasil no mercado norte-americano fez daquele um caso emblemático de protecionismo mal disfarçado.

Em outras situações, o caráter protecionista das medidas é menos evidente, mas igualmente real. Um exemplo é a tendência na União Européia a favorecer a utilização de papel reciclado, cujo processo de produção é mais intensivo em energia e em insumos químicos do que a produção de papel a partir de florestas cultivadas, como ocorre no Brasil. Nesse caso, uma medida que se justifica em função da situação interna na União Européia seria contraproducente do ponto de vista ambiental e discriminaria de forma injustificada as exportações brasileiras de papel e celulose.

Uma questão ainda em discussão é a da proibição, pela União Européia, da importação de alimentos transgênicos. Como a proibição também se aplica a alimentos transgênicos produzidos pela União Européia, a medida não é discriminatória. Alguns alegam, no entanto, que não há base científica para a proibição. Em última análise, trata-se de determinar

a quem cabe o ônus da prova em um caso como esse. Deve a União Européia provar que os alimentos transgênicos representam um risco à saúde ou, ao contrário, cabe aos que desejam exportar aqueles alimentos provar que não há risco? Não é uma questão fácil de dirimir. Por um lado, na área ambiental e de saúde prevalece o “princípio da precaução”, que estabelece que é melhor prevenir do que remediar. Por outro lado, o ônus da prova negativa pode ser excessivamente rigoroso.

A terceira situação em que se coloca a questão entre comércio e meio ambiente é quando se postula a imposição de medidas comerciais para estimular ou forçar a adoção de determinados padrões de política ambiental em outros países. A demanda maior advém de produtores em países desenvolvidos que se consideram prejudicados pelos custos das políticas ambientais. Segundo esse ponto de vista, políticas ambientais menos rigorosas nos países em desenvolvimento dariam aos produtores daqueles países uma vantagem injusta, que redundaria em dumping ambiental.

Estas demandas por harmonização de políticas ambientais são as mais claramente protecionistas. Não há justificativa para obrigar os países em desenvolvimento a adotarem as mesmas políticas que os países desenvolvidos adotaram por sua própria decisão. Seria o mesmo que obrigar todas as cidades do Brasil a adotarem o rodízio de automóveis durante o inverno para equiparar as condições de todas elas à cidade de São Paulo.

Além disso, pode-se argumentar que medidas de liberalização comercial seriam mais eficientes para promover a adoção de políticas mais rigorosas de proteção ao meio ambiente nos países em desenvolvimento. A pobreza é um fator fundamental de degradação ambiental. A eliminação da escalada tarifária sobre madeira e alimentos processados, por exemplo, aumentaria a renda

e o estímulo econômico para a conservação de recursos florestais, solo e água nos países em desenvolvimento.

O setor agropecuário e a política externa brasileira

A tarefa da política externa é traduzir necessidades internas em possibilidades externas. Como dito anteriormente, o objetivo principal do nosso setor agropecuário, e do Brasil como um todo, é o desenvolvimento. A política externa deve, mais do que nada, buscar identificar e gerar oportunidades para o nosso desenvolvimento agrícola.

Assim como a política agrícola, também a política externa tem que conviver com o fato de que o panorama da agricultura brasileira é muito diversificado. Setores modernos e altamente competitivos coexistem com formas e sistemas primitivos de produção; há regiões agrícolas com padrões de renda comparáveis aos dos países mais desenvolvidos, ao lado de bolsões de pobreza onde se praticam métodos de subsistência pouco diferentes dos que vigiam à época do Descobrimento. Estes contrastes requerem, naturalmente, uma ação diferenciada, com prioridades adaptadas à realidade local.

Muitas questões não podem ser reduzidas à sua componente econômica. A sustentabilidade ambiental, por exemplo, tem uma racionalidade econômica de longo prazo que nem sempre se reflete adequadamente nos preços de equilíbrio de curto prazo dos fatores e dos produtos. Produzir mais, com menos insumos, com racionalização do uso e do aproveitamento dos recursos naturais, é uma arte que tem, além de sua dimensão física e técnica, uma vertente social e humana. É necessário um enfoque integrado, que se tem, aliás, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da ESALQ.

Mesmo no plano econômico, existem fatores e tendências determinantes do desempenho de longo prazo da nossa agricultura que dependem mais de medidas microeconômicas do que de políticas macroeconômicas para o seu encaminhamento. Observa-se, por exemplo, crescente disparidade entre os preços pagos pelos consumidores finais dos produtos agrícolas e os preços recebidos pelos produtores. Em 1998, 80 por cento do dispêndio dos consumidores nos Estados Unidos com alimentos correspondiam a serviços. Em outras palavras, de cada cinco dólares gastos pelos consumidores para a aquisição de alimentos, os agricultores receberam apenas um dólar. Entre 1988 e 1998, quase 90 por cento do incremento do dispêndio dos consumidores norte-americanos com alimentação resultou de aumentos na conta de marketing, isto é, serviços de transporte, armazenagem, distribuição e propaganda. São dados ilustrativos de tendências que acabarão por repercutir no Brasil. O aumento da renda agrícola não pode, portanto, depender apenas de melhorias na eficiência para dentro da porteira. É necessário agregar valor à produção agrícola, e isto tende a ocorrer cada vez mais nos elos finais da cadeia do agronegócio. Alguns países, como a França e a Itália, têm tido sucesso em aliar qualidade e marketing para transformar produtos agrícolas em bens de consumo de luxo. Com isso, escapam da armadilha da baixa elasticidade-renda do consumo de alimentos. É em função do aumento no valor da produção, muito mais do que pelo volume, que os países desenvolvidos chegaram a responder por mais de dois terços das exportações mundiais de produtos agrícolas.

Está claro, portanto, que a política externa será tanto mais útil ao setor agropecuário na medida em que ele próprio se aparelhar para aproveitar as oportunidades econômicas,

comerciais e tecnológicas que o mundo oferece. Ainda assim, sem pretender responder de forma exaustiva nem definitiva a questão extremamente complexa do significado do desenvolvimento, creio que se podem identificar alguns parâmetros úteis para julgar a contribuição que a política externa pode prestar à busca do desenvolvimento. Dos muitos indicadores utilizados para medir o desenvolvimento agrícola, creio que se pode singularizar o nível de renda, o nível e a qualidade do emprego e a sustentabilidade ambiental como parâmetros que englobam critérios mais específicos como a diminuição da pobreza rural, segurança alimentar ou a melhoria do bem-estar das populações rurais.

Creio que a melhor contribuição que a política externa pode dar para a melhoria do emprego e da renda no meio rural consiste em manter a prioridade à abertura de novos mercados para nossos produtos agrícolas e à redução das distorções nos mercados mundiais em decorrência dos subsídios internos e às exportações nos países desenvolvidos. Embora todos os setores da economia brasileira tenham potencial para ganhos de renda e eficiência com o aumento do comércio exterior, em nenhum setor as vantagens que decorrerão do acesso a insumos em condições mais competitivas e da ampliação do mercado de exportação sejam tão claras como no caso do setor agropecuário. Por isto o Brasil tem colocado de forma inequívoca em todos os foros negociadores – na Organização Mundial do Comércio, na ALCA, nas negociações com a União Européia – que a abertura de mercados para nossos produtos agrícolas é condição sine qua non para nossa adesão a qualquer acordo comercial.

Estamos também atentos à vertente externa da sustentabilidade ambiental. A política externa brasileira continuará a promover a busca de soluções equitativas, eficazes e

eficientes para problemas globais como a mudança climática, a desertificação ou o comércio de pesticidas e herbicidas perigosos, assim como para a adoção de regras multilaterais que criem incentivos econômicos para a adoção de práticas de manejo sustentável na agricultura e na silvicultura. Cuidaremos para que a crescente atenção devotada pela opinião pública internacional às questões de meio ambiente, inclusive àquelas que são de nossa competência interna, seja canalizada, de forma construtiva e criativa, para soluções cooperativas, que atendam aos nossos interesses nacionais.

Estes são, de forma resumida, nossos objetivos gerais de política externa para o setor agrícola. Nosso eventual sucesso, como disse acima, não é condição suficiente para o desenvolvimento da agricultura brasileira. Acredito, no entanto, que pode ser um apoio fundamental. O desenvolvimento é tarefa de todos: do Governo federal, dos Governos estaduais e municipais, dos milhões de agricultores brasileiros, e de vocês, profissionais das ciências agrárias. É uma grande responsabilidade, mas é também uma oportunidade histórica. Existe a possibilidade de que, durante a vida profissional de vocês, a agricultura brasileira alcance a dos países mais adiantados, e que o próprio Brasil venha a ser considerado como um país desenvolvido. Não será fácil, não é inevitável, mas tampouco é uma miragem. É certamente um esforço que vale a pena, e vocês devem-se orgulhar de participar dele.

DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL NA UNIVERSIDADE DE NOVA YORK

INTERVENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NO BILDNER CENTER LECTURE “A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA HOJE: DIMENSÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS”. UNIVERSIDADE DA CIDADE DE NOVA YORK, 10 DE MAIO DE 2001

O Brasil está em boa forma. Os recentes ajustes econômicos foram bem sucedidos. Saímos bastante bem das crises russa e asiática e da resultante desvalorização do real em 1999. A inflação tem permanecido sob controle. Neste ano estará em torno de 4.5%. Quanto ao PIB, espera-se que cresça aproximadamente 4%. Inflação baixa e alta taxa de crescimento é uma combinação positiva que não se havia concretizado no Brasil desde a crise da dívida dos anos 80. (Indústria e serviços crescem de maneira estável. Teremos, neste ano, a maior safra de grãos da história. Investimentos internos e estrangeiros deverão alcançar cerca de US\$ 100 bilhões, ou seja, quase 20% do PIB. O desemprego diminuiu. As exportações vêm-se recuperando. Os reflexos das atuais incertezas sobre a economia argentina têm-se mantido em um nível mínimo. Isto, porque as bases da economia brasileira são hoje muito mais sólidas do que no passado. Estamos convencidos de que entramos em um ciclo virtuoso de crescimento sustentado.

O sistema político é sólido. A democracia se enraizou para sempre, na medida em que se destaca como fundamento da estabilidade

política e econômica, da confiança no mercado financeiro e do respeito pelos direitos humanos.

Mas não vivemos no vácuo. Embora crescimento e estabilidade sejam garantidos pela firme liderança do governo Fernando Henrique Cardoso, sabemos que, ao final, tudo dependerá da manutenção de condições estáveis na economia mundial, como um todo, e na América Latina, em particular. Por ser um país tão grande, o Brasil tende a tornar-se um tanto voltado para si mesmo. Hoje, porém, a sociedade brasileira já percebeu que as circunstâncias internas e externas se interligam. Que o progresso em casa depende, em larga medida, de condições favoráveis lá fora.

Contribuir para a consolidação de condições favoráveis em nossa região, assim como no mundo em geral é, portanto, a principal meta da política externa brasileira.

Permitam-me utilizar o tempo disponível nesta breve apresentação inicial para partilhar com os Senhores algumas idéias sobre como temos diligenciado para enfrentar esse desafio, quais os obstáculos com que nos defrontamos e o que pretendemos fazer para superá-los.

Talvez o mais significativo condicionante da política externa brasileira seja a existência, em nossas próprias fronteiras, de praticamente as mesmas assimetrias prevaletentes no cenário internacional. Conectados com os mais avançados segmentos do mundo e, ao mesmo tempo, obrigados a lidar ainda com problemas endêmicos próprios dos países mais atrasados, o Brasil desenvolveu peculiar consciência das ambivalências do atual sistema internacional. Participamos integralmente dos bastante dinâmicos fluxos das áreas de ciência e tecnologia, de comércio e de recursos financeiros, que caracterizam a economia global. Ao mesmo tempo, no entanto, temos que lidar com uma miríade de problemas não resolvidos: saúde pública, educação básica, distribuição de terra, ameaças ao meio-ambiente, violência urbana. Ou seja, com um complexo conjunto de situações responsáveis pelo atraso de grandes segmentos da sociedade brasileira.

Contra este pano de fundo, nosso principal objetivo é alcançar a integração. Juntar os dois lados da realidade brasileira, buscando, ao mesmo tempo, condições mais justas lá fora. Integrarmo-nos em casa, enquanto progressivamente expandimos oportunidades de integração no nível internacional.

A busca de integração interna materializa-se na modernização das estruturas do país, ao lado de um esforço conjunto que vise combinar crescimento com estabilidade e sustentabilidade. Em nível internacional, tentamos associar certos aspectos, desde a busca de melhores condições de troca e de mecanismos que nos possam proteger da volatilidade dos fluxos de capital até uma ativa promoção da integração regional e a negociação de trocas comerciais equitativas com nossos principais parceiros do mundo desenvolvido.

Essencialmente, o que estamos tentando fazer é negociar os termos da inserção do Brasil no atual mundo globalizado, de um modo equilibrado. Queremos garantir um modicum de compatibilidade entre valores e tendências transnacionais, de um lado e, de outro, as demandas resultantes das complexas e conflituosas características da realidade interna brasileira.

Estamos vivamente conscientes das complexidades do atual sistema internacional e, em particular, das limitações por ele impostas às ações dos pequenos e médios países. É verdade que as maiores ameaças à paz e à segurança internacionais, prevaletentes na época da Guerra Fria, encontram-se sob controle. Mas é também verdade que, por trás da aparente simplicidade do atual modelo unipolar, encontram-se à espreita elementos de ambigüidade e disfuncionalidade a exigir urgente e cuidadosa consideração.

Por vezes, o poder internacional se expressa de forma unilateral e de maneira surpreendente. Organizações internacionais não acompanham as transformações ocorridas no mundo – o fato de que, até agora, não tenhamos sido capazes de chegar a um acordo sobre a reforma do Conselho de Segurança é uma evidência gritante das limitações do sistema. (Em seguida ao surgimento de inúmeros cenários regionais e sub-regionais que se tornaram proeminentes nos últimos anos, com o desaparecimento dos conflitos ideológicos, tem-se tornado cada vez mais evidente, no cenário internacional, uma tendência à fragmentação, com os conseqüentes riscos de rivalidades e unilateralismo).

Essas novas realidades ainda não estão totalmente claras. Vive-se um período de transição entre uma ordem internacional – o mundo bipolar - que apresentava algumas regras conhecidas, e uma nova ordem que

ninguém, até agora, tem sido capaz de definir com precisão. E quando as regras não são definidas com clareza, a tendência, em qualquer jogo, é que o lado mais forte assuma o controle. Isto se torna particularmente relevante para um país como o Brasil, cujas complexas realidades nem sempre podem ser expressas em termos absolutos, e para o qual há muito em jogo no tabuleiro internacional global – em termos políticos, financeiros, comerciais e outros. Daí estarmos tão empenhados na construção de instituições internacionais e no fortalecimento do multilateralismo.

É óbvio que a globalização não afetou o sistema internacional de um modo equilibrado. Alguns países são mais globais que outros. Para nós, é motivo de preocupação o fato de que países industrializados parecem estar dominados por atitudes de ufanismo, de farisaísmo, e tornando-se incapazes de agir de maneira esclarecida diante do crescente número de situações de conflito e exclusão que proliferam na periferia do sistema internacional.

Tem-se a impressão de que, tendo vencido a guerra fria, os países ocidentais acabaram por acreditar em seus próprios discursos, convencendo-se de que por intermédio da chamada globalização poderão propagar universalmente seus valores de uma forma homogênea.

Este é o cenário que nos permite entender a ênfase atual no comércio como o principal ingrediente de diplomacia. Grande parte dos esforços diplomáticos está concentrada no comércio e em questões a ele relacionadas. O livre comércio é propagandeado como uma panacéia para solução dos problemas do mundo.

Será mesmo? Será o livre comércio realmente possível? Realmente o praticam os países que mais ativamente o pregam? Essas

são algumas das questões que nos vêm à mente quando temos de lidar com uma quantidade sem precedentes de níveis simultâneos de negociações comerciais. Na medida em que os cronogramas se tornam mais e mais apertados, o Brasil divide-se entre a tarefa de consolidar e aprofundar seu processo de integração regional – Mercosul – e os esforços para tentar preservar sua identidade frente aos crescentes desafios impostos pela negociação do NAFTA, pela negociação do acordo com a União Européia e, espera-se - num futuro não tão distante – por uma nova rodada multilateral sob a égide da OMC.

No mundo de hoje, o conceito de poder mudou consideravelmente. Já não é mais medido somente em termos de poderio militar. Ao contrário, baseia-se em considerações econômicas e financeiras: de um lado, pela capacidade de inovação tecnológica, pela rapidez de inovação no desenvolvimento de produtos; de outro, pelo controle dos fluxos financeiros. O comércio tornou-se cada vez mais essencial para ambas as faces do novo poder internacional. Da mesma forma como produz evidentes efeitos na geração e acumulação de riqueza, o comércio tem impacto sobre os valores culturais e sociais da sociedade. Daí sua importância fundamental como ferramenta diplomática. Daí a necessidade de constantemente contrabalançar seus benefícios imediatos com os riscos que acarreta, se não for conduzido em bases justas. Em simples palavras: comércio é algo que precisa ser livre. Sim. Mas também tem que ser justo. Quão livre e quão justo – eis uma questão que suscita várias respostas.

Para nós é evidente que, a despeito de sua retórica, os países desenvolvidos não mudaram, fundamentalmente, suas atitudes protecionistas. O mercado americano permanece altamente protegido em muitas

áreas cruciais para o Brasil (aço, têxteis, suco de laranja, tabaco, açúcar - para mencionar apenas as mais importantes). A União Européia e o Japão continuam a manter fechados seus setores agrícolas. As pessoas estão sempre nos pregando a importância de abriremos nossos mercados, mas, quando chega a vez dos seus, há sempre um sem-número de razões prementes a justificar as exceções.

Dentre os países em desenvolvimento, o Brasil se destaca como o de maior infraestrutura industrial. Dada a complexidade da economia brasileira, torna-se muito difícil para nós ter uma resposta clara para todas aquelas questões. No que tange às negociações do NAFTA, o Brasil encontra-se em uma situação muito mais complexa que a da maioria dos demais países da região, cujos interesses específicos podem ser mais rápida e facilmente acomodados pelos Estados Unidos. Isto se torna evidente quando levado em conta o fato de que uma verdadeira corrida parece ter sido iniciada entre países da região, a fim de chegar primeiro à negociação de acordos comerciais com os Estados Unidos, enquanto o Brasil continua, por direito, a exigir tempo.

Isto não significa sermos contra o NAFTA. O Brasil continua integralmente comprometido com a meta da Área de Livre Comércio das Américas. Dependendo dos resultados que possamos alcançar nas negociações, cremos ser este um caminho positivo, se quisermos aumentar nossas exportações e nos tornar uma destinação ainda mais atraente para o investimento estrangeiro direto. Contudo, não há como nos comprometermos totalmente enquanto o governo norte-americano não obtiver a fast-track authority, ou autoridade de promoção comercial, como é chamada agora. E não me refiro a nenhum tipo de autoridade: será necessário garantir que barreiras aos produtos brasileiros sejam efetivamente derrubadas por intermédio de negociações. De

outra forma, o NAFTA encontrará tremenda oposição no Congresso brasileiro, bem como em nossa comunidade empresarial.

Embora as tarifas médias de importação americanas sejam nominalmente mais baixas que as brasileiras, nossas exportações enfrentam um extraordinário arsenal de barreiras não-tarifárias para entrar no mercado americano. Sem a perspectiva de sua remoção, torna-se impossível negociar em termos equitativos. O comércio será livre e justo para um lado, mas injusto e limitado para o outro.

Conforme afirmou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em termos nada dúbios, em seu discurso em Quebec, “uma Área de Livre Comércio das Américas é bem-vinda se sua criação for um degrau de acesso a mercados mais dinâmicos; se realmente levar a regras comuns antidumping; se reduzir barreiras não-tarifárias; se impedir a distorção protecionista de rígidas normas sanitárias; se, ao lado de proteger a propriedade intelectual, também promover a capacitação tecnológica de nosso povo; e, também, indo além da Rodada Uruguai, aliviar as desigualdades que resultantes dessas negociações, especialmente com relação à agricultura. De outra forma, [o NAFTA] seria irrelevante ou, pior ainda, indesejável.”

Devo dizer, muito francamente, que os sinais que temos recebido dos negociadores americanos em muitas dessas questões ainda não têm sido tão encorajadores como seria de esperar.

Mas continuaremos a fazer nossa parte. Como se costuma dizer nos Estados Unidos, a ópera não termina antes que a gorda senhora gorda cante e morra. Penso ainda termos muitas árias para ouvir antes do final desta ópera. E, talvez – quem sabe? – a gorda senhora não morra desta vez e vivamos felizes para sempre. Esta é, afinal, a eterna esperança da diplomacia.

REUNIÃO DO *GLOBAL BUSINESS POLICY COUNCIL*

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ABERTURA DA REUNIÃO DO “GLOBAL BUSINESS POLICY COUNCIL”. RIO DE JANEIRO, 11 DE MAIO DE 2001

Desejo, em primeiro lugar, dar-lhes a todos as boas vindas ao Brasil e ao Rio de Janeiro.

Dou-lhes os parabéns pela escolha do local. É, sem dúvida, uma ótima idéia realizar encontros desse tipo nesta cidade tão extraordinária, que sempre fascina os que a visitam e é um orgulho para todos os brasileiros, sobretudo para os que são quase paulistas, como eu.

Nos próximos dias, as senhoras e senhores aqui reunidos vão discutir temas de grande atualidade no plano internacional, como as perspectivas da economia global, a situação na América Latina, o impacto das novas tecnologias, o novo mercado de trabalho. Não pretendo arriscar-me nesses temas, que estarão mais bem atendidos pelos especialistas convidados a falar neste encontro. Quero refletir apenas sobre algumas tendências que, vistas do Brasil, assumem especial relevo, tanto no âmbito global como no perímetro mais restrito da América Latina ou do nosso hemisfério.

E serão reflexões na perspectiva de um país que se encontra em momento histórico importante, que eu poderia caracterizar com uma fórmula simples: vencemos a batalha da estabilidade econômica e estamos prontos, agora, para vencer outras batalhas,

em particular a batalha do desenvolvimento social, favorecidos por uma economia que tem os seus fundamentos em ordem e que, nos últimos anos, mostrou-se capaz de enfrentar as turbulências vindas do exterior e de persistir no caminho do crescimento.

Mas eu desejo começar com uma observação que me é inspirada pelo próprio título deste evento: *Global Business Policy Council*. Vendo essas palavras reunidas, é inevitável lembrar que, precisamente, uma das tendências definidoras de nosso tempo consiste em que o adjetivo “global” parece casar-se mais naturalmente com o substantivo *business* do que com *policy*.

Os negócios no plano internacional avançaram de forma impressionante, com o aumento do comércio internacional, a liberalização dos fluxos de capital, o movimento de pessoas e de informação. Já o processo de *policy-making* permanece, no essencial, circunscrito às fronteiras nacionais. No plano internacional, a coordenação de políticas e a efetiva cooperação ainda são mais a exceção do que a regra.

Já existe uma economia internacional, mas a definição de políticas públicas ainda é, no essencial, monopólio do Estado-nação. Isso se reflete em algo que eu próprio já aponte em

ocasiões anteriores e que já vem sendo objeto de atenção por parte de muitos analistas em tempos recentes: a existência de um déficit de governança – *governance deficit* – no plano internacional. E um déficit de governança significa, necessariamente, também um déficit de cidadania, de participação popular nos processos decisórios.

Qual o resultado disso em termos políticos? O resultado é múltiplo, mas há um efeito que tem especial importância. Nos diversos países – ricos ou pobres, desenvolvidos ou em desenvolvimento – as pessoas sentem que sua vida é cada vez mais afetada por processos (de natureza sobretudo econômica) que se desdobram no plano internacional e sobre os quais elas têm escassa ou nenhuma capacidade de influência.

Como reagem as pessoas diante desses processos internacionais cujo controle escapa ao seu horizonte de participação como cidadãos? Reagem talvez com estoicismo, se percebem os processos como inelutáveis. Mas reagem com protesto – e protesto legítimo – se os percebem como resultado de forças humanas, às vezes “demasiado humanas”.

Temos que nos perguntar em que medida a onda de manifestações públicas que se desatou desde a reunião de Seattle tem suas raízes mais profundas nesse tipo de sentimento. Esses protestos envolvem, sem dúvida, alguma dose de manipulação, de equívocos, de excessos. Mas se floresce a insatisfação, é sempre bom lembrar que ela pode ter raízes reais, que encontram nutrientes em abundância no solo do atual sistema internacional. E talvez o nutriente principal encontre-se, precisamente, no fato de que, no plano internacional, é mais fácil do business do que *make policy*.

Este ano tivemos uma ilustração curiosa dessa situação. Enquanto em Davos, na Suíça, realizava-se o chamado “Fórum Econômico

Mundial”, reuniu-se em Porto Alegre, no Brasil, o “Fórum Social Mundial”.

Na ocasião, meu comentário foi o de que havia algo de preocupante em que as discussões sobre temas econômicos e sobre temas sociais se fizessem de forma separada, estanque, como se a globalização econômica pudesse avançar alheia às suas conseqüências sociais, ou como se a agenda da justiça social pudesse avançar alheia aos pressupostos econômicos da modernidade. Há aí uma tarefa dupla, e que não é de hoje.

Em primeiro lugar, a tarefa de atualizar a agenda da justiça social, nela incorporando uma atitude de responsabilidade fiscal e seriedade no manejo macroeconômico. Nesse aspecto, o Brasil – como outros países latino-americanos – já deu passos extraordinários, em particular no período mais recente. Superou-se a ilusão de que a generosidade social poderia justificar a irresponsabilidade econômica. E superou-se essa ilusão precisamente porque a opinião pública entendeu que a irresponsabilidade fiscal e econômica é contraproducente em termos sociais. Era o que ocorria com a inflação descontrolada que nos afligia até 1993, que despojava os mais pobres e favorecia os mais ricos.

Dessa forma, o Brasil de hoje – o Brasil da estabilidade – tem condições reais de retomar o crescimento de forma sustentada, como já começou a ocorrer, e de levar adiante, com mais eficácia, iniciativas voltadas para a justiça social – iniciativas que resultem em ganhos efetivos para os mais pobres, e ganhos irreversíveis na educação, na saúde, na melhora das condições de vida.

Um exemplo: o programa ampliado da “bolsa-escola”, que estará atendendo 10 milhões e 700 mil alunos entre 6 e 15 anos. Já temos 97% das crianças na escola, e com

programas como este vamos alcançar o objetivo de ter 100%. Não preciso explicá-los o alcance e o significado desse avanço para o esforço de oferecer aos brasileiros melhores oportunidades de contribuir para o desenvolvimento de seu país e de participar na repartição dos frutos do progresso. Poderia mencionar muitas outras iniciativas semelhantes. Como o programa brasileiro de prevenção e combate à AIDS, que tem recebido elogios em todo o mundo - e tem recebido elogios por uma razão muito simples: porque é um programa que funciona, que significa a diferença entre a vida e a morte, especialmente para aquelas pessoas mais pobres que são portadoras do vírus HIV.

Estes são exemplos que ilustram aquilo a que me referia quando falei de uma tarefa de atualização da agenda social. Mas há também o outro lado da moeda: a tarefa de atualização da agenda econômica internacional, para incorporar de forma mais ampla as preocupações e as aspirações que decorrem dos problemas sociais.

E aí é preciso ter franqueza para reconhecer que ainda há muito a fazer. Tenho falado, sempre que posso, das distorções que geram assimetrias no processo de globalização. Assimetrias que fazem com que, em muitos casos, os ganhos da globalização se tornem menos acessíveis aos países em desenvolvimento. Um dos aspectos é o da volatilidade dos fluxos internacionais de capital. Este é um problema que já causou turbulências graves em tempos recentes e que precisa ser enfrentado. As novas condições de interdependência fazem com que existam, a esse respeito, vínculos antes insuspeitados de solidariedade entre os países do norte e os do sul. As crises da Ásia e da Rússia mostraram que ninguém está imune aos fenômenos de contágio que se produzem em função da mobilidade do capital financeiro.

Mostraram também o quanto pode haver de irracionalidade nesses movimentos de capital: comportamento de rebanho, predomínio do curto-prazo, etc. Um sistema financeiro internacional confiável, previsível, que possa, se não evitar, ao menos minimizar as crises, é um bem coletivo, é algo do interesse de todos os países. É preciso trabalhar com seriedade nesse sentido.

Mas no atual contexto de globalização e ampliação dos fluxos internacionais, a distorção mais grave talvez seja a do comércio. Em um artigo recente, o Secretário Geral da ONU expressou a opinião de que nenhuma medida contribuiria tanto para o objetivo de erradicação da pobreza quanto a abertura dos mercados dos países mais ricos aos bens produzidos pelos países em desenvolvimento. Ele tem razão.

No âmbito do sistema multilateral de comércio, sucessivas rodadas de negociações levaram a uma redução significativa de tarifas e de obstáculos às trocas internacionais. No entanto, ao mesmo tempo, os países industrializados elaboraram um gigantesco aparato de ferramentas protecionistas e distorsivas do livre-comércio: medidas compensatórias, o suposto *anti-dumping*, grosseiros obstáculos ao comércio disfarçados como “proteção zoo-fitosanitária”, leis incompatíveis com o princípio do multilateralismo comercial e - *last but not least* - centenas de bilhões de dólares gastos a cada ano em subsídios que tornam impossível uma concorrência leal, em especial no setor agrícola, para não falar em milhões de dólares gastos na manutenção de uma vasta burocracia cuja eficiência pretende-se que compense a ineficiência dos produtores.

O jogo do comércio internacional é uma alavanca importante de desenvolvimento econômico. Mas corre o risco de tornar-se um jogo discriminatório se os países em desenvolvimento forem impedidos de

fazer valer as suas vantagens comparativas. Precisamos ter clareza quanto ao tipo de competição que desejamos ver no plano internacional: se queremos uma competição em que vença a empresa mais eficiente, a que produz mais barato, melhor e com mais qualidade, ou a que está situada no país com o maior orçamento de subsídios e com a maior burocracia governamental. Um exemplo evidente é a existência, no âmbito da OMC, de regras de subsídios que ignoram as diferenças entre os países, em particular quanto a taxas de juros oferecidas às empresas, fator essencial de sua competitividade.

O mercado financeiro internacional reconhece essas diferenças e classifica os países segundo seus próprios critérios de risco, que correspondem a taxas de juros mais elevadas para os países em desenvolvimento. Como as regras da OMC sobre subsídios tratam igualmente países diferentes, permitem interpretação desfavorável a esses últimos. Essa situação leva ao absurdo de a OMC exigir que países em desenvolvimento apliquem em seus financiamentos as mesmas taxas aplicadas pelas economias mais desenvolvidas, impedindo portanto que tornem suas empresas igualmente competitivas.

Alguém poderá dizer: o código foi aprovado em negociações. Mas o que é injusto não deixa de sê-lo pelo fato de ter sido aprovado em negociações. Se está errado, é preciso mudar. Disse que o comércio internacional corre o risco de tornar-se um jogo discriminatório. E ele correria um risco ainda mais grave, o de tornar-se um jogo desumano, se nas iniciativas de *policy making* no plano internacional, ou na aplicação das regras daí decorrentes, perdêssemos a noção de certos princípios éticos básicos. E refiro-me a princípios realmente básicos, como o de que os desiguais

não podem ser tratados como iguais – e isso é particularmente importante para a situação dos países mais pobres, em especial na África –, ou ainda o princípio de que se houver uma escolha entre o lucro e a vida humana, a mera hesitação em responder já seria imoral. Isso é essencial no caso, que tem sido discutido publicamente, dos preços dos medicamentos.

Não se trata de demonizar o lucro, nem de endeusá-lo. O mais importante é perceber que, na realidade, uma das razões pelas quais é preciso haver *governance* – e boa *governance* – no plano internacional, é justamente a necessidade de evitar que nos vejamos diante desse tipo de escolha. Qualquer sistema que nos coloque diante de dilemas como esse é, certamente, um sistema mal desenhado, que precisa reparos. É preciso estabelecer mecanismos que assegurem, em vez de oposição, a solidariedade entre as indústrias farmacêuticas e os consumidores, em especial nos países em desenvolvimento.

Senhoras e senhores,

Do ponto de vista brasileiro, são também de grande interesse os desdobramentos nas relações econômicas no âmbito regional e hemisférico. Começo pelo hemisfério, porque é o que está na agenda pública mais imediata.

Em abril, realizaremos em Québec a terceira Cúpula Hemisférica. Teremos diante de nós a tarefa de discutir, entre outros temas, a possibilidade do livre-comércio nas Américas. É uma questão que envolve detalhes técnicos de alta complexidade, mas que ao mesmo tempo é da maior importância para a vida cotidiana de nossos cidadãos.

Fala-se muito na questão dos prazos - se a ALCA poderia concluir-se em 2005, talvez antes, talvez depois. Como já indiquei em outras oportunidades, a questão da data parece-me secundária com relação ao que constitui o

verdadeiro problema, que é o de saber se podemos chegar a um acordo que seja bom para todos, grandes e pequenos, ricos e pobres.

Do ponto de vista brasileiro, o ponto mais importante é saber em que medida uma área de livre-comércio permitirá, efetivamente, um maior acesso de nossos produtos aos mercados mais dinâmicos da região, em particular o mercado norte-americano. De pouco ou nada adiantará termos um acordo de grande sofisticação sobre temas de ponta, como comércio eletrônico ou propriedade intelectual, se persistirem as distorções decorrentes da aplicação unilateral dos instrumentos tradicionais de defesa comercial, sem regras comuns ao hemisfério.

Da mesma forma, não haveria sentido em promover uma maior abertura em nosso mercado de serviços sem uma melhora correspondente no acesso de nossos produtos industriais e agrícolas aos mercados do norte. Quando tivermos um bom acordo sobre como promover o livre-comércio em nosso hemisfério, a questão da data se resolverá por si mesma. A reunião de Québec será importante para avançar no sentido da viabilização desse acordo, com base no indispensável consenso e dentro do respeito à regra do *single undertaking*.

Para o Brasil, a integração hemisférica não é e não pode ser incompatível com a integração regional, em particular com o Mercosul, que para nós é uma conquista, uma realização da mais alta prioridade. Como tem dito o Ministro do Exterior, Celso Lafer, o Mercosul é para nós um destino, e a ALCA, uma opção. Continuaremos a avançar na integração no Mercosul, na consolidação da união aduaneira e em direção a etapas mais avançadas do processo, inclusive no que se refere à coordenação macroeconômica. O

Brasil tem confiança em seus parceiros do Mercosul. E o Mercosul pode ter confiança no Brasil. A recuperação do crescimento econômico em nosso País – 4,2% no ano passado, e possivelmente até 5% em 2001 – é vantajosa para todo o Mercosul, que com isso ganha dinamismo e novas oportunidades de negócios.

Para os que desejam entender o cenário latino-americano de hoje, o Mercosul me parece ser um dado essencial e irreversível. É um mercado integrado de mais de 200 milhões de pessoas, com um produto que, se já não está, estará em breve na casa de 1 trilhão de dólares, e unidas por vínculos de solidariedade e de amizade entre nações democráticas.

Assim também me parece ser um dado essencial a nova América do Sul que se está construindo, com base na democracia e através de um aprofundamento sem precedentes do processo de planejamento econômico em escala regional. No ano passado, realizamos a primeira reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília. Foi a ocasião para decisões importantes: a “cláusula democrática”, que condenará ao isolamento qualquer aventura autoritária em nossa região; o apoio ao processo de conciliação nacional na Colômbia; o início de um amplo exercício de planejamento e modernização da infra-estrutura na América do Sul, com apoio do BID e da Corporação Andina de Fomento.

O Brasil hoje produz energia com o gás boliviano, com o petróleo argentino e venezuelano. Estamos cada vez mais ligados aos países vizinhos por pontes, rodovias, linhas de transmissão elétrica. Em suma, estamos avançando no caminho de um desenvolvimento em parceria, onde o ganho de um é vantagem para o outro.

Senhoras e senhores,

Estas são algumas tendências que assumem especial importância para o Brasil no momento em que se inicia este novo século. São tendências que evidenciam as enormes oportunidades que se abrem a países como este no atual cenário de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico. Mas revelam, também, aspectos de preocupação, ligados às deficiências de governança no plano internacional.

Deficiências que só poderão ser superadas por meio do diálogo entre os países, e não só entre os Estados, mas também com as empresas, sindicatos, ONGs, enfim com todos aqueles que têm sua palavra a dizer sobre os desafios que se apresentam na conformação de um sistema internacional mais justo e mais favorável ao desenvolvimento.

Nesse sentido, este encontro traz uma contribuição destacada para esse diálogo. De forma que é com muito prazer que reitero minhas boas-vindas a todos vocês e manifesto o meu desejo de discussões produtivas nos próximos dias - mas que possam também aproveitar um pouco da beleza desta cidade e da hospitalidade brasileira.

Muito obrigado.

OCDE - FÓRUM GLOBAL 2001: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A NOVA ECONOMIA

COMENTÁRIOS DO PROFESSOR CELSO LAFER, MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, NA OCDE - FÓRUM GLOBAL 2001: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A NOVA ECONOMIA - “COLHENDO OS PLENOS BENEFÍCIOS DO COMÉRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO”. PARIS, 14 DE MAIO DE 2001

Após longo período de orientação voltada para dentro – a qual perdurou por todo o chamado “pequeno século 20”, isto é, desde o começo da primeira Guerra Mundial até a queda do Muro de Berlim –, já se tornava claro, nos anos 80, que a industrialização baseada na substituição de importações se esgotara e que a economia brasileira necessitava de um maior grau de integração com a economia mundial, a fim de que a taxa de crescimento econômico pudesse ser mantida.

Em 1988, ano da revisão de médio prazo da Rodada Uruguai, o Brasil iniciou uma reforma no seu regime de importação, com a redução da tarifa média, de 51% para 41%. Ao mesmo tempo, a tarifa mais elevada foi reduzida de 105% para 85%. Não houve, no entanto, nenhum efeito imediato sobre o nível das importações: as tarifas ainda eram altas e, em meio à crise da dívida dos anos 80, o Brasil ainda mantinha um grande número de restrições quantitativas em função do Artigo XVIII b do GATT.

A liberalização comercial de caráter unilateral começou a efetivar-se em 1990, com a eliminação de barreiras não-tarifárias e a

aceleração da redução de tarifas. A proteção tarifária foi reduzida em dois terços, entre 1990, quando a tarifa média estava em 32%, e 1995, ano em que a Tarifa Externa Comum do Mercosul passou a vigorar, com uma tarifa média de 11%. A tarifa mais alta, ainda de 85% em 1991, foi reduzida para 40%, em 1994.

Um importante elemento para a efetiva liberalização das importações foi o reescalonamento da dívida externa brasileira, que restabeleceu certo espaço de manobra para nossa balança de pagamentos.

Com uma certa defasagem, até que fornecedores externos e importadores brasileiros estabelecessem canais de comercialização, as importações cresceram. Entre 1993 e 2000, o total das importações cresceu em cerca de 120%, o dobro do crescimento do comércio internacional. Nossas importações da União Européia aumentaram 136% e as dos Estados Unidos, 152%.

Ao lado de outras reformas econômicas e institucionais, a liberalização comercial contribuiu para a modernização da economia brasileira, que agora se encontra estruturalmente mais forte e preparada para

um longo período de crescimento sustentado.

Um problema que se destaca em um cenário que, de outra maneira, apresentaria perspectivas bastante favoráveis, é o das contas correntes, que mostra um déficit de 3 a 4% do PNB. Não é algo excessivo, pelos padrões históricos, para um país em desenvolvimento que vem crescendo, mas, sem dúvida, faz com que o país se torne mais vulnerável a choques externos. A necessidade de manter nosso déficit de contas correntes dentro de limites é, atualmente, o maior obstáculo ao nosso crescimento.

Estivemos sempre conscientes de que a liberalização do comércio e outras reformas econômicas exigiam tempo para produzir resultados. Após 10 anos de reformas quase ininterruptas, os resultados podem ser vistos em quase toda parte: nas finanças governamentais, na produtividade do trabalho, em diversas medidas de competitividade nas exportações. Mas, em termos de crescimento das exportações, os resultados são melancólicos. No período entre 1993 e 2000, ao qual me referi antes, o total de exportações cresceu apenas 43%. As exportações para a União Européia cresceram 45%, para os Estados Unidos, 31% e, para o Japão, míseros 7% - menos de 1% ao ano.

Mesmo com todas as limitações aplicáveis à evolução de variáveis econômicas ao longo do tempo, não há como negar a importância das barreiras comerciais como um fator determinante do baixo grau de crescimento de nossas exportações para os principais mercados. Subsídios, quotas e tarifas extremamente elevadas mantiveram o crescimento do comércio agrícola próximo de sua tendência histórica, isto é, em cerca da metade do nível de crescimento do comércio global. Nossas exportações de manufaturados, por sua vez, ainda estão prejudicadas por picos tarifários, aumentos de tarifas e barreiras não-tarifárias.

Como, então, poderia um país em desenvolvimento colher integralmente os frutos do comércio, para fins de desenvolvimento? Ficarei com a resposta dada por John Stuart Mill, há pouco mais de um século e meio: “As vantagens do comércio não consistem, como antes se pensava, nos produtos vendidos; mas, dado que os produtos vendidos são o meio de obter os que são comprados, uma nação seria excluída das reais vantagens do comércio - as importações - se incapaz de induzir outras nações a receber seus produtos em troca.”

III CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

PRONUNCIAMENTO DO PROFESSOR CELSO LAFER, MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, NA III CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS
SOBRE PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS. BRUXELAS, 14 DE MAIO DE 2001

Senhor Presidente,

Nesta Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Países Menos Desenvolvidos, a comunidade internacional é mais uma vez convocada a analisar os desafios do desenvolvimento.

A despeito dos esforços feitos até agora, no contexto das duas Conferências anteriores, continuam a existir os problemas dos Países Menos Desenvolvidos, talvez ainda mais prementes agora do que pareciam há uma década. O futuro dos 50 Países Menos Desenvolvidos, que representam mais de 600 milhões de pessoas - 10% da humanidade - depende de todos nós. Para reverter essa situação, muita determinação política se fará necessária, e isso terá que ser traduzido em medidas concretas e substanciais de longo prazo. O Programa de Ação a ser adotado nesta Conferência deve desempenhar importante papel no enfoque da questão do desenvolvimento e para ela atraindo a atenção de caráter político. Para ter eficácia, porém, o Programa terá que ser mais que apenas um conjunto de diretrizes: ele terá que ser traduzido pela comunidade internacional como um urgente chamamento à parceria.

O desenvolvimento dos Países Menos Desenvolvidos exige um esforço a ser

partilhado por todos nós. Cada um e todos teremos que assumir parte da responsabilidade neste esforço. Mas a eficácia de nossa ação reside no justo equilíbrio entre a capacidade de contribuir e o montante da contribuição a ser dada.

Após uma década de sólido crescimento econômico e prosperidade, os países desenvolvidos estão hoje em melhor posição para aumentar sua cooperação com os PMD do que há alguns anos. Espera-se mais, portanto, dos países desenvolvidos, em termos de ajuda oficial ao desenvolvimento, de investimento, de redução de dívidas e de acesso a mercados. É preocupante eles não estarem se mostrando dispostos a dedicar 0.7% de seu PIB à ajuda oficial ao desenvolvimento. Contribuições para agências, programas e fundos das Nações Unidas permanecem em níveis baixos, com graves conseqüências para as atividades das Nações Unidas e para todos os países que delas dependem.

Quanto aos países em desenvolvimento, também podem e precisam cooperar o máximo possível. Alguns têm feito isso, demonstrando que a cooperação Sul-Sul é possível e promissora.

Senhor Presidente,

O Brasil se orgulha de seu desempenho, tanto como um país ativamente engajado na cooperação Sul-Sul quanto em iniciativas voltadas para a redução da dívida.

Juntamente com nossos parceiros, fomos capazes de desenvolver e implementar significativo número de projetos em várias e diferentes áreas.

Na condição de país em desenvolvimento, o Brasil tem um inequívoco compromisso com a promoção da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Nestes últimos anos, o Brasil tem atuado cada vez mais como parceiro de outros países em desenvolvimento, no intercâmbio de melhores práticas e de know-how, em muitos casos melhor adaptados às nossas realidades comuns. O Programa brasileiro de CTPD nutre-se de nossa própria experiência e está intimamente relacionado com as demandas e prioridades de nossos parceiros.

O Brasil acredita que a CTPD é um importante catalisador do desenvolvimento, especialmente em vista de seu foco em recursos humanos e no fortalecimento da infra-estrutura técnica e institucional de nossos parceiros. Esse modelo de cooperação gera impactos sociais e econômicos de longo prazo – de grande utilidade para romper o círculo vicioso da pobreza.

No ano passado, o Programa Brasileiro de Cooperação Técnica Horizontal consistiu de 133 projetos, envolvendo mais de 30 países, em áreas como saúde pública, educação, agricultura e agropecuária, indústria, administração pública, meio-ambiente, energia e mineração. A atenção centrou-se, claramente, nos Países Menos Desenvolvidos e, entre estes, nos de língua portuguesa na África. Na América Latina e no Caribe, o maior beneficiário foi o Haiti.

Dentre as iniciativas em andamento, de apoio aos Países Menos Desenvolvidos, eu gostaria de destacar as seguintes:

- O Centro de Treinamento Profissional Angola-Brasil, que treina 500 estudantes por ano nas áreas de mecânica diesel, construção civil, energia, vestuário e tecnologia de informação;
- Apoio aos programas de HIV/AIDS em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe;
- Um projeto de dessalinização em Cabo Verde, atendendo a uma comunidade de 2.000 habitantes;
- Um projeto piloto de escolarização para 100 famílias em Moçambique;
- Um Centro Regional de Excelência em Administração Pública para países de língua portuguesa na África, a ser criado em Moçambique. Esse projeto está estimado em 4 milhões de dólares.
- Um Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, a ser criado em Angola, com um custo estimado de 5,7 milhões de dólares;
- No Haiti, a cooperação centrou-se na área de saúde pública e na preparação de projetos;
- Treinamento em prática diplomática para 120 funcionários de países africanos de língua portuguesa e do Timor Leste.

Senhor Presidente,

O Brasil está preparado e disposto a contribuir ainda mais em programas de cooperação técnica, científica e educacional.

Nós acreditamos que, caso fossem criados, pelas Nações Unidas, mecanismos adequadamente dimensionados em termos institucionais e financeiros, a cooperação horizontal poderia ser explorada em todo

o seu potencial e, certamente, multiplicada muitas vezes em benefício dos Países Menos Desenvolvidos e da comunidade internacional como um todo. Da mesma forma, poderiam ser estimulados esquemas de triangulação.

Eu gostaria de destacar algumas áreas nas quais o Brasil sente possuir a necessária especialização, além de know-how adquirido em experiências recentes, os quais podem ser colocados à disposição dos Países Menos Desenvolvidos interessados, sempre que possa contar com o devido apoio financeiro.

Uma dessas áreas é a de tratamento e prevenção de HIV/AIDS, doença que vem causando grave impacto social e econômico em alguns países. Na Declaração resultante da recente reunião de cúpula da Organização para a Unidade Africana ocorrida em Abuja, na Nigéria, o HIV/AIDS foi apontado como “a maior ameaça global para a sobrevivência e a expectativa de vida dos povos africanos”. O programa brasileiro é internacionalmente reconhecido como um dos melhores do mundo – se não o melhor – por causa de seu formato duplo, abrangendo prevenção e tratamento. Os programas de combate ao HIV/AIDS que o Brasil tem desenvolvido com alguns Países Menos Desenvolvidos podem ser estendidos a outros e incluir não apenas assistência para a prevenção da doença, mas também transferência de tecnologia para produção de medicamentos.

Em outro campo não menos importante, o Brasil está bem situado para cooperar na capacitação em áreas relacionadas com educação e treinamento profissional. Em muitos casos, o Brasil enfrenta problemas similares àqueles dos Países Menos Desenvolvidos. Treinamento técnico profissional, educação tecnológica e programas de educação a distância, baseados na aplicação de novas tecnologias em

educação, têm merecido atenção crescente em meu país. Assim como a universalização da educação é essencial para qualquer esforço sustentável de desenvolvimento, igualmente relevante é a necessidade de se recorrer à enorme gama de possibilidades propiciadas pela tecnologia moderna para a aceleração e expansão da aprendizagem. Na busca de novos meios para solucionar nossos problemas ainda pendentes e nossas deficiências, acumulamos valiosa experiência que estamos dispostos a compartilhar.

Boa vontade, tanto interna quanto externa, é a pedra angular para o sucesso deste Programa de Ação, a fim de que, ao contrário dos dois anteriores, este novo Programa possa, de fato, conduzir ao desenvolvimento dos Países Menos Desenvolvidos, capacitando-os a colher todos os benefícios esperados.

Senhor Presidente,

Permita-me passar, brevemente, a outra importante área de preocupação. Eu gostaria de referir o enorme problema do endividamento e enfatizar que, apesar de suas próprias limitações, o Brasil tem desempenhado relevante papel na adoção de medidas que visem ao alívio da dívida.

O Brasil tem seguido as diretrizes do Clube de Paris, com vistas à redução do ônus da dívida dos Países Menos Desenvolvidos. Na verdade, em alguns casos temos ido além das concessões acordadas no Clube de Paris. O Brasil já propiciou, ou está finalizando negociações neste sentido, o alívio da dívida a onze países, seja sob a forma de redução nos serviços da dívida ou de redução do débito. O atual valor líquido de redução de dívidas já concedida totaliza 327 milhões de dólares, de um débito total inicial de 482 milhões (67%, em média). Os contratos em fase de finalização representam um alívio ainda maior: 119 milhões de dólares serão perdoados, de um

débito inicial de 157 milhões, o que equivale a uma redução de 75% do ônus da dívida.

Senhor Presidente,

Sozinhos, os governos não têm como responder aos desafios do desenvolvimento com que se defrontam os Países Menos Desenvolvidos. Tal como no caso de crescente número de questões em relação às quais a humanidade vem se conscientizando, esta é uma empresa que exige esforços conjuntos. Organizações internacionais como a UNCTAD, as agências das Nações Unidas em geral, o FMI e o Banco Mundial, todos têm que estar envolvidos de algum modo.

Mas há, ainda, outros interessados, e eu me refiro, em particular, ao setor privado e às ONGs. Por sua dimensão, essa tarefa, que abrange não apenas saúde e educação, mas também infra-estrutura em larga escala, bem como o fortalecimento da capacidade produtiva que habilitará os Países Menos Desenvolvidos a participar mais ativamente no fluxo internacional de comércio, exorta todos os parceiros a que façam suas respectivas contribuições. Apenas mediante um esforço coletivo e um verdadeiro senso de parceria, com base em todas as sinergias possíveis, e explorando novos caminhos e modalidades de cooperação, poderemos superar as atuais dificuldades.

Às organizações internacionais cabe um papel particularmente importante, não apenas

ampliando sua ajuda e provendo os adequados canais de cooperação, mas também colaborando na construção de uma ordem internacional mais justa e mais humana. A globalização – tem sido dito por muitos – veio para ficar, com suas oportunidades e seus desafios. Traz esperança, mas também a ameaça de maiores disparidades entre países e regiões. Um sistema financeiro internacional mais seguro e mais estável e um ambiente comercial mais aberto permitirão a todos nós navegar em meio à tempestade, tornando-se, porém, particularmente essenciais para os Países Menos Desenvolvidos. Nem instabilidade financeira nem proteção comercial favorecem a cooperação internacional.

Embora o apoio da comunidade internacional seja decisivo neste processo, dos próprios Países Menos Desenvolvidos espera-se desempenhem o papel principal. O que significa, acima de tudo, “domínio”. Programas de cooperação podem tornar-se inúteis, caso os Países Menos Desenvolvidos não sejam, eles mesmos, os responsáveis pelas escolhas feitas e pelos objetivos buscados e não mantenham o controle total do envolvimento humano requerido. Esta tem sido nossa experiência, tanto como país destinatário quanto como país doador. E é com esta experiência que o Brasil se sente preparado para partilhar o que aprendeu.

Obrigado.

SEMINÁRIO “AS RELAÇÕES BRASIL / UNIÃO EUROPEIA E O NOVO MULTILATERALISMO”

DISCURSO DO EMBAIXADOR CELSO LAFER, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO “AS RELAÇÕES BRASIL / UNIÃO EUROPEIA E O NOVO MULTILATERALISMO”. BRUXELAS, 15 DE MAIO DE 2001

Permitam-me começar agradecendo a meu amigo de longa data, o Professor Álvaro de Vasconcelos, a possibilidade de participar deste oportuno seminário sobre as relações União Européia - Mercosul e o novo multilateralismo.

Desde que assumi o cargo, há menos de quatro meses, tenho dado grande ênfase à promoção do debate, tanto no Brasil quanto com nossos maiores parceiros, sobre as principais negociações comerciais em que atualmente estamos envolvidos.

Considero estes debates absolutamente essenciais. Temos que fomentar o diálogo com nossos parceiros para melhor compreender as necessidades e preocupações uns dos outros. No longo prazo, negociações comerciais somente podem ter sucesso se percebidas por todos os participantes como empreendimentos conjuntos, cooperativos. Concessões serão mais rapidamente alcançadas se houver confiança de que o outro lado se mostrará solidário e com vontade de corrigir desequilíbrios que venham a revelar-se a posteriori.

Antes, porém, de entrar em considerações a respeito de política comercial, eu gostaria de traçar o contexto político e cultural das negociações entre a União Européia e o Mercosul.

No ano passado, a celebração do quinto centenário da chegada dos primeiros navegantes portugueses às nossas praias nos forneceu o ensejo de reavaliar, reconfirmar e renovar nossa herança européia. O Brasil, tal como seus vizinhos latino-americanos, é uma ramificação da cultura européia, da história européia. Com o passar do tempo, no entanto, a América Latina ficou fora das prioridades européias. A construção da Comunidade Européia, primeiro e, depois, as relações com países da Europa Oriental, da costa mediterrânea e com os de vínculos coloniais mais recentes, tudo isso ganhou precedência. O que não era totalmente injustificado. É bem conhecida a frase de Ortega y Gasset: “Eu sou eu e minhas circunstâncias”. Com isso, ele quis mostrar que não existe um *self* isolado, que toda pessoa está relacionada a suas circunstâncias específicas. Assim como

a localização do Brasil na América do Sul, como um dado, é uma das circunstâncias básicas de sua identidade internacional, de seu *self* coletivo, é compreensível que a Europa focalizasse sua atenção no seu “exterior próximo”.

Mas a globalização – o encolhimento do globo produzido pelos custos declinantes das viagens internacionais e por notáveis melhorias nas comunicações e nos transportes internacionais – produziu tanto a necessidade quanto a oportunidade para uma renovação de laços entre a Europa e a América Latina. Temos testemunhado acentuado aumento no comércio e nos investimentos ao longo da última década. Que isso não é um fenômeno puramente econômico é ressaltado pela desproporcional participação de Portugal e Espanha, os dois países com mais estreitos laços políticos, culturais e humanos com a América Latina, nos fluxos financeiros e comerciais entre as duas regiões.

Neste cenário é que o Mercosul e a União Européia assinaram o Acordo-quadro de Cooperação Inter-regional, em 15 de dezembro de 1995, o qual destacou a meta de liberalização de todo comércio de bens e serviços, com vistas ao livre comércio. Quatro anos depois, a decisão formal de empreender negociações comerciais foi levada pelos chefes de estado e de governo do Mercosul e da União Européia à sua reunião de cúpula, realizada no Rio de Janeiro, em 28 de junho de 1999.

O Comitê Birregional de Negociações (CBN), instituído em novembro de 1999, realizou sua quarta reunião no passado mês de março, em Bruxelas. Ficamos felizes ao constatar que o momentum alcançado durante a terceira reunião, realizada em Brasília no último mês de novembro, foi mantido. Caminhamos, no segundo semestre, para

discussões sobre metodologia e cronograma, visando a uma progressiva eliminação de tarifas sobre bens e a liberalização do comércio de serviços.

Gostaríamos muito que nossas duas principais negociações comerciais – com a ALCA e com a União Européia – fossem realizadas à mesma velocidade. Consideramos nosso diversificado padrão de mercados de exportação e de fontes de importação um ativo que vale a pena preservar. No último ano, nossas exportações para os Estados Unidos e para o Canadá chegaram a pouco mais de 25% do total das exportações brasileiras, enquanto para a União Européia destinaram-se 27% de nossas exportações. Uma ruptura muito grande nesse padrão não seria de nosso interesse. Nem, acredito, do interesse de nossos parceiros comerciais.

Permitam-me descrever, em breves traços, nossa concepção das áreas de livre comércio que desejamos, bem como nossos objetivos nas referidas negociações comerciais.

Em termos muito simples, queremos chegar a acordos de livre comércio, de conformidade com o que dispõe o Artigo XXIV do GATT. Isto significa desejarmos um acordo “no qual os impostos e outras regulamentações restritivas ao comércio... sejam eliminados, de modo substancial, em todo o comércio entre os territórios participantes, nos produtos deles originários.”

Estamos conscientes de que negociações comerciais terminaram por envolver mais que apenas a eliminação de tarifas e medidas não-tarifárias. Estamos dispostos a discutir outros aspectos, mas não devemos jamais perder de vista o básico, ou seja, “a eliminação de impostos e outras regulamentações restritivas ao comércio”.

Nossos objetivos, ao buscar acordos de livre comércio nas Américas e com a União

Européia, são, portanto, compatíveis com o compromisso que temos com o sistema de comércio multilateral. Também acreditamos que nossos objetivos sejam justos, simples, factíveis e sólidos do ponto de vista econômico.

Se tais objetivos forem compartilhados por nossos parceiros nas negociações, não há nenhuma razão por que estas não devam realizar-se com rapidez. Assaltam-nos, contudo, algumas preocupações.

No que se refere à ALCA, sentimo-nos desconfortáveis com a possibilidade de que a liberalização de “substancialmente, todo o comércio” possa deixar de fora setores nos quais somos altamente competitivos, devido, por exemplo, à abusiva aplicação de regras antidumping ou, no caso dos produtos agrícolas, devido a medidas de apoio interno que distorcem a competição no exterior e encapsulam os mercados internos de alguns de nossos maiores parceiros comerciais.

E quanto à União Européia? Diversos estudos econométricos chegaram à conclusão de que os países do Mercosul teriam mais a ganhar com o livre comércio com a União Européia do que com os Estados Unidos. Em grande parte, isso apenas mostra quão fechado se encontra o mercado da Comunidade para nossas exportações. Desnecessário mencionar o que a Política Agrícola Comum significa para nós. Ao mesmo tempo, e a despeito da PAC, nossas exportações para a Comunidade Européia estão fortemente concentradas em produtos agrícolas primários e em outras commodities. Reflexo, inter alia, do ônus da elevação de tarifas sobre nossos produtos.

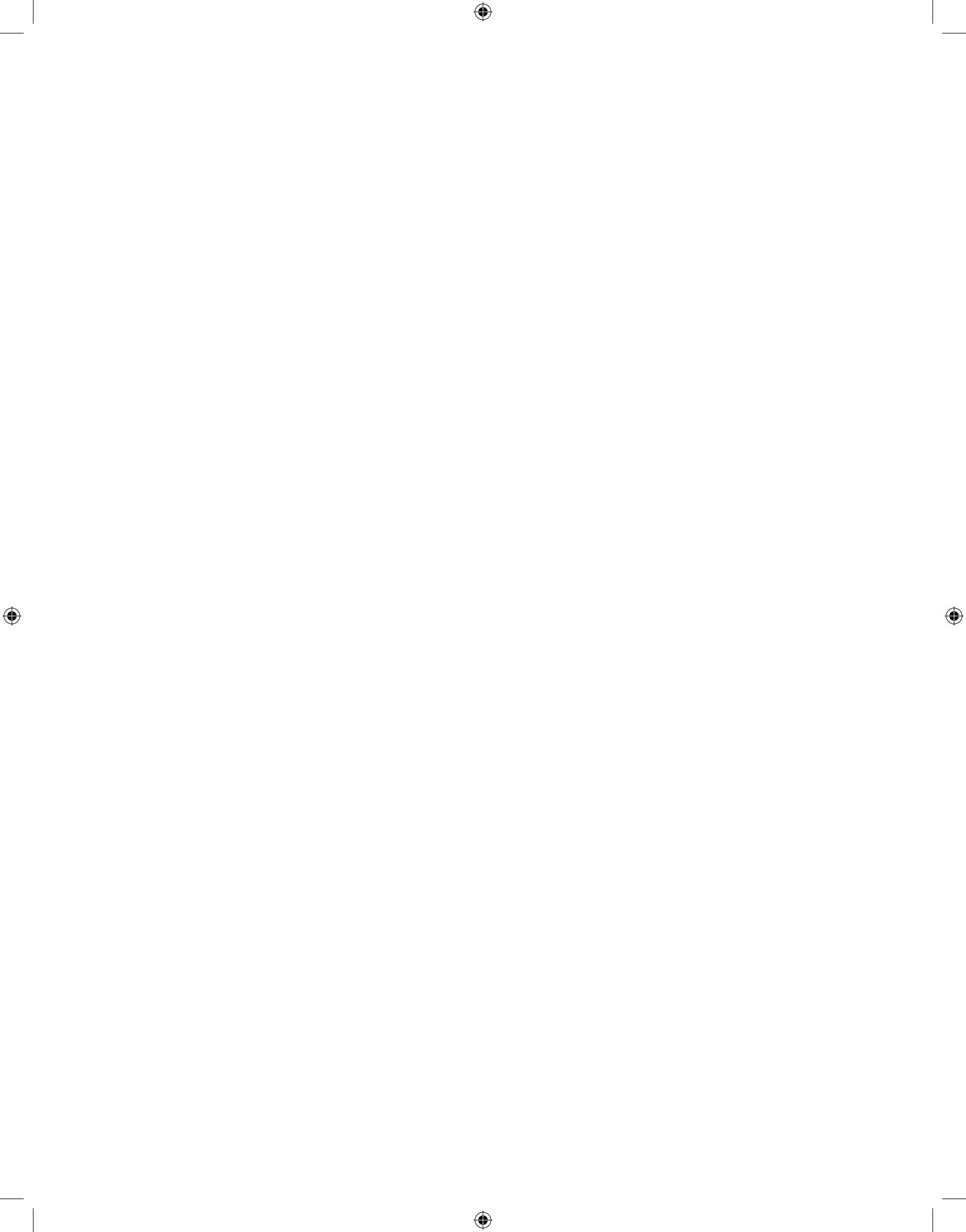
Em nossas negociações com a União Européia, portanto, necessitaremos da garantia de que, efetivamente, teremos acesso

ao mercado, tanto no que se refere a produtos agrícolas quanto industriais. Os países do Mercosul há muito superaram o estágio de centrar seus interesses na consolidação de sua posição como fornecedores de insumos e commodities agrícolas para a União Européia. Esperamos que o comércio prospere a partir de vantagens comparativas, mas também esperamos significativo crescimento do comércio intra-indústria. Isso também atende aos melhores interesses dos negócios europeus. Investidores europeus no Mercosul poderão alcançar consideráveis ganhos com o acesso efetivo ao mercado da Comunidade. Investidores em setores não-comercializáveis, por sua vez, também têm grande interesse em um acordo que contribua para uma sustentabilidade de longo prazo do balanço de pagamentos no Mercosul.

Se pudermos alcançar isto – um acordo equilibrado, liberalizador de mercados, que permita o crescimento sustentável do comércio e dos investimentos entre o Mercosul e a União Européia -, consolidaremos uma parceria que trará grandes benefícios econômicos para os negócios e os consumidores das duas regiões. O que também fará com que reforcemos nossos laços de confiança e nosso diálogo, promovendo, assim, nossos valores comuns.

Permitam-me concluir com uma frase do Presidente Fernando Henrique Cardoso, proferida ao receber o Prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional, em outubro passado: “Se aspiramos a um sistema internacional pluralista, oposto aos monopólios e à concentração de poder e riqueza, a associação Mercosul e União Européia será um passo crucial.”

Obrigado.



SEMINÁRIO SOBRE NEGOCIAÇÕES MULTILATERAIS EM BERLIM

TEXTO-BASE PARA A PALESTRA DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA,
NO SEMINÁRIO PRIORIDADES PARA NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS
MULTILATERAIS FUTURAS. BERLIM, 21 DE MAIO DE 2001

Desde ontem temos ouvido muitos comentários interessantes sobre a OMC e sobre as prioridades para negociações comerciais multilaterais futuras. Permitam-me expressar o agradecimento do Brasil à Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional por sua iniciativa de organizar este diálogo. Esta é, sem dúvida, uma importante contribuição para a promoção do entendimento mútuo - e de seu corolário: a confiança - que são pré-requisitos essenciais para qualquer negociação frutífera.

No Brasil e em outros países em desenvolvimento, há um sentimento comum de frustração quanto aos resultados da Rodada Uruguai. Desequilíbrios que passaram despercebidos em 1993-94 tornaram-se aparentes. Há amplo ceticismo em relação aos benefícios e à equanimidade do sistema comercial multilateral. Essa é uma tendência que deve ser revertida ao considerarmos a possibilidade de lançarmo-nos ao ringue de uma rodada futura, para usar a expressão do Diretor Geral Mike Moore.

Embora alguns países na América Latina tenham adotado medidas de abertura comercial corajosas na década de 90, freqüentemente com altos custos sociais, não houve reciprocidade a essa tendência

por parte dos países desenvolvidos, quer na Rodada Uruguai, quer em outras negociações. Com base em muitos padrões, os mercados dos países desenvolvidos permanecem tão fechados como antes em áreas críticas para os países em desenvolvimento. A globalização tem sido assimétrica. Não há tratamento no sistema da OMC mais especial ou diferenciado do que aquele dispensado à agricultura. Nesse cenário, o próprio conceito de comércio livre, conforme incorporado no sistema da OMC, está cada vez mais sendo atacado. Na realidade, quão livre é esse comércio? Quão livre deve ser esse comércio para todas as partes envolvidas? O comércio livre é, por si só, um fim? Podemos, ou devemos, dissociar comércio de desenvolvimento?

Essas perguntas precisam ser respondidas, uma vez que afetam a própria credibilidade do sistema da OMC. Eu mencionei desequilíbrios resultantes da Rodada Uruguai. Deixem-me ser mais específico e listar algumas das áreas nas quais as deficiências são particularmente distorcidas e desequilibradas e, portanto, demandam medidas corretivas urgentes.

Em primeiro lugar, há uma vasta gama de questões que ficaram conhecidas como “questões de implementação”. Algumas delas

são, de fato, resultado da forma pela qual determinadas cláusulas dos acordos da Rodada Uruguai foram implementadas: observância à letra das normas, mas pouca consideração para com o espírito das obrigações assumidas. O comércio mundial tem pouco a ganhar com essas práticas. Elas lançam dúvidas sobre a capacidade do sistema de assegurar que o equilíbrio de direitos e obrigações seja respeitado. Ademais, corroem a credibilidade dos parceiros comerciais mais poderosos e criam precedentes negativos para o que se esperaria de compromissos assumidos de boa fé. O Acordo sobre Têxteis e Vestuário oferece o exemplo mais evidente desse tipo de situação. Em bases estritamente jurídicas, não se podem fazer reclamações, embora não seja segredo o fato de que a liberalização praticamente não ocorreu.

Em várias outras áreas, os Acordos da Rodada Uruguai também se mostraram infinitamente menos atraentes para os países em desenvolvimento do que inicialmente se esperava. No Acordo sobre Subsídios, vários países em desenvolvimento hoje se dão conta de que há pouco espaço para que seus governos utilizem incentivos para fins de política pública. Em uma “feliz coincidência”, o que se permite é precisamente o tipo de subsídios amplamente utilizados por países mais ricos em algumas áreas. Outras formas de subsídio abundantemente utilizadas por países industrializados no passado foram proscritas além-fronteiras para países tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, como pecados do passado, ignorando, assim, as notáveis vantagens mercadológicas e tecnológicas acumuladas nos primeiros. Em alguns casos - e o Brasil percebeu esse fato de uma forma bastante desagradável - cláusulas que datam da Rodada de Tóquio ainda conferem aos acordos da OCDE sobre créditos de exportações oficiais o mesmo

status jurídico de qualquer outra cláusula negociada entre todos os membros da OMC. Em outras palavras, o que foi acordado entre um número bastante limitado de países na OCDE é válido contra qualquer membro da OMC, como se todos os membros houvessem participado da decisão. Esse é, certamente, o tipo de anomalia que deve ser corrigida se nosso propósito for construir e consolidar um sistema comercial mundial verdadeiramente universal e equitativo.

Também poderíamos listar desequilíbrios, deficiências e inadequações relativas a outras cláusulas de acordos no âmbito da OMC. Em pelo menos uma delas - cláusulas anti-dumping - tanto os países membros em desenvolvimento quanto os mais desenvolvidos estão insatisfeitos.

Em muitos casos, as assim chamadas questões de “implementação” extrapolam a implementação pura e simples. Aceitamos que há alguns tópicos que demandam “interpretação” e outros que requerem um exercício de “reequilíbrio”. O último, reconhecemos, somente pode acontecer no contexto de uma abordagem mais ampla. Mas, é definitivamente difícil ver como poderemos progredir se os principais parceiros comerciais não demonstrarem vontade de indicar, muito em breve, o quanto estão preparados para aceitar agora, para o bem da implementação adequada daqueles acordos, e o quanto estão preparados para assumir mais tarde, durante uma revisão profunda de alguns desses acordos.

Fora a implementação, o grau de frustração com a situação atual é particularmente alto no que se refere ao comércio agrícola. Não obstante o que pensem os analistas sobre o progresso alcançado na Rodada Uruguai como um primeiro passo para submeter a agricultura às mesmas normas e disciplinas aplicáveis a outros produtos, o fato é que pouco, se tanto,

efetivamente mudou. No ano passado, o programa de reforma agrícola acordado em Marrakesh foi concluído e nada aconteceu. Ele passou despercebido.

Estudos recentes realizados pela OCDE indicam algum tipo de “efeito zero” das políticas de menos proteção/menos apoio que deveriam ter sido adotadas a partir de 1995. Seis anos de reforma sem resultados tangíveis! A evidência, aparentemente, indica que, graças a todos os tipos de desvios de fundos, os níveis de subsídios estão novamente próximos àqueles de 1986-88, período adotado como ponto de partida para a reforma! Fiquei particularmente impressionado com a declaração de Mike Moore de que o nível de subsídios aplicado na U.E., por si só, equivale ao PIB total da África.

Essas distorções do sistema de comércio multilateral deveriam nos impelir a procurar aprimorá-lo, fortalecendo a OMC. O risco é duplo: primeiro, o risco de um outro fracasso como o de Seattle; e, segundo, o risco de paralisia. Em qualquer dos casos, em vez de estar no cenário central do comércio mundial, a OMC poderá tornar-se, gradualmente, apenas um conjunto de padrões comerciais mínimos e um tribunal de arbitragem de última instância. Acordos comerciais livres, quer regionais ou de outra natureza, assumirão a liderança. No Brasil, desejamos ver a OMC desempenhar o papel principal no cenário comercial mundial e estamos preparados para trabalhar construtivamente nesse sentido.

Continuamos verdadeiramente comprometidos com um sistema de comércio multilateral baseado em normas. Queremos fortalecer a Organização e corrigir os desequilíbrios resultantes da Rodada Uruguai. Nos momentos de dificuldades no MERCOSUL, dizemos que precisamos de “mais MERCOSUL” e não de “menos MERCOSUL”, para solucionar os problemas.

O mesmo raciocínio é válido aqui: teremos condições de corrigir os desequilíbrios do sistema comercial multilateral por meio de “mais OMC”, não de menos.

A grande questão é: Como garantir que teremos mais OMC? E a resposta óbvia é: com uma nova rodada. Em princípio, uma nova rodada é a melhor forma de corrigir os desequilíbrios resultantes da Rodada Uruguai e tornar todo o sistema da OMC mais sensível às necessidades dos países em desenvolvimento.

A maioria das pessoas concordaria com essa proposta. Mas poucas podem sentir-se suficientemente confiantes para entrar na briga até que os desequilíbrios atuais tenham sido corrigidos. Há uma percepção comum de que o principal obstáculo a uma nova rodada comercial está no mundo desenvolvido, ou seja, naqueles países que, por haverem predominado na formulação das normas em vigor, deverão ser os maiores beneficiários de sua manutenção.

Objetivos válidos, como padrões mais elevados de mão-de-obra e proteção ambiental, estão sendo erroneamente utilizados com fins protecionistas. Também temos de lidar com conceitos de certa forma bizarros e auto-saciáveis, tais como a multi-funcionalidade do setor agropecuário.

Perguntamo-nos por que motivo as restrições à liberalização na agricultura seriam mais legítimas do que as restrições aos direitos de monopólio de patentes para novas drogas, por exemplo. O debate público nos países desenvolvidos ainda está dominado por imagens de uma ameaça ao bem-estar geral, supostamente imposto pelas importações originárias de países em desenvolvimento. Essa percepção deve ser investigada com vigor e liderança política. Caso contrário, levará a uma cadeia protecionista de reação cumulativa. E todos serão atingidos.

Recebemos o primeiro aviso em Seattle. Em alguns círculos, o resultado da reunião foi comemorado como uma vitória de princípios éticos e sociais contra os males da globalização e do liberalismo. Essa visão é, no mínimo, ingênua. Na realidade, perdemos uma grande oportunidade para corrigir os desequilíbrios resultantes da Rodada Uruguai. Os países pobres foram os perdedores de fato, não a globalização ou o liberalismo. Se estivermos efetivamente preocupados com a pobreza e a desigualdade no mundo - como muitas ONGs de fato estão - fortalecer a OMC é bem melhor do que desacreditá-la.

Qualquer debate sobre a legitimidade da OMC e as perspectivas de uma nova rodada comercial deve partir de uma avaliação bastante básica: o Sistema da OMC sofre do que pode ser chamado de um “déficit de desenvolvimento”. A OMC não é, certamente, uma agência de desenvolvimento, mas deveria ter condições de modelar o sistema comercial multilateral de formas que conduzissem não apenas a um comércio mais livre e justo, mas também ao desenvolvimento econômico e social sustentável. O comércio, insisto, não é por si só um fim.

O consenso deveria ser fomentado e a confiança restabelecida, para que a agenda pendente pudesse ser considerada não como um jogo de resultado zero, mas como uma oportunidade para restabelecer e assegurar um pouco do equilíbrio nas relações comerciais em todo o mundo. Os países em desenvolvimento esperam que suas preocupações sejam abordadas nas diferentes linhas de ação em curso: a das negociações autorizadas; a da “implementação”; a das reuniões informais sobre “novas questões” entre países que compartilham a mesma opinião; e a dos preparativos para Doha. Ainda não sabemos de que forma essas linhas

de ação poderiam convergir no final para formar um pacote consistente. Mas certamente sabemos que a possibilidade de lançamento de uma nova rodada de conversações sobre comércio multilateral em Doha depende, essencialmente, da disposição geral para buscar consenso e equilíbrio nessas linhas de ação.

Na nossa opinião, para que esse objetivo seja alcançado, há algumas coisas nas quais deveríamos nos concentrar.

Primeiro, e mais importante, a OMC necessita de uma injeção de confiança e isso é, essencialmente, responsabilidade dos expoentes da OMC. Há um grande obstáculo no caminho de uma nova rodada e apenas os parceiros comerciais mais importantes podem removê-lo. Refiro-me a toda a gama de questões sobre implementação. A eles cabe, em grande escala, indicar sua vontade de resolver esses problemas. O que falta aqui é um sinal claro do que esses parceiros estão preparados para fazer no sentido de corrigir algumas dessas deficiências e desequilíbrios que estão minando seriamente a confiança dos países em desenvolvimento no sistema. Eles devem agir rapidamente, e não apenas provar que entendem esses desequilíbrios, mas tentar ajudar a solucioná-los e a integrar os países em desenvolvimento no sistema comercial multilateral de uma forma mais completa. Uma forma de fazê-lo seria não aplicar excessivamente os procedimentos da OMC contra as exportações dos países em desenvolvimento. Senti-me encorajado pela observação do Ministro Wiezcorek-Zeul no sentido de que a nova rodada será uma Rodada de Desenvolvimento, sob pena de não haver qualquer rodada. Incentivei a parte alemã a usar seu poder de persuasão para convencer seus parceiros no mundo desenvolvido a pensar e agir da mesma forma.

Em segundo lugar, todos carecemos de um senso de realidade sobre o que devemos buscar em uma nova rodada. Embora possa ser verdade que devemos trabalhar com uma agenda suficientemente abrangente para atrair a todos, alguns de nós ainda não estão convencidos de que políticas de investimentos e concorrência sejam questões afetas à OMC. Uma agenda de formulação de normas em constante expansão poderá desviar a OMC de sua missão precípua e despertar, em muitos países, temores de intromissões indevidas. De qualquer forma, acreditamos que a hora é propícia para uma abordagem do tipo “retorno à estaca zero”. Nosso lema deveria ser “ênfase no comércio”. Acesso deveria voltar a ser a palavra-chave. Anomalias comerciais tais como aquelas que ocorrem na agricultura deveriam ser abordadas prioritariamente. Ênfase no comércio. Em vez de mais formulação de normas, o que de fato necessitamos é de maior aprimoramento de normas.

Finalmente, precisamos de senso de timing. A qualquer momento, mais cedo do que mais tarde, será necessário que todos os Membros façam uma avaliação realista do que se pode

esperar da Reunião Ministerial de Doha. O maior perigo seria gerar, prematuramente, expectativas positivas e depois ter de lidar com um novo fracasso. Esse é um cenário que deve ser evitado, uma vez que significaria um grande golpe contra o sistema comercial multilateral.

Permitam-me concluir dizendo que o Brasil está pronto e disposto a contribuir com um exercício de formação de consenso. Como co-fundadores do GATT, continuamos convencidos de que o mundo será melhor servido por um sistema que seja universal em escopo e integrador na prática. Entretanto, nossas deliberações, deste momento até novembro, devem ser marcadas por um senso de iniciativa, realismo, ênfase e *timing*. Para que uma nova rodada seja lançada com proveito, necessitamos de um conjunto de estímulos positivos e negativos. Devemos estar convencidos de que ganharemos se negociarmos e perderemos se não o fizermos. Isso deverá ser determinado nos próximos meses. Aguardamos com ansiedade esse exercício.

Obrigado.



SEMINÁRIO SOBRE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO PARAGUAI E URUGUAI

INTERVENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NA ABERTURA DE SEMINÁRIO SOBRE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO PARAGUAI E URUGUAI. RIO DE JANEIRO, BNDES, 21 DE MAIO DE 2001

Foi com grande entusiasmo que o Ministério das Relações Exteriores se associou à CAMEX e ao BNDES na organização deste seminário sobre promoção de investimentos no Paraguai e Uruguai.

Ao mobilizar-se para divulgar oportunidades de investimento no Paraguai e no Uruguai, o Governo brasileiro reafirma seu compromisso irreversível com a consolidação e aprofundamento do MERCOSUL.

A integração só tem sentido na medida em que seja capaz de gerar benefícios equilibrados para todos os parceiros. A sustentabilidade do MERCOSUL entre os empresários, trabalhadores e as sociedades de nossos países depende da sua capacidade de efetivamente se transformar num espaço de prosperidade compartilhada.

Temos hoje a grande satisfação de contar com a presença do Presidente do BID, Enrique Iglesias, um grande latino-americano e um conhecido entusiasta do MERCOSUL.

A presença do Presidente Enrique Iglesias neste seminário e o apoio do BNDES dão-nos a certeza de que esta iniciativa de divulgar oportunidades de investimento no Paraguai

e no Uruguai reverterá no fortalecimento do MERCOSUL em conjunto.

Este seminário não deve ser visto como fato isolado, mas como parte de uma preocupação permanente com o fortalecimento econômico do Paraguai e do Uruguai. Para tanto, torna-se indispensável estabelecer um processo amplo de cooperação que possibilite às empresas da região organizar-se para a competição em nível global. Se não pudermos oferecer esta perspectiva de forma concreta aos agentes privados, de nada adiantarão esforços exortatórios dos governos.

Em nossos países, este processo tem um nome, uma estrutura institucional e um ordenamento jurídico que dá garantias aos agentes privados: MERCOSUL.

O MERCOSUL vem passando por um período difícil desde 1999. Desde então, uma série de dificuldades conjunturais que atingiu nossos países vem pondo à prova a consistência e a solidez do processo de integração. Temos superado estas dificuldades, como superamos as que surgiram no passado, com base na convicção de que em tempos de dificuldades precisamos não de “menos MERCOSUL” - mas

sim de “mais MERCOSUL”. O MERCOSUL não é a causa de nossos eventuais problemas, mas sim parte essencial de sua solução. Deve ser, portanto, preservado em sua integridade.

O Brasil mantém inalterado o compromisso com a construção da União Aduaneira. A União Aduaneira representa uma etapa necessária na formação do Mercado Comum, forma mais avançada de integração que deve permanecer como a meta superior a ser alcançada pelos quatro sócios do MERCOSUL.

Na última sexta-feira, aqui mesmo no Rio de Janeiro, o Representante Especial do Presidente da República para o MERCOSUL, Embaixador Botafogo Gonçalves, manteve consultas com o Vice-Chanceler argentino, Horacio Chighizola, a respeito da intenção recíproca de perseverar na consolidação e aprofundamento do bloco. Logo, terei um encontro de trabalho nessa mesma linha com o Vice-Chanceler uruguaio, Embaixador Guillermo Valles, cuja presença neste seminário é igualmente motivo de satisfação para o Itamaraty. Estamos todos empenhados em trabalhar por bons resultados na próxima reunião de cúpula do MERCOSUL, a ser realizada em junho em Assunção.

Uma das principais virtudes do MERCOSUL consiste na sua capacidade de adaptar-se às circunstâncias sem perder a coerência e o sentido de finalidade. Recentemente, em função de circunstâncias conjunturais, os sócios concordaram com uma série de medidas excepcionais e temporárias exigidas pela situação argentina. Flexibilizaram-se, temporariamente, as normas da TEC, mas não se comprometeu a essência do projeto.

Continuamos a compartilhar, em conjunto, a visão estratégica de que a TEC representa a espinha dorsal da União Aduaneira, o elemento que mais agrega valor ao MERCOSUL como entidade de peso internacional que deve ser aperfeiçoada com vistas à construção do Mercado Comum.

Considerando a perspectiva de um acordo sobre a formação de uma Área de Livre Comércio das Américas até 2005, o MERCOSUL tornaria-se irrelevante se renunciássemos ao objetivo de um modelo de “integração profunda”, em favor da meta menos ambiciosa de uma simples área de livre comércio.

Construir um Mercado Comum significa:

- que a circulação de bens no interior da União Aduaneira poderá no futuro ocorrer sem a necessidade de controles de fronteira, como já ocorre na União Européia desde a implementação do Mercado Único em 1º de janeiro de 1993;
- que o MERCOSUL teria uma política comercial comum em relação a terceiras regiões e no interior de uma futura ALCA, incluindo-se aqui a possibilidade de aplicação de uma tarifa externa comum em relação a bens provenientes de países fora das Américas;
- que teremos, em conjunto, maior capacidade de fazer valer nossos interesses comuns em negociações como as da ALCA, do acordo de associação com a União Européia, ou em eventual nova rodada de negociações comerciais multilaterais na OMC;
- que formaríamos no MERCOSUL uma área econômica integrada, com a possibilidade de políticas comuns em setores como agricultura, indústria, energia, ciência e tecnologia e assim por diante; e
- que podemos continuar a avançar no campo da coordenação macroeconômica, fortalecendo dessa forma, reciprocamente, a credibilidade de nossos quatro países nos mercados financeiros internacionais.

Não podemos renunciar a tais benefícios. Os desafios que enfrentamos na construção da União Aduaneira e do Mercado Comum apenas reforçam a determinação de consolidar e aprofundar o MERCOSUL.

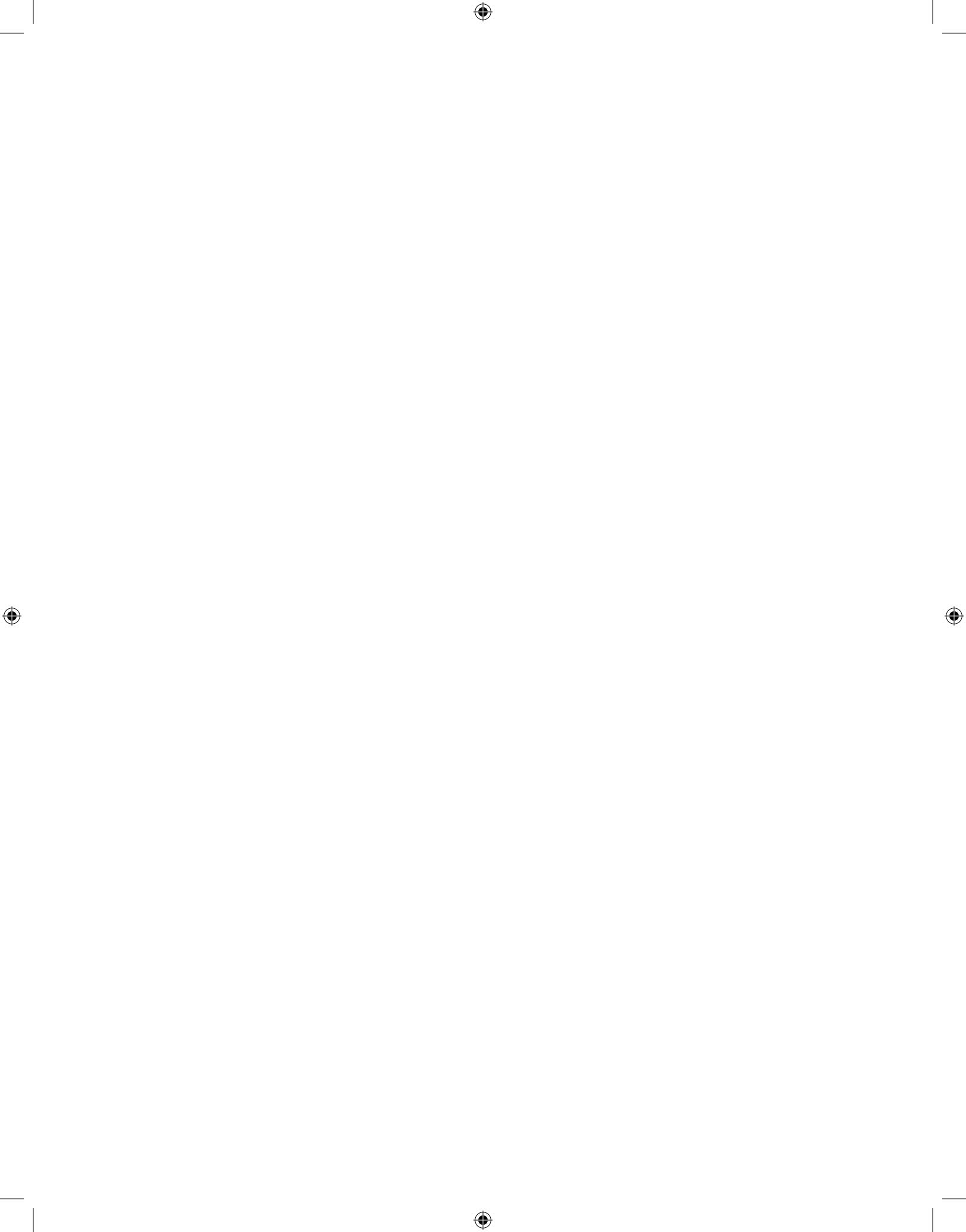
Há motivos para uma apreciação algo mais positiva sobre a evolução do MERCOSUL no futuro próximo. Se, a partir de 1999, as dificuldades da integração foram decorrentes do cenário econômico na região, a retomada do crescimento no Brasil em 2000 abre novas perspectivas.

O PIB aumentou em 4.2% no ano passado, e esperamos atingir um número próximo a 4% em 2001. Na sua condição de maior importador de produtos argentinos, paraguaios e uruguaios, esta evolução favorável no Brasil não deixará de ter impactos positivos para a economia de seus parceiros e para a integração sub-regional.

Estamos no rumo certo. O MERCOSUL registra em seus dez anos de existência uma série considerável de grandes êxitos e realizações. Perseverar no caminho que traçamos desde 1991 será a garantia de realizações ainda maiores.

Desejo aos Senhores, participantes do seminário, muito êxito nas conversações que manterão. Faço votos de que identifiquem novas possibilidades de intercâmbio econômico entre nossos países. Saibam que contam com o Itamaraty.

Muito obrigado.



CONVENÇÃO SOBRE POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES

DISCURSO DO CHEFE DA DELEGAÇÃO DO BRASIL, EMBAIXADOR
ELIM DUTRA, NA CONFERÊNCIA DE PLENIPOTENCIÁRIOS PARA
A ADOÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE POLUENTES ORGÂNICOS
PERSISTENTES. ESTOCOLMO, 22 DE MAIO DE 2001

O Governo brasileiro acolheu, com grande satisfação, a conclusão exitosa da negociação de um acordo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes. A ação internacional em relação às doze substâncias inicialmente identificadas, nos termos definidos na Convenção, passará a constituir importante ferramenta do ponto de vista do reforço da segurança química internacional, em consonância com as metas preconizadas na Agenda 21, adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92). Nesse particular, o Brasil considera particularmente auspicioso o fato de que o texto da Convenção refere-se, de forma inequívoca, aos princípios consagrados na Declaração do Rio, em particular o enfoque da precaução e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, entre os países, na proteção do meio ambiente.

O Brasil considera que a implementação dos dispositivos da Convenção sobre POPs insere-se de forma positiva nos esforços comuns de promoção do desenvolvimento sustentável, ao sinalizar o entendimento da comunidade internacional de que determinadas substâncias, pelas suas características intrínsecas, devem

ser banidas do ciclo de produção e consumo, dessa forma contribuindo para garantir às gerações futuras o direito a um meio ambiente livre dessas substâncias.

O Brasil considera que o texto da Convenção sobre POPs resultou equilibrado, permitindo atender, de forma realista, as posições – por vezes diametralmente opostas – dos diferentes participantes. Sua implementação propiciará, assim, o estabelecimento de sistema de regras ao mesmo tempo fortes e flexíveis, permitindo atender o imperativo da proteção ao meio ambiente e à saúde humana, sem, contudo, perder de vista que determinados POPs revestem interesse do ponto de vista da agricultura, da indústria e da saúde pública. Outro fator que propiciará o êxito da Convenção, no nosso entender, diz respeito ao reconhecimento de que as ações em seu âmbito deverão levar em devida conta as condições socioeconômicas de cada país e que os planos de ação decorrentes deverão reportar-se a prioridades nacionalmente definidas.

Senhor Presidente,

O Brasil possui instrumentos legais relacionados ao controle de certos poluentes orgânicos persistentes. Dessa forma, a

Convenção servirá, em alguns casos, para reforçar a o cumprimento de normas já existentes; em outros, induzirá à criação de ferramentas adicionais de gestão, com vistas à eliminação dessas substâncias. Solicitamos apenas três exceções aos regimes de eliminação e restrição referidos aos Anexos A e B da Convenção. É firme intenção do Governo brasileiro, contudo, eximir-se de utilizar todo o período de validade das exceções solicitadas e, para tanto, vêm sendo realizados estudos e adotadas medidas com vistas à substituição das substâncias para as quais hoje pedimos exceção.

A participação do Brasil nas negociações em torno da Convenção sobre POPs induziu intensa coordenação com os diferentes órgãos de Governo e da sociedade civil interessados. Cuidou-se em garantir que, a par das preocupações da área ambiental e de saúde, a preparação da posição brasileira levasse em devida conta comentários e subsídios aportados pelas diferentes entidades e grupos de interesse relacionados, de alguma forma, aos POPs.

O Governo brasileiro decidiu, dentro do espírito que tem norteado a ação internacional nessa matéria, antecipar-se à adoção do Acordo sobre POPs, buscando estabelecer condições internas para a adoção, no curto prazo, de medidas voltadas à sua implementação. Ao fazê-lo, o Governo brasileiro inspirou-se no entendimento de que não há alternativa à adoção de medidas voluntárias para cumprimento da Convenção e para permitir seu rápido início. Foi criado, assim, no ano passado, um Grupo Técnico Interministerial, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, para preparar a implementação, no Brasil, da Convenção. Esse grupo atuará de maneira harmônica com o Ministério

das Relações Exteriores, o qual coordena a participação brasileira nas negociações internacionais e nos foros estabelecidos no âmbito das Convenções de que o país é signatário. Além de assegurar a participação de cada Ministério e demais órgãos oficiais relevantes, o Governo tem procurado fortalecer os mecanismos de participação da sociedade civil na implementação interna dos acordos de que faz parte o Brasil. Temos a convicção de que a ampla participação de todos os atores interessados afigura-se imprescindível para que as ações a serem oportunamente definidas, em atendimento ao previsto na Convenção, estejam em sintonia com a realidade nacional.

Senhor Presidente,

A adoção da Convenção sobre POPs e sua entrada em vigor no curto prazo possível representarão significativa demonstração da capacidade da comunidade internacional de mobilizar-se em torno da busca de soluções para problemas de alcance global. O Governo brasileiro faz votos de que a mesma disposição favorável e espírito construtivo possam também manifestar-se em outros foros nos quais, hoje, encontram-se em discussão questões de interesse global – a exemplo das negociações sobre mudança do clima.

Consideramos de particular importância, do ponto de vista de garantir o êxito da Convenção, a plena implementação dos Artigos sobre Assistência financeira e tecnológica aos países em desenvolvimento. A par dos esforços nacionais e regionais a serem empreendidos, com recursos próprios, a cooperação internacional será imprescindível para garantir a consecução, em escala global, das metas do acordo.

É necessário que o reconhecimento dessa realidade – que consta aliás, do próprio texto da Convenção – constitua o fundamento da ação

internacional, de modo a que os objetivos e as responsabilidades compartilhadas por todos os países não venham a ser frustrados por limitações de ordem tecnológica e financeira que, de outra forma, poderão ser supridos, na medida considerada adequada e segundo parâmetros estabelecidos. Desnecessário afirmar, nesse contexto, que a elaboração de planos de implementação das obrigações assumidas sob a Convenção e o efetivo cumprimento dos mesmos passa a representar desafio complexo, que somente poderá ser levado a bom termo mediante esforços concertados de todas as Partes.

Nessas condições, é com imensa satisfação e com a certeza de que o espírito construtivo e de parceria que nos animou no correr das negociações continuará a prevalecer na implementação da Convenção, inclusive no que diz respeito ao período provisório, que o Governo brasileiro assinará a Convenção, bem como adotará as medidas internas necessárias para a sua ratificação.

Muito obrigado.



SEMINÁRIO DO PROGRAMA SLOAN FELLOWS

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA ABERTURA DO SEMINÁRIO DO PROGRAMA SLOAN FELLOWS. 24 DE MAIO DE 2001

É um prazer para mim dar-lhes as boas vindas.

Nesta sua viagem ao Brasil, os Senhores terão a oportunidade de obter e avaliar dados objetivos sobre a realidade brasileira. Líderes nos setores público e privado, todos, aqui, devem estar interessados não apenas em nossas histórias de sucesso, mas também nos desafios enfrentados pelo Brasil. Espero que este Seminário sirva também para esclarecê-los sobre tais dificuldades e sobre o que vimos fazendo para superá-las.

Após anos de seqüelas causadas especialmente por elevados índices de inflação, a economia brasileira desfruta agora de um panorama muito positivo. De um modelo de substituição de importações, o Brasil passou para um novo *modus operandi*, e agora enfrenta o futuro com uma economia reestruturada e revitalizada. As várias reformas promovidas pelo governo resultaram em mudanças importantes.

A liberalização do comércio na última década revelou o Brasil aos mercados mundiais, enquanto programas internos de privatização contribuíram para uma reviravolta na economia, em parte por transferir ao setor

privado decisões sobre alocação de recursos até então sob o domínio de planejadores governamentais.

O Brasil precisa preparar-se para uma integração global mais significativa. E aí é que concentramos agora nossos esforços. Neste contexto mais amplo, o MERCOSUL é e continuará a ser um espaço político e socioeconômico de crucial importância para o país. Ao longo de sua existência, o MERCOSUL já fez com que o comércio entre seus integrantes crescesse 350%, alcançando agora 18 bilhões de dólares. Somente de 1990 a 1998, a participação do MERCOSUL nas importações mundiais mais que triplicou (de US\$ 29 bilhões para US\$ 98 bilhões). O aprofundamento da integração no âmbito do MERCOSUL é, pois, de fundamental importância para o Brasil e seus parceiros. O que também gera oportunidades para outros países, que agora encontram em nossa região um mercado mais amplo para seus bens e serviços.

O comércio brasileiro é altamente diversificado, tanto em termos de mercados para exportação de nossos produtos quanto pela origem de nossas importações. Isso

explica o fato de estarmos agora engajados em diversas e simultâneas negociações comerciais no MERCOSUL, no processo da ALCA e, ainda, entre MERCOSUL e União Européia. Isso também explica por que apoiamos uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais no encontro ministerial da OMC em Doha.

Na medida em que buscamos formas de aumentar nosso acesso ao mercado externo, temos concentrado esforços no fortalecimento de nosso mercado interno e na intensificação de políticas que visem maior justiça social.

Desejo-lhes um seminário muito produtivo, hoje.

Obrigado.

DISCURSO NA EMBAIXADA BRITÂNICA

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA EMBAIXADA BRITÂNICA - “PRIORIDADES COMERCIAIS BRASILEIRAS: O CAMINHO À FRENTE”. BRASÍLIA, 25 DE MAIO DE 2001

É um prazer ter a oportunidade de dirigir-me a esta reunião de empresários e investidores britânicos no Brasil.

O grande número de participantes desta Conferência é um testemunho da transformação pela qual passou a economia brasileira nestes últimos anos. Todos os senhores têm plena consciência de quanto nossas boas perspectivas de crescimento em 2001 e nos próximos anos devem ao processo de reforma econômica iniciado nos primórdios da década de 90 e diligentemente levado avante pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Estabilidade macroeconômica e liberalização comercial vieram para ficar. Mas não estamos descansando sobre nossos louros. Tanto interna quanto externamente, há muito que fazer para garantir sustentabilidade de longo prazo ao nosso desenvolvimento econômico e social.

O comércio exterior é uma das áreas em que estamos trabalhando. Nosso comércio externo – importações mais exportações – representou 19% do PIB em 2000, o que é pouco para os parâmetros de um país de grandes dimensões. Sem dúvida, há alguns anos tal proporção

era ainda menor: em 1990, exportações mais importações representaram apenas 11% do PIB. Em dez anos, portanto, o comércio, em termos de parcela do PIB, praticamente dobrou. O principal fator foi o crescimento das importações, que aumentaram 170% a partir de 1990, em comparação com um crescimento de apenas 70% em nossas exportações.

Para dar um exemplo mais específico: desde 1988, quando se iniciaram as reduções de tarifas, até 2000, as exportações brasileiras para a União Européia cresceram apenas 34%, enquanto nossas importações daquela parte do mundo cresceram 340% - dez vezes mais, portanto. Praticamente, os mesmos números se aplicam ao Mercosul como um todo.

Por certo, preferiríamos muito mais corrigir os atuais desequilíbrios através de mais comércio, e não menos. Esta é a razão por que estamos engajados em negociações de livre comércio nas Américas e com a União Européia. A essas negociações é que me reportarei agora, partilhando com os senhores algumas idéias a respeito das prioridades de nossa política comercial para os anos 2001 e 2002.

Continuamos firmemente comprometidos com a consolidação de nossa união aduaneira regional, o Mercosul. No longo prazo, é do maior interesse do Brasil e de seus vizinhos, aplicar não só a melhor política, mas também a melhor economia, a partir de nossa geografia, tal como os europeus vêm fazendo desde os anos 50. Pretendemos, igualmente, criar laços econômicos mais estreitos com os demais países da América do Sul. O que inclui não apenas acordos de livre comércio, mas também integração em termos de infra-estrutura - um dos principais temas do Encontro de Presidentes Sul-americanos, realizado, no ano passado, em Brasília. O objetivo fundamental é conseguir transformar as fronteiras sul-americanas, de clássicas fronteiras de separação, em modernas fronteiras de cooperação.

Nossa política comercial para a América do Sul não é uma versão ampliada da substituição de importações. Desde o começo, o Mercosul e as negociações com nossos vizinhos foram concebidos dentro de um espírito de “regionalismo aberto”, ou seja, um projeto regional aberto ao comércio e ao investimento com outras regiões. Não se trata, portanto, de uma alternativa, mas, antes, de um complemento para uma política comercial de escopo global.

O próximo estágio desta política destinada a abrir oportunidades comerciais para o Brasil é a ALCA. O Hemisfério Ocidental responde por 50% das exportações brasileiras e por 70% de nossas exportações de produtos manufaturados. Vale a pena perseverar na busca de uma consolidação de nossos vínculos comerciais com as Américas, mediante a liberalização e a criação de instituições adequadas.

Recentemente, concordamos com a meta do ano 2005 para conclusão das negociações sobre a ALCA. O Brasil não foi favorável à proposta de apressar as negociações, não devido a

alguma relutância relacionada com o livre comércio, mas, ao contrário, por um senso de realismo. Trata-se de negociações complexas, não apenas para nós, mas também para os Estados Unidos. Como, certa vez, advertiu o Dr. Johnson, “expectativas indevidamente cultivadas acabam em desapontamento... Se se indagar com qual inadequada expectativa é perigoso condescender, a experiência responderá prontamente: aquela ditada não pela razão, mas pelo desejo”. Um prazo final irrealista para a conclusão das negociações poderia, na verdade, surtir efeito contrário e levar a opinião pública a perder confiança no processo.

Consideramos nosso diversificado padrão de mercados de exportação e de fontes de importação um ativo que merece ser preservado. Gostaríamos muito, portanto, que nossas negociações comerciais no Hemisfério fossem complementadas por um acordo semelhante com a União Européia, que responde por mais de um quarto de nosso comércio exterior. Não temos nenhum interesse em uma significativa diversificação de nosso comércio para as Américas.

Como um coroamento de tudo isso, apreciaríamos ver genuínos progressos no âmbito da OMC, na esperança da realização de uma nova rodada comercial ao final deste ano, em Doha. Considerável parcela de nosso comércio exterior – acima de 20% - se verifica com países da Ásia e Pacífico, Europa Oriental, Oriente Médio e África. Além disso, aspectos normativos de negociações comerciais são melhor tratados em um contexto mais amplo. Do contrário, corre-se o risco de fomentar a fragmentação em vez de promover uma verdadeira liberalização comercial.

Em breves traços, essas as nossas prioridades comerciais para o futuro próximo. Como os Senhores podem constatar, a lógica subjacente

à nossa política tem um caráter tanto geográfico quanto sistêmico: maior integração na América do Sul, comércio mais livre com nossos maiores parceiros comerciais, mas também um forte compromisso com o sistema multilateral de comércio.

Antes de concluir, eu gostaria de fazer alguns comentários a respeito das negociações entre Mercosul e União Européia. Após lento começo, estamos a caminho de iniciar, no segundo semestre, as discussões sobre metodologia e cronograma, com vistas à progressiva eliminação de tarifas sobre produtos e à liberalização do comércio de serviços. Conforme referi antes, nossa expectativa é de poder concluir, ao mesmo tempo, essas negociações e as relacionadas com a ALCA. Nossa concepção das áreas de livre comércio que desejamos, bem como nossos objetivos, são também similares em ambas as negociações.

Queremos chegar a acordos de livre comércio, de conformidade com o que dispõe o Artigo XXIV do GATT. Isto significa desejarmos um acordo “no qual os impostos e outras regulamentações restritivas ao comércio... sejam eliminados, de modo substancial, em todo o comércio entre os territórios participantes, nos produtos deles originários.” Também acreditamos serem tais objetivos justos, simples, factíveis e seguros, do ponto de vista econômico.

Não é preciso dizer que, para tanto, contamos com o apoio do empresariado britânico. Diversos estudos econométricos chegaram à conclusão de que os países do Mercosul teriam mais a ganhar com o livre comércio com a União Européia do que com os Estados Unidos. Em grande parte, isso mostra apenas quão fechado se encontra o mercado da Comunidade para nossas exportações. Desnecessário mencionar o que a Política Agrícola Comum significa

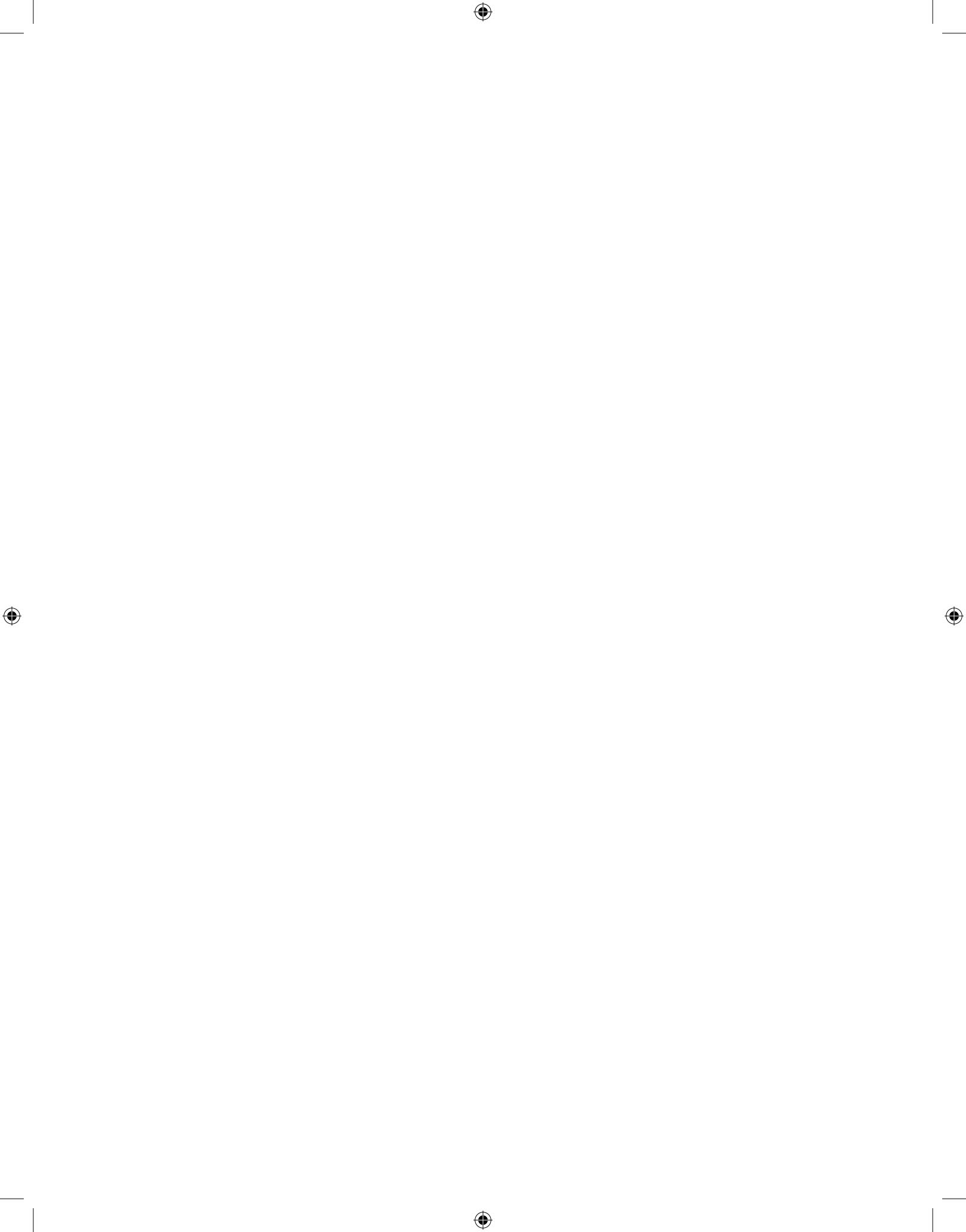
para nós. Ao mesmo tempo, e a despeito da PAC, nossas exportações para a Comunidade Européia estão fortemente concentradas em produtos agrícolas primários e em outras commodities. Isto reflete, inter alia, o ônus da escalada tarifária sobre nossos produtos.

Em nossas negociações com a União Européia, necessitaremos, portanto, da garantia de que teremos efetivo acesso ao mercado, tanto para produtos agrícolas quanto industriais. Os países do Mercosul há muito superaram o estágio de concentrar seus interesses na consolidação da posição de fornecedores de insumos e commodities agrícolas para a União Européia. Esperamos que o comércio prospere a partir de vantagens comparativas, mas também contamos com um significativo crescimento do comércio intra-indústria. O que atende, igualmente, aos melhores interesses da área empresarial européia. Investidores europeus no Mercosul poderão lucrar consideravelmente a partir desse acesso efetivo ao mercado da Comunidade. Por outro lado, no que diz respeito a setores não-comercializáveis, os investidores também têm forte interesse em um acordo que conduza a uma sustentabilidade de longo prazo do balanço de pagamentos no Mercosul.

Se pudermos alcançar isto – um acordo equilibrado, que abra mercados e que permita o crescimento sustentável do comércio e dos investimentos entre Mercosul e União Européia -, consolidaremos uma parceria que resultará em grandes benefícios econômicos para o setor empresarial e para os consumidores das duas regiões.

Esperamos que, tendo avançado mais que a maioria dos outros países na reforma e modernização de sua agricultura, a Inglaterra nos apóie em nossa busca por um acordo abrangente de livre comércio.

Obrigado.



DIA DA ÁFRICA

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO DIA DA ÁFRICA. BRASÍLIA, 28 DE MAIO DE 2001

É com grande prazer que participo deste almoço de conagração que reúne os Embaixadores africanos em Brasília, representantes do Ministério das Relações Exteriores e “amigos da África” de vários setores do Governo e da sociedade civil. Dentre tantas tradições do Itamaraty, a comemoração do Dia da África é um evento particularmente auspicioso, porque, para além da oportunidade de atualização da nossa agenda comum, oferece ocasião para diálogo fluente e descontraído.

Nossas relações com a África não se limitam às expectativas fundadas na afinidade natural entre legatários de uma herança cultural comum. A importância da África para a política externa brasileira prende-se não apenas à dimensão cultural, mas aos nossos próprios anseios por uma ordem econômica mais equânime, por um sistema internacional mais democrático e, principalmente, por uma realidade de maior justiça social.

A percepção da nossa agenda comum motivou o Brasil a buscar aproximação com a África desde o nascimento dos primeiros Estados do continente, ainda na década de 50. O tom autônomo e expressivo da Política Externa Independente, nos anos 60, evoluiu

posteriormente para a orientação pragmática da década de 70, consoante as prioridades nacionais em cada momento histórico. Os anos oitenta foram marcados pelas conhecidas dificuldades econômicas que atingiram os dois lados do Atlântico Sul, seguido da fase de incerteza e adaptação que marcou a última década. Hoje, no momento em que a comunidade internacional prenuncia e testemunha o início do processo de recuperação do continente africano, podemos afirmar, felizmente, que damos os primeiros passos no sentido de uma retomada também das relações Brasil-África. A participação da academia, das organizações não-governamentais, de instituições públicas e privadas, do empresariado, do movimento negro, de parlamentares e de partidos políticos nos processos que permeiam a elaboração da política externa tem sido decisiva para instar o Governo a explorar novas possibilidades de projetos e parcerias.

Queremos fomentar o diálogo com as diversas regiões da África, com vistas a aproveitar ao máximo as especificidades de cada ambiente. A intensificação dos laços com os processos de integração em curso - COMESA, SADC e ECOWAS - seria de todo proveitosa para ambos os lados. Do mesmo

modo, temos buscado a revitalização dos nossos contatos com o Norte da África, região com a qual mantemos um comércio ainda deficitário. Nesse sentido, planejamos reabrir a Embaixada do Brasil em Túnis e realizamos recentemente missão empresarial com grande êxito àquela região.

O Governo brasileiro tem intensificado os laços com os países africanos, sobretudo nas áreas da cooperação técnica, educacional e da saúde. Os programas de redução ou perdão da dívida africana, tanto no Clube da Paris quanto em nível bilateral, refletem igualmente o esforço do Governo em corresponder às expectativas da sociedade brasileira, solidária às dificuldades enfrentadas pelos povos irmãos. A valorização do diálogo interregional, por meio da presença brasileira na Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e, especialmente, na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, demonstra a existência de um amplo universo de interesses comuns.

No âmbito multilateral, a convergência de agendas e interesses tem marcado o nosso relacionamento. Nas reuniões preparatórias à Conferência Mundial contra o Racismo e todas as Formas de Discriminação, prevista para agosto próximo, em Durban, na África do Sul, o Brasil vem trabalhando em conjunto com os países africanos, com grande proveito para ambos os lados. Nos temas da Convenção do Mar, mais especificamente de exploração econômica dos recursos marítimos, a aproximação aos africanos é essencial, já que grande parte dos 53 países africanos é signatária da Convenção. Por fim, no domínio da saúde, todos os representantes africanos na Comissão de Direitos Humanos da ONU (CDH), 15 do total de 53 membros,

co-patrocinaram o projeto brasileiro de Resolução sobre o acesso universal a medicamentos no contexto da pandemia HIV/AIDS.

Nas Nações Unidas a participação do Brasil no tratamento dos temas africanos revela disposição de contribuir ativamente para a resolução dos problemas do continente. Nosso compromisso com os povos africanos tem resultado, desde 1960, no envio de mais de 7.000 brasileiros como membros de missões de paz das Nações Unidas.

Sem prejuízo da necessária atitude realista em face dos sérios problemas do continente africano, é preciso reconhecer os muitos avanços nos campos político e econômico durante a última década. O relatório do Banco Mundial para o ano 2000 observa que há um fortalecimento generalizado da democracia nos países africanos. Do ponto de vista econômico, a maioria dos países africanos tem-se empenhando em reformas com vistas à melhor habilitarem-se ao processo de integração em curso. Em março último, em Syrta, na Líbia, em reunião extraordinária da OUA, criou-se a União Africana, que terá precedência sobre a Carta de Adis Abeba e, igualmente, sobre o Tratado de Abuja, que instituiu a Comunidade Econômica Africana. Por força dos ajustes estruturais, melhoraram os índices econômicos do continente como um todo, embora infelizmente não haja indícios de que os dados positivos tenham motivado o aumento do investimento externo.

A relevância crescente que temas relacionados à África vem assumindo na última década não é um fenômeno temporário, mas uma tendência permanente que reflete a percepção da comunidade internacional da

urgência com que se faz necessário discutir o fenômeno da globalização em todos os seus aspectos. Esse debate não pode deixar nenhuma região ou país sem voz. Eu gostaria de aproveitar a celebração do Dia da África para reafirmar a todos os presentes o interesse e a disposição permanente do Brasil em escutar os nossos amigos africanos em todas as questões da agenda internacional. Estamos convencidos de que somente o diálogo contínuo poderá nos instruir corretamente na direção de um futuro mais próspero e equânime, em que a política, a economia e os valores não sejam tratados isoladamente, e em que o aspecto humano seja colocado sempre em primeiro lugar.

É, pois, com o espírito de fraternidade que liga o povo brasileiro aos povos africanos, que convido a todos que ergam comigo um brinde pela prosperidade da África e pelo aprofundamento das relações entre nossos países.

Muito Obrigado.



XI REUNIÃO DE CÚPULA DO GRUPO DOS QUINZE

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MARCO MACIEL, EM NOME DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, NA XI REUNIÃO DE CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DOS PAÍSES DO GRUPO DOS QUINZE. JACARTA, 30 DE MAIO DE 2001

Senhor Presidente Abdurrahman Wahid,
Senhor Ministro Alwi Shihab,
Senhor Ministro Luhut Pandjaitan,
Senhores Chefes-de-Estado e de Governo,
Senhores e Senhoras,

É para mim motivo de grande honra dirigir-lhes a palavra em nome das delegações de Argentina, Chile, Jamaica, México, Peru, Venezuela e Brasil, países latino-americanos e caribenhos membros do G-15. Que minhas primeiras palavras sejam, pois, para apresentar, em nome de nossos países, nossos mais profundos agradecimentos pela acolhida fraternal e hospitaleira que estamos recebendo do Governo e do povo da Indonésia.

O pensador italiano Norberto Bobbio disse que as nações já se dividiram entre fortes e fracas, ricas e pobres, mas que, daqui para adiante, dividir-se-ão entre as que sabem e as que não sabem. No limiar do século XXI, assistimos, de fato, à formação da sociedade do conhecimento, e este é o tema central que ocupará nossas atenções neste encontro.

Nossos países estão bem conscientes da importância do conhecimento para o progresso e o bem-estar de nossas populações,

e para legarem uma inserção mais igualitária no mundo, nestes tempos de globalização.

Sendo a vocação primordial do G-15 a promoção das convergências entre países em desenvolvimento a respeito dos temas relevantes da agenda econômica internacional, a identificação de posições comuns e o incentivo à ação coordenada, o debate sobre a era da informação e suas possíveis implicações para o processo de desenvolvimento econômico e social não poderia deixar de constituir objeto de atenção prioritária.

O acesso equitativo ao conhecimento e seu uso adequado contribuirão para acelerar o desenvolvimento de nossas sociedades e para habilitá-las a competir de forma mais eficiente no mercado mundializado. Nesse sentido, encaramos a era digital, que já está em andamento, como uma oportunidade excepcional de promoção do diálogo com outras Nações, desenvolvidas e em desenvolvimento, e para a mais rápida superação das desigualdades que ainda as separam.

A discussão de questões cruciais, como os marcos regulatórios ao acesso à informação e

outras questões correlatas, devem ser tratadas no âmbito de organizações de real vocação universal, em especial, a ONU. Como o quadro que vier a emergir desse exame, no plano internacional, poderá consagrar regras que definirão, em última análise, novas relações de poder no mundo, devemos manter o debate num foro ao qual tenhamos acesso igualitário.

O hiato digital não deve ser confundido com assistência ao desenvolvimento, nem agravar desequilíbrios e assimetrias. Em nenhuma hipótese devemos aceitar que atividades relacionadas a essa área consumam os já escassos recursos destinados à cooperação tradicional.

Mesmo reconhecendo que a superação de nossos problemas constitui questão eminentemente nacional, nossos países precisam de um ambiente internacional estável e próspero que apoie e estimule os esforços internos.

Nesse sentido, entendemos que uma ordem internacional mais equilibrada e harmoniosa exige maior participação de países em desenvolvimento nas instâncias decisórias mais importantes.

Senhor Presidente,

Na América Latina e no Caribe não temos medido esforços para promover ajustes macroeconômicos profundos que facilitem a retomada do processo de desenvolvimento em bases mais sadias e sustentáveis. O fazemos como sociedade comprometida com a democracia e com a paz, em parte do mundo onde se multiplicam as redes de coordenação e integração.

Tal esforço produzirá resultados tanto mais significativos quanto mais nossos parceiros do Norte se dispuserem também a buscar um diálogo profícuo com o Sul, a promover e aprofundar

a coordenação de políticas macroeconômicas, a possibilitar o acesso de nossos exportadores a seus mercados e a contribuir para a solução de crises financeiras geradas no exterior. Sem um sistema multilateral de comércio mais equitativo, e sem equilíbrio e estabilidade no sistema financeiro internacional, será difícil, senão impossível, melhorar a qualidade dos ambientes macroeconômicos domésticos.

Senhor Presidente,

Não basta fazer a pobreza diminuir no nível planetário; é preciso evitar que a distância entre ricos e pobres, e entre os que têm acesso ao saber e os que não o têm, continue a aumentar. O acesso à tecnologia da informação é um poderoso instrumento de inclusão social e pode potencializar a promoção da igualdade de oportunidades. É com essa expectativa que os nossos países adotaram recentemente a declaração sobre a interconexão das Américas por intermédio das tecnologias da informação e das comunicações, tema inserido com sentido de prioridade na agenda dos trabalhos preparatórios da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA.

Senhor Presidente,

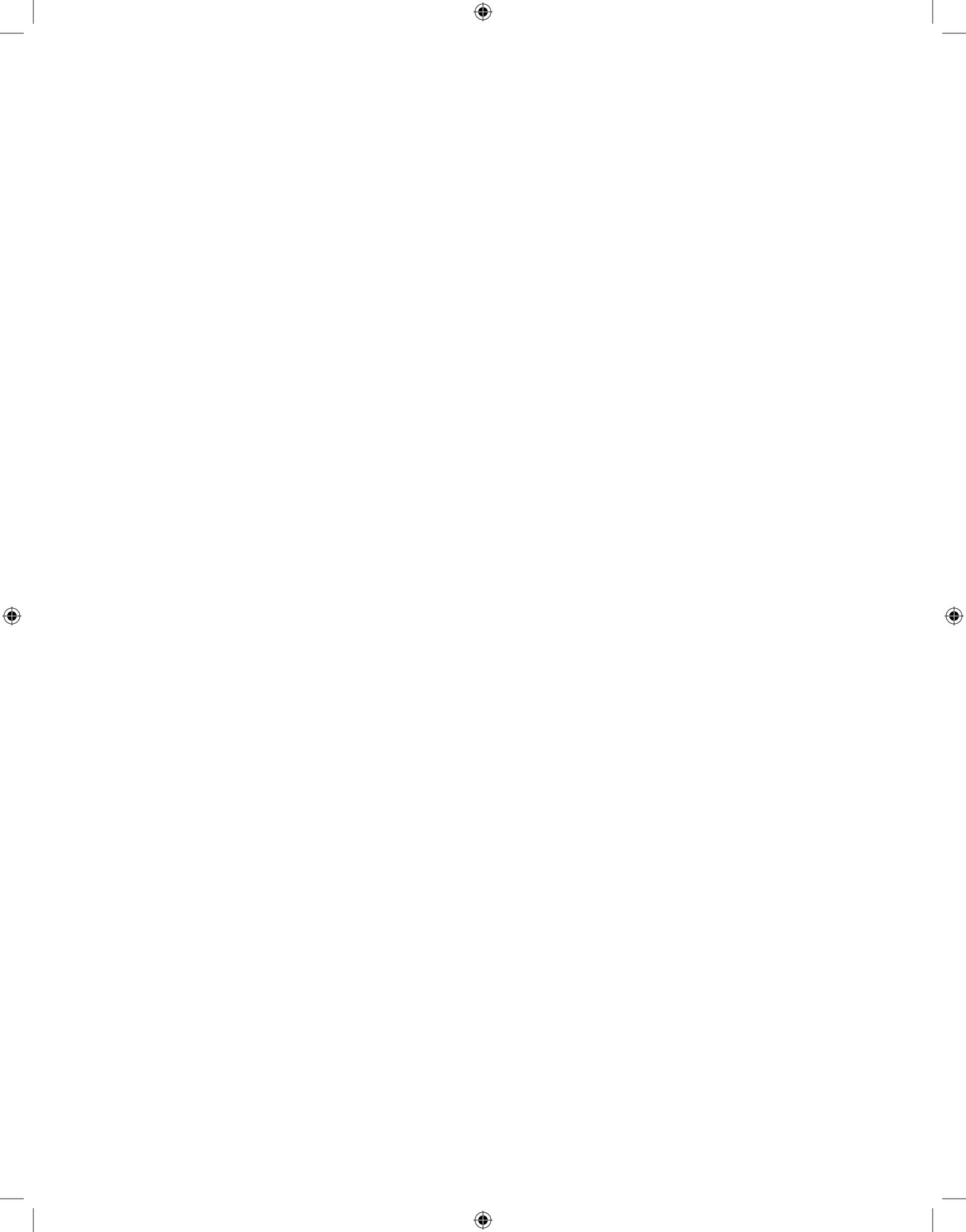
No plano comercial, nossos países favorecem o lançamento de uma rodada de negociações comerciais que reforcem o multilateralismo e, nesse sentido, a OMC. As negociações, para serem efetivas, precisam ajudar a corrigir o déficit de desenvolvimento que ainda prejudica nossos países, ao incluir perspectivas concretas de mudanças significativas no comércio agrícola e têxtil, maior disciplina no recurso a medidas anti-dumping e um tratamento especial e diferenciado capaz de traduzir-se em vantagens concretas em favor dos países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Impõe-se retomar o diálogo Norte-Sul sem confrontações estéreis, com espírito construtivo e disposição para abrir mão de posições maximalistas, que dificultam o consenso. O trabalho do G-15 não admite rigidez nem exclui interlocutores.

Façamos da era da informação e do conhecimento a era da construção e da superação de diferenças. A tecnologia disponível atualmente, no mundo, é capaz de aproximar pessoas, promover maior cooperação e democratizar o conhecimento. Os meios para promover uma verdadeira revolução do saber estão disponíveis. Há que aproveitá-los em benefício da igualdade de oportunidades entre os povos. Não podemos nem devemos desperdiçar esta oportunidade de queimar etapas rumo ao desenvolvimento sustentado, equilibrado e eqüitativo!

Muito obrigado.



XXXI ASSEMBLÉIA DA OEA

INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA XXXI ASSEMBLÉIA DA OEA, DURANTE O SEGMENTO DO DIÁLOGO DOS CHANCELERES “FORTALECIMENTO DO SISTEMA INTER-AMERICANO DE DIREITOS HUMANOS”. SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 5 DE JUNHO DE 2001

Ao intervir no segmento do Diálogo de Chanceleres, dedicado à questão do fortalecimento do Sistema Interamericano de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, desejo registrar minha satisfação pela iniciativa e pela escolha desse tema.

O Sistema Interamericano foi inovador na promoção e proteção dos direitos humanos, ao adotar, com pioneirismo, no final dos anos 40, a Convenção Americana. Foram notáveis os avanços nas últimas quase cinco décadas. O Brasil reconhece esses avanços, cujos traços mais marcantes foram a adoção de diversos instrumentos jurídicos regionais de proteção do indivíduo, dentre os quais se ressalta a Convenção Americana dos Direitos Humanos; a expansão do papel e da competência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); a busca de maior eficácia do Sistema, com o exercício progressivo, por parte da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de papel mais ativo dentro do Sistema; e reivindicações crescentes de acesso direto do indivíduo à Corte.

A reflexão sobre a reforma e o fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos deve levar em conta toda a experiência acumulada.

O Brasil reconhece que o Sistema Interamericano desempenhou papel importante na luta pela redemocratização e pelo restabelecimento do Estado de Direito nos países da América Latina. Estamos convencidos de que a busca de reformas que modifiquem as prioridades do Sistema é decorrência direta da progressiva democratização do processo político regional e da consolidação das liberdades fundamentais no Continente.

Nossas posições, no processo de reforma, visam a outorgar crescente legitimidade política e segurança jurídica ao Sistema Interamericano. Com base nesse entendimento, o Brasil tem participado ativamente do processo de reflexão sobre a reforma do Sistema, o qual se iniciou por ocasião da XXVI Assembléia-Geral, no ano de 1996.

Ao longo do processo, temos defendido os seguintes princípios:

- as reformas devem ser conduzidas com base em amplas consultas, sem açodamento;
- deve-se reforçar a dimensão jurisdicional do Sistema, o que implica o progressivo fortalecimento do papel da Corte

Interamericana e a revisão das funções atuais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O fortalecimento da Corte como órgão jurisdicional principal do Sistema é elemento da reforma que nos parece especialmente promissor;

- as mudanças no Sistema devem refletir o consenso dos diversos atores envolvidos, dentre os quais se incluem os Estados membros, a Corte Interamericana e a CIDH;
- as reformas não devem conduzir a uma ruptura, mas a um aggiornamento, a ser concretizado gradualmente;
- os métodos de trabalho da Comissão devem necessariamente ser mais transparentes e juridicamente seguros, o que contribuirá para um clima de maior confiança entre Estados e esse órgão.

Ressaltamos, em particular, a necessidade de assegurar-se a sobrevivência, a eficácia e a credibilidade do Sistema, através de sua universalização, assim entendida como a adesão à Convenção Americana sobre Direitos Humanos por parte de todos os países membros da OEA. Constatamos que, caso se torne verdadeiramente hemisférico, o Sistema Interamericano em muito ganhará em eficácia e autoridade.

É nesse contexto que estamos apresentando à XXXI AGOEA, em co-patrocínio com os países da ALADI, o projeto de resolução “Apoio aos Instrumentos Interamericanos de Direitos Humanos”, o qual prevê iniciativas destinadas a ampliar a adesão dos países americanos aos instrumentos hemisféricos de direitos humanos, com o intuito de lograr-se a efetiva universalização do Sistema. Falo isso com a tranqüilidade de que, por ocasião de mandato anterior como Ministro das Relações

Exteriores do Brasil, efetuou gestões junto ao Congresso brasileiro em favor da adesão do país à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, bem como depositou, em seguida, o instrumento de ratificação da Convenção.

O Governo brasileiro reitera sua posição favorável ao reforço financeiro do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, não sendo aceitável que a carência de recursos comprometa a consolidação de importante conquista dos países e dos cidadãos do continente. No entanto, a escassez de recursos observada na maior parte dos países da região dificulta a fixação a priori de percentuais de contribuição por países, tornando-se necessário esforço consensual entre os países membros a fim de definir o mecanismo mais eficiente de destinação de recursos para os órgãos do Sistema.

De modo geral, a busca de consenso entre os países americanos deve nortear as discussões das propostas destinadas ao fortalecimento do Sistema, dentre as quais se incluem aquelas voltadas para a ampliação do acesso direto do indivíduo à Corte Interamericana, bem como aquelas relacionadas à Reforma dos Regulamentos da Comissão e da Corte.

Além de participar do exercício que visa ao fortalecimento do Sistema, o Brasil está igualmente apresentando na XXXI AGOEA o projeto de resolução “Elaboração de um Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância”. Consideramos essa iniciativa como um reforço ao processo de fortalecimento do Sistema, já que, em nossa percepção, a Organização dos Estados Americanos ressentese de um instrumento jurídico atualizado que se mostre capaz de não apenas coibir o racismo e a intolerância, mas também de prover mecanismos reparatórios eficazes para as vítimas de discriminação racial.”

SEMINÁRIO “O BRASIL E A ÁSIA NO SÉCULO XXI”

PRONUNCIAMENTO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA ABERTURA DO SEMINÁRIO “O BRASIL E A ÁSIA NO SÉCULO XXI: AO ENCONTRO DE NOVOS HORIZONTES”. BRASÍLIA, 7 DE JUNHO DE 2001

Senhoras e senhores,

É com grande satisfação e, ao mesmo tempo, com um sentimento de expectativa intelectual que presido à abertura deste seminário. Julgo extremamente bem vinda esta oportunidade para uma reflexão conjunta entre participantes brasileiros e asiáticos acerca das perspectivas do relacionamento entre o Brasil e a Ásia no novo século que se abre. Como dois espaços geoeconômicos e culturais de grande dinamismo no mundo atual, temos muitas experiências a trocar e muita sinergia a compartilhar. Tenho a certeza de que este seminário constituirá fértil incubadora para identificação dos desafios e oportunidades que se colocam para nossas sociedades na era da globalização, assim como para a proposição de criativas estratégias de cooperação entre nós.

No final do século XIX, o Governo brasileiro passa a entrar em relações formais com estados asiáticos. Assim, em 1880, o Brasil firma acordo de intercâmbio comercial com o império chinês e, em 1985, assina o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão. Treze anos depois, em 1908, tem início a corrente imigratória regular de colonos japoneses para as lavouras cafeeiras de São Paulo. Conquanto não seja o caso de

me deter sobre esse ponto neste momento, a contribuição desses imigrantes e seus descendentes à sociedade brasileira constitui um marcante capítulo da formação histórica do nosso País. Seguiram-se, posteriormente, não menos importantes contribuições da imigração chinesa e coreana, ajudando a compor o que se tornou conhecido como o “cadinho de raças” brasileiro, integrado pelas mais diversas etnias e nacionalidades de origem.

Do ponto de vista da política externa brasileira, a Ásia se apresenta como uma das frentes mais promissoras de atuação diplomática e que cabe explorar ativamente. Ao longo do tempo, o Brasil foi tecendo uma sólida rede de relacionamento com países asiáticos, tanto na vertente econômica quanto na humana. Temos laços sólidos e cooperativos com países como Japão, China, Coréia do Sul e Índia. Estamos intensificando crescentemente o diálogo com os países do Sudeste Asiático e do Subcontinente Indiano. Dentro do País, abrigamos significativa parcela populacional de origem japonesa, chinesa e coreana, assim como temos importante comunidade brasileira vivendo no Japão. Tudo isso demonstra que a Ásia não é estranha aos brasileiros. Entretanto,

acreditamos que muito mais pode ser feito para adensar ainda mais esses vínculos.

Em tempos recentes, o ativo interesse na retomada de contatos de lado a lado. Em tempos recentes, visitaram o Brasil, entre outros altos dignitários, os Primeiros Ministros da Tailândia e de Singapura, o líder timorense Xanana Gusmão, os Ministros do Exterior da China e da Malásia e os Presidentes da Indonésia e da China. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, realizou visitas a China, Índia, Malásia e Japão durante seu primeiro mandato. Agora, no início do novo século realizou pioneira visita a Seul, Dili e Jacarta. Esses intercâmbios de alto nível, além de outras visitas ministeriais e empresariais expressivas, auguram favoravelmente para uma nova fase ascendente nas relações entre o Brasil e a Ásia.

Este Seminário oferece oportunidade única para um fecundo intercâmbio de propostas e avaliações. A comparação de análises a partir de perspectivas e experiências diversas pode proporcionar conclusões criativas e parcerias inovadoras. Temos muito a aprender uns com os outros e estou certo de que ao final do exercício sairemos enriquecido com uma melhor compreensão mútua de nossas realidades.

Um dos temas a se perquirir neste seminário poderia ser a questão de como o Brasil e seus parceiros asiáticos deveriam interagir entre si para obter uma inserção mutuamente vantajosa no mundo globalizado. Como avaliar os desafios e oportunidades existentes nos respectivos entornos e como divisar respostas criativas que promovam o desenvolvimento cooperativo das duas regiões? Quais as novas configurações de atores melhor atendem às exigências ainda pouco claras de um mundo em

reacomodação sistêmica? Como harmonizar e tornar solidários os liames entre os países da Ásia e América Latina em dimensões como a social, econômico-comercial, ambiental, científico-tecnológico, cultural e outras?

Para um relacionamento correto e profícuo, não basta a fácil constatação das diferenças e exotismos, mas sim um esforço consistente de captação das essências e de apreciação das especificidades de cada sociedade. Só assim se chega a uma empatia mutuamente equilibrada, que serve de alicerce para uma cooperação duradoura entre as nações. Este seminário poderia, a esse respeito, aprofundar as reflexões acerca dos elementos que contribuiriam para o fortalecimento dessa compreensão mútua entre os nossos países através da sinergia emanada da diversidade.

Outro tema de importância crucial para ser debatido neste seminário é a questão da cooperação entre nós no campo da ciência e tecnologia. É ponto pacífico que o fator conhecimento constitui aspecto fulcral do processo de globalização e que a nova linha de inclusão/exclusão não passa nem pelo meridiano leste-oeste, nem pelo paralelo norte-sul, mas pela divisória digital. A cooperação científica e tecnológica constitui uma das áreas mais promissoras de atuação solidária entre nossos países, mormente com vistas a queimar etapas e reduzir o hiato digital que ameaça crescer exponencialmente na ausência de uma resposta proativa dos países em desenvolvimento. Já existem exemplos exitosos de cooperação Sul-Sul neste campo, como o Projeto CBERS entre o Brasil e a China. Outros estão em curso com países como a Coreia do Sul e a Índia. É mister encontrar nichos estratégicos que exerçam efeitos propagadores para outras

áreas de conhecimentos e atividades, de modo a beneficiar parcelas crescentes de países e populações que, de outra forma, correm o risco de serem os novos excluídos do e-sistema.

Por fim, caberia voltar mais uma vez as atenções para as vertentes econômica e humana das relações entre a América Latina e a Ásia. Em particular, torna-se oportuno uma análise retrospectiva e uma avaliação prospectiva dos fluxos humanos, de bens e de capital que percolam as duas regiões. É interessante notar que a vinda de contingentes asiáticos para a América Latina a partir de fins do século XIX passa a dar lugar a um contra fluxo latino-americano para a Ásia nas últimas décadas do século XX. Hoje, a cultura e os costumes brasileiros estão muito presentes no Japão através da presença de nossos concidadãos naquele país. Por outro lado, tanto a Ásia quanto a América Latina, tem sofrido os efeitos negativos da volatilidade dos fluxos de capitais. Enquanto isso, o intercâmbio de bens e serviços entre as duas regiões se encontra ainda bem aquém de seu potencial, tanto quantitativo quanto qualitativo.

Tenho a certeza de que ao cabo destes dois dias de discussões, sairemos com um conhecimento muito mais aprofundado das realidades e potencialidades de nossos parceiros e de nós mesmos.



PALESTRA NA CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL-ALEMANHA

PALESTRA MINISTRADA PELO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA CÂMARA DE
COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL-ALEMANHA - “O MERCOSUL ENTRE
ALCA E UNIÃO EUROPÉIA, E AS PERSPECTIVAS PARA O RELACIONAMENTO
BRASIL-ALEMANHA”. SÃO PAULO, 8 DE JUNHO DE 2001

É com grande satisfação que acolhi o convite para participar desta reunião da Câmara de Comércio Brasil - Alemanha. Esta Câmara que vem prestando, há várias décadas, relevantes serviços à aproximação entre os dois países, hoje se debruça sobre um empreendimento que tem o potencial para mudar o panorama das relações bilaterais.

O Brasil é um país que se orgulha de ter uma política externa com presença universal, com interesses em todos os quadrantes. Alguns destes interesses são fortemente marcados pelo momento histórico e por circunstâncias políticas e traduzem-se, por conseguinte, em relações que tiram muito de sua substância da realidade conjuntural. Outros relacionamentos, porém, são mais permanentes. A vizinhança, por exemplo, é um fator que faz da América do Sul “a circunstância no nosso eu diplomático”. Uma obra bem sucedida, secular, de superação de conflitos e de aproximação resultou no Mercosul, o nosso principal projeto de política externa.

O relacionamento Brasil – Alemanha também se caracteriza – por sua duração, por

sua densidade, por sua resistência a percalços momentâneos, ainda que por vezes de grande intensidade, por sua abrangência temática – como um componente central da política externa brasileira ao longo do tempo. Como disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso em Berlim, é um “relacionamento que atingiu um grau tão elevado de densidade e qualidade que passou a ter sentido verdadeiramente estratégico para a atuação internacional de ambos os países”.

Quais serão as implicações das negociações da ALCA e entre o Mercosul e a União Européia para essa parceria Brasil – Alemanha? Ainda é cedo para estimar os efeitos econômicos de acordos cujos contornos ainda estão indefinidos, e cuja implementação ainda se estenderá por muitos anos. Ainda assim, um primeiro – e positivo – resultado daquelas negociações é o interesse renovado que temos percebido, por parte dos empresários e das autoridades européias, no Brasil e no Mercosul.

De fato, era difícil evitar, até há pouco tempo, a sensação de que a América Latina ocupava uma posição secundária na lista de

prioridades da União Européia. O processo de adaptação da União Européia para incorporar os países do Leste Europeu, e o diálogo com os países do Mediterrâneo, com a África e, mais recentemente, até mesmo com a Ásia, relegavam o relacionamento entre as duas regiões a uma certa inércia.

O lançamento de negociações com vistas à conclusão de um acordo de livre comércio inter-regional, em junho de 1999, pelos Chefes de Estado do Mercosul e do Chile e da União Européia, colocou as relações entre as duas regiões em um novo patamar qualitativo. Ainda que, num primeiro momento, as negociações tenham progredido lentamente, nas reuniões do Comitê de Negociações Bi-regionais realizadas em novembro de 2000, em Brasília, e em março último, em Bruxelas, tivemos a satisfação de observar a maior disposição, por parte de nossos parceiros europeus, em fazer avançar os trabalhos. Estamos bem encaminhados para o início, no segundo semestre, de discussões sobre métodos, modalidades e calendário das negociações para a eliminação progressiva das tarifas sobre bens e para a liberalização do comércio de serviços.

Com isso, as negociações entre o Mercosul e a União Européia ocorrerão, se não simultaneamente, ao menos em paralelo com as negociações correspondentes na ALCA. Embora não seja realista esperar uma correspondência absoluta entre os dois processos, até mesmo em função da diferença no número de atores, não temos escondido nosso desejo de que nossas duas principais negociações comerciais procedam em ritmos similares. O Brasil, como seus parceiros do Mercosul, tem seu comércio exterior dividido de maneira relativamente equilibrada entre as diferentes regiões. No ano passado, a América do Norte foi o destino de um quarto

de nossas exportações, ao passo que a União Européia representou proporção similar - 27%. Não temos interesse em forçar desvios significativos no padrão de equilíbrio de nosso comércio internacional, através de uma ligação preferencial, de caráter excludente, com apenas um dos grandes pólos da economia internacional. É claro que um cenário desse tipo tampouco interessaria a nossos parceiros europeus.

O interesse mútuo é condição necessária, mas não suficiente, para o sucesso das negociações. Para o Mercosul, o objetivo básico do Acordo Mercosul – União Européia deverá ser o de garantir acesso equilibrado aos respectivos mercados. Isso implica necessariamente, de um lado, a eliminação das graves restrições de acesso que produtos do interesse exportador do Mercosul sofrem na União Européia. De outro, significa definir disciplinas para a eliminação de subsídios, em especial na área agrícola, e medidas de efeito equivalente que afetam, direta ou indiretamente, os bens objeto de comércio. Não seria razoável pedir ao Mercosul que abra seu mercado a produtos europeus pesadamente subsidiados, que poderiam deslocar a produção interna.

Uma negociação meramente tarifária, sem levar em conta os aspectos acima, tenderia a favorecer de maneira desequilibrada a União Européia, que já pratica tarifas substancialmente mais baixas que o Mercosul mas, em contrapartida, protege setores de sua economia com restrições não tarifárias e distorce o mercado por meio de subsídios. Por outro lado, é conhecida a posição européia de somente negociar compromissos mais restritivos em matéria de subsídios agrícolas no âmbito multilateral e de não alterar os fundamentos da Política Agrícola Comum antes de 2006.

Parece claro, portanto, que a conciliação dessas posições deverá exigir grande esforço negociador. São negociações complexas, uma vez que não se reduzem a sua componente tarifária. Em função das diferenças na estrutura de regulamentação do comércio entre as duas regiões, o Mercosul defende a necessidade de um acordo prévio que permita simetria no processo de desgravação. Para o Mercosul é importante, para dar previsibilidade, equilíbrio e transparência ao processo, que todas as tarifas específicas sejam convertidas, na tarifa base - sobre a qual se aplicarão as reduções tarifárias - em seu equivalente ad valorem. É igualmente importante estabelecer disciplinas para a eliminação das outras distorções que afetam o comércio bilateral, tais como progressividade e picos tarifários, quotas, subsídios à exportação e medidas de apoio interno.

Não se trata aqui de exigir a eliminação prévia das barreiras europeias a nossas exportações, mas simplesmente do estabelecimento de critérios que permitam um processo equilibrado de desgravação. Em contraste, a União Européia apresentou uma proposta de compromisso político de não aumentar as tarifas de nação mais favorecida vigentes que, na prática, consistiria em uma concessão unilateral por parte do Mercosul, que pratica tarifas que, em geral, são inferiores aos níveis consolidados na OMC.

Outro exemplo da complexidade das negociações é dado pelas diferenças de perspectiva em relação a regras de origem. O Mercosul defende critérios gerais para a determinação de origem, baseados em mudança de posição tarifária e em percentuais de valor agregado regionalmente, com a possibilidade de regras específicas para produtos de maior sensibilidade. Já a União Européia prefere estabelecer requisitos próprios, que podem

conter a descrição de processos produtivos básicos, para todos os produtos.

Creio ser útil enfatizar aqui que nosso objetivo das negociações com a União Européia, assim como na ALCA, é alcançar acordos que efetivamente contribuam para a eliminação de restrições a substancialmente todo o comércio, condição, aliás, para sua compatibilidade com os acordos da OMC.

Os estudos econométricos já realizados têm indicado que os países do Mercosul teriam mais a ganhar com um acordo de livre comércio com a União Européia do que com os Estados Unidos. Em certa medida, essa conclusão simplesmente reflete a importância dos obstáculos a nossas exportações no mercado comunitário. Apesar das conhecidas implicações da Política Agrícola Comum, nossas exportações para a União Européia apresentam marcada preponderância de produtos básicos, o que reflete, entre outros fatores, a importância do escalonamento tarifário contra nossos produtos, que fez, por exemplo, com que a Alemanha se tornasse um dos principais exportadores de café solúvel do mundo.

As negociações do Mercosul com a União Européia deverão, por conseguinte, resultar em um aumento efetivo no acesso de nossos produtos agrícolas e industriais aos mercados europeus. Os países do Mercosul desejam que o crescimento do comércio internacional reflita as vantagens comparativas de cada região e que também propicie o aumento sustentado de nossas exportações com maior valor agregado.

Os investidores alemães no Brasil terão muito a ganhar com um acordo que proporcione acesso efetivo de nossas exportações ao mercado comunitário. Mesmo aqueles investidores que tem seus interesses voltados prioritariamente para o mercado brasileiro e

do Mercosul também terão a ganhar com um acordo que contribua para a sustentabilidade de longo prazo do balanço de pagamentos dos países do Mercosul.

Um acordo equilibrado, que abra mercados e permita o crescimento sustentado do comércio e dos investimentos entre o Mercosul e a União Européia contribuirá em muito para consolidar a parceria entre o Brasil e a Alemanha, com benefícios para empresários e consumidores nos dois países. A vertente econômica também se refletirá, como no passado, no incremento do relacionamento humano, cultural, científico e tecnológico entre os dois países.

As maiores economias da União Européia e do Mercosul serão os maiores beneficiários do estreitamento dos laços entre as duas regiões. Cabe a nós, por conseguinte, a responsabilidade de sermos seus maiores promotores. Como eu disse anteriormente, há questões difíceis a serem resolvidas, que requererão equilíbrio e pragmatismo. São qualidades de que Brasil e Alemanha já demonstraram dispor amplamente no passado, até mesmo na construção de seus respectivos agrupamentos regionais.

Muito obrigado.

SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA-GERAL DA ONU

DISCURSO DO EMBAIXADOR GILBERTO VERGNE SABÓIA, SECRETÁRIO DE ESTADO PARA DIREITOS HUMANOS, NA III SESSÃO DO COMITÊ PREPARATÓRIO PARA A SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA-GERAL DE SEGUIMENTO À CÚPULA MUNDIAL SOBRE A CRIANÇA. NOVA YORK, 12 DE JUNHO DE 2001

Senhora Presidente,

Gostaria de manifestar de início o reconhecimento da minha Delegação pela forma como Vossa Excelência tem conduzido os trabalhos do Comitê Preparatório quando prosseguimos para a fase final dessas negociações. Estamos honrados em vê-la presidindo esse processo, como representante do Grupo da América Latina e do Caribe. Gostaria, também, de expressar o meu reconhecimento pelo trabalho árduo que está sendo executado pelos outros membros da Mesa, e por intermédio de Vossa Excelência, gostaríamos de agradecê-los por isso.

Minha Delegação deseja também registrar seu reconhecimento pelo papel crucial que o UNICEF está tendo na função de secretária substantiva durante este processo. Os esforços incansáveis e a qualidade do trabalho do secretariado tiveram uma influência positiva nessa negociação e somos gratos por isso.

A Delegação Brasileira compartilha plenamente as posições expressadas pela Delegação do Chile no seu discurso proferido ontem em nome do Grupo do Rio. Gostaria de juntar minha voz àquela dos oradores

anteriores que elogiaram o Secretário-Geral das Nações Unidas pela natureza abrangente de seu relatório.

Esse relatório fortalece nossa esperança de que o mundo possa se tornar um lugar melhor para nossas crianças e adolescentes. Em realidade, mostra que em algumas áreas e regiões do mundo, essa mudança já aconteceu. Enormes progressos foram alcançados pelos altos níveis de imunização, redução da mortalidade infantil e um esforço considerável para enviar crianças à escola e mantê-las lá, afastadas das piores formas de trabalho infantil e protegidas das muitas e variadas formas de violência que as ameaçam.

O panorama que surge desse documento revela um quadro diversificado, que nos inspira ao olharmos o quanto foi alcançado, mas também nos preocupa vivamente e requer um esforço coordenado e duradouro, tanto no âmbito nacional como no internacional. Quando constatamos juntamente com o Secretário-Geral que estamos vivendo em um período de prosperidade global sem precedente, é realmente desanimador verificar que metade da humanidade, 3 bilhões de

peças, sobrevivem com 2 dólares por dia ou menos e ver que a distância entre pobres e ricos continua aumentando. A pobreza está privando milhões de crianças e adolescentes dos seus mais fundamentais direitos humanos.

Não podemos aceitar que 10 milhões de crianças morram a cada ano de doenças evitáveis quando levamos em conta os avanços tecnológicos e científicos dos últimos anos e o consenso moral e ético que surgiu na última década para valorizar o ser humano; se olharmos para o que tem sido feito na divulgação e no respeito aos direitos humanos, após as várias conferências globais e a adoção de instrumentos internacionais, dos quais muito de nós nos tornamos parte, não podemos aceitar que milhões de crianças permaneçam fora das escolas nem que milhões de crianças estejam sujeitas às piores formas de trabalho. Não aceitamos as muitas formas de discriminação, em particular contra mulheres e meninas, nem aceitamos a crescente contaminação de crianças pelo vírus HIV/ AIDS. Condenamos todos os tipos de violência contra crianças, seja ela doméstica, resultado de uma vida nas ruas ou por causa de conflitos armados.

Senhora Presidente,

Em meu país também obtivemos progressos significativos. Muito foi alcançado mas as dificuldades persistem e os desafios precisam ser vencidos em relação à promoção e proteção dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes; podemos no entanto assegurar que a situação geral dos nossos jovens cidadãos é muito melhor hoje do que era há uma década. Os últimos 11 anos foram cruciais para a implementação dos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros, especialmente no que diz respeito ao sistema legal que foi adotado nesse período, notadamente por meio

da promulgação da Constituição Federal de 1988, da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e da Convenção dos Direitos da Criança, ratificada naquele mesmo ano. Recentemente, assinamos ambos os Protocolos Opcionais dessa Convenção. O Estatuto da Criança e do Adolescente é, internamente, o instrumento legal mais importante para a proteção dos direitos da criança e do adolescente. É considerado pelo UNICEF como um dos mais avançados instrumentos legais do gênero, no mundo. Sua implementação significou o início de um processo de um reordenamento institucional, envolvendo mudanças de conteúdo, método e gestão necessárias para a efetivação dos direitos fundamentais das crianças e para a adoção de um enfoque garantidor de direitos, voltado para a proteção integral e a mudança das relações da criança e do adolescente com o Estado, a família, em suas várias formas, e a sociedade.

Outra meta para aumentar a promoção e a proteção dos direitos humanos da criança está sendo implementada por meio de leis e de políticas que assegurem o seu registro de nascimento.

Na área de Saúde, o Brasil conseguiu atingir ou chegou perto de atingir muitas das metas traçadas durante a Cúpula Mundial. Progressos significativos foram alcançados por meio da redução nas taxas da mortalidade infantil e na infância, das mortes associadas principalmente com diarreias, das infecções respiratórias agudas e das doenças imunopreveníveis. A poliomielite foi erradicada no Brasil. A prioridade dada às campanhas de amamentação resultou no considerável aumento dessa prática. Os níveis de desnutrição também baixaram, resultando em uma melhor nutrição tanto para a criança como para a mãe. Registraram-se altos

índices de sal iodado para consumo humano. Aumentou o uso de métodos anticonceptivos. As assistências pré e pós-natal também melhoraram significativamente.

Apesar de estarmos encorajados pelas vitórias alcançadas, ainda existem áreas onde o sucesso está por vir. São necessários maiores esforços para diminuir a persistentemente alta taxa de mortalidade materna e neonatal. Do mesmo modo, esforços estão sendo realizados para reduzir a gravidez precoce, diminuir os índices de baixo peso ao nascer e eliminar as disparidades nos indicadores de saúde e nutrição entre comunidades rurais e urbanas. Para diminuir essas disparidades, o Governo brasileiro está promovendo uma transformação na assistência básica por meio do trabalho de mais de 150 mil agentes comunitários de saúde e mais de 11 mil equipes de saúde da família, em todo o Brasil, principalmente nas regiões mais pobres do País.

Minha Delegação vê com satisfação a atenção que o relatório do Secretário-Geral e o projeto de documento final dão à necessidade de combater a epidemia do vírus do HIV/Aids, principalmente no tocante a mulheres, crianças e adolescentes. Esse é um tópico onde o apelo do Secretário-Geral para um maior engajamento dos líderes mundiais é crítico. O Governo brasileiro vem implementando com sucesso um programa que abrange a prevenção e o tratamento das pessoas portadoras do vírus do HIV/Aids, incluindo o acesso gratuito e universal a medicamentos anti-retrovirais. Sentimos que providências urgentes e decisivas, tanto no plano nacional e internacional, devem ser tomadas para fazer frente à questão da transmissão vertical, por meio de uma estratégia igualmente abrangente que inclua um tratamento acessível tanto para as mães como para as crianças.

Senhora Presidente,

A estrutura do sistema educacional melhorou significativamente nos últimos 5 anos tanto do ponto de vista da cobertura assim como da qualidade de ensino. Esse progresso resulta de reformas legais, parcerias entre as três esferas de governo (nacional, estadual e local), do aumento da participação da sociedade assim como da consistência e da manutenção de políticas baseadas em diagnósticos derivados de um sistema abrangente de informações educacionais. Houve um aumento na alfabetização, particularmente entre a população mais jovem de meninas e mulheres. A taxa de escolarização líquida da população de 7-14 anos aumentou consideravelmente. O ensino primário e secundário tornou-se acessível para um número maior de estudantes. Houve diminuição nas taxas de abandono e reprovação assim como melhoria no desempenho escolar. Gostaríamos também de chamar a atenção para o programa da merenda escolar que há muitos anos está beneficiando, em nível nacional, milhões de estudantes do meu País. Alguns dos principais desafios que temos que suplantar no futuro, na área de educação, são a necessidade de regularizar o fluxo escolar, diminuindo a repetência e a defasagem idade-série e a melhoria na qualidade da educação como um todo.

No Brasil, vários programas têm sido implementados, com sucesso, para manter as crianças nas escolas, oferecendo bolsas com a finalidade de erradicar o trabalho infantil e de apoiar crianças de famílias de baixa renda. Inspirados por esses resultados positivos, o Governo brasileiro começará um programa nutricional por meio do qual será dado apoio financeiro e de saúde para a mãe desde o início da gestação até seu filho ou filha completarem

6 anos de idade. Esse programa está destinado às famílias de baixa renda e será direcionado para as mulheres e crianças com risco de desnutrição.

Senhora Presidente,

Apesar dos avanços alcançados novos esforços serão necessários para garantir que os padrões legais sejam melhor cumpridos a fim de assegurar a adequada proteção para todas as crianças, principalmente àquelas expostas a situações difíceis. A esse respeito, foi lançada, no ano passado, uma campanha contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Estamos também comprometidos em modificar e melhorar as condições adversas que adolescentes em conflito com a lei têm de enfrentar, em consequência da superpopulação das instituições para reabilitação de adolescentes e a falta de programas adequados de educação e inserção social.

Minha Delegação concorda com a recomendação feita no relatório do Secretário-Geral e no projeto de documento final de que metas nacionais, regionais e sub-regionais venham a ser desenvolvidas quando necessário. Metas assim definidas poderão refletir situações nacionais específicas de uma forma mais objetiva do que metas globais. Do mesmo modo, concordamos com a opinião de que uma maior desagregação dessas informações é necessária para permitir que os dirigentes políticos e administradores possam identificar e posteriormente proporcionar apoio para as crianças menos favorecidas. O Governo

brasileiro acredita que deve haver uma sólida e contínua avaliação das possibilidades reais de implementação de todas as metas relativas às crianças e aos adolescentes, acordadas em nível internacional. Métodos de avaliação de como os países estão se aproximando desses objetivos devem ser aperfeiçoados de modo a determinar esses avanços de maneira mais precisa do que através dos atuais métodos estatísticos. Desse modo, poderá ser mais fácil identificar onde ocorreram avanços assim como identificar melhor os obstáculos a serem superados.

Senhora Presidente,

Minha delegação concorda com o ponto de vista do Secretário-Geral de que os recursos básicos necessários para ajudar as crianças estão ao alcance das nossas mãos, faltando somente vontade política, uma administração melhor enfocada, investimentos adequados e uma visão de futuro. A Sessão Especial deve ser uma oportunidade para redefinir nossas prioridades e lembrarmos-nos de que nosso primeiro compromisso é com a criança. A Sessão Especial deve também dar novo impulso à divulgação e proteção dos direitos da criança e ajudar a consolidar e ampliar as alianças entre todos os setores da sociedade, organizações não-governamentais e o setor privado em benefício da criança e do adolescente.

Obrigado, Senhora Presidente.

ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DE MOÇAMBIQUE

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DE MOÇAMBIQUE, JOAQUIM CHISSANO. BRASÍLIA, PALÁCIO DO ITAMARATY, 21 DE JUNHO DE 2001

É com imensa satisfação, Presidente Joaquim Chissano, que recebo Vossa Excelência no Brasil. Aceite as mais calorosas boas vindas do Governo e do povo brasileiro, extensivas à sua ilustre comitiva.

Quero reafirmar meu agradecimento pela generosa acolhida que me foi dispensada em Maputo no ano passado, quando lá estive para participar da Terceira Reunião de Cúpula da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Apoiei com entusiasmo a eleição de Vossa Excelência para a Presidência da CPLP e recebi com gratidão o endosso de seu Governo à assunção pelo Brasil da Secretaria Executiva, onde a Doutora Dulce Pereira tem como Adjunto o Professor moçambicano Zeferino Martins. A CPLP é tema maior em nossa pauta e desejamos que assim permaneça, já que nos permite atualizar um valioso legado histórico e cultural com projetos concretos de cooperação técnica e concertação política.

Vossa Excelência sabe da determinação de meu Governo em continuar a fazer do mandato moçambicano-brasileiro à frente da CPLP um instrumento de reforço dos vínculos entre os países lusófonos, que queremos cada dia mais solidários. Afirmo em Maputo, e agora reitero, a importância de que saibamos

articular posições sobre os temas na ordem do dia da agenda internacional.

Vejamos, como bom exemplo, a Conferência de Durban contra Discriminação Racial, onde teremos a oportunidade de reforçar o compromisso da comunidade internacional no combate a todas as formas de racismo. Meu Governo se orgulha de ter admitido o débito do país com sua população negra e de estar empenhado na implementação de um amplo programa de políticas compensatórias.

Ao olhar de frente para a questão racial, o Brasil se reconcilia com sua formação histórica e aplaina o terreno para uma identidade ainda mais profunda de sentimentos e propósitos com os povos irmãos da África. Se a história, redimida, nos aproxima, as circunstâncias do presente também reclamam pontos de vista comuns, vitimados como somos todos, em maior ou menor grau, pela natureza assimétrica da globalização.

Nada justifica a existência de instrumentos protecionistas que continua a dificultar o acesso de nossos produtos agrícolas aos mercados dos países afluentes, exatamente os mesmos que nos cobram adesão irrestrita aos ditames do livre-cambismo. Continuaremos a levantar nossa voz contra as distorções de mercado.

Como continuaremos a defender o acesso universal a medicamentos contra o vírus da AIDS, sem restrições impostas pela ambição de lucros excessivos. Não há como tolerar a sacralização do instituto de patentes em casos dessa natureza. Isto fere os mais elementares princípios da cooperação internacional.

O Brasil não está sendo indiferente, é bom que se deixe claro, à importância de práticas preventivas. Tanto é assim que o país se tornou referência mundial em políticas de prevenção. O que não aceitamos é que se negue a prestação da assistência devida a milhões de vítimas. Mas Vossa Excelência sabe que o Brasil adota outra orientação. Acabamos de firmar convênio ampliando a cooperação entre nossos Governos em HIV/AIDS.

De recursos humanos a tecnologias de prevenção e tratamento, tudo aquilo que o Brasil conseguiu desenvolver nesse campo está à disposição dos amigos moçambicanos e das demais comunidades lusófonas da África. Não preciso lembrar que o adensamento de nosso intercâmbio em matéria de saúde pública se fez acompanhar de uma percepção cada vez mais clara das possibilidades que se abrem para a cooperação bilateral em outros campos, como a formação de recursos humanos, educação e desenvolvimento sustentável.

Os convênios hoje formalizados apontam nessa direção. Estou certo de que a aproximação entre nossos Governos também servirá de estímulo ao incremento dos investimentos brasileiros em Moçambique em áreas como mineração e infra-estrutura. Permita-me saudar uma vez mais, Presidente Chissano, como fiz em nossos encontros anteriores, o discernimento com que Vossa Excelência tem conduzido a modernização econômica de Moçambique, seja em projetos como os corredores de

desenvolvimento de Maputo e Nacala, seja na participação decidida na Comunidade de Desenvolvimento Sul-Africana (SADC).

Muito me sensibilizou a aceitação por Vossa Excelência de nosso convite para participar da próxima Reunião do Conselho do Mercosul, a ter lugar nos próximos dias, em Assunção. No ano passado, em Florianópolis, tivemos a satisfação de receber o Presidente Thabo Mbeki, quando foi firmado Acordo-Quadro para a criação de zona de livre comércio entre a África do Sul e o Mercosul.

A presença de Vossa Excelência em Assunção será outro importante passo no sentido de uma maior aproximação entre os nossos respectivos processos de integração regional. Daí o renovado apreço do Brasil pelo papel de estabilidade que Moçambique tem exercido na África Austral. Sei que Vossa Excelência partilha minha preocupação com o continuado clima de hostilidade em Angola e que continuará empenhado em favorecer o pronto relançamento do processo de paz.

Presidente e amigo Joaquim Chissano,

A relação entre o Brasil e Moçambique é definitivamente uma relação plural, que evoca nossas múltiplas identidades. Partes do mundo lusófono, somos críticos da uniformização de valores que viria, apregoam muitos, na esteira da globalização. Comprometidos com a democracia, aprendemos a estimar o pluralismo e a repudiar o racismo, a intolerância, inclusive a que se perpetua pelo dogmatismo do mercado.

Buscamos o desenvolvimento de nossos povos pela integração com os vizinhos, mas sensíveis à importância do regionalismo aberto, que aproxima nossos países. Multifacetada como se apresenta, a aproximação entre nossos países não pode senão despertar o mais vivo interesse na sociedade brasileira.

Participa deste almoço uma pequena mostra daquilo que os anglo-saxões chamariam de “constituency” moçambicana no Brasil: parlamentares, acadêmicos, dirigentes de organizações não-governamentais, empresários, artistas. Todos eles acolheram nosso convite para dar testemunho do apreço do povo brasileiro por Vossa Excelência, por seu país, pela nação moçambicana, que dentro de cinco dias estará celebrando o vigésimo sexto aniversário de sua constituição como Estado independente.

Gostaria, dessa forma, de solicitar aos presentes que me acompanhem em um brinde à prosperidade do querido povo de Moçambique e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.



REUNIÃO DE CÚPULA DO MERCOSUL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA REUNIÃO DE CÚPULA DO MERCOSUL, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM. ASSUNÇÃO, 22 DE JUNHO DE 2001

Quero iniciar estas palavras convidando meus caros Presidentes e amigos para uma reflexão muito simples. Se hoje o Mercosul não existisse, tomaríamos aqui a decisão de criá-lo? Dez anos já se passaram desde que se firmou o Tratado de Assunção, e apesar da opinião dos céticos e dos pessimistas não se pode deixar de reconhecer que temos o que celebrar:

- um elemento de garantia da democracia em nossa região;
- um patrimônio de cooperação e solidariedade;
- um fator de paz, de estabilidade e de estímulo ao crescimento; e
- um grupo de nações com identidade própria, que reforça sua credibilidade internacional.
- E, se os céticos e pessimistas consideram que isto são conquistas vagas, há também resultados bastante concretos:
- a ampliação dos fluxos de comércio;
- a expansão das *joint ventures*;
- o êxito com que nos afirmamos como um pólo de atração de investimentos;
- a comunicação mais direta entre nossos parlamentos e partidos políticos;

- o avanço na criação de normas comuns em áreas de interesse direto para nossos povos, como justiça, educação, saúde, meio ambiente, emprego;
- a associação com países da América do Sul que não pertencem originalmente ao bloco (Bolívia, Chile e, agora, a Venezuela); e
- e a aproximação crescente com outros grupos regionais, entre os quais a União Européia, a Comunidade Andina, a África Austral, esta aqui representada hoje pelo Presidente de Moçambique.

Mas o que tivemos nesses dez anos foi, acima de tudo, a construção real – sem precedentes em nossa história – de um processo de integração entre países vizinhos. Por tudo isso, não hesito em dizer que se o Mercosul hoje não existisse, estaríamos lamentando dez anos perdidos.

E anos em que novos desafios nos foram impostos de fora para dentro:

- aceleração do processo de globalização;
- as impiedosas exigências de competitividade e de avanço tecnológico;

- o aprofundamento das assimetrias no comércio internacional e nas finanças; e
- os riscos de marginalização.

O que seríamos hoje sem o Mercosul? Povos talvez ainda alimentados por rivalidades e antagonismos do passado. Nações atuando isoladamente, continuando a viver as ilusões dos modelos de autarquia, protecionismo e auto-suficiência que só condenam ao atraso e à irrelevância. Talvez a Argentina não estivesse comprando automóveis, autopeças e tantos outros produtos brasileiros. E talvez o Brasil não estivesse importando petróleo, trigo e automóveis da Argentina.

Ou talvez não estivéssemos fortalecendo juntos, como estamos fazendo, nossa competitividade no agro-negócio e lutando, também juntos, contra as barreiras injustas que nos são impostas nos mercados internacionais. Felizmente, estamos aqui celebrando a amplitude de visão e o discernimento político que tornaram possível o Tratado de Assunção.

Estamos celebrando um projeto de sociedade que começamos a construir juntos. Não simplesmente a constituição de um mercado. O Mercosul é mais do que um mercado. Há problemas? Sim, é preciso reconhecer que houve e continua a haver problemas. Às vezes são inflados na percepção pública. O trem que sai no horário não é notícia.

Os 18 bilhões de dólares em mercadorias intercambiados pelos quatro países no ano 2000 talvez não sejam notícia de primeira página. Como talvez não o sejam os mais de 135 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros diretos recebidos pelos países do Mercosul no triênio 1998-2000. Notícias são as perfurações da Tarifa Externa Comum, as diferenças entre os regimes cambiais, as

pressões protecionistas, as manifestações de interesses corporativos, e assim por diante.

Quando há dificuldades, é importante o esforço de situá-las no quadro mais amplo dos interesses e aspirações de longo prazo de nossos povos. Nas condições atuais da economia internacional, a integração é um imperativo. Como imperativo é o modelo de regionalismo aberto em que se consolida o Mercosul. Já disse, e repito: o Mercosul é, para o Brasil, um destino. As opções vêm depois.

Temos, em nossa região, o privilégio de uma situação geográfica que nos permite a ambição, a ousadia de um projeto real de integração. Temos, em primeiro lugar, a proximidade física. Mais importante do que isso: temos a proximidade cultural, histórica e de valores entre nossas nações. Esta é a matéria com que se constrói a união entre os povos.

Caros Presidentes,

Minha experiência como pesquisador, homem público e, agora, Chefe de Estado sempre me aproximou das nações vizinhas e amigas que integram este foro. Orgulho-me de ter sido um dos que se dedicaram a trabalhar por uma consciência de integração na América Latina – ao lado de nomes como Prebisch, Medina Echavarría, Celso Furtado, Felipe Herrera, Aníbal Pinto e tantos outros – quando isso parecia um sonho distante.

A luta continuaria depois ao lado de amigos como Franco Montoro, Enrique Iglesias, Sarney, Alfonsín, Sanguinetti, e todos os Presidentes do Mercosul – atuais e passados – com os quais tenho compartilhado momentos de decisão e reflexão tão importantes no âmbito destas reuniões de cúpula.

Com os elementos que recolhi ao longo dessa trajetória pessoal de envolvimento com o tema da integração, posso e quero

dizer-lhes com toda convicção: tenho uma visão do futuro do Mercosul. A visão de um espaço comum de garantia da liberdade e de construção compartilhada da prosperidade. A visão de um espaço a partir do qual cada um de nossos países será mais forte, mais capaz de fazer frente aos desafios da economia globalizada.

Um espaço cuja vocação vai além do comércio: a vocação de integração profunda no plano econômico, inclusive monetário, e de crescente unidade no plano político, unidade que, no devido momento, encontrará expressão em instituições de caráter supra-nacional. Perto da grandeza desses objetivos, os interesses imediatos e localizados – por mais importantes que possam ser – tornam-se menores.

Não devemos ser vítimas de uma demonização dos interesses particulares. O Mercosul é obra de democracias, não de tecnocracias, e muito menos de plutocracias. E na democracia, os interesses isolados devem poder expressar-se no espaço público. Mas esse jogo livre dos interesses não é a conclusão ou o ponto final da democracia. É o seu ponto de partida.

É sobre esse pressuposto que se realiza o trabalho da liderança política. Não é fácil. Requer trabalho duro, cansativo. Às vezes requer coragem. O que nossos povos esperam de nós, Chefes de Estado, é que não sejamos presas do jogo de interesses, mas que saibamos conduzi-lo a bom porto. Que saibamos encontrar o tempo certo das decisões.

Que tenhamos a sensibilidade para imprimir o ritmo adequado, acelerando e “parando para respirar” quando necessário – não porque queiramos parar, mas porque queremos nos preparar para um salto maior. Quais devem ser as prioridades nesse esforço conjunto?

- Completar a Zona de Livre Comércio, assegurando que nosso processo de integração não conhecerá retrocessos.
- Impulsionar a implementação da União Aduaneira, mantendo-nos conscientes de que os waivers concedidos foram necessários em seu momento, mas são provisórios. É parte da essência do Mercosul ser uma união aduaneira. Abdicar desse objetivo significaria sujeitar o Mercosul ao risco da irrelevância, sem falar da perspectiva de dissolução em esquemas de integração mais abrangentes.
- Devemos prosseguir na construção do Mercado Comum e dos níveis mais profundos de integração econômica. Por que não adotar, por exemplo, uma política agrícola comum do Mercosul?
- Avançar na institucionalização do Mercosul, com a perspectiva da criação da arquitetura política necessária para assegurar o êxito do projeto integracionista no longo prazo.
- Persistir no trabalho de coordenação macroeconômica, que hoje já nos permite dispor de estatísticas comuns e amanhã poderá levar à definição dos critérios de convergência compatíveis com o mercado comum que estamos construindo.
- Revigorar os projetos de integração física e energética, tendo presente que hoje o desenvolvimento já não se faz unicamente em escala nacional, mas deve abarcar mais e mais o plano regional. É preciso pensar a expansão econômica em termos de cadeias produtivas espalhadas no espaço comum do Mercosul.

- Assegurar as condições de competitividade do Mercosul no âmbito internacional, inclusive por intermédio de eventuais reduções negociadas da TEC.
- Progredir nas negociações com outros blocos, e também na Organização Mundial do Comércio, valendo-nos do fortalecimento mútuo que nos é assegurado pelo fato de estarmos juntos.
- E, nesse contexto, preparar a negociação da Área de Livre Comércio das Américas, preservando a compatibilidade desse processo com o Mercosul. Quem sabe avançando na negociação “4 +1” entre o Mercosul e os Estados Unidos.

Não são tarefas pequenas. Exigem grandeza de propósitos e de visão. Sei que estaremos à altura desse desafio. E quando o Tratado de Assunção completar 20 anos, nossos problemas serão de outra natureza, talvez mais fáceis, porque estarão inscritos em um processo mais amadurecido, ou talvez mais difíceis, porque o aprofundamento da integração trará tarefas cada vez mais complexas.

Como quer que seja, o importante é que aqueles que se reunirem daqui a dez anos, talvez aqui mesmo em Assunção, talvez com a presença de um número maior de países, poderão olhar para trás com serenidade e sentir orgulho pelas decisões e iniciativas que, em 2001, asseguraram o futuro e a grandeza do Mercosul.

Muito obrigado.

REUNIÃO MINISTERIAL DE QATAR

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, POR OCASIÃO DA
REUNIÃO INFORMAL DE ALTOS FUNCIONÁRIOS EM PREPARAÇÃO PARA
A REUNIÃO MINISTERIAL DE QATAR. GENEVRA, 25 DE JUNHO DE 2001

Senhor Presidente,

Ao nos reunirmos para avaliar o andamento do nosso trabalho preparatório para a IV Sessão da Conferência Ministerial, desejo expressar nosso reconhecimento pela competência com que Vossa Excelência tem conduzido esse complexo processo. Estamos certos de que, sob sua sábia e profissional direção, seremos capazes de assegurar as condições para o êxito da reunião de Doha, em novembro próximo, tanto do ponto de vista da substância quanto do processo. Já me sinto um tanto estimulado pelo que pude ouvir até agora, na manhã de hoje.

O Brasil visualiza a próxima Conferência Ministerial como uma oportunidade para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio e para o revigoramento da Organização Mundial do Comércio. Somos favoráveis ao lançamento de uma nova rodada de negociações sobre comércio, o que, a nosso ver, representaria uma forma de incrementar o sistema e impulsioná-lo, em benefício de todos os seus participantes, em especial dos países em desenvolvimento. Urge que a Organização considere prioritária a questão do déficit do desenvolvimento, que tem impedido as

nações mais pobres de usufruírem ao máximo os benefícios de esforços de liberalização feitos anteriormente. É preciso que a dimensão do desenvolvimento se reflita de modo adequado em nosso empenho coletivo, se quisermos dar fim ao presente desencanto da sociedade civil de muitos de nossos países em relação a instituições internacionais como a OMC.

Na abordagem da questão do déficit do desenvolvimento, é preciso dar prioridade não apenas ao crucial problema da “implementação”, mas, sobretudo, ao do acesso ao mercado de setores como a agricultura, em que persistem barreiras discriminatórias e práticas conducentes à distorção do mercado – no caso, o setor têxtil é um exemplo notório. É preciso, ainda, que o encontro de Qatar se sensibilize em relação a outros itens que recentemente passaram a liderar a agenda internacional, como a relação entre o acordo TRIPs e o acesso a medicamentos. Além disso, como os ganhos potenciais garantidos pela redução de tarifas e por compromissos continuam ameaçados pelo recurso abusivo ao protecionismo comercial, a agenda de uma nova rodada tem de levar em conta formas de definir e reforçar o disciplinamento multilateral de

controle do antidumping e dos subsídios. Neste contexto, as iniquidades hoje presentes nas normas aplicáveis aos créditos de exportação exigirão atenção permanente.

As diferenças, em termos de alcance e profundidade, implícitas na agenda de uma nova rodada de negociações precisam ser reduzidas. Há tópicos que, sem dúvida, fogem ao escopo de uma rodada de negociações e que podem ser tratados de uma forma mais adequada fora da OMC. Em outros, como comércio e meio ambiente, ainda está longe de ser alcançada uma convergência de pontos de vista. Em princípio, deveria haver espaço para compromissos, desde que as legítimas preocupações com um disfarçado protecionismo fossem levadas em consideração.

Os chamados tópicos de Cingapura têm gerado uma torrente de consultas nas últimas semanas. O grau de ambição por parte dos demandeurs deveria ajustar-se em relação a esses tópicos, particularmente no que se refere a investimento e competição, se é que desejamos superar as atuais defasagens. Julgamos, contudo, que certas questões básicas demandam solução prioritária, a fim de que o êxito da Conferência Ministerial seja garantido. Duas áreas são a chave desse êxito: agricultura e implementação.

A agricultura, naturalmente, requer absoluta atenção. Neste sentido, apoiamos a proposta da Austrália, de que consultas sejam levadas a cabo o mais brevemente possível, com base no texto de Seattle, cujas diretrizes continuam sendo um ponto de partida razoável para o trato deste importante tema. Permitam-me enfatizar que, embora estejamos abertos a outros assuntos – como indicamos antes – cremos impossível pensar em uma rodada de base ampla com uma visão estreita no que se refere à agricultura.

A decisão de 3 de maio de 2000, sobre Implementação, nos impôs a responsabilidade de tratar dessa questão fundamental na IV Conferência Ministerial. Graças aos esforços de um grupo de delegações, liderado pelo Embaixador Pérez del Castillo, do Uruguai, dispomos de valioso instrumento para intensificar as consultas sobre implementação. Vale mencionar, a propósito, que o documento produzido pelas sete delegações não sofreu qualquer rejeição e, portanto, como afirmou Vossa Excelência, Senhor Presidente, ele se torna fundamental para um período mais intenso de nosso trabalho. Ocorre-nos aproveitar este ensejo para assinalar que, no nosso modo de entender, o documento poderia ser um ponto de partida para uma nova fase de concentração em torno desse tema, quando se buscariam formas de lidar até mesmo com aqueles tópicos em relação aos quais talvez não seja possível chegar logo a um acordo. Estamos particularmente interessados em garantir que as propostas relativas a antidumping, créditos de exportação e acordo TRIPs sejam cuidadosamente examinadas. Qualquer assunto que não seja plenamente solucionado antes da reunião de Doha precisará ter destaque na Declaração e incluído no programa de trabalho de modo específico. Se conseguirmos realizar uma rodada, esses tópicos deveriam ser objeto de resultados obtidos antecipadamente. O que não deve excluir a apresentação de propostas sobre aspectos correlatos de assuntos vinculados ao tema da implementação - sob um título diferente. E estou pensando em tópicos como antidumping e créditos de exportação. No que concerne a este último, os dispositivos que tratam da relação entre a OMC e os acordos plurilaterais específicos precisam ser substancialmente revistos.

No que diz respeito a outras negociações em destaque, sobre serviços, pode-se prosseguir com base no entendimento de que as negociações partiram de um terreno sólido. Cremos que, além de mencionar aquelas sobre serviços, a Declaração Ministerial teria que incluir uma referência específica à fixação de normas.

Um tópico sobre o qual parece haver pouca discordância, a ponto de tornar-se candidato natural à inclusão na agenda de uma nova rodada, é o acesso a mercados para produtos não-agrícolas. Isto, sem dúvida, só poderá ser confirmado se levados em conta pelo menos dois pontos: picos de tarifa e reajuste de tarifa; e não nos esqueçamos de que, ao longo da última década, os países em desenvolvimento envidaram considerável esforço em termos de liberalização. Na medida em que nos aproximamos do marco referencial de julho, é preciso tentar definir com maior clareza a abrangência e o modo de tratar essa questão na Declaração de Qatar.

À luz dessas considerações, eu me arriscaria a, sucintamente, contrapor às dúvidas de Vossa Excelência, Senhor Presidente, os comentários que se seguem.

Quanto ao primeiro ponto, referente ao marco referencial de julho, achamos que o progresso deveria ser medido pela nossa capacidade de chegar a um entendimento sobre os principais itens de uma Declaração Ministerial. A nosso ver, isto significaria um acordo sobre o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais que corresponda, de maneira equilibrada, às expectativas dos Estados Membros e que efetivamente trate do déficit do desenvolvimento.

Quanto ao segundo, sobre os “obstáculos” que enfrentamos, eu me permito ser bastante específico. O progresso nos escapará:

- 1) se as discussões sobre agricultura continuarem sob impasse;
- 2) se não enfrentarmos o problema da implementação com a devida seriedade; e
- 3) se persistirem exigências irrealistas sobre comércio e meio ambiente, além de certos tópicos de Cingapura.

No que diz respeito ao terceiro ponto, ou seja, o grau de flexibilidade que possamos demonstrar, eu diria que, para a reunião de Doha, o Brasil está disposto a considerar uma agenda que inclua temas que não constem de nossa própria lista de prioridades, sempre que as diferentes dimensões do déficit de desenvolvimento sejam explícita e seriamente examinadas. Isto inclui, em particular, a necessidade de substanciais melhorias na liberalização, no que se refere a questões agrícolas e a alguns setores de especial interesse e que integram a estrutura reguladora da OMC, tais como antidumping e créditos de exportação.

Finalmente, no que diz respeito às nossas expectativas em relação aos outros, achamos importante que haja maior flexibilidade por parte daqueles que se têm mostrado menos acessíveis em questões como agricultura e implementação, caso se pretenda articular uma plataforma que vise preservar e fortalecer o sistema multilateral de comércio, num momento em que ele continua sob ameaças de toda sorte; também esperamos uma positiva atitude progressista com relação aos Acordos TRIPs e Saúde Pública, em consonância com a crescente importância que o assunto vem assumindo.

Para concluir, algumas observações sobre o processo. Do que eu acabei de referir, depreende-se que nas próximas semanas deveríamos tentar um novo e mais concentrado *modus operandi*:

- 1) temos que começar a levar em consideração “outros possíveis tópicos” que contam com apoio generalizado, como, por exemplo, os acordos TRIPs e Saúde Pública;
- 2) como Vossa Excelência mesmo sugeriu, é preciso tentar reduzir a distância entre outros processos e os trabalhos preparatórios de Doha – no caso, a implementação é um bom exemplo;
- 3) é preciso começar a concentrar a atenção em tópicos potencialmente desestabilizadores, em relação aos quais a persistência de desacordo poderia comprometer o lançamento de uma rodada – e me vem à mente a questão agrícola; e
- 4) é preciso começar logo a trabalhar nos textos, utilizando todos os insumos construtivos a nosso dispor – tanto os mais recentes quanto os que se encontram guardados em nossos arquivos.

Em termos mais genéricos, precisamos envidar esforços para atender a preocupações recíprocas, movidos pelo compromisso coletivo para com uma Organização que se mantém relevante – e disto estamos

convictos – no clima econômico em mutação deste novo milênio. Isto irá exigir um envolvimento tão complexo que dificilmente alguém terá condições de visualizá-lo. É o que acontece, porém, quando se lida com interesses comerciais específicos e legítimos. Avançar implica compelir ou convencer. Ou, talvez, compelir a negociar de forma convincente.

O momentum é importante. Será necessário algum tipo de ruptura num futuro próximo. Do contrário, prevalecerá um exacerbado sentimento individualista de cunho defensivo, tornando muito difícil gerar o momentum necessário para levar adiante essa tarefa a tempo da reunião de Doha. A questão do timing é, como sempre, essencial. Os mais influentes deveriam demonstrar sua liderança, bem como seu compromisso com uma nova rodada, mostrando-se flexíveis, antes que seja tarde demais. A julgar pelo que se tem ouvido dos principais atores até agora, nesta manhã (embora algumas formulações ainda se mantenham cautelosas), poder-se-ia concluir que isso talvez venha a ocorrer mais cedo do que se pensa. O que é animador.

ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE HUGO BÁNZER, DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO PRESIDENTE HUGO BÁNZER, DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA, POR OCASIÃO DE VISITA DE ESTADO ÀQUELE PAÍS. LA PAZ, 26 DE JUNHO DE 2001

Desejo, antes de mais nada, agradecer a Vossa Excelência pela extraordinária hospitalidade que me é estendida, a mim e à minha comitiva, nesta visita de Estado a Bolívia. Pela primeira vez, como Presidente, tenho a grata oportunidade de vir ao Altiplano, a esta bela e fascinante cidade de La Paz.

Muito me emocionou a cerimônia de boas-vindas na Plaza Murillo, cenário de tantos eventos marcantes na história republicana da Bolívia. A Bolívia é um país fundamental em nosso continente, esta nossa América do Sul, que já atravessou tantas vicissitudes políticas e econômicas, e que hoje constrói sua unidade inspirada nos valores da democracia e nas aspirações de justiça e desenvolvimento de nossos povos.

A liderança de Vossa Excelência, Presidente Banzer, tem sido essencial para a Bolívia no momento em que nossos países enfrentam desafios novos, resultantes das próprias transformações de nossas sociedades, mas também das novas realidades no plano internacional.

A Bolívia redemocratizada, que havia conseguido, com séria disciplina fiscal, vencer a inflação e mantê-la sob controle, alcançou novo êxito com o programa de erradicação da folha de coca em extensa área do país.

Sabemos todos que isso implicou um pesado custo econômico e social. Custo, no entanto, amplamente compensado pelos efeitos internos na sociedade boliviana e pela projeção de uma nova imagem internacional do país, propícia ao fomento do comércio exterior e à atração de investimentos e do turismo. As extraordinárias reservas de gás identificadas na Bolívia vão garantir ao país, durante muitas décadas, novas perspectivas de desenvolvimento e uma invejável tranquilidade em suas contas externas, favorecendo-lhe o acesso aos principais centros financeiros internacionais.

Estou certo de que o impacto dessas novas oportunidades de desenvolvimento será muito positivo, desdobrando-se em obras de infraestrutura e em programas de elevação do nível de renda da população. O Brasil se sente muito

gratificado por participar, através da parceria estratégica definida por nossos governos, da construção deste brilhante futuro de um país amigo e vizinho – mais do que isso, um país irmão.

Nosso mercado para o gás boliviano e seus derivados deverá ampliar-se notavelmente. Imaginamos mesmo que se possa vir a superar a capacidade do atual gasoduto Bolívia-Brasil. Com isso, serão necessários novos investimentos. Um passo importante será a construção do gasoduto interno para o transporte do gás de Tarija ao gasoduto binacional, tema sobre o qual conversamos durante a visita de Vossa Excelência a Brasília no ano passado.

É muito auspicioso que o assunto venha evoluindo de forma a garantir o cumprimento do cronograma de compras definido contratualmente. Ainda com referência ao tema da infra-estrutura, não posso deixar de registrar minha satisfação com os resultados iniciais da Reunião de Presidentes da América do Sul, que contou com a participação e o apoio unânime dos dirigentes de nosso continente.

A iniciativa boliviana de sediar a segunda reunião sobre integração de infra-estrutura regional sul-americana demonstra a importância que o seu Governo está atribuindo a este tema. Com a definição de dois eixos prioritários que cortam nossos países, o primeiro conformando a interconexão oceânica e o segundo vinculando nossa região fronteira ao estuário do Prata, a Bolívia pode visualizar um acesso mais fluido de sua produção aos portos do Pacífico e do Atlântico.

Numa etapa posterior, a utilização da rede fluvial amazônica também se constituirá em alternativa para o escoamento da produção dos riquíssimos departamentos bolivianos de Beni e Pando.

Senhor Presidente,

Nossa agenda bilateral é positiva, baseada na mais ampla confiança e no alto nível de nosso diálogo. Tratamos sobretudo de construir um futuro mais próspero para nossos povos. Quando nos reunimos, falamos de importações em altos valores, de investimentos em gasodutos e estradas, em integração fronteira, em construção de pólos petroquímicos e de portos fluviais, em aliança para combater a malária, a doença de Chagas e a febre aftosa.

E falamos da nossa aproximação crescente no âmbito do Mercosul. Assinamos acordos para ampliar o escopo da cooperação técnica, intercambiamos estudantes e buscamos coordenar programas de turismo. O resultado desse trabalho intenso é motivo de grande satisfação e alegria para nossos povos e governos.

É pensando na amplitude e na riqueza de nosso relacionamento, e nas perspectivas ainda maiores que se abrem para o futuro, que convido os presentes a que me acompanhem em um brinde pelo bom encaminhamento de nossos projetos comuns, pela perene amizade entre nossos países, pela prosperidade do povo boliviano e pela felicidade pessoal do Presidente Hugo Banzer.

**SENHOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, EM SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL BOLIVIANO
LA PAZ, 26 DE JUNHO DE 2001

É com imenso prazer que me dirijo aos representantes do querido povo boliviano. Agradeço a distinção de ser recebido em uma Casa que sabe se fazer intérprete do compromisso da Bolívia com o desenvolvimento e a democracia. Das ilustres personalidades que contribuíram para o prestígio deste Parlamento, quero singularizar o nome de Victor Paz Estenssoro e a ele prestar meu tributo, que é de todo o povo brasileiro.

A Bolívia está de luto por um estadista que conseguiu acompanhar o pulso da história. Com o mesmo discernimento que percebeu nos anos cinqüenta a importância da ação governamental para a busca do desenvolvimento, Paz Estenssoro soube reconhecer mais tarde as exigências que se impunham para a estabilização e crescimento da economia boliviana.

Estenssoro respondeu a desafio que não foi apenas dele, ou da Bolívia, mas de toda a América Latina: o desafio de perseguir o equilíbrio ótimo entre saneamento fiscal e políticas públicas, sempre tendo como norte o bem-estar da maioria, o progresso social. Esta continua sendo a agenda de todos os países

sul-americanos, a agenda da eficiência com equidade, da prosperidade com justiça social.

Também nos une a convicção de que a luta pelo desenvolvimento econômico e social somente se legitima quando perseguida no marco da democracia. Digo mais: não se reconhece mais outro padrão de legitimidade para o exercício do poder na América do Sul que não seja o da obediência estrita aos ritos da democracia. Foi a preocupação exemplar do Presidente Hugo Banzer em zelar pela legalidade democrática no tenaz combate que lançou contra o cultivo ilícito de coca que tornou seu Governo merecedor da irrestrita admiração dos povos do continente.

É também graças à democracia que tem sido possível mobilizar nossas sociedades para a diversificação da cooperação entre o Brasil e a Bolívia em áreas como meio ambiente, saúde e agricultura. O fato é que o apreço que nos é comum pelas liberdades públicas tem sido um fator fundamental na dinâmica de integração crescente entre nossos países.

É o respeito ao interesse popular que nos tem feito unir forças e recursos para uma inserção competitiva de nossos países na

economia internacional. Afinados como estão com o sentimento de seus povos, os Governos brasileiro e boliviano não têm medido esforços para assegurar a aproximação do Mercosul com a Comunidade Andina.

Partilho a confiança do Presidente Hugo Banzer de que reuniremos nossos blocos em uma zona de livre comércio antes de janeiro de 2002. Também me satisfaz constatar que Bolívia e Brasil coincidem na defesa de uma integração hemisférica que resulte em proveito de todas as nações americanas. A melhor integração será sempre aquela que se faça em bases equitativas, que opere em benefício comum. Outro não tem sido o fundamento do esforço em que Bolívia e Brasil se vêem engajados de construção de um espaço econômico sul-americano.

A condição de sermos ao mesmo tempo países platinos, andinos e amazônicos nos permite, à Bolívia e ao Brasil, uma percepção antecipada dos ganhos a serem auferidos pelo continente como um todo daquilo que nos parece ter sido o resultado maior da Cúpula de Brasília: a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional.

Estou certo de que a reunião de Chanceleres em La Paz constituirá um marco importante no processo de negociação de uma rede comum de transporte, energia e telecomunicações para a América do Sul. Não há como minimizar o impacto que essa iniciativa terá sobre a integração continental, em todas as suas vertentes, do investimento ao comércio, da cooperação científica e tecnológica ao turismo.

Basta ter presente o significado para nossos povos da perspectiva de realização, a curto prazo, da sonhada meta de conexão por terra entre o Atlântico e o Pacífico. O Presidente Banzer e eu estamos empenhados em identificar fontes que possam contribuir para

a pronta conclusão da rodovia Puerto Suárez - Santa Cruz de la Sierra - La Paz, a ponte que falta para a comunhão inter-oceânica.

Também consta de nossa pauta uma maior utilização das hidrovias, tanto na Amazônia como no Prata, o que facilitará em muito o acesso de nossos produtos a terceiros mercados. Não posso deixar de assinalar tampouco a importância da integração já em curso no campo energético, sobretudo pela oportunidade que oferece para o fortalecimento da parceria estratégica entre nossos países.

A situação de racionamento por que passa o Brasil confirmou o quanto convém ao país a diversificação de sua matriz energética, hoje dominada pela hidroeletricidade. Entendo que a Bolívia situe como prioritário o objetivo de adicionar valor agregado a seu gás natural e multiplicar dessa forma suas receitas de exportação.

As circunstâncias me parecem favoráveis, assim, para que os dois países definam os termos de um intercâmbio duradouro e mutuamente satisfatório na área energética. Já temos um importante acervo de realizações conjuntas a contabilizar, como o papel da Petrobrás na descoberta do potencial de Tarija, a construção do gasoduto, o início de suas operações, o lançamento da pedra fundamental das plantas termelétricas de Puerto Suárez.

O que importa agora é consolidar o caminho percorrido com passos que denotem o compromisso de nossos Governos com um futuro de parceria e estreita cooperação. Tão forte é esta parceria que, logo após o término de minha visita a Santa Cruz de la Sierra, estaria indo a Campo Grande, no Estado vizinho do Mato Grosso do Sul, onde terei a satisfação de inaugurar uma termelétrica que funcionará à base do gás boliviano.

Confiança não falta ao Governo brasileiro de que saberemos prosseguir adiante com a

pronta conclusão de um segundo gasoduto e a avaliação de outros projetos, como a construção de pólo petroquímico na fronteira entre nossos países.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares,

Teria muitos outros temas a ressaltar nesta minha breve alocução perante esta Casa. Penso, por exemplo, no interesse conjunto no Tratado de Cooperação Amazônica, nas potencialidades do nosso comércio bilateral, nos desafios que temos em comum em áreas como o combate ao crime organizado ou a preparação de nossas sociedades para o usufruto das novas tecnologias.

Prefiro concluir, no entanto, com uma mensagem simples: minha integral confiança no futuro das relações entre nossos países. Uma confiança que se renova não só pela convergência de interesses que caracteriza o diálogo entre nossos governos, mas também pela participação de nossos Parlamentos.

Antes de ser Presidente, fui Senador. Sei da importância do trabalho parlamentar, e sei o quanto o diálogo e a busca de consenso são fundamentais para se poder avançar, na democracia, nos projetos de interesse do povo.

Brasil e Bolívia muito já construíram, e muito têm ainda a construir juntos. E por isso, a contribuição deste Congresso é essencial. Essencial para acentuar as afinidades entre nossas sociedades. Para garantir as bases mais sólidas à parceria estratégica de longo prazo entre Brasil e Bolívia. Para confirmar o compromisso de nossos países com a opção democrática e o desenvolvimento.

Agradeço a acolhida tão calorosa que me foi dispensada nesta Casa. Retornarei ao Brasil ainda mais convencido da força da democracia boliviana e da grandeza do destino comum que nos une.

Muito obrigado.



ATOS INTERNACIONAIS

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, sobre o Projeto “Apoio à Modernização das Ações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Campo da Educação e Informação Tecnológica e da Assistência Técnica e Tecnológica às Pequenas e Médias Empresas” com a Alemanha. 15/01/2001

Acordo sobre Isenção de Vistos com a Coreia do Sul. 18/01/2001

Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear com a Coreia do Sul. 18/01/2001

Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas com a Coreia do Norte. 09/03/2001

Ajuste, por troca de notas, que modifica o Acordo Relativo ao Emprego Assalariado dos Familiares dos Agentes das Missões Oficiais de cada Estado no Outro, com a França. 16/03/2001

Protocolo de Colaboração e Empréstimo de seis Bi-Fólios da Carta de Pero Vaz de Caminha com Portugal. 27/03/2001

Acordo de Sede com o CIAT - Centro Interamericano de Administração Tributária. 03/04/2001

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda com o Chile. 03/04/2001

Declaração Conjunta sobre Cooperação na Área das Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS com a França. 05/04/2001

Declaração Conjunta no âmbito da Luta contra Catástrofes de Origem Natural e Tecnológica e, em Particular, contra os Incêndios de Florestas com a França. 05/04/2001

Acordo sobre o Projeto de Construção de uma Ponte sobre o Rio Oiapoque com a França. 05/04/2001

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Científica e Tecnológica em áreas Prioritárias com a França. 05/04/2001

Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre a ONU e a AIEA para Implementar Projetos de Pesquisa e Treinamento em Aviação Civil, de 21/12/1995. Emenda nº 02 Nota nº 01. 12/04/2001

Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre a ONU e a AIEA, para Implementar Projetos de Pesquisa e treinamento em Aviação Civil, de 21/12/1995. Emenda nº 03 Nota nº 02. 12/04/2001

Anexo Aditivo ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa com a Suécia. 24/04/2001

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Saúde com o México. 02/05/2001

Acordo para o Provimento de Capacidade Espacial com a Argentina. 08/05/2001

Acordo de Cooperação para a Difusão de Informação no Domínio da Integração Regional com a Associação Latino-Americana de Integração – ALADI. 16/05/2001

Memorando de Entendimento sobre o Esquema Internacional de Observadores Científicos da Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos com o Reino Unido. 29/05/2001

Acordo de Cooperação na Área de Turismo com a Croácia. 07/06/2001

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde com Moçambique. 20/06/2001

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Educação com Moçambique. 20/06/2001

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio da Mulher e da Ação Social com Moçambique. 20/06/2001

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica, Educacional, Científica e Tecnológica na Área da Segurança Pública com Moçambique. 20/06/2001

Memorando de Entendimento, na área de Cooperação Educacional com Moçambique. 20/06/2001

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação na área de Educação para a Implementação do Programa “Alfabetização Solidária em Moçambique”. 20/06/2001

Ajuste Complementar ao Acordo sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria Geral da OEA, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades, para Execução dos Projetos Alto Paraguai e São Francisco (ANA/GEF/PNUMA/OEA). 20/06/2001

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

VIAGEM DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO À ÁSIA (08 DE JANEIRO DE 2001)

O Presidente da República realizará visita à Ásia no período de 17 a 23 de janeiro. A visita à Coreia do Sul, à Indonésia e ao Timor Leste obedece ao objetivo de reforçar a vertente asiática da política externa brasileira.

A visita do Chefe de Estado brasileiro à Coreia do Sul (17 a 20/1) é a primeira na história das relações diplomáticas entre os dois países, estabelecidas em 1959. Representa, por conseguinte, um marco diplomático de grande simbolismo para a configuração da agenda do relacionamento bilateral em novo patamar político.

O intercâmbio econômico e comercial vem crescendo ao longo de toda a última década. Como o Brasil, a Coreia do Sul recuperou-se da crise financeira iniciada na Ásia em 1997, e o comércio bilateral recuperou-se sensivelmente no ano 2000. Nos últimos anos, a Coreia do Sul tornou-se também um investidor importante no Brasil, com o estabelecimento de indústrias dos grupos Samsung, LG e Hyundai.

O Brasil e a Coreia estão entre os países cuja produção científica mais cresceu nos últimos anos. Existem amplas perspectivas de desenvolvimento da cooperação científica

e tecnológica, que deverá constituir um dos vetores principais do relacionamento bilateral no futuro próximo. Está prevista a assinatura, durante a visita presidencial, de um acordo de cooperação para a utilização pacífica da energia nuclear.

A visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Dili (22/1) simbolizará o compromisso do Governo e da sociedade brasileira com os processos de reconstrução e de preparação para a independência de Timor Leste. A participação e apoio político do Brasil na reconstrução do país, por sua vez, constituirão o fundamento para o relacionamento do Brasil com Timor Leste após a independência. O Presidente da República manifestará seu apoio à Administração Transitória das Nações Unidas, que vem exercendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no território e é chefiada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello.

O Presidente da República realizará visitas relacionadas a projetos de cooperação do Brasil em Timor Leste.

A visita à Indonésia (23/1) também é a primeira de um Chefe de Estado brasileiro na história das relações diplomáticas entre os dois países, estabelecidas há quase 50 anos. Realizada poucos meses após a visita do Presidente Abdurrahman Wahid ao Brasil, e em seguida à visita presidencial a Timor Leste, simboliza a decisão política do Brasil de

estabelecer com a Indonésia relacionamento bilateral maduro, na medida do grande potencial de intercâmbio econômico e comercial e de cooperação entre os dois países e com o Sudeste Asiático como um todo.

Com esta viagem à Ásia, o Presidente Fernando Henrique Cardoso terá realizado visitas oficiais aos seguintes países daquele continente (China, Japão, Índia, Malásia e agora a Coreia do Sul, seguindo-se Timor Leste e Indonésia).

CONTENCIOSO NA OMC – EUA E A LEI DE PATENTES BRASILEIRA (09 DE JANEIRO DE 2001)

O Governo dos Estados Unidos solicitou ontem, 8 de janeiro, ao Presidente do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial de Comércio (OMC), em Genebra, a inclusão de pedido de instauração de panel para examinar um determinado dispositivo da Lei de Patentes brasileira. O pedido norte-americano entrará na agenda do Órgão de Solução de Controvérsias na reunião programada para 19 do corrente mês, em Genebra.

A solicitação de panel constitui novo desdobramento de um processo iniciado há alguns meses. Em 30 de maio de 2000, o Governo norte-americano solicitou consultas bilaterais com o Brasil no âmbito do Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias da OMC a propósito da proteção de patentes concedida pela legislação brasileira à luz dos compromissos brasileiros assumidos no Acordo de TRIPs (*Agreement on Trade-Related Intellectual Property Rights*, ou seja, Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, da OMC).

Duas rodadas de consultas bilaterais foram realizadas, a primeira em 29 de junho de 2000 e a segunda em 1º de dezembro de 2000.

O Governo brasileiro está convencido de que a legislação patentária do país se situa entre as mais avançadas do mundo e de que os dispositivos dessa legislação, inclusive os que autorizam o licenciamento compulsório da patente em determinadas circunstâncias, encontra pleno respaldo nos textos internacionais.

VIAGEM DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO À ÁSIA (15 A 24 DE JANEIRO DE 2001) - COOPERAÇÃO NUCLEAR BRASIL - REPÚBLICA DA CORÉIA (10 DE JANEIRO DE 2001)

Durante a visita do Presidente da República a Seul, será assinado Acordo entre Brasil e a Coreia sobre a Cooperação para a Utilização Pacífica da Energia Nuclear.

O Acordo, negociado pelo Itamaraty, está aguardando assinatura desde 1998. As áreas de cooperação previstas são: pesquisa básica, pesquisa e desenvolvimento, desenho e construção de reatores de pesquisa e centrais de geração núcleo-elétrica, ciclo do combustível, segurança, proteção ambiental, produção e aplicação de radioisótopos na indústria, agricultura e medicina, salvaguardas e proteção física, assim como a formação e capacitação de pessoal.

Entre as modalidades de cooperação que o Acordo prevê estão o intercâmbio de pessoal e informações científicas, a prestação de serviços e de consultoria, a transferência de equipamento e tecnologia, bem como pesquisas e projetos conjuntos.

NOVA HOMEPAGE DA EMBAIXADA
DO BRASIL EM LONDRES
(10 DE JANEIRO 2001)

Já se encontra disponível na internet a nova *homepage* da Embaixada do Brasil em Londres (<http://www.brazil.org.uk>), reestruturada com o patrocínio do Banco do Brasil.

Com um banco de dados de mais de mil páginas, o novo site busca dar prioridade a quatro temas: comércio e investimentos, turismo, cultura e educação para jovens.

A seção de turismo já nasce como uma das mais completas bases de dados em inglês sobre destinos turísticos e hotéis brasileiros, com *links* institucionais e de negócios, além de fotografias com alta resolução a serem utilizadas para fins promocionais.

A seção dedicada a crianças inclui, além do material didático para estudantes de escolas primárias e secundárias (“Brasil nas Escolas”), um jogo educativo, com prêmio aos finalistas, e jogos da “Turma da Mônica”, fruto de parceria com os estúdios Maurício de Souza. Um dos objetivos dessa seção é familiarizar o público infanto-juvenil com o Brasil e fomentar o interesse em visitar o país. Já existe projeto para a inclusão na página de animação gráfica com o tema *Mônica’s Gang Visit the Northeast of Brazil* (A Turma do Mônica Visita o Nordeste do Brasil).

O novo *site* está aberto a sugestões, que podem ser encaminhadas para: info@brazil.org.uk

CONTENCIOSO
EMBRAER - BOMBARDIER
(10 DE JANEIRO DE 2001)

O Governo brasileiro tomou conhecimento das declarações do Ministro Brian Tobin de que o Governo canadense decidiu conceder

subsídios à empresa Bombardier, de modo a dar-lhe condições de vencer a Embraer em concorrência para a venda de aeronaves à empresa norte-americana Air Winconsin, num contrato de valor estimado de US\$ 2 bilhões.

O Governo brasileiro deplora esta decisão canadense, que discrepa do curso até então seguido pelos dois países no tratamento desta controvérsia no âmbito da OMC.

Com efeito, em cumprimento às determinações da OMC, o Governo brasileiro, por ato do Conselho Monetário Nacional de 6 de dezembro do ano passado, efetivamente modificou o PROEX e estabeleceu a chamada CIRR (Commercial Interest Reference Rate, da OCDE) como piso para as operações de equalização previstas no Programa. Ao contrário do Brasil, o Canadá, que teve dois de seus programas de apoio à sua indústria condenados pela OMC, modificou apenas um deles até o momento, permanecendo outro, denominado Canada Account, ainda em descompasso com as conclusões do Órgão de Solução de Controvérsias.

Ao anunciar esta concessão de subsídios, o Governo canadense, além de afastar-se dos caminhos legais previstos pela OMC, que estão sendo estritamente seguidos pelo Brasil, admite publicamente o que sempre havia negado, ou seja, a utilização de práticas ilegais de subsídio.

O Governo brasileiro estudará as medidas cabíveis diante desse novo fato.

MENSAGEM DO MINISTRO
LUIZ FELIPE LAMPREIA AOS
SERVIDORES DO ITAMARATY
(11 DE JANEIRO DE 2001)

Na tarde de ontem, 10 de janeiro, entreguei ao Senhor Presidente da República carta pela

qual pedi para deixar o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Movem-me apenas razões de caráter pessoal.

Ao final de seis anos como Ministro de Estado e quase quatro décadas desde o ingresso no Instituto Rio Branco, faço questão de registrar o meu reconhecimento, a minha mais profunda e sentida gratidão, pelo trabalho com que cada um dos servidores do Ministério, na Secretaria de Estado e nos Postos no exterior, contribuiu para que tenhamos podido estar à altura dos complexos desafios que enfrentamos. Este mérito é ainda maior quando se consideram as limitações de natureza orçamentária impostas ao conjunto da Administração Federal, as quais exigiram de todos nós determinação e criatividade.

Ao longo destes seis anos sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tivemos a ventura de servir ao País em um período excepcional de sua história, um momento no qual os avanços e conquistas do presente confirmam, a cada dia, que recuperamos um dos mais fortes traços da personalidade brasileira: a confiança no futuro.

Graças a essa transformação de nossa realidade interna, temos hoje novas e melhores condições de relacionamento e presença internacionais. Expressão de uma democracia vigorosa, e de uma economia que reencontrou o caminho do crescimento, a nossa política externa é, mais do que nunca, a síntese dos valores e interesses da sociedade brasileira, do que desejamos para nós e para a comunidade internacional.

Tive o privilégio de participar destes anos decisivos para o desenvolvimento do Brasil. Deixo agora o governo para iniciar uma nova

etapa profissional e pessoal. O Itamaraty, ao qual dediquei a maior parte de minha vida, continuará a ser, para mim, a referência fundamental. Referência de qualidade, de dedicação à causa pública, de serviço ao País. Levo para sempre comigo o orgulho, que todos compartilhamos, de pertencer a esta grande instituição.

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES REALIZADAS EM PORTUGAL (16 DE JANEIRO DE 2001)

Logo após serem conhecidos os resultados das eleições realizadas em Portugal, na noite do último domingo, dia 14 de janeiro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso telefonou ao Presidente Jorge Sampaio para transmitir seus calorosos cumprimentos e do povo brasileiro pela expressiva vitória alcançada naquele pleito, no qual o Presidente Jorge Sampaio foi reeleito para um novo mandato de cinco anos como Chefe de Estado da República Portuguesa.

Na conversa telefônica, o Presidente Fernando Henrique Cardoso reiterou ao Presidente Jorge Sampaio a alta prioridade conferida pelo Governo brasileiro às relações com Portugal, que têm conhecido notável desenvolvimento nos últimos cinco anos. Os dois Chefes de Estado manifestaram sua disposição de intensificarem ainda mais o diálogo produtivo e aberto que tem marcado os contatos entre os dois países, e vem se refletindo, de forma altamente positiva, sobre o conjunto das relações bilaterais.

Estão previstos, no corrente ano, a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, de 12 a 14 de fevereiro próximo, bem como a realização da Quinta Cimeira Bilateral, no dia 14 de março, em Brasília. Além do Primeiro-Ministro António Guterres e do Presidente Fernando Henrique Cardoso, deverão participar da Cimeira outros Ministros de Estado brasileiros e portugueses.

BRASIL SOLICITA TRIBUNAL
ARBITRAL PARA CONTROVÉRSIA
DOS FRANGOS
(24 DE JANEIRO DE 2001)

O Governo brasileiro solicitou hoje o início do procedimento arbitral previsto no Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias para contestar as restrições vigentes desde julho passado contra as exportações de carne de frango do Brasil.

O direito antidumping aplicado pela Resolução nº 574/2000 do Ministério da Economia da Argentina causou queda superior a 20% nos embarques de frangos para o mercado vizinho no ano passado em comparação ao ano anterior.

Na avaliação do Governo brasileiro, os procedimentos de investigação da suposta prática de dumping e as conclusões das autoridades argentinas que levaram à aplicação do direito antidumping não respeitaram as obrigações existentes a respeito no âmbito do Mercosul. A controvérsia foi

iniciada formalmente em 30 de agosto do ano passado e, não tendo sido possível resolver o contencioso nas etapas prévias previstas no Protocolo de Brasília, o Governo brasileiro decidiu recorrer ao procedimento arbitral.

Pelas regras do Protocolo de Brasília, as duas partes na controvérsia deverão nomear os árbitros que integrarão o Tribunal – um brasileiro, um argentino e um terceiro árbitro que presidirá os trabalhos – nos próximos 15 dias. O Tribunal Arbitral Ad Hoc terá um prazo de 60 dias, prorrogáveis por mais 30, para se pronunciar sobre a controvérsia.

VISITA DO MINISTRO CELSO LAFER
AOS PAÍSES DO MERCOSUL
(11 A 13 DE FEVEREIRO DE 2001)
(30 DE JANEIRO DE 2001)

Seguem, abaixo, dados básicos sobre os países a serem visitados pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, entre os dias 11 e 13 de fevereiro próximo.

República Argentina

- Organização do Estado: República Presidencialista
- Presidente: Fernando De la Rúa, 63 anos, da Aliança União Cívica Radical (UCR)-Frente País Solidário (Frepaso)
- Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto: Adalberto Rodríguez Giavarini, 53 anos
- Capital: Buenos Aires

- Área: 2.737.000 km²
- Idioma oficial: espanhol
- Maiores cidades: Buenos Aires, Córdoba, Rosario, Mendoza
- População: 37 milhões (julho 2000, est.)
- Unidade Monetária: peso argentino
- Comércio Brasil-Argentina (dados relativos ao ano 2000): Exportações brasileiras - US\$ 6,232 bilhões (crescimento de 16,2% em relação a 1999); Importações brasileiras - US\$ 6,843 bilhões (crescimento de 17,71% em relação a 1999); Déficit de US\$ 610,7 milhões. A Argentina ocupou em 2000 a posição de segundo parceiro comercial do Brasil.

Economia – indicadores referentes a 2000

- Composição setorial do Produto Interno Bruto: indústria (24,8%), serviços (16,6%), setor financeiro (16,4%), comércio (16,3%), agricultura (7,3%), construção civil (6,3%), transportes e comunicações (5,3%), mineração (3,0%), energia elétrica (2,3%).
- Pauta de exportações – principais produtos: grãos e produtos vegetais, petróleo e derivados, veículos, produtos alimentícios, pescados e derivados, equipamento mecânico, carnes e derivados.
- Pauta de importações – principais produtos: máquinas e equipamento mecânico, equipamento de transporte, equipamento elétrico, produtos químicos, plásticos, papel e celulose.
- Principais indicadores econômicos: PIB: US\$ 365 bilhões. Exportações: US\$ 25,9 bilhões. Importações: US\$ 25,3 bilhões. Inflação: -0,7 %. Desemprego: 15,1%.

República do Paraguai

- Organização do Estado: República Presidencialista
- Presidente: Luis Ángel González Macchi, 53 anos, do Partido Colorado
- Ministro das Relações Exteriores: Juan Esteban Aguirre Martínez, 51 anos
- Capital: Assunção
- Área: 406.752 Km²
- Idiomas oficiais: espanhol e guarani
- Maiores cidades: Assunção, Ciudad del Este
- População: 5.585.828 (Julho de 2000, est.)
- Unidade monetária: guarani
- Comércio Brasil-Paraguai (dados relativos ao ano 2000): Exportações brasileiras - US\$ 831,7 milhões (crescimento de 11,76% em relação a 1999); Importações brasileiras - US\$ 351,1 milhões (crescimento de 34,89% em relação a 1999); Superávit de US\$ 480,61 milhões. No ano passado, o Paraguai foi o 14º comprador de produtos brasileiros e o 29º fornecedor de produtos ao Brasil.

Economia -- indicadores referentes a 2000

- Composição Setorial do Produto Interno Bruto: indústria (21%), serviços (51%), agricultura (28%).
- Pauta de exportação -- principais produtos: soja, algodão, carne, óleos vegetais.
- Pauta de importação -- principais produtos: veículos, bens de consumo, tabaco, petróleo e derivados, equipamento elétrico.
- A base da economia é a agropecuária e o comércio de produtos importados. As

hidrelétricas construídas em associação com o Brasil (Itaipu) e a Argentina (Yacyretá) proporcionam ao país energia abundante e barata. O Paraguai é o maior exportador de energia elétrica do mundo.

- Indicadores econômicos. PIB: US\$ 7,8 bilhões. Exportações: US\$ 851 milhões. Importações: US\$ 2,04 bilhões. Inflação: 8,6%. Desemprego: 12% (1998, est.).

República Oriental do Uruguai

- Organização do Estado: República Presidencialista
- Presidente: Jorge Batlle, 73 anos, do Partido Colorado
- Ministro das Relações Exteriores: Didier Operti Badan, 63 anos
- Capital: Montevidéu
- Área: 176.215 km²
- Idioma oficial: espanhol
- Maiores cidades: Montevidéu, Salto, Paisandu
- População: 3.3 milhões (Julho de 2000, est.)
- Unidade monetária: peso uruguaio
- Comércio Brasil-Uruguai (dados relativos ao ano 2000): Exportações brasileiras - US\$ 668,54 milhões (queda de 0,19% em relação a 1999); Importações brasileiras - US\$ 601,5 milhões (queda de 6,99% em relação a 1999). Superávit de US\$ 67 milhões. Em 2000 o Uruguai foi o 16º comprador de produtos brasileiros e o 18º fornecedor de produtos ao Brasil.

Economia - indicadores referentes a 1999

- Composição setorial do Produto Interno Bruto: serviços (62,0%), indústria

(26,4%), manufaturas (17,1%) e agricultura (10,0%).

- Pauta de exportação: carne e derivados, lã e suas manufaturas, couros e peles e seus produtos, arroz processado, laticínios, carnes, cevada.
- Pauta de importação: veículos automotores, máquinas elétricas, manufaturas de metal, maquinaria industrial pesada, petróleo.
- Indicadores econômicos: PIB: US\$ 28,0 bilhões. Exportações: US\$ 2,1 bilhões. Importações: US\$ 3,4 bilhões. Inflação: 4%. Desemprego: 12%.

ENVIO AO EQUADOR DE EQUIPE DE ESPECIALISTAS DA PETROBRAS EM COMBATE A DERRAMAMENTOS DE ÓLEO (30 DE JANEIRO DE 2001)

Reproduz-se abaixo nota do Ministério de Minas e Energia sobre auxílio ao Equador:

“Brasil e Equador são nações irmãs, cujo sentimento de fraternidade se torna ainda mais intenso em momentos de dificuldade. O povo brasileiro tem acompanhado, com grande consternação, o desenrolar do acidente ocorrido no arquipélago de Galápagos, e sente-se compelido a prestar solidariedade ao povo equatoriano em sua luta pela preservação de um dos mais importantes santuários ecológicos de nosso planeta.

Em nome desse sentimento, o Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor Fernando Henrique Cardoso, determinou que a PETROBRAS – Petróleos Brasileiros S.A., envie ao Equador, já no dia de hoje, 30 de janeiro, equipe de especialistas e material

de última geração para ajudar no combate ao derramamento de óleo em Galápagos.

Compõem a equipe da PETROBRAS:

- 1 coordenador de segurança, meio ambiente e saúde, especialista em segurança operacional;
- 2 especialistas em limpeza de áreas costeiras;
- 2 especialistas em planos de contingência e combate a derrames de óleo no mar;
- 1 especialista em monitoramento ambiental para águas e sedimentos; e
- 2 especialistas em resgates e tratamento de aves atingidas pelo óleo.

Além dos especialistas, a PETROBRAS estará enviando:

- 10 equipamentos recolhedores de óleo;
- 1.000 metros de barreiras de contenção;
- 1.700 quilos de agentes naturais de bio-remediação;
- 3.000 metros de barreiras absorventes; e
- 5.000 unidades de mantas absorventes.

Os especialistas da PETROBRAS darão suporte às operações de:

- proteção de áreas sensíveis;
- limpeza de áreas costeiras atingidas;
- monitoramento ambiental de rochas e solos;
- resgate e reabilitação de aves atingidas; e
- disposição e tratamento de resíduos oleosos.

O material e equipamentos enviados encontravam-se disponíveis no Centro de Defesa Ambiental de Guarulhos, um dos nove CDA's que a PETROBRAS acaba de inaugurar, como parte de seu Programa de Excelência em

Gestão Ambiental e Segurança Operacional, que compreende, para o período 2000-2003, investimentos de R\$ 1,8 bilhão.

A maneira firme e expedita com que se está determinando essa ação de apoio ao combate do acidente em Galápagos nada mais faz do que traduzir os profundos sentimentos de amizade que, historicamente, têm unido brasileiros e equatorianos. Tamanha amizade traz também consigo responsabilidades, que o povo e o governo do Brasil sabem ser agora o momento de honrar”.

NOTA À IMPRENSA DO MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO
LAFER, SOBRE A CARNE BOVINA
(05 DE FEVEREIRO DE 2001)

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, informa à imprensa o que segue:

1) A intempestiva decisão do Canadá contra importações de carne brasileira continua sendo examinada pelo Ministério das Relações Exteriores, sob seus aspectos diplomático e de política comercial, em coordenação com o Ministério da Agricultura, responsável pela substância do tema.

2) A atitude do Canadá não encontra justificativa nas circunstâncias objetivas que cercam o tratamento deste tema no Brasil, e pode ter, como já está tendo, conseqüências negativas para as relações comerciais do Brasil com outros países.

3) Caso o Canadá persista em atos com o efeito de prejudicar o comércio exterior do Brasil, o Governo brasileiro se reserva o direito de tomar as medidas que julgue convenientes.

4) O Governo brasileiro insta o Governo canadense, à luz das informações disponibilizadas pelos órgãos competentes do Brasil, a reverter no mais breve prazo a decisão tomada.

MOSTRA DO CINEMA BRASILEIRO
EM HOLLYWOOD
(09 DE FEVEREIRO DE 2001)

O Ministério das Relações Exteriores e o da Cultura, juntamente com o Consulado-Geral do Brasil em Los Angeles, realizarão entre os dias 19 e 21 de fevereiro corrente mostra de cinema brasileiro. A exibição visa a fortalecer a entrada do cinema brasileiro nos mercados norte-americano e mundial.

Os filmes exibidos serão Auto da Compadecida, Castelo Rá-Tim-Bum, Santo Forte, Villa-Lobos, Cronicamente Inviável e Imperatriz Leopoldinense, no Egyptian Theatre, 6712, Hollywood Boulevard, Los Angeles. Após a exibição de cada filme, serão realizadas mesas-redondas com os cineastas.

ESTENDIDO O PRAZO PARA
INSCRIÇÕES NO CONCURSO
DE ADMISSÃO À CARREIRA
DE DIPLOMATA
(14 DE FEVEREIRO DE 2001)

Acolhendo recomendação do Ministério Público, o Instituto Rio Branco decidiu estender até o dia 02 de março o prazo para inscrições no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata deste ano, para explicitar no Edital a reserva de vagas a pessoas portadoras de deficiência.

Apesar de, na prática, o IRBr nunca ter dificultado a inscrição e aprovação de pessoas portadoras de deficiência, uma portaria interna de 1991 dava uma impressão equivocada a esse respeito. Com a substituição dessa portaria e a retificação do Edital, o IRBr aproximou a teoria à prática, e o Concurso está perfeitamente adequado à legislação vigente.

VISITA A BRASÍLIA DO MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE
ANGOLA, JOÃO BERNARDO MIRANDA
(15 DE FEVEREIRO DE 2001)

Chegou hoje, 15/2, a Brasília, o Ministro das Relações Exteriores da República de Angola, João Bernardo Miranda, que se desloca ao Brasil a fim de fazer entrega ao Presidente Fernando Henrique Cardoso de correspondência que lhe é dirigida pelo Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos. O Ministro Miranda será recebido em audiência pelo Presidente brasileiro amanhã, 16/2, às 11:30 h, no Palácio da Alvorada e, em seguida, pelo Ministro das Relações Exteriores, que também lhe oferecerá almoço no Palácio Itamaraty.

A visita do Chanceler angolano ocorre simultaneamente à realização, em Brasília, de uma rodada de negociações entre autoridades financeiras e técnicos dos Ministérios das Finanças do Brasil e de Angola. A missão angolana, chefiada pelo Vice-Ministro das Finanças, Abílio Gomes, propõe a revisão dos termos do Memorandum de Entendimentos Brasil – Angola, assinado em 1995, que prevê os mecanismos para pagamento da dívida angolana para com o Brasil. As negociações devem prosseguir até amanhã, sexta-feira.

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS - CEBRI
(20 DE FEVEREIRO DE/2001

Com relação a notícias publicadas na imprensa sobre o Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI, cumpre esclarecer o seguinte:

- o apoio do Itamaraty ao processo de criação do CEBRI vem ao encontro do interesse mútuo (do governo e da sociedade) em ampliar o debate público sobre os grandes temas da política externa e suas conseqüências para o desenvolvimento do País;
- em sua gestão no Ministério das Relações Exteriores, de 1995 a janeiro de 2001, o Embaixador Luiz Felipe Lampreia atribuiu absoluta prioridade à tarefa de promover maior envolvimento da sociedade na formulação e execução da política externa nacional. Ao lançar a idéia da criação do CEBRI e ao assumir sua presidência, o Embaixador Luiz Felipe Lampreia reafirma seu envolvimento pessoal nessa missão;
- o Embaixador Luiz Felipe Lampreia não recebe qualquer forma de remuneração por suas atividades à frente do CEBRI;
- as contribuições financeiras do Itamaraty ao CEBRI estão consignadas de forma absolutamente transparente nas leis orçamentárias de 2000 e 2001 (R\$ 472 e 479 mil, respectivamente), tal como aprovadas pelo Congresso Nacional;
- não se pretende que as contribuições financeiras do Itamaraty tenham caráter continuado. Trata-se de um impulso inicial ao estabelecimento de uma experiência pioneira. Em 2000, metade das receitas do CEBRI já veio de contribuições privadas. O

objetivo é ampliar continuamente essas contribuições.

- dois diplomatas lotados no Escritório do Ministério no Rio de Janeiro estão efetivamente trabalhando na implantação do CEBRI. Trata-se de atividade do interesse do Itamaraty, e é nesse entendimento que o Ministério tem alocado temporariamente recursos orçamentários e humanos a esse objetivo.

CIRCULAR AOS POSTOS NO EXTERIOR
REDIGIDA PELO SENHOR MINISTRO
DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO
LAFER, SOBRE A MANIFESTAÇÃO
PÚBLICA DE DIPLOMATAS
(20 DE FEVEREIRO DE 2011)

À luz das responsabilidades inerentes à função pública e com vistas a assegurar procedimentos mais ágeis, eficazes e representativos, a circular-telegráfica nº 40.622, introduziu duas flexibilizações nas regras até então em vigor.

A primeira dá ao Chefe do posto no exterior a latitude e a responsabilidade de decidir se a sua manifestação, em função do conteúdo, requer ou não uma autorização específica da Secretaria de Estado.

Trata-se de inequívoca expressão de minha confiança pessoal naqueles que têm a responsabilidade, como agentes de Estado, de exercer a elevada função de representação externa do país, que é uma delegação pública. A segunda flexibilização consiste em uma melhor distribuição de responsabilidades que antes se encontravam depositadas unicamente no Secretário-Geral (Circular Postal nº 87/96).

A nova circular estabelece que, no exterior, o Chefe de Posto deve opinar, expressando sua concordância, ao encaminhar o texto de diplomata a ele subordinado, sobre a formulação e execução da política exterior do Brasil, tanto para a Secretaria- Geral, quanto para a unidade da Secretaria de Estado responsável pelo tema tratado.

Os diplomatas lotados na Secretaria de Estado, quando desejarem manifestar-se publicamente sobre temas relacionados à formulação e execução da política exterior do Brasil, devem solicitar autorização do seu chefe imediato, a quem cabe opinar e encaminhar a manifestação à consideração superior.

Nas duas hipóteses, a decisão final cabe ao Senhor Secretário-Geral, nos termos do Regimento Interno da SERE, mas essa decisão terá o benefício da contribuição daqueles que têm não só responsabilidades, mas informações relevantes sobre a matéria e de como deve ser ela abordada, à luz das diretrizes de política externa fixadas pelo Senhor Presidente da República.

Lembro que é competência constitucional privativa do Presidente da República conduzir a política externa (artigo 84, VII e VIII, da Constituição Federal), cabendo ao Ministro de Estado das Relações Exteriores auxiliá-lo nessa matéria (artigo 87, da Constituição, art. 14, XVI, da Lei n.º 9.649/98, e art. 14, XVII da Medida Provisória n.º 2.138-28, de 26 de janeiro de 2001).

O envolvimento dos Chefes dos Postos e das Chefias da Secretaria de Estado, no processo decisório, segundo os procedimentos previstos na Circular 40.662, é, igualmente, uma expressão de minha confiança pessoal na qualidade coletiva do julgamento dos quadros do Itamaraty.

À luz dos telegramas oficiais recebidos pela SERE e também de manifestações informais

que chegaram ao meu conhecimento, inclusive através da imprensa, entendo oportuno tecer algumas poucas considerações adicionais. Faço-as não apenas na condição de Ministro de Estado, mas também na de professor de Direito, que vê no respeito à legalidade em um estado de direito, uma vis directiva pela qual batalhei durante a vigência entre nós do regime autoritário.

O diplomata é um funcionário do Estado a quem, seja no País, seja no exterior, incumbem atividades de representação, negociação, informação e proteção de interesses brasileiros no campo internacional, independentemente de seu cargo ou função (Lei n.º 7.501, de 27.06.86, reformada pela Lei n.º 9.888, de 08.12.99, artigo 3º).

A importância dessas atividades e de suas especificidades faz com que a função diplomática tenha, entre nós, a característica de uma carreira de Estado. Dessa carreira de Estado trata a Lei n.º 7.501/86. É carreira de Estado porque o diplomata é um agente do Estado, por excelência, ou seja, nos termos do Direito Público, uma pessoa que exerce uma função ou que está encarregada de uma delegação pública.

A função de agente de Estado dá ao diplomata uma responsabilidade que não é individual ou privada, mas pública, ao manifestar-se sobre a formulação e a execução da política exterior do Brasil. É disto e apenas disto e não de outras manifestações de que tratam a lei e as circulares de referência.

Uma das dimensões dessa responsabilidade pública, num sistema internacional descentralizado como o contemporâneo, diz respeito à forma pela qual opera a prática dos Estados. Esta se afere pela maneira invariável de proceder e de agir dos agentes diplomáticos no trato dos temas de política internacional. A prática contribui para a formação do costume como fonte de Direito Internacional

Público. É, em certa medida, o equivalente à jurisprudência no plano interno. Equívocos no desenvolvimento desta prática podem ensejar a responsabilidade internacional objetiva e subjetiva (culpa ou dolo) do Estado.

Precisamente porque o diplomata é um agente do Estado e, por isso, integra uma carreira de Estado, hierarquizada, com direitos e deveres próprios, está sujeito a um regime especial nas suas manifestações públicas sobre a formulação e a execução da política exterior. Esse regime tem como objetivo conferir à voz do Estado brasileiro na sociedade internacional uma coerente coesão, que deriva de uma apropriada coordenação explicitadora de diretrizes diplomáticas. Essas, repito, são atribuições constitucionais do Presidente da República, que conta com a assessoria do Ministro das Relações Exteriores, a quem cabe, nessa esfera, exercer a orientação, a coordenação e a supervisão dos órgãos e funcionários que estão na sua área de competência. A formulação e a execução da política externa requer, para valer-me de Hannah Arendt, o agir conjunto, sem o qual não se gera o poder para o exercício da diplomacia no espaço público da palavra e da ação. É por essa razão que a Circular nº 40.622 menciona o interesse institucional da difusão de princípios e posições da diplomacia nacional, que, de resto, se acham compendiados, para veiculação e consulta livres, nos repertórios de política exterior e da prática brasileira do Direito Internacional Público, ambos publicados pelo Itamaraty, estando aquele disponível na página do MRE na Internet.

A propósito desse regime da palavra pública do diplomata, observo, à luz do que foi acima exposto, que ela obedece ao critério da responsabilidade de um agente de Estado.

É um critério distinto daquele que rege a palavra do professor, que deve obedecer a resultados de pesquisa rigorosa, do ensino de qualidade e da apropriada extensão de serviços à comunidade, ou a do jornalista, que se deve pautar pela transmissão da informação exata e honesta. É por isso que a manifestação de diplomatas sobre a formulação e execução da política exterior está sujeita a regras próprias em todas as chancelarias do mundo. No caso do Brasil, essas normas estão contempladas na Lei nº 7.501/86, que estipula, no artigo 29, inciso V, como dever específico dos funcionários do Serviço Exterior, além dos previstos no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, o de: “solicitar, previamente, anuência da autoridade competente, na forma regulamentar, para manifestar-se publicamente sobre matéria relacionada com a formulação e execução da política exterior do Brasil”. Também estabelece a Lei nº 7.501, no seu artigo 31, inciso I, que, além das proibições capituladas no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, o funcionário do Serviço Exterior está proibido de “divulgar, sem anuência de autoridade competente, informação relevante para a política exterior do Brasil, a que tenha tido acesso em razão de desempenho de cargo no Serviço Exterior”.

Ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, em janeiro deste ano, explicitarei como diretriz o imperativo de ampliar e aprofundar o diálogo e o debate com a sociedade sobre os grandes temas da política externa nacional. Na explicitação dessa diretriz fui coerente com meu percurso de vida, com minhas atitudes de cidadão e com minha visão do mundo, na qual a defesa da democracia, a transparência e a prestação de contas à sociedade são valores a serem,

pela sua hierarquia axiológica, defendidos, preservados e tutelados. Uma vez que se mencionou dado biográfico em telegrama oficial, recordo que desta maneira agi em 1992, quando também chefei a Casa. Foi dessa forma que procedi quando fui Embaixador em Genebra, de 95 a 98, e foi igualmente assim que atuei quando exerci, em 99, as funções de Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. É evidente que conto na execução dessa diretriz com os funcionários do Serviço Exterior, pois esse diálogo com a sociedade é do interesse institucional do Itamaraty e do Brasil. A circular-telegráfica n.º 40.662, que complementa a circular n.º 87/96 e regulamenta a Lei n.º 7.501/86, não é e não deve ser vista como uma gramática de obediência voltada para vigiar. Deve ser interpretada e aplicada segundo critérios de razoabilidade que norteiam as manifestações públicas de agentes que estão no exercício de função governamental disciplinada em Lei especial que, diga-se de passagem, não remonta ao período autoritário e foi recentemente revista pelo Congresso Nacional, sem que haja este, na revisão, alterado qualquer dos dispositivos citados. A palavra do diplomata, em síntese, obedece a critérios que não são o do jornalista, do acadêmico ou daqueles que buscam apenas a fruição momentânea e fugaz da presença na mídia. Na relação entre o ser e o tempo, o dever (“zollen”) do diplomata é o de condicionar a sincronização do tempo da mídia, do tempo acadêmico, do tempo diplomático ao tempo de sua responsabilidade como agente de Estado, incumbido de uma política pública voltada para traduzir necessidades internas em possibilidades externas e para ampliar o controle da sociedade brasileira sobre o seu destino.

COMUNICADO DO GRUPO DO RIO SOBRE OS DESASTRES NATURAIS QUE ATINGEM A REPÚBLICA DE EL SALVADOR (21 DE FEVEREIRO DE 2001)

“Os países membros do Grupo do Rio, diante da gravidade e magnitude dos terremotos que têm assolado a República de El Salvador e ali causado irreparáveis perdas de vidas humanas e significativos danos materiais, reiteram seus sentimentos de pesar e solidariedade com o Governo e o povo salvadorenhos e fazem um novo apelo a seus integrantes para que continuem prestando assistência máxima e a cooperação possível nesta fase de emergência com o fim de colaborar ativamente com os trabalhos de reconstrução levados a cabo pelo Governo de El Salvador.

Da mesma maneira, os países membros do Grupo do Rio fazem um chamado urgente à comunidade internacional em seu conjunto a fim de que se augure uma maior ajuda humanitária ao povo salvadorenho em momentos tão difíceis e toda a cooperação possível visando ao complemento dos esforços nacionais iniciados pelos processos de reabilitação e reconstrução das regiões atingidas por aqueles desastres naturais.”

Santiago do Chile, 20 de fevereiro de 2001

COMUNICADO DO GRUPO DO RIO SOBRE A SITUAÇÃO NA GUATEMALA (01 DE MARÇO DE 2001)

Diante de situações que poderiam constituir ameaça à ordem institucional na República

da Guatemala, os países do Grupo do Rio manifestam seu decidido respaldo à ordem constitucional e à vigência da democracia nesse país irmão.

O Grupo do Rio reafirma a vontade política de seus membros de apoiar a estabilidade e o Estado de Direito, bem como seu firme compromisso com os ideais democráticos.

O Grupo do Rio continuará atento ao desenrolar dos acontecimentos nesse país irmão.

Santiago do Chile, 28 de fevereiro de 2001.

TEXTO DA MENSAGEM DO MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO
LAFER, ENVIADA À FAMÍLIA DO
GOVERNADOR MÁRIO COVAS
(06 DE MARÇO DE 2001)

“Um homem de coragem – pessoal e política – como revela sua trajetória de vida. Um homem de bem na plena acepção ética de quem encontrou na política um espaço de confluência entre consciência e poder. Uma personalidade que combinava de maneira muito própria a emoção – de quem tinha e transmitia calor humano e sensibilidade – e a razão de quem conhecia como engenheiro, administrador e homem público a relação entre meios e fins, entre os materiais e a obra a ser construída. Um homem de obstinada e firme vontade que encontrou na ação e no processo decisório o seu habitat natural. Tudo isso conferiu ao Governador Mário Covas, em São Paulo e no País, a autoridade de uma indiscutível referência nacional. Como seu admirador e correligionário político, e também como paulista que via nas suas qualidades uma expressão daquilo que é uma exemplar

contribuição do nosso Estado ao País, lamento profundamente o seu falecimento, transmito à sua família meus sentidos pêsames e irmano-me na dor de seus amigos e companheiros.”

DECLARAÇÃO DO PORTA-VOZ
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PEDRO LUIZ RODRIGUES,
SOBRE CONVERSA TELEFÔNICA
ENTRE O MINISTRO CELSO LAFER
E O MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DA ARGENTINA,
ADALBERTO RODRÍGUEZ GIAVARINI
(06 DE MARÇO DE 2001)

Em resposta a questões formuladas pela imprensa, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Pedro Luiz Rodrigues, informa que o ministro Celso Lafer manteve ontem (05/03) longa conversa telefônica com o Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Adalberto Rodríguez Giavarini. Nesse contato, os dois ministros trocaram impressões sobre os encontros que ambos recentemente tiveram com autoridades do governo dos Estados Unidos da América. Abordaram, também, a recente substituição do Ministro da Economia da Argentina. O ministro Rodríguez Giavarini disse ao ministro Lafer que a mudança de comando na Pasta da Economia em nada alterará a prioridade que o governo argentino atribui ao Mercosul, tendo ainda salientado a importância da ação conjunta do Mercosul nas negociações da Alca.

Adicionalmente, recorda o ministro Celso Lafer que em sua recente visita a Buenos Aires

manteve conversações com o então Ministro da Defesa, agora nomeado Ministro da Economia, López Murphy. A importância do Mercosul e a necessidade de convergência nas negociações da Alca foram, então, claramente explicitadas pelo ministro argentino.

O ministro Celso Lafer renova sua convicção na parceria estratégica argentino-brasileira e na sua relevância para a consolidação e o aprofundamento do Mercosul.

ASSINATURA DE PROTOCOLO
OPCIONAL À CONVENÇÃO SOBRE
A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS
FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO
CONTRA AS MULHERES
(08 DE MARÇO DE 2001)

Por instrução do Senhor Presidente da República e para sublinhar a alta prioridade atribuída no Brasil à agenda da igualdade de gênero e enfatizar a percepção de que a efetiva promoção da mulher é instrumento poderoso para garantir uma sociedade mais democrática, o Governo brasileiro assinará o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).

O Protocolo Opcional à Convenção CEDAW foi adotado pela Comissão sobre a Condição da Mulher, das Nações Unidas, em 1999, e entrou em vigor em 22 de dezembro de 2000. Trata-se de um mecanismo pelo qual queixas individuais sobre casos de discriminação contra as mulheres podem ser apresentadas ao Comitê previsto pela mencionada Convenção.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra

as Mulheres foi adotada em 18 de dezembro de 1979 pela Assembléia Geral da ONU e entrou em vigor internacionalmente em 03 de setembro de 1981. Para o Brasil, que a ratificou em 01 de fevereiro de 1984, a Convenção entrou em vigor em 21 de março de 1984.

A Convenção CEDAW não dispõe de mecanismos de apresentação de queixas individuais por atos de discriminação contra as mulheres. Por esse motivo foi elaborado, adotado e posto em vigor internacionalmente o Protocolo Opcional, que está sendo assinado pelo Governo brasileiro.

ASSINATURA DE CONVÊNIOS ENTRE
O ITAMARATY E A AGÊNCIA DE
PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES (APEX)
(08 DE MARÇO DE 2001)

Em cerimônia presidida pelo Ministro Celso Lafer, serão assinados às 12 horas de hoje, sexta-feira, dia 09 de março, pelo Diretor-Geral do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, Ministro Mário Vilalva, e pela Diretora-Especial da Agência de Promoção de Exportações, Dorothea Werneck, três convênios e um memorando de entendimento, com vistas a dar caráter prático à cooperação entre o Itamaraty e a APEX.

O primeiro convênio refere-se à participação do Departamento em feiras no exterior, sobretudo no que toca ao apoio aos pequenos e médios empresários. O segundo diz respeito à produção de impressos e de um audiovisual para reequipar as Embaixadas e Consulados brasileiros com material atraente e eficaz sobre as potencialidades da economia brasileira, sua oferta exportável e oportunidades de investimento oferecidas

pelo País. O terceiro destina recursos para atualização e manutenção do cadastro de empresas da “BraziltradeNet”. Finalmente, o memorando de entendimento formalizará a troca permanente de informações para o apoio ao exportador e intercâmbio de funcionários do DPR e da APEX para treinamento e maior conhecimento mútuo. Local: Palácio Itamaraty.

ADESÃO DO GOVERNO
BRASILEIRO AO PROTOCOLO
OPCIONAL À CONVENÇÃO SOBRE
A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS
FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO
CONTRA AS MULHERES (CEDAW)
(13 DE MARÇO DE 2001)

Realizou-se hoje nas Nações Unidas em Nova York, na presença da Doutora Ruth Cardoso, cerimônia de adesão do Governo brasileiro ao Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), formalizada pelo Representante Permanente do Brasil, Embaixador Gelson Fonseca Junior.

O Protocolo Opcional foi adotado pela Comissão sobre a Condição da Mulher, das Nações Unidas, em 1999, e entrou em vigor em 22 de dezembro de 2000. Trata-se de um mecanismo pelo qual queixas individuais sobre casos de discriminação contra as mulheres podem ser apresentadas ao Comitê previsto pela Convenção CEDAW.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres foi adotada em 18 de dezembro de 1979, pela Assembléia Geral da ONU, e entrou em vigor internacionalmente em 03 de setembro de 1981. Para o Brasil, que a ratificou

em 01 de fevereiro de 1984, a Convenção entrou em vigor em 21 de março de 1984.

O Protocolo Opcional ao qual aderiu o Governo brasileiro virá somar-se a outros instrumentos e mecanismos, regionais e internacionais, de proteção e promoção dos direitos humanos das mulheres, e dos direitos humanos de modo geral, dos quais o Brasil é parte, tais como:

- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW);
- Convenção de Belém do Pará sobre Violência contra a Mulher, adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos;
- Comissão sobre a Situação da Mulher, em Nova York;
- Comissão de Direitos Humanos, em Genebra;
- Comissão Interamericana das Mulheres,
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos e
- Corte Interamericana de Direitos Humanos, em Washington;
- além dos dispositivos que regem as questões de gênero no âmbito dos vários organismos internacionais dos quais o Brasil é membro.

VISITA DO CHANCELER
CELSO LAFER À BOLÍVIA
(20 DE MARÇO DE 2001)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, fará, no dia 21 de março corrente, visita de trabalho a La Paz, Bolívia.

O Chanceler brasileiro será recebido pelo Presidente Hugo Banzer e manterá com o

Chanceler Javier Murillo conversações sobre as principais questões das agendas bilateral e regional, entre as quais:

- Implementação das decisões da Reunião de Presidentes da América do Sul, em especial aquelas referentes à integração física do continente;
- Perspectivas para a Cúpula das Américas e o processo negociador para a Área de Livre Comércio das Américas; e
- Processo de negociação MERCOSUL-Comunidade Andina.

SOLUÇÃO PARA CONTENCIOSO BRASIL-MÉXICO SOBRE TRANSFORMADORES ELÉTRICOS (20 DE MARÇO DE 2001)

Em primeiro de outubro de 1999 empresa mexicana solicitou às autoridades mexicanas competentes o início de investigação *anti-dumping* sobre as importações de transformadores elétricos de potência superiores a 10,000 KVA, originárias do Brasil.

2. Em 17 de julho de 2000, as autoridades mexicanas impuseram os seguintes direitos provisórios sobre os referidos produtos, por empresa sediada no Brasil:
Ansaldo-Coemsa, S.A.: 68.98%
Trafo Equipamientos Electricos, S.A.: 112.05%
Todas as demais empresas sediadas no Brasil (por exemplo, Toshiba do Brasil, S.A.): 112.05%
3. Em 20.12.00 o Brasil encaminhou solicitação de consultas à Missão do

México em Genebra no âmbito do sistema de solução de controvérsias da OMC. As consultas foram realizadas naquela cidade em 26.01.01. Houve ampla troca de informações, que propiciaram melhor compreensão dos pontos de vista recíprocos pelas autoridades dos dois países.

4. A Embaixada do Brasil no México acompanhou os procedimentos e apoiou os advogados locais das empresas sediadas no Brasil.

5. Em 20 de março de 2001, foi publicada no “Diário Oficial” do México a Resolução Final da Secretaria da Economia (Ministério da Economia), datada de 15.03.01, sobre o processo pela qual as autoridades mexicanas concluem que embora a empresa solicitante tenha cumprido o requisito de representatividade, nos termos do Acordo “Anti-Dumping” da OMC, para solicitar a investigação, não fora possível comprovar dano sobre a produção nacional mexicana total ou sobre uma proporção importante desta, nos termos do Acordo. Por conseguinte, concluíram a investigação sem impor direitos compensatórios definitivos às importações dos transformadores elétricos de potência superiores a 10,000 KVA, originárias do Brasil. As autoridades daquele país declararam concluídos os procedimentos e revogaram os direitos compensatórios provisórios. A Resolução manda que os direitos recolhidos sejam restituídos, com juros correspondentes, o mesmo aplicando-se a valores depositados como fiança, quando pertinente, e que o caso seja arquivado como total e definitivamente concluído. A Resolução entrou em vigor na data da publicação. Foi firmada pelo titular da pasta, Doutor Luis Ernesto Derbez Bautista.

NOVO PROGRAMA DA CAPES
ATENDE À ÁREA DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
(20 DE MARÇO DE 2001)

O Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais está aceitando inscrições, até 30 de abril, de projetos que abrangem, prioritariamente, áreas temáticas como estudo de regiões; países; organizações internacionais; ciência e tecnologia e relações internacionais; mecanismos de negociação e tratados internacionais; e teoria e metodologia nas relações internacionais.

O programa lançado pela Coordenação de Programas Especiais, da Diretoria de Programas da Capes volta-se, essencialmente, para o desenvolvimento do ensino de pós-graduação em relações internacionais em instituições públicas. A participação de instituições privadas é possível mediante associação com a instituição pública para a promoção de programas de pós-graduação interinstitucionais ou de outras ações previstas no projeto aprovado pela Capes.

O Ministro das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, preside hoje, dia 20, no Palácio Itamaraty, a primeira reunião e instalação da Comissão Coordenadora do Programa Santiago Dantas. A comissão é integrada por representantes da Capes, Ministério de Ciência e Tecnologia e universidades federais do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO À IMPRENSA SOBRE A
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA POPULAR DA
CHINA, SENHOR JIANG ZEMIN
(20 DE MARÇO DE 2001)

O Presidente Jiang Zemin estará realizando viagem oficial ao Brasil e a alguns países da América Latina no próximo mês de abril (Argentina, Chile, Uruguai, Venezuela e Cuba). Já tendo visitado o Brasil em 1993, o Presidente Jiang manifestou desejo de avistar-se com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de sinalizar a importância por ele atribuída ao relacionamento entre os dois países. Assim, acordou-se a realização de visita de trabalho a Brasília no dia 11 de abril, quando terá lugar um encontro de alto nível entre os dois mandatários, seguido de jantar em homenagem à delegação chinesa.

A comitiva deverá incluir, além do Vice Primeiro Ministro Qian Qichen (fonético Tchan Tchichen), ex-chanceler e que permanece como responsável pela política externa no âmbito do Conselho de Estado da China, as seguintes autoridades de alto nível: Senhor Zeng Peiyan, Ministro encarregado da Comissão Estatal de Planejamento e Desenvolvimento, Senhor Shi Guangsheng, Ministro de Estado do Comércio e Cooperação e Cooperação Econômica com o Exterior, Senhor Hua Jimin, Assistente Especial do Presidente da China, e Senhor Li Zhaoxing, Vice-Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A agenda de conversações será centrada em cinco temas, a saber:

- situação política e econômica na América Latina
- situação política e econômica na Ásia
- diversificação da Parceria Estratégica científica e tecnológica
- ampliação do relacionamento econômico e comercial bilateral
- adensamento da cooperação em organizações multilaterais

Prevê-se que o encontro de cúpula será altamente profícuo e servirá para reafirmar os estreitos vínculos que ligam os dois mais importantes países em desenvolvimento, respectivamente da América Latina e da Ásia.

Já durante a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Pequim em 1995, os dois líderes estabeleceram relacionamento amistoso e de respeito mútuo, que tem constituído fator adicional para o adensamento da interlocução bilateral.

A breve mas emblemática visita do Presidente Jiang Zemin a Brasília constitui outra demonstração dessa convergência de interesses entre o Brasil e a China.

CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO NO
ITAMARATY DA ESCULTURA TRÊS
JOVENS, DE LASAR SEGALL
(20 DE MARÇO DE 2001)

Será realizada hoje, dia 20, às 18h30, no Palácio Itamaraty, cerimônia de incorporação ao acervo do Itamaraty da escultura Três

Jovens, de Lasar Segall. A escultura em bronze, feita a partir da obra original em pedra ipanema foi doada ao Ministério das Relações Exteriores pela Associação Cultural de Amigos do Museu Lasar Segall e pela Senhora Silvana Tinelli.

A escultura Três Jovens sofreu ao longo de sessenta anos as conseqüências da poluição atmosférica de São Paulo, que acarretaram graves problemas de conservação. Graças ao Ministério da Cultura, foi possível não apenas a restauração da obra, como a realização de um molde para a fundição de três exemplares da escultura em bronze. É a maior peça escultórica criada por Segall. A obra permaneceu na coleção do artista até sua morte, tendo sido posteriormente doada por sua família ao Museu Lasar Segall, onde foi instalada no jardim de inverno da Biblioteca Jenny Klabin Segall.

BRASIL PRECISA DE SETOR
ACADÊMICO FORTE NA ÁREA DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS,
DIZ LAFER AO PRESIDIR
REUNIÃO DA CAPES
(20 DE MARÇO DE 2001)

O fortalecimento da área acadêmica dedicada à pesquisa, ao ensino e ao estudo das relações internacionais é uma necessidade imediata do País, disse hoje o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, ao abrir a primeira Reunião da Comissão do

Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais, da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior).

De acordo com Lafer, o Brasil tem, e terá crescentemente, a necessidade de contar com um núcleo amplo e bem capacitado de especialistas nas diversas áreas da vida internacional, sendo fundamental, nesse sentido, “que o meio acadêmico amplie sua contribuição no grande debate, que é de toda a sociedade, sobre os grandes desafios e oportunidades que se apresentam para o País no setor externo”. O Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais enquadra-se na política da CAPES de indução temporária do desenvolvimento da pós-graduação nacional em áreas ou campos específicos do conhecimento, sendo sua execução restrita ao período 2001-2004.

É a seguinte, segundo a CAPES, a justificativa do Programa: “A globalização da economia, a formação de blocos econômicos regionais, o estreitamento das relações entre os países de todos os continentes dão às relações internacionais uma nova dimensão. Nesse contexto, por suas características, o Brasil assume, cada vez mais, um papel de destaque junto à comunidade internacional. Como conseqüência, observa-se uma crescente demanda por profissionais altamente qualificados na área das relações internacionais tanto no setor público como no setor privado. A constatação de que os estudos internacionais no país não são suficientes e adequados para a formação desses profissionais determina a necessidade de ações consistentes e continuadas dirigidas ao fortalecimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação nessa área no Brasil”.

O Programa San Tiago Dantas visa à consecução dos seguintes objetivos relativos à área de relações internacionais: estimular a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação; fortalecer e ampliar os programas de pós-graduação existentes; contribuir para a criação de novos programas de pós-graduação. Os projetos a serem apoiados devem ser coerentes com as áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa de pós-graduação a ser fortalecido ou criado e deve contemplar, prioritariamente, uma ou mais das seguintes temáticas: estudo de países; estudo de regiões; estudo de organizações internacionais; estudo de ciência e tecnologia e relações internacionais; estudo de mecanismos de negociação e tratados internacionais; e estudo de teoria e metodologia nas relações internacionais.

ARARAS AZUIS VOLTAM
PARA O BRASIL
(20 DE MARÇO DE 2001)

Chegarão quinta-feira, dia 22 do corrente, a São Paulo, procedentes de Cingapura, dois exemplares da “arara-azul-de-Lear”, espécie criticamente ameaçada de extinção, de ocorrência restrita ao Estado da Bahia. A população de araras azuis, na natureza, é estimada em apenas 170 unidades. O comércio internacional da espécie encontra-se virtualmente proibido, em razão da inclusão da “arara-azul-de-Lear” no Anexo I da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção – CITES. Não obstante, a sobrevivência

da espécie continua ameaçada pela ação de traficantes, atraídos pelos elevados lucros decorrentes do comércio ilegal.

Nessas condições, o retorno ao Brasil das duas araras que haviam sido contrabandeadas para Cingapura por Lawrence Kuah Kok Choon é visto com satisfação pelo Governo brasileiro. A condenação do contrabandista, pela Justiça de Cingapura, a um ano de prisão e pagamento de multa, bem como a repatriação das aves são desdobramentos extremamente positivos e que apontam para a importância da cooperação internacional para a preservação. O Brasil reafirma sua disposição em colaborar internacionalmente nessa matéria e apóia incondicionalmente esforços desenvolvidos por outras nações para pôr fim ao tráfico de plantas e animais em perigo de extinção.

A responsabilidade pelo transporte e retorno das aves esteve a cargo do biólogo Carlos Yamashita, do Ibama. A Varig também prestou inestimável colaboração, ao permitir, em caráter excepcional, que as aves fossem transportadas no interior da cabine, em razão dos riscos envolvidos na manutenção e segurança dos animais, que serão, agora, encaminhados à Fundação Zoológico de São Paulo.

O Itamaraty, por intermédio da Divisão do Meio Ambiente e da Embaixada do Brasil em Cingapura, prestou colaboração ao Ibama no acompanhamento do caso. Em apoio às medidas adotadas por aquele órgão, gestões diplomáticas junto às autoridades de Cingapura asseguraram não só a proteção das aves no período em que estiveram naquele país, mas também a agilização do processo judicial e das providências administrativas que culminaram na repatriação das mesmas.

VISITA AO BRASIL DO SENHOR
ALEXANDER DOWNER,
MINISTRO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DA AUSTRÁLIA
(23 A 25 DE MARÇO DE 2001)
(21 DE MARÇO DE 2001)

Perfil Biográfico do Ministro Alexander Downer:

- Nascido em 09 de setembro de 1951;
- Graduado em Política e Economia pela Universidade de Newcastle upon Tyne;
- Serviu como diplomata do Departamento de Negócios Estrangeiros da Austrália entre 1976 a 1982, tendo ocupado postos nas representações australianas junto à União Européia e a OTAN;
- Eleito Membro do Parlamento australiano em 1984; representando o distrito de Mayo, em South Australia;
- Eleito líder da Oposição em 1994; Designado Ministro dos Negócios Estrangeiros em março de 1996, por ocasião da primeira vitória eleitoral da coalizão dos partidos Liberal e National;
- É casado com Nicky e tem quatro filhos.

Informação sobre a Austrália Relações Brasil-Austrália:

As relações bilaterais foram oficialmente iniciadas em 1945, com a abertura de representação deste país no Rio de Janeiro (primeiro Posto australiano na América Latina), embora tratados aplicáveis à Austrália

tenham sido assinados antes daquela data com o Reino Unido. Em 1946, o Brasil abriu Legação na Austrália e, em 1959, o primeiro Embaixador brasileiro apresentou credenciais ao Governador-Geral.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Austrália na América Latina. No plano político, há significativas convergências de pontos de vista em vários temas da agenda internacional, como o Grupo de Cairns e o Grupo de Valdivia. A participação brasileira na INTERFET expandiu os contatos entre as áreas militares dos dois países e, no plano econômico, a Austrália não deixou de oferecer contribuição para o programa de apoio financeiro ao Brasil por parte do FMI, em 1998. A rápida recuperação do Brasil da crise financeira de 1998-99 levou a manifestações de maior confiança da Austrália no Brasil, refletidas nos diversos contatos bilaterais de alto nível que vieram a ser mantidos a partir de 1999. Assim, por exemplo, a visita do Chanceler Alexander Downer dá seguimento a uma série de visitas de alto nível, realizadas nos últimos dois anos.

O Ministro da Imigração e Assuntos Multiculturais, Philip Ruddock visitou o Brasil em julho de 1999; o Ministro do Comércio, Mark Vaile em 1999; o Ministro das Comunicações, Tecnologia da Informação e Artes, Richard Alston em maio de 2000; e o Ministro da Indústria, Ciência e Recursos, Nick Minchin em fevereiro último. Além disso, o Parlamento australiano enviou duas missões importantes ao Brasil, nos últimos 12 meses: a primeira (março), do Subcomitê de Comércio, foi encarregada de examinar as perspectivas do relacionamento entre a Austrália e a América do Sul em matéria de comércio e investimentos; e a segunda (outubro), de Delegação de Deputados e

Senadores, manteve encontros com diversas autoridades brasileiras e visitou o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. O Ministro da Educação do Estado de Vitória, Phil Honeywood, também esteve no Brasil, em setembro de 1998, à frente de delegação da área educacional.

Essa multiplicação de contatos revela interesse crescente do lado australiano em explorar oportunidades para a expansão do relacionamento em diferentes áreas, à luz da retomada do crescimento econômico brasileiro e das perspectivas abertas pelos processos de privatização, desregulamentação e liberalização comercial.

Comércio e Investimentos Bilaterais:

O relacionamento em matéria de economia e comércio entre a Austrália e a América do Sul, em geral, e o Brasil, em particular, permanece em níveis relativamente modestos. Vários fatores explicam tal situação, entre os quais a limitada rede de contatos entre os respectivos setores privados (a despeito da existência de Câmara de Comércio Brasil-Austrália, em Sydney e São Paulo), persistente desconhecimento sobre oportunidades de negócios e dificuldades no tocante ao sistema de transportes.

O intercâmbio comercial com o Brasil vinha mostrando superávits para a Austrália desde 1996. No ano 2000, a tendência se reverteu e o intercâmbio apresentou significativo incremento em relação ao período anterior, passando de US\$ 494,6 milhões para US\$ 638,1 milhões. As exportações brasileiras para a Austrália alcançaram US\$ 340,9 milhões e as importações somaram US\$ 297,8, o que transformou o déficit brasileiro de US\$

9,6 milhões, em 1999, em um superávit de US\$ 43,6 milhões no ano 2000.

Os principais itens da pauta de exportação do Brasil para a Austrália foram xaropes para fabricação de refrigerantes, sucos de frutas concentrados, café, produtos químicos e calçados, mas motores, autopeças e máquinas para a indústria de papel também ocuparam posição de relevo. Do lado das exportações australianas, o carvão de coque continuou a ser o principal produto, seguido de óleos de petróleo, barras, perfis e fios de níquel, automóveis (“Omegas”, vendidos no Brasil, são fabricados pela General Motors/Holden, da Austrália) e produtos farmacêuticos, além de equipamentos de telecomunicações e processamento de dados, entre outros.

Segundo as estatísticas australianas, os investimentos diretos e indiretos deste país no Brasil – que se encontram em processo de expansão - alcançavam US\$ 564 milhões em 1995. Os maiores investimentos voltam-se para a área de mineração, liderados pelas empresas BHP (minério de ferro e interesse significativo no gasoduto Brasil-Bolívia), WMC (pequena mina de ouro em Goiás e exploração de metais não-ferrosos) e Hamersley (mina de ferro em Corumbá).

Recentemente, a BHP – que já detém 50% das operações da Samarco, em Minas Gerais - anunciou que assumiria o controle da CAEMI, dando-lhe o controle da produção anual de 110 milhões de toneladas de minério de ferro, o que a colocaria em segunda posição no setor, logo após a CVRD e à frente da Rio Tinto. Além do setor de mineração, também haveria o interesse australiano nas áreas de petróleo, gás, transportes, telecomunicações e tecnologia da informação. Nesse processo de gradual diversificação, os setores agrícola,

de manufaturados e de serviços apresentam, igualmente, oportunidades de investimentos.

Do lado brasileiro, duas empresas encontram-se na cidade de Melbourne: WEG (motores), há vários anos, e EMBRAER, que inaugurou escritório de representação regional em fevereiro de 1999. Recentemente, a EMBRAER tem empreendido sérios esforços promocionais, na expectativa de concretizar opções de compra de aparelhos por parte de companhias aéreas australianas.

Vale mencionar, ainda, o diálogo CER-MERCOSUL, iniciado em 1996, para troca de informações e estímulo ao comércio e investimentos entre as duas áreas de integração. Em reunião realizada em Assunção, em 1999, foi assinada Declaração de Princípios sobre Investimentos e preparado documento sobre práticas alfandegárias. Além disso, o mecanismo vem examinando possibilidades de cooperação no mercado de turismo e em matéria de ciência e tecnologia.

DADOS BÁSICOS

Nome oficial: Comunidade da Austrália

População: 19 milhões (386 mil aborígenes)

Área: 7,7 milhões de km²

Capital: Camberra

Chefe de Estado: Elizabeth II (o representante da Rainha é o Governador –Geral da Comunidade da Austrália)

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro John Winston Howard

Produto Interno Bruto (2000):US\$ 391 bilhões

PIB per capita (2000): US\$ 20.295

Moeda: dólar australiano

Taxa de câmbio: US\$1,00 = AU\$ 2,02

Dívida externa : US\$ 218,8 bilhões

Reservas internacionais: US\$ 21 bilhões

Crescimento do PIB (2000): 4,4%

MEDIDAS PROPOSTAS PELA ARGENTINA (21 DE MARÇO DE 2001)

O Brasil tem a expectativa de que as medidas propostas pela Argentina poderão contribuir para a retomada do crescimento e a ampliação do grau de confiança dos investidores e dos mercados em sua economia. A Argentina tem um patrimônio de reformas estruturais e um compromisso com a estabilidade e a disciplina fiscal que se confirma mais uma vez agora.

O Brasil não se opõe às medidas de natureza comercial que o Governo argentino considerou necessário tomar para enfrentar a presente situação. O Brasil entende que excepcionalidades como a postulada quanto à política tarifária do Mercosul devam ser examinadas à luz dos objetivos do projeto de integração regional, dos interesses de todos os sócios e das estratégias dos Governos para encontrar os caminhos que melhor respondam às circunstâncias que se apresentam.

O Brasil proporá oportunamente reunião do Conselho do Mercado Comum para que se possa avaliar em maior profundidade as implicações das medidas argentinas para o Mercosul e seu futuro.

MISSÃO EMPRESARIAL AOS PAÍSES ÁRABES DA ÁFRICA DO NORTE (22 DE MARÇO DE 2001)

O Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, em cooperação com a Apex e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), está realizando missão empresarial multissetorial a países árabes do Norte da África, no período de 16 a 29 de março. Compreendendo os setores

de máquinas agrícolas, carrocérias, autopeças, baterias e acumuladores automotivos, bem como os segmentos têxtil e alimentício, a missão iniciou seu périplo regional pela Argélia (17 a 20 de março), deslocando-se, a seguir, ao Marrocos (20 a 23 de março), ao Egito (23 a 27 de março) e, finalmente, à Tunísia (27 a 29 de março).

A missão insere-se em esforço permanente do Itamaraty, no sentido de ampliar as exportações brasileiras para os mercados dos países árabes, que importaram cerca de 172 bilhões de dólares no ano passado. Detentores de mercados altamente competitivos e, em geral, caracterizados por baixo grau de protecionismo aduaneiro, esses países têm apresentado significativo crescimento do PIB, mediante sistemático investimento em infraestrutura, e crescente demanda importadora. Entre os países ora visitados, o Egito, Argélia e Marrocos despontam como os mercados mais promissores para as empresas brasileiras.

A presente missão representa o segundo exercício desse tipo em menos de seis meses, seguindo-se à bem-sucedida visita de Missão Empresarial, organizada no mesmo modelo, aos países do Golfo Pérsico, em novembro do ano passado. Vale ressaltar ainda que, em maio passado, o Itamaraty, também em colaboração com a CCAB, organizou missão empresarial multissetorial ao Iraque, destinada a restabelecer os fluxos de comércio com aquele país, dentro dos limites definidos pelo programa “Petróleo por Alimentos”, da ONU.

O êxito de todas essas iniciativas, combinado ao elevado potencial de negócios representado pelo mundo árabe em geral, recomenda a multiplicação de tais missões e o aprofundamento da parceria entre o Itamaraty e as demais entidades promotoras de exportação com interesse nos países árabes.

ENCONTRO DO CHANCELER CELSO
LAFER COM O COMITÊ NACIONAL
PREPARATÓRIO PARA A CONFERÊNCIA
MUNDIAL CONTRA O RACISMO
(22 DE MARÇO DE 2001)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, recebeu hoje em audiência os integrantes do Comitê Nacional Preparatório para a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata. O Comitê, presidido pelo Embaixador Gilberto Sabóia, Secretário de Estado dos Direitos Humanos, é integrado por representantes de Ministérios e outros setores governamentais, bem como por representantes e personalidades do movimento negro, de grupos indígenas, religiosos e de organizações não-governamentais que lidam com o tema do racismo e da intolerância. Uma de suas atribuições básicas é definir, em consulta com todos os setores da sociedade interessado no tema, as posições que deverão balizar a atuação da delegação brasileira na Conferência Mundial, a realizar-se na cidade de Durban, na África do Sul, entre os próximos dias 31 de agosto e 7 de setembro.

O Embaixador Gilberto Sabóia lembrou que o Comitê traduz em sua pluralidade o desejo de que a preparação brasileira para a Conferência da África do Sul seja feita de forma transparente e inclusiva. Agradeceu o apoio prestado ao Comitê pelo Itamaraty na Conferência Regional Preparatória para o encontro mundial, realizada em Santiago, em dezembro passado.

Diversos outros representantes do Comitê transmitiram ao Ministro de Estado a importância de que o Governo e a sociedade

brasileira atuem conjuntamente no combate ao racismo, na eliminação das desigualdades e na construção de condições igualitárias de oportunidade. A Senhora Maria Stella de Azevedo Santos (“Mãe Stella”) ressaltou o valor da tolerância e do respeito às diferenças de credo religioso, origem racial e de outras naturezas na construção de um mundo sem preconceito e livre do racismo. O Presidente do IPEA, Professor Roberto Martins, anunciou que estudos recentes desenvolvidos por aquele instituto demonstram a necessidade urgente da adoção de políticas públicas de ação afirmativa no Brasil, destinadas a eliminar o hiato histórico existente entre brancos e negros no acesso à educação, renda, emprego e saúde.

O Ministro de Estado ressaltou a importância do trabalho realizado pelo Comitê Nacional. Lembrou seu compromisso pessoal e acadêmico com a causa dos direitos humanos e com a luta contra o racismo e a intolerância. Disse acreditar que se consolida no Brasil o reconhecimento por parte do Estado e da sociedade civil dos desafios representados pelo problema da discriminação racial. Recordou que o racismo e seu combate, tema central da Conferência Mundial, tem sido objeto de reiteradas manifestações públicas do Senhor Presidente da República.

Assegurou o Professor Celso Lafer que o Governo brasileiro atribui grande importância à realização da Conferência da África do Sul. Os representantes dos Estados e das organizações não-governamentais presentes ao encontro da África do Sul deverão enfrentar o desafio representado pelas forças do racismo e da intolerância, que correm em direção contrária à mensagem fundamental dos direitos humanos, que reconhece a todos os indivíduos direitos iguais e inalienáveis.

Por essa razão, lembrou o Ministro de Estado que a expectativa do Governo brasileiro é a de que a futura Conferência Mundial não se limite a constatar a existência e o crescimento das manifestações de racismo e intolerância nas diferentes regiões do mundo, sendo fundamental sua orientação para a ação, que resulte em compromissos dos Estados na adoção de estratégias e políticas públicas de combate à discriminação e à intolerância em todos os campos em que ela se manifesta.

MISSÃO EMPRESARIAL PANAMÁ,
COSTA RICA E GUATEMALA (24 DE
MARÇO A 1º DE ABRIL DE 2001)
(23 DE MARÇO DE 2001)

O Departamento de Promoção Comercial (DPR), do Ministério das Relações Exteriores, está organizando uma missão empresarial ao Panamá, Costa Rica e Guatemala, no período de 24 de março a 1º de abril de 2001.

A iniciativa insere-se na seqüência de entendimentos mantidos por ocasião do encontro do Presidente da República com os Chefes de Estado dos países do Istmo Centro-americano, realizado em 5 de abril de 2000, na Costa Rica, e consagrados na Carta de São José, no sentido de fortalecer os laços econômico-comerciais entre o Brasil e aquela região.

A missão tem por objetivo explorar oportunidades de comércio e investimentos naqueles mercados, além de promover a formação de parcerias estratégicas e de outras modalidades de complementação econômica. Em cada uma das capitais a serem percorridas, prevê-se a realização de rodadas de negócios e de seminários nos

quais representantes do Banco do Brasil terão a oportunidade de descrever os mecanismos de financiamento das exportações brasileiras. Ao confirmar a prioridade atribuída pelo Governo brasileiro no sentido de aumentar e diversificar as exportações, a organização da missão vem atestar o empenho do Itamaraty em contribuir para impulsionar o comércio exterior, conforme compromisso assumido publicamente pelo Ministro Celso Lafer.

As relações comerciais bilaterais com cada um dos países a serem visitados pela missão empresarial são superavitárias para o Brasil. Em 2000, o Brasil exportou para o Panamá US\$ 81,9 milhões (aumento de 1,5% em relação aos US\$ 80,7 milhões computados em 1999), com uma pauta em que predominam aparelhos televisores, materiais de transporte, mobiliário, utensílios domésticos e produtos eletroeletrônicos. As importações do Panamá somaram, em 2000, US\$ 15,9 milhões (diminuição de 21,7% em relação ao ano anterior, quando totalizaram US\$ 20,3 milhões), com uma pauta composta principalmente de produtos químicos, têxteis e eletroeletrônicos.

Em 2000, o Brasil exportou para a Costa Rica US\$ 119,9 milhões (aumento de 36% em relação aos US\$ 88 milhões registrados em 1999), em que se destacam derivados de petróleo, produtos siderúrgicos, veículos automotores, alumínio e motocompressores. No mesmo ano, o Brasil importou US\$ 30 milhões (aumento de 328% em relação aos US\$ 7 milhões registrados em 1999), com uma pauta composta principalmente de produtos eletroeletrônicos.

As exportações brasileiras para a Guatemala, no ano 2000, somaram US\$ 76,7 milhões (pouca diferença em relação a 1999, quando alcançaram US\$ 76,9 milhões), em que se destacaram produtos eletroeletrônicos,

vestuário, motocompressores, artigos de papel e produtos químicos, além de veículos automotores. As importações, por sua vez, totalizaram US\$ 960 mil (aumento de 44% em relação ao ano anterior, quando atingiram US\$ 664 mil), tendo sido compostas principalmente de sementes de gergelim, pneumáticos e couro bovino “wet blue”.

O evento conta com o apoio integral das Embaixadas do Brasil no Panamá, Costa Rica e Guatemala, bem como das Representações diplomáticas dos referidos países em Brasília.

Confirmaram participação no evento as seguintes empresas e entidades: ABEV - Associação Brasileira dos Exportadores de Vestuário, Ajinomoto Interamericana Indústria e Comércio Ltda., Altenburg Indústria Têxtil Ltda., Ariston Indústrias Químicas e Farmacêuticas, Banco do Brasil S/A, Baumer S/A, BH Export, BONOR - Indústria de Botões do Nordeste S/A, Busscar Ônibus S/A, CCE Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos S/A, Clamper Indústria e Comércio Ltda., Espambox Indústria de Mobiliário Ltda., IPC do Nordeste, Microlite S/A, Schmid Telecom Brasil Ltda., Suavetex Ltda., Telsate Telecomunicações Indústria e Comércio Ltda., e P.B. Zanzini & Cia. Ltda.

II REUNIÃO DA COMISSÃO DE COOPERAÇÃO CONSULAR ARGENTINO - BRASILEIRA (23 DE MARÇO DE 2001)

Com a finalidade de aprofundar o relacionamento bilateral entre Argentina e Brasil na área consular, bem como harmonizar as relações consulares com os objetivos políticos da integração, e em especial de

incentivar, de forma gradual e sistemática, a livre circulação de pessoas no território de ambos os países, realizou-se, no Palácio Itamaraty, nos dias 22 e 23 de março de 2001, a Segunda Reunião da Comissão de Cooperação Consular Argentino-Brasileira, por ocasião em que também se realizou o encontro regular de Vice-Chanceleres dos dois países.

A Comissão examinou os seguintes temas:

a) Acordo que interpreta o Anexo I do Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais, com vistas a flexibilizar e agilizar o processo de concessão de vistos a empresários que comprovem a realização de investimento inicial equivalente a vinte mil dólares, beneficiando particularmente o pequeno e o médio empresário.

b) Acordo relativo a intercâmbio de estagiários, que prevê a simplificação de procedimentos para a admissão de nacional de um país no território do outro com vistas a exercer temporariamente atividade de aperfeiçoamento profissional remunerada.

c) Acordo para a Simplificação dos Trâmites de Legalização de Documentos Públicos, que dispõe sobre a dispensa da legalização consular em documentos públicos expedidos por um dos Estados e apresentados no outro.

d) Convênio sobre Assistência Consular aos Nacionais de cada um dos Países que se encontrem em Território de Estados nos quais não haja Representação Diplomática ou Consular de seus Respetivos Países.

e) Acordo sobre Visto Gratuito a Estudantes e Docentes.

A Comissão concordou em aprovar as bases dos textos examinados, que serão submetidos às autoridades internas competentes.

As delegações registraram ainda, no marco da assistência consular mútua aos nacionais, que o Consulado-Geral argentino em Hamburgo receberá a missão de consulado

itinerante brasileiro, enviado pela Embaixada do Brasil em Berlim, no dia 26 de março do corrente. Da mesma forma, o Consulado-Geral brasileiro em Boston abrigará, no dia 27 de abril, consulado itinerante argentino, procedente do Consulado-Geral da Argentina em Nova York. Outros se seguirão dentro do entendimento bilateral.

A cooperação aponta no sentido de prover aos co-nacionais no exterior uma assistência de melhor qualidade, mediante a presença consular em terceiros Estados onde haja expressiva concentração de comunidades brasileiras e argentinas.

DECLARAÇÕES DO EMBAIXADOR
SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES,
EM SEMINÁRIO SOBRE A
ALCA E O MERCOSUL
(27 DE MARÇO DE 2001)

Os pontos de vista expressos pelo diretor do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI), embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, em seminário realizado ontem, 26 de março, na Abimaq, sobre a Alca e o Mercosul, assim como anteriores observações suas a respeito das mesmas matérias, são manifestações de ordem estritamente pessoal. Não refletem, portanto, a visão do Itamaraty sobre o conjunto de possibilidades, riscos e problemas inerentes às negociações comerciais multilaterais e regionais em curso, de que o Brasil participa. Estas possibilidades, riscos e problemas têm sido ampla e transparentemente discutidos pelo Ministro das Relações Exteriores, professor Celso Lafer, desde que assumiu a Pasta, em 29 de janeiro de 2001, em entrevistas, discursos,

encontros com o empresariado e outros setores sociais e também em depoimento recente no plenário do Senado Federal.

O diretor do IPRI, órgão eminentemente acadêmico vinculado ao Itamaraty, não tem autoridade funcional para expressar oficialmente posições que dizem respeito à formulação e à execução da política externa brasileira. O seu titular não deve igualmente valer-se de uma posição institucional para dar autoridade ou peso a avaliações pessoais acerca de um dos grandes temas da agenda diplomática brasileira.

ASSINATURA DO PROTOCOLO DE
COLABORAÇÃO E EMPRÉSTIMO DA
CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA
(27 DE MARÇO DE 2001)

Foi assinado hoje, pelo Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, e pelo Embaixador de Portugal no Brasil, Senhor Francisco Knopfli, Protocolo de empréstimo da Carta de Pero Vaz de Caminha ao Brasil. A Carta, que é mantida na também histórica Torre do Tombo, sede do Instituto dos Arquivos Nacionais de Portugal, foi trazida ao País no contexto das comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento do Brasil. Até o momento, foi exposta em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília e em São Luís.

O Protocolo assinado hoje permitirá a ampliação da itinerância do documento, que será exibido em outras capitais brasileiras. Trata-se de oportunidade única para que grande número de brasileiros possa ter contato direto com aquele que é o primeiro registro da História do Brasil, verdadeira certidão de nascimento do País.

ENCONTRO DE TRABALHO ENTRE OS
PRESIDENTES FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO E HUGO CHÁVEZ
(29 DE MARÇO DE 2001)

Atendendo a convite do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez Frías, visitará o Brasil no próximo dia 3 de abril, quando participará, em Brasília, de encontro com o Presidente da República.

A agenda do encontro será aberta, prevendo-se o exame de diversos temas das agendas bilateral, regional e multilateral, com destaque para os temas relativos à integração regional e à conformação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

A visita do Presidente Hugo Chávez ao Brasil insere-se no conjunto de iniciativas de alto nível que têm garantido, nos últimos anos, contínuo processo de aprofundamento das relações bilaterais.

Este será o oitavo encontro entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Hugo Chávez, desde sua eleição.

VISITA AO BRASIL DO CHANCELER DO
PARAGUAI, SENHOR JOSÉ “JUANCHO”
ANTONIO MORENO RUFFINELLI
(31 DE MARÇO DE 2001)

O novo Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, José “Juancho” Antonio Moreno Ruffinelli, visitará Brasília, em 2 de abril (segunda-feira). Em encontro com o Embaixador do Brasil, Moreno Ruffinelli assinalou que gostaria de que a sua primeira viagem ao exterior fosse ao Brasil, para

sinalizar a alta prioridade que o Paraguai atribui às suas relações com o nosso País.

O Chanceler paraguaio referiu-se, em diversas ocasiões, ao grande interesse do Governo de seu país pelos projetos de cooperação técnica e educacional com o Brasil, a exemplo do Centro de Cooperação Educacional de Hernandarias (Departamento do Alto Paraná), com inauguração prevista para o mês de maio.

O Governo brasileiro, por sua vez, continua firmemente disposto a apoiar o Governo paraguaio no processo de consolidação de sua democracia e modernização de suas instituições.

VISITA OFICIAL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DA REPÚBLICA FRANCESA
AO BRASIL (5 A 7 DE ABRIL DE 2001)
(04 DE ABRIL DE 2001)

O Primeiro-Ministro da República Francesa, Lionel Jospin, realizará visita oficial ao Brasil entre os dias 5 e 7 de abril de 2001, atendendo ao convite feito pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em Paris, no dia 5 de junho de 2000.

O Chefe do Governo francês virá acompanhado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Hubert Védrine, da Pesquisa e Tecnologia, Roger-Gérard Schwartzenberg, da Cooperação Internacional e Francofonia, Charles Josselin, da Educação Profissionalizante, Jean-Luc Melenchon, e do Comércio Exterior, François Huwart, e por cerca de 30 presidentes dos mais importantes núcleos empresariais franceses, entre os quais os presidentes dos grupos Renault, France Telecom, EDF (Electricité de France), Saint-Gobain, Dassault, Alstom, Suez

Lyonnais des Eaux, Vivendi, Thomson e BNP (Banque Nationale de Paris) Paribas. Ao todo, entre Ministros, parlamentares, empresários, altos funcionários do Governo, jornalistas e pessoal de apoio, a comitiva francesa será composta por cerca de 220 pessoas.

A programação oficial do Primeiro-Ministro Lionel Jospin terá início em Brasília na manhã do dia 5 de abril com a cerimônia de chegada e apresentação das delegações no Palácio do Planalto, seguida de encontro de trabalho com o Presidente da República. Após o encontro deverão ser assinados os seguintes atos bilaterais no Palácio do Planalto:

- Acordo para construção de ponte internacional sobre o rio Oiapoque, pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da França;
- Declaração conjunta sobre cooperação na área de ciência e tecnologia, pelo Ministro de Ciência e Tecnologia do Brasil e pelo Ministro da Pesquisa e Tecnologia da França;
- Declaração conjunta sobre cooperação na área de doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, pelo Ministro da Saúde do Brasil e pelo Ministro da Cooperação da França;
- Declaração conjunta sobre cooperação na área do combate a incêndios florestais, pelo Ministro da Integração Nacional do Brasil e pelo Chanceler francês.

Na tarde do dia 5 e na manhã do dia 6, o Primeiro-Ministro Lionel Jospin estará em São Paulo, onde manterá encontros com o Governador Geraldo Alckmin e com a Prefeita Marta Suplicy (que o homenageará com almoço em sua residência particular),

oferecerá recepção à comunidade francesa e participará de seminário sobre oportunidades de investimentos na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

No Rio de Janeiro, nos dias 6 e 7, além de encontros com o Governador Anthony Garotinho e com o Prefeito César Maia, participará de seminário sobre globalização, organizado pelo CEBRI e pela Faculdade Cândido Mendes. Ainda no Rio de Janeiro, os dois Chefes de Governo voltam a se encontrar para darem seqüência às conversações e procederem a uma avaliação dos resultados da visita. O Presidente da República oferecerá, em seguida, almoço para o Primeiro-Ministro francês no hotel Copacabana Palace. O Primeiro-Ministro Lionel Jospin partirá na noite do sábado, 7 de abril, para Buenos Aires, onde almoça com o Presidente Fernando De La Rúa no domingo, retornando a Paris naquele mesmo dia.

A visita tem caráter excepcional, uma vez que o Chefe do Governo francês raramente viaja ao exterior. O Primeiro-Ministro Lionel Jospin demonstra, com esse gesto, o alto nível de prioridade que a França atribui ao relacionamento com o Brasil, que conhece hoje momento de alta qualidade, marcado por útil diálogo e construtiva cooperação governamental e por crescente intensificação dos vínculos econômicos, em especial com a ampliação significativa dos investimentos franceses no País e do aumento das exportações brasileiras para o mercado francês (em 2000, a Embraer exportou para a França aviões o valor total de 370 milhões de dólares).

Nossa agenda com a França é positiva, não apresentando contenciosos de maior relevância. O Governo brasileiro tem conferido caráter especial a essa relação no espírito do “partenariat stratégique” adotado pelos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e

Jacques Chirac em Paris, em 1996, e reafirmado em Brasília, em 1997. Nesse quadro, situam-se a preferência concedida pelo Governo brasileiro à parceria com a França nos projetos Pró-Amazonas e Promotec (reaparelhamento da Polícia Federal), a aquisição do porta-aviões Foch (atual São Paulo) pela Marinha do Brasil, a aquisição dos helicópteros Cougar pelo Exército brasileiro.

Aspectos gerais do relacionamento

PRINCIPAIS EVENTOS DO RELACIONAMENTO (1995-2001)

MARÇO 1995 - Assinatura do acordo de promoção e proteção de investimentos;
MARÇO 1996 - Visita do Ministro dos Transportes, Bernard Pons;
MAIO 1996 - Visita do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República, Xavier Villepin;
MAIO 1996 - Visita de estado do Presidente Fernando Henrique Cardoso;
OUTUBRO 1996 - Inauguração em São Paulo da Expo France 2000 pelo Ministro do Comércio Exterior, Yves Galland;
MARÇO 1997: Visita de estado do Presidente Jacques Chirac;
SETEMBRO 1997: I reunião de cooperação transfronteiriça;

NOVEMBRO 1997: Encontro dos Presidentes FHC e Chirac no Oiapoque;

NOVEMBRO 1997: I Comissão Geral Brasil-França (Paris), presidida pelos Ministros Luiz Felipe Lampreia e Hubert Védrine;

NOVEMBRO 1998 - Reunião da Subcomissão Econômica Brasil-França (integrante da Comissão Geral) e visita do Ministro do Comércio Exterior, Jacques Dondoux;

FEVEREIRO1999 - Visita do Secretário-Geral do Quai d'Orsay, Loïc Hennekinne;

MARÇO1999: Missão especial do MEDEF ao Brasil;

MARÇO1999 - II reunião de cooperação transfronteiriça;

ABRIL1999 - Visita do Ministro da Educação, Claude Allegre;

SETEMBRO1999 - Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hubert Védrine;

OUTUBRO1999 - Inauguração da exposição Brasil Barroco no Petit Palais;

OUTUBRO1999 - Inauguração da Cátedra Mercosul (Sciences Po) pelo Ministro Luiz Felipe Lampreia;

ABRIL2000 - II Comissão Geral Brasil-França (Brasília), presidida pelos Ministros Luiz Felipe Lampreia e Charles Josselin;

JUNHO2000 - Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso (reuniões de trabalho com Jacques Chirac e Lionel Jospin);
JUNHO2000 - I Fórum Perspectivas América Latina do MEDEF e visita do Ministro do Comércio Exterior, François Huwart;
SETEMBRO2000 - Visita do Secretário-Geral das Relações Exteriores a Paris;
ABR.2001- Visita do Primeiro-Ministro da França, Lionel Jospin.

ESTOQUE TOTAL DE
INVESTIMENTOS FRANCESES
NO BRASIL (EM USD BILHÕES):

até 1995 - 2,5
até 1996 - 3,5
até 1997 - 4,7
até 1998 - 6,5
até 1999 - 7,8
até 2000 - 9,0

Principais acordos bilaterais:

- Acordo cultural, assinado em 1948, em vigor desde 1950
- Acordo sobre transporte aéreo, assinado em 1965, em vigor desde 1967
- Acordo de cooperação técnico-científica, assinado em 1967, em vigor desde 1968
- Convenção para evitar a dupla tributação, assinada em 1971, em vigor desde 1972
- Acordo de cooperação espacial, assinado em 1973, em vigor desde 1974
- Acordo marítimo, assinado em 1975, em vigor desde 1979
- Acordo sobre supressão de vistos, assinado em 1996 e em vigor desde 1996
- Acordo sobre Cooperação Judiciária, assinado em 1996 e em vigor desde 2000
- Acordo-Quadro de Cooperação, assinado em 1996 e em vigor desde 1997

Fonte: DE-I (estimativa com base em dados do Banco Central e das câmaras de comércio)

**Comércio Brasil-França (em
USD milhões FOB):**

- Principais produtos exportados: soja, minério de ferro, café verde, aviões, automóveis, pasta de papel, mobiliário, madeira, produtos siderúrgicos.
- Principais empresas exportadoras: Ceval Alimentos, Embraer, Vale do Rio Doce, Cargill Agrícola, Minerações Brasileiras Reunidas, Coinbra.
- Principais produtos importados: aviões, autopeças, medicamentos, automóveis, produtos químicos, máquinas para borracha, bombas e compressores.
- Principais empresas importadoras: Petrobras, Ford, GM, Brasif, Coimex, Cosipa, Ericsson, Schneider, Rhodia.

VISITA DE TRABALHO DO PRESIDENTE
HUGO CHÁVEZ FRÍAS AO BRASIL
(3 DE ABRIL DE 2001) COMUNICADO
CONJUNTO DE IMPRENSA
(04 DE ABRIL DE 2001)

Os Presidentes da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez Frías, realizaram, em Brasília, no dia 3 de abril de 2001, Reunião de Trabalho na qual analisaram temas de interesse das agendas bilateral e multilateral.

Como resultado deste oitavo encontro, os Chefes de Estado decidiram emitir o seguinte comunicado de imprensa conjunto:

Ambos os mandatários abordaram temas de relevância para os dois países, o que comprova o excelente nível de entendimento e concertação existente na relação bilateral, comprometendo-se a continuar impulsionando com o mesmo dinamismo projetos de interesse comum.

Ao reavaliar a atual situação regional, continental e mundial, reafirmaram seu compromisso em contribuir para a consecução de um processo de integração harmônico e equitativo que assegure melhores condições de acesso aos mercados e contribua para a expansão dos intercâmbios comerciais, como meio para melhorar os níveis de desenvolvimento econômico e bem-estar social de nossos povos.

Os Chefes de Estado ressaltaram a importância da III Cúpula das Américas, a realizar-se de 20 a 22 de abril, em Québec, Canadá. Ao confirmarem sua participação na mesma, expressaram o desejo de que a Cúpula aporte importantes resultados nos dois principais vetores constantes dos documentos a serem adotados em Québec: o político-social e o econômico-comercial.

Expressaram seu convencimento de que a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) deve levar em conta os princípios de equilíbrio, gradualidade e progressividade das negociações, assim como as diferenças nos níveis de desenvolvimento das economias do hemisfério.

Conscientes da necessidade de impulsionar o comércio hemisférico, assinalaram a conveniência de dispor de regras claras e transparentes de acesso aos mercados bem como de não vincular os temas de comércio com aqueles de natureza ambiental e trabalhista.

Reafirmaram seu compromisso de subscrever, no mais breve prazo possível, o Acordo Mercosul-CAN, considerando-o fundamental para a consolidação do espaço econômico sul-americano e para o exame em melhores condições e sob o princípio do regionalismo aberto de sua participação nas negociações para a conformação de uma Área de Livre Comércio das Américas, bem como nas que se realizam com a União Européia e outros blocos econômicos.

Por outro lado, o Presidente Hugo Chávez Frías anunciou a decisão do Governo venezuelano de solicitar adesão ao Mercosul. O Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu com satisfação o anúncio da decisão venezuelana e comprometeu-se a apoiar essa solicitação junto aos demais sócios do Mercosul, iniciando, no mais curto prazo, o processo correspondente previsto no Tratado de Assunção.

Ao darem por concluída a Reunião de Trabalho, os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Chávez Frías expressaram sua satisfação com os resultados obtidos, o que demonstra o alto nível de cooperação política e econômica alcançados na relação bilateral, e a contribuição que podem dar ao desenvolvimento econômico e social de nossa região.

TEXTOS DOS ACORDOS ASSINADOS
E DECLARAÇÕES FEITAS PELO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, E
PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA
FRANCESA, LIONEL JOSPIN
(05 DE ABRIL DE 2001)

Seguem, entre parênteses, os endereços dos textos dos acordos assinados e declarações feitas pelo presidente da república, fernando henrique cardoso, e primeiro-ministro da república francesa, lionel jospin:

- Acordo entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república francesa sobre o projeto de construção de uma ponte sobre o rio oiapoque (<http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/info135-01-franca.doc>);
- Declaração conjunta entre o ministro da integração nacional da república federativa do brasil e o ministro dos negócios estrangeiros da república francesa no âmbito da luta contra catástrofes de origem natural e tecnológica e, em particular, contra os incêndios de florestas (<http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/info135-01-franca1.doc>);
- Memorando de entendimento entre o ministro da ciência e tecnologia da república federativa do brasil e o ministro da pesquisa da república francesa sobre cooperação científica e tecnológica em áreas prioritárias (<http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/info135-01-franca2.doc>);
- Declaração conjunta entre o ministro da saúde da república federativa do brasil e o ministro delegado da cooperação e

da francofonia da república francesa sobre cooperação na área das doenças sexualmente transmissíveis e aids (<http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/info135-01-franca3.doc>).

ADIAMENTO DA VISITA DE ESTADO
DO PRESIDENTE FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO À ARGENTINA
(05 DE ABRIL DE 2001)

Os Governos brasileiro e argentino decidiram adiar a visita de Estado que o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizaria à Argentina em abril de 2001, tendo em vista que os dois Presidentes aproveitarão sua estada em Québec, durante a Cúpula das Américas, para prosseguir em suas consultas e coordenação sobre a agenda bilateral, regional e hemisférica. Nessa ocasião, será também fixada a nova data em que se realizará a visita de Estado, voltada a valorizar tanto a aliança estratégica entre os dois países quanto a sua participação na construção e consolidação do Mercosul.

A decisão de adiar a visita de Estado, que levou também em conta o acúmulo de compromissos nas agendas dos dois presidentes neste mês de abril, obedece ao desígnio de proporcionar tempo adicional à adequada preparação substantiva da visita, com a consolidação de uma extensa agenda positiva bilateral e avanços na participação dos dois países no Mercosul. Essa preparação permitirá que os dois Presidentes possam, na ocasião solene de uma visita de Estado, referendar resultados palpáveis e substanciais.

Em recente contato telefônico, os dois Presidentes reafirmaram os fundamentos dessa visita de Estado, que foi concebida

e será realizada como um novo impulso político na relação bilateral e um claro sinal de intensificação da coordenação que os dois países mantêm nos âmbitos regional, hemisférico e internacional.

*REUNIÓN EXTRAORDINARIA DEL
CONSEJO DEL MERCADO COMÚN EN }
LA SEDE DEL PALACIO SAN MARTÍN
COMUNICADO DE PRENSA
(09 DE ABRIL DE 2001)*

El día 7 de abril de 2001 se llevó a cabo una Reunión Extraordinaria del Consejo del Mercado Común en la sede del Palacio San Martín para considerar, en el marco de los compromisos asumidos por los Estados Partes en los Tratados constitutivos del MERCOSUR, las modificaciones del Arancel Externo Común efectuadas por la República Argentina.

Los Estados Partes del MERCOSUR expresaron su solidaridad y comprensión ante la situación de emergencia que atraviesa la economía argentina y coincidieron que su pronta recuperación es un interés compartido por todos los socios y redundará en beneficio para el MERCOSUR en su conjunto.

En tal sentido, brindaron su respaldo a las medidas que forman parte del Programa de Competitividad impulsado por el Gobierno argentino.

En lo que se refiere a los aspectos arancelarios de dicho Programa, el Consejo del Mercado Común aprobó la Decisión CMC 1/2001 que faculta a la República Argentina a aplicar – con carácter excepcional y transitorio - niveles arancelarios diferentes a los establecidos en el Arancel Externo Común para una nómina de productos.

El Consejo del Mercado Común reafirmó la vigencia de los compromisos asumidos en el marco del Relanzamiento del MERCOSUR y la necesidad de continuar con los trabajos allí encomendados así como con los correspondientes a la agenda de consolidación y profundización del MERCOSUR.

*AREA DE LIBRE COMÉRCIO DE
LAS AMERICAS - SEXTA REUNIÓN
DE MINISTROS DE COMERCIO
DEL HEMISFERIO DECLARACIÓN
MINISTERIAL BUENOS AIRES,
ARGENTINA (7 DE ABRIL DE 2001)
(09 DE ABRIL DE 2001)*

1. Nosotros, los Ministros Responsables del Comercio en el Hemisferio, en representación de los 34 países que participan en las negociaciones del Área de Libre Comercio de las Américas, celebramos nuestra Sexta Reunión Ministerial en Buenos Aires, Argentina, el 7 de abril de 2001.

2. Tomamos nota de los importantes avances registrados en las negociaciones del ALCA en esta segunda etapa de dieciocho meses bajo la Presidencia de la República Argentina. Reafirmamos los principios y objetivos que guiaron nuestro trabajo desde la Primera Cumbre de las Américas; en particular, el consenso como principio fundamental en la toma de decisiones del proceso del ALCA y el logro de un acuerdo equilibrado, comprensivo, congruente con las reglas y disciplinas de la Organización Mundial del Comercio. Reafirmamos que el resultado de las negociaciones del ALCA constituirá un compromiso único (single undertaking) comprensivo que

incorpora los derechos y obligaciones que se acuerden mutuamente para todos los países miembros. Reiteramos que el ALCA puede coexistir con acuerdos bilaterales y subregionales, en la medida que los derechos y obligaciones bajo tales acuerdos no estén cubiertos o excedan los derechos y obligaciones del ALCA. A la luz de los avances logrados en el proceso de negociaciones, recomendamos a los Mandatarios que, en la Tercera Cumbre de las Américas, nos den lineamientos para asegurar que las negociaciones del ALCA concluyan, a más tardar, en enero de 2005, para tratar de lograr su entrada en vigencia lo antes posible, no más allá de diciembre de 2005.

3. Creemos en la importancia de la liberalización del comercio, tanto a nivel mundial como regional, para generar crecimiento económico y prosperidad en el Hemisferio. En tal sentido, consideramos importante el fortalecimiento de los procesos de integración en marcha, los cuales pueden facilitar el logro una integración hemisférica plena. Reafirmamos nuestro compromiso con un sistema de comercio mundial más abierto y equilibrado y entendemos que las negociaciones del ALCA facilitarán el logro de este objetivo. En consecuencia, reiteramos nuestro compromiso de evitar, en la medida de lo posible, la adopción de políticas o medidas que puedan afectar negativamente el comercio y la inversión regional y la imposición de barreras comerciales adicionales a países fuera del Hemisferio.

4. En la Tercera Cumbre de las Américas, a celebrarse en la ciudad de Québec entre los días 20 al 22 de abril de 2001, nuestros Jefes de Estado y Gobierno examinarán los progresos realizados en el

cumplimiento de los desafíos identificados en las previas Cumbres de las Américas y en la identificación de nuevas prioridades para la acción hemisférica. Reconocemos la significativa contribución que la integración económica, principalmente a través del ALCA, puede realizar al logro de los objetivos previstos en el proceso de la Cumbre de las Américas, que incluye el fortalecimiento de la democracia, la creación de prosperidad y la realización del potencial humano. Reiteramos que la negociación del ALCA tomará en cuenta la amplia agenda social y económica contenida en las Declaraciones y Planes de Acción de Miami y Santiago con el objeto de contribuir a elevar los niveles de vida, mejorar las condiciones laborales de los pueblos de las Américas y proteger mejor el medio ambiente. Reiteramos que uno de nuestros objetivos generales es el de procurar que nuestras políticas ambientales y de liberalización comercial se apoyen mutuamente, tomando en cuenta los esfuerzos emprendidos por la Organización Mundial del Comercio y otras organizaciones internacionales, y asegurar, de conformidad con nuestras respectivas leyes y reglamentos, la observancia y promoción de los derechos laborales renovando nuestro compromiso de respetar las normas fundamentales del trabajo internacionalmente reconocidas, y reconociendo que la Organización Internacional del Trabajo es la entidad competente para establecer y ocuparse de esas normas fundamentales del trabajo.

5. Reafirmamos nuestro compromiso, plasmado en anteriores Declaraciones Ministeriales, de tomar en cuenta, al diseñar el ALCA, las diferencias en los niveles de desarrollo y tamaño de las economías de nuestro Hemisferio,

para crear oportunidades para la plena participación de las economías más pequeñas y aumentar su nivel de desarrollo. Reconocemos las amplias diferencias existentes en el nivel de desarrollo y en el tamaño de las economías en nuestro Hemisferio y tendremos presente dichas diferencias en nuestras negociaciones para asegurar que reciban el tratamiento que éstas requieren, de manera que se garantice la plena participación de todos los miembros en la construcción y los beneficios del ALCA.

6. Reiteramos la importancia que tiene la cooperación para permitir un fortalecimiento de la capacidad productiva y de la competitividad de esas economías. Asimismo, y a la luz de los principios generales que hemos aprobado en la Declaración Ministerial de Costa Rica, reafirmamos la necesidad de contar con asistencia técnica, así como con disposiciones especiales, a fin de atender las necesidades de los países con diferentes niveles de desarrollo y tamaño de las economías; dentro de ellas, las necesidades específicas de las pequeñas economías, de forma de realzar su capacidad para obtener los máximos beneficios de su participación en el ALCA.

7. Reconocemos la importancia de la estabilidad macroeconómica como factor de certidumbre y previsibilidad, que permitirá alcanzar un mayor bienestar, coadyuvando al incremento de los flujos comerciales, la integración económica y el desarrollo sostenible. En tal sentido, destacamos la importancia del desarrollo de una mayor integración hemisférica, acorde con los objetivos previstos en las sucesivas Cumbres de las Américas.

8. Consideramos que la Tercera Cumbre de las Américas constituye una oportunidad

para seguir profundizando los Planes de Acción aprobados en Cumbres anteriores, a fin de fortalecer programas de cooperación hemisférica que permitan apoyar los esfuerzos de cada país en aspectos relevantes para su participación efectiva en las negociaciones y beneficios del ALCA.

Presente y futuro de las negociaciones.

9. Hemos examinado el Informe preparado por el Comité de Negociaciones Comerciales y, entre los logros de esta segunda etapa de negociaciones, queremos destacar, en particular: la elaboración de un primer borrador de un Acuerdo ALCA, resultante de la compilación de los borradores de texto elaborados por los Grupos de Negociación; el inicio de las discusiones sobre la estructura general del Acuerdo ALCA (aspectos generales e institucionales); avances en los informes sobre la interrelación entre comercio y política de competencia, incluyendo medidas antidumping y sobre la interacción entre los Grupos de Acceso a Mercados y Agricultura; sobre tratamiento de las diferencias en los niveles de desarrollo y tamaño de las economías en los acuerdos de comercio y de integración; el traslado de la Secretaría Administrativa a Panamá, en cumplimiento de lo acordado en nuestra Cuarta Reunión Ministerial; los avances en la preparación de un Manual de Organización para la Secretaría Administrativa y el avance en la implementación de las dieciocho medidas de facilitación de negocios aprobadas en nuestra Quinta Reunión Ministerial.

10. Apreciamos el considerable trabajo realizado por los Grupos de Negociación en el desarrollo de los borradores de texto. A la luz de estos progresos, instruimos a los Grupos de Negociación a intensificar los

esfuerzos para resolver las divergencias existentes y alcanzar consenso, con miras a eliminar los corchetes de los borradores de texto, en la mayor medida posible, trabajar en la consolidación de textos sobre la base de las instrucciones específicas incluidas en el Anexo I y remitir al CNC una nueva versión de capítulo de sus respectivas áreas a más tardar 8 semanas antes de nuestra próxima reunión.

11. El Comité de Negociaciones Comerciales deberá asegurarse de que se logren avances en todos los Grupos de Negociación, de conformidad con los principios generales acordados en nuestra reunión de San José. En ese marco, deberá evaluar los progresos logrados en los Grupos de Negociación en lo que se refiere a las tareas asignadas en el Anexo I de esta Declaración y resolver sobre las eventuales divergencias existentes en las recomendaciones, instruyendo que las negociaciones de acceso a mercados se inicien, a más tardar, el 15 de mayo del año 2002.

12. Instruimos al Comité de Negociaciones Comerciales a elaborar una segunda versión del borrador de Acuerdo ALCA, incluidos los capítulos de cada Grupo de Negociación y los capítulos que abarquen los aspectos generales e institucionales, para nuestra consideración en la próxima reunión Ministerial.

13. Asimismo, instruimos al Comité de Negociaciones Comerciales a continuar el examen del tratamiento de las diferencias en los niveles de desarrollo y tamaño de las economías del Hemisferio, dentro de éstas, las de las pequeñas economías, y proveer al respecto orientación permanente a los Grupos de Negociación para que consideren las propuestas concretas remitidas por los países o grupos de países en cada uno de los temas sustantivos de negociación.

14. Con el apoyo del Grupo Consultivo de Pequeñas Economías y el Comité Tripartito, el Comité de Negociaciones Comerciales deberá formular, a más tardar el 1 de noviembre de 2001, pautas o lineamientos sobre la forma de aplicación del tratamiento de las diferencias en los niveles de desarrollo y tamaño de las economías.

15. Para realizar esos trabajos, acordamos que el CNC debería llevar a cabo, como mínimo, tres reuniones durante los próximos dieciocho meses, que culminan en nuestra próxima reunión Ministerial, que tendrá lugar, a más tardar, el 31 de octubre de 2002. Las reuniones se realizarán en Nicaragua, Venezuela y República Dominicana, sucesivamente.

16. Consideramos y tomamos nota del Informe del Comité de Negociaciones Comerciales y reafirmamos su rol como organismo ejecutivo del proceso de negociaciones. Esta actividad de conducción general del proceso incluye, entre otras actividades: guiar el trabajo de las distintas entidades del ALCA, procurando mantener un avance equilibrado en todas las áreas de negociación, conforme sus objetivos y mandatos; decidir la estructura general del Acuerdo ALCA – aspectos generales e institucionales -, supervisando las tareas generales del Comité Técnico de Asuntos Institucionales; asegurar la transparencia del proceso negociador; supervisar el trabajo de la Secretaría Administrativa; supervisar el trabajo del Subcomité de Administración y Presupuesto; supervisar las solicitudes hechas al Comité Tripartito, estableciendo prioridades, de ser necesario; supervisar la implementación de las medidas de facilitación de negocios acordadas y continuar analizando el tratamiento de

las diferencias en el nivel de desarrollo y tamaño de las economías del Hemisferio.

17. Reiteramos nuestras instrucciones al Comité de Negociaciones Comerciales para que continúe identificando vínculos entre las entidades del ALCA, especificando los procedimientos apropiados para asegurar su efectiva y oportuna coordinación.

18. Instruimos al Comité de Negociaciones Comerciales a evaluar, en consulta con los Grupos de Negociación, y de modo permanente, la necesidad de crear nuevos Grupos de Negociación, en base a los avances registrados por los Grupos existentes, estableciendo otros Grupos o Subgrupos de Negociación, según sea apropiado.

Facilitación de Negocios.

19. Hemos recibido el informe del Grupo ad hoc de Expertos Aduaneros y tomamos nota de los progresos alcanzados en la implementación de las medidas de facilitación de negocios aprobadas en nuestra reunión anterior. Instamos a los países a continuar trabajando con miras a implementar plenamente estas medidas, con apoyo de planes de cooperación y asistencia técnica, con el convencimiento de que las mismas contribuirán significativamente a agilizar las transacciones en el Hemisferio y a crear un ambiente de negocios más eficiente y predecible.

20. En ese sentido, celebramos la aprobación del proyecto de cooperación técnica del Fondo Multilateral de Inversiones (FOMIN - dependiente del Banco Interamericano de Desarrollo - que contribuirá a facilitar la implementación de las medidas de aduanas, teniendo en cuenta las diferencias en los niveles de desarrollo y tamaño de las economías; dentro de éstas las de las economías más pequeñas.

21. Recibimos, asimismo, el informe del

Comité Tripartito sobre las medidas de facilitación de negocios en materia de transparencia y ratificamos la importancia de una plena y continua implementación de las mismas. Instamos a los Gobiernos a suministrar la información necesaria para mantener actualizada la página oficial del ALCA, permitiendo un acceso rápido y útil a la información por parte de las comunidades empresariales y otros sectores interesadas.

Rotación de Presidencias y Vicepresidencias.

22. Agradecemos el trabajo llevado a cabo por los Presidentes y Vicepresidentes de los Grupos de Negociación, Grupo Consultivo y Comités en esta segunda etapa de negociaciones. Sus esfuerzos y dedicación profesional contribuyeron significativamente al progreso alcanzado hasta la fecha. En cumplimiento del criterio de rotación acordado en nuestra Cuarta reunión, aprobamos un nuevo listado de países que ejercerán la Presidencia y Vicepresidencia de las distintas entidades del ALCA en la tercera etapa de dieciocho meses de negociaciones, el que se adjunta como Anexo II de esta Declaración (I).

Transparencia y participación de la sociedad civil.

23. En la Cumbre de Santiago, los negociadores del ALCA recibimos la instrucción de nuestros Mandatarios de asegurar que el proceso de negociación sea transparente y de realizar las negociaciones de manera tal que se genere amplio respaldo y comprensión pública acerca del ALCA. En forma consistente con este mandato, y conforme nuestro compromiso de transparencia, hemos acordado publicitar el borrador de Acuerdo ALCA en los cuatro idiomas oficiales, después de la Tercera Cumbre de las Américas. Creemos que la difusión

de este texto aliviará considerablemente la preocupación pública acerca del ALCA y establecerá nuevos estándares de transparencia en las negociaciones comerciales. Asimismo, acordamos dar a conocer, después de cada Cumbre de las Américas, los resultados alcanzados en el proceso de negociaciones.

24. Reafirmamos nuestro compromiso con el principio de transparencia del proceso ALCA y reconocemos la necesidad de una participación creciente de los distintos sectores de la sociedad civil en la iniciativa hemisférica. Agradecemos las contribuciones realizadas por la sociedad civil en esta etapa de negociaciones del ALCA y le instamos a continuar brindando sus aportes de forma constructiva sobre los asuntos relacionados con el comercio, de relevancia para el ALCA. Apreciamos las recomendaciones en esta materia presentadas por el Comité de Negociaciones Comerciales para nuestra consideración.

25. Consideramos que el Comité de Representantes Gubernamentales sobre la Participación de la Sociedad Civil es un importante mecanismo para alcanzar el compromiso de transparencia y acogemos con agrado el informe que presenta la gama de puntos de vista recibidos en esta etapa de los individuos y organizaciones del Hemisferio.

26. En tal sentido, instruimos al Comité de Representantes Gubernamentales sobre Participación de la Sociedad Civil a propiciar un proceso de comunicación creciente y sostenido con la sociedad civil, a fin de lograr que la misma tenga una percepción clara del desarrollo del proceso de negociaciones del ALCA. Con este propósito, instruimos a este Comité a desarrollar un listado de opciones para

la consideración y decisión del Comité de Negociaciones Comerciales en su próxima reunión, dentro de las cuales se podrán consignar programas de difusión en las pequeñas economías, los que podrán contar con el apoyo del Comité Tripartito u otras fuentes de financiamiento internacional.

27. Asimismo, instruimos al Comité de Negociaciones Comerciales a analizar la posibilidad de incorporar mayor información del proceso del ALCA en la página oficial, incluyendo la difusión del segundo Informe del Comité de Representantes Gubernamentales sobre Participación de la Sociedad Civil.

28. Asimismo, instruimos al Comité de Representantes Gubernamentales a remitir a los Grupos de Negociación las contribuciones presentadas por la sociedad civil referidas a sus respectivos temas y aquellas relacionadas con el proceso ALCA en general.

29. Agradecemos las recomendaciones efectuadas por el Sexto Foro Empresarial de las Américas las que, a semejanza de las realizadas en foros anteriores, constituyen un aporte valioso a las negociaciones.

30. Tomamos nota de los foros y seminarios sobre las negociaciones del ALCA que distintas organizaciones de la sociedad civil han estado realizando en los países de la región, y los invitamos a presentar las conclusiones de sus trabajos al Comité de Representantes Gubernamentales sobre Participación de la Sociedad Civil. Comercio Electrónico.

31. Agradecemos, también, el nuevo informe del Comité Conjunto de Expertos del Sector Público y Privado sobre Comercio Electrónico. Remitiremos sus recomendaciones a las autoridades gubernamentales competentes y las

pondremos a disposición del público en general. Acordamos que el Comité conjunto continúe reuniéndose con el objeto de formular nuevas recomendaciones sobre asuntos incluidos en su mandato y presentarnos un nuevo informe en nuestra próxima reunión. Instruimos al Comité de Comercio Electrónico a profundizar la revisión de asuntos específicos que figuran en su agenda de trabajo, a identificar nuevos temas relativos a esta materia, incluyendo mecanismos tendientes a reducir la creciente brecha digital entre los países del Hemisferio.

Grupo Consultivo de Pequeñas Economías.
32. Hemos recibido el informe del Grupo Consultivo de Pequeñas Economías y agradecemos sus recomendaciones sobre acciones y tareas para llevar a cabo el trabajo futuro del Grupo, con la finalidad de lograr el tratamiento de las diferencias en el nivel de desarrollo y tamaño de las economías del Hemisferio. Recordamos que las recomendaciones relativas a las diferencias en los niveles de desarrollo y tamaño de las economías del Hemisferio deberán ser tenidas en cuenta en el contexto de cada Grupo de Negociación. Instruimos al CNC a examinar mecanismos para fortalecer el flujo de información entre los Grupos de Negociación y el GCPE sobre temas de relevancia para los intereses y preocupaciones de las pequeñas economías, de manera que el GCPE pueda cumplir adecuadamente su mandato. Apreciamos el considerable progreso realizado en el desarrollo de una base de datos conteniendo las necesidades y fuentes de provisión de asistencia técnica a las pequeñas economías y agradecemos la realización de esfuerzos adicionales tendientes a fortalecer este sistema.

Comité Tripartito.

33. Apreciamos el aporte analítico, técnico y financiero provisto por el Comité Tripartito – integrado por el Banco Interamericano de Desarrollo, Organización de Estados Americanos y Comisión Económica de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe – a las distintas entidades del ALCA. Reconocemos que este apoyo ha sido importante para el avance de las negociaciones hasta la fecha e instamos a estas instituciones a continuar colaborando con el proceso de integración hemisférica. *Secretaría Administrativa.*

34. Reconocemos el apoyo logístico a las negociaciones provisto por la Secretaría Administrativa. Agradecemos al Gobierno y comunidad de la Florida por el apoyo sustancial brindado a la Secretaría Administrativa durante el período de su estadía en Miami y al Gobierno y comunidad de Panamá por los esfuerzos realizados para permitir una instalación eficiente de la Secretaría Administrativa en ese país hasta febrero de 2003.

35. Tomamos nota del traslado de la Secretaría Administrativa a Panamá, en cumplimiento de lo acordado en nuestra Cuarta Reunión Ministerial, y de los avances en la preparación de un Manual de Organización para la Secretaría Administrativa.

36. Agradecemos al Comité Tripartito el apoyo brindado a la instalación de la Secretaría Administrativa en su nueva sede. *Agradecimiento.*

37. Agradecemos a Guatemala, Barbados y Perú por la organización de las reuniones del Comité de Negociaciones Comerciales y a la República Argentina por el ejercicio de la Presidencia del ALCA durante esta

segunda etapa de negociaciones y por la organización de esta Sexta Reunión Ministerial. Nos reuniremos nuevamente en Ecuador, a más tardar en octubre de 2002.

Anexo I

Instrucciones a los grupos de negociación instrucciones generales

1. Instruimos a los Grupos de Negociación a continuar sus trabajos bajo el principio general de que cualquier delegación tiene el derecho de presentar las propuestas de texto que considere relevantes para el efectivo avance del proceso, las que, eventualmente, quedarán entre corchetes. Muchos Ministros reconocieron que las cuestiones medioambientales y laborales no deberían ser invocadas como condicionamientos ni sometidas a disciplinas cuyo incumplimiento esté sujeto a restricciones o sanciones comerciales.

2. Instruimos a los Grupos de Negociación que las propuestas de texto ya presentadas o futuras no deben dejar sin efecto las obligaciones a ser asumidas por los países con relación a los temas o áreas sustantivas que integran la agenda de negociaciones del ALCA.

3. Instruimos a aquellos Grupos de Negociación que elaboren disposiciones especiales sobre solución de controversias, a remitir sus propuestas al Grupo de Negociación de Solución de Controversias a fin de que este Grupo examine, en forma coordinada con estos Grupos de Negociación, la compatibilidad de estas disposiciones con las reglas elaboradas en esta materia y remita sus conclusiones para consideración del Comité de Negociaciones

Comerciales o al Comité Técnico de Asuntos Institucionales, según corresponda.

4. Reiteramos a los Grupos de Negociación la obligación de considerar propuestas que aseguren el tratamiento de las diferencias en los niveles de desarrollo y tamaño de las economías del Hemisferio; en particular, la situación de las pequeñas economías, a través de la consideración de las propuestas que presenten los países o grupos de países.

A. ACCESO A LOS MERCADOS.

1. Instruimos al Grupo de Negociación de Acceso a Mercados a presentar al Comité de Negociaciones Comerciales, en forma coordinada con el Grupo de Negociación de Agricultura, recomendaciones sobre métodos y modalidades para la negociación arancelaria con fecha límite 1 de abril de 2002, para su evaluación en el CNC en su primera reunión a partir de esa fecha, a fin de iniciar negociaciones, a más tardar, el 15 de mayo de 2002.

2. Instruimos al Grupo de Negociación de Acceso a Mercados a definir, con fecha límite 1 de abril de 2002, calendario y modalidades para el establecimiento de reglas de origen en el ALCA, para su evaluación en el CNC en su primera reunión a partir de esa fecha, a fin de iniciar negociaciones, a más tardar, el 15 de mayo de 2002.

3. Instruimos al Grupo de Negociación de Acceso a Mercados a acelerar el proceso de identificación de las medidas no arancelarias, de manera de contar, al 1 de abril de 2002, con un primer inventario de las mismas, a fin de establecer una metodología, incluyendo un cronograma, cuando fuera apropiado, para la eliminación, reducción, definición, redefinición, reordenamiento y/o

prevención de las barreras no arancelarias.
4. Instruimos al Grupo de Negociación de Acceso a Mercados a trabajar, en coordinación con el Grupo de Negociación de Agricultura y el Comité Tripartito, para permitir la operatividad plena de la Base de Datos Hemisférica para el 1 de noviembre de 2001.

5. Instruimos al Grupo de Negociación de Acceso a Mercados a intensificar la negociación de un régimen de salvaguardias aplicable a los productos del Hemisferio y presentar al Comité de Negociaciones Comerciales, con fecha límite 1 de abril de 2002, un informe de los avances registrados en esta materia.

6. Instruimos al Grupo de Negociación de Acceso a Mercados a trabajar en forma coordinada con el Grupo de Negociación de Agricultura, cuando lo estimen necesario, para tratar temas de interés común.

B. AGRICULTURA

1. Instruimos al Grupo de Negociación de Agricultura a presentar al Comité de Negociaciones Comerciales, en forma coordinada con el Grupo de Negociación de Acceso a Mercados, recomendaciones sobre métodos y modalidades para la negociación arancelaria con fecha límite 1 de abril de 2002, para su evaluación en el CNC en su primera reunión a partir de esa fecha, a fin de iniciar negociaciones, a más tardar, el 15 de mayo de 2002.

2. Instruimos al Grupo de Negociación de Agricultura a presentar al Comité de Negociaciones Comerciales, recomendaciones sobre el alcance y metodología para la eliminación de los subsidios a las exportaciones que afectan el comercio de productos agrícolas en el

Hemisferio, con fecha límite 1 de abril de 2002, para su evaluación en el CNC en su primera reunión a partir de esa fecha.

3. Instruimos al Grupo de Negociación de Agricultura a presentar al Comité de Negociaciones Comerciales, con fecha límite 1 de abril de 2002, recomendaciones sobre los tipos de medida y la metodología para el desarrollo de las disciplinas a adoptar para el tratamiento de todas las prácticas que distorsionan el comercio de productos agrícolas, incluyendo aquellas que tienen efecto equivalente a los subsidios a las exportaciones agrícolas, para su evaluación en el CNC en su primera reunión a partir de esa fecha. Dichas recomendaciones no tendrán limitación alguna para la discusión de todos los elementos y temas que las delegaciones consideren necesarios para abordar la totalidad de las mencionadas prácticas.

4. Instruimos al Grupo de Negociación de Agricultura a acelerar el proceso de identificación de las medidas no arancelarias, de manera de contar, al 1 de abril de 2002, con un primer inventario de las mismas, a fin de establecer una metodología, incluyendo un cronograma, cuando fuera apropiado, para la eliminación, reducción, definición, redefinición, reordenamiento y / o prevención de las barreras no arancelarias.

5. Instruimos al Grupo de Negociación de Agricultura a trabajar, en coordinación con el Grupo de Negociación de Acceso a Mercados y el Comité Tripartito, para permitir la operatividad plena de la Base de Datos Hemisférica para el 1 de noviembre de 2001.

6. Instruimos al Grupo de Negociación de Agricultura a establecer un proceso de notificación y contranotificación de

medidas sanitarias y fitosanitarias y presentar al Comité de Negociaciones Comerciales, con fecha límite 1 de abril de 2002, recomendaciones sobre el tratamiento a adoptar para evitar que estas medidas se constituyan en obstáculos injustificados al comercio en el hemisferio.

7. Instruimos al Grupo de Negociación de Agricultura a formular mecanismos para facilitar la plena implementación del Acuerdo MSF de la OMC en el Hemisferio.

C. INVERSIONES

1. Instruimos al Grupo de Negociación de Inversiones a presentar al Comité de Negociaciones Comerciales sus recomendaciones sobre modalidades y procedimientos de negociación, con fecha límite 1 de abril de 2002, para su evaluación en el CNC en su primera reunión a partir de esa fecha, a fin de iniciar negociaciones, a más tardar, el 15 de mayo de 2002.

D. SUBSIDIOS, ANTIDUMPING Y DERECHOS COMPENSATORIOS

1. Instruimos al Grupo de Negociación de Subsidios, Antidumping y Derechos Compensatorios a intensificar su trabajo de identificación de opciones para la profundización, si correspondiera, de las disciplinas relativas a los subsidios existentes en el Acuerdo de Subsidios y Medidas Compensatorias de la OMC, y presentar al Comité de Negociaciones Comerciales recomendaciones sobre metodologías para profundizar las disciplinas sobre subsidios, con fecha límite 1 de abril de 2002, para su evaluación en el Comité de Negociaciones Comerciales en su primera reunión a partir de esa fecha.

2. Instruimos al Grupo de Negociación de Subsidios, Antidumping y Derechos Compensatorios a intensificar sus esfuerzos para alcanzar un entendimiento común con miras a mejorar, cuando sea posible, las reglas y procedimientos relativos a la operación y aplicación de leyes antidumping y derechos compensatorios, a fin de no crear obstáculos injustificados al libre comercio en el Hemisferio y presentar sus recomendaciones sobre la metodología a utilizar para alcanzar este objetivo, con fecha límite 1 de abril de 2002, para su evaluación en el Comité de Negociaciones Comerciales en su primera reunión a partir de esa fecha.

3. Instruimos al Grupo de Negociación de Subsidios, Antidumping y Derechos Compensatorios a identificar, con base en el Estudio sobre la Interacción entre Comercio y Políticas de Competencia (documento FTAA.ngadcv/inf/07/Cor.1), aspectos relevantes que merezcan mayor consideración por el Comité de Negociaciones Comerciales y presentar al Comité de Negociaciones Comerciales sus resultados con fecha límite 1 de abril de 2002.

E. POLÍTICA DE COMPETENCIA

1. Instruimos al Grupo de Negociación de Política de Competencia a intensificar sus esfuerzos para resolver los cuatro cuestionamientos para investigación contenidos en la Propuesta de Trabajo Posterior del Comité Tripartito sobre el Estudio de Política de Competencia en Economías Pequeñas y Economías sin Regímenes de Competencia (FTAA.ngcp/w/56/Cor.1), conforme una metodología de trabajo acordada.

2. Instruimos al Grupo de Negociación de Política de Competencia a identificar, con base en el Estudio Antidumping y Acuerdos de Comercio Regionales (documento FTAA. ngcp/inf/17/Cor.2), aspectos relevantes que merezcan mayor consideración por el Comité de Negociaciones Comerciales y presentar al Comité de Negociaciones Comerciales sus resultados con fecha límite 1 de abril de 2002.

F. SERVICIOS

1. Instruimos al Grupo de Negociaciones de Servicios a presentar al Comité de Negociaciones Comerciales sus recomendaciones sobre modalidades y procedimientos de negociación con fecha límite 1 de abril de 2002, para su evaluación en el CNC en su primera reunión a partir de esa fecha, a fin de iniciar negociaciones, a más tardar, el 15 de mayo de 2002.

G. COMPRAS DEL SECTOR PÚBLICO

1. Instruimos al Grupo de Negociación de Compras del Sector Público a identificar, con fecha límite 1 de abril de 2002, el alcance y detalle de la información estadística que deberán tener disponible los países a efectos de su intercambio y en apoyo de sus negociaciones.

2. Instruimos al Grupo de Negociación de Compras del Sector Público a presentar al Comité de Negociaciones Comerciales recomendaciones sobre lineamientos, procedimientos y plazos de negociación, con fecha límite 1 de abril de 2002, para su evaluación en el CNC en su primera reunión a partir de esa fecha, a fin de iniciar negociaciones, a más tardar, el 15 de mayo de 2002.

H. SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

1. Instruimos al Grupo de Negociación de Solución de Controversias a presentar al Comité Técnico de Asuntos Institucionales sus ideas preliminares sobre las instituciones necesarias para implementar adecuadamente el mecanismo de solución de controversias previsto en el ALCA.

(1) El Anexo II será incluido cuando finalicen las consultas sobre este tema.

* A versão em português será divulgada assim que estiver disponível.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA AO BRASIL (11 E 12 DE ABRIL DE 2001) (10 DE ABRIL DE 2001)

1. Objetivo da visita

O Presidente Jiang Zemin estará realizando viagem oficial ao Brasil e a alguns países da América Latina neste mês de abril (Argentina, Chile, Uruguai, Venezuela e Cuba). Já tendo visitado o Brasil em 1993, o Presidente Jiang manifestou desejo de avistar-se com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de sinalizar a importância por ele atribuída ao relacionamento entre os dois países. Assim, acordou-se a realização de visita de trabalho a Brasília no dia 11 de abril, amanhã, quando terá lugar um encontro de alto nível entre os dois mandatários, seguido de jantar em homenagem à delegação chinesa.

A comitiva deverá incluir, além do Vice-Primeiro-Ministro Qian Qichen (fonético Tian Titchen), ex-chanceler e que

permanece como responsável principal pela política externa no âmbito do Conselho de Estado da China, as seguintes autoridades de alto nível: Senhor Zeng Peiyan, Ministro encarregado da Comissão Estatal de Planejamento e Desenvolvimento, Senhor Shi Guangsheng, Ministro de Estado do Comércio e Cooperação e Cooperação Econômica com o Exterior, Senhor Hua Jimin, Assistente Especial do Presidente da China, e Senhor Li Zhaoxing, Vice-Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A agenda de conversações será centrada em cinco temas, a saber:

- situação política e econômica na América Latina
- situação política e econômica na Ásia
- diversificação da Parceria Estratégica científica e tecnológica
- ampliação do relacionamento econômico e comercial bilateral
- adensamento da cooperação em organizações multilaterais

Prevê-se que o encontro de cúpula será altamente profícuo e servirá para reafirmar os estreitos vínculos que ligam os dois mais importantes países em desenvolvimento, respectivamente da América Latina e da Ásia.

Já durante a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Pequim em 1995, os dois líderes estabeleceram relacionamento amistoso e de respeito mútuo, que tem constituído fator adicional para o adensamento da interlocução bilateral.

A breve mas emblemática visita do Presidente Jiang Zemin a Brasília constitui outra demonstração dessa convergência de interesses entre o Brasil e a China.

2. Dados básicos sobre a China

População:
1,265
bilhão

- 93% da etnia chinesa ou han;
- as principais minorias, de um total de 56, são os zhuang (14,6 milhões)
- os hui ou chineses muçulmanos (7,9 milhões)
- os uigur (6,5 milhões)
- os aborígenes miao (5,5 milhões)
- e os mongóis (3,7 milhões)

- Área: 9.561.000 km²
- Capital: Pequim
- Língua: mandarim e diferentes dialetos (cantonês, etc.)
- Religião: a influência do marxismo-leninismo condicionou a prática religiosa. O confucionismo tem importância fundamental como credo ético, social e político. O taoísmo e o budismo são praticados, o islamismo é a religião de algumas minorias étnicas e há também minorias de católicos.

3. Economia chinesa

- Produto Interno Bruto (2000): US\$ 976 bilhões
- PIB per capita (2000): US\$ 783
- Moeda: yuan/renminbi
- Taxa de câmbio: US\$1,00 = Y/Rmb \$8,28
- Dívida externa (2000): US\$ 147,6 bilhões
- Reservas internacionais (2000): US\$ 162,6 bilhões

A China acumula treze anos consecutivos de superávits comerciais e vinte anos de crescimento econômico contínuo.

De 1978 a 1997, a taxa média de crescimento da economia foi da ordem de 9,9%.

Em 1998 e 1999, a taxa de crescimento foi da ordem de 6,5%.

Em 2000, a China cresceu 8,3%.

A previsão para 2001 se situa em torno de 7%.

As reservas internacionais chinesas são inferiores apenas às do EUA e Japão e já atingiriam US\$ 162,6 bilhões (sem contabilizar as reservas em ouro e as reservas de Hong Kong, de US\$ 102,7 bilhões).

As desvalorizações monetárias nos países vizinhos, em face da crise financeira que atingiu a Ásia, em 1997, provocaram sensível pressão sobre o setor externo chinês.

As perdas no comércio intra-asiático foram compensadas, em alguma medida, pelo aumento das exportações chinesas para as Américas, Europa e África em 99 e 2000.

O comércio exterior alcançou em 2000 a soma de US\$ 474 bilhões nos dois sentidos.

Avanços no setor espacial, área de tecnologia de ponta, têm propiciado resultados comerciais significativos para a RPC. O país ocupa o quarto lugar no mercado internacional de lançamento de satélites, que se estima movimentar anualmente US\$ 15 bilhões. Desse total, caberiam 40% aos EUA, 31% à União Européia, 20% à Rússia e 9% à China.

4. Entrada da China na organização mundial do comércio

Em fins de 1999 e início de 2000, após treze anos de negociações, a China assinou com os EUA e UE acordos comerciais bilaterais que

abrem caminho para a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Para tanto, a RPC comprometeu-se a reduzir sua tarifa média de importação para 17%; fixar em 15% a tarifa para produtos agrícolas; reduzir as tarifas para importação de automóveis dos atuais 80% a 100% para 25%, até 2006; e facilitar o ingresso no país de bancos, seguradoras e empresas de telecomunicações para membros da OMC.

Avalia-se que o setores exportadores – como o têxtil – deverão ser beneficiados significativamente por esse passo, enquanto a agricultura e a indústria pesada deverão sofrer forte concorrência internacional.

O Governo chinês está confiante de que os ganhos em competitividade resultantes da liberalização de comércio gerem investimento e portanto empregos suficientes para compensar o declínio de alguns segmentos agrícolas e industriais não competitivos.

5. Relacionamento bilateral Brasil-república popular da China

A China tem procurado desenvolver relações especiais com um número reduzido de potências regionais de peso específico, com as quais entende possuir interesses comuns, bem como compartilhar visões convergentes do cenário mundial. Nesse sentido, a China considera o Brasil seu principal parceiro na América Latina.

A parceria estratégica sino-brasileira se traduz, em termos concretos, por um diálogo em alto nível nos mais diversos campos. A profusão de visitas de lado a lado demonstra a vitalidade desse diálogo.

O diálogo político já está levando, nas relações bilaterais, à abertura de canais

promissores de intercâmbio comercial. A crescente presença da Embraer na China, por exemplo, está respaldada pelo excelente entendimento político.

A presença da China na Organização Mundial do Comércio deverá acentuar a abertura de sua economia para o exterior e possibilitará a cooperação com o Brasil na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento.

No campo da cooperação científica e tecnológica existe uma área altamente promissora de entendimento, de que é exemplo o programa conjunto de satélites.

A próxima visita do Presidente Jiang Zemin ao Brasil propiciará uma oportunidade para fazer um balanço da parceria estratégica que mantemos com a China e definir os rumos no novo século para o aprofundamento e diversificação desse relacionamento para novas áreas como a biotecnologia e a informática.

6. comércio bilateral

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – RPC* (US\$ MILHÕES)

1995	Exportações Brasileiras: 1.204 Importações Brasileiras: 1.142 Total do Intercâmbio: 2.245 Saldo: +162
1996	Exportações Brasileiras: 1.114 Importações Brasileiras: 1.129 Total do Intercâmbio: 2.243 Saldo: -15
1997	Exportações Brasileiras: 1.088 Importações Brasileiras: 1.166 Total do Intercâmbio: 2.255 Saldo: -78

1998	Exportações Brasileiras: 905 Importações Brasileiras: 1.034 Total do Intercâmbio: 1.939 Saldo: -129
1999	Exportações Brasileiras: 676 Importações Brasileiras: 865 Total do Intercâmbio: 1.541 Saldo: -189
2000	Exportações Brasileiras: 1.085 Importações Brasileiras: 1.222 Total do Intercâmbio: 2.307 Saldo: -137

A partir de 1995, quando as relações comerciais entre o Brasil e a RPC atingiram seu ponto mais alto, com um intercâmbio total de US\$ 2,25 bilhões, o comércio reduziu-se fortemente devido às crises financeiras que atingiram sucessivamente a Ásia e o Brasil.

Em 1999, as exportações brasileiras para a China chegaram a reduzir-se à metade do montante atingido em 1995.

No mesmo período, as importações brasileiras da China reduziram-se menos acentuadamente que nossas exportações para aquele país, contribuindo para um déficit comercial brasileiro que atingiu US\$ 137 milhões em 2000.

Em 2000, reverteu-se o declínio das exportações brasileiras, que registraram valores quase idênticos aos de 1995 e 1996, anos caracterizados por picos nas exportações.

Nos próximos anos, as perspectivas são de crescimento e consolidação do comércio bilateral.

6.1 Estrutura do comércio bilateral

A RPC exporta pauta diversificada de produtos para o Brasil, com ampla gama de produtos de alta incorporação tecnológica,

como aparelhos de ar-condicionado, guindastes, equipamentos eletro-eletrônicos e de informática, brinquedos, têxteis, produtos químicos, etc.

As exportações brasileiras para a RPC, por outro lado, ainda se compõem, majoritariamente, de produtos primários e semimanufaturados. Em 1999, quase dois terços das exportações eram soja em grão (US\$ 146 milhões) e minério de ferro (US\$ 237 milhões).

Segundo estudos realizados pelo Itamaraty, os produtos e setores com maior potencial de exportação para a China são:

- café;
- soja (óleo e farelo);
- carne bovina;
- carne e vísceras de frango;
- vísceras de suínos;
- suco de laranja;
- suco e polpas de frutas tropicais;
- laminados de aço e aços especiais;
- circuitos eletrônicos para equipamentos de telecomunicações;
- aeronaves;
- veículos e peças de reposição;
- papel e celulose;
- *software*;
- pedras preciosas;
- fertilizantes;
- couros e calçados;
- serviços de infra-estrutura em engenharia civil; - máquinas e equipamentos;
- mármore e granitos.

6.2. Aeronaves

O mercado de aviação regional na China está em franca expansão e vem sendo disputado de forma acirrada pela Embraer e pela Bombardier.

Em 1999 a companhia aérea regional chinesa Sichuan Airlines confirmou a aquisição

de cinco aparelhos, modelo ERJ 145, com opção para mais cinco unidades.

Em 2001, novos contratos de venda do ERJ 145 estão em negociação final, ainda pendentes de aprovação pelo Governo central.

6.3. Cooperação no Setor Hidrelétrico

Algumas empresas brasileiras têm obtido êxitos no setor elétrico chinês. A Copel (Companhia Paranaense de Eletricidade) concluiu com sucesso o relatório técnico de viabilidade para a construção de barragem da hidrelétrica de Shuibuya, na Província de Hubei, conforme previsto em contrato assinado em 1997.

A Mendes Júnior Engenharia executou em 2000, em regime de associação com empresa chinesa, a construção da hidrelétrica de Tianchengqiao 1 (TSQ-1). A empresa vem negociando outros contratos.

Ademais, as filiais brasileiras da Siemens, Voith e ABB (Asea Brown Boveri), estão fabricando geradores e turbinas para a hidrelétrica de Três Gargantas, que se acha em construção.

Amplio programa chinês de expansão da capacidade de geração energética (duplicação até 2010) e de transmissão envolve amplas oportunidades em campos nos quais o Brasil dispõe de capacitação tecnológica reconhecida internacionalmente.

7. Cooperação científica e tecnológica

O programa de cooperação espacial com a República Popular da China resultou de um processo de intensificação das relações entre o Brasil e aquele país ao longo da década de 1980.

O interesse recíproco em cooperar em tecnologias de ponta consubstanciou-se no Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS), com significado

político especial, ao associar dois países em desenvolvimento em importante projeto de cooperação em área de alta tecnologia.

O Programa CBERS permite ao Brasil passar de mero usuário a proprietário de um sistema de sensoriamento remoto, com aplicações nas áreas ambiental, urbana e agrícola.

Satélite CBERS-1 foi lançado com êxito em outubro de 1999 e o CBERS 2 deverá ser lançado em 2001.

Em 21/09/00, foi assinado um Protocolo de Cooperação em Tecnologia Espacial, o qual assentou as bases para o prosseguimento do programa CBERS (satélites 3 e 4) e aponta para o início do estudo da viabilidade do referido satélite meteorológico e de telecomunicações.

Está em estudo a expansão da cooperação científica e tecnológica para os setores de informática e biotecnologia.

III CÚPULA DAS AMÉRICAS (17 DE ABRIL DE 2001)

1) Antecedentes-cúpulas de Miami e Santiago:

A I e II Reuniões de Cúpula das Américas, realizadas, respectivamente em Miami (1994) e Santiago (1998), deram continuidade a um diálogo hemisférico, cuja origem mais distante remonta aos encontros presidenciais do Panamá (1956) e de Punta del Este (1967).

2. O sistema de encontros periódicos e regulares dos 34 Chefes de Estado e de Governo das Américas, institucionalizado a partir da II Reunião de Cúpula de Santiago, implantou um novo padrão de relacionamento hemisférico. Em virtude das Reuniões de Cúpula, a agenda hemisférica incorporou, em caráter definitivo, temas como: combate ao narcotráfico e

crimes conexos (corrupção e lavagem de dinheiro), fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, trabalhadores migrantes, mulher, populações indígenas, entre outros.

3. O processo de Cúpulas das Américas possui dois grandes vetores: o político-social e o econômico-comercial. Os temas político-sociais são tratados em uma única instância, o Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), formado pelos coordenadores nacionais dos trinta e quatro países americanos. Para a formação da ALCA (temas econômico-comerciais), ao contrário, foi criada uma estrutura organizacional bem hierarquizada, formada pelos Grupos de Negociação - de nível técnico -, sua instância superior, o Comitê de Negociações Comerciais, integrado por Vice-Ministros, e, por último, as Reuniões de Ministros de Comércio.

4. Do ponto de vista dos interesses brasileiros, os resultados da II Reunião de Cúpula foram satisfatórios. Os temas de conteúdo político-social mereceram amplo destaque e a preocupação com a questão social ficou patente na Declaração de Santiago e no Plano de Ação.

2) Cúpula de Québec

5. A III Cúpula das Américas será realizada em Quebec, de 20 a 22 de abril de 2001, e contará com a presença dos Chefes de Estado e/ou de Governo democraticamente eleitos das Américas. Deverão estar presentes representantes de instituições financeiras e organismos regionais e internacionais.

6. A implementação da agenda hemisférica contempla a elaboração de uma Declaração Política e de um Plano de Ação. Este deverá estabelecer mandatos específicos para a execução de iniciativas práticas que reforcem as instituições nacionais e a cooperação em vários níveis.

7. O processo de preparação dos documentos a serem firmados pelos 34 mandatários participantes da III Cúpula das Américas iniciou-se por ocasião da XIX Reunião do Grupo de Revisão e Implementação das Cúpulas (GRIC), realizada dos dias 1 a 3 de outubro último, na cidade de Québec, a que se seguiram outras três reuniões (duas em Washington e uma em Barbados).

8. Nesses encontros, foram discutidos os documentos que compõem o projeto de Plano de Ação, assim como os projetos de Declaração Política, de Declaração sobre Conectividade e de Documento sobre Financiamento e Implementação das Cúpulas. Dados a abrangência e o teor técnico e nível de detalhamento de muitos dos textos em negociação, o Itamaraty vem mantendo permanente consulta com os demais órgãos governamentais interessados, para assegurar a correção e coerência das posições defendidas.

9. O projeto de Plano de Ação aborda questões relacionadas com o aprimoramento do convívio democrático, o fortalecimento do estado de direito e a proteção dos direitos humanos; trata dos diferentes aspectos ligados ao crescimento e à prosperidade dos países; e versa sobre medidas relacionadas à melhoria das condições de vida das populações.

10. A Presidência canadense está encarregada de elaborar projeto de Declaração Política que será examinado durante a reunião de Plenipotenciários, a realizar-se em Quebec, antes da abertura da Cúpula. Do referido projeto deverá constar uma cláusula democrática, inspirada nas cláusulas existentes no Mercosul e na Reunião de Presidentes da América do Sul.

11. Durante as últimas reuniões do GRIC, em Washington e em Barbados, a delegação brasileira insistiu em que os temas ligados a “meio ambiente” e “trabalho” não fossem inseridos em capítulo do Plano de Ação que aludisse a temas econômico-comerciais,

com vistas a evitar que tal “vínculo” pudesse futuramente ser argüido para justificar a imposição de barreiras não tarifárias aos fluxos de comércio.

12. Foram determinantes para o acolhimento da proposta brasileira, a manifestação pessoal do Senhor Presidente da República junto ao Primeiro-Ministro canadense, bem como as conversações mantidas pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores em Washington com o Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR). Contribuíram também as gestões efetuadas junto às autoridades encarregadas do acompanhamento das Cúpulas das Américas na Chancelaria dos países participantes da III Cúpula.

13. As partes do Plano de Ação referentes à estabilidade econômica e financeira, bem como a comércio e investimentos (Alca), foram debatidas nas reuniões de Ministros de Finanças e do Comércio, que ocorreram, respectivamente, nos dias 3 e 4 de abril, em Toronto, e 7 de abril, em Buenos Aires. (Ainda, nesse contexto, registre-se a realização das reuniões de Ministros de Energia, em fevereiro último, em Cancún; dos Transportes, nos dias 15 e 16 de março passado, no Uruguai; e do Meio Ambiente, nos dias 29 e 30 de março, em Montreal).

14. Embora a Alca deva ser o tema de maior interesse para o público, outros assuntos de relevância merecem destaque, tais como: democracia, direitos humanos, saúde e educação.

Participação brasileira na III Cúpula das Américas

15. O Presidente Fernando Henrique Cardoso aceitou convite do Primeiro-Ministro do Canadá para ser um dos cinco oradores que intervirão na cerimônia de inauguração da Cúpula de Québec. Além do Primeiro-Ministro

canadense, também deverão discursar naquela oportunidade o Presidente do Chile, como anfitrião da Cúpula anterior; o Presidente de El Salvador e o Primeiro-Ministro de Barbados, como representantes, respectivamente, da América Central e do Caribe.

16. Assinale-se que o Presidente Fernando Henrique Cardoso é um dos quatro Chefes de Estado/Governo que participaram de todas as reuniões anteriores de Cúpula das Américas (Miami, 1994, e Santiago, 1998).

AJUDA HUMANITÁRIA À
REPÚBLICA DE EL SALVADOR
(17 DE ABRIL DE 2001)

O Governo brasileiro, por meio do inestimável apoio que prestou mais uma vez a Força Aérea Brasileira, enviará um segundo carregamento de ajuda humanitária à República de El Salvador, em virtude dos sucessivos terremotos que vêm atingindo aquela Nação irmã. Uma aeronave Boeing 707 da FAB deverá chegar a São Salvador com os donativos brasileiros, hoje, dia 17 de abril.

Perfazendo um total de aproximadamente 32 toneladas de medicamentos e alimentos, coletados pela Embaixada de El Salvador em Brasília junto à iniciativa privada e a organizações não-governamentais brasileiras, esse novo embarque sinaliza a permanente disposição do Governo e do povo brasileiros de contribuir com o Governo de El Salvador para a superação das dificuldades enfrentadas pelo país centro-americano.

Recorde-se que, em 20 de janeiro passado, o Brasil já havia entregue 4 toneladas de doações ao Governo salvadorenho, a título de ajuda humanitária às vítimas do primeiro terremoto, ocorrido em 13 de janeiro.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DO COMÉRCIO DE CINGAPURA,
SENHOR GEORGE YONG-BOON YEO
(BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE
JANEIRO, 18 A 23 DE ABRIL DE 2001)
(18 DE ABRIL DE 2001)

Estará visitando o Brasil, no período de 18 a 23 de abril de 2001, o Ministro do Comércio e Indústria de Cingapura, George Yong-Boon Yeo. O Ministro estará chefiando delegação empresarial com o objetivo de expandir as relações comerciais e de cooperação econômica entre seu país e o Brasil.

Nesse contexto, o Ministro Yeo manifestou o especial interesse em estabelecer conversações sobre a possibilidade do desenvolvimento de hubs portuários entre os dois países, o que seria feito também mediante a integração de Cingapura e o Brasil com os países da África Austral; a troca de experiências entre o Trade Development Board (TDB) e a APEX com a formulação de estratégias, inclusive, para o incremento das relações comerciais bilaterais e o fomento à qualificação tecnológica das pequenas e médias empresas; as expectativas brasileiras em relação à ALCA e ao MERCOSUL no processo de integração do Cone Sul; a eventual possibilidade de participação de Cingapura no programa brasileiro de privatização dos setores de telecomunicações e de geração de energia elétrica.

A vertente comercial da missão do Ministro Yeo - traduzida pela presença de cerca de vinte empresários do país asiático liderados pelo TDB - deverá verificar-se através de contatos já programados com os seguintes setores econômicos brasileiros: eletrônico, infraestrutura, construção, autopeças, tecnologia da informação, telecomunicações e moldes

plásticos. Há grande interesse do Brasil pela captação de investimentos cingapurianos nos setores de agronegócios, biotecnologia, componentes eletrônicos, construção naval e siderurgia.

O 10 maiores parceiros comerciais de Cingapura são, por ordem de importância, Malásia, Estados Unidos, Japão, Hong Kong, Taiwan, China, Tailândia, Coreia, Alemanha e Filipinas. Dentre esses países, Cingapura mantém déficit comercial apenas com Japão, Tailândia e Filipinas. Registre-se que parte expressiva das exportações cingapurianas provém de operações de reexportação, como nos casos das vendas de Cingapura para a Malásia, Tailândia e Filipinas, marcadas principalmente por reexportações.

Ministro George Yeo – Perfil de sua atuação:

Na qualidade de Ministro do Comércio e Indústria tem sido um dos principais formuladores da estratégia comercial de Cingapura para com seus parceiros econômicos, assim como das posições governamentais do país em foros multilaterais como a OMC, a APEC e a ASEAN. O Ministro vem também conduzindo a preparação e negociação da série de Acordos de Livre Comércio (FTAs) que Cingapura vem procurando concluir com Japão, Estados Unidos, México, Nova Zelândia e Austrália, além de com a EFTA e a U.E.

Economia e Comércio:

A cidade-estado, a despeito de suas reduzidas dimensões territorial e populacional, é a mais dinâmica economia da região. Seu comércio internacional – bastante equilibrado entre importações e exportações, ultrapassa os US\$ 276 bilhões anuais, situando-a como

uma das nações de maior densidade comercial do planeta. Economia centrada no comércio exterior, o país assume crescente importância como entreposto comercial para o conjunto dos países da Ásia do Leste.

Cingapura registrou crescimento de cerca de 8-9% ao ano entre 1995 e 1997. Com a crise asiática, a taxa de crescimento recuou para 0,4% em 1998, mas já em 1999 a economia voltou a crescer a taxas superiores a 5% ao ano. O dólar de Cingapura desvalorizou-se em cerca de 18% em relação ao dólar norte-americano, em comparação com o período pré-crise.

As principais atividades econômicas são o refino de petróleo, eletrônica, equipamento para a indústria petrolífera (a Petrobrás está construindo plataformas em Cingapura), borracha, alimentação, estaleiros, serviços financeiros, armazenagem e biotecnologia. Os principais mercados para as exportações são Malásia (20%), EUA (19%), Hong Kong (9%), Japão (8%) e Tailândia (6%). Os principais fornecedores são o Japão (22%), a Malásia (16%), os EUA (15%) e a RPC (5,2%).

Cingapura foi o 15º maior exportador e o 16º maior importador de bens em 1999. Considerando apenas as exportações domésticas e as importações retidas em Cingapura, ocupa a 21ª posição nos dois casos (o Brasil foi o 27º maior exportador e o 21º maior importador de bens em 1999).

As importações e exportações de bens de Cingapura em maio de 2000 registraram crescimento de 24,4% e 27,8%, respectivamente, em relação ao mesmo mês do ano anterior.

De acordo com o BNDES, entre 1990 e 1998, o país recebeu Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) da ordem de US\$ 61 bilhões, em grande parte de empresas norte-americanas. Cingapura é, ademais, importante exportador

líquido de capitais: até 1997, totalizava US\$ 46,5 bilhões de dólares em IED no exterior, mais da metade concentrados na Ásia.

Comércio e investimentos bilaterais:

Em sua visita a Brasília em dezembro de 99, o Embaixador Lee manifestou interesse de empresas de seu país em investir no setor de construção naval brasileiro e em estabelecer parceria com a Embraer a fim de transformar Cingapura em plataforma exportadora de aeronaves brasileiras para a Ásia.

Os produtos brasileiros com maior potencial de exportação para Cingapura, no momento, são os de carne de suínos e de frango, e os respectivos derivados.

A empresa NATSTEEL investiu cerca de US\$ 170 milhões na Açominas. Os grupos JURONG e KEPPEL FELLO estão em negociações com empresas brasileiras em busca de parceria para a reativação da indústria naval do Rio de Janeiro.

A Embaixada do Brasil em Cingapura lançou a revista *Brazil: Towards Closer Links*, no mês de junho do ano passado. O lançamento da revista teve como intuito promover o incremento dos fluxos de investimentos de Cingapura no Brasil e apresentar os atrativos culturais, turísticos, econômicos e comerciais que nosso país oferece.

NOTA SOBRE AS DECLARAÇÕES FEITAS PELO MINISTRO DA ECONOMIA DA ARGENTINA EM RELAÇÃO À TARIFA EXTERNA COMUM DO MERCOSUL (18 DE ABRIL DE 2001)

1. O Itamaraty recebeu com estranheza as declarações feitas esta manhã em São

Paulo pelo Ministro da Economia da Argentina sobre a Tarifa Externa Comum do MERCOSUL.

2. O Itamaraty reitera o entendimento de que o *waiver* outorgado à Argentina pelos demais sócios na reunião extraordinária do Conselho do Mercado Comum, no dia 7 de abril corrente, constitui ato excepcional e transitório, destinado a atender à situação de emergência que atravessa aquele país sócio do MERCOSUL, não podendo portanto conduzir à sua involução no sentido de uma simples área de livre comércio.

3. O Governo brasileiro considera - e entende que o Governo argentino também o faz - que o MERCOSUL constitui um patrimônio importantíssimo dos seus sócios e que a união aduaneira, assim como seu instrumento essencial, a Tarifa Externa Comum, são elementos indissociáveis do empreendimento.

APROVAÇÃO NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS DE RESOLUÇÃO PROPOSTA PELO BRASIL SOBRE “ACESSO A MEDICAMENTOS NO CONTEXTO DE PANDEMIAS COMO O HIV/AIDS” (23 DE ABRIL DE 2001)

A 57ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou hoje, 23 de abril de 2001, por 52 votos a favor, nenhum contra e 01 abstenção, a Resolução intitulada “Acesso a Medicamentos no Contexto de Pandemias como o HIV/AIDS”. A Resolução, proposta pela delegação brasileira, contou com o co-patrocínio de mais de cinquenta países.

Com a aprovação da Resolução, a Comissão de Direitos Humanos reconhece o acesso a

medicamentos como elemento fundamental para a realização do Direito Humano à saúde. Especificamente, a Resolução urge os Estados a garantir que medicamentos e tecnologias médico-farmacêuticas usados para o tratamento de pandemias como a de HIV/AIDS e das infecções que as acompanham:

- a) estejam disponíveis em quantidade suficiente;
- b) estejam ao alcance de todos, sem discriminação;
- c) tenham preços acessíveis a todos que deles necessitem; e
- d) sejam apropriados ao tratamento e de boa qualidade. A Resolução conclama ainda os Estados a não empregar medidas que possam negar ou limitar o acesso ao tratamento e a adotar legislação destinada a salvaguardar o direito ao acesso aos medicamentos e tecnologias médico-farmacêuticas de todos os indivíduos.

Ao reconhecer que é dever do Estado zelar pelo acesso de sua população a medicamentos essenciais, a Comissão de Direitos Humanos reforça o entendimento daqueles países que, como o Brasil, defendem que o direito à saúde constitui um direito humano. A adoção da Resolução, de maneira quase unânime, ressalta a dimensão de Direitos Humanos do debate em curso em outros foros internacionais acerca do direito de acesso a medicamentos diante de situações de calamidade como a pandemia de HIV/AIDS. Ao propor o Projeto de Resolução, o Governo brasileiro atuou, nesse foro, de forma coerente com a política de saúde que vem adotando, da qual o programa de distribuição gratuita de medicamentos anti-retrovirais desenvolvido pelo Ministério da Saúde é parte fundamental.

CÚPULA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (26 DE ABRIL DE 2001)

Pelo decreto de 13 de março de 2001, foi criada a Comissão Interministerial para Preparação da Participação do Brasil na Cúpula do Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) que deverá se celebrar de 2 a 11 de setembro de 2002 em Joanesburgo na África do Sul.

Participam da Comissão representantes de Ministérios e outros órgãos públicos, além de entidades sindicais, empresariais, de cunho acadêmico e ONGs. A Comissão foi estabelecida em resposta ao chamamento feito pela Assembléia Geral das Nações Unidas, pela resolução 55/199, no sentido de que os Estados estabeleçam mecanismos internos de preparação para a Cúpula.

A primeira reunião preparatória em nível mundial (I PREPCOM) ocorrerá em Nova York, entre os dias 30/04 e 02/05 próximo, quando deverá ser definida a agenda. Outras três reuniões preparatórias em nível mundial estão agendadas para o ano de 2002. Dessas, destaca-se o IV PREPCOM, em nível ministerial, a ser realizado em Jacarta, em maio de 2002. O Brasil deverá sediar, em outubro próximo no Rio de Janeiro, a reunião preparatória regional da Rio+10. Essa reunião deverá determinar uma plataforma de posições da América latina e Caribe que será levada à primeira sessão substantiva do PrepCom a celebrar-se em janeiro próximo em Nova York.

Em almoço hoje no Itamaraty, com a presença de outros Ministros de Estado e representantes do setor empresarial e comunidade científica o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, instalou a Comissão Interministerial assinalando a importância do desenvolvimento sustentável para o Brasil. O nível de desenvolvimento econômico, o capital humano

e ambiental do país tornam-no um dos atores mais relevantes nos processos negociadores sobre desenvolvimento sustentável e em especial no processo preparatório da Cúpula de 2002.

A Comissão deverá celebrar sua primeira reunião de trabalho nas próximas semanas quando serão definidas as tarefas para a preparação da posição brasileira.

XXXI ASSEMBLÉIA-GERAL DA OEA (27 DE ABRIL DE 2001)

O XXXI Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizar-se-á em São José, Costa Rica, no período de 3 a 5 de junho de 2001.

O temário da XXXI Assembléia-Geral da OEA contempla itens que cobrem diversos campos de atuação da Organização, tais como o da proteção dos direitos humanos, do fortalecimento das instituições democráticas, da segurança hemisférica, bem como do combate ao abuso de drogas, terrorismo, crime organizado e degradação ambiental.

A exemplo do ocorrido nos últimos anos, a XXXI Assembléia-Geral da OEA será por um “Diálogo Informal de Chefes de Delegação”, no qual serão debatidos os seguintes temas: “Fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos” e “Reestruturação do Sistema Interamericano à luz das Cúpulas das Américas: fortalecimento e modernização da OEA”, bem como os mandatos recebidos da “III Cúpula das Américas”.

A Delegação brasileira à Assembléia-Geral será chefiada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer.

Os jornalistas interessados em fazer a cobertura da Assembléia-Geral deverão

credenciar-se diretamente com a Coordenação do evento. A página da OEA (<http://www.oas.org/Assembly2001/documentosS/prensa.htm>) contém informações sobre os procedimentos para o credenciamento e para reserva de hotéis em São José.

COMENTÁRIOS DO GOVERNO BRASILEIRO AO INFORME DO RELATOR ESPECIAL SOBRE A TORTURA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS, SIR NIGEL RODLEY (27 DE ABRIL DE 2001)

1. O Governo brasileiro agradece ao Relator Especial sobre a Tortura, Sir Nigel Rodley, por haver aceito convite para realizar missão ao Brasil em agosto/setembro de 2000, e pela elaboração de relatório circunstanciado sobre a visita, apresentado à 57ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos (CDH), em Genebra, no dia 11 de abril de 2001. Sir Nigel visitou cinco Estados brasileiros e o Distrito Federal, tendo-lhe sido assegurado acesso desimpedido a todos os estabelecimentos de detenção, incluindo visitas sem aviso prévio a delegacias de polícia, casas de custódia e presídios. O Relator Especial se entrevistou com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o Ministro da Justiça e com autoridades dos três poderes da República e dos Estados visitados, além de representantes de organizações não-governamentais.

2. A promoção e a proteção dos direitos humanos se incluem entre as políticas públicas prioritárias do Governo brasileiro. Nesse contexto, o combate à tortura constitui objeto de atenção especial da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, órgão encarregado do

assunto no âmbito do Ministério da Justiça. A maneira objetiva e transparente com que o Governo Federal aborda essa questão e reconhece a existência de problemas no sistema de justiça penal ficou evidenciada no relatório inicial do Brasil sobre a implementação da Convenção contra a Tortura (documento CAT/C/9/Add. 16), a ser apresentado oralmente perante o Comitê contra a Tortura (CAT), em Genebra, no mês de maio vindouro. Essa postura construtiva também se depreende da atuação brasileira no grupo de trabalho encarregado de elaborar Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura, o qual visa a estabelecer mecanismo preventivo de visitas a locais de detenção.

3. O Brasil apóia a cooperação e o diálogo com todos os mecanismos e organismos de direitos humanos, convencionais e extra-convencionais das Nações Unidas. O Governo brasileiro espera que todos os países, independentemente da avaliação que possam fazer de suas realidades internas, recebam os Relatores Especiais da Comissão e cooperem com eles para a execução de seus mandatos. Na avaliação do Brasil, nenhum país, por mais ou menos desenvolvido que seja, pode colocar-se acima do escrutínio da comunidade internacional, pois ao fazê-lo estaria relativizando a própria universalidade dos direitos humanos, consagrada na Declaração e Programa de Ação de Viena (1993).

4. A visita de Sir Nigel Rodley não foi a primeira de um Relator Especial da CDH ao Brasil. Visitaram anteriormente o país os Relatores sobre venda de crianças, prostituição e pornografia infantis; sobre violência contra a mulher; sobre o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata; e sobre direitos humanos e resíduos tóxicos. Todos eles desenvolveram livremente suas atividades e apresentaram ao Governo brasileiro conclusões

e recomendações de grande utilidade para o aprimoramento de diagnósticos e identificação de medidas concretas em seus respectivos campos de ação.

5. A Constituição Federal de 1988 oferece um arcabouço jurídico não apenas compatível, mas absolutamente imperativo quanto à observância dos direitos humanos no Brasil. São vários os dispositivos da Constituição que se referem a princípios e padrões universais de direitos humanos, e a aplicabilidade dos tratados internacionais de direitos humanos é nela plenamente reconhecida. O Brasil é, ademais, parte dos Pactos Internacionais sobre Direitos Cívicos e Políticos e Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e das quatro principais Convenções da ONU sobre direitos humanos.

6. Nos planos interno e internacional, o Brasil foi um dos primeiros países a adotar um Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), atendendo a recomendação da Conferência Mundial de Viena (1993). O Programa Nacional, lançado em 1996, resultou de amplo esforço participativo, no qual as organizações da sociedade civil tiveram a oportunidade de oferecer sugestões e aportes em seminários realizados nas principais Capitais do país. O PNDH está sendo objeto de revisão, com vistas a seu aperfeiçoamento e à plena incorporação dos direitos econômicos, sociais e culturais. Encerrada a fase de consulta à sociedade civil, a cargo do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos está procedendo à revisão final das propostas e a consultas aos Ministérios interessados. O tema da erradicação da tortura deverá, evidentemente, figurar entre as prioridades do novo PNDH.

7. O Governo Federal tampouco tem sido omissos no combate à prática da tortura no país.

Diversas medidas importantes foram adotadas nos últimos anos com o objetivo de adaptar o ordenamento jurídico brasileiro às normas e padrões internacionais e às obrigações assumidas pelo Estado brasileiro perante os tratados internacionais de direitos humanos. As medidas introduzidas pelo Governo tiveram também por finalidade induzir mudanças comportamentais na sociedade vis-à-vis o crime de tortura e promover a defesa dos direitos das pessoas submetidas a qualquer forma de detenção ou objeto de investigações criminais.

8. A adoção da Lei que tipificou o crime de tortura (Lei 9.455, de 7 de abril de 1997) constituiu um marco referencial no combate àquela prática no Brasil. No plano concreto, porém, a aplicação da lei pelos poderes competentes não tem sido satisfatória. Em muitos casos posteriores a 1997, alegações de prática de tortura não têm tido seguimento através de processos penais, seja pela ausência de denúncia do Ministério Público, seja pelo redirecionamento da denúncia para crimes menos graves como lesões corporais ou abuso de autoridade, por parte de juizes. Há, de modo geral, um problema de falta de percepção da tortura como um crime grave contra o Estado Democrático de Direito, talvez porque o fenômeno atinja quase exclusivamente as camadas menos favorecidas da sociedade. Esse quadro exige não apenas uma ação decidida de conscientização e de mudança de mentalidades no seio da sociedade brasileira, mas requer também a sensibilização dos operadores do direito para essa questão, de modo a criar uma jurisprudência de aplicação da Lei da Tortura.

9. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos apoiou a realização, no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, de 30 de outubro a 1o de novembro de 2000, do

Seminário Internacional sobre Aplicação da Lei de Tortura, que contou também com o co-patrocinio do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. O seminário, o primeiro do gênero no Brasil, reuniu mais de mil participantes, incluindo juristas e especialistas nacionais e internacionais, e serviu para evidenciar a complexidade que reveste o combate à tortura no país, o qual deve necessariamente envolver esforços de toda a sociedade brasileira e de todos os poderes do Estado. Ao final do seminário, as entidades co-patrocinadoras firmaram um compromisso genérico no sentido de envidar esforços para combater a prática de tortura.

10. Com vistas a dar um sentido concreto a esse compromisso e a ampliar seu alcance a todos os segmentos da sociedade brasileira, o Governo Federal estará lançando, a partir de maio vindouro, campanha nacional contra a tortura, a ser divulgada por canais de televisão, estações de rádio, jornais e revistas. Através de filmes, anúncios e cartazes, espera-se mobilizar os três níveis da administração pública, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público, os demais operadores do direito e um amplo espectro de organizações da sociedade civil num pacto nacional contra a tortura. Trata-se da primeira iniciativa desse gênero adotada pelo Executivo Federal no Brasil, em consulta com setores expressivos da sociedade civil organizada.

11. O lançamento da campanha na mídia se dará de forma simultânea com a inauguração de uma central de denúncias, que processará as chamadas realizadas para um número 0800 com ligação gratuita em todo o território nacional. A central de denúncias deverá ser operada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, entidade não-governamental com a qual a Secretaria de Estado dos Direitos

Humanos estará assinando proximamente convênio de cooperação. As denúncias recebidas na central e consideradas *prima facie* procedentes serão encaminhadas às entidades estaduais, governamentais e não-governamentais, que tenham aderido à campanha e ao pacto nacional contra a tortura, para a adoção de providências e/ou o acompanhamento das investigações e dos processos penais.

12. Por iniciativa da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), instância presidida pelo Ministro de Estado da Justiça e composta por representantes de órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, estabeleceu, em reunião realizada em 18 de abril corrente, uma comissão permanente de combate à tortura, a ser integrada por altos funcionários, juristas e especialistas na matéria, com a finalidade de respaldar a campanha nacional, formular sugestões ao Governo Federal e acompanhar – inclusive por meio de missões *in loco* – casos de denúncias de tortura em todo o país. A comissão terá a sua disposição os dados compilados pela central de denúncias e divulgados por intermédio da Rede Nacional de Direitos Humanos, vinculada à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. A página web da rede (<http://www.rndh.gov.br>), que entrará em operação a partir do próximo dia 15 de maio, permitirá não apenas a apresentação de denúncias de atos de tortura pela Internet, como também o acesso eletrônico ao banco de dados da central de denúncias pelas entidades participantes em todo o Brasil.

13. Está sendo também prevista, no âmbito da campanha nacional contra a tortura, a realização, no transcurso de 2001, de quatro cursos regionais de capacitação de operadores do direito, em datas e locais

ainda a serem definidos. Uma versão em português – adaptada ao ordenamento jurídico brasileiro e à arquitetura internacional dos direitos humanos – do *Torture Reporting Handbook* da Universidade de Essex, Reino Unido, faria parte do material a ser utilizado nos cursos de capacitação. Paralelamente, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, em articulação com a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça, organismos internacionais e agências de cooperação de outros países, apoiará a realização de cursos de treinamento de policiais em direitos humanos e em técnicas modernas de investigação. Da mesma forma, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos estimulará a discussão do plano de ação para 2001 da Secretaria Nacional de Justiça, com vistas à implementação de políticas destinadas a aliviar a superlotação e a melhorar as condições materiais dos estabelecimentos prisionais.

14. O Governo brasileiro está examinando de forma atenta e pormenorizada o informe do Relator Especial, havendo constituído para esse fim grupo de trabalho composto por representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e das Secretarias Nacionais de Segurança Pública e de Justiça, do Ministério da Justiça. Embora severo, o relatório representa, na visão do Governo Federal, uma ferramenta útil que servirá de orientação para a discussão, adoção e implementação de políticas públicas no campo da promoção e proteção dos direitos humanos, especialmente no que tange ao combate à tortura.

15. As trinta recomendações formuladas por Sir Nigel Rodley ao final do relatório incluem sugestões de medidas concretas e análises conceituais importantes, que merecem consideração mais detida. Para o Brasil, a apresentação à CDH do informe do

Relator Especial não representa o fim desse processo, mas sim o início de uma nova etapa no diálogo com Sir Nigel, que o Governo Federal deseja fortalecer e ampliar.

16. As informações recebidas de autoridades estaduais sobre os casos individuais mencionados no informe do Relator Especial serão encaminhadas diretamente ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

É com esse espírito de cooperação e franqueza que o Governo brasileiro encaminha, a seguir, seus comentários preliminares sobre as recomendações do Relator Especial:

1. Em primeiro lugar, as mais altas lideranças políticas federais e estaduais precisam declarar inequivocamente que não tolerarão a tortura ou outras formas de maus tratos por parte de funcionários públicos, principalmente as polícias militar e civil, agentes penitenciários e monitores de instituições destinadas a menores infratores. É preciso que os líderes políticos tomem medidas vigorosas para agregar credibilidade a tais declarações e deixar claro que a cultura de impunidade precisa acabar. Além de efetivar as recomendações que se apresentam a seguir, essas medidas deveriam incluir visitas sem aviso prévio por parte dos líderes políticos a delegacias de polícia, centros de detenção provisória e penitenciárias conhecidas pela prevalência desse tipo de tratamento. Em particular, deveriam ser pessoalmente responsabilizados os encarregados dos estabelecimentos de detenção quando forem perpetrados maus tratos. Tal responsabilidade deveria incluir - porém sem limitação - a prática prevalente em algumas localidades segundo a qual a ocorrência de maus tratos durante o período de responsabilidade da autoridade encarregada afeta adversamente suas perspectivas de promoção e, com efeito,

deveria implicar afastamento do cargo, sem que tal afastamento consista meramente em transferência para outra instituição.

A declaração de repúdio à tortura por parte de todas as autoridades nos níveis federal e estadual e nos três poderes se dará por ocasião do lançamento da campanha nacional contra a tortura, em cerimônia na qual as entidades participantes formalizarão sua adesão a um pacto nacional contra a tortura. O pacto estabelecerá obrigações específicas para as entidades participantes (ex: demissão de funcionários que tenham praticado atos de tortura, realização de visitas a locais de detenção, etc.), de modo a dar um sentido concreto ao compromisso político por elas firmado.

2. O abuso, por parte da polícia, do poder de prisão de qualquer suspeito sem ordem judicial, em caso de flagrante delito, deveria ser cessado imediatamente.

O abuso de poder do policial nas prisões em flagrante deve ser combatido através do fortalecimento das ouvidorias de polícia já existentes (10) e da criação de novas nos demais Estados da Federação. Propõe-se também a criação de ouvidoria na Polícia Federal, como estímulo aos Estados que ainda não estabeleceram esse mecanismo externo de controle policial. A disciplina de direitos humanos deve ser incluída no currículo de todas as academias policiais. Em atendimento ao Compromisso 12 do Plano Nacional de Segurança Pública, o Fundo Nacional de Segurança Pública liberou recursos da ordem de R\$ 251 milhões para cooperação com os Estados em diferentes áreas, inclusive na de capacitação profissional de policiais. No âmbito do projeto SENASP/Cruz Vermelha Internacional/Embaixada do Reino Unido, foram capacitados em direitos humanos 910 policiais brasileiros, num custo total de

R\$ 451.000,00. Em 2001, existe a previsão de treinamento de 390 policiais, a um custo estimado de R\$ 576.000,00.

3. As pessoas legitimamente presas em flagrante delito não deveriam ser mantidas em delegacias de polícia por um período além das 24 horas necessárias para a obtenção de um mandado judicial de prisão provisória. A superlotação das cadeias de prisão provisória não pode servir de justificativa para se deixar os detentos nas mãos da polícia (onde, de qualquer modo, a condição de superlotação parece ser substancialmente mais grave do que até mesmo em algumas das unidades prisionais mais superlotadas).

A detenção em carceragens de delegacias de polícia por prazo superior às 24 horas estabelecidas em lei tem relação direta com o problema da superlotação dos estabelecimentos prisionais. Faz-se necessário adotar um conjunto integrado de medidas, tais como a construção de novas unidades e reforma das existentes, a aplicação mais sistemática de penas alternativas (com a criação de varas de aplicação de penas alternativas), a revisão da situação processual dos detentos (através de mutirões de execução penal), e a criação de varas especializadas em dependentes químicos. Quanto às carceragens, há uma tendência em alguns Estados da Federação, que deve ser apoiada pelo Governo Federal, no sentido de desativar as celas das delegacias de polícia. Mencione-se, por exemplo, a transformação, no Rio de Janeiro, de delegacias de polícia em “delegacias legais” (vide comentário à recomendação no. 20). Em São Paulo, os presos aguardando julgamento estão sendo transferidos das delegacias de polícia para centros de detenção provisória (CDP). Cada CDP tem capacidade para abrigar 768 detentos e seu objetivo principal é o de tornar possível a desativação de carceragens dos distritos

policiais. Segundo esta tendência, já foram desativadas as carceragens dos seguintes distritos policiais da capital do Estado: DEPATRI, 6°, 15°, 21°, 22°, 23°, 30°, 42°, 48°, 51°, 56°, 59°, 75°, 81°, 93° e 95°.

4. Os familiares próximos das pessoas detidas deveriam ser imediatamente informados da detenção de seus parentes e deveriam poder ter acesso a eles. Deveriam ser adotadas medidas no sentido de assegurar que os visitantes a carceragens policiais, centros de prisão provisória e penitenciárias sejam sujeitos a vistorias de segurança que respeitem sua dignidade.

A informação aos familiares sobre pessoas detidas é direito assegurado em lei que deve ser enfatizado nos cursos de capacitação de delegados e agentes policiais. O procedimento de revistas dos familiares dos detentos deve ser modificado, de modo a preservar a dignidade dos visitantes. A instalação de equipamentos de detecção de metais nos estabelecimentos prisionais permitirá mudança no procedimento de revista, que passará a concentrar-se na pessoa do preso e não em seus familiares.

5. Qualquer pessoa presa deveria ser informada de seu direito contínuo de consultar-se em particular com um advogado a qualquer momento e de receber assessoramento legal independente e gratuito, nos casos em que a pessoa não possa pagar um advogado particular. Nenhum policial, em qualquer momento, poderá dissuadir uma pessoa detida de obter assessoramento jurídico. Uma declaração dos direitos dos detentos, tais como a Lei de Execução Penal (LEP), deveria estar prontamente disponível em todos os lugares de detenção para fins de consulta pelas pessoas detidas e pelo público em geral.

O direito da pessoa detida a consultar advogado é assegurado em lei e deve ser reiterado nos cursos de capacitação de

delegados e agentes policiais e penitenciários. As defensorias públicas, nos níveis federal e estadual, devem ser fortalecidas, através da contratação de maior número de advogados. A criação desses órgãos de defesa deve ser estimulada nos Estados onde ainda não existam. No âmbito da campanha nacional contra a tortura, deverá ser elaborada uma cartilha dos direitos e deveres do preso, que “traduza” em linguagem mais popular os dispositivos legais pertinentes (Código Penal, Código de Processo Penal e LEP). A cartilha deveria ser entregue a cada indivíduo, no momento de sua detenção, e a seus familiares, em todo o território nacional. Uma cartilha sobre os direitos e deveres dos guardas penitenciários também mereceria ser objeto de consideração.

6. Um registro de custódia separado deveria ser aberto para cada pessoa presa, indicando-se a hora e as razões da prisão, a identidade dos policiais que efetuaram a prisão, a hora e as razões de quaisquer transferências subseqüentes, particularmente transferências para um tribunal ou para um Instituto Médico Legal, bem como informação sobre quando a pessoa foi solta ou transferida para um estabelecimento de prisão provisória. O registro ou uma cópia do registro deveria acompanhar a pessoa detida se ela fosse transferida para outra delegacia de polícia ou para um estabelecimento de prisão provisória.

Dentre as medidas previstas no plano de ação da Secretaria Nacional de Justiça para o ano de 2001, figura a implantação do sistema INFOPEN (Programa de Informatização do Sistema Penitenciário), banco nacional de dados com informações pormenorizadas sobre o sistema prisional e cadastro individualizado do detento, contendo seu perfil sócio-biográfico e criminal e histórico de sua passagem pelo sistema. É intenção do Governo Federal estabelecer arranjo institucional para o cruzamento de informações com o sistema

da SENASP (INFOSEG – Programa de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública), de modo a assegurar o acompanhamento da situação prisional de cada indivíduo que faça contato com o sistema de justiça criminal, desde o momento de sua entrada no sistema (delegacia de polícia, casa de custódia ou centro de detenção provisória), sua transferência para o sistema penitenciário, seus deslocamentos no interior do mesmo (inclusive quando é levado a exames médicos e aos tribunais), até o momento de sua saída, por cumprimento da pena ou recebimento de benefício legal.

7. A ordem judicial de prisão provisória nunca deveria ser executada em uma delegacia de polícia.

Vide comentário à recomendação no. 3.

8. Nenhuma declaração ou confissão feita por uma pessoa privada da liberdade, que não uma declaração ou confissão feita na presença de um juiz ou de um advogado, deveria ter valor probatório para fins judiciais, salvo como prova contra as pessoas acusadas de haverem obtido a confissão por meios ilícitos. O Governo é convidado a considerar urgentemente a introdução da gravação em vídeo e em áudio das sessões realizadas em salas de interrogatório de delegacias de polícia.

A lei brasileira confere legitimidade à confissão como meio de prova. Qualquer alteração dessa disposição legal requereria o envio de projeto de lei ao Congresso Nacional. A recomendação do Relator Especial será levada ao conhecimento da comissão de juristas encarregada da revisão do Código Penal. Não obstante, está sendo estudada a possibilidade de instituir, nas regiões metropolitanas priorizadas pelo Plano Nacional de Segurança Pública, projeto-piloto para instalação de equipamentos de vídeo nas salas de interrogatório.

9. Nos casos em que as denúncias de tortura ou outras formas de maus tratos forem

levantadas por um réu durante o julgamento, o ônus da prova deveria ser transferido para a promotoria, para que esta prove, além de um nível de dúvida razoável, que a confissão não foi obtida por meios ilícitos, inclusive tortura ou maus tratos semelhantes.

A regra que atribui o ônus da prova a quem alega deriva de dispositivo legal, cuja inversão, no caso de tortura ou de maus-tratos, dependeria de envio de projeto de lei ao Congresso Nacional. A recomendação do Relator Especial será levada ao conhecimento da comissão encarregada da revisão do Código de Processo Penal.

10. As denúncias de maus tratos, quer feitas à polícia ou a outro serviço, à corregedoria do serviço policial ou a seu ouvidor, ou a um promotor, deveriam ser investigadas com celeridade e diligência. Em particular, importa que o resultado não dependa unicamente de provas referentes ao caso individual; deveriam ser igualmente investigados os padrões de maus tratos. A menos que a denúncia seja manifestamente improcedente, as pessoas envolvidas deveriam ser suspensas de suas atribuições até que se estabeleça o resultado da investigação e de quaisquer processos judiciais ou disciplinares subsequentes. Nos casos em que ficar demonstrada uma denúncia específica ou um padrão de atos de tortura ou de maus tratos semelhantes, o pessoal envolvido deveria ser peremptoriamente demitido, inclusive os encarregados da instituição. Essa medida envolverá uma purgação radical de alguns serviços. Um primeiro passo nesse sentido poderia ser a purgação de torturadores conhecidos, remanescentes do período do governo militar.

Dentro dos limites do Direito Administrativo, as entidades participantes da campanha nacional contra a tortura comprometer-se-ão a exercer maior rigor nas apurações de ilícitos e demissões de funcionários envolvidos em

atos de tortura. Um dos objetivos da campanha nacional será o de fortalecer as corregedorias e ouvidorias de polícia. O Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, entidade de caráter consultivo vinculada à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, deverá desempenhar papel essencial nesse processo.

11. Todos os Estados deveriam implementar programas de proteção a testemunhas, nos moldes estabelecidos pelo programa PROVITA, para testemunhas de incidentes de violência por parte de funcionários públicos; tais programas deveriam ser plenamente ampliados de modo a incluir pessoas que têm antecedentes criminais. Nos casos em que os atuais presos se encontram em risco, eles deveriam ser transferidos para outro centro de detenção, onde deveriam ser tomadas medidas especiais com vistas à sua segurança.

Conforme meta estabelecida no PNDH, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos estabeleceu o Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, que integra o serviço de proteção federal aos serviços estaduais (12 Estados participam até a presente data). Em 2000, o Sistema Nacional foi responsável pela proteção e assistência de 328 pessoas, das quais 256 permaneciam inseridas na rede ao final do ano. Esse dado, aliado ao fato de nunca ter sido registrada qualquer baixa ou atentado contra um de seus beneficiários, reforça a credibilidade do modelo brasileiro. Para 2001, o Governo Federal destinou orçamento dez vezes superior ao valor dos recursos inicialmente disponibilizados em 2000, o que deve permitir o aperfeiçoamento do sistema e sua expansão para até mais seis Estados até o final do primeiro semestre de 2002. O Serviço de Proteção ao Depoente Especial, coordenado pelo Departamento de Polícia Federal e destinado a garantir a proteção a réus colaboradores e testemunhas que não se enquadrem nos requisitos do Sistema Nacional,

se encontra em funcionamento desde junho de 2000. Faz-se necessário promover uma reflexão sobre possíveis medidas especiais de proteção a detentos ameaçados por agentes policiais e penitenciários, em função de denúncias de tortura e maus-tratos. Entre essas possíveis medidas de proteção sobressai a transferência do preso para estabelecimento prisional em outro Estado ou para carceragens da Polícia Federal, por tempo determinado e enquanto perdurar a situação de risco.

12. Os promotores deveriam formalizar acusações nos termos da Lei Contra a Tortura de 1997, com a frequência definida com base no alcance e na gravidade do problema, e deveriam requerer que os juízes apliquem as disposições legais que proíbem a concessão de fiança em benefício dos acusados. Os Procuradores-Gerais de Justiça, com o apoio material das autoridades governamentais e demais autoridades estaduais competentes, deveriam destinar recursos suficientes, qualificados e comprometidos para a investigação penal de casos de tortura e maus tratos semelhantes, bem como para quaisquer processos em grau de recurso. Em princípio, os promotores em referência não deveriam ser os mesmos responsáveis pela instauração de processos penais ordinários.

No âmbito da campanha nacional contra a tortura, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos promoverá cursos de sensibilização e capacitação operadores do direito, inclusive membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Tais cursos deverão ressaltar, entre outros aspectos, o caráter inafiançável do crime de tortura e as circunstâncias especiais de risco que comporta o eventual relaxamento de prisão. Desde a realização do seminário de Brasília sobre aplicação da lei da tortura tem havido um número crescente de denúncias de atos de tortura por parte do Ministério Público. Casos recentes em Sorocaba, Estado

de São Paulo, e nos Estados de Goiás e de Minas Gerais, envolvendo grande número de delegados e agentes policiais indiciados na Lei 9.455, constituem exemplo dessa tendência.

13. As investigações de crimes cometidos por policiais não deveriam estar sob a autoridade da própria polícia. Em princípio, um órgão independente, dotado de recursos próprios de investigação e de pessoal – no mínimo o Ministério Público – deveria ter autoridade de controlar e dirigir a investigação, bem como acesso irrestrito às delegacias de polícia.

A decisão de retirar o inquérito policial da esfera de competência das polícias civil e militar depende de profunda reformulação das forças policiais no Brasil, a qual vem sendo objeto de amplo e extenso debate no Congresso Nacional. O projeto de lei no. 22/97, em tramitação no Congresso Nacional, visa a alterar a Lei 9.299/97, que atribui à justiça comum competência para julgar policiais militares por crimes dolosos contra a vida. O PL amplia essa competência aos crimes de lesão corporal dolosa e àqueles previstos em legislação extravagante, contendo dispositivo que reforça o papel do Ministério Público no acompanhamento dos inquéritos policiais. Conviria discutir a possibilidade de adotar dispositivo semelhante para a investigação de crimes praticados por policiais civis.

14. Os níveis federal e estadual deveriam considerar positivamente a proposta de criação da função de juiz investigador, cuja tarefa consistiria em salvaguardar os direitos das pessoas privadas de liberdade.

Conforme o ordenamento jurídico brasileiro, os juízes de execução penal são os responsáveis pela salvaguarda dos direitos das pessoas condenadas a penas privativas de liberdade. Da mesma forma, os juízes de instrução devem zelar pelos direitos dos réus até que a decisão de pronúncia seja eventualmente prolatada. Na

fase do inquérito policial, o juiz à presença do qual o acusado deve ser conduzido no prazo legal de 24 horas deveria também se encarregar de acompanhar mais de perto a condição física do preso, e tomar providências imediatas caso venha a constatar quaisquer irregularidades no procedimento policial. Esse aspecto deverá ser enfatizado nos cursos de capacitação.

15. Se não por qualquer outra razão que não a de pôr fim à superlotação crônica dos centros de detenção (um problema que a construção de mais estabelecimentos de detenção provavelmente não poderá resolver), faz-se imperativo um programa de conscientização no âmbito do Judiciário a fim de garantir que essa profissão, que se encontra no coração do Estado de Direito e da garantia dos Direitos Humanos, torne-se tão sensível à necessidade de proteger os direitos dos suspeitos e, com efeito, de presos condenados, quanto evidentemente o é a respeito da necessidade de reprimir a criminalidade. Em particular, o Judiciário deveria assumir alguma responsabilidade pelas condições e pelo tratamento a que ficam sujeitas as pessoas que o Judiciário ordena permaneçam sob detenção pré-julgamento ou sentenciadas ao cárcere. Em se tratando de crimes comuns, nos casos em que a conduta delituosa possa dar margem a diversas interpretações, o Judiciário deveria ser relutante em enquadrar a ação delituosa como crime inafiançável, que exclua a aplicação de penas alternativas, que requeira a custódia sob regime fechado, e que impeça a progressão de regime.

Com relação a medidas para aliviar o problema da superlotação, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos estimulará a implementação das propostas mencionadas no comentário à recomendação no. 3, e procurará sensibilizar o Judiciário para a importância daquele elenco de medidas. No

ano de 2000, o Fundo Nacional de Segurança Pública destinou recursos da ordem de R\$ 102 milhões para a construção e reforma de unidades prisionais.

16. Pela mesma razão, a Lei de Crimes Hediondos e outros diplomas legais aplicáveis deveriam ser emendados de modo a assegurar que períodos de detenção ou prisão, muitas vezes longos, não sejam passíveis de imposição por crimes relativamente menos graves. O crime de “desrespeito à autoridade” (desacatar a funcionário público no exercício da função) deveria ser abolido.

Uma das medidas destinadas a reduzir a superlotação de presídios, centros de detenção provisória e delegacias de polícia diz respeito à imposição de critérios mais precisos no enquadramento da conduta ilícita nos tipos penais definidos na Lei de Crimes Hediondos. À guisa de exemplo, pessoa detida por porte de pequena quantidade de entorpecentes, ainda que não para consumo próprio, deveria ter sua conduta enquadrada no artigo 16 da Lei de Tóxicos (Lei no. 6.368/76), e não no artigo 12 da mesma lei, o qual configura tráfico de entorpecentes, ilícito cuja pena deve ser cumprida integralmente em regime fechado, de acordo com disposição da Lei de Crimes Hediondos. Os cursos de sensibilização do Judiciário e do Ministério Público deverão cobrir esse aspecto. A extinção do crime de desacato à autoridade se afigura, porém, mais problemática, uma vez que esse dispositivo legal constitui na prática a única forma de defesa de agentes do Estado no exercício legítimo de suas funções contra atitudes repreensíveis por parte de particulares.

17. Deveria haver um número suficiente de defensores públicos para garantir que haja assessoramento jurídico e proteção a todas as pessoas privadas de liberdade desde o momento de sua prisão.

A Defensoria Pública da União deverá expandir seu quadro de funcionários. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos propugnará pela criação, em todos os Estados da Federação, de defensorias públicas dotadas dos recursos necessários ao desempenho eficiente de suas funções.

18. Instituições tais como conselhos comunitários, conselhos estaduais de direitos humanos e ouvidorias policiais e prisionais deveriam ser mais amplamente utilizadas; essas instituições deveriam ser dotadas dos recursos que lhe são necessários. Em particular, cada estado deveria estabelecer conselhos comunitários plenamente dotados de recursos, que incluam representantes da sociedade civil, sobretudo organizações não-governamentais de direitos humanos, com acesso irrestrito a todos os estabelecimentos de detenção e o poder de coletar provas de irregularidades cometidas por funcionários.

Conforme as prioridades definidas no PNDH, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos vem estimulando a criação de conselhos estaduais e a elaboração de programas estaduais de direitos humanos, assim como de ouvidorias de polícia. Através de ações específicas da Secretaria Nacional de Justiça, o papel do Conselho Penitenciário Nacional e dos conselhos comunitários deverá ser fortalecido, especialmente no que diz respeito à realização de visitas não anunciadas a estabelecimentos prisionais.

19. A polícia deveria ser unificada sob a autoridade e a justiça civis. Enquanto essa medida estiver pendente, o Congresso pode acelerar a apreciação do projeto de lei apresentado pelo Governo Federal que visa transferir para tribunais ordinários a jurisdição sobre crimes de homicídio, lesão corporal e outros crimes, inclusive o crime de tortura cometida pela polícia militar.

Existem várias propostas de alteração da estrutura das polícias civil e militar em tramitação no Poder Legislativo. Proposta de unificação das duas polícias foi apresentada pelo Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado. Esse debate, ainda inconclusivo, vem tendo seguimento no Congresso Nacional. O projeto de lei no. 22/97 poderá ficar superado caso seja aprovada proposta de emenda constitucional no. 29/2000, que introduz, inter alia, a competência singular do juiz de direito da justiça comum para julgar os militares nos crimes praticados contra civis.

20. As delegacias de polícia deveriam ser transformadas em instituições que ofereçam um serviço ao público. As delegacias legais implementadas em caráter pioneiro no estado do Rio de Janeiro são um modelo a ser seguido.

Há algumas experiências em Estados da Federação quanto à transformação de delegacias de polícia em instituições efetivamente prestadoras de serviços públicos. No Rio de Janeiro, o governo estadual vem expandindo o programa de “delegacias legais”, que somam hoje 14 unidades, devendo atingir 80 até o final deste ano e todo o universo das delegacias de polícia até fins de 2002.

21. Um profissional médico qualificado (um médico escolhido, quando possível) deveria estar disponível para examinar cada pessoa, quando de sua chegada ou saída, em um lugar de detenção. Os profissionais médicos também deveriam dispor dos medicamentos necessários para atender às necessidades médicas dos detentos e, caso não possam atender a suas necessidades, deveriam ter autoridade para determinar que os detentos sejam transferidos para um hospital, independentemente da autoridade que efetuou a detenção. O acesso ao profissional médico não deveria depender do pessoal da autoridade que efetua a detenção.

Tais profissionais que trabalham em instituições de privação de liberdade não deveriam estar sob autoridade da instituição, nem da autoridade política por ela responsável.

As Secretarias Nacionais de Justiça e de Segurança Pública procurarão celebrar convênios com Faculdades de Medicina, Enfermagem e Odontologia, a fim de assegurar aos detentos tratamento médico e odontológico adequado. Faz-se necessário estimular o debate sobre formas de evitar que a decisão de conduzir presos para atendimento médico recaia exclusivamente sobre os responsáveis pela custódia dos detentos (delegados, diretores de presídios, agentes policiais e penitenciários).

22. Os serviços médico-forenses deveriam estar sob a autoridade judicial ou outra autoridade independente, e não sob a mesma autoridade governamental que a polícia; nem deveriam exercer monopólio sobre as provas forenses especializadas para fins judiciais.

O projeto de lei do Fórum Nacional dos Ouvidores de Polícia sobre unificação das polícias prevê a inclusão dos peritos forenses nos quadros de carreira do Poder Judiciário. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos considera a independência dos peritos forenses e funcionários dos Institutos Médico-Legais condição essencial para uma investigação isenta.

23. A assustadora situação de superpopulação em alguns estabelecimentos de prisão provisória e instituições prisionais precisa acabar imediatamente; se necessário, mediante ação do Executivo, exercendo clemência, por exemplo, com relação a certas categorias de presos, tais como transgressores primários não-violentos ou suspeitos de transgressão. A lei que exige a separação entre categorias de presos deveria ser implementada.

A Secretaria Nacional de Justiça montou um projeto de expansão significativa do uso

das penas alternativas, visando evitar que ingressem em penitenciárias pessoas cujas penas não sejam superiores a quatro anos. Centrais estaduais de apoio e acompanhamento a penas alternativas já estão sendo financiadas em sete Estados (o projeto foi iniciado em setembro de 2000), em convênio firmado com outros quinze Estados. Espera-se que todos os Estados brasileiros possam contar com essas centrais até o final de junho de 2001. Também com vistas a mudar a política de ingresso em penitenciárias, a Secretaria Nacional de Justiça está apoiando os Juizados Especiais para Dependentes Químicos (Drug Courts), destinados a desviar da prisão aqueles que cometem pequenos delitos direta ou indiretamente relacionados com drogas e a tratá-los médica e psicologicamente. Segundo a lei brasileira, os condenados podem beneficiar-se de anistia, graça ou indulto. Na prática, o indulto tem sido o único benefício concedido, sobretudo na época de Natal. A concessão da anistia ou da graça depende de um conjunto de requisitos estabelecidos no ato do Poder Legislativo ou Executivo que concede o benefício. Não tem sido prática da política penitenciária brasileira a concessão desses benefícios. Dentro do plano de ação para 2001 da Secretaria Nacional de Justiça, a separação de presos por categorias, conforme o disposto na Lei de Execução Penal, deve merecer atenção prioritária.

24. É preciso que haja uma presença de monitoramento permanente em toda instituição de natureza e em estabelecimentos de detenção de menores infratores, independentemente da autoridade responsável pela instituição. Em muitos lugares, essa presença exigiria proteção e segurança independentes.

No caso de adolescentes sujeitos a medidas de internação ou ressocialização, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança

e do Adolescente (CONANDA) deve atuar de forma cada vez mais participativa no monitoramento e acompanhamento de denúncias de atos de tortura em centros de atendimento a adolescentes em conflito com a lei. O CONANDA vem realizando reuniões em diferentes Estados para abordar problemas específicos de instituições como a FEBEM de São Paulo, amplamente mencionada no informe do Relator Especial. Com relação aos adultos, a Secretaria Nacional de Justiça deve celebrar convênios com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e organizações não-governamentais, com vistas a estabelecer sistema independente de monitoramento integrado aos conselhos comunitários.

25. É preciso providenciar, urgentemente, capacitação básica e treinamento de reciclagem para a polícia, o pessoal de instituições de detenção, funcionários do Ministério Público e outros envolvidos na execução da lei, incluindo-se temas de direitos humanos e matérias constitucionais, bem como técnicas científicas e as melhores práticas propícias ao desempenho profissional de suas funções. O programa de segurança humana do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas poderia ter uma contribuição substancial a fazer nesse particular.

Vide comentários anteriores sobre as recomendações do Relator Especial que tratam da questão da capacitação de agentes policiais e penitenciários, membros do Ministério Público e demais aplicadores da lei. A questão da cooperação técnica no campo da capacitação poderá ser discutida por ocasião da visita ao Brasil de missão técnica do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, em junho próximo.

26. Deveria ser apreciada a proposta de emenda constitucional que permitirá, em determinadas circunstâncias, que o Governo Federal solicite autorização do Superior

Tribunal de Justiça para assumir jurisdição sobre crimes que envolvam violação de direitos humanos internacionalmente reconhecidos. As autoridades federais do Ministério Público necessitarão de um aumento substancial dos recursos a elas alocados para poderem cumprir efetivamente a nova responsabilidade.

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos incluiu a proposta de emenda constitucional sobre a federalização dos crimes de direitos humanos entre as iniciativas legislativas prioritárias do Ministério da Justiça para o ano de 2001.

27. O financiamento federal de estabelecimentos policiais e penais deveria levar em conta a existência ou não de estruturas para se garantir o respeito aos direitos das pessoas detidas. Deveria haver disponibilidade de financiamento federal para se implementarem as recomendações acima. Em particular, a Lei de Responsabilidade Fiscal não deveria ser um obstáculo à efetivação das recomendações.

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos tem estabelecido, como requisito para a liberação de verbas para a implementação de projetos, o atendimento pelos Estados de certas condições relacionadas com a promoção e proteção dos direitos humanos. As Secretarias Nacionais de Justiça e Segurança Pública devem adotar sistemática semelhante na liberação de recursos de suas respectivas rubricas orçamentárias.

28. O Governo deveria considerar séria e positivamente a aceitação do direito de petição individual ao Comitê contra a Tortura, mediante a declaração prevista nos termos do Artigo 22 da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

O Governo brasileiro está considerando o assunto e se pronunciará oportunamente sobre a sugestão do Relator Especial.

29. Solicita-se ao Governo considerar convidar o Relator Especial sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias a visitar o país.

Conforme decisão do Ministro da Justiça referendada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), o Governo brasileiro estará formulando, por intermédio da Missão Permanente em Genebra, convite à Relatora Especial sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias para que visite proximamente o Brasil, em data a ser determinada.

30. O Fundo Voluntário das Nações Unidas para Vítimas da Tortura fica convidado a considerar com receptividade as solicitações de assistência por parte de organizações não-governamentais que trabalham em prol das necessidades médicas de pessoas que tenham sido torturadas e pela reparação legal da injustiça a elas causada.

O Brasil apóia o trabalho realizado pelo Fundo Voluntário das Nações Unidas para Vítimas da Tortura e fez contribuições para o mesmo nos anos de 1985, 1986, 1988, 1992 e 1997. O Governo brasileiro deverá regularizar as contribuições anunciadas para os anos de 1995, 1996 e 1998, bem como considerar a possibilidade de fazer nova contribuição ao Fundo.

INAUGURAÇÃO DO ESCRITÓRIO
REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES EM
MINAS GERAIS (EREMINAS)
(30 DE ABRIL DE 2001)

Será inaugurado, no próximo dia 3 de maio, o Escritório Regional do Ministério das Relações Exteriores em Minas Gerais

(Ereminas), que funcionará no Minas Trade Center, rua Timbiras 1.200, Belo Horizonte, e será chefiado pela Conselheira Débora Vainer Barenboim.

Trata-se do oitavo escritório do Itamaraty a funcionar em estados brasileiros com o objetivo de promover a interação e a integração entre o Ministério das Relações Exteriores, o governo estadual, as administrações municipais e a sociedade civil. A exemplo dos demais Escritórios regionais, o Ereminas atuará na assistência a brasileiros no exterior, em áreas de cooperação científica e técnica, difusão cultural, cooperação educacional e comércio exterior.

O primeiro evento apoiado pelo Ereminas será um seminário sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), organizado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), também no dia 3 de maio. O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, proferirá a palestra de encerramento do mencionado seminário.

MENSAGEM DO SENHOR MINISTRO
DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR
CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA
ABERTURA DA EXPOSIÇÃO “VISTO
PARA A VIDA - DIPLOMATAS QUE
SALVARAM JUDEUS”, NO CENTRO
CULTURAL MARIA ANTONIA DA USP
(01 DE MAIO DE 2001)

O totalitarismo, que teve no nazismo uma de suas principais vertentes, caracterizou-se, na lição de Hannah Arendt, por ser uma forma inédita de governo e de organização da sociedade surgida no século XX. Buscou

a dominação total através do uso da ideologia e do emprego do terror para promover a ubiquidade do medo, fazendo do campo de concentração o seu paradigma organizacional. O totalitarismo tem como pressuposto a descartabilidade dos seres humanos. Estes podem ser qualificados a qualquer momento, independentemente do que fazem ou aspiram, como “inimigos objetivos” e encarados como supérfluos para a sociedade. Tal pressuposto, explicitamente assumido pelo totalitarismo no poder, representa uma contestação frontal à idéia da dignidade da pessoa humana, enquanto valor-forte da legitimidade da ordem jurídica.

Um dos meios de que se valeu o totalitarismo para obter esta descartabilidade dos seres humanos foi o de gerar refugiados e apátridas. Estes, ao se verem destituídos, com a perda da cidadania, dos benefícios do princípio da legalidade, não se puderam valer dos direitos humanos. Assim, por falta de um vínculo com uma ordem jurídica nacional, acabaram não encontrando lugar - qualquer lugar - num mundo como o do século XX, totalmente organizado e ocupado politicamente. Consequentemente, tornaram-se de facto e de jure desnecessários porque indesejáveis *erga omnes*, e acabariam encontrando o seu destino e lugar nos campos de concentração.

Para o ser humano que perdeu seu lugar na comunidade política, sua humanidade só pode ser reconhecida e resgatada pelo acaso imprevisível da amizade, da simpatia, da generosidade ou do amor. É esse acaso imprevisível, que é uma afirmação do melhor do coração humano, que se celebra nesta exposição. Trata-se de uma homenagem a diplomatas de várias nacionalidades que, ao concederem vistos, salvaram dos campos de concentração os judeus, transformados em *displaced people* pelo totalitarismo nazista.

Como Ministro das Relações Exteriores, é com muita satisfação que vejo entre os homenageados de hoje nesta exposição o Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, cujo papel de destaque no auxílio prestado a refugiados judeus a fim de escaparem das perseguições nazistas lhe faz merecer um justo reconhecimento.

Tampouco posso deixar de mencionar o nome do Embaixador João Guimarães Rosa, Cônsul do Brasil em Hamburgo à época dos eventos aqui retratados e que também ajudou a salvar judeus do destino que o regime nazista lhes havia reservado. Em entrevista concedida a Günter Lorenz em 1965 em Gênova, Guimarães Rosa atribui sua atuação à sua própria condição de “homem do sertão”, que não pode presenciar injustiças. Segundo ele, “no sertão, num caso desses imediatamente a gente saca o revólver”. Lá, no entanto, isso não era possível, o que o levou a idealizar um “estratagema diplomático” para lidar com a situação, medida de fato coerente com outra observação sua, na mesma entrevista, de que “o diplomata acredita que pode remediar o que os políticos arruinaram”.

A estes, assim como aos demais nomes expostos, rendo meu tributo como estudioso e defensor dos direitos humanos, como discípulo de Hannah Arendt e como quem tem consciência de suas raízes e da imensa tragédia representada pelo holocausto.

MISSÃO BRASILEIRA À
ÁFRICA DO SUL
(04 DE MAIO DE 2001)

Será realizada, no período de 7 a 9 de maio corrente, missão brasileira à África do Sul, com o fim de aprofundar o conhecimento da política comercial daquele país, a exemplo

de visita de natureza similar realizada por funcionários da África do Sul ao Brasil, em junho de 2000.

A visita reveste-se de importância adicional à luz do Acordo-Quadro firmado pelo Presidente Thabo Mbeki e seus contrapartes do Mercosul, em Florianópolis, em dezembro de 2000, que assenta as bases para a futura negociação de Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a África do Sul.

A missão será integrada pela Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), Lytha Spíndola, pelo Secretário do Desenvolvimento e da Produção do MDIC, Reginaldo Arcuri, pelo Diretor-Geral do Departamento de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores, Ministro José Antônio Marcondes de Carvalho, e por funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior e da Agricultura e do Abastecimento.

A missão será recebida pelo Ministro da Indústria e do Comércio da África do Sul, Alec Erwin, e por outras autoridades do Governo sul-africano.

*BRIEFING DA DIRETORA EXECUTIVA
DO CENTRO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS
HUMANOS (HABITAT), DOUTORA
ANNA KAJUMULO TIBAIJUKA
(08 DE MAIO DE 2001)*

Entre os dias 4 e 10 de maio 2001, está em visita ao Brasil (Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo) a Doutora Anna Kajumulo Tibaijuka, Diretora-Executiva do Centro

das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (HABITAT), com sede em Nairóbi. Juntamente com o Ministro Ovídio de Angelis, Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano, concederá briefing à imprensa, às 16 horas de hoje, dia 8 de maio, na Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores.

A Doutora Tibaijuka estará hoje em Brasília a convite do Governo brasileiro e será recebida em audiência pelo Presidente da República. Entrevistar-se-á com o Ministro das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, e com o Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano, Ministro Ovídio de Angelis. A Diretora-Executiva visitará ainda a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Fará, pela manhã, sobrevôo de Brasília em helicóptero, a convite do Governador do Distrito Federal, que a homenageará com um almoço. Acompanham-na o Embaixador do Brasil em Nairóbi, o Chefe do Escritório Regional do Habitat para a América Latina e o Caribe, que tem sede no Rio de Janeiro, e seu Chefe de Gabinete.

No Rio de Janeiro, sua programação incluiu a participação, nos dias 4 e 5, em Congresso Internacional da IULA (International Union of Local Authorities), ocasião em que proferiu palestra, e encontro com o Prefeito César Maia.

Em São Paulo, no dia 9, será recebida pela Prefeita Marta Suplicy, que lhe oferecerá jantar, e manterá encontros com equipes das secretarias municipais.

O Centro Habitat

O Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat) é a agência que comanda a implementação da Agenda Habitat – o plano global de ação adotado pela comunidade internacional na conferência Habitat II em Istambul, em junho

de 1996. Seus objetivos são a promoção do desenvolvimento de assentamentos humanos social e ambientalmente sustentáveis e da obtenção de moradia adequada para todos. Essas metas inserem-se no objetivo geral das Nações Unidas de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável no contexto de um mundo em rápida urbanização, tendo por pano de fundo a defesa dos direitos humanos.

O Brasil é membro do Habitat e sede do Escritório Regional do Centro para a América Latina e o Caribe, que fica na cidade do Rio de Janeiro.

Istambul + 5

A visita da Diretora Executiva do Centro Habitat reveste-se de particular importância no momento em que se prepara a Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas de avaliação da implementação dos resultados da Conferência de Istambul sobre Assentamentos Humanos, que teve lugar em 1996.

A Sessão Especial, a realizar-se em Nova York, nos dias 6 a 8 de junho do corrente, examinará como os países signatários da Declaração de Istambul vêm cumprindo os compromissos nela expressos e como têm implementado as recomendações da Agenda Habitat. A Agenda é um programa de ação destinado a orientar a atuação e as iniciativas dos Governos e sociedade civil no sentido da melhoria das condições de vida nos assentamentos humanos.

Serão examinadas ainda as dificuldades encontradas pelos países signatários da Declaração de Istambul e as razões pelas quais não puderam ser superadas. Nesse sentido, cabe observar que o Brasil tem, no Banco de Dados do Habitat sobre soluções engenhosas para os mais variados problemas relativos aos assentamentos humanos, mais de uma centena dessas boas práticas.

Istambul + 5 – Preparativos do Governo brasileiro

Em dezembro de 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso criou Comitê Nacional, sob a Presidência do Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano, Ovídio de Angelis, e composto por membros do Governo, do Congresso, da academia e da sociedade civil. O Comitê tem a tarefa principal de preparar relatório nacional a ser apresentado na Sessão Especial de Istambul + 5. O Comitê promoveu recentemente seminário de consulta à sociedade civil, no qual colheu pontos de vista que foram incorporados ao texto, cuja versão definitiva será concluída em breve.

A Diretora Executiva

A Doutora Anna Kajumulo Tibaijuka foi nomeada Diretora Executiva do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat) em julho de 2000 pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Anteriormente, ocupava o posto de coordenadora-geral para os países menos desenvolvidos na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), onde era responsável pelo fortalecimento da capacidade dos países em desenvolvimento nas negociações com a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Natural da Tanzânia, a Diretora-Executiva do Habitat tem doutorado em Economia Agrícola, concedido pela Universidade de Ciências Agrícolas de Uppsala, Suécia.

Foi professora de Economia na Universidade de Dar-es-Salaam de 1993 a 1998, quando ingressou na UNCTAD. Durante esse período, também foi membro das delegações do Governo da Tanzânia em diversas cúpulas das Nações Unidas, incluindo a Conferência das Nações Unidas sobre

Assentamentos Humanos (Istambul, 1996); a Cúpula da Alimentação (Roma, 1996); A Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres (Beijing, 1995); e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995). Nessas conferências, participou ativamente dos fóruns de organizações não-governamentais e da sociedade civil. Na Cúpula de Roma foi eleita Coordenadora da África Oriental na Rede de Segurança da Alimentação, Comércio e Desenvolvimento Sustentável (COASAD). Também é membro do Conselho Consultivo Científico Internacional da UNESCO desde novembro de 1997.

Dedicada ao papel e aos direitos das mulheres no mundo em desenvolvimento, Anna Tibaijuka é presidente e fundadora do Conselho Nacional de Mulheres da Tanzânia, uma organização independente, sem ligações políticas, que defende os direitos das mulheres à terra, à herança e aos serviços sociais. É também presidente e fundadora do Fundo Babro Johansson para a Educação de Mulheres, instituição dedicada à promoção de altos padrões de educação para as mulheres da Tanzânia e da África.

ALTA CORTE DE VIBORG (11 DE MAIO DE 2001)

Em audiência na tarde do dia 11 de maio, o Secretário-Geral interino, Embaixador Gilberto Velloso, ressaltou à Embaixadora da Dinamarca, Sra. Anita Hugau, a perplexidade do Governo, da Justiça e da opinião pública brasileira com a decisão da Alta Corte de Viborg, no último dia 9, de deferir o recurso apresentado pela defesa de Marcelo Duarte

Bauer contra a sua extradição, a qual fora deferida pela Corte de Aarhus em 30 de março deste ano.

2. O Embaixador Velloso solicitou, na ocasião, que fosse transmitido ao Governo e à Justiça daquele país a expectativa brasileira de que o Procurador-Geral apresente recurso à Suprema Corte da Dinamarca (última instância) contra a decisão da Alta Corte de Viborg, com vistas a reverter o indeferimento da extradição.

3. Apesar de compreender que se trata de decisão do Poder Judiciário, o Governo brasileiro não pode deixar de observar que os fundamentos da citada decisão mostram desconsideração em relação a país amigo.

REUNIÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA (17 DE MAIO DE 2001)

Será realizada amanhã, dia 18 de maio, no Gabinete da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), no Rio de Janeiro, reunião bilateral entre Brasil e Argentina com o objetivo de dar seguimento ao exame das relações econômico-comerciais entre os dois países à luz do processo de integração do Mercosul, objeto de intercâmbio entre os respectivos presidentes em Quebec, por ocasião da Cúpula das Américas.

Na reunião será passada em revista a agenda estabelecida em Quebec para examinar iniciativas de aprofundamento do processo de integração em direção a seus objetivos originais, uma vez que o fortalecimento do Mercosul permanece como prioridade central na política externa dos dois governos.

As delegações do Brasil e da Argentina serão chefiadas, respectivamente, pelo

Representante Especial do Presidente da República para Assuntos do Mercosul, Embaixador José Botafogo Gonçalves, e pelo Vice-Chanceler argentino, Embaixador Horácio Chighizola, ambos coordenadores nacionais do Grupo Mercado Comum.

VI FESTIVAL DO CINEMA BRASILEIRO DE MIAMI (18 DE MAIO DE 2001)

Terá lugar, de 21 a 26 de maio de 2001, o VI Festival do Cinema Brasileiro de Miami. O formato do festival contempla a realização de duas mostras paralelas competitivas (curta e longa metragem) e o tradicional evento de abertura - uma seção nas areias de Miami Beach exibindo o filme vencedor do júri popular no ano anterior. No ano passado, o Festival de Miami atingiu público de 15 mil espectadores.

A edição de 2001, além do formato tradicional, acrescenta uma mostra-homenagem ao Diretor Paulo César Saraceni; a mostra Panorama Brazil, homenageando um Estado brasileiro, com vistas a promover locações para filmagem; workshops (crítica Brasil x EUA, cinematografia regional brasileira, formação de público e negócios) e Marketplace, que tem o objetivo de criar espaço voltado para a promoção e comercialização do produto audiovisual brasileiro nos Estados Unidos.

O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Cultura estão prestando apoio à realização do VI Festival do Cinema Brasileiro de Miami.

ENCONTRO ENTRE OS SECRETÁRIOS- GERAIS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL E DO PERU (21 DE MAIO DE 2001)

O Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, e o Vice-Ministro Secretário-Geral das Relações Exteriores do Peru, Embaixador José Antonio Arróspide del Busto, reuniram-se em Brasília, em 18 de maio, por ocasião da V Reunião do Mecanismo Permanente de Consulta, Informação e Cooperação em Assuntos Internacionais e em Matérias de Interesse Comum.

Nas reuniões, foram examinados os diversos temas da agenda bilateral, com especial ênfase na avaliação do “Plano de Ação de Lima”, documento assinado durante a visita de Estado que o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou ao Peru, em julho de 1999, e que estabeleceu o programa de ações concretas a ser desenvolvidas no curto e médio prazos. Dessa forma, foram analisados, com o maior interesse, temas como a integração física, a interconexão regional aérea, o desenvolvimento, a integração e a segurança na Amazônia, a promoção dos investimentos e do intercâmbio comercial, a cooperação técnica, o meio ambiente, a navegação fluvial amazônica, o tráfico ilícito de drogas e a promoção dos valores culturais, entre outros.

No âmbito regional, ambos os Secretários-Gerais constataram as múltiplas convergências registradas em temas como a Carta Democrática Interamericana, a Estratégia Andina de Luta contra as Drogas e Delitos Conexos, assuntos vinculados ao Tratado de Cooperação Amazônica, relações CAN-Mercosul, entre outros.

Finalmente destacou-se o excelente nível que alcançou a relação bilateral, o que reforça o compromisso de ambas as Chancelarias de continuar trabalhando estreitamente em função dos objetivos de desenvolvimento de ambos os países.

DIVULGADA DECISÃO DE TRIBUNAL
ARBITRAL NO CASO DE FRANGOS
ENTRE BRASIL E ARGENTINA
(22 DE MAIO DE 2001)

Foi divulgado hoje em Montevideu o laudo arbitral referente à controvérsia sobre “Aplicação de Medidas Antidumping contra a exportação de frangos inteiros provenientes do Brasil – Resolução 574/2000 do Ministério da Economia da Argentina”. Trata-se do quarto laudo arbitral emitido no âmbito do sistema de solução de controvérsias do Mercosul. O tribunal esteve composto por um árbitro brasileiro e outro argentino e teve como presidente um árbitro de nacionalidade uruguaia.

O Tribunal arbitral *ad hoc*, ao considerar que o Marco Normativo sobre Antidumping (Decisão CMC 11/97) não está vigente, deixou de acolher a demanda brasileira de que a medida argentina seria incompatível com o referido Marco, e, subsidiariamente, com as disciplinas do Acordo Antidumping da OMC.

O Tribunal eximiu-se, explicitamente, de analisar a existência de dumping, dano à indústria doméstica e causalidade.

O Governo brasileiro está analisando as conclusões do laudo e todos os possíveis cursos de ação a serem adotados.

PUBLICAÇÃO DE ESTUDO DA
OCDE SOBRE O BRASIL
(23 DE MAIO DE 2001)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicará, em 6 de junho de 2001, o primeiro estudo sobre a economia brasileira (*Country Survey*) que inclui análises sobre reformas tributária e previdenciária, balanço de pagamentos, competitividade corporativa, questões trabalhistas e sociais, agricultura e energia, entre outras questões. O estudo da OCDE, um dos mais abrangentes sobre o Brasil, segundo o próprio Secretariado da Organização, e o primeiro sobre um país sul-americano, foi realizado no contexto do Programa de Cooperação entre o Brasil e a Organização. O *Country Survey* sobre o Brasil estará disponível na livraria eletrônica da OCDE (www.oecd.org) a partir das 12 horas (horário de Brasília) do dia 6 de junho de 2001. Jornalistas poderão ter acesso prévio ao documento, sob embargo à divulgação até aquele horário, devendo solicitá-lo à Divisão de Relações com a Mídia da OCDE, por meio do telefone nº 00XX331 4524 97 00 ou do e-mail: newscontact@oecd.org.

BRASIL ASSINA A CONVENÇÃO DE
ESTOCOLMO SOBRE POLUENTES
ORGÂNICOS PERSISTENTES
(23 DE MAIO DE 2001)

O Brasil assinou, hoje, 23/05, em Estocolmo, a Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), na pessoa do

Embaixador em Estocolmo, Elim Saturnino Ferreira Dutra. Os POPs são definidos como substâncias tóxicas de alta periculosidade, as quais, por suas características físico-químicas, não se decompõem facilmente, mantendo-se inalteradas por longos períodos de tempo. Além disso, podem ser transportadas, pelo ar e pelos rios ou oceanos, a longas distâncias a partir do local onde foram originadas. O transporte e deposição dessas substâncias podem causar danos à saúde humana, além de graves prejuízos ao meio ambiente, exigindo medidas de reparação que podem ter significativo custo financeiro. A Convenção de Estocolmo passará a constituir, assim, importante instrumento do ponto de vista do reforço da segurança química internacional, em consonância com as metas preconizadas na Agenda 21, adotada pela Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992. Sua adoção representa uma medida de precaução para evitar que o uso indiscriminado desses produtos possa causar danos cuja resolução se mostre irreversível ou muito difícil no futuro.

Foram identificados, inicialmente, doze POPs, sobre os quais a comunidade internacional adotará ações com vistas à sua eliminação (ou restrição, nos casos em que tal meta não for factível, pelo menos no curto prazo). Entre os doze POPs, constam 8 pesticidas (DDT, aldrin, dieldrin, clordano, endrin, heptacloro, mirex, toxafeno), 2 produtos industriais (Hexaclorobenzeno-HCBs e Bifenilas Policloradas-PCBs) e dois subprodutos não intencionais, gerados da combustão de matéria orgânica (dioxinas e furanos).

O acordo sobre POPs exigirá o estabelecimento de planos de ação nacionais para lidar com as substâncias identificadas. O acordo prevê, ainda, níveis diferenciados de responsabilidades e capacidades entre os

países e vincula o cumprimento do acordo, por parte dos países em desenvolvimento, ao acesso à assistência financeira e técnica necessária. Dessa forma, assegura que o esforço de proteção leve em devida conta as condições socioeconômicas de cada país e que os planos de ação reportem-se a prioridades nacionalmente definidas. O acordo consagra, dessa forma, o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, na proteção do meio ambiente, consagrado na Declaração do Rio sobre Meio ambiente e Desenvolvimento de 1992.

A negociação do acordo sobre POPs iniciou-se em 1998, com base em estudos técnicos elaborados a partir de 1996. A participação do Brasil foi coordenada pelo Itamaraty, que para o estabelecimento de sua posição, ouviu não somente outros órgãos de Governo, mas também a indústria e organizações não governamentais interessadas na matéria. Daí haver o Brasil contribuído ativamente para a redação final dos artigos da Convenção.

O Brasil tem tido em matéria de segurança química uma atuação destacada, havendo ocupado a Presidência do Comitê Intergovernamental Negociador que elaborou a Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Determinados Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos, assinada em Rotterdam, em 1998; mais recentemente, sediou, em outubro de 2000, em Salvador, a III Sessão do Foro Intergovernamental de Segurança Química, que contou com 220 participantes de Governos, indústria e sociedade civil, representando 80 países. O Brasil passou a ocupar a Presidência do Foro ao término da reunião de Salvador, com mandato que deverá estender-se até a realização de sua IV Sessão, na Tailândia, em 2003.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DO PETRÓLEO DA ÍNDIA,
SENHOR RAM NAIK
(24 DE MAIO DE 2001)

O Ministro do Petróleo da Índia, Sr. Ram Naik, está visitando o Brasil entre os dias 23 e 27 de maio corrente, à frente de delegação de parlamentares, técnicos governamentais e membros do setor privado, a fim de conhecer de perto a experiência brasileira na utilização do etanol como combustível para veículos automotores. Segundo o Sr. Naik, a experiência brasileira com o PROÁLCOOL tornou-se particularmente relevante no contexto atual de altos preços do petróleo e da necessidade do Governo indiano de consolidar a segurança energética nacional.

Em 23 de maio, a delegação técnica do Ministério do Petróleo da Índia reuniu-se, em São Paulo, com empresários brasileiros do setor de máquinas e destilarias por intermédio da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (ABIMAQ) e, em seguida, visitou a empresa CODISTIL/DEDINI, indústria fabricante de equipamentos para destilarias sucro-alcooleiras na cidade de Piracicaba, São Paulo.

No dia 24 de maio, o Ministro Ram Naik esteve na Usina Costa Pinto (COSAN), unidade de produção de Açúcar e Alcool igualmente localizada na cidade de Piracicaba, São Paulo.

Em Brasília, 25 de maio, o Senhor Naik e comitiva serão recebidos pelo Secretário Executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA), Sr. Márcio Fortes de Almeida e participarão de apresentação sobre o PROÁLCOOL feita pela União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (UNICA) e por técnicos daquele Ministério.

Espera-se, nesse sentido, que a visita em curso possa alcançar resultados positivos, uma vez que a eventual cooperação em matéria de produção de álcool combustível, tecnologia na qual o Brasil possui vasta experiência, poderia constituir-se em importante vetor para o incremento de nosso relacionamento bilateral com a Índia.

SEMINÁRIO: O BRASIL E A ÁSIA
NO SÉCULO XXI ENCONTRO
DE NOVOS HORIZONTES
(BRASÍLIA, 7 E 8 DE JUNHO)
(29 DE MAIO DE 2001)

O Departamento de Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores está organizando seminário, no Auditório do Palácio Itamaraty, com diversos palestrantes brasileiros e asiáticos de renome, durante o qual serão tratados assuntos como globalização, regionalização, as imagens recíprocas divulgadas pela mídia, ciência e tecnologia, comércio de serviços e bens e investimentos.

O evento se reveste de especial importância: do ponto de vista da política externa brasileira, a Ásia se apresenta como uma das frentes mais promissoras de atuação diplomática no século XXI. Trata-se de uma das regiões mais dinâmicas do globo, abrigando uma riqueza de culturas, etnias, religiões e instituições sociopolíticas. Neste período pós-crise asiática, abrem-se novas oportunidades para a reativação dos contatos com a região em novos patamares.

XXXI ASSEMBLÉIA-GERAL DA OEA
(01 DE JUNHO DE 2001)

O XXXI Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizar-se-á em São José, Costa Rica, no período de 3 a 5 de junho de 2001.

O temário da XXXI Assembléia Geral da OEA compreende assuntos e iniciativas que se distribuem pelos diversos campos de atuação da Organização, como proteção dos direitos humanos, fortalecimento das instituições democráticas, segurança hemisférica, e combate a abuso de drogas, terrorismo, crime organizado e degradação ambiental.

A exemplo do que ocorreu em anos anteriores, a XXXI Assembléia Geral da OEA será precedida por um “Diálogo Privado dos Chefes de Delegação”, durante o qual se discutirão os temas “Fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos”, “Projeto de Carta Democrática Interamericana”, e “Reestruturação do Sistema Interamericano à luz das Cúpulas das Américas: Fortalecimento e Modernização da OEA”.

A Assembléia de São José constituirá oportunidade para renovar-se o compromisso dos países americanos com a promoção dos direitos humanos no hemisfério. Apesar dos avanços observados na área, restam objetivos a serem alcançados, dentre os quais se destaca a efetiva universalização do Sistema, por meio da adesão de todos os Países membros da OEA à Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

A Assembléia também constituirá oportunidade para reflexão sobre o progresso alcançado pela Organização no campo da promoção e da defesa da democracia. O “Projeto de Carta Democrática Interamericana”, documento a ser aprovado durante a

Assembléia, possibilitará a consolidação dos diversos instrumentos de promoção da democracia no âmbito hemisférico, importante passo no fortalecimento da ação coletiva em defesa das instituições democráticas.

A recente realização da III Cúpulas das Américas, na cidade de Quebec, torna, ainda, oportuno o diálogo entre os países americanos sobre a reestruturação do Sistema Interamericano e a modernização da OEA, principal foro político das Américas e agente de implementação de diversos mandatos emanados do processo de Cúpulas.

A Delegação brasileira à Assembléia Geral será chefiada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer. Durante a Assembléia, deverão realizar-se encontros bilaterais com Ministros das Relações Exteriores de países americanos e de outros países que participarão do evento na condição de Observadores.

MENSAGEM DO PRESIDENTE
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
AO PRESIDENTE ELEITO DO
PERU, ALEJANDRO TOLEDO
(04 DE JUNHO DE 2001)

“Senhor Presidente,

Aceite minhas mais efusivas congratulações por sua eleição à Presidência da República do Peru, que completa etapa fundamental no revigoração de suas instituições democráticas. Constatei com profunda satisfação que o processo eleitoral transcorreu em ambiente de lisura e ampla liberdade de expressão, o que garantiu ao povo peruano a plena manifestação de sua vontade.

Brasil e Peru compartilham acentuada

vocação amazônica e sul-americana. Como vizinhos e amigos, devemos seguir trabalhando juntos pelo contínuo aprimoramento dos valores que nos congregam, em defesa da democracia, dos direitos humanos, da promoção da estabilidade regional e da elevação das condições de vida de nossas populações.

Noto com especial simpatia que sua campanha presidencial enumerou construtivamente muitos dos pontos em que os Governos brasileiro e peruano serão chamados a cooperar de forma intensa e solidária, em particular nos projetos de desenvolvimento e integração da infra-estrutura física sul-americana.

Como Chefe de Estado de um país da relevância do Peru, caberá a Vossa Excelência desempenhar importante papel no contexto internacional. Nesse particular, quero desde já assegurar-lhe da mais completa colaboração de meu governo para o êxito da XI Cúpula Ibero-Americana, que se realizará em Lima, em novembro próximo, sob a condução de Vossa Excelência.

Estarei igualmente empenhado na manutenção e no aprofundamento dos vínculos de amizade e cooperação que unem o Brasil ao Peru e a trabalhar ao lado de Vossa Excelência em todos os temas de interesse comum nas esferas regional, hemisférica e mundial.

Alta consideração,

(Fernando Henrique Cardoso)

Presidente da República Federativa do Brasil”

ATENTADO EM TEL-AVIV
(04 DE JUNHO DE 2001)

O Governo brasileiro tomou conhecimento com grande consternação do atentado ocorrido

em Tel-Aviv no dia 1º de junho. Ao repudiar inequivocamente esse ato insensato, que recrudescer a escalada de violência no Oriente Médio, manifesta profundo pesar pela perda de tantas vidas inocentes.

O Governo brasileiro espera que as partes envolvidas se abstenham de quaisquer ações que possam agravar a situação e exerçam maior contenção a fim de que se criem condições para superar o presente clima de hostilidade e intolerância, que prejudica o diálogo e dificulta a indispensável retomada do processo de paz no Oriente Médio.

CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE
ASSENTAMENTOS HUMANOS (NOVA
YORK, 6 A 8 DE JUNHO DE 2001)
(06 DE JUNHO DE 2001)

O Ministro Ovídio Antônio de Angelis, Secretário de Estado para o Desenvolvimento Urbano, encontra-se em Nova York para chefiar a Delegação brasileira à 25 Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, reunião que está sendo conhecida como “Istambul + 5” porque deverá fazer a revisão da implementação da Agenda Habitat, adotada na Conferência de Istambul, há cinco anos.

A Agenda Habitat destina-se a promover a cooperação internacional para a promoção de melhores condições de vida nas cidades. Trata, entre outras, de questões relativas ao planejamento e a gestão de políticas de habitação, saneamento, transporte, meio ambiente, saúde, educação e geração de emprego.

A Delegação brasileira à Conferência “Istambul + 5” estará também integrada por membros do Congresso Nacional, o

Governador do Distrito Federal, prefeitos de diversas cidades brasileiras, autoridades municipais, acadêmicos, técnicos e diplomatas

A Sessão Especial da ONU sobre Istambul + 5: realiza-se na sede das nações Unidas em Nova York, no período de 6 a 8 de junho de 2001.

REUNIÃO DO GRUPO DE
TRABALHO *AD HOC* DA COMISSÃO
INTERNACIONAL PARA A
CONSERVAÇÃO DO ATUM ATLÂNTICO
SOBRE CRITÉRIOS PARA ALOCAÇÃO
DE QUOTAS DE CAPTURA
(06 DE JUNHO DE 2001)

Realizou-se em Bruxelas, de 21 a 23 de maio de 2001, a III Reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (CICAA/ICCAT) encarregado da definição de novos critérios para alocação das quotas de captura.

A exemplo da reunião anterior do referido Grupo de Trabalho, a Delegação brasileira foi chefiada pelo Conselheiro Hadil da Rocha Vianna, da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, do Itamaraty. Contou, igualmente, com a participação do Diretor de Pesca e Aqüicultura do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Doutor Gabriel Calzavara de Araújo, bem como do Cientista-Chefe do Brasil junto à ICCAT, Professor Fabio Hissa Vieira Hazin, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. A Delegação foi integrada também por outros representantes do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, do Ministério do Meio Ambiente e, como observadores, do Conselho Nacional de Pesca e Aqüicultura (CONEPE), incluindo seu Presidente, o Doutor Vicente Perciavalle.

A Delegação brasileira realizou, em março (João Pessoa) e maio (Brasília) passados, reuniões de coordenação envolvendo os órgãos governamentais interessados. Tais reuniões foram franqueadas à participação de representantes do setor privado. Nessas oportunidades, foram abordados os principais temas da agenda da reunião do Grupo de Trabalho além de ter sido traçada a estratégia a seguir na defesa dos interesses nacionais. Em Bruxelas, tal estratégia traduziu-se no reforço da articulação do Brasil com o chamado Grupo dos 16 (países costeiros em desenvolvimento e outros simpatizantes da iniciativa brasileira de propor novos critérios de alocação de quotas), não só com relação ao tratamento a ser dispensado aos itens da agenda, mas em especial no que se refere à mudança da presidência do Grupo, exercida por representante da Comunidade Européia, de nacionalidade espanhola. A iniciativa brasileira foi motivada pela insatisfação generalizada do Grupo com a condução dos trabalhos, julgada parcial em favor dos objetivos comunitários e, conseqüentemente, inadequada ao tratamento de temas do interesse de países costeiros em desenvolvimento.

Apesar da campanha do Brasil em Bruxelas, a Comunidade Européia logrou conduzir outro representante seu, também de origem espanhola, à presidência do Grupo. Em troca, porém, viu-se obrigada a concordar com a criação de um comitê de redação formado por delegados de quatro países (EUA, Japão, Marrocos e Brasil). A solução mostrou-se plenamente satisfatória. Desse modo “engessado”, o novo presidente conduziu de forma imparcial os trabalhos da reunião, que se concentraram no exame de um documento único contendo lista de critérios a serem utilizados na alocação de quotas de captura

Quanto a esse documento, foram examinados 18 critérios, dos 25 listados,

ficando os 7 restantes para exame em nova reunião do Grupo, a realizar-se na cidade de Múrcia, na Espanha, nos dias 7 a 9 de novembro próximo. Dos 18 critérios discutidos, 7 deles alcançaram consenso pleno. Alguns dos critérios acordados são altamente favoráveis aos interesses brasileiros, como por exemplo, a consideração das necessidades de comunidades costeiras que dependem dos estoques de atuns e afins, a contribuição sócio-econômica da pesca para os países em desenvolvimento, os interesses dos pescadores artesanais e de subsistência, entre outros.

A reunião de Bruxelas representou, sem dúvida, grande avanço em relação à reunião anterior. O Japão - país pescador tradicional e, portanto, parceiro das teses da Comunidade Européia - demonstrou maior grau de flexibilidade ao concordar com a aplicação dos novos critérios a todos os estoques. Para o Brasil, a reunião representou ganho político importante pois, mais uma vez, no âmbito da ICCAT, demonstrou sua capacidade de coordenação frutífera com países costeiros em desenvolvimento e comprovou sua competência na reivindicação de legítimos direitos de pesca do atum atlântico.

PREFEITO DO RIO DE JANEIRO
ASSINA, NA SEDE DA NAÇÕES
UNIDAS, CONVÊNIO QUE AMPLIA
COOPERAÇÃO COM AGÊNCIA DA ONU
(NOVA YORK, 5 DE JUNHO DE 2001)
(06 DE JUNHO DE 2001)

O Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, César Maia, e a Diretora Executiva do Habitat (Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos), Anna Tibaijuka, assinaram ontem, 5 de junho, na sede das Nações Unidas, convênio que prorroga e

amplia a cooperação existente entre o Habitat e a Prefeitura do Rio de Janeiro.

O convênio original, assinado em 1996 durante a Conferência de Istambul, propiciou a instalação, no Rio de Janeiro, do escritório regional do Habitat para a América Latina e o Caribe. Pelo novo convênio, a ser assinado hoje, o Rio recebe, entre outros projetos, um centro de estudos de referência sobre assentamentos humanos.

O Prefeito César Maia encontra-se em Nova York para participar da Sessão Especial da ONU sobre Istambul + 5: a revisão da implementação da Agenda Habitat, adotada na Conferência de Istambul, há cinco anos.

A cerimônia de assinatura do Convênio ocorreu às 18h30, na sala de conferências número 2.

VISITA OFICIAL AO BRASIL DO
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
CHANCELER DA REPÚBLICA ARGENTINA,
ADALBERTO RODRÍGUEZ GIAVARINI
(08 DE JUNHO DE 2001)

Atendendo a convite do Ministro das Relações Exteriores, o Chanceler da República Argentina, Adalberto Rodríguez Giavarini, realizará visita oficial ao Brasil, nos dias 18 e 19 próximos. Os dois Ministros discutirão temas da agenda bilateral Brasil- Argentina e o Mercosul, além de passar em revista temas da agenda política e comercial regional e internacional de interesse dos dois países. O Senhor Presidente da República receberá o Chanceler argentino em audiência, no dia 19, às 11 horas, no Palácio da Alvorada.

A visita do Chanceler Rodríguez Giavarini a Brasília dá continuidade aos contatos de alto nível entre os dois Governos e será mais uma oportunidade para fortalecer o relacionamento

entre o Brasil e a Argentina, a prosseguir no tratamento construtivo e pragmático dos temas da ampla agenda bilateral e reforçar o compromisso dos dois países com o Mercosul às vésperas da cúpula presidencial de Assunção.

O Brasil valoriza especialmente as suas relações com a Argentina, não apenas pela sua relevância política, mas também pela sua dimensão econômica e comercial. Além de sócio do Mercosul e parceiro estratégico em importantes negociações comerciais em curso no Hemisfério e entre o Mercosul e outros agrupamentos regionais, a Argentina constitui o segundo mercado para as exportações brasileiras e tem no Brasil o seu primeiro destino de exportações. O Brasil compra 40% das exportações argentinas de manufaturados de origem industrial e 46% do trigo exportado pelo país. A Argentina é o maior fornecedor de petróleo ao Brasil.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE
MOÇAMBIQUE, JOAQUIM ALBERTO
CHISSANO (20 DE JUNHO DE 2001)
(13 DE JUNHO DE 2001)

O Presidente de Moçambique, Sr. Joaquim Alberto Chissano, realizará visita oficial ao Brasil no próximo dia 20, quarta-feira, acompanhado de comitiva que inclui os Ministros dos Negócios Estrangeiros, do Interior, dos Recursos Minerais e Energia, a Ministra do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e o Vice-Ministro do Plano e Finanças.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso convidou seu homólogo moçambicano a vir ao Brasil quando foi a Maputo para a Cimeira da CPLP, em julho do ano passado, e novamente quando o Presidente Chissano

esteve em Brasília em caráter privado, em fevereiro do corrente ano. Nesta última ocasião, o Presidente Fernando Henrique sugeriu que, ao visitar oficialmente o Brasil, o Presidente Chissano o acompanhasse a Assunção, Paraguai, a fim de participar, como convidado, da Reunião de Cúpula do Mercosul, no dia 22.

Em sua passagem por Brasília, o Presidente moçambicano irá conversar, no Palácio do Planalto, sobre os principais temas da agenda bilateral, principalmente sobre projetos de cooperação técnica entre os dois países, e visitará também os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado. Ainda no Palácio do Planalto, serão assinados documentos para a cooperação entre Brasil e Moçambique nas áreas de saúde, educação, telecomunicações, segurança pública, ação social e gênero.

Os dois Presidentes partirão para Assunção no dia seguinte e, após a Reunião do Mercosul, no dia 22, o Presidente Chissano regressará diretamente a Moçambique, a tempo de comemorar o 26º aniversário da Independência de seu país, dia 25 de junho.

Dados básicos sobre Moçambique:

Moçambique tornou-se independente em 1975. Desde então, e por 16 anos, viveu uma das guerras civis mais cruéis do continente africano, responsável não só pela desestabilização do Governo, mas, em especial, da economia moçambicana. O fim da guerra fria e o início do processo de negociação que conduziu ao fim do regime do *apartheid* na África do Sul criaram as condições para a negociação da paz em Moçambique. Graças a um processo de mediação internacional, as partes envolvidas na guerra civil em Moçambique assinaram, em outubro de 1992, os Acordos de Roma, que lançaram o país na via da democratização.

As primeiras eleições democráticas foram realizadas em 1994. A FRELIMO foi vitoriosa e o Presidente Joaquim Chissano foi reconduzido, desta vez pela via democrática, ao cargo que ocupava desde 1986, quando o então Presidente da República, Samora Machel, morreu em acidente aéreo na África do Sul. Em dezembro de 1999, foram realizadas as segundas eleições democráticas e a FRELIMO saiu-se duplamente vitoriosa, alargando sua maioria parlamentar e reelegendo Joaquim Chissano com 53,3% dos votos válidos, contra 47,7% de Afonso Dhlakama, da coligação RENAMO-UE. Apesar da derrota eleitoral, a RENAMO, que abandonou as armas após os Acordos de Roma, tornando-se o principal partido da oposição à FRELIMO, subiu 14 pontos percentuais em relação ao resultado obtido nas eleições de 1994.

Em abril último, durante o VII Congresso da FRELIMO, o Presidente Chissano anunciou que não pretende se apresentar como candidato às eleições presidenciais de 2004.

A RENAMO, apesar de derrotada nas urnas, continua defendendo sua participação no Governo e têm havido encontros entre Chissano e Dhlakama com vistas a se buscar uma solução de compromisso para a política do país. O líder da RENAMO defende a possibilidade de governar as províncias do centro e centro-norte, onde seu partido foi majoritário, embora o sistema eleitoral moçambicano não preveja tal circunstância.

Economia:

As décadas de luta contra o colonizador e, em seguida, a guerra civil fizeram de Moçambique, nos anos 80, um dos países mais pobres do mundo, com renda anual per capita de pouco mais de US\$ 100. A pacificação e as políticas de saneamento econômico adotadas a partir dos anos 90 trouxeram estabilidade e

alguma prosperidade ao país.

Em 1994 Moçambique aderiu a um programa de liberalização que levou à privatização mais de 900 empresas, encerrando o período de planificação econômica. A partir de 1996, a inflação foi controlada e as taxas de câmbio estabilizadas.

Embora partindo de uma base reduzida, Moçambique alcançou um dos mais altos crescimentos do mundo em 1998-99 (PIB - taxas médias de 10% a.a.). Apesar disso, o país ainda depende de ajuda internacional para equilibrar o orçamento e pagar a balança comercial, na qual as importações superam o número de exportações à razão de três para um.

A atração de investimentos estrangeiros revela-se a prioridade econômica do atual Governo, preocupado com o aumento da tensão social causada pelo alto índice de desemprego, bem como da tendência de decréscimo do aporte da ajuda internacional. O programa de Governo concentra-se na erradicação da pobreza, que atinge, em diferentes níveis, 70% da população do país. Embora a pobreza ainda seja um dado sócio-econômico marcante, as perspectivas são de continuado crescimento econômico e desenvolvimento.

As principais dificuldades do setor econômico estão relacionadas aos problemas de infra-estrutura. O Governo atribui, de maneira geral, prioridade à recuperação das estradas e das pontes, bem como à melhoria da rede de distribuição de energia elétrica.

Política Externa:

Nos anos que se seguiram à independência, Moçambique, como grande parte das novas nações africanas, optou por relações privilegiadas com os países comunistas.

A pacificação em Moçambique e a alteração do quadro regional, com a assunção de Governos majoritários no Zimbábue, ainda nos anos 80,

e, em 1994, na África do Sul, permitiram que o país redesenhasse os contornos de sua política externa.

A volumosa dívida externa ocupa lugar de destaque na pauta da política exterior moçambicana. Como parte do esforço para reduzir a faixa de pobreza absoluta em que se encontra a maioria da população do país, o Governo considera imprescindível o perdão total da dívida externa, estimada em seis bilhões de dólares. Os maiores credores do país são o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Também prioritária na agenda moçambicana são o relacionamento com a África do Sul, com a *Southern African Development Community* (SADC) e com os países doadores. Este último grupo é particularmente importante para um país que tem mais de 60% de seu orçamento financiado por subsídios de doadores internacionais.

Desde o fim da guerra civil, Moçambique tem construído um patrimônio de boas relações com os EUA, Japão e Europa. A partir dos anos 80, as ligações com o bloco soviético foram gradualmente substituídas por uma aproximação ao Ocidente e pelo redirecionamento de seu comércio para países como a África do Sul, Portugal e Reino Unido.

Em novembro de 1995, Moçambique tornou-se o 53º membro da Commonwealth britânica, o primeiro a não ter sido parte do Império Britânico.

Relações com o Brasil:

Há bom entendimento político entre as autoridades dos dois países. Em julho de 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou visita oficial a Maputo, onde participou da III Reunião de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Em 2001, o Presidente Joaquim Chissano realizou duas visitas privadas ao Brasil para

acompanhamento da Primeira Dama, Sra. Marcelina Chissano, que esteve em tratamento médico no Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, entre janeiro e abril do corrente ano.

O Governo de Moçambique demonstrou empenho em intensificar as relações com o Brasil com a abertura, em janeiro de 1998, de sua Embaixada em Brasília.

O Governo moçambicano tem reiterado o interesse em contar com a participação de empresas brasileiras na economia do país, tanto no setor de exploração de minério, no caso, o complexo de Moatize, que inclui uma mina de carvão, uma ferrovia e o porto de escoamento, quanto de energia e de siderurgia, entre outros.

Em Maputo, em julho de 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique ao Brasil. A dívida montava a US\$ 447,7 milhões (dados do COMACE de março de 1999) e referia-se a créditos comerciais concedidos no âmbito do PROEX. O gesto brasileiro foi destacado pelo Presidente Joaquim Chissano como exemplo concreto e tangível do espírito de solidariedade no âmbito da CPLP.

O Brasil mantém com Moçambique e demais países de língua portuguesa na África (PALOPS) programas de cooperação de natureza bilateral e multilateral, estes últimos concebidos para serem desenvolvidos no âmbito da CPLP. Dentre esses estão os programas de formação de estudantes moçambicanos em universidades brasileiras (Programa Estudante Convênio - PEC), de apoio institucional nas áreas de administração pública e saúde, particularmente DST e AIDS e, também, de desenvolvimento agrícola, entre outros. Está prevista a instalação, em Moçambique, de um Centro de Excelência da Administração Pública da CPLP, concebido a partir da experiência da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e outras instituições brasileiras.

ATOS INTERNACIONAIS
ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA OFICIAL AO BRASIL DO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DE MOÇAMBIQUE, SENHOR
JOAQUIM ALBERTO CHISSANO
(BRASÍLIA, 20 DE JUNHO DE 2001)
(20 DE JUNHO DE 2001)

1. Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa Nacional de Controle às DST/SIDA”;
2. Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação Celebrado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República de Moçambique, na Área de Educação, para a Implementação do Projeto “Bolsa Escola”;
3. Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação Celebrado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República de Moçambique, na Área de Educação, para Implementação do Programa “Alfabetização Solidária” em Moçambique;
4. Memorando de Entendimento, na Área de Cooperação Educacional, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique;
5. Protocolo ao Acordo-Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Campo das Telecomunicações;
6. Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o

Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde;

7. Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica na Área da Educação;
8. Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica, Educacional, Científica e Tecnológica na Área da Segurança Pública;
9. Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica no Domínio da Mulher e da Ação Social.

NOTA SOBRE A DECISÃO DO
GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS
DE ENCERRAR O PAINEL NA OMC A
RESPEITO DA COMPATIBILIDADE DO
ARTIGO 68 DA LEI DE PROPRIEDADE
INDUSTRIAL (LEI 9.279/96) DO
BRASIL COM O ACORDO TRIPS
(25 DE JUNHO DE 2001)

O Governo brasileiro acolhe com satisfação a decisão do Governo dos Estados Unidos de encerrar o painel na OMC a respeito da compatibilidade do artigo 68 da Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/96) do Brasil com o Acordo TRIPS. O Governo brasileiro se compromete a manter conversações prévias com o Governo americano na eventualidade de julgar necessário aplicar o artigo 68 para conceder licença compulsória de patente de empresa dos EUA. Tais conversações seriam mantidas no âmbito do Mecanismo Consultivo

Brasil-Estados Unidos, em sessão especial para discutir o assunto.

O Brasil mantém a sua convicção de que o artigo 68 é plenamente consistente com o acordo de TRIPS e importante instrumento de que dispõe o Governo, particularmente nos esforços de ampliar o acesso da população a medicamentos e de combater doenças como a Aids.

COMUNICADO CONJUNTO
BRASIL - ESTADOS UNIDOS
(25 DE JUNHO DE 2001)

No espírito dos esforços empreendidos pelo Brasil e pelos Estados Unidos para encontrarem uma solução mutuamente satisfatória para a controvérsia sobre a compatibilidade do artigo 68 da Lei brasileira de Propriedade Industrial (Lei 9.279/96) com o Acordo de TRIPS, os dois países chegaram ao acordo que se segue.

Sem prejuízo das diferenças de interpretação entre o Brasil e os Estados Unidos sobre a conformidade do artigo 68 com o Acordo de TRIPS, o governo dos Estados Unidos retirará, na OMC, o painel contra o Brasil sobre o assunto e o governo brasileiro concordará, caso julgue necessário aplicar o artigo 68 para conceder licença compulsória de patentes cujos detentores sejam empresas norte-americanas, em notificar antecipadamente o governo do Estados Unidos e dar-lhe oportunidade adequada para conversações prévias sobre o tema. Tais conversações seriam realizadas no âmbito do Mecanismo Consultivo Brasil-Estados Unidos, em sessão especial programada para tal fim.

O Brasil e os Estados Unidos consideram que este acordo é um importante passo no sentido de uma maior cooperação entre os dois países em relação a nossos objetivos comuns de luta contra a AIDS e de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

TROCA DOS INSTRUMENTOS DE
RATIFICAÇÃO DO TRATADO DE
TRANSFERÊNCIA DE PRESOS
ENTRE BRASIL E ARGENTINA
(26 DE JUNHO DE 2001)

Foi realizada segunda-feira, 25 de junho, no Ministério das Relações Exteriores, a troca dos instrumentos de ratificação do Tratado de Transferência de Presos entre Brasil e Argentina. Participaram da cerimônia o Embaixador Ruy A. N. Pinheiro de Vasconcellos, Diretor-Geral para Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, e o Ministro-Conselheiro Marcos Bretón, Encarregado de Negócios da Embaixada da Argentina em Brasília,. Com esse ato, cumpriu-se requisito indispensável para a vigência do Tratado no Brasil, devendo agora o texto ser promulgado pelo Presidente da República e publicado no Diário Oficial da União, passando então a ser incorporado ao Direito interno brasileiro.

O referido Tratado, assinado em Buenos Aires em setembro de 1998, já estava em vigor para a Argentina, pois o país conta com uma Lei de Cooperação Judiciária Internacional que prevê o instituto da transferência de presos, ao contrário do Brasil, cuja legislação não contempla essa figura jurídica, sendo as relações do País na matéria reguladas exclusivamente por Tratados internacionais. A partir de agora, os pedidos de transferência de cidadãos brasileiros detidos na Argentina (como já vinha ocorrendo com presos argentinos no Brasil) poderão ser processados, beneficiando nacionais que terão a possibilidade de cumprir o restante da pena em cidade próxima a seus familiares.

ARTIGOS

ARTIGO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
MARCO MACIEL, PUBLICADO NA GAZETA MERCANTIL EM
29 DE JANEIRO DE 2001 - “O BRASIL NO NOVO SÉCULO”

Há pouco celebramos a entrada no século XXI, com a alegria de ver o Brasil chegar ao ano 2001 em condições políticas, econômicas e sociais mais sólidas. A Constituição de 1988 legou-nos a estabilidade democrática. Ampliou-se a consciência da cidadania e dos direitos humanos. O regime, democratizado, superou provas e provações. A estabilidade econômica, obtida com o Plano Real, está ensejando o crescimento sustentado, conquistado depois de muitos anos de incerteza e sobressaltos.

A inflação, que até 1994 perturbava o cenário nacional, já não nos mete medo. Em 2000, foi de 5,7%, abaixo da meta prevista pelo Banco Central, de 6%. O PIB cresceu em torno de 4%. Para 2001, prevê-se, pela primeira vez em 50 anos, crescimento percentual do PIB maior do que o da inflação, respectivamente de 5% e 4%.

A vitalidade da economia voltou a atrair volume considerável de capitais estrangeiros. Enquanto no início da década de 90 perdíamos mais capitais do que recebíamos, em 2000 fomos, repetindo o feito de 1999, o segundo maior destino de investimentos diretos dentre os países em desenvolvimento, com a entrada de cerca de US\$ 30 bilhões.

Apesar do considerável ganho com as exportações - cerca de US\$ 55 bilhões, a balança comercial continuou com saldo negativo. O déficit não representa, por si só, fator de preocupação, pois a economia consegue financiá-lo de forma adequada e o Estado já não compensa, pela via artificial, a defasagem tecnológica do setor exportador. Mas é preciso melhorar o desempenho nacional nesse setor.

A indústria teve desempenho particularmente positivo, puxando o reaquecimento da economia e até das exportações. Apesar da notável produção de 83 milhões de toneladas de grãos e da previsão de 90 milhões de toneladas em 2001, o setor agrícola só não deu mais lucros nas vendas ao exterior por conta da deterioração dos termos de troca dos produtos primários. Este, no entanto, é um problema que se acelerou há 20 anos, com a crise do petróleo, mas que já era perceptível há décadas.

A desaceleração da economia norte-americana, a crise na Argentina, em fase de recuperação, e o repique altista nos preços do petróleo não estão comprometendo nosso desempenho. Embora persistam vulnerabilidades, decorrentes da não-conclusão do ajuste fiscal, é unânime a percepção dos analistas de que o Brasil entrou numa fase de

crescimento sustentado. O desemprego baixou a um patamar mais aceitável, em torno de 7,46%. Particularmente relevante é que houve aumento de 4,5% nas ocupações no mercado formal.

Isso tem consequência direta sobre a área social. Contudo, nesse setor os ganhos tampouco se devem apenas ao reaquecimento da economia. O FAT, por exemplo, tem ampliado consistentemente o seguro-desemprego e o treinamento de mão-de-obra para reciclar o trabalhador, habilitando-o a enfrentar os desafios da economia globalizada, mais competitiva e a exigir especialização crescente.

Os níveis de indigência e de pobreza continuam a cair, estando, respectivamente, abaixo de 13% e 30%, enquanto o PIB per capita subiu para cerca de US\$ 4 mil. A renda média mensal de domicílios passou de R\$ 198 em 1993 para R\$ 225 em 1999. Estima-se que a renda média atinja R\$ 400 até 2010.

Outra vez foram extraordinários os números de assentamentos familiares e de distribuição de terras: 109 mil famílias em 2000, elevando para 478 mil assentados nos últimos seis anos; e 1.506.000 ha, totalizando 10.232.000 ha desapropriados desde 1994.

Melhorou o acesso à água e ao saneamento básico, inclusive nas periferias dos grandes centros. Num país cuja população se concentra nas cidades, a melhoria das condições de saneamento configura o início de uma verdadeira “reforma urbana”.

Programas de combate à fome e às carências nutricionais atingem cerca de 900 mil crianças em mais de 4.700 municípios brasileiros.

Não é sem motivo que o Brasil serve de modelo para os programas internacionais de

combate à Aids: nossos números são melhores do que os de muitos países desenvolvidos. O Brasil foi pioneiro na distribuição gratuita de remédios para soro-positivos.

Implementam-se com êxito programas de bolsa-escola e erradicação do trabalho infantil. Poucos países podem exibir política tão bem-sucedida de transferência direta de renda para setores mais vulneráveis.

A cada ano cai mais o percentual de analfabetos. Eram 13% em 1998, foram 12% em 1999, estimando-se que tenham sido 11% em 2000, numa tendência decrescente constante. No sentido contrário, cresce a cada ano a oferta de vagas no ensino fundamental. A proporção de crianças entre 7 e 14 anos matriculadas na escola passou de 86% em 1991 para 96% em 1999.

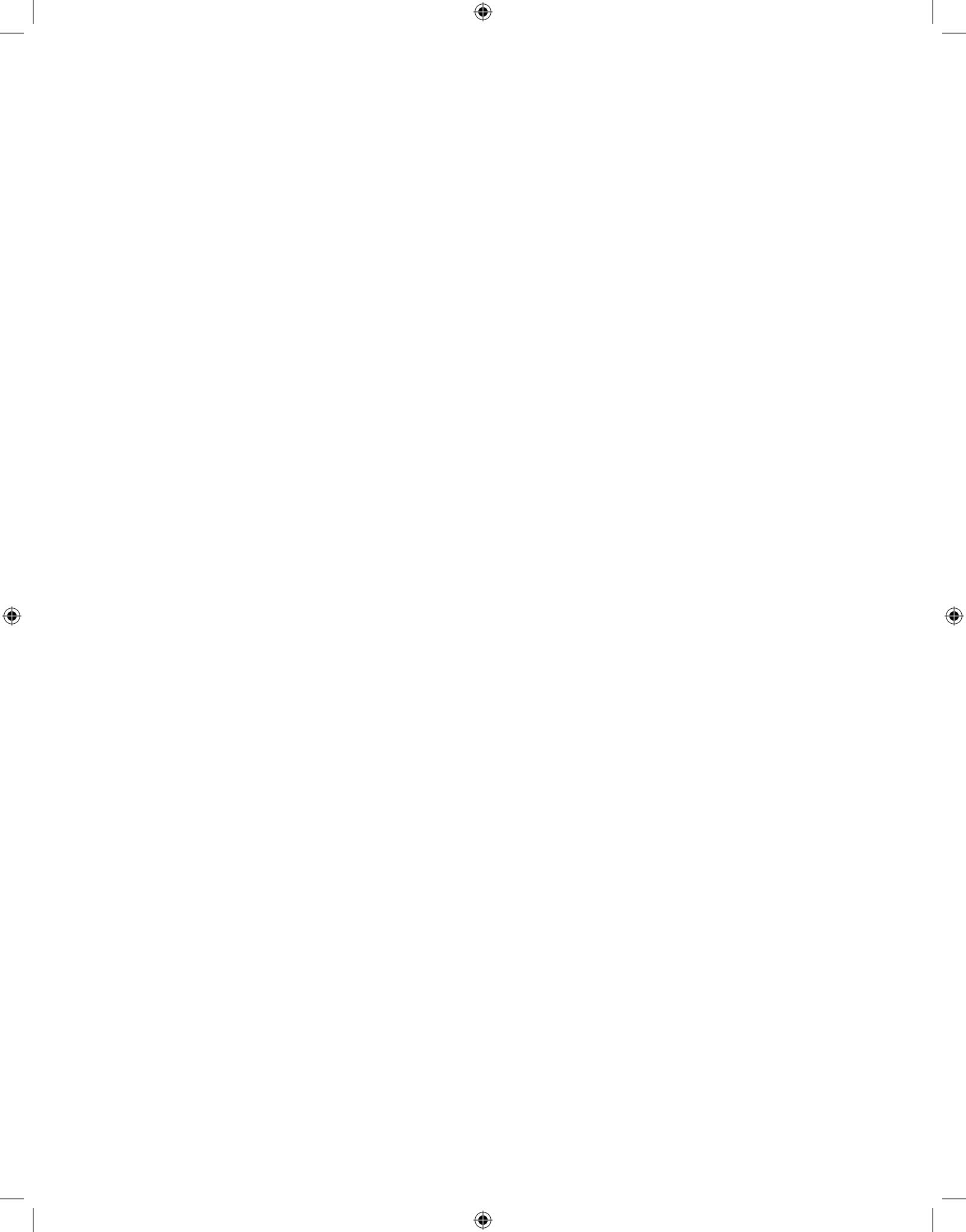
Programas de erradicação do trabalho infantil e de melhoria das condições de saúde têm merecido reconhecimento interno e internacional. No primeiro caso, a proporção de crianças entre 10 e 14 anos na população economicamente ativa passou de 18,5% para 12,7% entre 1992 e 1998. Entre 1986 e 1996 a proporção de nascimentos sem atendimento pré-natal caiu de 26% para 14,3%. A proporção de nascimentos em domicílios baixou de 16,6% para 7% no mesmo período.

Esses percentuais configuram, na realidade, a construção de um quadro de valorização da cidadania.

Políticas de integração racial tampouco foram negligenciadas. Prosseguem os esforços de valorização de nossas raízes culturais e de demarcação de terras. Em 2001, a Conferência Sobre o Racismo propiciará o debate interno sobre alternativas para universalizar a igualdade no País.

Aprofundamos a integração continental, reunindo em Brasília, pela primeira vez na história do continente, os presidentes de todos os países da América do Sul. Isso sem descuidar do adensamento do Mercosul, que se fortaleceu com a fixação de metas macroeconômicas comuns e com nova diminuição no nível geral da TEC. Unidos, negociaremos a Alca com a percepção de que pode constituir nova alternativa para dinamizar o comércio e promover a prosperidade.

2001 e o novo século nascem gerando a sensação de que, como disse certa feita Rilke, “o futuro habita entre nós mesmo antes de acontecer”. Que essa realidade nos ajude a acelerar, em 2001, a construção de uma nação que a todos propicie pão e espírito, justiça e liberdade.



ARTIGO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA,
PUBLICADO NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO EM 22 DE
FEVEREIRO DE 2001 - “DIPLOMACIA, COMÉRCIO E VACA LOUCA”

Com o fim da guerra fria e a chamada “globalização”, produziu-se um considerável reforço do sentimento de superioridade e auto-estima por parte dos países ricos. As regras do sistema internacional lembram cada vez mais um jogo de pôquer no qual as combinações ganhadoras ou perdedoras são estabelecidas a cada mão por um ou dois dos parceiros na mesa: os que ganham sempre. Utopias à parte, ainda não se criou um sistema internacional que beneficie todos equitativamente.

A “crise da vaca louca tem antecedentes e terá desdobramentos que não se esgotarão na decisão que as autoridades canadenses tomarem após o exame das conclusões da missão técnica que acaba de visitar o Brasil. É parte de algo muito mais amplo e mais complicado do que um conflito sobre vacas - não há nada mais pacífico do que uma vaca! -, que despertou os brios nacionais e justificadamente inflamou discursos em todos os setores do governo e da opinião pública.

O episódio Brasil-Canadá é a mais recente manifestação de um conjunto de elementos presentes no cenário internacional, que - com base em demandas sociais legítimas, como, neste caso, a preocupação com a saúde pública - encobre temas de cunho comercial, traz à luz as imperfeições e lacunas do sistema multilateral de comércio e reflete as acentuadas assimetrias de poder existentes no plano internacional.

Apesar de todas as suas conotações negativas, de tantos prejuízos reais e potenciais que a violência da iniciativa unilateral canadense vem causando ao Brasil, para algo poderemos utilizá-la em nosso favor. A crise desvendou as insuficiências do sistema da Organização Mundial do Comércio (OMC). Confirma que o sistema não protege adequadamente os países em desenvolvimento - e que é preciso melhorá-lo.

Somos os primeiros a exaltar os valores e a utilidade da OMC. Queremos dar-lhe mais força e legitimidade, mediante normas que propiciem maior equidade e simetria no tratamento das questões de sua competência.

O Brasil continua a buscar abrir o seu espaço no mundo e a procurar os meios de, mediante o desenvolvimento econômico, promover o seu desenvolvimento social. Por ser o país em desenvolvimento de economia de mercado com o maior PIB no mundo, com a maior infra-estrutura industrial, com um setor agropastoril cada vez mais competitivo, com um empresariado nacional de grande porte, com razoável capacidade tecnológica, somos, por isso mesmo, o país mais afetado pelo atual estado de coisas no grande jogo de pôquer do comércio internacional. Não somos nem suficientemente ricos para nos sentarmos confortavelmente ao lado dos que fazem as regras do jogo, e ganhar com eles;

nem dispomos de uma economia tão simples que se possa eventualmente satisfazer com um capilé atirado paternalisticamente pelos ganhadores.

Não é de surpreender, portanto, que a esta altura, nestes poucos anos de funcionamento da OMC, seja o Brasil parte de tantas e tão significativas controvérsias, envolvendo produtos industriais de alta tecnologia e alto valor agregado, patentes e, agora, as vacas loucas.

Poucos países dispõem, como o Brasil, de uma estrutura de comércio exterior em que a Chancelaria seja capaz de interagir tão ampla e harmoniosamente com a rede de órgãos da administração e da sociedade civil. Assim trabalhamos em todas as rodadas do GATT, na OMC, na concepção e na construção do Mercosul, nas negociações da Alca e com a União Européia. Assim trabalhamos no colegiado da Camex, cuja consolidação e crescente relevância constituem importante meta do governo.

O Itamaraty sempre esteve, está e estará preparado para responder às crescentes demandas impostas pela abrangência e complexidade das negociações comerciais em curso, assim como pelo uso cada vez mais freqüente de “golpes baixos”, como o que vem de nos aplicar o Canadá sob o pretexto - voltamos a ela! - da vaca louca.

Nesse episódio, o governo reagiu com rapidez, determinação e consistência desde o primeiro momento. Calibramos a ação e as reações na medida certa e nos tempos corretos. Houve senso de responsabilidade, adequada avaliação de riscos e discernimento em todos os níveis em que se desdobrou a atuação do Brasil: o dos órgãos competentes em matéria agrícola, o privado, o do Congresso, o do Itamaraty, o presidencial e o dos meios de comunicação. Cada qual com o tom e a profundidade inerentes à sua própria natureza.

Do ponto de vista do Itamaraty, além do que é necessário fazer em outros planos, estamos preparando para dar seguimento ao tema da vaca louca na OMC. Vamos procurar respostas para algumas indagações. Onde estão as regras para impedir que um país tome, sem fundamentação adequada, medidas unilaterais alegadamente de cunho fitossanitário, com danos gravíssimos para a economia de outro? Onde estão as regras que deveriam permitir um ressarcimento pelos prejuízos sofridos? Já tendo causado tanto dano ao Brasil (o que estamos tentando quantificar), pode o Canadá continuar autorizado a aplicar retaliações comerciais em função das decisões da OMC no caso Embraer-Bombardier? Possivelmente essas indagações não encontram satisfação completa na legislação em vigor, mas isso não nos impedirá de assinalar as insuficiências da OMC e a necessidade de aperfeiçoá-la.

A diplomacia, como se está vendo, tornou-se hoje um verdadeiro espetáculo público. Mas a fronteira entre o que deve ser tornado público e o que deve ser mantido, ao menos temporariamente, sob reserva permanece. Pela simples razão de que, como os competidores e adversários também lêem jornais, vêem televisão e navegam na Internet, a publicidade extemporânea freqüentemente inibe a solução de conflitos, tanto quanto a exposição indevida de eventuais divergências internas compromete a capacidade negociadora de qualquer instituição, seja ela pública ou privada.

Daí o cuidado com que o Itamaraty se comporta, buscando sempre um equilíbrio prudente entre a sua ação e a exposição pública de suas estratégias, assim como a modulação adequada para as suas exteriorizações. Isso não deve ser confundido com ineficácia, tibieza, despreparo, carência de estratégia ou incapacidade de reação. Podemos ter outros defeitos e limitações. Esses, seguramente, não os temos.

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL CORREIO
BRAZILIENSE EM 26 DE MARÇO DE 2001 - “DEZ ANOS DE MERCOSUL”.

Celebramos hoje o décimo aniversário de criação do Mercosul. A assinatura do Tratado de Assunção (1991), instrumento jurídico que fundou as bases do processo de integração, constitui marco de importante significado para os governos e as sociedades das partes contratantes, por representar relevante mudança no paradigma de funcionamento do sistema sub-regional e de inserção de nossos países no espectro mais amplo do cenário comercial internacional.

O lançamento do projeto integracionista por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai consubstancia o imperativo de superação da lógica então prevalente nos campos econômico e político, a saber, respectivamente, a pretensão autárquica marcada pelo modelo de substituição de importações e a “rationale” geopolítica de conformação de “áreas de influência” numa perspectiva de balança de poder nas relações entre Estados. Da interseção entre esses dois campos já nos falava, para recorrer à “lição dos clássicos”, Montesquieu - sobre a importância do *doux commerce* que arrefece o ímpeto dos preconceitos e promove a interdependência positiva entre as nações.

Os processos de integração econômica surgem como decorrência natural no marco das grandes transformações experimentadas no âmbito do Direito Internacional Público, conforme assinaladas por Wolfgang Friedmann. Do modelo derivado da lógica

da paz de Westphalia (1648), assentado na coexistência de Estados independentes e na plenitude das múltiplas soberanias, evolui-se para um quadro caracterizado por conjuntos de normas de mútua colaboração, assentados na aceitação de realidades de interdependência. As fronteiras, que antes separavam com clareza o “interno” e o “externo”, mostram-se em franco processo de transformação. Aproximam e não distanciam, tornando-se, cada vez mais, fronteiras de cooperação.

No caso do Mercosul, esse movimento vem associar-se à dinâmica peculiar de um novo sistema internacional inaugurado pela queda do Muro de Berlim e o término do conflito leste/oeste. A superveniência desse novo paradigma traduz-se na diluição de conflitos de concepção, entendidos pela heterogeneidade axiológica de distintas visões acerca da promoção do desenvolvimento e do bem-estar, para conflitos de interesse, consubstanciados na análise do potencial aproveitamento pelas forças produtivas de um país de uma determinada situação de mercado.

O projeto integracionista do Mercosul surge e se desenvolve a partir da tensão entre a noção da pertinência de estabelecimento de normas de mútua colaboração e da existência presente ou potencial de conflitos de interesse. É sintomático que o Tratado de Assunção, dessa forma, com o objetivo de constituição de um Mercado Comum em 31 de dezembro de 1994, estabelecesse mecanismos tanto de

criação de confiança (*confidence building*) - o consenso, a transparência — como de resolução de diferenças. Percebe-se, assim, na atuação das partes contratantes, o exercício combinado de uma função regulatória e, ao mesmo tempo, de uma intermediação de conflitos de interesses existentes ou passíveis de existir.

A intensa produção normativa que se segue (Protocolos Adicionais ao Tratado de Assunção, Decisões do Conselho do Mercado Comum, Resoluções do Grupo Mercado Comum e Diretrizes da Comissão de Comércio) nos anos subseqüentes sinaliza a consolidação e o aprofundamento desses vetores regulatório e mediador. No campo da elaboração de normas de mútua colaboração, pudemos presenciar a evolução de um período transitório de liberalização comercial, mediante progressiva desgravação tarifária no intercâmbio entre os Estados- partes, para o presente estágio de União Aduaneira, calcado no livre comércio intrazona e na existência de uma Tarifa Externa Comum, e já com elementos de um Mercado Comum, como exemplifica a regulamentação incidente sobre o setor de serviços. Procedeu-se, ademais, tendo em vista não ser o Mercosul somente um processo econômico-comercial, a uma intensa elaboração de normas nas áreas de Justiça, Educação, Saúde, Transportes, Comunicações, entre outras, no sentido de harmonizar ou unificar as legislações nacionais vigentes.

No campo da intermediação de conflitos de interesse, por sua vez, verificou-se a pertinência da manutenção dos instrumentos inicialmente adotados para esse fim, como o consenso intergovernamental - que fomenta a criação de um ordenamento jurídico coeso, em oposição às fórmulas à la carte, o que confere lastro e segurança às expectativas dos operadores econômicos - e a transparência,

traduzível nas notificações de incorporação de normas à Secretaria Administrativa do Mercosul e na disposição de oferecer consultas aos demais sócios em caso de necessidade de esclarecimento quanto à aplicação de leis em nível interno, o que garante a permanência de um exercício diplomático e negociador aberto, pouco propenso a escudar atitudes unilaterais que possam ser objeto de constrangimento. São, enfim, medidas de *confidence building* que mantêm a confiança mútua na interdependência.

Da mesma forma, os mecanismos de solução de controvérsias introduzidos pelo Protocolo de Brasília de 1991 e pelo Anexo ao Protocolo de Ouro Preto de 1994 vêm se somar à capacidade de os Estados-partes administrarem os conflitos inerentes à vida econômica. Uma vez que a existência de normas comuns não necessariamente garante uma compreensão compartilhada dessas pelos Estados, com base em discrepâncias na avaliação do alcance e da aplicação das normas, os instrumentos formais de resolução de diferenças apresentam-se como desestímulo à interpretação unilateral e à eventual imposição, não criteriosa, de represálias e retaliações comerciais.

É certo, no entanto, que o aprofundamento das normas de mútua colaboração, que se traduzem no objetivo último do Tratado de Assunção - a constituição de um Mercado Comum na região -, suscitará de maneira crescente a necessidade de mecanismos de intermediação mais acurados e efetivos. Discussões um dia prematuras, como a aplicabilidade direta das normas aprovadas pelo Mercosul, a criação de um sistema permanente e institucionalizado para a solução de controvérsias, com órgãos sistêmicos encarregados da elaboração de normas e de

sua aplicação pelos países-membros, tenderão a ganhar gradativamente maior projeção nos debates entre aqueles que pensam o processo de integração. São discussões que não dispensarão a análise pormenorizada e cuidadosa das implicações para os respectivos ordenamentos jurídicos nacionais e para a hoje autônoma capacidade decisória de nossos governantes.

Também no campo político, constitui o Mercosul fator importante de respaldo e de consolidação da vocação democrática de seus integrantes, conforme consagrado pela vigência e aplicação da cláusula democrática estabelecida pelo Protocolo de Ushuaia, de 1998.

Por essas razões, tenho dito que o Mercosul constitui destino para o Brasil e não uma opção. Parafraseando Ortega y Gasset, trata-se da circunstância do nosso eu diplomático. Aprofundá-lo é não apenas fazer da geografia nossa economia, buscando crescentes formas de integração física e comercial, mas, também, reafirmar as afinidades derivadas das culturas e das formas compartilhadas de conceber a vida democrática na sociedade.

Nesta data em que completa dez anos, o Mercosul se oferece como case de inestimável interesse, face às suas realizações passadas e aos seus futuros desafios, sobretudo como espaço para a construção consensual e a aplicação de normas jurídicas disciplinadoras de conflitos e promotoras de cooperação. Em nosso mundo pós-guerra fria, marcado pela predominância de uma leitura hobbesiana / maquiavélica da realidade internacional, o Mercosul constitui, assim, notável contraponto de expressão grociana de progresso, paz e sociabilidade entre as nações.



ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL DO BRASIL EM
26 DE MARÇO DE 2001 - “JK: DUALIDADE A SERVIÇO DO BRASIL”

A permanência de Juscelino Kubitschek no imaginário nacional continua a desafiar quantos analisam a política interna e externa do Brasil. Combinação feliz de virtú e fortuna, expressão de progresso e prestígio do país, a Era JK deixou uma marca profunda também entre os que estudam a diplomacia brasileira em busca de antecedentes que ajudem a melhor equacionar os desafios atuais da nossa inserção no mundo. Daí a atualidade de se voltar sempre à sua política externa, exemplo de simbiose produtiva entre uma política pública e a criativa diplomacia pessoal de um presidente.

As numerosas análises da política externa da Era JK permitem ter uma visão precisa de tudo o que Juscelino se propôs a realizar e efetivamente realizou. Um resumo dessas análises apontaria sucintamente que a Era JK foi em política externa um notável exemplo de como um governo, democrático com boa visão dos seus desafios é capaz de transformar necessidades internas em possibilidades externas. Juscelino soube identificar no desenvolvimento o interesse nacional, construir um consenso em torno dele, transformá-lo em um programa com feições claras de política pública e precisar os instrumentos que seria preciso pôr em ação para alcançá-lo, entre eles a política externa.

Esse caráter instrumental da política externa em relação ao Programa de Metas ficaria patente já na viagem que Juscelino realizou ao exterior como presidente-eleito, com a idéia clara de fazer o marketing do seu programa de governo voltado para o aprofundamento do desenvolvimento industrial e da infra-estrutura do país, mostrando aos potenciais parceiros internacionais do projeto que o novo Presidente brasileiro tinha não apenas legitimidade para governar mas criatividade dentro das margens relativamente estreitas que as próprias circunstâncias do país lhe impunham.

Juscelino soube, pois, usar o externo para impulsionar o interno - da política de mobilização dos grandes investidores à criação de uma via atrativa internacional que cercou sua, meta-síntese, a construção de Brasília. Esta, que foi o caminho da interiorização do país, beneficiou-se das expressões de apoio de ilustres visitantes estrangeiros cuidadosamente ciceroneados pelo próprio Juscelino quando em visita ao Brasil. Malraux qualificou Brasília, em 1959, a capital da esperança, palavra que exprime o que JK com excepcional imaginação soube infundir na sociedade brasileira. Valeu-se para isso, inclusive, do avião, que ajudou a marcar sua presença em todo o território nacional, e da televisão, que deu ampla visibilidade às suas iniciativas.

Mas Juscelino soube também como ninguém usar o interno para servir de plataforma para projetar a imagem externa do Brasil - uma imagem de amamismo, democracia e liberdade que se traduziriam naquilo que foi por muito tempo a marca registrada do país - a originalidade da bossa nova, do cinema novo, da arquitetura de Nierneyer e Lúcio Costa, e da poesia concreta.

São várias as razões que a meu ver explicam a permanência histórica da diplomacia de Juscelino. Encontramos em parte dessas razões nas várias dualidades que marcam a sua personalidade e caracterizam a sua presidência. Primeiro, uma dualidade entre o seu cosmopolitismo e o seu localismo. Juscelino foi, sem qualquer tensão ou complexo, um homem cosmopolita, que conhecia o mundo exterior e, tendo ele próprio estudado fora, compreendia sua importância para o progresso do Brasil. Mas foi também um homem medularmente brasileiro e mineiro, com a sensibilidade humana e política que lhe deu lugar tão especial na memória política do país.

Segundo, uma dualidade entre seu internacionalismo, que nada tinha do “entreuismo” contra o qual se esgrimiu um setor da opinião brasileira nos anos que precederam sua posse, e seu nacionalismo, que nada tinha de xenófobo. Juscelino teve a felicidade de ver no desenvolvimento a síntese dinâmica entre esses “dois opostos”, que tanto dano podem causar se seus embates permanecem em um campo puramente ideológico, sem que seja dado um bom encaminhamento à solução dos problemas reais do país. Em JK, a dialética entre os dois nunca foi uma tensão. Traduziu-se num “nacionalismo de fins”. Esse foi a fonte inspiradora de uma política externa que buscou abrir os canais diplomáticos com os países desenvolvidos, sem contudo

esquecer a dimensão de defesa do interesse nacional através de uma reivindicação vocal de cooperação construtiva, como um ingrediente indispensável de uma apropriada ordem mundial. Dela é um paradigma completo a Operação Panamericana (OPA), meta-síntese da ativa diplomacia presidencial de JK, que foi, como lembra Sérgio Danese, uma diplomacia de iniciativas.

Terceiro, unia dualidade entre continuidade e mudança, que assegurou à diplomacia brasileira, depois dos anos tensos e densos do segundo Governo Vargas, a capacidade de fazer os ajustes necessários. Para permitir a exploração do relativo afrouxamento de tensões internacionais e da própria guerra fria depois da morte de Stalin e fim da Guerra da Coreia (1953), da primeira cúpula soviético-americana de Genebra (1954), da Conferência de Bandung (1955) e das crises de Suez e da Hungria (1956).

Foi a consciência desse relativo espaço de manobra no cenário internacional e regional que permitiu ao Governo JK tomar a iniciativa da OPA e mostrar ao país e à região uma nova forma de ver as relações hemisféricas e a cooperação para o desenvolvimento. A OPA inovou ao explorar janelas de oportunidade política abertas com a combinação entre diminuição de tensões mundiais e incremento de tensões hemisféricas, expressas no desastroso périplo latino-americano de então Vice-Presidente Nixon. Ela teve a dimensão simbólica de colocar inequivocamente a diplomacia brasileira a serviço do desenvolvimento de forma convergente com o sentido de direção que norteou a presidência de JK (“50 anos em 5”). Nesse plano, ela deve muito à intuição de um de seus grandes inspiradores, Augusto Frederico Schmidt. Mas foi o Itamaraty em especial que, na gestão de Horácio Lafer,

ajudou a transformar a OPA, na avaliação de Gerson Moura, de um diagnóstico dos problemas do subdesenvolvimento em propostas específicas de políticas internacionais em prol do desenvolvimento. Com efeito, a OPA teve uma dimensão técnica voltada para o aprofundamento - da visão multilateral dos problemas econômicos do desenvolvimento, como o da mobilização de recursos para o seu financiamento. Daí a importância, nesse contexto, da criação do BID Banco Interamericano de Desenvolvimento, que teve na OPA uma de suas principais bases de materialização.

Finalmente, uma dualidade entre planejamento e intuição, que permitiu a combinação feliz entre a argúcia criativa do ser política que era Juscelino e a disponibilidade de uma grande máquina diplomática preparada, depois de devidamente motivada, a dar seguimento às iniciativas. A intuição levou JK a retomar, com o apoio substantivo e logístico do Itamarati, a antiga prática das viagens de presidente-eleito que Campos Salles inaugurara em 1897 com o objetivo de antecipar no campo externo, com a autoridade de quem acaba de ser eleito, providências que seriam necessárias para deslanchar sua própria administração. Se o presidente, inspirado por Schmidt, teve a sensibilidade para lançar a OPA, foi o Itamarati que ajudou a dar sustentação de longo prazo à iniciativa, mobilizando as energias diplomáticas do país. Foram essas energias que se traduziram depois numa diplomacia econômica ativa voltada para lidar de forma mais abrangente com o problema do subdesenvolvimento. E o que se verifica, no início dos anos 60, com o Acordo Internacional do Café e a criação da UNCTAD, que muito devem às iniciativas do Itamarati. Foram essas mesmas energias

que permitiram, num contexto internacional mais permissivo, ampliar o escopo da OPA do subsistema interamericano para o sistema internacional. Nesse sentido, pode-se dizer que a política externa independente de Jânio e Jango foi uma universalização da OPA.

Hoje, passados 40 anos do final da Era JK, essa política externa deixa como legado a inspiração da sua brasilidade, ao combinar, com serenidade e força vital, dualidades que tanto desafiam o país no cumprimento do seu destino. Graças, à forma feliz com que as combinou, a política externa de JK pode ser considerada o primeiro grande impulso do Brasil para participar, com vantagens, da incipiente globalização dos anos 50, que se acentuaria nos anos seguintes, nem sempre, infelizmente, com resultados obtidos naqueles anos de ouro que prenunciavam o Brasil de hoje.

E por tudo isso que celebramos com tanta convicção seu centenário. JK foi um homem de visão que soube se cercar de colaboradores de temperamento sistemático, que lhe permitiram levar adiante muitas das idéias produzidas por sua fértil imaginação. Ao comentar o espírito da civilização mineradora que Juscelino, como filho de Diamantina, representava, Afonso Arinos afirmou, em 1977, que a cidade natal de JK era uma “ilha de loucura no pretense oceano de bom senso das Minas Gerais”. Valendo-se dessa herança, Juscelino soube jogar com a inspiração visionária, que o impulsionava a transformar o país, temperando-a com a cautela realista que o aconselhava a dosar as mudanças aos limites do viável. Assim, ao observarmos hoje com perspectiva histórica a freqüente dualidade que marca suas ações e realizações, toma-se mais nítida a imagem de JK na memória nacional como um visionário de bom senso.



ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO
EM 19 DE ABRIL DE 2001 - “O ALEGADO EXPURGO NO ITAMARATY”

“O Itamaraty deve buscar defender os interesses nacionais de forma coerente e convincente junto a seus interlocutores”

Em editorial do dia 13 de abril, a Folha afirmou ter o “comando do serviço diplomático brasileiro” dado “curso a uma depuração ideológica ao expelir da direção do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães”.

Vivêssemos em outra época, não-democrática, tanto o ato administrativo em questão -isso é, a exoneração (e não a demissão) de um funcionário de cargo de confiança e de direção- quanto a crítica apresentada pelo referido editorial poderiam passar sem explicação ou resposta. Minha convicção pessoal, porém, de que, em um sistema democrático, os atos públicos devem ser transparentes leva-me a tratar, neste artigo, da decisão administrativa tomada e, mais uma vez, da questão das negociações da Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

Em meu discurso de posse, salientei a importância que atribuo ao permanente diálogo, em um governo democrático, do Itamaraty com a sociedade. A opinião pública deve constantemente ser ouvida como elemento indispensável para a sustentabilidade da política externa. Não preciso ser convencido dessa necessidade de diálogo em uma sociedade pluralista como

a nossa. Minha vida e meus escritos são testemunhas dessa convicção.

Como qualquer chancelaria séria, o Itamaraty deve buscar defender os interesses nacionais de forma coerente e convincente junto a seus interlocutores. Por estarem investidos da representação do país para a negociação de acordos e a defesa dos interesses nacionais, os funcionários da carreira diplomática estão sujeitos a determinadas normas de conduta profissional e pessoal, como em todos os ministérios do Exterior. Se um diplomata brasileiro, ainda que alegando estar expressando opiniões pessoais, manifestar de maneira pública a sua oposição à política exterior, causará descrédito do país junto a nossos interlocutores no que toca o tema em negociação. Ele poderia afetar os interesses nacionais.

A diplomacia é feita de atos que são, em grande medida, declarações sobre os temas que formam a agenda exterior do país. Na política externa, falar é agir. Montar uma estratégia de condução da política externa em um determinado tema envolve a capacidade de planejar, organizar e dosar as manifestações públicas dos que ocupam posições-chaves na diplomacia.

O êxito ou o fracasso de uma estratégia pode ser determinado, às vezes, por uma afirmação desmedida, por declarações públicas inconvenientes, por uma precipitação

ou por uma demora excessiva na manifestação de certas posições. Não faltam exemplos na história.

Dos diplomatas, espera-se que subordinem as suas manifestações públicas sobre temas de política externa às circunstâncias impostas pela condução desta, muito especialmente quando eles tratam de assuntos que se encontram em negociação. Isso não significa que os diplomatas percam o direito de se manifestar como cidadãos. Esse é um direito inalienável e garantido no Brasil pela Constituição. Em cláusula pétrea.

Se considerarem que não podem deixar de manifestar publicamente, como cidadãos, uma opinião contrária a determinado aspecto da política externa do país, devem admitir que, pelo menos no tema em questão, não podem fazer parte de uma equipe coordenada.

Tomemos diretamente o caso da negociação da Alca, iniciada no final do governo do presidente Itamar Franco e cujos resultados finais somente estarão claros em 2005, quando um outro governo terá tido a oportunidade de participar ativamente do processo negociador. Assegurar esse prazo foi, aliás, a tarefa a que me dediquei, desde que assumi, em viagens e tratativas com outros países. O presidente Fernando Henrique traçou a nossa linha de atuação com relação à negociação da Alca.

Não queremos uma Alca qualquer. Se a Alca vier a propiciar um aumento de nossas exportações pela eliminação de barreiras que hoje as impedem ou dificultam e se preservar as condições de competitividade da produção nacional de bens e serviços, será positiva e bem-vinda. Caso contrário, poderemos não participar dela. Até lá, defenderemos nossas posições e os interesses nacionais de forma firme, coerente, construtiva e com boa-fé junto aos nossos interlocutores.

Sou o primeiro a reconhecer não haver ainda um consenso no Brasil sobre a Alca. Nem poderia ser de outra forma, mesmo porque não se conhecem ainda os seus contornos precisos nem está definido o seu equilíbrio negocial. Poderíamos adotar posições protelatórias ou simplesmente nos recusar a participar do processo negociador. Se o fizéssemos, porém, estaríamos prejudgando o resultado de uma negociação que apenas começou e que, se bem conduzida, poderá ensejar importantes oportunidades de acesso a mercados. Um alheamento ou uma atitude de recusa ensejaria o risco de que outros países da região levassem adiante processos bilaterais ou plurilaterais excludentes do Brasil, que perderia, “*ipso facto*”, mercados para os seus produtos e serviços.

A Alca é uma parte importante de um processo de negociação comercial, mas não o único em que nos encontramos engajados. Estamos simultaneamente atuando em diferentes níveis: o aprofundamento do Mercosul, a sua articulação com a Comunidade Andina, a formação de uma zona de livre comércio com a União Européia e as perspectivas de uma nova rodada global da Organização Mundial do Comércio. Em todos esses planos estão em jogo interesses concretos para o comércio exterior brasileiro, ligados à nossa inserção competitiva num mundo que não comporta isolamento autárquico. Isso obviamente exige coordenação e coerência por parte de nossos negociadores.

Examinemos agora a exoneração em questão e a sua relação com a Alca. Cabe ao Itamaraty a liderança dessa delicada e complexa negociação. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães exercia o cargo de diretor do Ipri (Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais), órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores

e que é uma importante conexão do Itamaraty com a sociedade. Conversei com o embaixador Pinheiro Guimarães antes de tomar a decisão de exonerá-lo do cargo de confiança e de direção que ocupava. Ele me confirmou, então, as suas inequívocas convicções contrárias à Alca. Esse pensamento foi, aliás, reiterado em entrevista concedida à Folha (14/04).

Respeito os pontos de vista do embaixador. E não apenas por acreditar que, numa democracia, devemos respeitar, ouvir e considerar os pontos de vista contrários. Partilho da idéia de que a liberdade de expressão, o debate e o confronto de idéias são inerentes à sociedade democrática e participativa. Se decidi substituí-lo foi porque julguei necessário colocar à frente do Ipri alguém que pudesse dispor das necessárias isenção e objetividade para promover -e não constranger- um verdadeiro diálogo com a sociedade. Procedi assim, também, para não dar a nossos interlocutores na negociação sinais contraditórios sobre a política brasileira.

De resto, nada mais fiz do que exercer a orientação, a coordenação e a supervisão dos órgãos e entidades da área de minha competência, como determina a Constituição (art. 87, parágrafo único). O ato que pratiquei -e pelo qual assumo plena responsabilidade- é normal e rotineiro em qualquer organização pública ou privada. Isso se dá por ser comprometedor e funcionalmente imprópria a presença de alguém que, exercendo cargo de confiança, se manifeste publicamente contrário ao modo de conduzir as atividades da mesma organização. Se eu tivesse conservado o embaixador Guimarães em um cargo de confiança e direção, teria -numa analogia com o futebol- mantido no time um jogador que vem expressando uma opinião contrária não apenas à tática, mas à própria realização do jogo, por afirmar que certamente o perderia.

O que está em questão nesse caso não são, portanto, as opiniões do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que são respeitáveis. Nem está em jogo o seu direito de cidadão de expressá-las no espaço público. O que está em jogo é, única e exclusivamente, a possibilidade de o Itamaraty conduzir um processo de negociação tão complexo e tão importante como o da Alca se cada diplomata decidir se expressar publicamente sobre o assunto sem uma coordenação e sem a preocupação de ser parte de uma equipe.

A exoneração não tem, assim, relação com o seu direito de ter e expressar opiniões contrárias às minhas, às do Itamaraty ou às do governo. Não somos um país que pretende ou deseja uniformidade de opiniões na sociedade. A Constituição Federal garante-nos o direito de livre expressão e nos concede a liberdade de escolher partidos políticos e outras afiliações, religião e profissão. Cabe a nós arcar com os respectivos direitos e com as respectivas obrigações.

Em uma situação do tipo dessa que estamos analisando não há como diferenciar a representação pública da capacidade do cidadão. Uma e outra se interpenetram. Kant, cuja reflexão permeia o pensamento de Hannah Arendt e de Norberto Bobbio, no seu luminoso texto “O que é a ilustração?”, faz uma distinção entre o uso público e o uso privado da razão. Disse que o uso privado é aquele que o douto pode fazer de sua razão no âmbito de cargo ou de função pública a ele confiado. Concluiu que, em muitas profissões que se exercem no interesse da comunidade - como é o caso da diplomacia, observo eu, pelos motivos que expliquei neste artigo -, são necessários mecanismos que assegurem a contenção do comportamento, a contenção necessária para não comprometer as finalidades públicas.



ARTIGO DO EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES,
EX-DIRETOR DO INSTITUTO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IPRI)
DO ITAMARATY, PUBLICADO NO JORNAL DO BRASIL EM
20 DE ABRIL DE 2001 - “ALCA, O CONTROLE NEOLIBERAL”

As negociações da Alca são muito mais amplas do que as de formação de uma área de livre comércio tradicional. Seus efeitos poderão ser muito mais profundos do que a mera ampliação do comércio de bens e serviços. Assim, as estimativas que vêm sendo apresentadas de quanto aumentariam as exportações brasileiras, e que setores e empresas se beneficiariam com a derrubada de barreiras tarifárias e não-tarifárias nos Estados Unidos e nas Américas, discutem apenas a questão mais superficial dessa iniciativa estratégica dos Estados Unidos, a Hiperpotência, e ocultam suas principais conseqüências.

A principal conseqüência da Alca será a radical limitação e até mesmo eliminação, por tratado internacional de que participará a maior potência do mundo, da capacidade soberana do Estado brasileiro de articular, estimular e promover, através de políticas comerciais, industriais, tecnológicas, agrícolas e de emprego, o desenvolvimento econômico, como tal entendidos a acumulação de capital; a diversificação e integração do parque produtivo; o aumento da produtividade e o emprego da mão-de-obra; a redução gradual das disparidades, inclusive regionais, e da vulnerabilidade externa.

O corolário desse processo de redução negociada da soberania será, como é natural, a diminuição da possibilidade do Brasil promover e defender seus interesses de toda ordem, inclusive políticos e estratégicos, na dinâmica de um mundo multipolar que está emergindo, com a progressiva formação do Estado europeu, a emergência econômica e política da China, futuro maior PIB do planeta, e, em um segundo plano, o Japão, a Rússia e a Índia. Esse mundo multipolar será, como tudo indica, violento, arbitrário e concentrador de riqueza, poder e conhecimento.

O Brasil, por suas características de extenso território, grande população, recursos naturais abundantes, nível de desenvolvimento industrial, capacidade tecnológica, unidade de idioma, ausência de agudos conflitos religiosos e étnicos, reúne condições mais do que suficientes, mesmo quando comparado àqueles países, para participar desse processo de forma autônoma, caso não se deixe incorporar a nenhuma das esferas de influência que se organizam, levado pelas sereias ideológicas do panamericanismo, do “livre” comércio e da integração.

A Alca tem como seu objetivo central criar um conjunto de regras, que, limitando a capacidade de formular e executar política

econômica, incorpora de forma assimétrica e subordinada a economia brasileira ao território econômico (e ao sistema político) norte-americano. Somente remotamente tem ela a ver, na concepção estratégica americana, com os micro, mini, pequenos e médios Estados das Américas.

Depois da Alca, o Brasil não mais poderá exercer políticas capazes de atrair e disciplinar os investimentos estrangeiros, de forma a ampliar a capacidade instalada, estimular a criação e integração das cadeias produtivas, promover a transferência efetiva de tecnologia, e o fortalecimento do capital nacional. As mega-empresas multinacionais poderão vir a adquirir, no espírito do esdrúxulo projeto de Acordo Multilateral de Investimentos, um poder superior ao dos Estados nacionais,

Depois da Alca, o Brasil não mais poderá exercer políticas comerciais, industriais e tecnológicas efetivas, capazes de criar novas vantagens comparativas dinâmicas pelo estímulo ao surgimento de empresas, pois não terá mais nenhuma possibilidade de proteger tais empresas da competição avassaladora das mega-empresas já existentes nesses setores, pois não terá mais tarifas e barreiras não

tarifárias, em especial e provavelmente em setores de tecnologia mais avançada.

Depois da Alca, o Brasil não mais poderá utilizar o poder de compra do Estado para fortalecer a empresa nacional, desenvolver novas tecnologias, aumentar sua escala de produção e ter empresas capazes de disputar mercados no exterior, em qualquer região do mundo, por não estarem vinculadas aos esquemas de divisão de mercados praticados pelas multinacionais.

Depois da Alca, o Brasil se tornará ainda mais indefeso diante do poder, agora acrescido, dos detentores de tecnologia e não disporá mais dos investimentos necessários para combater os abusos decorrentes do uso anti-social de patentes, como o caso das patentes farmacêuticas revelou de forma escandalosa.

Depois da Alca, não haverá, para todos os fins práticos, mais Brasil, como possibilidade e visão de construção de uma sociedade mais democrática, mais justa, menos desigual, mais próspera, de acordo com os traços nacionais e culturais que a duras penas os brasileiros vinham construindo ao longo de séculos, contra a crua opressão colonial e, hoje, o sofisticado controle neocolonial.

ARTIGO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
MARCO MACIEL, PUBLICADO NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO EM
24 DE ABRIL DE 2001 - “GLOBALIZAÇÃO E LATINIDADE”

Como disse Jorge Amado: “Sou brasileiro puro-sangue... uma mistura de português, negro, índio, italiano, alemão e árabe”

Os meios tecnológicos e econômicos, nestes tempos de globalização, tornam possível a difusão de preferências de valores culturais, padrões políticos, liames sociais e interesses econômicos. Levada ao extremo, a mundialização pode induzir à uniformização de hábitos e de preferências, privilegiando os países que se sobressaem na estrutura de poder internacional.

É fundamental, pois, que se tenha presente a necessidade de resguardar as características básicas que marcam a nossa civilização e a identidade de nações. Daí a importância de manter viva a “latinidade”, isso é, preservar a herança latina para evidenciar que globalização, identidade e memória não devem necessariamente se contrapor.

A cultura latina tem como uma de suas principais características a pluralidade. Roma aceitou a diversidade cultural dos povos que integravam o seu império. Fazia isso para ver o seu poderio aceito sem contestação. O cidadão romano era sujeito a direitos e a deveres, não importando qual a sua origem étnica, o seu credo ou a sua forma de vestir. A isso, aliás, refere-se Sérgio Paulo Rouanet, no artigo “Por Uma Latinidade Aberta”, ao observar, com propriedade, que a vastidão do Império

Romano imbuíu a latinidade das noções de pluralismo e de diversidade cultural. O autor recorda o episódio da prisão de Paulo de Tarso -São Paulo-, que recebeu dos magistrados em Roma tratamento condigno à sua condição de cidadão.

À predisposição natural para a diversidade, soma-se, no caso do Brasil, o caráter também pluralista da formação lusitana pré e pós-românica. Gilberto Freyre, ao estudar as características da colonização portuguesa, identifica no colonizador um viés já profundamente mesclado. A esses povos se juntaram, mais tarde, os judeus e, principalmente, os mouros, que traziam também raízes multirraciais e culturais africanas. Por isso, na latinidade que o Brasil herdou de Portugal, a pluralidade já veio reforçada, no mesmo sentido, por outros componentes culturais, que a enriqueceram.

A latinidade se tropicalizaria, como também observou Darcy Ribeiro, recebendo componentes culturais indígenas-personalizados, sobretudo, nos “brasilíndios”- e africanas. O caso do Brasil é particularmente relevante, pois fomos, por força da história, beneficiados pela presença africana, que viria reforçar o caráter nacional com a contribuição de diferentes culturas.

Num universo menos propenso à tolerância da diversidade, a incorporação da componente “tropical” requereria um processo histórico

necessariamente mais alongado. A latinidade de nossa origem facilitou a absorção mais rápida das novas influências, abrindo-nos uma perspectiva mais dilatada dos trópicos.

A abertura às influências externas e a aceitação do convívio com diferenças continuaram presentes em nossas características nacionais. O forte caráter plural de sua latinidade permitiria ao Brasil, a partir do século 19, a incorporação do modo de ser de todos os contingentes de imigrantes que aqui aportaram. De tal sorte esse processo se generalizou que o brasileiro pode dizer, como Jorge Amado: “Sou brasileiro puro-sangue... uma mistura de português, de negro, de índio, de italiano e, possivelmente, em medida igual, de alemão e de árabe”. Explica-se, assim, a afirmação de Carlos Fuentes: “Os brasileiros podem comemorar que formam uma grande nação latina, mestiça”.

A cultura latina continua, ao longo dos séculos, a marcar o mundo, especialmente a civilização ocidental, na França, na Itália, na Espanha, em Portugal e no Brasil, seja nas artes, nas letras, nas ciências, na filosofia ou na política. O projeto Vozes da Latinidade, que está sendo desenvolvido sob a liderança do professor Cândido Mendes de Almeida, é um bom exemplo da recorrência dessa herança. O Mercosul, por sinalizar a união em torno da inserção internacional de seus integrantes, tem na latinidade significativo reforço a cimentar esse projeto de união, que deverá se abrir, no médio prazo, para toda a América do Sul.

Aprofundá-lo será consolidar nossa força como mercado próprio e reforçar a participação no cenário global. Nesse processo, a integração também terá forte impacto na divulgação de nossos valores culturais latinos comuns. Passo relevante nesse rumo é a difusão do idioma português entre nossos vizinhos e do espanhol, no Brasil.

ARTIGO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NA PUBLICAÇÃO
CARTA INTERNACIONAL EM 1 DE JUNHO DE 2001 – “A AGENDA
ECONÔMICO-COMERCIAL E REFORMAS NO ITAMARATY”

Não seria necessário um recuo muito longo - nem mesmo o espaço de tempo de uma geração de diplomatas - para que se tenha uma idéia de como vem se ampliando a agenda econômico-comercial do Itamaraty.

Ainda em 1990, simplesmente não existiam o Mercosul, a ALCA ou as negociações Mercosul-União Européia. Não havia o objetivo da integração sul-americana. Não existia a CMC como tal, Além das questões bilaterais específicas, a agenda econômico-comercial de então tinha seus pontos fortes na integração bilateral com a Argentina e nas negociações comerciais multilaterais da Rodada Uruguai do GATT.

A ampliação incessante da agenda nos anos noventa exigiu sempre do Itamaraty um esforço permanente de atualização e de renovação, para que o Ministério pudesse desempenhar suas funções de coordenação interna e de negociação externa dos interesses econômico-comerciais do Brasil. No início dos anos noventa, foi criado um departamento específico para o acompanhamento dos temas do Mercosul e da integração latino-americana. Após a Cúpula de Miami, em dezembro de 1994, criou-se também um núcleo específico para as negociações da ALCA.

Esses poucos exemplos ilustram a percepção de que o Itamaraty sempre esteve atento à evolução de suas responsabilidades.

O Ministério tem a mais plena consciência de que a agenda de negociações econômico-comerciais envolve assuntos de importância fundamental para o desenvolvimento do país.

Desde o momento em que assumiu o Itamaraty, em janeiro de 2001, o Ministro Celso Lafer deparou-se com circunstâncias que ilustravam de forma particularmente viva o crescimento dos desafios a serem enfrentados pelo Itamaraty: o Mercosul vem passando por momentos difíceis, seguramente os mais difíceis desde sua criação em 1991; às vésperas da Cúpula de Québec, diferentes países do hemisfério vinham buscando adiantar o cronograma da negociação da ALCA, com o propósito de aprovar compromisso para sua conclusão em 2003; estávamos diante do desafio de preparar o Mercosul para o início de negociações tarifárias com a União Européia, previstas para ter início agora em julho de 2001; na OMC, tínhamos o contencioso com o Canadá (Embraer-Bombardier), ao qual veio depois se acrescentar a crise nas relações bilaterais provocada pelo embargo canadense às importações de carne brasileira. Todas essas questões, entre outras, põem o Itamaraty e a agenda econômica externa no foco das atenções da opinião pública, e exigem respostas rápidas e eficazes do Ministério.

Diante dessas circunstâncias, decidiu o Ministro Celso Lafer dar um novo passo

na seqüência de iniciativas com vistas a adaptar o Itamaraty às novas exigências. A Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (SGIE) está sendo reformulada, com a criação de duas novas Coordenações-Gerais, uma para a ALCA e outra para contenciosos comerciais. A criação da coordenação-geral para contenciosos deve-se à importância de um acompanhamento específico e com maior grau de especialização nas questões por assim dizer “judiciais” (os chamados “panels”) em que o país se encontra envolvido não só no contexto da OMC, mas também no âmbito dos mecanismos de solução de controvérsias do Mercosul. Em razão dessas mudanças, aquela Subsecretaria-Geral - que está desde 1998 a cargo da negociação do Brasil na ALCA - poderá dispor de uma base de apoio mais especializada e melhor aparelhada para dedicar-se ao projeto de livre comércio hemisférico.

Do ponto de vista de nossa atuação no Mercosul, as funções do Representante Pessoal do Presidente da República para Assuntos do Mercosul serão igualmente reforçadas. O Representante Pessoal concentrará sob suas atribuições todas as negociações externas do Mercosul como tal, inclusive com a União Européia. Já o Departamento de Integração Latino-Americana passa a ser diretamente subordinado ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. A relevância central do Mercosul para a política externa brasileira justifica plenamente esta alteração.

Outra importante medida determinada pelo Ministro Celso Lafer diz respeito a uma mudança de grande alcance na cultura de trabalho do Itamaraty. Ao invés de trabalhar apenas com linhas verticais de comando e de distribuição

de competências, como tradicionalmente sempre foi feito, o Ministério está adotando formas de organização matriciais. Assim, os funcionários diplomáticos que se ocupam de temas específicos - como, por exemplo, propriedade intelectual, defesa comercial e acesso a mercados, entre outros - passarão a responder por esses temas nas várias frentes de negociação comercial. Supera-se, com isso, um modo de trabalho compartimentalizado e, sobretudo, se evita duplicação de esforços, em que funcionários diferentes, porque pertenciam a setores responsáveis por frentes negociadoras diversas, acabavam ocupando-se dos mesmos temas específicos.

Sempre no intuito de fortalecer a área econômico-comercial e de nos preparar para continuar a conduzir de forma adequada as negociações comerciais em curso, a mais recente turma de formandos do Instituto Rio Branco, após um curso específico e períodos de treinamento em Bruxelas e Genebra, foi inteiramente lotada na área econômica, algo inédito na história do Ministério.

Todas estas medidas são fruto da disposição permanente do Ministério das Relações Exteriores para renovar-se e estar preparado para os novos desafios que vão surgindo na agenda externa do país. Trata-se de um processo contínuo, em que as percepções e opiniões da sociedade civil devem ser recebidas como uma contribuição cada vez mais determinante para a atuação da diplomacia brasileira. Na área econômico-comercial, em particular, o Itamaraty implementou as recentes reformas com o objetivo precípuo de estar melhor capacitado a responder à diversificação e complexidade do comércio internacional. Esta era uma demanda da comunidade empresarial brasileira da qual não podíamos nos furtar.

ARTIGO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PUBLICADO NO
JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO EM 19 DE JUNHO DE 2001
“O MERCOSUL E O TESTE DE RORSCHACH”

Em 1921, o psiquiatra suíço Hermann Rorschach desenvolveu um teste para analisar traços de personalidade e pensamentos inconscientes. Os pacientes são convidados a examinar uma série de cartões com manchas de tinta e a descrever o que vêem em cada uma delas. O teste baseia-se no fenômeno conhecido como “projeção”, um processo mental descrito por Freud como a tendência a atribuir a outrem sentimentos pessoais difíceis de reconhecer em si mesmo.

Ultimamente, tenho-me lembrado de Rorschach a propósito do Mercosul. Os desencontros entre os sócios têm sido tão intensos e as críticas tão, disparatadas que parecemos não estar falando do mesmo projeto. O que se ouve é uma cantilena de recriminações recíprocas, cobranças e aspersão de responsabilidades. Não estamos enxergando as mesmas coisas na mesma mancha.

Algo há por aí nas profundezas de nossas almas nacionais a demandar análise psicológica. O Mercosul não é a causa de nossos problemas atuais. Pode e deve ser, na realidade, parte de sua solução. O Mercosul agrega valor aos sócios, habilitando-os a enfrentar com maior peso relativo as difíceis negociações comerciais regionais, inter-regionais e globais que compõem a agenda internacional da atualidade. Todos se

beneficiaram eqüitativamente do processo. Por que, então, de repente, nos voltáremos contra ele? Por que se crêem alguns capazes de encontrar fora do Mercosul, numa hipotética relação assimétrica com os grandes deste mundo - que, de verdade, nunca nos favoreceu -, soluções para os males episódicos que nos afligem? Só pode ser por alguma estranha razão inconsciente. Rorschach - ou Freud - talvez nos pudessem explicar!

A razão consciente indica que deveríamos estar cuidando de reforçar o Mercosul. O que não parece possível é continuar perdendo consistência interna e credibilidade externa. É hora de parar para refletir.

Pode parecer paradoxal, mas uma das causas principais da atual crise do Mercosul decorre do seu próprio êxito. O crescimento exponencial do comércio intrazona nos anos 1990 nos deu a todos a ilusão do sucesso. Acreditamos, ainda uma vez, como bons latino-americanos que somos, que a vida é sonho e que a realidade é mágica. Esquecemo-nos de que sem políticas setoriais conjuntas, sem reconversão de setores improdutivos, sem o aproveitamento eqüitativo das vantagens comparativas de cada um não haveria jamais integração.

E o resultado está à vista. Vastas áreas de redundância subsistem entre os sistemas produtivos e comerciais de nossos países. Em

cada um, permanecem acesas as demandas de proteção aos setores que não se adaptaram à competição externa. Em todos viceja uma difusa impressão de que o Mercosul se tornou etéreo e descartável.

Chegamos a este ponto e agora vemos que nos falta a rede de segurança que a integração teria proporcionado aos governos e aos agentes econômicos dos sócios. O que fazer diante de tão complexa situação?

Uma hipótese seria a de agir como se não houvesse nada de mais. Seria, talvez, a solução mais fácil, mas certamente a mais letal. O Mercosul declinará inexoravelmente e, cedo ou tarde, iria juntar-se ao relicário virtual onde repousam todas as antigas utopias latino-americanas.

Não é isso o que se deseja. Pelo menos o governo e a grande maioria dos brasileiros acreditam que o Mercosul é chave para a organização do espaço sul-americano e para a inserção competitiva de nossos países num mundo ainda oscilante entre a globalização e a regionalização. Desmanchar o Mercosul ou retroceder para uma simples área de livre comércio significaria condená-lo à irrelevância, tornar inviáveis as negociações inter-institucionais com a União Européia, e conduzir à sua eventual dissolução na Alca. Só há, portanto, um caminho: rededicarmos plenamente à razão de ser do Mercosul, à visão que o engendrou como um projeto estratégico de natureza política e econômica. Em outras palavras: promover a integração profunda entre os sócios.

Integração gera crescimento, gera escalas de produção e de consumo, gera plataformas eficientes de exportação; integração, em suma, cria confiança, solidez, capacidade de resistência a crises. O comércio virá junto,

como num arrastão. Há tempo. Mas não muito. Os desafios da Alca, da negociação com a União Européia e de uma futura rodada global no âmbito da OMC estão à porta.

Podemos, cada qual, tentar a sorte individualmente nesses complexos exercícios, em que estão em jogo desde já as nossas próprias perspectivas de desenvolvimento futuro. Por suas dimensões, o Brasil, em princípio, estaria proporcionalmente mais apto do que os demais sócios a deixar-se seduzir pela tentação da aposta individual. Mas ainda assim preferimos a opção da integração. Valem mais reunidos do que divididos.

Por isso é importante que na próxima reunião de cúpula de Assunção, quando comemoraremos dez anos de existência do Mercosul, nos redediquemos a fortalecê-lo em sua essência mais profunda. O Brasil comparecerá a Assunção imbuído deste espírito e proporá a seus parceiros uma estratégia a ser desenvolvida em três dimensões simultâneas:

Uma reafirmação inequívoca da inteireza do projeto do Mercosul enquanto uma união aduaneira instrumentada por uma tarifa externa comum; uma aceleração dos tempos, dos instrumentos de política e das instituições que darão sustentação à meta de integração profunda representada pelo mercado comum; e uma negociação pragmática dos problemas concretos de competitividade e de assimetrias com que nos defrontamos atualmente.

São objetivos articulados entre si e indissociáveis. Persegui-los solidariamente é a única maneira de revigorar o Mercosul e recomprometê-lo com as suas origens. Se formos capazes de ver o mesmo Mercosul na mesma mancha de tinta de Rorschach, passaremos no teste. Se não, seremos reprovados e pagaremos caro.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, CONCEDIDA AO JORNAL VALOR ECONÔMICO EM 12 DE JANEIRO DE 2001

“É ao Mercosul que o Chile acabará se integrando gradualmente. Estamos tranquilos sobre isso.” Sergio Leo, de Brasília.

Mesmo com a publicação, hoje, do decreto de exoneração do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, ele não se afastará da questão mais quente atualmente para a diplomacia brasileira: sai do Itamaraty e assume uma cadeira no Conselho de Administração da Embraer – empresa que disputa com a canadense Bombardier o mercado de aviões para companhia regionais. Ele será o representante do governo na companhia, na qual a União detém 17% das ações e uma “golden share” (ação de classe especial) que permite influir nas decisões da ex-estatal.

Papéis e objetos arrumados na mesa de trabalho, Lampreia esvaziava as gavetas ontem, ao informar ao Valor que já aceitou duas ofertas de trabalho: o posto na Embraer e a presidência do conselho curador do Cebri – um centro de estudos de política internacional. “Quero manter presença no debate sobre grandes temas de política externa”, diz, complementando que deve aceitar ofertas para conselhos de outras empresas privadas em funções não-executivas.

Lampreia previu uma agenda movimentada para a diplomacia brasileira neste ano, e explicou porque acredita haver, em 2001, “uma janela de oportunidade” para retomar as frustradas negociações para uma nova rodada de abertura no comércio – promovida pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Lampreia tem orgulho de ter sido o chanceler de maior duração no cargo, no pós-guerra. Ficou seis anos e dez dias – dez dias a mais que Saraiva Guerreiro, e só atrás do patriarca da diplomacia brasileira, Barão do Rio Branco, com pouco mais de nove anos, e Oswaldo Aranha, sete anos chanceler no governo Vargas. Até agora, não foi escolhido o seu sucessor. Como interino, foi nomeado o secretário-executivo, Luis Felipe Seixas Corrêa. O mais cotado é o ex-chanceler Celso Lafer.

Valor: O presidente Fernando Henrique vem adotando um tom diferente em relação aos vizinhos, como ao defender maior atenção à questão da Colômbia. Houve mudança na política externa para o continente?

Luiz Felipe Lampreia: Não no sentido de que o Brasil se disponha a ser mais intervencionista, com envolvimento inclusive militar com os vizinhos. Mas sem dúvida houve mudança: o

Brasil, a partir da Conferência dos Presidentes da América do Sul, em setembro do ano passado, adquiriu um perfil e uma postura de protagonista na integração sul-americana maior que antes. A tendência é termos papel cada vez mais ativo na região.

Valor: Ativo, como?

Lampreia: No sentido político e diplomático. Há muitas atitudes que podem ser adotadas nesse campo, que não atravessam a linha do envolvimento militar. Um exemplo seria uma atitude que podemos vir a tomar, se solicitados, de mediação, ou intermediação, entre forças revolucionárias e o governo constitucional da Colômbia. Há um segundo papel, econômico e de prestação de serviços, bens, financiamento. É o caso da estrada Santa-Cruz (Bolívia)-Corumbá, o gasoduto na Bolívia, iniciativas de interconexão física da região que sejam oportunidades para os e os exportadores brasileiros.

Valor: A queda de Fujimori foi a comprovação de que o governo do Brasil estava errado, ao intervir em favor da posse, após acusações de fraude nas eleições?

Lampreia: Essa crítica estaria correta se nós tivéssemos feito uma defesa do Fujimori, tomado partido da pessoa. O que fizemos foi defender a autonomia das instituições peruanas, numa questão de tal gravidade quanto uma eleição presidencial. Substituir as autoridades eleitorais nacionais por autoridades internacionais ou mesmo organizações não-governamentais, por mais respeitáveis que sejam, é uma idéia difícil de aceitar para o Brasil. Duvido que os EUA ou o México cogitassem coisa do gênero, abrir mão dessa vertente essencial de sua soberania.

Valor: O governo, que pretendia fortalecer o Mercosul para negociar melhor acordos como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), terá de rever essa posição?

Lampreia: O Mercosul é um fato permanente. Não há nada comparável para o país em termos de comércio, investimento, expansão das empresas, importância cultural. É ao mesmo tempo nosso palco histórico e área preferencial de atuação política e comercial. É natural que tenha altos e baixos; o governo FHC assumiu em um momento de alta, que correu esplendidamente, até a crise asiática...

Valor: Enquanto havia crescimento no Brasil...

Lampreia: Depois, o Brasil teve as dificuldades em função das crises internacionais, de sua política cambial, que levou a desvalorização. Não foi uma decisão “buscada”, foi sofrida e teve um impacto muito forte, criou problemas graves para os vizinhos. Agora eles estão recuperando suas economias. Para o Mercosul, o pior passou. Não conseguiu voltar ao ritmo, à velocidade, ao grau de apoio que havia em 1997, mas voltaremos. A Argentina está em recuperação, a economia brasileira, que é 70% do Mercosul está em franco crescimento, com inflação baixa.

Valor: Mas será revista a idéia de expandir o Mercosul gradualmente e fortalecer o bloco para negociações comerciais?

Lampreia: Certamente. Confesso que nunca acreditei plenamente nessa hipótese, porque há fatos básicos. Um deles é o de que a Colômbia, o maior país do Pacto Andino, tem 60% de seu comércio com os Estados Unidos e uma equação política e militar própria com

aquele país. Basear toda uma estratégia em uma situação assim é complicado. Não é razoável pensar em uma frente sul-americana para essas negociações. Nossa frente é o Mercosul, e ele já é, em si, um bloco com peso muito significativo. Sem ele não haverá Alca nenhuma. Vamos fortalecer nossa postura, principalmente pelo Mercosul.

Valor: E o Chile, como ficou sua relação com o Brasil?

Lampreia: Há uma posição de tranquilidade; o Chile tem clara concepção de que é aqui que estão suas raízes, sua inserção, sua família em última análise. É ao Mercosul que o Chile acabará se integrando gradualmente.

Valor: Quando os chilenos anunciaram o início de negociações para um tratado de livre comércio com os EUA, sua reação foi muito mais dura. Por que agora a abrandou?

Lampreia: Porque naquele momento não houve explicação nenhuma. Já houve conversas detalhadas, em Florianópolis, em outras ocasiões, que nos fizeram ver que a opção chilena é a que estou descrevendo. Inclusive o Chile quer aprofundar os acordos existentes de livre comércio.

Valor: A montagem do governo Bush, com poucos especialistas em América Latina indica o que para as relações entre Mercosul e EUA?

Lampreia: O presidente Fernando Henrique conversou com o presidente Bush pelo telefone, e os sinais que recebemos foram todos positivos. Não há dúvida sobre a decisão de aproximação entre os dois países. Mas também não há dúvida sobre a importância

de estabelecer o mais breve possível diálogo entre as novas autoridades americanas e as brasileiras. É preciso retomar o diálogo, com franqueza, com abertura. Essa é a primeira tarefa diplomática para o Brasil em 2001.

Valor: Alguns analistas afirmam que mudou o tom da diplomacia em relação à Alca, e agora se defende uma melhor preparação para as negociações. O senhor concorda?

Lampreia: É um pouco precipitado, porque não está nada claro se o Congresso americano vai aprovar o mandato negociador para o Executivo. Há resistências; e, por outro lado, há todas as indicações de que a economia americana sofrerá um resfriamento. A postura no Congresso americano, quanto à entrada de produtos estrangeiros, ficará mais restritiva. Se a Alca pode ser muito negativa, dependendo da configuração, pode também trazer oportunidades importantes para o Brasil.

Valor: O governo Bush tende a ser protecionista, como foi o fim do governo Clinton?

Lampreia: É possível que essa tendência se acentue. O segmento agrícola e certos segmentos industriais sempre empurram a favor do protecionismo. Mas temos de aguardar para ver se haverá uma onda maciça protecionista.

Valor: Um exemplo disso é a decisão de questionar a lei de patentes na OMC...

Lampreia: Esse tema é discutido já há algum tempo. Eu mesmo já discuti o assunto com a representante comercial da Casa Branca, Charlene Barchewski, e as queixas americanas são absolutamente injustificadas.

O Brasil respeitou os limites da OMC para fazer licenciamento compulsório de patentes de medicamentos quando a patente não houver sido utilizada ou estiver sendo utilizada de maneira lesiva à economia popular. Temos a convicção de que podemos perfeitamente ganhar o caso.

Valor: O presidente FHC diz que as regras da OMC favorecem os países ricos. Isso não ameaça o Brasil nessa causa?

Lampreia: Há sempre o risco, por isso temos de nos preparar da melhor maneira e nos aproximarmos de países, que, como nós, têm um grau adiantado de desenvolvimento econômico, embora não sejam desenvolvidos, como a Índia, a África do Sul, o Egito, além do Mercosul.

Valor: Como o sr. analisa a tentativa frustrada de iniciar nova rodada de abertura comercial na OMC?

Lampreia: Talvez tenha sido a maior decepção, maior frustração que me ficou desses seis anos. Uma nova rodada seria o melhor modo de uma atuação brasileira para preencher os déficits que existem em relação a nosso interesse em vários capítulos, particularmente na área agrícola, mas também em outros pontos.

Valor: A que o sr. atribui o fracasso?

Lampreia: A causa número 1 é que não havia suficiente interesse dos países desenvolvidos em ir em frente com as negociações. Já tinham obtido o que queriam na rodada Uruguai (que criou a OMC) e estavam satisfeitos.

Valor: E pode existir no futuro próximo alguma abertura para retomada das negociações?

Lampreia: Acho que sim. Precisa ter; não podemos ter posição passiva; podemos nos aproximar de países que são mais próximos, como os grandes países em desenvolvimento, manter pressão e fazer as alianças possíveis, como com os EUA na questão de abertura dos mercados agrícolas.

Valor: Mas, se não há interesse dos países desenvolvidos...

Lampreia: A falta de interesse em avançar nas negociações não é permanente. Eles têm interesses importantes em jogo.

Valor: O Brasil não ficou parado?

Lampreia: Não só mantivemos contatos com nossos principais parceiros, os EUA, União Européia, outros países em desenvolvimento, como atuamos fortemente em Genebra. Espero que, no curso deste ano, se apresente uma janela política de oportunidade, porque há um novo governo americano e não terá havido ainda o início do período de eleições na França e na Alemanha, que se produzirá em meados de 2002. 2001 oferece uma oportunidade importante.

Valor: E o Canadá? O que se pode esperar desse conflito em torno da Embraer e da Bombardier?

Lampreia: É um tanto surpreendente que o Canadá resolva declarar uma guerra de subsídios. Como estou saindo, não é o momento de me pronunciar a esse respeito. É preocupante que o assunto caminhe no sentido de uma escalada e não de uma solução. Fizemos propostas muito razoáveis, o assunto já poderia ter sido resolvido de forma benéfica para as duas partes.

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, CONCEDIDA AO
JORNAL VALOR ECONÔMICO EM 26 DE JANEIRO DE 2001 - “LAFER
DIZ QUE NÃO TEME ISOLAMENTO NA QUESTÃO DA ALCA”

Entrevista: Brasil pode defender criação da área em 2005 sem apoio argentino, segundo novo chanceler.

“É um erro roncar grosso para depois piar fino. É importante ter a percepção da realidade e daquilo que se pode fazer”

“Poder no âmbito do comércio é o tamanho do seu mercado. Nós temos, nesse contexto, recursos de poder”

Carlos Eduardo Lins da Silva e Arnaldo Galvão - De São Paulo

“A ação conjunta é sempre melhor, mas eu não temo o isolamento, se isso for necessário para defender os interesses nacionais”, disse o futuro ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, sobre a possibilidade de o Brasil chegar à terceira Cúpula das Américas em abril, em Quebec, Canadá, com posição diferente da Argentina sobre a antecipação da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Nas últimas semanas, a Argentina e (mais ostensivamente) o Chile têm defendido a posição de antecipar para 2003 a entrada em vigor da Alca, tese que - em princípio - interessa aos Estados Unidos.

Na sua primeira entrevista depois de nomeado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para o cargo, Lafer falou ontem por

90 minutos com o Valor em seu escritório, em São Paulo, onde preparava o discurso de posse que fará na segunda-feira.

Ele afirmou que “acelerar as negociações da Alca não é do nosso interesse porque uma economia diversificada como a do Brasil tem de lidar com toda a complexidade do mundo globalizado”. “Os prazos estão bem pensados”, disse em relação ao cronograma estabelecido em 1994, que prevê o fim das negociações da Alca para 2005.

Questões de diplomacia econômica ocuparam a maior parte da conversa e deverão estar no centro da atuação de Lafer nessa sua segunda passagem à frente do Itamaraty. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: A Câmara de Comércio Exterior (Camex) está sendo reformulada. Qual a sua opinião sobre essas mudanças? Que papel ainda cabe ao Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty na política de comércio exterior brasileira?

Celso Lafer: Comércio exterior é uma atividade do governo e da sociedade. É indispensável uma instância de coordenação intergovernamental. Conversei com o presidente e com os ministros (Pedro) Malan

e (Alcides) Tápias, mas ainda não conheço as minúcias do que se pretende fazer. Uma das tarefas básicas do Itamaraty é a negociação comercial. Para poder negociar corretamente, é preciso uma interação muito íntima com o setor privado dentro de cada cadeia produtiva. Uma das coisas que pretendo fazer é revigorar o comitê empresarial [criado em 1992 pelo então chanceler Fernando Henrique Cardoso]. Como fui embaixador em Genebra, exercendo o que chamo de diplomacia do concreto, e empresário, sei quais são os temas que incomodam o empresariado; não preciso de tradução para entender essa realidade e me dedicarei a isso de forma muito vigorosa. O Departamento de Promoção Comercial tem uma tradição histórica, mas hoje essa área é mais ampla do que aquela que existe no Itamaraty. A Apex [Agência de Promoção de Exportações, ligada ao SEBRAE, tem um papel relevante, operando no âmbito das pequenas e médias empresas. A idéia é trabalhar em sintonia com o que está sendo feito no âmbito do governo e das associações de classe.

Valor: Mesmo que toda essa coordenação seja bem-sucedida, sem investimentos dirigidos para a exportação, como o Brasil poderá aumentar as suas exportações como necessita em curto e médio prazo?

Lafer: A coordenação contribui mas não resolve o dado básico, que é o desempenho da economia, sua eficiência. Eu não tenho dúvidas de que o Brasil ganhou um considerável acréscimo de competitividade nos últimos anos. Agora, existem componentes do custo Brasil que são sistêmicos. Lidar com eles é uma tarefa também conjunta de governo e sociedade

Valor: Ultimamente tem se falado muito que a Apex vai ficar com a área da promoção comercial, trabalhando junto a entidades, enquanto o Itamaraty ficará com a inteligência comercial. É essa a divisão?

Lafer: Eu tenho a compreensão de que uma coisa é a operação e outra é a informação. Você não opera se não tiver informação e só a informação não resolve os problemas de operação. Eu acho que essa visão é, em princípio, positiva e convergente.

Valor: Numa recente entrevista, o ministro (Luiz Felipe) Lampreia disse que uma das grandes frustrações nos seis anos em que foi chanceler foi o fracasso da Rodada do Milênio. Quais são, a seu ver, as chances de que ela venha a ocorrer em 2001? O que o Brasil pode fazer para que ela ocorra?

Lafer: A Organização Mundial do Comércio é a primeira organização internacional pós - Guerra Fria, é fruto da primeira metade da década de 90, das esperanças do início do processo de globalização. Mas os problemas da segunda metade da década ajudam a explicar as dificuldades para uma nova Rodada: as sucessivas crises econômicas em países emergentes, o arquivamento da liberalização da conta capital proposta pelo FMI e do código de investimentos da OCDE. A segunda metade da década mostrou que os processos de liberalização precisam ter sustentabilidade macroeconômica, financeira e da opinião pública. A opinião pública não faz política externa, mas sem a opinião pública, não se faz política externa nenhuma.

Valor: Quais são as chances de sair a rodada este ano e o que o Brasil pode fazer para que isso ocorra?

Lafer: O primeiro passo para fazer uma avaliação, que eu não tenho ainda, é saber qual será a posição do governo americano. Sem uma posição clara dos EUA, não haverá uma nova rodada. A Europa é a favor. O Brasil tem trabalhado, com outros países, para viabilizá-la. Minha posição é que a nova rodada deve lidar com os interesses do Brasil e, no âmbito da OMC, o importante não são apenas as tarifas, mas os temas não tarifários. Aliás, é isso o que está acontecendo e vai acontecer nas negociações da Alca: os EUA estão interessados em discutir propriedade intelectual, o Brasil quer discutir antidumping.

Valor: Já que o senhor citou a Alca, qual a possibilidade de o Brasil chegar à Cúpula de Quebec isolado dos demais países da América Latina no tema da antecipação das negociações, já que Chile e Argentina a defendem?

Lafer: Nós devemos sempre trabalhar junto com a Argentina, que é a nossa circunstância, o nosso parceiro no Mercosul. Mas, como eu ouvi uma vez numa conversa em Genebra, “poder no âmbito do comércio é o tamanho do seu mercado”. Nós temos, nesse contexto, recursos de poder. Uma ação conjunta é sempre melhor, mas eu não temo o isolamento, se isso for necessário para defender os interesses nacionais. Eu também gostaria de dizer que a América Latina é um conceito genérico, que convém desagregar. Por exemplo, México, América Central e Caribe recebem 50% dos investimentos diretos e 60% dos

financiamentos dos bancos americanos na área; representam 70% do comércio dos EUA com a região e enviam 85% dos imigrantes latino-americanos que entram nos EUA. Os emigrantes mexicanos nos EUA remetem para o México quase US\$ 8 bilhões por ano para o México. Já o Mercosul, recebe 40% dos investimentos americanos na área, mas responde por cerca de 15% do comércio dos EUA com a América Latina e envia menos de 10% dos imigrantes da região para os EUA. Esses números mostram que a realidade entre EUA e América Latina é muito diversificada; por isso é que as negociações são muito complicadas. Acelerar as negociações da Alca não é do nosso interesse porque uma economia diversificada como a do Brasil tem que lidar com toda a complexidade dos muitos aspectos do comércio internacional contemporâneo. O Chile, por exemplo, com sua pauta de exportações e seus produtos, tem uma agenda negociadora mais simples. Então, para eles, pode ser conveniente uma aceleração. Os prazos estão bem pensados.

Valor: O México deve assumir um papel mais importante no cenário internacional, tanto por causa da prioridade que o presidente (George W.) Bush vai dar a ele em sua política externa quanto pela disposição demonstrada pelo presidente (Vicente Fox) de atuar mais na América Latina. Qual será a política do Brasil para o México nos próximos anos?

Lafer: O presidente Fox tem sinalizado um ativismo diplomático diferente da tradição mexicana. Mas subsistem linhas de continuidade, entre elas a preocupação com a identidade cultural do México. O ativismo de Fox e seu interesse pela América Latina fazem

parte dessa linha. Mas persistem os dados da economia, da geografia e da demografia. O México está muito presente nos EUA por causa dos imigrantes e do Nafta. É natural que a relação entre os dois países seja muito especial e facilitada pelos benefícios que a economia mexicana obteve graças à proximidade com os EUA. Teremos um México mais ativo na política e na economia, e não tenho dúvidas de que saberemos nos entender com os mexicanos reconhecendo o seu papel e afirmando o nosso.

Valor: E a Colômbia?

Lafer: A Colômbia é uma natural preocupação. É um país vizinho, as fronteiras hoje em dia são porosas, o tráfico de drogas vem se beneficiando do fato de que o mundo atual opera em redes. O problema central é a afirmação do poder nacional no âmbito do espaço colombiano e estamos prontos para, na medida de nossas possibilidades, colaborar com o governo colombiano para ajudá-lo a retomar o poder soberano sobre o seu território.

Valor: O Plano Colômbia (de ajuda dos EUA ao governo colombiano) o preocupa?

Lafer: Mais do que os recursos, o problema é a sábia aplicação dos recursos. Não sou capaz, neste momento, de fazer uma avaliação inequívoca. Mas, sim, preocupa-me.

Valor: Em seu artigo, publicado no Valor em 11 de agosto, o senhor defende a idéia de “adensar a competência” na área da diplomacia econômica. Nos seus planos estão uma nova formação dos diplomatas e mudanças no Instituto Rio Branco?

Lafer: É um assunto que vou estudar. Não me sinto à vontade de formular grandes planos sem antes ter examinado meios e recursos. Acho indiscutível, diante da complexidade da agenda da diplomacia econômica, que não é possível improvisar pessoas. Isso requer especialização e adensamento de competências. É o que quero estudar e ver em que medida se pode fazer. Uma pessoa mais talentosa não improvisa conhecimentos. Quando fui para Genebra, parti dos conhecimentos prévios que tinha, da experiência privada de comércio exterior, mas da reflexão de um professor de direito internacional econômico. Quando cheguei lá conhecia aquele universo e o código desses problemas, sua linguagem. Nunca advoguei tanto na minha vida quanto nesse período porque tratei dos contenciosos do Brasil. Não é fácil lidar com esses contenciosos. São extremamente complexos. Não é uma ação de despejo ou de alimentos. São ações muito complicadas e é preciso, por mais que você possa e deva ter, a colaboração de advogados externos e do setor privado, que o Itamaraty tenha competência específica para trabalhar esses temas. Existe gente muito competente no Itamaraty. Há tradição de diplomacia econômica, mas essa ela precisa ser atualizada. A diplomacia econômica brasileira, até os anos 60, foi a discussão sobre produtos primários. Nos anos 70 já era mais complicada porque lidava com a exportação de manufaturados dentro de uma economia relativamente fechada. Hoje, a agricultura, a começar por café e açúcar, é formada por temas que continuam importantes. A exportação de manufaturados é fundamental, mas isso tudo se dá num quadro muito mais amplo, de internalização do mundo. Então, a necessidade de adensar quadros, de prepará-los, é importante. Se o Itamaraty vai estar à

altura, no futuro, do desafio da diplomacia comercial, e acho que está, ele precisa, dentro da sua tradição, renovar-se para fortalecer-se. Essa renovação passa por essa especialização. Sobretudo por uma razão muito simples. Gosto dos temas políticos. Me interessam, como estudioso que sou, a segurança, os temas da paz e da guerra, os grandes contenciosos. Mas a agenda prioritária do Brasil é produzir, como costume dizer, necessidades internas e possibilidades externas. Nossa maior necessidade é desenvolvimento. Lidar com desenvolvimento significa lidar com a agenda econômica. Ela é prioritária, tenho dito isto, e é preciso ter gente competente, com foco.

Valor: Nessa renovação o senhor pretende fazer alguma coisa em relação ao envelhecimento dos quadros superiores, que chamam de “gerontocracia” do Itamaraty? Essa é uma das queixas mais ouvidas dos diplomatas.

Lafer: Vou ter de olhar para os problemas da carreira. Não me sinto em condições de antecipar como vou equacioná-los. Sei, por ter sido também o embaixador em Genebra, que esses problemas existem. A carreira diplomática tem suas peculiaridades no Brasil. As carreiras mudaram na universidade, no setor privado e no terceiro setor. Até mesmo no jornalismo, a carreira mudou muito nos últimos vinte ou trinta anos. Isso faz parte do meu horizonte de reflexão.

Valor: É uma questão de estilo?

Lafer: Estilo diplomático são recursos de competência. Quando bem utilizados ajudam e quando mal utilizados comprometem uma ação. Cada um tem a estratégia da sua personalidade. O importante é deixar claro que a educação não significa falta de firmeza ou de coragem. Ajudar o presidente a criar o Cebrap [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, criado em 1969, reunia pesquisadores e professores, incluído o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que faziam oposição à ditadura militar] ou defender os direitos humanos naquele período são notas do meu percurso de vida, acho que é uma boa resposta aos que me atribuem excesso de “bom mocismo”. No âmbito da OMC, quando chefei a Missão em Genebra, defendi todos os interesses do Brasil com firmeza, mas com a civilidade adequada ao foro diplomático. Acho um erro roncar grosso para depois piar fino. É importante ter a percepção da realidade e daquilo que se pode fazer. Tenho clareza quanto às responsabilidades que vou assumir e de que não me faltará a firmeza necessária para lidar com a realidade que vou enfrentar.



ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, CONCEDIDA AO JORNAL DE BRASÍLIA EM
29 DE JANEIRO DE 2001 - “AGENDA ECONÔMICA É PRIORIDADE”

A partir de hoje, o embaixador Celso Lafer será o ministro das Relações Exteriores. O novo chanceler, que promete dar prioridade à agenda econômica, considera a retomada do crescimento e os indicadores macroeconômicos os principais ativos das negociações do Brasil no exterior nos próximos dois anos de governo. Segundo ele, sua gestão no Itamaraty começa em cenários nacional e internacional diferentes daqueles do início da administração do presidente Fernando Henrique Cardoso e de seu antecessor, Luiz Felipe Lampreia.

Se por um lado os bons resultados da economia nacional serão as ferramentas para o Itamaraty defender os interesses econômicos do Brasil, por outro alguns desafios internacionais ganharam um novo sentido de velocidade. Lafer avisa que é contra a antecipação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), como propõe o Chile. “A América Latina é um todo, uma unidade cultural, mas precisa ser desagregada porque os interesses são distintos”.

A iminência da Alca, afirma, torna mais urgente a reforma tributária, ainda que seja limitada a desonerar, pelo menos, as exportações. “Acho que a microeconomia é compatível com essa consistência macroeconômica”. Outra possível mudança

de rumo, que vai ficar para Lafer enfrentar, é a disputa comercial entre as fabricantes de jatos Embraer e Bombardier. O novo chanceler promete ser duro nas negociações. “Vamos brigar”, avisa Lafer nessa entrevista.

JB: O senhor tem dois anos pela frente. Os desafios são os mesmos, mas com intensidades diferentes. O senhor pretende seguir a política externa implementada por Lampreia como linha de continuidade? Qual é a missão que o senhor recebeu do presidente?

Lafer: A tradição da nossa política externa é a de combinar continuidade e mudança. Haverá mudanças, dadas pela transformação do cenário internacional. Temos um cenário diferente em 2001, do que aquele de quando o presidente e o Lampreia assumiram. Também no plano interno as coisas mudaram. Eu assumo o Itamaraty em um momento em que o País tem como dados positivos a retomada do crescimento e a melhoria dos indicadores macroeconômicos. Os ativos são a economia estabilizada pelo Plano Real, uma política macroeconômica consistente e uma retomada dos indicadores de crescimento. Isso nos dá, evidentemente, uma posição negociadora positiva no mundo.

JB: Quais são as mudanças no cenário internacional que vão influenciar as decisões do Itamaraty?

Lafer: Os Estados Unidos ingressam em uma nova fase, com nova administração e nova ênfase. Então, o tema passa pelo entrosamento com os EUA sob uma nova administração. O segundo ponto é que encontramos o Mercosul, que é uma prioridade da política externa brasileira e uma preocupação pessoal minha, com certos tipos de dificuldades. O Mercosul vai exigir uma atitude construtiva voltada para o futuro e para a visão estratégica da nossa relação com a Argentina. Um dado importante foi a reunião de presidentes da América do Sul, que dá seqüência a uma tradição da política externa brasileira e tem como objetivo transformar as fronteiras de separação em fronteiras de cooperação.

JB: Uma das principais discussões atualmente é a possibilidade de antecipação da Alca, levantada pelo Chile?

Lafer: O tema da Alca vem sendo cuidado desde a administração do ministro Lampreia, mas no seu ritmo diplomático. Eu entendo que agora se acelerou. Então vamos ter de dar uma atenção especial. Adianto que sou contra a antecipação do calendário porque essa é uma negociação extremamente complicada. Não se trata apenas de uma negociar tarifas, mas envolve temas não tarifários e harmonização de normas e regras. Se estamos incomodados com os picos tarifários e os americanos com propriedade intelectual, o tema do subsídio aparece dos dois lados.

JB: O senhor acredita que possa haver uma reforma parcial para aliviar a carga tributárias das exportações?

Lafer: Se me perguntassem qual é a prioridade do ponto de vista do comércio exterior, eu diria que são os efeitos do sistema tributário sobre as exportações. Hoje em dia, nesse mundo interdependente, não se pode ter um sistema tributário que não seja competitivo. Não se pode exportar impostos. E aquilo que se fazia antes da OMC, que era dar subsídios e financiamentos, não se pode mais fazer, portanto, ficamos amarrados. Temos de lidar com esses assuntos. O Estado macroeconômico já está relativamente encaminhado e esse mix se fazia necessário. Estou convencido, assim como o presidente, de que o desenvolvimento passa pela estabilidade, pela responsabilidade fiscal, mas isso não é suficiente.

JB: Há uma crise visível no Mercosul. Primeiro veio a mudança cambial brasileira e depois a crise argentina. Como o Mercosul vai sair disso?

Lafer: O Mercosul tem uma dimensão estratégica que passa pelo entendimento com a Argentina. Existem problemas, mas eles não são tão graves como se imagina. A mudança no câmbio no Brasil não surtiu os efeitos que se esperava na Argentina. Uma união aduaneira, como é o caso do Mercosul, é um compromisso de outra natureza, não só de cooperação, mas de integração. Acho que Brasil e Argentina são igualmente fundamentais um para o outro como mercado. Para o Brasil, a Argentina exporta uma parte significativa de sua produção. Além

do mais, este entendimento com a Argentina nos ajuda em certas coisas que nós não tínhamos pensado, que é o componente energético. Antes, a nossa dependência do Oriente Médio com relação ao petróleo era muito maior. Agora importamos petróleo da Argentina e da Venezuela.

JB: A mudança na Camex vai aproximar mais esse órgão da estrutura do Escritório de Representação Comercial dos Estados Unidos, o USTR, como sugerem alguns empresários? E vai tornar o governo mais agressivo com relação à promoção comercial?

Lafer: A promoção comercial é importante e o Itamaraty tem experiência nisso, mas o papel operativo é da Apex. (Agência de Promoção de Exportações). Política de comércio exterior é uma política de governo e não do Itamaraty. A Camex tem um papel importante para dar consistência e racionalidade a esse processo.

Mas a negociação é e deve ser da competência do Itamaraty. Um dos fatores importantes em qualquer negociação comercial internacional é o conhecimento dos antecedentes. A única instituição que tem a memória do processo decisório é o Itamaraty. Uma burocracia nova, precária, sem quadro, sem carreira, sem a instituição de servir a nação é precária.

JB: O senhor assume o Itamaraty quando a briga entre a Bombardier e a Embraer está esquentando. O Brasil vai recrudescer nas negociações com o Canadá?

Lafer: Nós vamos brigar. Eu acho que o caso da Embraer é emblemático. Os canadenses estão extrapolando nesse caso. Eles estão azedando o clima com a exasperação com a qual vêm conduzindo o assunto. Se o Canadá quiser impor retaliações comerciais, o desvio de comércio será a consequência lógica e de mercado das medidas que eles vão adotar.



ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, CONCEDIDA AO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE
EM 29 DE JANEIRO DE 2001 - “MOBILIZAÇÃO PARA NEGOCIAR A ALCA”

Novo chanceler diz que o Brasil encontrará parceiros na vizinhança para negociar melhor com os Estados Unidos.

Sandra Lefcovich

Acadêmico, empresário e diplomata por vocação, Celso Lafer, de 60 anos, assume hoje o Ministério das Relações Exteriores. Como o seu predecessor, Luiz Felipe Lampreia, dará ênfase ao comércio internacional. Em dois anos de mandato, sua principal tarefa será defender os interesses brasileiros nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Segundo Lafer, a pauta das discussões para liberalizar as trocas no hemisfério é complexa. Um país continental e com economia diversificada como o Brasil precisa se preparar para enfrentar os norte-americanos e tirar proveito dos acordos comerciais. O ex-chanceler de Fernando Collor acha que é necessário mobilizar-se para isso.

Faltam especialistas em direito e comércio internacional e é necessário formar negociadores. Para se ocupar dos contenciosos do Brasil com o mundo, ele criará um departamento específico no Itamaraty. O governo também está reformulando a Câmara de Comércio Exterior (Camex) para não acabar o ano como em 2000, com *déficit* de

US\$ 700 milhões na balança comercial. Lafer não é “apocalíptico” com a globalização, como define os participantes do Fórum de Porto Alegre. Ele acredita que a integração ao mundo pode beneficiar o Brasil, mas reconhece que nenhuma política externa se sustenta sem o apoio da opinião pública. “É preciso que haja uma percepção de que uma política traz um benefício generalizado”, disse ele ao Correio Braziliense, em entrevista concedida no sábado, no apartamento do senador Pedro Piva (PSDB-SP), seu parente.

Correio Braziliense: O Brasil está isolado ou não nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca)?

Celso Lafer: Eu acho que não estamos isolados e não estaremos isolados. Fizeram-me uma pergunta no limite e eu respondi que não temo (ficarmos isolados). Agora a Alca está aí. Há uma outra questão nesse sentido que é também um desafio. Nós estamos diante de uma nova administração americana. Agora, quando essa administração chega ao poder, é preciso ver que rumo pretende adotar nessas negociações. É sabido que a administração democrata tinha na sua agenda temas como meio ambiente e padrões trabalhistas. Tanto que a administração Clinton acabou incluindo

na negociação do Nafta(Tratado de Livre Comércio da América do Norte) temas dessa natureza. É preciso ver o que pensa a nova administração em relação a esses temas.

Correio Braziliense: O Brasil defende manter 2005 como prazo para finalizar as negociações da Alca e só no ano seguinte implementá-la, ao contrário do Chile, que quer em 2005 ter a Alca funcionando. Mais do que a data de implementação da Alca, o problema não é o conteúdo, ou seja, as implicações da abertura comercial hemisférica?

Lafer: O problema é o conteúdo e a complexidade desse conteúdo. Eu tenho dito isso e tomo a liberdade de reiterar. Um país com uma economia mais simples, por exemplo, qualquer país da América Central ou do Caribe que já está muito ligado pelo comércio, pelos investimentos e pelas migrações à força de atuação da economia norte-americana, tem uma pauta de negociação muito mais simples do que um país como o Brasil, que é uma economia grande e diversificada.

Correio Braziliense:E a Argentina...

Lafer:A Argentina tem uma preocupação grande: a exportação de produtos agrícolas. É também uma das preocupações do Chile. Nós compartilhamos com eles essa preocupação da área agrícola, são exportações importantes onde somos competitivos. Mas a nossa economia é muito mais diversificada. Então você tem a indústria, os serviços, as telecomunicações, o transporte, o comércio eletrônico... uma porção de coisas que afetam o interesse nacional. Além disso, essas negociações da Alca não são tarifárias apenas. Elas envolvem normas que dizem respeito ao que antes era decidido apenas

na esfera interna. Por exemplo, propriedade intelectual, certificação de produtos e defesa comercial. Tudo isso numa economia de escala continental como é o Brasil requer um conhecimento muito aprofundado e cuidadoso. A negociação da Alca representa para nós uma agenda complexa, que é o que explica por que nós queremos esse tempo.

Correio Braziliense:O Brasil está preparado para isso? Não só o Itamaraty, mas as universidades e o setor privado?

Lafer: Eu acho que nós temos uma razoável densidade, mas ela é inferior às nossas necessidades. Essa história de capacitação é necessária em todos os planos. Por exemplo, os economistas durante um longo período tiveram seu foco voltado para a política monetária porque o tema do Brasil era a inflação. Hoje, porque o comércio internacional é uma prioridade, aumenta o número de estudiosos nesse sentido. No campo do Direito, por exemplo, quando comecei a dar aula na Faculdade de Direito nos anos 70, era um dos poucos que estava interessado em direito internacional econômico. Nesse último ano que passei na universidade, vi que o interesse dos alunos pelo direito do comércio internacional aumentou muito. Há nos empresários também um renovado interesse pelo comércio exterior. Acho que tudo isso precisa ser mobilizado para nós podermos lidar com essa complexidade e trabalhar esses temas em defesa do melhor interesse nacional.

Correio Braziliense:E os especialistas para negociar?

Lafer: Uma idéia que tenho em relação ao Itamaraty é criar um departamento de contenciosos econômicos que concentre a

competência no âmbito do Itamaraty e possa fazer essa ponte com advogados e acadêmicos.

Correio Braziliense: A Alca pode favorecer o Brasil? Ou poderia acontecer como na Organização Mundial do Comércio (OMC), que mostrou a que veio, ou seja, defender os interesses dos países ricos apenas?

Lafer: Acho que bem negociado pode favorecer o Brasil, mas acho que essa negociação é complexa. Para dar um exemplo óbvio: os americanos com certeza vão querer incluir o tema do comércio eletrônico e da propriedade intelectual. Nós vamos incluir defesa comercial (antidumping), sem a qual não se equilibra os interesses. Não é para os Estados Unidos algo tão simples discutir a agenda negociadora do Brasil.

Correio Braziliense: E o Brasil encontrará parceiros para negociar, sendo que os interesses são tão diversos?

Lafer: Em todas essas negociações comerciais - é um pouco a minha experiência no âmbito da OMC - você tem o que os diplomatas gostam de chamar de geometria variável. Você tem alianças que se formam em função de certos interesses. Quando nós formos negociar têxteis, por exemplo, os produtores latino-americanos de têxteis provavelmente formarão parcerias com a gente. Procuraremos somar apoios para cada um desses itens. Todos têm interesse porque a economia americana é a mais abrangente, a mais dinâmica e complexa. Do jogo dessas alianças existe espaço para trabalho comum.

Correio Braziliense: O projeto do Mercosul está em crise. Qual é a sua expectativa com relação ao bloco ?

Lafer: Estou convencido da importância da parceria estratégica com a Argentina. Eu acho que é algo fundamental para nós, para eles, para a equação sul-americana, para a nossa competitividade no mundo e nós vamos ter que lidar com essas dificuldades com uma visão construtiva.

Correio Braziliense: O senhor tomará alguma iniciativa em relação à Alca?

Lafer: Nós tomaremos a iniciativa de identificar a visão norte-americana. Por exemplo, o que a administração Bush vai fazer ou não em matéria de *fast track*. O *fast track* é o mandato negociador que a administração Clinton buscou e não teve. O “fast track” pode ser uma possibilidade. Os democratas e os republicanos querem, de maneira que por aí pode sair esse *fast track*, que será uma sinalização muito clara do empenho norte-americano. Agora, pode ser também que porque o Congresso norte-americano está muito dividido esse *fast track* tenha dificuldades em sair.

Correio Braziliense: Mas independente disso...

Lafer: Eu acho que cabe ao Brasil antecipar-se a essa possibilidade e mobilizar-se para estar apropriadamente preparado para enfrentar essa negociação.

Correio Braziliense: Que tipo de mobilização?

Lafer: A mobilização das pessoas, do conhecimento, dos técnicos, da informação. O entendimento com o setor privado e essa interação no governo é indispensável.

Correio Braziliense: O que o senhor acha de o Brasil, que sedia o Fórum Social Global, se tornar um emblema da antiglobalização no mundo?

Lafer: Há um livro dos anos 60 do Umberto Eco sobre a cultura de massas chamado “Apocalípticos e Integrados”. Os apocalípticos eram os que viam na cultura de massas um risco permanente da cultura e os integrados viam nos novos meios de comunicação, na televisão, etc, uma oportunidade de se aprofundar na cultura, de difundir. Enfim, diante da globalização você tem os apocalípticos e os integrados. Os que estão participando do Fórum do Rio Grande do Sul são claramente apocalípticos. Eles estão exercendo esta visão crítica em relação ao assunto. Isso apareceu em Seattle, em Praga, em Washington e em Davos.

Correio Braziliense: Então...

Lafer: Disso eu só tiro uma conclusão: nenhuma política externa, inclusive de comércio internacional, é sustentável se ela

não tiver um apoio da opinião pública. A unanimidade nunca existe. É preciso que haja uma percepção de que uma política traz um benefício generalizado e é por aí que há uma discussão. Aí ela é mais objetiva e aí ela tem essas moderações. Toda mudança em qualquer área da vida ou da história traz alterações que acabam beneficiando uns e prejudicando outros. É importante que haja um benefício para a maioria. É por aí que vai a noção do interesse nacional.

Correio Braziliense: E no caso da Alca poderia se chegar à conclusão de que não é conveniente para o Brasil e desistirmos do projeto hemisférico?

Lafer: Olha aqui: a maneira pela qual os intelectuais atuam politicamente é através do manifesto. Eu mesmo assinei vários. Uma política pública não se faz por meio de manifestos, ela precisa de uma análise ponderada. É preciso ver se a economia brasileira e a cidadania brasileira serão beneficiadas por um acordo da Alca ou não.

ENTREVISTA COLETIVA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, SENHOR
HUGO CHÁVEZ FRÍAS, EM 3 DE ABRIL DE 2001

Presidente Chávez: Boa tarde a todos. Como estão?

Embaixador: Vamos dar início a esta conferência de imprensa do Presidente Chávez. Temos inscritas várias perguntas que trataremos de responder. Vamos começar pela primeira pergunta da televisão brasileira, da Rede Globo. Convidamos Ana Paula Xavier para a primeira pergunta.

Jornalista: Boa tarde Presidente. Está havendo uma grande discussão em relação à antecipação da ALCA. O Presidente Bush está querendo antecipar para 2003 e o Presidente Fernando Henrique não concorda. Ele acha que é necessário mais tempo, que essa não é uma discussão para o momento e quer mantê-la para 2005. O senhor chegou a conversar com o Presidente FHC a respeito? Qual é a sua posição em relação à ALCA e qual a sua posição sobre essa antecipação ou não.

Presidente Chávez: Lamento não entender português. Lamento muito. Eu não sei se todos vocês me entendem bem. Em primeiro lugar, boa tarde a todos. Estou muito feliz de estar novamente aqui em Brasília. Tivemos uma reunião fenomenal com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e logicamente a pergunta que você fez foi um dos temas da

nossa conversa. Concretamente, a Venezuela não está de acordo com a proposta de acelerar e, portanto, adiantar para o ano 2003 para que entre em vigência o Acordo de Livre Comércio das Américas. Começo dizendo isso: não estamos de acordo. cremos que em vez de falar de uma data, de um cronograma, é melhor atuar com o objetivo de chegar ao processo de integração que é mais importante. Até agora a data de 2005 que foi adotada na cúpula de Miami em 1994, como todos sabemos. Nós pleiteamos que 2005 seja a data para ativar o acordo sempre quando os países da América Latina e Caribe estejam em condições de assumir esse grande desafio de uma zona de livre comércio desde o Canadá até o Cabo Horn, como foi dito. Só estaremos dispostos a levar adiante a partir de 2005. Nossa posição é muito parecida com a do Brasil. Finalmente eu diria, como comentei ao meu irmão Cardoso, que se algo tiver que ser acelerado aqui não é a ALCA, mas sim a dimensão de integração regional de integração como a da Comunidade Andina de Nações e do Mercosul. É aí que temos que acelerar o nosso processo de integração. Eu diria até mais: no pressuposto de que nós acelerássemos a ALCA sem acelerar previamente a CAN e o Mercosul eu estou convencido de que ao invés de avançarmos o processo de integração, nós estaríamos

avançando um processo de desintegração. Terminei referindo-me a esse comunicado conjunto de imprensa que logo mais chegará às mãos dos senhores. No item 4 está escrito que “expressaram seu convencimento de que a criação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA deve levar em conta os princípios de equilíbrio, gradualismo e progressividade das negociações, assim como as diferenças de níveis de desenvolvimento das economias do hemisfério”. Obrigado. O outro ponto que tem a ver com esse tema é o item 6. “Reafirmaram o seu compromisso de subscrever no mais breve prazo possível o acordo Mercosul/ CAN, considerando o fundamental para a consolidação do espaço econômico sul-americano e para o exame de melhores condições e sob o princípio do regionalismo aberto em sua participação nas negociações para a formação de uma área de livre comércio das Américas, bem como nas que realizam com a União Européia e os outros blocos econômicos”.

Embaixador: Quero agora convidar a jornalista do Jornal do Brasil.

Jornalista: Boa tarde, senhor Presidente. A minha pergunta é política. Eu gostaria de saber - já que a imprensa brasileira chegou a notificar que o Presidente Bush teria pedido ao Presidente FHC para puxar a orelha do senhor em relação a algumas atitudes políticas em seu país - como o senhor define o seu governo. A segunda pergunta é como é que o senhor responde a críticas de setores que acham que a Venezuela rumaria para uma ditadura, como os países latinos acabam de presenciar num passado recente; e como o senhor situa diante dos países que adotaram políticas neoliberais? Eu estive lendo o programa de seu governo

num *paper* que foi distribuído aqui e nele é enfatizado que todas as políticas são voltadas para o social, o senhor não fala de privatização e nem de entrada de capital estrangeiro. Assim sendo, a Venezuela estaria na contramão do neoliberalismo. Eu gostaria que o sr. analisasse tudo isso. Desculpe, só uma complementação. Por que o senhor acha que o seu governo desagrada os Estados Unidos?

Embaixador: Você diz que não se vê a posição?

Jornalista: Não se vê, nitidamente, uma política voltada para o social e pouco se vê abertura para o capital estrangeiro, para privatizações de empresas e entrada de capital estrangeiro no país

Presidente Chávez: Primeiramente, se é verdade que o Presidente Bush pediu para o Presidente FHC puxar minha orelha, agora estou muito mais convencido da independência do Brasil porque o que eu senti hoje na nossa reunião foi apoio às nossas posições e vi lá que a questão que foi escrita num jornal do Brasil e que hoje de novo se reproduz num jornal venezuelano marca uma situação que não reflete uma posição compartilhada, não somente entre o Brasil e a Venezuela, mas as nossas posições comuns enquanto América Latina e essa visão de futuro de orientar-nos para (???) nós termos nossa forma de ser como nós somos (???) e para projetar aí as bases da nossa verdadeira integração. Nossa integração nesse processo não somente é a nível continental, também é como outras regiões da Europa e da Ásia e isso nos orienta a nos projetar essa visão mundial. Se é certo que existiu a instrução de puxar minha orelha, o FHC demonstrou uma

indisciplina e o Brasil mostrou a sua soberania e, finalizando, não se trata de puxar a orelha de um ou de outro, mas que cada um de nós possa projetar as nossas posições comuns em defesa de nossos povos e da nossa soberania. A segunda pergunta que a senhora faz é sobre a crítica de alguns setores muito focalizados de uma suposta ditadura na Venezuela. Eu já não escuto essas críticas porque eu vejo aí um desconhecimento daquilo que realmente está sucedendo em meu país. Qualquer observador pode facilmente identificar que na forma do regime que anteriormente se chamava de democrático nós vimos como ele ... na sua posição e que agora, depois que nós logramos uma nova Constituição que foi aprovada massivamente por um referendun e que tem orientado um processo de liberdade, de participação, que tem orientado uma participação popular muito aberta. As nossas portas estão abertas para todos aqueles que quiserem vir ao nosso país para verificar que realmente nós temos um sistema democrático orientado para um conteúdo social. Esse conteúdo social com o qual nós queremos orientar a democracia venezuelana é uma ação na qual, cada vez mais, demonstra que são irreais todas as acusações a esta suposta situação de ditadura. Existe uma democracia e todos vocês estão convidados para ver toda essa situação de transformação que existe em nosso país. A terceira pergunta sobre o neoliberalismo: devo dizer em primeiro lugar que o programa ... você disse que leu o programa de governo. Não sei a que fase você se refere porque nosso programa tem fases e níveis. Gostaria de saber a qual se refere, se você analisou qual programa especificamente.

Jornalista: Talvez eu não tenha me feito entender. O que eu disse foi que eu não

vejo traço neoliberal em seu programa, pelo contrário, o seu programa não faz o que os outros países da América Latina têm adotado em termo de política de abertura do capital estrangeiro, de vendas de empresas estatais, de demissão de funcionários públicos etc. É isso que eu quero situar. Pareceu-me que o seu programa é mais voltado para a social democracia do que neoliberalismo. Eu queria saber qual a crítica que o senhor faz aos países que adotaram de forma irrestrita o neoliberalismo.

Presidente Chávez: Obrigado pelo esclarecimento. Como chefe de Estado, eu não vou fazer críticas a outros países por respeito à soberania de cada país. Vou sim fazer críticas ao neoliberalismo como uma visão de conjunto. Já disse em várias ocasiões e estou convencido de que o neoliberalismo é, não o único, mas um dos caminhos ao inferno. Através dele vamos direto ao inferno. As estatísticas indicam que nunca houve tanta pobreza na América Latina e no Caribe como agora, depois de quase 20 anos de aplicação do modelo neoliberal. Como exemplo, nos anos 80 a pobreza em nosso país significava 33% aproximadamente e hoje passa dos 44 / 45%. A mortalidade infantil está pela ordem de 25 por mil, quase cinco vezes o índice dos países mais desenvolvidos. O desemprego aberto na América Latina e no Caribe está em torno de 10%. Aumentou barbaramente nessa época neoliberal. Mais de 50% dos empregados ou trabalhadores estão radicados na chamada economia informal, sem nenhum tipo de previdência social. Apenas um de cada 3 jovens chega à Universidade. Em 1985 a dívida externa na América Latina e no Caribe chegava a uns 300 bilhões de dólares, hoje está em 750 bilhões e temos pago mais do

dobro da dívida original. Me diga se não é o caminho do inferno. Queremos ir ao inferno? Por isso estamos procurando a mudança do modelo econômico. E aí eu quero tocar em um tema mais profundo que é a ALCA. Dentro da idéia de consolidar a ALCA tem tido cada vez mais uma idéia de consolidar o modelo neoliberal. Por isso é imprescindível que nós tenhamos um modelo claro de desenvolvimento, não só o desenvolvimento comercial, mas um desenvolvimento pleno, global, completo, que leve em conta os aspectos sociais, políticos, solidários, tal como eu defino um concepção bolivariana. Você, Walderez, tem razão quando diz que em nosso programa não aparecem sinais de neoliberalismo. Digo a todos que o programa da mais alta dimensão estratégica e visionária e de um prazo maior da Venezuela é a própria Constituição Nacional. Realmente esta Constituição é antineoliberal. É um programa antineoliberal. A idéia clara que existe é o papel que o Estado tem no desenvolvimento e esse conceito é logicamente contrário à visão neoliberal. Na Venezuela estavam preparando para privatizar nada mais nada menos que o petróleo venezuelano. O projeto já estava praticamente concluído. Isso seria como vendermos a alma ao diabo. Agora nesta Constituição, aparece claramente assinalado que a empresa petroleira venezuelana será para sempre propriedade do Estado, propriedade dos venezuelanos. Nesta Constituição se proíbe privatizá-la. Se assinala, também, que o Estado deve assumir o papel de protagonista na condução do processo econômico, claro que juntamente com os setores privados. Não se pode negar isso. E por outro lado, não se trata de um projeto estadista, mas sim de um modelo integral de Estado, setor privado e sociedade. E isto está baseado num princípio

de uma democracia participativa que não é apenas um conceito político, mas também um conceito econômico. Por exemplo, há duas semanas aprovamos uma lei de micro finanças, com a qual criamos um fundo para microfinanças, para dar micro crédito aos pobres. Criamos também o Banco da Mulher, que será regido não pelas leis dos Bancos, mas pela lei de microfinanças, que prevê créditos sem interesses dos setores menos favorecidos da população.

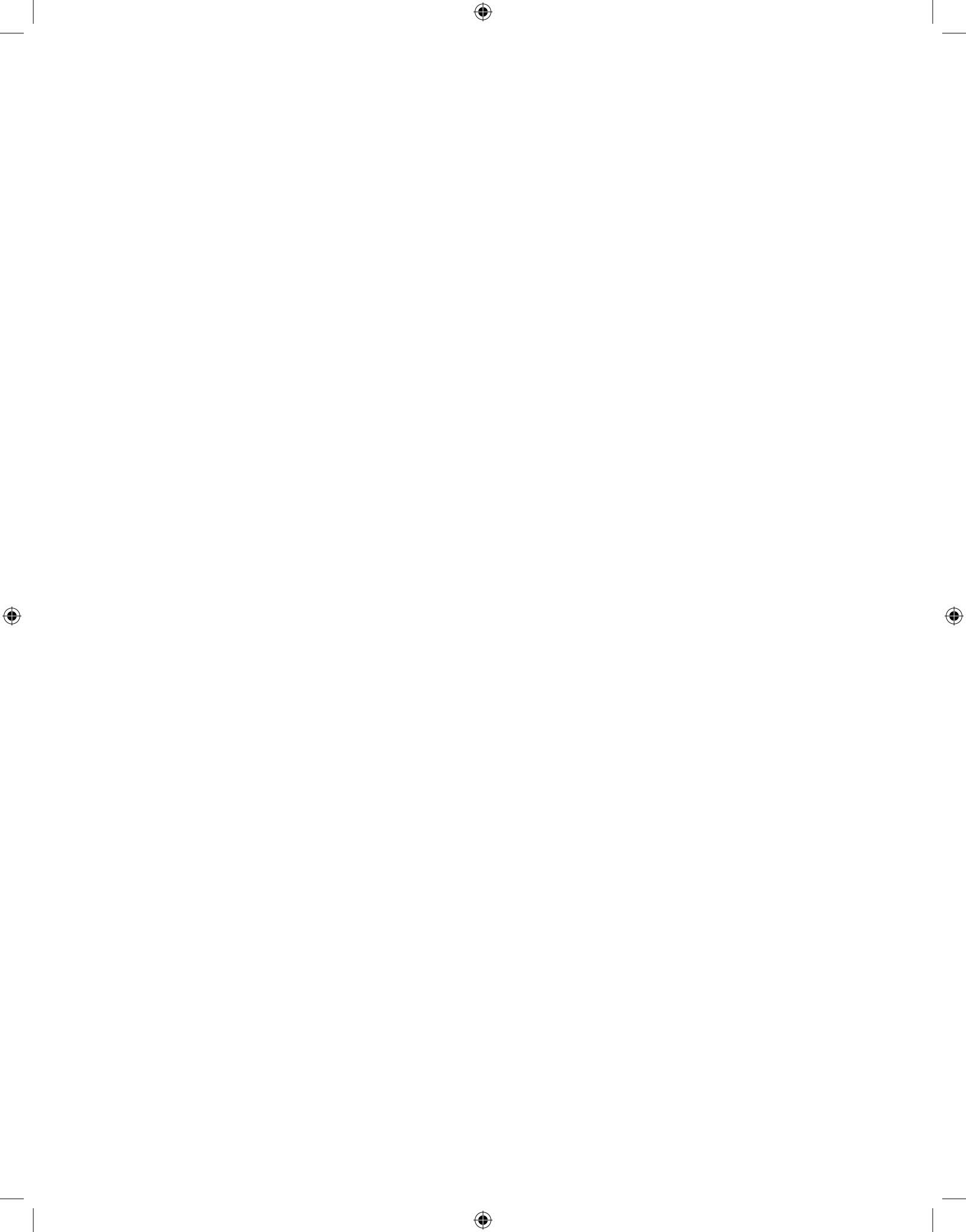
Jornalista: Qual a taxa de juros?

Presidente Chávez: Não posso responder agora esta pergunta porque foi aprovada há apenas um mês. Entrará em vigência dentro de uma semana.

Jornalista: Um “furo” para a imprensa venezuelana.

Presidente Chávez: Bom... Não! Para o país sim, para a imprensa não. Na Venezuela há uma realidade real e uma realidade virtual. Mas não façam provocações, pois não quero entrar nesse tema. Não quero cair em tentação. Prefiro criticar meus amigos dos meios de comunicação lá dentro da Venezuela e não fora. Nessa legislação tem crédito sem nenhum juro. E naqueles casos que tiverem juros, estarão muito abaixo das taxas de mercado. Outro exemplo a ser dado é o Fundo de investimentos da Venezuela, que tinha sido criado como uma estrutura para financiar a privatização das empresas do Estado, como cemitérios, aeroportos, o ar, a vida, tudo seria privatizado através desse Fundo. Amanhã nós teremos uma reunião do Conselho de Ministros, onde eu espero que possamos aprovar um decreto-lei que elimine o Fundo

de Inversões da Venezuela e possamos com esses 2 bilhões de dólares criar um Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Somente dessa maneira poderemos lutar com êxito contra a pobreza e não com o neoliberalismo que nos levaria definitivamente ao abismo. Você falava do social - e com isto quero terminar a minha resposta. Realmente é horrível o plano neoliberal de privatizar tanto a educação como a saúde. Na Venezuela tínhamos privatizado quase todo o sistema de educação e saúde. Eu queria falar do resultado de se ter proibido por decreto, na Venezuela, a cobrança para inscrever nas escolas públicas as crianças. Em dois anos salvamos do inferno, recuperamos das ruas e do abandono 1 milhão de crianças que estavam fora das escolas, por serem pobres e não terem dinheiro para pagar a educação privatizada, inclusive a pública como está na Venezuela. Eu queria dizer para concluir isso não nega a necessidade de captar investimentos privados tanto nacionais quanto internacionais, mas especialmente investimentos privadas que sejam produtivas, por exemplo o Brasil. Os investimentos brasileiros na Venezuela são bastante incrementados. Recentemente acabam de construir a segunda ponte sobre o Rio Orinoco com capital brasileiro. Os investimentos são necessários e o mercado é necessário. Nós acreditamos na tese da mão invisível do mercado. Só falta um Estado que regule e que dirija o processo econômico, o processo social e o processo político. É certamente uma tese antineoliberal que está contida aqui nesta Constituição.



ENTREVISTA COLETIVA CONCEDIDA PELO MINISTRO
GEORGES LAMAZIÈRE. BRASÍLIA, 4 DE ABRIL DE 2001.
BRASÍLIA, 04 DE JANEIRO DE 2001

Ministro: Bom, a primeira pergunta, relativa à posse do presidente eleito dos Estados Unidos George W. Bush, a informação que eu tenho, e é mais ou menos um fato conhecido, que o protocolo norte-americano não contempla convites a chefes de Estado e de Governo. É o corpo diplomático em Washington quem comparece, normalmente, à posse. O presidente me disse que já falou com o presidente eleito, George W. Bush, no fim do ano passado, e que nessa conversa ficaram de se encontrar assim que possível. Obviamente não há nenhuma previsão, ainda, de data nem local, é apenas uma intenção dos dois, de se encontrarem logo que possível. Ok? Quanto ao jantar de ontem, no Palácio da Alvorada, com o ministro Pedro Malan e o presidente do Banco Central Armínio Fraga, foi um jantar de balanço, para conversarem sobre a situação da economia em geral e comentar, também, as diversas notícias positivas de ontem, na economia mundial e brasileira. A pergunta relativa à eleição das Mesas e das presidências, especificamente, da Câmara e do Senado. O presidente não confirma proposta de renúncia de todas as candidaturas às presidências do Senado e da Câmara. Não confirma. O presidente Mantém a posição de considerar que a matéria é uma questão dos partidos, na qual não interferirá, a não ser que haja pedido explícito dos partidos. Esse encontro de ontem ele teve, como sempre tem, para discutir

não só questões que estão no Congresso, como questões de interesse do Brasil com presidentes do Senado ou da Câmara e líderes partidários. E, na ocasião, o presidente não fez qualquer referência a pedido de renúncia de candidatura de quem quer que seja. Acho que isso responde às demais pequenas questões, porque elas só teriam sentido se ele tivesse eventualmente feito essa sugestão.

Jornalista: Mas, ministro, o presidente esclareceu porque que o senador Antônio Carlos, já que é presidente do Senado, não veio e veio só o presidente da Câmara.

Ministro: Não, justamente, a conversa não foi sobre isso. Foi um encontro que ele tem, como tem vários outros e que variam de interlocutores as pessoas presentes, para discutir questões que estão no Congresso, questões de interesse do país. Não foi para esse assunto, ok?

Quanto à questão da MP, que vocês perguntam se haveria a possibilidade de elaborar uma emenda. Nada disso está em pauta, existe apenas a MP, que vocês já conhecem. E quanto à reação de alguns procuradores e uma pergunta que me veio mais tarde, também, sobre algumas colocações de procuradores, o presidente, tudo o que ele tinha a dizer sobre o assunto já foi dito anteriormente, ele não tem nada a acrescentar.

Quanto à questão sobre quando o presidente sancionará o Orçamento, isso depende de alguns trâmites administrativos que, quem sabe melhor informar e prever a data, que não está marcada, é o próprio Ministério do Planejamento.

Jornalista: Não vai ser amanhã, então?

Ministro: Eu não tenho data, mas não me parece que seja amanhã.

Jornalista: Porque chegou uma informação que o senador Antônio Carlos Magalhães já teria assinado, lá na Bahia, e enviou já para o presidente Fernando Henrique e teria chegado hoje aqui, para sancionar amanhã.

Ministro: A informação que eu tenho é que depende de providências desse tipo, de chegarem a documentação...

Jornalista: Então não chegou (...)

Ministro: Isso eu não sei. Eu não tenho essa confirmação. Talvez a Casa Civil tenha. De qualquer maneira, isso não chegou ao presidente, ele não tinha, ainda, previsão de data.

Por último, eu não também não tenho informação sobre a recondução desses dois diretores da Aneel que vocês falam aqui.

Jornalista: E sobre o limite, o limite que deve ser liberado pelo governo, para despesa máxima pública ...

Ministro: O presidente não entrou em detalhes. A questão, como um todo, era melhor ser dirigida ao MPO. Está bem? Obrigado.

ENTREVISTA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, CONCEDIDA AO JORNAL VALOR ECONÔMICO EM 19 DE ABRIL DE 2001 - “FHC VAI QUESTIONAR DE LA RÚA SOBRE OPINIÕES DE CAVALLO”

Integração: Presidente pretende perguntar ao colega argentino se prevalece apoio ou crítica ao MERCOSUL.

Carlos Eduardo Lins da Silva, de São Paulo.

O presidente Fernando Henrique Cardoso vai perguntar a seu colega Fernando de la Rúa em café da manhã que terão em Quebec amanhã, antes do início da Cúpula das Américas, qual é a opinião sobre o Mercosul que prevalece na Argentina: a do seu presidente ou a do ministro da Economia, Domingo Cavallo.

Em entrevista ao Valor, ontem à noite, FHC disse que tem ouvido “com frequência” de De la Rúa opiniões contrárias às expressadas ontem em São Paulo por Cavallo, que se manifestou contra a tarifa externa comum no bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. FHC afirmou estar “confiante” de que o que vale na Argentina é a posição favorável ao Mercosul de De la Rúa. O presidente falou sobre as posições que vai levar à Cúpula das Américas, que reunirá, no fim-de-semana, os líderes de 34 dos 35 países do continente. Entre elas: desvinculação de questões ambientais e trabalhistas do acordo final sobre a Área de Livre Comércio das Américas e inclusão das barreiras tarifárias e não tarifárias para produtos agrícolas nesse mesmo acordo.

A seguir, os principais trechos da entrevista, feita por telefone:

Valor: O que se pode esperar da reunião de Quebec se quase todas as boas intenções expressadas na Cúpula das Américas de Santiago (1998) acabaram não se concretizando? O que se pode esperar de mais prático desta nova reunião de cúpula?

Fernando Henrique Cardoso: Eu acho que está havendo um aumento de consciência dos vários países do que pode significar a Alca, para o bem ou para o mal. Isso é positivo. Começa a haver uma discussão que vai além da retórica. Os países começam a pensar em termos de suas cadeias produtivas. É isso o que se pode esperar. E também a consciência de que o mundo está se organizando em blocos regionais. E o Brasil é suficientemente grande para não ficar prisioneiro de um só bloco.

Valor: Mas no caso do nosso bloco mais próximo, o Mercosul, parece que as coisas não andam bem. Hoje, o ministro Cavallo voltou a atacar a idéia da tarifa externa comum. Como é que fica o Mercosul se um dos seus dois principais parceiros resolve derrubar a TEC?

FHC: Não é isso o que diz o presidente da República de lá. Essa é a opinião do ministro da Fazenda. É uma opinião importante, mas o presidente tem dito o contrário, diretamente a mim, com muita frequência. Eu tenho um café

da manhã com ele na sexta-feira em Quebec e eu vou perguntar a ele qual é a opinião que prevalece na Argentina, se é a dele ou a do ministro.

Valor: E o senhor está confiante que seja a dele?

FHC: Eu estou confiante porque é do interesse do Brasil e da Argentina. A Argentina está numa situação em que concordamos com a redução da tarifa pela circunstância. Agora, você não pode transformar a circunstância em permanente.

Valor: O seu governo está sendo muito criticado no Brasil por pessoas que acham que ele está muito comprometido com Alca e nos EUA por quem acha que ele está entrvando a Alca.

FHC: Os brasileiros que criticam são ou mal informados ou têm um ponto de vista contra o capitalismo. O governo, tanto no caso da Alca quanto no da União Européia, tem

defendido o interesse do Brasil. São processos da mesma natureza. Nós estamos querendo é aumentar o comércio, a mesma coisa com a Europa e com os EUA. Algumas pessoas aqui são antiamericanas. Quando discutimos com os EUA, acham que isso é péssimo; quando discutimos com a Europa, acham que é ótimo. É uma questão de preconceito ideológico. Nós estamos querendo fazer bons acordos.

Valor: E a política, presidente?

FHC: Hoje foi um dia mais ou menos calmo. Houve algumas discussões no Senado, mas isso é lá problema deles, que não mexe com o governo.

Valor: O sr. acha que o senador Arruda se saiu bem?

FHC: Olha, eu não vi. Mas pelo que me reportaram é que sim, ele esclareceu as dúvidas. Mas isso é questão do Senado. Eu não quero me meter com outro Poder. Eu tenho bastante problema aqui com o Executivo.

ENTREVISTA DO EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES,
EX-DIRETOR DO INSTITUTO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(IPRI) DO ITAMARATY, CONCEDIDA AO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE
EM 19 DE ABRIL DE 2001 - “O INIMIGO NÚMERO 1 DA ALCA”
JORNAL CORREIO BRAZILIENSE , 19/04/2001

À medida que a sociedade começa a debater e a compreender as conseqüências da Alca para a soberania brasileira ela pode chegar, com tranqüilidade e maturidade, à conclusão de que não deve o Brasil participar da Alca

Samuel Pinheiro Guimarães, 61 anos, dedicou mais de metade da sua vida à diplomacia. Diretor do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (Ipri) do Itamaraty até a semana passada, ele foi demitido do cargo pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer. O motivo: as repetidas e enfáticas críticas contra a entrada do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O embaixador tem a certeza - e os argumentos para sustentá-la - de que o projeto continental é uma péssima escolha para o país. “O Brasil não deve participar de blocos econômicos em condições de extrema assimetria desfavorável”, sentencia Guimarães em entrevista à repórter Sandra Lefcovich, do Correio Braziliense. “Sofremos o grave risco de incorporação subordinada e assimétrica ao sistema econômico (e político) dos EUA”. O embaixador viaja pelo país promovendo o debate sobre os prós e os contras da Alca. Para ele, dar continuidade às negociações hemisféricas - que terão seu ponto alto amanhã com a abertura da Terceira Cúpula

das Américas em Quebec (Canadá) - decretará o fim do Mercosul.

Leia, a seguir, trechos da entrevista:

Correio Braziliense: Por que o senhor é contrário à Alca? Criar uma área de livre comércio nas Américas não teria aspectos positivos para o Brasil? É preciso mudar a pauta das negociações ou desistir da Alca? Não pode haver um ponto intermediário?

Samuel Pinheiro Guimarães: A Alca colocaria em confronto direto, ainda que gradualmente, as megaempresas multinacionais americanas e as empresas brasileiras. Mesmo que algumas empresas brasileiras conseguissem sobreviver à competição e até aumentar as suas exportações, no conjunto as megaempresas americanas levariam vantagem nos EUA, no Brasil e na América do Sul, acarretando a desindustrialização e o aumento do déficit comercial brasileiro. As regras internacionais que viriam a ser consagradas pela Alca levariam à impossibilidade prática de o Brasil exercer políticas comerciais, industriais, tecnológicas, agrícolas e de emprego indispensáveis à superação das extraordinárias disparidades sociais e da crônica vulnerabilidade externa.

Correio: Quais as opções do Brasil no mundo globalizado, no qual os países criam blocos econômicos para sobreviver? O Brasil ficaria isolado se renunciasse a participar da implementação da Alca?

Guimarães: O Brasil não deve participar de blocos econômicos em condições extremas de assimetria desfavorável, pois isto sim seria justamente renunciar à sobrevivência. As opções para o Brasil são manter amplas e diversificadas relações comerciais, financeiras e tecnológicas com todos os países; disciplinar os investimentos externos para que expandam as exportações, transfiram tecnologia e integrem as cadeias produtivas; controlar e reduzir o endividamento externo, público e privado; promover ativamente a absorção e a geração de tecnologia adequadas à constelação de fatores; fortalecer a acumulação de capital e a empresa brasileira. O Brasil não ficaria isolado, pois certamente poderia manter amplas relações econômicas com os EUA, enquanto os países vizinhos continuariam tendo enorme interesse em ter acesso ao mercado brasileiro.

Correio: Como o senhor definiria a atual política externa brasileira? O que mudou com a saída de Luiz Felipe Lampreia e a chegada de Celso Lafer ao Itamaraty?

Guimarães: A política externa brasileira se defronta com desafios extraordinários e complexos, resultado da frustração das expectativas otimistas de meados dos anos 90. Julgava então que o livre ingresso de bens (a abertura) e de capitais estrangeiros (a

desregulamentação) modernizaria a estrutura produtiva e geraria exportações suficientes para compensar as remessas de recursos. Acreditava que a maior proteção aos proprietários de patentes levaria à geração doméstica de tecnologia quando o que aumentou foram as remessas de royalties. Hoje, nos defrontamos com a angústia da estagnação comercial e o perigo, que se oculta, da crise de balanço de pagamentos. O Mercosul era, então, o “bloco do futuro”. Hoje, está estagnado e sofre ataques de todos os lados. Nosso desarmamento unilateral, pensava, colaboraria para o desarmamento das grandes potências. Elas, porém, continuaram a se armar e a agir cada vez mais arbitrariamente. Acreditava na imparcialidade de agências como a OMC e o FMI e o que se constata é o seu viés pró Estados desenvolvidos. E, agora, sofremos o grave risco de incorporação subordinada e assimétrica ao sistema econômico (e político) dos Estados Unidos. A responsabilidade é enorme e a História será a juíza das políticas adotadas.

Correio: O Mercosul sobreviveria à implementação da Alca? Qual seria o impacto para o Brasil do fim do bloco do Cone Sul?

Guimarães: O Mercosul não sobreviveria à Alca. O Mercosul é uma união aduaneira, com uma tarifa externa comum (TEC) e também uma zona de livre comércio que privilegia com tarifa zero e com ausência de barreiras as exportações intrazonais das empresas instaladas no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. Esta proteção e este privilégio explicam a extraordinária expansão do

comércio intrazonal de 1991 até 1998. A Alca eliminaria a TEC para as empresas americanas, canadenses, etc. na área do Mercosul e o Mercosul somente sobreviveria em relação aos países extra-americanos. Caso viesse a ser negociada como se pretende uma área de livre comércio com a União Européia (e quiçá com o Japão), o Mercosul desapareceria. O impacto deste desaparecimento seria muito importante e bastante negativo para as exportações industriais brasileiras, afetaria muito as exportações agrícolas da Argentina e eliminaria de vez a possibilidade de se criar um bloco regional no Cone Sul.

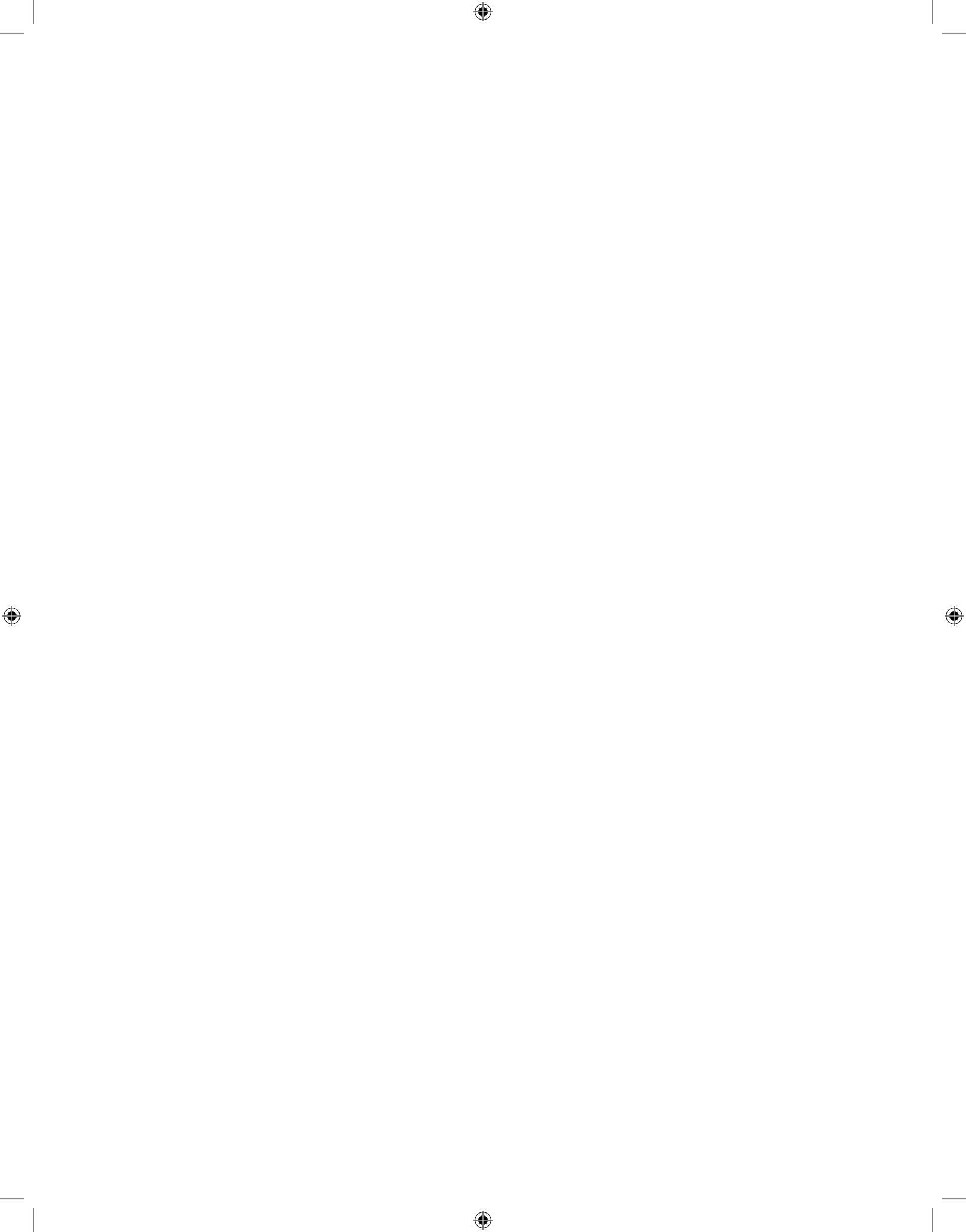
Correio: O Brasil e os demais países das Américas se comprometeram na Cúpula de Santiago a criar a Alca. O Brasil pode desistir de um compromisso internacional?

Guimarães: O Brasil não assumiu nenhum compromisso internacional de criar a Alca, já que não houve nenhuma manifestação decisiva do Congresso Nacional neste sentido. O governo daquele momento concordou em negociar uma área de livre comércio das

Américas, desde que tal não infringisse os interesses nacionais, à luz da evolução das circunstâncias nacionais e internacionais. As circunstâncias e as perspectivas nacionais e internacionais muito se modificaram de 1994 para cá e à medida que a sociedade começa a debater e a compreender as conseqüências da Alca para a soberania brasileira ela pode chegar, com tranquilidade e maturidade, à conclusão de que não deve o Brasil participar da Alca. Somente não se pode desistir da defesa dos interesses nacionais, tais como descritos na Constituição.

Correio: O que acha da decisão do ministro Celso Lafer de demiti-lo do cargo? Qual o significado de sua demissão? Qual o impacto que pode ter nas discussões sobre a Alca?

Guimarães: Deve-se discutir temas e não pessoas. O tema da Alca é o mais vital para a sociedade e para o Estado brasileiro, tanto para sua política internacional como para sua política interna. O debate sobre a Alca não pode ser apenas entre os que estão a favor, pois este seria um pseudo-debate.



ENTREVISTA DO EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES,
EX-DIRETOR DO INSTITUTO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(IPRI) DO ITAMARATY, CONCEDIDA AO JORNAL O GLOBO EM 24 DE ABRIL
DE 2001 - “COM A ALCA, EMPRESAS DISCIPLINARÃO O ESTADO”

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães prevê que a Alca beneficiará apenas os Estados Unidos e diz que o governo brasileiro deveria suspender as negociações “antes que seja tarde”. Para ele, o acordo vai além das tarifas alfandegárias, e o Estado passaria a estar subordinado às empresas.

Globo: Como o senhor analisa o desfecho da terceira Cúpula das Américas?

Guimarães: A posição da Venezuela (que assinou o documento final com ressalvas quanto ao prazo para implantação da Alca) foi importante para mostrar que não há consenso. Como saber se 2005 é o ideal?

Globo: Quais os riscos da Alca para o Brasil?

Guimarães: O acordo envolve políticas comercial, industrial e tecnológica, atuação do governo na economia, regulamentação de capital estrangeiro e relação entre multinacionais e o Estado. O Estado estará

subordinado às empresas estrangeiras, que podem acioná-lo sempre que se considerarem prejudicadas.

Globo: As regras não podem ser negociadas?

Guimarães: É uma negociação entre carrasco e vítima. O carrasco diz que vai cortá-la em cinco pedaços, e a vítima pede dez. Mas no fundo não chegam à essência do processo. Os Estados Unidos só querem discutir os pontos favoráveis a eles. Isso levaria à incorporação assimétrica ao sistema comandado por eles.

Globo: Como o governo deve tratar a Alca?

Guimarães: O governo não foi autorizado pela sociedade sequer a negociar a participação na Alca. O Brasil deveria suspender imediatamente as negociações. Depois de participar das várias etapas, será mais difícil. É melhor suspender a negociação antes que seja tarde.



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SUBSECRETÁRIO-GERAL PARA ASSUNTOS DE INTEGRAÇÃO, ECONÔMICOS E DE COMÉRCIO EXTERIOR, EMBAIXADOR JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA, SOBRE A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA). INFORMATIVO SECEX, ANO IV, Nº 29, 1 DE JUNHO DE 2001

Pergunta: A Alca pretende reunir países de diversos estágios de desenvolvimento. Para os menos desenvolvidos, deverá haver maior flexibilidade quanto aos compromissos a serem assumidos. O que está sendo feito para levar em conta as disparidades entre os 34 componentes da Alca?

JAGL: Esta questão está sendo discutida no Grupo Consultivo sobre Economias Menores (GCEM) vinculado diretamente ao CNC. Este Grupo é uma instância não-negociadora da Alca, criada durante a Reunião Ministerial de São José (1998), e responsável por “a) acompanhar o processo da Alca, mantendo sob exame as preocupações e interesses das economias menores; b) trazer à atenção do CNC os temas de interesse para as economias menores e fazer recomendações para tratar desses temas”.

Ao longo de 2000, o Grupo dedicou-se à avaliação dos mecanismos de assistência técnica disponíveis para as pequenas economias e ao exame de formas de tratamento das diferenças de nível de desenvolvimento e tamanho das economias do hemisfério. O Brasil, em conjunto com seus parceiros do Mercosul, tem adotado postura cautelosa com relação ao alcance da eventual concessão de tratamento especial e diferenciado às economias menores, insistindo no princípio

da reciprocidade de direitos e obrigações entre todas as partes e assinalando que, em princípio, seria favorável apenas à concessão de prazos diferenciados para que todos os países cumpram as obrigações comuns acordadas na Alca.

Na Reunião de Buenos Aires, os Ministros instruíram os Grupos de Negociação a levar em conta os temas levantados pelo GCEM e o CNC e a analisar mecanismos voltados ao fortalecimento do fluxo de informação, entre os Grupos de Negociação e o GCEM, sobre assuntos de relevância para os interesses e preocupações das economias menores, de modo que o GCEM possa cumprir adequadamente o seu mandato. Está sendo elaborado um banco de dados para dar apoio aos objetivos do GCEM.

Pergunta: A grande preocupação do setor industrial brasileiro é o risco que a formação da Alca possivelmente traria para diversas empresas instaladas no país. Pelo menos três setores considerados estratégicos para a economia brasileira – bens de capital, eletroeletrônico e química – consideram que os desafios apresentados pela criação da Alca são muito superiores às oportunidades de negócios. Como está sendo feita a avaliação da situação da indústria brasileira? Como se poderia minimizar possíveis dificuldades?

JAGL: Os Ministros instruíram o Grupo de Negociações sobre Acesso a Mercados a apresentar ao CNC, de forma coordenada com o Grupo de Negociações sobre Agricultura, recomendações sobre métodos e modalidades para a negociação tarifária no prazo de 1º de abril de 2002, para sua avaliação pelo CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações, o mais tardar, em 15 de maio de 2002.

Para garantir o equilíbrio das negociações, os Ministros estabeleceram que o CNC deverá reunir-se, provavelmente em abril de 2002, para assegurar que sejam obtidos avanços em todos os Grupos de Negociação.

A CNI, em parceria com a Funcex e com as entidades setoriais respectivas, já apresentou ao Governo estudos sobre os seguintes setores: químico industrial, papel e celulose, têxteis, sucos de frutas e bens de capital mecânicos.

Ressalve-se, por fim, que o Governo não vai assinar, e provavelmente o Congresso não vai aprovar, um acordo Alca que não consulte o interesse nacional brasileiro, conforme definido em constante diálogo com todos os setores da sociedade civil envolvidos no processo.

Pergunta: Quais as principais medidas que poderiam ser implementadas internamente para promover a facilitação de negócios no âmbito da Alca?

JAGL: A aprovação de medidas de facilitação de negócios no âmbito do processo Alca decorreu do compromisso assumido pelos Chefes de Estado e de Governo em Miami (1994) e reiterado em Santiago (1998) de que até o final do século seria feito progresso concreto para a conformação da Alca.

Coube aos Grupos de Trabalho criados em junho de 1995, por meio da Declaração

Ministerial de Denver, acolher, em 1999, um pacote de oito medidas de facilitação de negócios na área de procedimentos aduaneiros e de outras dez na área de transparência.

As medidas de facilitação de negócios aprovadas na área aduaneira durante a Reunião Ministerial de Toronto foram:

- a) Importação Temporária/Admissão Temporária de Determinados Bens Relacionados com Viajantes de Negócios;
- b) Envios Expressos;
- c) Procedimentos Simplificados para Envios de Baixo Valor;
- d) Sistemas Compatíveis de Intercâmbio Eletrônico de Dados e Elementos de Dados Comuns;
- e) Sistema Harmonizado de Descrição e Codificação de Mercadorias;
- f) Disseminação de Informação Aduaneira/Guia Hemisférico de Procedimentos Aduaneiros;
- g) Códigos de Conduta para Funcionários Aduaneiros;
- h) Análise de Risco/Metodologia de Seleção.

Na ocasião, ficou acordado que as medidas na área aduaneira seriam implementadas a partir de janeiro de 2000. Os Ministros reconheceram que facilitação de negócios é um processo contínuo e instruíram o CNC a:

- a) supervisionar a implementação plena destas medidas até a data prevista para a próxima reunião Ministerial, a realizar-se em Buenos Aires, em abril de 2001;
- b) facilitar a prestação de assistência técnica para a implementação das medidas, em particular para as economias menores;
- c) revisar os avanços ocorridos e relatar por ocasião da Reunião Ministerial de Buenos Aires;

d) identificar, considerar e recomendar medidas adicionais de facilitação de negócios, recorrendo a especialistas, caso seja apropriado.

Com o objetivo de cumprir o mandato ministerial, o CNC criou um Grupo *Ad Hoc* de Peritos sobre Medidas de Facilitação de Negócios relativas a Procedimentos Aduaneiros.

O Brasil consta como um dos três países que mais progrediram nos esforços de implementação: o país implementou todas as medidas plenamente, salvo a medida nº 6, sobre a qual há divergências de interpretação no âmbito do Grupo quanto ao seu alcance. No que se refere à medida nº 6 (Disseminação de Informação Aduaneira/Guia Hemisférico de Procedimentos Aduaneiros), o Brasil concorda com entendimentos no sentido de que a atualização do Guia ocorra por meio de *hiperlinks*, embora compreendendo as preocupações de algumas delegações com a atualização ocasional da versão impressa do Guia. O Mercosul já indicou aos demais participantes do Grupo que considera que seria útil estudar a possibilidade de adotar-se mecanismo apresentado pelo Comitê Tripartite, que permitiria a cada país acessar, por meio de uma senha própria, seus dados na versão do Guia Hemisférico que constará da página eletrônica da Alca. Os dados modificados seriam enviados automaticamente ao Comitê Tripartite, possibilitando a atualização periódica do documento pelos técnicos do Comitê, sem a necessidade de reuniões adicionais dos países do hemisfério para esse fim.

Pergunta: Um dos aspectos mais importantes das negociações da Alca é o acesso aos mercados dos países que compõem. Além da eliminação das tarifas, é fundamental uma discussão sobre a retirada de outras barreiras

ao comércio. Que mecanismos estão sendo estudados para equacionar eventuais entraves ao acesso de mercadorias por meio de barreiras não-tarifárias?

JAGL: O Grupo Negociador específico que trata de acesso a mercados para produtos industriais abrange seis áreas básicas: tarifas, medidas não-tarifárias, obstáculos técnicos ao comércio, regras de origem, salvaguardas e procedimentos aduaneiros. O Grupo estará iniciando, ainda neste primeiro semestre, processo de contra-notificação de barreiras não-tarifárias. É imprescindível que o setor privado nos auxilie a identificar estas barreiras. O Grupo também está aprofundando discussões sobre regras de origem, o que abrange as modalidades de declaração e certificação, mas sobretudo a questão da conveniência ou não de se adotar, na Alca, regras de origem gerais ou específicas. Se a opção for por regras de origem específicas, cada setor produtivo nacional deverá participar com maior intensidade da formulação de nossas posições, sob pena de não ter seus interesses devidamente contemplados.

Pergunta: Existem mecanismos que propiciem a participação da sociedade como um todo nas tomadas de decisão por parte do Governo brasileiro em relação à Alca?

JAGL: A realização no Brasil da III Conferência Ministerial da Alca, em Belo Horizonte, em 1997, que decidiu o “quando” e o “como” da negociação, serviu para despertar a opinião pública para o tema. Nossa posição naquela reunião foi fortalecida e legitimada por amplo debate interno prévio – envolvendo Governo e setor privado – em torno de nossas posições e estratégias negociadoras. Essa intensa sinergia foi facilitada pela criação,

em 1996, da Seção nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à ALCA (Senalca), a qual constitui um “espaço público ampliado”, entidade de coordenação de posições governamentais, com a participação efetiva do setor privado, além de centrais sindicais, ONGs, parlamentares e representantes de Governos estaduais e municipais. A Senalca já se reuniu vinte e nove vezes.

Desde Belo Horizonte, já não se trata de decisões de cima para baixo, tomadas em gabinetes fechados, mas da construção de consensos que agreguem legitimidade e realismo às linhas de atuação negociadora. Em Belo Horizonte, a CNI organizou o III Foro Empresarial das Américas, na forma de 12 *workshops* distribuídos em torno de temas cogitados, à época, para as negociações. A CNI coordenou também a elaboração dos documentos de posição empresarial brasileira que seriam apresentados naquele foro.

Este esforço sem precedentes no Brasil elevou de patamar a participação do setor privado na formulação das posições brasileiras. Ao apresentar suas posições em um único documento, em nome da “Coalizão Empresarial Brasileira”, e atuar de forma coordenada durante os debates nos *workshops* dos Foros Empresariais das Américas, inclusive na reunião do Foro Empresarial das Américas que precedeu à Ministerial de Buenos Aires, o setor privado brasileiro vem dando uma firme demonstração de coordenação e envolvimento. Ressalte-se que, em função da natureza técnica do exercício negociador no momento atual, a participação dos empresários será tanto mais eficaz e conseqüente, quanto mais realista, objetiva e tecnicamente fundamentada.

Na reunião de Buenos Aires, numa atitude inovadora em se tratando de acordos comerciais, os Ministros concordaram em tornar pública a minuta do Acordo Alca, nas quatro línguas oficiais, após a III Cúpula das Américas. O processo de tradução do documento para o português já está em curso. Ademais, por inspiração brasileira, os Ministros concordaram em tomar nota “dos foros e seminários sobre as negociações da Alca que diferentes organizações da sociedade civil têm realizado nos países da região”, convidando essas entidades a “apresentar as conclusões de seus trabalhos ao Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil”.

Pergunta: Existe um número mínimo de países para viabilizar a criação da Alca?

JAGL: Desde a Cúpula de Miami, o objetivo é se chegar a um acordo que seja satisfatório para todos os países envolvidos, do contrário dificilmente as negociações se darão por concluídas, tendo em vista que todas as decisões do processo Alca devem ser tomadas por consenso.

O princípio do *single undertaking*, por sua parte, determina que nada estará acordado antes que tudo esteja acordado, o que significa dizer que o Acordo Alca deverá ser assinado pelos países uma vez concluída toda a agenda de negociação, e não em partes à medida que o processo avance.

Nesse contexto, o entendimento é que todos os países estejam em condições não apenas de firmar o acordo, mas também de submetê-lo ao exame de seus legislativos para aprovação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 158, 164, 173, 188, 191, 192, 193, 206, 213, 214, 217, 256, 279, 284, 305, 316

AIDS 118, 157, 164, 165, 192, 210, 211, 214, 231, 262, 286, 316, 318, 320

ALCA 43, 49, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 109, 118, 119, 120, 121, 124, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 149, 158, 159, 168, 169, 178, 186, 188, 189, 196, 205, 206, 207, 246, 247, 260, 261, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 277, 282, 283, 284, 301, 321, 324, 333, 334, 335, 337, 338, 341, 342, 344, 346, 347, 349, 351, 355, 356, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 366, 371, 372, 373, 374, 375, 377, 379, 380, 381, 382

Alemanha 103, 205, 207, 208, 231, 284, 285, 348

AmCham 93

América Latina 61, 62, 88, 90, 101, 126, 130, 151, 155, 164, 167, 168, 171, 195, 196, 199, 202, 203, 205, 209, 218, 227, 250, 251, 253, 254, 264, 273, 278, 279, 287, 303, 304, 347, 351, 355, 363, 364, 365

Angola 35, 164, 214, 241

Argélia 256

Argentina 27, 43, 49, 54, 68, 73, 83, 85, 104, 105, 106, 144, 151, 178, 195, 218, 232, 237, 238, 239, 246, 250, 256, 259, 260, 266, 267, 273, 277, 286, 305, 307, 313, 314, 318, 319, 325, 341, 346, 349, 351, 356, 357, 360, 361, 371, 372, 374, 375

Ásia 35, 55, 75, 101, 107, 122, 157, 188, 201, 202, 203, 206, 233, 234, 251, 278, 279, 280, 285, 286, 309, 364

Assentamentos 303, 304, 305, 311, 313, 320

Austrália 73, 103, 144, 222, 253, 254, 255, 285

B

Bolívia 104, 105, 217, 225, 226, 227, 228, 229, 248, 255, 346

C

Canadá 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 85, 88, 103, 117, 137, 147, 168, 235, 240, 265, 283, 323, 324, 341, 348, 349, 357, 363, 373

Carne 67, 69, 73, 75, 87, 123, 137, 142, 145, 147, 237, 238, 239, 240, 281, 286, 341

CEBRI 242, 262, 345

Celso Lafer 41, 47, 53, 56, 57, 59, 60, 61, 65, 67, 77, 81, 93, 103, 121, 125, 129, 133, 139, 159, 161, 163, 167, 185, 187, 191, 199, 201, 205, 237, 240, 242, 246, 247, 248, 250, 251, 257, 258, 260, 287, 288, 301, 303, 310, 325, 329, 333, 341, 342, 345, 349, 355, 359, 373, 374, 375

China 99, 100, 101, 103, 107, 122, 141, 201, 202, 234, 250, 251, 277, 278, 279, 280, 281, 285, 337

Cinema 241, 306, 330

Cingapura 222, 223, 252, 253, 283, 284, 286

Colômbia 84, 104, 144, 159, 345, 346, 352

Comércio 25, 27, 28, 30, 37, 39, 40, 42, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 68, 70, 72,

73, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 93, 94, 95, 96, 100, 105, 109, 118, 119, 122, 123, 124, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 157, 157, 158, 159, 161, 162, 166, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 185, 187, 188, 189, 190, 196, 201, 205, 206, 207, 208, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 228, 229, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 245, 246, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 261, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 272, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 285, 286, 301, 303, 304, 305, 308, 316, 321, 323, 324, 326, 333, 334, 337, 343, 342, 344, 345, 346, 347, 349, 350, 351, 352, 355, 356, 357, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 371, 372, 373, 374, 375, 379, 381

CPLP 213, 314, 316

Criança 23, 24, 27, 39, 112, 156, 209, 210, 212, 235, 289, 299, 320, 367

Cúpula das Américas 84, 85, 117, 119, 133, 249, 265, 266, 282, 283, 288, 289, 305, 349, 371, 377, 382

Curso 42, 48, 58, 60, 86, 95, 100, 113, 121, 124, 127, 131, 137, 144, 174, 191, 192, 202, 228, 235, 260, 287, 291, 293, 296, 297, 307, 309, 314, 234, 333, 342, 348, 382

D

Desenvolvimento Sustentável 90, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 161, 181, 214, 287, 288, 304, 305

Direitos Humanos 530, 31, 34, 44, 50, 56, 58, 59, 65, 66, 108, 111, 112, 114, 115, 121, 151, 192, 199, 200, 209, 210, 248, 257, 282, 283, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302, 304, 310, 311, 319, 353

Discriminação 59, 79, 112, 124, 147, 192, 200, 210, 213, 247, 248, 257, 287, 289

E

El Salvador 245, 284

Embraer 67, 69, 70, 72, 124, 235, 255, 262, 264, 281, 286, 324, 341, 345, 348, 355, 357

ESALQ 139, 140, 148

Estados Unidos 61, 68, 73, 75, 82, 85, 96, 103, 127, 131, 140, 142, 143, 149, 154, 161, 162, 168, 169, 188, 189, 207, 220, 234, 246, 283, 285, 306, 317, 318, 337, 346, 349, 356, 357, 359, 361, 364, 369, 374, 377

Exportações 26, 39, 43, 49, 56, 62, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 86, 87, 88, 94, 95, 96, 97, 123, 124, 134, 137, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 151, 154, 162, 168, 169, 172, 174, 187, 188, 189, 206, 207, 237, 238, 239, 247, 254, 255, 258, 262, 279, 280, 281, 285, 314, 315, 319, 334, 337, 350, 351, 355, 356, 357, 360, 373, 374, 375

F

França 89, 90, 91, 103, 104, 113, 149, 154, 231, 262, 263, 264, 266, 340, 348

G

Grupo do Rio 209, 245, 246

Grupo dos Quinze 195

Guatemala 35, 245, 246, 258, 259, 273

I

Índia 103, 107, 123, 140, 141, 201, 202, 234, 308, 337, 348

Indonésia 37, 39, 40, 55, 195, 202, 233, 234

Instituto Rio Branco 103, 121, 236, 241, 342, 352

investimentos 25, 27, 28, 37, 39, 40, 68, 69, 70, 82, 84, 86, 90, 100, 108, 118, 135, 144, 168, 169, 175, 177, 189, 208, 212, 214, 217, 218, 225, 226, 235, 240, 254, 255, 258, 262, 263, 264, 282, 284, 285, 306, 309, 315, 319, 338, 350, 351, 360, 366, 367, 374

M

MERCOSUL 27, 43, 44, 49, 50, 54, 62, 68, 70, 71, 82, 83, 86, 88, 90, 91, 96, 105, 106, 109, 118, 121, 135, 136, 137, 153, 159, 161, 167, 168, 173, 177, 178, 179, 185, 186, 187, 188, 189, 205, 206, 207, 208, 214, 217, 218, 219, 220, 226, 228, 237, 246, 247, 249, 255, 256, 260, 263, 265, 266, 283, 284, 303, 305, 306, 307, 313, 314, 321, 324, 325, 326, 327, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 351, 356, 361, 363, 364, 371, 373, 375, 379, 381

México 61, 62, 63, 73, 74, 82, 85, 88, 103, 195, 232, 249, 284, 285, 346, 351, 352

Moçambique 35, 164, 213, 214, 215, 217, 232, 314, 315, 316, 317

multilateralismo 153, 157, 167, 196

N

Nova Zelândia 285

O

OCDE 72, 145, 161, 172, 173, 235, 307, 350

OEA 199, 200, 232, 287, 309, 310

OMC 43, 49, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 82, 83, 84, 86, 87, 97, 109, 121, 124, 135, 137, 144, 145, 147, 153, 158, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 186, 188, 196, 207, 221, 222, 223, 234, 235, 249, 276, 279, 285, 304, 307, 317, 318, 323, 324, 341, 342, 344, 345, 347, 348, 351, 353, 356, 361, 374

ONU 23, 33, 56, 100, 141, 157, 192, 196, 209, 232, 247, 248, 256, 289, 311, 312, 313

Ordem de Rio Branco 65

P

Paraguai 27, 104, 105, 177, 232, 238, 239, 261, 314, 325, 371, 374

Pastoral da Criança 23, 24

Patentes 55, 87, 88, 173, 214, 234, 318, 324, 338, 347, 348, 374

Peru 104, 195, 273, 306, 310, 311

Poluentes 181, 307

Portugal 168, 231, 236, 237, 260, 316, 339, 340

Prêmio Nobel da Paz 23, 30, 31, 65

Q

Qatar 221, 223

R

Racismo 44, 50, 56, 112, 117, 192, 200, 213, 214, 257, 258, 289, 320

República da Coréia 25, 27, 28, 29, 30, 31, 234

S

Seminário 25, 37, 39, 81, 93, 133, 138, 167, 171, 177, 179, 185, 186, 201, 202, 258, 260, 262, 272, 289, 290, 296, 301, 304, 309, 382

T

Timor Leste 33, 34, 35, 36, 55, 164, 233, 234

U

União Européia 43, 49, 75, 82, 88, 90, 91, 106, 107, 121, 123, 137, 144, 145, 147, 148, 149, 153, 154, 161, 162, 167, 168, 169, 178, 186, 187, 188, 189, 205, 206, 207, 208, 217, 253, 278, 279, 324, 334, 341, 342, 344, 348, 364, 372, 375

Uruguai 27, 73, 104, 119, 122, 123, 143, 144, 154, 161, 171, 172, 173, 174, 177, 238, 239, 250, 277, 283, 325, 341, 348, 371, 374

V

Venezuela 104, 195, 217, 250, 261, 270, 277, 357, 363, 364, 365, 366, 367, 377

Capa e Projeto Gráfico

Hilton Ferreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Vivian Fernandes

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

388

Tiragem

500

Endereço para correspondência

Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores,
Anexo II, 1º subsolo, Sala 10
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9279 / 9037
Fax: (61) 3411-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação